

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

Esboço de uma sociologia política das Ciências Sociais contemporâneas (1968-2010):
a formação do *campo da segurança pública* e o debate criminológico no Brasil

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Esboço de uma sociologia política das Ciências Sociais contemporâneas (1968-2010):
a formação do *campo da segurança pública* e o debate criminológico no Brasil

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2014

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a formação de uma área de pesquisas sobre crime, violência e punição nas ciências sociais contemporâneas no Brasil (1968-2010) e sua relação com a constituição de um *campo da segurança pública* – convergência entre campo científico e arenas de política pública -, concebido como parte de um *dispositivo de saber-poder* (Foucault, 2000; 2005), que se pretende alternativo ao monopólio do saber jurídico e policial no sistema de justiça criminal. Considerando a conversão da "violência urbana" em *problema público*, analisamos como no debate sobre o tema se constituem pontes entre preocupações públicas e questões científicas a partir de centros de pesquisa e de sua articulação com redes de ativismo na sociedade civil e no interior do Estado. Estivemos atentos a dois aspectos: 1) de um lado, à constituição de especialidades ou (sub)disciplinas em meio às disputas entre grupos de pesquisa por recursos burocráticos no interior de um campo científico; 2) de outro, à formação de redes de atores voltadas à legitimação política dos princípios causais, normativos e instrumentais a que estão identificados. Em, outras palavras, os cientistas sociais são analisados como atores voltados à conversão de contextos de politização em processos de *disciplinarização* e de *estatização*. Buscamos, assim, problematizar as ambiguidades do duplo papel dos pesquisadores deste campo, como construtores de padrões organizacionais de autonomia científica e como reformadores se esforçando por transformar seus saberes em práticas de governo através da profissionalização dos agentes a serviço do Estado e da formalização dos saberes a partir dos quais a administração se legitima. Trata-se, em suma, de analisar a mobilização de cientistas sociais para se legitimarem como agentes reconhecidos na disputa pela imposição de uma visão legítima do fenômeno da violência que sirva de base para o desenvolvimento de novas práticas técnico-políticas de gestão do social por parte do Estado. Observamos que o embate entre correntes políticas nas agendas de reforma dos sistemas de justiça criminal e segurança pública tensiona o campo de pesquisas entre esforços de reconfiguração crítica do modelo de Ciências Criminais integradas ao Direito Penal e um modelo de Criminologia independente, como formação profissional na área de gestão da segurança pública e justiça criminal.

Palavras-chave: sociologia da sociologia; violência urbana; transição democrática; segurança pública; criminologia

ABSTRACT

This research analyzes the formation of an area of research on crime, violence and punishment in contemporary social sciences in Brazil (1968-2010) and its relation to the constitution of a *field of public security* - convergence between scientific fields and arenas of political public – designed as part as *knowledge-power apparatus* (Foucault, 2000; 2005), which is intended alternative to the monopoly of legal and police knowledge in the criminal justice system. Whereas the conversion of "urban violence" in *public problem*, we analyze how the debate on the subject constitute bridges between public concerns and issues from scientific research centers and their coordination with networks of activism in civil society and within the state . We were aware of two aspects: 1) on one hand, the establishment of specialties or (sub) disciplines amidst disputes between research groups by bureaucratic resources within a scientific field; 2) otherwise, the formation of networks of actors facing the political legitimacy of causal, instrumental and normative principles that are identified. In other words, social scientists are as actors aimed at converting contexts of politicization in processes of *disciplinarisation* and *étatisation*. We seek, therefore, to question the ambiguities of the double role of researchers in this field, as builders of organizational standards of scientific autonomy and as reformers striving to transform their knowledge in governance practices through the professional development of staff in the service of the state and formalization of knowledge from which the administration is legitimized. It is, in short, to analyze the mobilization of social scientists to legitimize themselves as agents recognized in dispute by imposing a legitimate view of the phenomenon of violence as a basis for the development of new technical practices - management policies for social the State. We observed that the clash between current policy agendas for reform of criminal justice and public safety systems tightens the field of research efforts between critical reconfiguration of Criminal Sciences Integrated Model to the Criminal Law and Criminology independent model, as professional training in management of public security and criminal justice.

Keywords: sociology of sociology; urban violence; democratic transition; public security; criminology

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Sérgio Adorno, pela confiança e generosidade na orientação.

Devo também um agradecimento especial ao M. René Lévy, por sua acolhida fraterna, apoio, generosidade e supervisão durante estágio de pesquisa na França, e a todo o grupo do *Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP).

Aos companheiros de orientação Clodomir Cordeiro Mattos Junior, Joaquim Maloa, Fábio Tsunoda, Herbert Rodrigues, Ariadne Natal e Alessandra Teixeira.

Ao professor Luiz Carlos Jackson, pela confiança no estágio de docência.

Ao professor Vagner Gonçalves da Silva, pelo inestimável aprendizado da cultura afro-brasileira.

Aos amigos “parisienses”, Jane Barbosa, Mariana Guanabara, Bia Guanabara, Íris Morais Araújo, Gilberto Geribola Moreno e Mario Luis Villaruel.

Aos amigos de viagens, discussões, estudos e promenades, Edson Benedito Rondon Filho e Pedro Vitor Mendes Gadelha.

A Marcelo da Silveira Campos, Juliana Tonche, Rafael Godoi e Giane Silvestre pelas discussões e aprendizados.

A Vinícius Saragiotto do Valle, Mariana Hangai, Fernanda Santos, Yumei Morales, Flavia Rios e Matheus Gato de Jesus, Lidomar Coelho e Flavia Sousa, pela amizade.

A profa. Ana Paula Hey, pelas indicações de leitura.

Ao prof. Marcos Alvarez e a Renato Sérgio de Lima, pelos comentários fundamentais na banca de qualificação.

A Wanda Capeller, por me ofertar um exemplar de seu livro em Paris.

A comissão editorial da Revista Plural

A todos os professores e pesquisadores que dispuseram do seu tempo para colaborarem com a pesquisa.

A toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), em especial nas figuras de Vicente, Gustavo, Dora e Sérgio.

Aos amigos de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará, companheiros em momentos-chave de minha formação intelectual e na mais completa esbórnica e pândega, especialmente Joannes Paulus Silva Forte, Vinícius Limaverde, Alberto Barros Filho, Marcos Silva, Marcos Gomes, Diógenes Lycarião, Robson Matta de Carvalho, Yandra Rebouças Lôbo, Márcia Paula Vieira e Mario Henrique.

A minha família em Fortaleza, por tolerar tão longa distância.

A meus sogros, dona Juracy e Joaci, pelo apoio inestimável.

A Patrícia Ferreira e Silva, pelo amor, companheirismo e por Pedro.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Plano de organização da tese	9
A sociologia da sociologia como percurso iniciático	10
A "violência urbana" no Brasil: um panorama inicial da relação entre problema público e agendas de pesquisa.....	15
CAPÍTULO I: Referenciais para o estudo da relação entre intelectuais e poder	23
Implicações analíticas e ético-políticas do referencial foucaultiano	23
Paradigmas clássicos e contemporâneos de análise da sociologia da cultura, dos intelectuais e das ciências	27
Referenciais nacionais para análise da história das ciências sociais brasileiras	40
As fundações e refundações das ciências sociais após 1968: modernização, institucionalização, profissionalização, dominação	52
A Fundação Ford e o mercado internacional de expertise em políticas públicas	67
A Fundação Ford e as ciências sociais brasileiras.....	70
A análise de trajetórias como ponte entre o institucionalismo e politicismo no cenário contemporâneo	73
"As Ciências Sociais e o retorno à democracia", um programa de pesquisa: o campo da segurança pública como estudo de caso.	96
PARTE I	
As ciências sociais e a "violência urbana" na transição democrática.....	103
APRESENTAÇÃO	104
CAPÍTULO II: Origens, evolução e decadência da "Criminologia tradicional" no Brasil	115
A Criminologia no Brasil: circulação internacional de ideias e tropicalização dos modelos penais	115
Círculos transnacionais do pensamento criminológico: o Brasil na Revue Internationale de Criminologie et Police Technique (RICPT)	120
A Sociedade Brasileira de Criminologia (SBC) em revista: a subordinação da Criminologia ao Direito Penal (1931-1983).....	125
O Instituto de Ciências Penais (ICP): experimentos de pesquisa sociológica no Direito	129
Criminalidade e Violência como problema nacional	134
1. O Relatório dos Juristas e suas repercussões	134
2. A Revista do IMESC: da "criminologia tradicional" à sociologia política do campo penal (1978-1987).....	140
3. O Relatório dos Cientistas Sociais: a "questão urbana" como ponte entre o Direito e as Ciências Sociais.....	147
CAPÍTULO III: As Ciências Sociais e a "violência urbana" no Rio de Janeiro	157

O "problema da favela" ao longo da história e o significado do brizolismo	190
Genealogias da violência urbana e linguagens políticas na segurança pública	196
Disputas pelo monopólio do conhecimento e do ensino sobre segurança pública	206
CAPÍTULO IV: A violência em São Paulo entre a ciência e a política.....	225
O CEBRAP e a "violência estrutural" da modernização brasileira	225
O CEDEC e as lutas sociais pelo direito da população à segurança.....	228
O IDESP : a reforma da justiça em pauta.....	206
Da intelligentsia à profissionalização: tensões e trânsitos entre vocação pública e especialização acadêmica no campo de estudos sobre violência.....	238
O legado do governo Montoro para a relação entre direitos humanos e segurança pública.....	241
O programa de pesquisas do NEV/USP.....	252
O contexto de novas organizações de ativismo em direitos humanos e segurança pública em São Paulo.....	262
O papel formador do NEV e a discussão sobre o seu legado.....	275
CAPÍTULO V: A autonomia da política e a segurança pública em Minas Gerais.....	281
Violência do Estado x Cultura Organizacional: o debate sobre a polícia e a segurança pública na ciência política mineira.....	291
Ideologia profissional e reforma gradual na segurança pública mineira: alianças entre universidade e polícias	305
PARTE II	
A consolidação do campo da segurança pública no Brasil: arena de política pública e campo intelectual.....	324
APRESENTAÇÃO	325
CAPÍTULO VI: O campo da segurança pública como dispositivo de saber-poder.....	331
A estruturação nacional das redes de pesquisa sobre violência, crime e punição : os Seminários e Associações de Pesquisa em Ciências Sociais.....	331
Violência e gênero	333
Violência e conflitos sociais: convergências entre rural e urbano	346
Direito, Sociedade e Violência.....	358
Sistema de Justiça, Violência Criminal e Segurança Pública na ANPOCS após 1989	364
Em torno de um dispositivo: mapeando as articulações entre campo acadêmico e campo burocrático	375
CAPÍTULO VII: A Criminologia no Brasil: em torno de uma (im)possibilidade.....	391
A Fundação Ford e agenda norte-americana de ativismo e pesquisa em justiça, direitos humanos e segurança pública	391
Disputas acadêmico-políticas sobre a identidade (trans)disciplinar da Criminologia	401
Centros de pesquisa e sistemas de política criminal	411
CAPÍTULO VIII: Trajetórias comparadas de cientistas sociais no campo da segurança pública:	

campo universitário, intelectuais públicos e policy makers	427
Novos aprendizes do poder? Variações do <i>policy maker</i> - entre o <i>expert</i> e o ativista	446
CONCLUSÕES	453
BIBLIOGRAFIA	467
ANEXOS	508

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a formação de uma área de pesquisas sobre crime, violência e punição nas ciências sociais contemporâneas no Brasil (1968-2010) e sua relação com a constituição de um *campo da segurança pública*, concebido como *dispositivo de saber-poder* (Foucault, 2000; 2005) alternativo ao monopólio do saber jurídico e policial no sistema de justiça criminal. Considerando a conversão da "violência urbana" em *problema público*, analisamos como no debate sobre o tema se constituem pontes entre preocupações públicas e questões científicas a partir de centros de pesquisa e de sua articulação com redes de ativismo na sociedade civil e no interior do Estado. Para tanto, analisamos a produção e a trajetória de uma fração geracional de cientistas sociais que se afastaram do Direito como área de referência de formação, promovendo a desconstrução da criminologia como área de conhecimento e sua reconstituição segundo formas próprias de exercício do *métier* de cientista social. Estas formas, por sua vez, são elaboradas no interior de um espaço de concorrência interna com graus relativos de autonomia, pautado por uma hierarquia em constante modificação em meio às disputas entre grupos de pesquisa por recursos burocráticos e de reconhecimento no interior de um *campo científico* (Bourdieu, 1979; 1983).

Parte-se do pressuposto que as disputas em um campo são, ao mesmo tempo, ou antes de tudo, uma disputa por sua própria definição, a partir das quais se instituem e se impõem as visões hegemônicas a respeito dos objetos e métodos prioritários que conformarão o debate científico e público. Desse modo, as diferentes maneiras de conceber o campo de estudo e de organizar suas metas na forma de disciplinas teriam como principais determinantes as disputas ligadas à ocupação de espaços políticos e acadêmicos através da reprodução dos grupos e redes de pesquisa e militância. Nesse sentido, de acordo com a história e a configuração destas disputas, seria possível identificar grandes linhas de tensão entre abordagens acerca do sentido das violências, que remontam ao fim dos anos 1970 e às primeiras experiências das esquerdas em governos, prolongam-se ao longo das décadas seguintes nas relações estabelecidas entre cientistas sociais e a construção de problemas públicos e culminam no atual processo de autonomização do espaço de relações na área de segurança pública.

Tendo, de um lado, a aproximação ou o distanciamento em relação ao Estado - na forma de espaços de consultoria, formulação e gestão de políticas públicas - e, de outro, a consagração acadêmica - ocupação de espaços no campo universitário e de produção científica como eixos estruturadores das posições-, seria possível indicar a seguinte divisão: o *polo dominante* das redes de pesquisa adota a linguagem da participação, dos direitos e da cidadania herdados da redemocratização na reforma das instituições de segurança pública, ao mesmo tempo em que,

nesse processo, aproxima-se de um ponto de vista mais restrito e negativo da violência, considerada a partir da noção de “criminalidade urbana violenta” e vinculada ao diagnóstico da impunidade; o *polo dominado*, por sua vez, associa-se a um ponto de vista politizado a respeito das violências, entendidas como manifestações de descontentamentos "proto-políticos" por parte da sociedade, resistências à violência estatal, ilegalismos e conflitos constituídos em crime dentro de um projeto de dominação vinculada à crítica da demanda por punição.

Esta polarização não significa que os discursos são opostos por natureza, ao contrário, estão em maior parte combinados (o que não excetua posições extremas). Porém, a combinação entre as perspectivas se dá pela hegemonia de um ponto de vista "estatal" (Machado da Silva, 2004), em uma aparente inversão do cenário dos anos 1980, de aposta na capacidade organizativa autônoma de movimentos sociais. A participação direta ou colaboração indireta de cientistas sociais em governos torna-se mais frequente após a redemocratização (seja na formulação de instrumentos normativos de proteção aos direitos da criança e adolescente, dos direitos da mulher e dos direitos humanos em geral), mas será nos anos 2000 que se criaram condições favoráveis para a participação em postos centrais na formulação de políticas de segurança pública. Este será um viés cada vez mais incentivado na constituição de redes políticas e em modelos de pesquisa sociológica aplicada seja à redução de índices de criminalidade, seja à avaliação e formulação de políticas de segurança pública. Contra tal redirecionamento, contudo, criam-se resistências e propostas alternativas de disciplinas e redes de pesquisa e de atuação baseadas na crítica à associação entre pesquisadores e projetos de governo. Nesse sentido, de maneira homóloga à polarização apontada, emergem diferentes posicionamentos a respeito da relação entre cientistas sociais e vida pública.

Central para entender este percurso será discutir as concepções de democracia e sua consolidação e as posições de maior ou menor adesão ao quadro institucional vigente, que estão subjacentes às posições apontadas e que serão melhor visualizadas nas controvérsias sobre objetos, conceitos e núcleos temáticos. Assim, mudanças nas interpretações sobre o fenômeno da violência poderiam ser entendidas a partir da morfologia das redes de pesquisadores e seus projetos políticos. Em meio a suas disputas estariam em jogo diferentes maneiras de associação entre a fenomenologia das violências, o funcionamento das instituições de segurança pública, e a construção da democracia no país.

A tese trata, portanto, da relação entre intelectuais e poder, centrando-se em dois processos interligados:

- 1) A autonomização institucional e cultural de diferentes temas de estudo e correntes teóricas

através da constituição de especialidades ou (sub)disciplinas (sociologia e antropologia da violência; antropologia do direito; sociologia do campo penal; criminologia aplicada; criminologia crítica, etc.), associadas a um tipo específico de competência profissional;

2) A formação de redes de atores voltadas à legitimação política dos princípios causais, normativos e instrumentais a que estão identificados.

Em outras palavras, os cientistas sociais são analisados como atores voltados à conversão de contextos de politização em processos de *disciplinarização* (Mucchielli, 1998; 2001) e de *estatização* (Kaluszynski e Wahnich (org.), 1998). Buscamos, assim, problematizar as ambiguidades do duplo papel dos pesquisadores deste campo, como construtores de padrões organizacionais de autonomia científica e como reformadores se esforçando por transformar seus saberes em práticas de governo, através da profissionalização dos agentes a serviço do Estado e da formalização dos saberes a partir dos quais a administração se legitima. Trata-se, em suma, de analisar a mobilização de cientistas sociais para se legitimarem como agentes reconhecidos na disputa pela imposição de uma visão legítima do fenômeno da violência que sirva de base para o desenvolvimento de novas práticas técnico-políticas de gestão do social por parte do Estado.

Privilegiamos como fontes, além da produção intelectual dos pesquisadores, veiculada em livros e artigos, de entrevistas presenciais¹ e da leitura de memoriais, um conjunto de depoimentos e entrevistas² constituídos em instrumentos de produção, divulgação e legitimação do que passou a ser nomeado como *campo da segurança pública*. Para a sua análise, procuramos nos apoiar no cruzamento entre os referenciais, da sociologia da cultura, dos intelectuais e das ciências, de um lado, e da sociologia das políticas públicas, de outro.

O processo em foco procura demonstrar que as lutas científicas não estão separadas da

¹ Foram realizadas 30 entrevistas: 12 com pesquisadores do Rio de Janeiro – Alba Zaluar, Ignacio Cano, João Trajano Sento-Sé, Julita Lemgruber, Silvia Ramos, André Luiz Rodrigues (ISER), Barbara Musumeci, Luiz Eduardo Soares, Nilo Batista e Vera Batista; José Ricardo Ramalho, Elizabeth Sussekind, Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder; 17 com pesquisadores, professores ou militantes de São Paulo, dentro desse universo, 15 integrantes/ex-integrantes do NEV, objeto de pesquisa de mestrado (Vasconcelos 2009) – Jacqueline Sinhoretto, Tulio Kahn, Sérgio Adorno, Marcos Cesar Alvarez, Fernando Salla, Nancy Cardia, Guaracy Mingardi, Ana Pastore Schritzmeyer, Teresa Caldeira, Renato Sérgio de Lima, Nilson Oliveira, Cristina Neme, Viviane Cubas, Rosa Maria Fischer, Maria Victoria Benevides, Oscar Vilhena Vieira, Malak Poppovic e 1 entrevista com pesquisador de Minas Gerais - Luis Flavio Saporì.

² Além das revisões bibliográficas e teóricas sobre o campo, que serão enumeradas posteriormente, trabalhamos com três livros principais: Dois livros de depoimentos, ambos financiados pela Fundação Ford -*Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência* (2006) e *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (2011); e o primeiro *handbook* reunindo aquelas que seriam as principais referências de pesquisa na área: *Crime, polícia e justiça no Brasil* (2014). As considerações sobre este *corpus* bibliográfico, suas características, participantes e conteúdo, serão trabalhadas ao longo da pesquisa.

luta pelo domínio dos recursos burocráticos com fins científicos (Bourdieu, 1979; 1983). A acessibilidade ao aparato governamental - composto pelas agências e organismos de fomento nacionais e internacionais e outros mecanismos de suporte burocrático -, seria condicionada pelo poder simbólico de cada grupo, dependente de sua posição hierárquica no campo acadêmico e no espaço social mais amplo. Desse modo, a depender do prestígio do pesquisador junto ao universo acadêmico mais amplo, a sua passagem por um grupo pode sugerir a incorporação de novas diretrizes científicas, na forma de objetos e métodos de estudo. Ao mesmo tempo, a passagem dos pesquisadores por grupos de pesquisa ou cargos de avaliação e gestão da vida científica abre margem a estratégias de conversão de capitais. Há uma comunicação constante com estratégias "extra científicas" e com o espaço político (Hey, 2008: 114).

Os grupos de pesquisa podem ser analisados desde o ponto de vista interno, levando em conta o seu próprio padrão de pesquisa, ou a partir da sua relação com outros grupos, em disputas/colaborações em diferentes tipos de solidariedade (de natureza temática, disciplinar, institucional, geográfica ou política). No que se refere a institucionalização, seria possível indicar diferentes padrões entre grupos que, do interior ou do exterior a universidade, ligam-se a ONGs de direitos humanos, a movimentos sociais ou a organizações estatais, como polícias e secretarias. Do ponto de vista das redes políticas, estas organizações encarnariam a interação entre *advocacy networks*, *redes normativas de políticas públicas* e *comunidades epistêmicas* ligadas à estruturação de domínios de políticas públicas em direitos humanos e em segurança pública. É neste cruzamento que se delineiam embates em torno da definição do que é segurança pública, da independência do intelectual frente às pressões políticas e da identidade disciplinar do campo científico, evidenciando as relações de oposição estruturantes dos espaços em questão.

Abordamos a relação progressivamente mais estreita, embora permeada por tensões, entre intelectuais (produtores de conhecimento/verdade sobre a violência e o crime) e o Estado, reconfigurado através das alianças entre movimentos sociais locais e transnacionais originadas no processo de transição democrática. A estruturação de redes de pesquisa, nesse sentido, não fugiria à polarizações político-intelectuais. As teorias, linhas e projetos de pesquisa trazem consigo, explícita ou implicitamente, visões de sociedade subentendidas, princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. Assim, é o caso de estender a hipótese da associação entre agenda política e agenda acadêmica no desenvolvimento do campo de estudos (Lima, 2011) para averiguar a influência das linhas de força relacionadas às disputas pela orientação do sistema de justiça criminal nos modelos de relação entre saber e poder. As redes de pesquisa se organizariam segundo o investimento político em mudança dos setores/áreas de atuação que dividem esse sistema e buscam lhe dar coerência.

Articuladas a redes de ativismo, elas se estruturam a partir de posições de influência no sistema de justiça criminal brasileiro e, ao mesmo tempo em que mapeiam a desarticulação própria a este sistema, espelham suas divisões. Ou seja, o seu desenvolvimento pode ser compreendido através da oposição entre correntes de política criminal no interior do sistema de justiça criminal.

As disciplinas acadêmicas serão consideradas como fonte de recursos, de legitimação ou de crítica, em um quadro de disputas entre diferentes orientações de política criminal nas discussões sobre política de direitos humanos e de segurança pública, no plano da legislação, da reforma organizacional, da eficiência institucional e da formação profissional. Estas disputas, por sua vez, repercutem respostas variadas à *relação entre pesquisa básica e aplicada* - da politização constante (pesquisa como denúncia) à colaboração técnica (pesquisa propositiva e aplicada); e à *conceituação e seleção de objetos de pesquisa*, no qual se poderá perceber diferentes ênfases interpretativas da violência, da criminalidade e das formas políticas de controle. O embate entre correntes políticas nas agendas de reforma dos sistemas de justiça criminal e segurança pública tensionaria o campo de pesquisas entre a reconfiguração crítica do modelo de ciências criminais integradas ao direito penal e um modelo de criminologia independente, como formação profissional na área de gestão da segurança pública e justiça criminal.

Para a devida compreensão de como se deu a consolidação destas diversas redes, investiremos na reconstituição da trajetória de suas principais lideranças. Os Encontros e Congressos das Associações de Pesquisadores em Ciências Sociais, que constituem um ponto de vista privilegiado para análise da conversão de preocupações públicas em especialidades ou áreas de pesquisa, espelhando a tendência geral das discussões e alguns sinalizadores da relação entre política científica e campo político. Ensaaiemos, nesse sentido, a análise das posições de pesquisadores nas reuniões da ANPOCS, da ABA, da SBS e da ABCP, onde se realizaria a agregação de pesquisadores, de diferentes origens e perspectivas, que constituirão a fração de elite das disciplinas.

Através de alguns dos aspectos das trajetórias dos pesquisadores, considerados *construtores institucionais*, procuraremos indicar o quanto este desenvolvimento anda *pari passu* a uma acumulação de capitais científicos temporais (presidência de associações, cargos em comissões de avaliação), associada a experiências políticas e geracionais - como a militância na juventude de esquerda eurocomunista ou católica, o peso da circulação internacional (seja em exílio ou pelo sistema de bolsas em implementação) - e sua tradução na forma de novas referências teóricas, de vínculos a redes de atuação a partir da relação com forças políticas na transição democrática, especialmente dos primeiros governos estaduais eleitos em 1982. Vinculam-se, nesse sentido, a criação de temáticas, o reconhecimento científico e a legitimação

política dos agentes.

Plano de organização da tese

O estudo está dividido em duas partes, precedidas de um capítulo inicial, que propõe uma revisão das perspectivas de análise das relações entre saber/poder, da sociologia da ciência e da história das ciências sociais brasileiras.

Parte I

As ciências sociais e a "violência urbana" na transição democrática

Na primeira parte, a ênfase recai na transformação da "violência urbana" em problema nacional nos anos 1970 e na entrada de cientistas sociais na discussão sobre o tema ao longo dos anos 1980.

No *capítulo dois - Origens, evolução e decadência da "Criminologia tradicional" no Brasil*, analisamos a desconstrução do modelo positivista-etiológico de criminologia no país.

Nos três capítulos seguintes abordamos, de forma monográfica, os contextos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como matrizes de interpretação e formação de redes acadêmicas e políticas.

Parte II

A consolidação do campo da segurança pública no Brasil

Na segunda parte, enfatizamos as ligações entre a autonomização do campo da segurança pública e a estruturação nacional das redes de pesquisa a partir dos anos 1990.

No *capítulo seis - O campo da segurança pública como dispositivo de saber-poder*, através dos seminários da ANPOCS, da formação da SENASP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentamos o cenário mais amplo de institucionalização de grupos de pesquisa e sua relação com os processos de reconstrução do Estado na área de direitos humanos e de segurança pública.

No *capítulo sete - A Criminologia no Brasil: em torno de uma (im)possibilidade*, abordamos a relação dos pesquisadores brasileiros com a Fundação Ford, consideramos a

possibilidade do conceito de sistema de política criminal e confrontamos as diferentes percepções sobre a criminologia como profissão e área de saber.

No *capítulo oito - Trajetórias comparadas de construtores institucionais do campo da segurança pública*, situamos as representações e trajetórias dos principais agentes do campo, para então analisar as controvérsias disciplinares.

Por fim, uma reflexão conclusiva sobre os limites e as possibilidades do estudo. Mas antes, ainda nesta Introdução, traçamos os caminhos que conduziram ao interesse pela pesquisa e seus possíveis vieses, nos termos de uma autoanálise inicial; em seguida, apresentamos o panorama geral da discussão sobre "violência urbana" e de formação de redes de pesquisa e atuação do qual partimos.

A sociologia da sociologia como percurso iniciático

As questões de método são indissociáveis de uma reflexão sobre a trajetória do pesquisador e as condições de produção da pesquisa. O modo como se deram os contatos com os grupos estudados, a mediação da hierarquia do campo, a imagem que o pesquisador passa de si, interferem decisivamente na qualidade dos dados e são fatores a serem considerados na análise dos mesmos. Essas condições não são apenas estratégias de pesquisa ou meios utilizados para se chegar a determinados fins. Elas são em si mesmas partes constitutivas dos resultados, principalmente no caso de uma investigação que surge de uma inquietação reflexiva sobre o próprio campo a que pertence o pesquisador. Assim, além dos desafios metodológicos convencionais, em um trabalho de "sociologia da sociologia" contemporânea, onde a maioria dos autores analisados está ativa, produzindo avaliações sobre o trabalho de outros, assim como redirecionamentos do próprio trabalho, existem dificuldades particulares, relativas às "regras de convivência" nas ciências sociais brasileiras, que não aconselhariam "comentários críticos que possam ser 'explícitos' demais, ou que identifiquem problemas cuja resolução possa significar sacrifícios de interesses corporativos ou ainda relativizar a importância da contribuição de indivíduos ou instituições de prestígio estabelecido" (Sorj, 1995: 314). Os exercícios de reflexividade seriam próprios de pesquisadores com melhor posição dentro da hierarquia e expressos em revisões de literatura. Corre-se também o risco de ser ultrapassado pela dinâmica e volume da produção e de se recair na generalização apressada que a falta de perspectiva histórica traz consigo.

Seja por um quadro de possível tensão da hierarquia acadêmica, seja pela prioridade

concedida a trabalhos de caráter propositivo ou aplicado, a proposta de pesquisa em *sociologia da sociologia* costuma suscitar algum estranhamento entre os entrevistados e por vezes algumas recusas. Nesse sentido, especialmente nos momentos iniciais de pesquisa nessa área, tive como preocupação os possíveis questionamentos acerca da relevância do estudo e de seus riscos, seja para identidade da disciplina, seja para a imagem pública de uma instituição de pesquisa ou mesmo para a projeção de minhas estratégias, na medida em que de alguma maneira venho a figurar no interior das relações do campo. Contudo, mais das vezes as intenções de pesquisa foram tidas em boa consideração. Em alguns momentos, minha posição mais afastada de posições centrais de poder parecia trazer dificuldades para o entendimento mais aprofundado sobre as disputas do campo, em outros, ao contrário, parecia ter me oferecido a possibilidade de construir um ponto de vista mais objetivo. Este conjunto de impressões necessitaria ser trabalhado em relação à sequência de acontecimentos que afetaram minha trajetória até o momento. Contudo, como toda racionalização retrospectiva, tem seus limites. Deste ângulo, percebo que fui afetado por um conjunto de influências que antes não pude perceber com toda a nitidez e que me fizeram investir nesta proposta³.

O interesse foi se constituindo aos poucos, a partir de um conjunto de leituras e questionamentos surgidos de minha socialização em práticas de pesquisa, ainda na *Universidade Federal do Ceará* (UFC), no interior do *Laboratório de Estudos da Violência* (LEV), coordenado por César Barreira.

A escolha do LEV como opção de vínculo se constituiu em um processo de indecisão quanto ao futuro profissional, tanto a respeito de temas de predileção no âmbito do pensamento social brasileiro e da história dos intelectuais (com destaque para a questão das relações entre violência e dominação política), como de padrão de profissionalização e engajamento político, em um momento um tanto conturbado de descontentamento estudantil no *Centro Acadêmico Batista Neto* (CABN) frente à organização "laboratorial" do curso de ciências sociais, visto como "privatização" dos espaços do Departamento, e as clivagens na carreira, já antevistas implicitamente, entre pesquisadores profissionalizados em pesquisa e aqueles que teriam como espaço de possíveis a carreira no ensino público através da licenciatura. Para a tomada de decisão definitiva para participar da seleção do Laboratório, contou o contato com a amizade com colegas

³ Dentre estas, cabe destacar as aulas do prof. *André Haguette*, sobre epistemologia e sociologia do conhecimento; do prof. *Jawdat Abu-El-Haj*, com quem tive primeira vez contato com a área de pensamento político e social brasileiro, com a história da universidade e com a história da formação da sociedade cearense; do prof. *Diatahy Bezerra de Menezes*, a respeito da sociologia histórica da cultura no Brasil colônia e império; do pensamento social brasileiro e da história da sociologia brasileira; o prof. *José Estevão Machado Arcaño*, sobre teoria política e história política brasileira contemporânea; e o prof. *Neyara Araújo*, sobre a pluralidade teórica de perspectivas sociológicas críticas e engajadas.

de turma integrantes do LEV⁴ e também a possibilidade de custeio das despesas inerentes ao curso com uma bolsa de iniciação científica. Apesar do míngua recurso, ele foi definitivo para a autonomia em relação à família, em situação de crise financeira.

Durante meu período no LEV (de 2005 a 2007), passei pouco a pouco a conviver com novos temas, com uma rotina de trabalho e a observar as pressões sociais que incidiam sobre os pesquisadores no sentido de oferecer publicamente respostas e explicações para as manifestações de violência. Em uma primeira aproximação, pude perceber que a responsabilidade sobre muitas tarefas não estritamente intelectuais, concernentes à política acadêmica, e o desempenho de um papel público são facetas da prática social que correspondem às condições de um empreendimento coletivo de pesquisa, de consolidação de um espaço institucional de formação de pesquisadores e de resposta à sociedade. Uma referência importante foi o livro *Violência, povo e polícia* (1983), de Maria Victoria Benevides, sugestão feita por César como leitura para problematização e organização dos bancos de dados de imprensa do LEV. A participação nesta experiência me permitiu a definição de um objeto de estudo para a monografia, ligado ao debate sobre segurança pública em nível municipal, tema então em voga nas eleições para a prefeitura de Fortaleza.

Na construção da monografia, a leitura da produção local na biblioteca do Laboratório, em especial do livro *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*⁵, foi um importante ponto de contato com um universo de iniciativas, regionais e nacionais em torno da segurança pública, no qual a participação de pesquisadores na assessoria ou no desenvolvimento de políticas públicas consistia um aspecto importante⁶. A partir destas referências, cogitava me situar na discussão através de um estudo dedicado ao início dos estudos sobre violência no Brasil através de grupos e centros de pesquisa que despontavam como precursores nas minhas leituras iniciais, como o *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea* (CEDEC) e o *Núcleo de Estudos da Violência* (NEV/USP). As iniciativas em torno da segurança pública municipal, como a produção do *Instituto Fernand Braudel*, em Diadema, e do *Fórum Metropolitano de Segurança Pública*, em São Paulo, liderado pelo cientista político Paulo Mesquita Neto do (NEV/USP)⁷,

⁴ Mário Henrique Castro Benevides e Vinicius Limaverde Forte.

⁵ Análise das novas políticas implementadas no estado do Ceará a partir do governo Tasso Jereissati, fim dos anos 1980, produzido coletivamente em colaboração com pesquisadores da UFC, Domingos Abreu, e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Glauécia Mota Brasil, coordenadora do *Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética* (LABVIDA) e Geovani Jacó de Freitas, coordenador do *Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência* (COVIO).

⁶ Devo frisar a importante interlocução com Robson Augusto da Matta, colega de mestrado, nas discussões sobre o tema e também de Luiz Fábio Silva Paiva, em alguns momentos.

⁷ O texto de Paulo de Mesquita Neto e Carolina de Mattos Ricardo (2003), descrevendo a formação de centros de pesquisa e de intervenção e indicando referências para a análise e desenvolvimento de políticas de segurança pública municipal, tema que então me interessava, foi outra referência.

acabaram me direcionando para este grupo⁸.

Nesse sentido, dirigi meus interesses para a análise da formação deste centro de pesquisa, que me parecia então estratégica: como iniciativa pioneira de institucionalização temática universitária na área, ele teria agido como um “efeito-demonstração” no campo acadêmico, impulsionando a criação de outros grupos ao redor do país, como demonstraria a própria formação do LEV no Ceará, que teria se inspirado na experiência paulista, inclusive através do intercâmbio de estudantes para travar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas em São Paulo. Através do exemplo do NEV e sua característica de “híbrido institucional” (centro de pesquisa universitária e organização não-governamental), comecei a enxergar nas propostas de laboratórios, núcleos ou centros de pesquisa um processo de institucionalização que espelha uma tendência importante de reorganização da universidade após a reforma de 1968 e sua organização em departamentos (Vasconcelos, 2009). Cumprindo, ao mesmo tempo, o papel de produzir conhecimento (configurando uma especialização temática e não necessariamente disciplinar), formar pesquisadores e de incentivar abertura da universidade à participação no debate público, esta tendência formaria pontos de articulação entre Estado e sociedade civil organizada.

Todavia, neste momento, durante todo o ano de 2007 e primeiro semestre de 2008, ainda não tinha segurança sobre a viabilidade da pesquisa e nem sobre as hipóteses que traçava. Com uma primeira viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo (15 de Junho a 15 de Julho), incentivada pelo *Programa de Cooperação Acadêmica* (PROCAD), promovido pela CAPES, pude realizar uma pesquisa exploratória sobre os grupos de estudo existentes nestas duas cidades e assim fundamentar melhor as minhas opções. Nessa viagem comecei a perceber a complexidade que existe em mapear, mesmo que de forma superficial, as posições teóricas e metodológicas em disputa no campo das explicações sobre a violência e a criminalidade no Brasil, posto que isto acaba implicando no tratamento da representação que os diferentes grupos de pesquisa e seus líderes fazem de si e das demais perspectivas de análise em jogo. Existe não só uma variedade de temáticas e formas de entender as relações entre teoria e intervenção, como também disputas simbólicas pela fundação do campo, construção de genealogias, desqualificações e formação de alianças que, por vezes, sofrem a interferência dos conflitos em torno de projetos políticos e inserção em cargos de governo.

Após a viagem passei então a trabalhar com a hipótese de que o NEV poderia ser interpretado como resposta político-intelectual surgida no contexto da transição democrática que antecipa importantes relações e desafios dos pesquisadores deste campo. A ligação dos seus

⁸ Sou obrigado a destacar outra nota pessoal, a respeito do auxílio fundamental de Joannes Paulus Silva Forte na revisão do projeto.

pesquisadores com a militância em torno da denúncia e fiscalização do funcionamento das instituições de justiça e segurança pública e as relações que manteve em mobilizações em torno de projetos estatais, colocam o pesquisador frente a um conjunto diversificado de demandas que o enquadram não somente como ator dentro do mundo acadêmico, mas como ator também em outros espaços sociais. As tensões e reconfigurações ao longo da sua história expressariam tentativas de atualização frente às mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil nas últimas décadas. Relações estas que implicam em tensões, tanto no sentido das disputas por autoridade científica como no sentido de razões práticas de todo o tipo, de forma que, atualmente, há uma diversidade de experiências de institucionalização que, embora tenham o NEV como referência na área, nem sempre o têm como parâmetro de atuação. No campo temático, as articulações entre pesquisa e ativismo assumem diferentes significados. *Grosso modo*, podem ser exploradas dentro de um *continuum* que varia de um posicionamento crítico e “denuncista” à uma postura mais aplicada e propositiva, classificações estas que podem encobrir reais diferenciações, visto que mais das vezes são representações que os diferentes grupos de pesquisa e seus líderes fazem de si, compreendendo algumas “falácias de competição” (Misse, 2007).

Esta é uma questão que diz também respeito aos possíveis vieses da centralidade que concedi ao NEV no mestrado e a posterior escolha de um pesquisador deste mesmo grupo, Sérgio Adorno, como orientador no doutorado. Em um momento de construção de linhagens e traduções no campo, estas escolhas, sem dúvida, têm algum impacto na leitura dos propósitos da pesquisa. Mas, admitindo o risco inerente à empresa, busquei estabelecer limites de liberdade e independência crítica, no que contei com a plena autonomia concedida por Sérgio Adorno, assim como com sua paciência para minhas indefinições iniciais quanto ao peso da escolha de orientação no contexto desta proposta.

Comecei, então, a partir do doutorado, a investigar a formação de grupos de pesquisa sobre violência, criminalidade, direitos humanos e segurança pública, como campo de questões e de prática profissional. A intenção principal era focalizar os pesquisadores que, durante os últimos 40 anos, mais influenciaram a formação de outros pesquisadores em projetos institucionalizados. Embora no início não houvesse clareza sobre as relações que este trabalho possui com um contexto maior de mudanças e reflexividade sobre o campo, na medida em que leituras foram aprofundadas e diálogos foram construídos, tornou-se mais claro que a reestruturação de recursos e alianças no âmbito da política científica, assim como nas iniciativas governamentais para a área da segurança pública, vêm demandando esforços de (auto) reflexão. Os diferentes posicionamentos levam a implicações importantes para a autonomia do campo científico que somente uma análise do processo de institucionalização desse setor de estudos, focado nas

relações entre campo político e atento à historicidade de cada organização, poderia decifrar. Foi nessa direção que a presente pesquisa procurou caminhar.

Nesse percurso, utilizei o termo *sociologia da violência* para denominar uma produção que transita entre diferentes áreas das ciências sociais e diferentes universos temáticos. Contudo, esta abordagem hoje me parece limitada. Tendo em vista esta pluralidade, são variados os projetos disciplinares em construção, a exemplo da *sociologia da punição*, da *sociologia da força pública*, da *sociologia do crime*, da *sociologia da conflitualidade*, da *antropologia da violência*, da *antropologia do direito*, entre outras possibilidades. O entrelaçamento e hierarquia entre estas disciplinas passou então a figurar como estratégia de análise. A partir da configuração destas disciplinas em um campo de pesquisas disperso no interior das ciências sociais e de sua relação com o direito e atores da sociedade e do Estado, comecei a pensar na tensão entre modelos possíveis de relação: de um lado, a reconstrução crítica do modelo integrado de *ciências criminais*, de outro, uma concepção de ciência social aplicada à área de segurança pública e justiça criminal. Em ambos é a ideia de *criminologia* que retorna ao palco. As controvérsias a respeito desta identidade disciplinar, entretanto, por evocarem definições restritas de objeto de estudo e de sujeição do saber ao poder, parecem levar a impossibilidade de um consenso e à manutenção do caráter aberto e transdisciplinar da discussão.

A escolha desse prisma de análise deve-se em grande parte ao período de estágio sanduíche realizado na França, no *Centre de Recherches sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP) - centro de pesquisas vinculado ao Ministério de Justiça francês e à *Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines*. A experiência me permitiu a recuperação do cenário mais amplo de discussões sobre a criminologia no plano internacional, tomando a França como centro de controvérsias a respeito da identidade desta disciplina e de seu lugar na universidade (Mucchielli, 2014). O contraste entre o caso francês e os países anglo-saxões, onde a criminologia é aceita como identidade disciplinar, torna evidente a necessidade de pensar os diferentes significados da aceitação ou rejeição do rótulo criminologia, a depender do seu significado em termos de autonomia da ciência, de configurações disciplinares, de tradições de política criminal e de contextos nacionais.

A "violência urbana" no Brasil: um panorama inicial da relação entre problema público e agendas de pesquisa

No Brasil, a "violência urbana" torna-se um problema nacional no bojo de transformações

sociais complexas, que remontam ao contexto de resistência à ditadura e de luta pela redemocratização, período permeado por crises econômicas e por expectativas de mudanças estruturais com o advento de um novo regime político. A sua incorporação pelas ciências sociais corresponde a um campo de discussões, cujos contornos muitas vezes não são bem definidos, tendo em vista as diferentes perspectivas teórico-metodológicas, objetos de estudo, (sub)disciplinas, especialidades e áreas de conhecimento. Isto deriva em grande parte dos múltiplos sentidos e significados da noção de “violência urbana”, que marcará de forma constante a ligação entre pesquisadores e o debate público. Justamente por seu caráter abrangente, ela nos serve de entrada para um universo complexo, de ações e reações, em que se articulam sujeitos coletivos, especialidades acadêmicas, estruturas e procedimentos estatais para dar conta dos novos fenômenos de um social reconfigurado pelas transformações das últimas décadas do século XX.

Na medida em que ela foi incorporada às preocupações da sociedade e do Estado, temas antes circunscritos às disciplinas do direito e da medicina passam a envolver também outras disciplinas, como as ciências sociais, a psicologia, a educação e a saúde. Na esteira desse processo, se formaram linhas e grupos de pesquisa em universidades e institutos que investirão na análise de uma pluralidade de temas, conceitos, referenciais empíricos e domínios de atuação que gravitam em torno das formas, tipos, espaços e relações de violência e das instituições ou fatores relacionados à sua gênese ou ao seu enfrentamento. Em linhas gerais, estes investimentos se constituem a partir da recusa da associação entre pobreza e crime contida nas primeiras respostas à inquietação com a violência criminal, relacionada à sensação de impunidade e insegurança das camadas médias urbanas. A representação da "violência urbana" construída no debate público e pelo Estado a localizaria como um efeito ou um epifenômeno de causas e fatores estruturais, como a deficiência dos serviços de saúde, educação e lazer, a favelização, o desemprego e a desintegração familiar. O crime violento, nesse sentido, seria uma reação às carências sociais. Em complemento, o Estado não estaria sendo capaz de lidar com o problema, abrindo-se para as demandas de maior rigor punitivo e da reforma moral dos indivíduos desajustados em instituições disciplinares (Ministério da Justiça, 1980a).

Será então a partir desta representação da “violência urbana” que a criminalidade e os sistemas de segurança pública e justiça criminal passam a ser investigados por cientistas sociais sob a influência de escolas sociológicas internacionais, como a ecologia criminal, o interacionismo simbólico, os estudos organizacionais e a sociologia crítica de inspiração foucaultiana (Sinhoretto, 2011). Os estudos sobre prisão nos anos 1970 são considerados o marco inaugural deste campo, seguidos das pesquisas sobre polícia, criminalidade e direitos humanos, que concentrarão os principais esforços nos anos 1980 e 1990 (Lima, 2011). Essa sequência temática não é aleatória.

Ela responde às ambiguidades da passagem entre a constatação da extensão da violência do Estado às camadas médias da sociedade e a preocupação com a insegurança ocasionada pelo crescimento da criminalidade violenta, em meio a qual se despolitiza o olhar sobre a criminalização das camadas populares, em nome da adesão às demandas de ordem e punição.

Nesse sentido, as prisões políticas chamam a atenção para a realidade do preso comum, ensejando a desmistificação do seu perfil, geralmente associado à miséria ou ao “monstruoso”, assim como à análise da constituição das primeiras facções criminosas, que surgem no âmbito da prisão (Lemgruber, 1983; Ramalho, [1976]2008; Coelho, 2005; Brant, 1994). Os primeiros estudos sobre a polícia tiveram um sentido similar: a atenção à violência do Estado contra as classes populares e ao estudo das estatísticas criminais como produto de uma “lógica em uso” ligada à “criminalização da marginalidade” (Pinheiro, 1979; Coelho, 1978a; Paixão, 1982). Nessa área, as ênfases se dividem entre o diagnóstico da ligação entre a deterioração da polícia em grupos de extermínio e o apoio popular à resolução violenta dos conflitos (Benevides, 1982; Pinheiro, 1982; Fischer, 1985) e as possibilidades de autonomização da polícia frente às demandas ilegais como possibilidade de construção de políticas públicas de segurança (Paixão, 1982). As pesquisas sobre as causas do crescimento da criminalidade, por sua vez, enfatizaram a seletividade policial e penal (Coelho, 1978a; Paixão, 1982; Adorno & Fischer, 1987), ao mesmo tempo em que observaram o enraizamento das redes de tráfico de armas e drogas na cidade, através da conjunção entre mudanças nas redes políticas locais e na sociabilidade juvenil (Zaluar, 1985b). Um tema também a se destacar é o da participação de adolescentes na criminalidade, constantemente repostado como problema (Adorno, Bordini & Lima, 1999). Questões que passam a conviver com a “fala do crime” como princípio estruturador dos discursos sobre o medo, mediador da reprodução da insensibilidade com os padrões de violência estatal e da segregação urbana em condomínios fechados, alimentada por uma indústria de serviços privados de segurança (Caldeira, 2000).

Na esteira desses estudos, seria possível elencar uma série de pesquisas sobre os processos que conduziram formas e relações de violência específicas à agenda pública e governamental, como a violência sexual (Faleiros, 2010), a violência contra a mulher (Corrêa, 1983; Ardaillon e Debert, 1987; Izumino, 2004), a violência no trânsito (Arruda e Garcia, 2003), a violência contra a criança e o adolescente (Martins, 1991) ou a violência contra os homossexuais (Ramos e Carrara, 2006) que, por sua vez, fazem referência a uma vasta gama entrecruzada de pesquisas e ativismo. Nesse sentido, não se poderia falar de *um* percurso de construção da “violência urbana” como *problema público*, mas de vários momentos e caminhos através dos quais foram definidos os fenômenos considerados fatores de crise do sistema social, questionadas as suas causas e discutidas as suas soluções. A sua transformação em agenda governamental segue

dinâmicas e ritmos próprios, específicos de cada questão e região do país. No presente trabalho nos centraremos na discussão mais ampla de "violência urbana", como relação entre estrutura social e criminalidade, e suas relações com o sistema de justiça criminal a partir da agenda política dos direitos humanos e da configuração de um campo da segurança pública na atualidade.

Ao falarmos em *problema público* nos inserimos no âmbito das discussões sobre análise da atuação estatal em sistemas políticos democráticos. Trata-se de entender como, em determinadas conjunturas, grupos sociais se organizam no espaço público no sentido de chamar atenção para o que consideram "problema", entrando em conflito, negociação e/ou colaboração para definir os seus contornos e os atores autorizados e responsáveis pela adoção de medidas para sua solução. Em geral, a literatura que trabalha este tema (Cobb & Elder, 1971; Gusfield, 1981; Lenoir, 1996; Bourdieu, 1998) o entende como um processo sincrônico: 1) *reconhecimento pela sociedade* ou identificação do problema e ordenação da *agenda pública*, através da mobilização de grupos socialmente interessados em promover o reconhecimento público de uma questão, por meio de reuniões, comissões, requerimentos, programas, projetos e pesquisas de opinião ; 2) *a legitimação pela ciência*, por meio da criação de disciplinas mais próximas das demandas sociais e administrativas, que auxiliam na definição do consenso sobre as demandas e da "terapêutica" adotada; 3) *a institucionalização pelo Estado*, com a formulação de uma política na *agenda governamental*; 4) a sua formalização e implementação, sob a forma de regulamentações gerais, direitos, equipamentos e transferências econômicas e 5) sua avaliação, pelo próprio Estado ou grupos organizados.

Esta é uma sequência concebida em termos ideais. A definição de uma *agenda pública* não significa a necessária incorporação na *agenda governamental* e, no mesmo sentido, esta não significa nem sua *implementação* ou muito menos sua *avaliação*. Todo este encadeamento de ações depende da pressão política organizada de médio/longo prazo por parte dos atores interessados. Há possibilidade inclusive da agenda pública não convergir com a agenda política, o que possibilitaria a ocasião para aumento dos conflitos no sistema político, com o sufocamento de demandas sociais antes que estas consigam visibilidade. Ou seja, apesar de inter-relacionadas, as agendas são resultantes de disputa entre grupos com capacidades de mobilização e estratégia, não sendo possível ler os processos de construção de agenda pública apenas como consenso produzido na tomada de decisões, mas também como conflito e situações de violência. A depender do regime ou conjuntura, portanto, há maior ou menor abertura para a condução negociada de conflitos sobre que tipos de problemas devem constar na agenda governamental.

Nesse sentido, a começar dos anos 1970-80, podemos indicar reuniões, seminários e congressos que mobilizam parlamentares, juristas, cientistas sociais, agentes do Estado, meios de

comunicação e sociedade civil organizada no intuito de eleger quais os sujeitos, as situações e as relações eleitas como centro do problema da violência, no sentido de direcionar medidas e ações, tais como: a convocação, feita pelo *Ministério da Justiça*, de juristas e cientistas sociais para discutir o tema da violência urbana e a criação do *GT Direito e Sociedade* na *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais* (ANPOCS), em 1979; o *Seminário sobre criminalidade violenta*, promovido pela *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) e o *I Congresso Brasileiro de Violência Urbana*, no Rio de Janeiro; a reunião da ANPOCS com o tema *Violência Urbana no Brasil*; a formação de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) sobre as causas da violência - todos em 1980; o *XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política*, no Rio de Janeiro, com o tema *Violência social em cidades latino-americanas e europeias* e o *Seminário Crime, Violência e Poder*, na Universidade de Campinas (UNICAMP), ambos em 1982; e o *Seminário O Rio contra o Crime*, em 1984, que foi acompanhada de uma ampla pesquisa de opinião (Benevides, 1983; Carvalho, 1999; Misse, 2007).

Como podemos constatar por esta listagem de seminários e congressos no eixo Rio-São Paulo, as discussões sobre o tema da violência indicam uma preocupação com fenômenos que se desenvolvem nas décadas anteriores ao processo de abertura democrática, mas que têm nesse período o início de sua expressão pública. Se é possível indicar um momento central destes percursos certamente será preciso apontar as estratégias de redemocratização do Estado na área do sistema de justiça criminal a partir dos primeiros governos estaduais eleitos pela via democrática: Miguel Arraes (1987-1990), em Pernambuco⁹; Tancredo Neves (1983-1985), em Minas Gerais; Franco Montoro (1983-1987), em São Paulo; Leonel Brizola (1983-1986/1991-1994), no Rio de Janeiro. Experiências que teriam muito a iluminar as clivagens do debate público e acadêmico sobre o crescimento da criminalidade e discutir a tese da conversão da intelectualidade brasileira em espécie de “anel burocrático” no período da redemocratização (Lahuerta, 1999; 2001).

Deste processo se extraem importantes consequências para o caráter distintivo da discussão brasileira em relação à literatura internacional, em especial pelo papel desempenhado por pesquisadores como atores políticos na redemocratização. É possível destacar de antemão que a articulação de pesquisadores em um campo de estudos e ativismo em segurança pública e justiça criminal se realiza a partir das mudanças na sociedade civil, com a criação de organizações não-governamentais e da abertura de espaços de participação no campo burocrático, como já atestavam as revisões mais recentes sobre o tema:

⁹ Apesar de nos centrarmos nos estados do Sudeste, para uma consideração mais justa do cenário brasileiro, seria preciso considerar o caso pernambucano, onde o governo Arraes, articulado a grupos de pressão e ONGs de pesquisa e assessoria, propôs um programa considerado de ponta ao desenvolver uma política de prevenção da violência, aumento de recursos e construção de nova forma de agir e imagem para a polícia; uma nova política carcerária e mecanismos de controle da atuação judiciária e da segurança pública (Capeller, 1995).

Os últimos 25 anos cobrem um período da história do país marcado por profundas mudanças políticas, sociais e econômicas, das quais os cientistas sociais participaram como pesquisadores e como cidadãos. Eles viviam tais mudanças e sobre elas pensavam instalados nos lugares que ocupavam nas instituições universitárias, nos partidos políticos e nos movimentos sociais, que sofreram várias inflexões. Mais recentemente, com o advento das organizações não-governamentais, as transformações na articulação entre os dois campos - o intelectual e o político - tiveram profundo impacto nas pesquisas e na literatura produzidas (Zaluar, 1999: 217).

Ana Paula Miranda, Michel Misse e Roberto Kant de Lima (2000) também se referem aos anos 1990 como marco no sentido da abertura de “janelas de oportunidade” a partir dos cenários de “crises de segurança pública”, especialmente das que decorreram das chacinas da Candelária e do Vigário Geral¹⁰, no Rio de Janeiro; ou do Massacre do Carandiru, em 1992, e da série de ataques do *Primeiro Comando da Capital* (PCC), em 2001 e em 2006, no estado de São Paulo. Nesses cenários, a articulação entre mobilizações sociais e propostas políticas serão fundamentais para que as políticas de segurança pública se torne um dos objetos centrais do campo de pesquisas. Dessa maneira, na formação de centros, núcleos e laboratórios a partir do fim dos anos 1980, repercutiriam as agendas políticas da transição democrática, concorrendo para a definição conjugada de padrões de trabalho coletivo/profissional, de temas de pesquisa e de pautas políticas.

Portanto, se os primeiros estudos sobre criminalidade e violência foram iniciativas mais das vezes individuais, importantes transformações ocorrem a partir do momento em que se institucionalizam grupos de pesquisa. Perfis teórico-metodológico e políticos são criados, consolidados e reproduzidos. Há um adensamento do campo, em termos de número de pesquisadores formados e produção acadêmica. São criados novos espaços e novas interlocuções. Um contexto de relações recente que pode favorecer o entendimento de conflitos e mudanças importantes na universidade e nas instituições de segurança pública e justiça criminal. Cada vez mais os estudiosos do campo das violências têm enfrentado uma crescente demanda de diálogo e cooperação com movimentos sociais, ONGs, e órgãos de governo, em particular, as polícias civil e militar, que amplia o número de situações que tornam mais presente o sentimento de ambiguidade entre o discurso crítico e o analítico. Configuram-se diferentes variações em cada contexto regional, a exemplo de *São Paulo*, marcado pela aliança entre atividade de pesquisa e redes

¹⁰ Na Chacina da Candelária, sete crianças “moradoras de rua” foram metralhadas, quando dormiam, em área central da cidade. Na Chacina de Vigário Geral, 21 pessoas que não faziam parte do “mundo do crime” foram mortas. Os executores, em ambas, foram policiais militares (Landim & Siqueira, 2013).

nacionais e internacionais de ativismo em direitos humanos; *Minas Gerais*, onde a ênfase recai na aproximação com o Estado, em especial a polícia militar, através de um projeto universitário que interliga ciências sociais e administração pública; *Rio de Janeiro*, caracterizado pela aproximação entre centros de produção intelectual e plataformas políticas de reforma e gestão; e *Rio Grande do Sul*, de forte vinculação entre universidade e ensino em segurança pública.

Colocam-se importantes questionamentos: Quais as posturas que os pesquisadores chamados a intervir na criação de políticas públicas têm adotado frente à “maioridade política” que grupos sociais vêm assumindo e que têm questionado o lugar do intelectual como o porta-voz do outro? Quais têm sido as consequências, para o trabalho de pesquisa científico, da colaboração entre pesquisadores e instituições de segurança pública? Como, neste novo cenário, conciliar a prática da militância política e responder às demandas de caráter mais aplicado, conservando a autonomia universitária (Rifiotis, 1997; 1998)?

Questionamentos desta natureza vêm alimentando paulatinamente a ampliação dos debates sobre as práticas dos intelectuais neste campo. Já existe um conjunto de escritos e reuniões que se voltam para o mapeamento e análise da produção acadêmica e seu entrelaçamento com as alianças entre centros de pesquisa em redes de colaboração para criação de novas estratégias de diálogo entre pesquisadores e grupos estudados¹¹. Assim, o desenvolvimento institucional das ciências sociais, com a criação de associações, congressos, centros de pesquisa, pós-graduações, alia-se à adesão de novas correntes de pensamento e instituições supranacionais para a orientação de políticas, que consolidam o afastamento do modelo positivista-etiológico de criminologia através de correntes *críticas*, mas também repercutem correntes *realistas*, de esquerda e de direita, vinculadas a perspectivas de ciência social aplicada. Destaca-se a influência central de agências como a Fundação Ford e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que favoreceram a articulação nacional entre redes acadêmicas e políticas em organizações como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs)¹².

A interpretação sobre esse processo se traduz em diferentes olhares sobre as relações entre o histórico de lutas sociais dos anos 1970 e 80 e a gerência do Estado após a redemocratização: o primeiro sentido enfatiza as ligações entre as lutas políticas e a abertura do campo do poder na segurança pública a ideias e quadros de esquerda (Tavares dos Santos, 2009;

¹¹ Entre as principais revisões e trabalhos acadêmicos sobre a evolução das discussões no campo, cf: Adorno, 1993; Zaluar, 1999; Carvalho, 1999; Kant de Lima e outros, 2000; Lima, 2009.

¹² Iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que visa a construção de redes de colaboração e integração entre centros de pesquisa de várias regiões do país, no sentido de favorecer a pesquisa científica, tecnológica e de inovação em áreas consideradas estratégicas. A iniciativa do MCT parte do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, do Rio de Janeiro - FAPERJ e de São Paulo – FAPESP (Ministério da Ciência e Tecnologia, Edital n. 015/2008).

Lima, 2011); o segundo critica a participação do saber científico em processos de governamentalização e controle social (Karam, 1996; Malaguti, 2009; Lopes, 2009). De um lado, a lógica da denúncia, como crítica externa, é vista como ineficaz na concretização de mudanças, sendo necessário um posicionamento propositivo. De outro, a denúncia, mesmo sendo combatida quando dá vazão para tendências reativas e punitivistas, é ressaltada como estratégia de pressão quando articulada à independência crítica frente ao Estado. Entre a denúncia e a proposição, o problema central parece residir na construção de alianças entre movimentos críticos da sociedade civil e a crítica interna realizada por setores do Estado no sentido da mudança de orientações políticas gerais e práticas específicas.

Seja pela inclusão, na atividade estatal, de princípios causais, normativos e instrumentais originados de atividade de pesquisa, seja pela incorporação e naturalização de categorias estatais no campo científico, a resultante é uma proximidade ou comunhão de princípios entre círculos políticos, administrativos e acadêmicos. Por esta razão, há um questionamento recorrente a respeito dos níveis de distinção entre política e ciência, que se orientam a partir de dois diagnósticos opostos: da identidade entre saber e poder, através da cooptação do campo científico pela lógica estatal; e do distanciamento entre saber e poder, resultado das tensões advindas dos ensaios de reconstrução da lógica estatal em torno de novos princípios. Como explicar a afirmação simultânea, de um lado, do isolamento dos pesquisadores e conseqüente falta de influência nos processos de mudança e, de outro, de sua cooptação à lógica estatal?

Diante da pluralidade de posições e do quadro de tensões entre pesquisadores e entre estes e atores estatais, a estas alternativas não parece caber uma resposta simples. Nosso propósito não é responder afirmativamente ou negativamente estas interrogações, mas compreender a ambigüidade da sua co-presença. Não se trata, portanto, de afirmar uma completa indiferenciação institucional ou epistemológica, mas de problematizar as formas de articulação dos resultados acumulados no campo da ciência à competição política pela maneira legítima de definir a concepção de políticas estatais através de projetos de atuação e de reforma. Será preciso pensar o quanto a própria formulação destas interrogações é informada por disputas sobre a definição do conhecimento científico e sua organização e grau de autonomia e independência frente às redes de atuação e suas identidades profissionais e políticas.

CAPÍTULO I

Referenciais para o estudo da relação entre intelectuais e poder

Implicações analíticas e ético-políticas do referencial foucaultiano

Implícito na discussão está o pressuposto foucaultiano da sociedade como construção histórica com suporte em práticas discursivas no interior de disputas por imposição de uma verdade¹³ (Foucault, 1996). Os *regimes de verdade* de um momento histórico, - ou seja, a estabilização dos discursos que funcionam como verdade, de suas técnicas de obtenção, de suas regras de enunciação e de definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade -, baseia-se na atribuição de efeitos específicos de poder. Trata-se de considerar, nesse sentido, que o discurso não é neutro ou desinteressado. Haveria uma ligação circular entre verdade e poder: o poder produz verdade e a sustenta; a verdade produz efeitos de poder. Não somente o discurso descreve ou traduz as lutas, mas também luta-se para dominar o discurso, instrumento de guerra e meio de dominação. Em outras palavras, Foucault pressupõe que há uma pluralidade de regimes discursivos incomensuráveis, cada um apoiado por sua própria matriz correlacionada de práticas, e que estes regimes se sucedem historicamente. Cada regime incluiria seus próprios objetos de investigação, seus próprios critérios de validade, seus próprios procedimentos para gerar, armazenar e organizar dados e suas próprias sanções institucionais. É o nexos inteiro de tais objetos, critérios, práticas, procedimentos, instituições, aparelhos e operações que Foucault designa por seu termo "regime de poder/saber":

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] é a rede que pode se estabelecer entre esses elementos [...] pode aparecer como programa de uma instituição, ou, ao

¹³ A produção e circulação dos discursos seria pautada por procedimentos de controle, seleção, organização, redistribuição e aplicação (Foucault, 1996). Estes procedimentos se dividiriam em dois tipos. O primeiro controlaria a aparição do discurso e fixam regras de surgimento e significação, como o *comentário*, formas de perenização dos discursos através da acumulação de textos segundos; o *autor*, que cumpre a função de reduzir a multiplicidade do discurso à identidade de um eu; e a *disciplina*, conjunto sistemático de proposições, regras, técnicas, métodos e conceitos que determina o que pode ser aceito como objeto de conhecimento verdadeiro e que funciona como princípio de controle da produção do discurso através da reatualização permanente destas regras. O segundo tipo controlaria as condições de circulação e funcionamento dos discursos, prescrevendo as posições, gestos e comportamentos dos sujeitos que falam e a fixação dos efeitos de poder dos discursos (o *ritual*), segundo formas organizacionais mais ou menos restritas ou abertas, como associações acadêmicas, universidades e centros de pesquisa (*sociedades do discurso*), a imprensa, o escritor e o sistema que o apóia (*rituais da palavra*), ou grupos políticos, religiosos, o exército (*grupos doutrinários*), que definem a “maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996: 46).

contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade [...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência [...] É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele (Foucault, 1979a: 244-246).

Assim, no projeto foucaultiano de análise histórico-epistêmica do saber na modernidade, a *arqueologia* das formas discursivas é complementada pela *genealogia* das relações de poder. O saber emerge de lutas que atravessam o social no interior de *dispositivos estratégicos*, conjunto heterogêneo de instituições, discursos e objetos relacionados que produzem formas de objetivação e subjetivação (Foucault, 1979a). É sob esse prisma que Foucault buscou compreender a formação das ciências humanas, como saber normativo a partir das positivities do homem enquanto "ser que vive, trabalha e fala" (Foucault, 1999a). A expressão mais destacada deste projeto são suas análises sobre as novas tecnologias de poder desenvolvidas a partir dos séculos XVI. Em conjunção com a evolução dos grandes aparelhos do Estado, mas em contraste com o exercício da soberania clássica (baseada na repressão e no direito de matar), instalou-se uma nova economia do poder, que permitiram a circulação de seus efeitos de maneira contínua e ininterrupta, adaptada e individualizada; e, sobretudo, centrada em efeitos de *positividade e produtividade* sobre os corpos e sobre a vida. Uma primeira modalidade ou nível de análise destes novos mecanismos de poder é a *disciplina*, voltada às maneiras de conferir docilidade e utilidade aos corpos através da capilaridade de uma malha de regulações e controles nas prisões, escolas, asilos e exército, dentre outras instituições¹⁴.

Uma segunda modalidade é a *biopolítica*, noção utilizada para explicar o aparecimento, ao longo do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, de um poder normalizador que se exerce não sobre os corpos individualizados e nem disseminado no tecido institucional da sociedade, mas como política estatal na gestão calculada da vida, do corpo entendido como pertencente a uma espécie ou população, com suas leis e regularidades. Trata-se de normalizar a conduta da espécie; reger, manipular, incentivar e observar fenômenos coletivos, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida.

A dinâmica da "biopolítica das populações", entretanto, não é incompatível com a

¹⁴ "As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra 'natural', quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico" (Foucault, 1979b: 189).

“anátomo-política do corpo” desenvolvida pela disciplina. Há sobreposição constante entre as duas modalidades de poder. Mas, com a entrada da biopolítica como categoria de análise, opera-se uma mudança importante de ponto de vista: o poder soberano reaparece em posição privilegiada. Contudo, este não é mais o poder soberano clássico, baseado na imposição do direito de matar, pois trata-se de estimular e controlar as condições de vida da população, em fazer viver mais e melhor. Isto não significa a abolição do direito de matar, mas a sua subordinação: a mutação no exercício do poder soberano derivada da biopolítica trouxe consigo uma mudança de qualidade e escala no caráter da violência estatal, com a produção contínua da morte em massa, através da qual se garantem mais e melhores meios de sobrevivência. O incremento da vida da população não se separa da produção da morte, no interior e no exterior da comunidade, concebida como entidade biologicamente homogênea: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Foucault, 1999b:130).

Em seus últimos cursos, Foucault enfatizará a gênese e o desenvolvimento do Estado moderno liberal, afastando a noção tradicional de soberania e utilizando a noção de *governamentalidade*, conjunto de técnicas de exercício administrativo da biopolítica no âmbito do liberalismo político, em suas versões mercantilista, liberal e neoliberal. Será especialmente em suas análises sobre a generalização do princípio da racionalidade do mercado para outros domínios da vida social, derivada do neoliberalismo, que Foucault aborda uma outra forma de atuação do biopoder desenvolvida a partir do período pós-guerra: o eixo dos “exageros do poder estatal” passa a conviver com a presença cada vez maior de um eixo pautado no mercado. Emergem novas formas flexíveis e sutis de controle e governo das populações e dos indivíduos, os quais decidem reger e submeter sua conduta pelos princípios do auto empreendedorismo, tornando-se presas voluntárias de processos de individuação e subjetivação controlados por meio de regras e valores neoliberais da economia de mercado globalizado, para além dos domínios da soberania política tradicional (Duarte, 1999)

Foucault nos apresenta, portanto, um importante recurso analítico da conjunção entre saber e poder em dispositivos estratégicos ao longo dos últimos séculos. Porém, aspectos do seu pensamento apresentam dificuldades que merecem atenção. A primeira envolve as ambiguidades originadas de seu método e de sua noção de poder. Sem dúvida Foucault nos fornece uma abordagem da emergência de algumas modalidades do poder na modernidade e importantes *insights* sobre a sua natureza, que apontam os limites de orientações políticas de larga aceitação: o poder é produtivo e não apenas negativo, como afirma a proposição liberal (poder essencialmente repressivo); o poder opera nas extremidades do corpo social, no interior das práticas cotidianas (capilaridade que contesta as concepções que o enxergam como algo localizável no Estado ou na

economia), atingindo mais fundamentalmente as práticas do que as crenças; por fim, a suspensão do quadro normativo do liberalismo moderno e sua substituição por uma abordagem estratégica e militar do poder: pôr em parênteses o julgamento sobre a legitimidade ou ilegitimidade do poder permitiria a observação e descrição das formas de manifestação do poder independente de clivagens políticas e valorativas.

Mas o reconhecimento destes *insights* não nos desembaraça da questão ético-política presente em seu método. Para Nancy Fraser (1981), não obstante seus muitos aspectos empíricos valiosos, o trabalho de Foucault seria “normativamente confuso”. Ele falharia em conceber e perseguir uma única estratégia normativa consistente, acabando por forjar um curioso amálgama entre “descrição militarista amoral, jargão marxista e moral kantiana”. Ainda de acordo com Fraser, as raízes desta confusão poderiam ser atribuídas a algumas ambiguidades conceituais de sua noção de poder, em si uma mistura de neutralidade e engajamento. A posição do “valor-neutro” do poder nos colocaria em algumas dificuldades quando confrontada com o caráter politicamente engajado dos escritos foucaultianos, que nos fazem supor algum quadro alternativo de valores ou a não exclusão de todos os valores liberais. Para a autora, Foucault escreveria como se ignorasse a existência de todo o corpo da teoria social weberiana, com suas distinções entre noções como autoridade, força, violência, dominação e legitimação, fenômenos ou conceitos distintos que seriam simplesmente agrupados no seu conceito *attrape-tout* de poder. O potencial para uma ampla gama de nuances normativas seria descartado, resultando em uma certa unidimensionalidade normativa. Nesse sentido, seria essencial para o projeto de Foucault uma melhor distinção das variações entre conjuntos de práticas, formas de poder e a definição de pontos de vista normativos¹⁵.

Não cremos que a visão de Fraser seja um diagnóstico definitivo e isento de problemas, mas ela é útil por situar um dilema ético e teórico importante quando se trata de abordarmos a análise da violência como índice do dissenso social na contemporaneidade. No período recente, o pensamento foucaultiano é visto, seja pela teoria social contemporânea, seja por pesquisadores

¹⁵ Fraser aborda a questão do poder em Foucault situando duas principais alternativas de interpretação. Na primeira, o paralelo é feito com a obra de Marx e sua demonstração de que enquanto a troca contratual da força de trabalho por salários pretende ser simétrico e livre, na verdade é assimétrica e coercitiva. Marx não suspenderia plenamente as normas burguesas da reciprocidade e da liberdade, mas criticaria o seu papel ideológico. Foucault poderia, nesse sentido, ser lido de forma semelhante: sua descrição da micro-técnicas disciplinares demonstraria que enquanto a ciência social moderna pretende ser neutra e isenta de poder, ela envolveria assimetria e coerção. Não haveria suspensão total das normas liberais, mas sim pressuposição. De acordo com a autora, esta seria certamente um leitura que o próprio Foucault rejeitaria. Ela aponta então uma segunda alternativa, ligada às vinculações do biopoder com a problemática da racionalidade política. Em contraste com as distinções propostas por teóricos como Habermas, para o qual haveria um contraste entre racionalidade instrumental, unilateral, parcial e insuficiente, e uma racionalidade prática ou política, que carrega consigo um padrão normativo para criticar a modernidade, para Foucault não há contraste com nenhum pólo positivo e normativo. A racionalidade seria um fenômeno neutro, um instrumento de dominação *tout court*.

brasileiros, como ponto de partida para a crítica das novas formas de violência estatal e de segregação sócio espacial, das pautas políticas em segurança pública e do uso da ciência social como instrumento de controle social. Embora forneçam novos elementos para a interpretação crítica, estas formulações normalmente se enredam no dilema da analítica do poder e do posicionamento ético apontado por Fraser.

Em suma, trata-se de indagar sobre a possibilidade de diálogo entre a analítica do poder em Foucault e o liberalismo político expresso nas teorias que buscam fundamento seja na filosofia contratualista sem por isto retomar de forma ingênua (ou perversa) antigos ideais de unidade e ordem social. Arriscando uma interpretação, esta questão somente pode ser atravessada levando-se em consideração a impossibilidade, trazida pela analítica de Foucault, de um ponto de vista totalizante e externo sobre o social. A sua concepção neutra do poder poderia ser interpretada como ponto-limite de um investimento nesse sentido, a partir da qual se constataria que o real só pode ser acessado de uma forma perspectivista, no interior de uma relação de luta ou guerra. Seria desta maneira que a sua concepção de *intelectual específico* faria sentido como categoria articuladora da teoria e da prática (Foucault, 1979c) que nos reenvia ao funcionamento dos procedimentos de controle dos discursos no interior de dispositivos estratégicos de saber-poder.

Para os fins do presente trabalho trata-se de problematizar o seu aparato conceitual como ferramenta de análise empírica da produção e organização da ciência e sua relação com a política. Uma vez que em sua perspectiva a diferenciação entre estas esferas não se desenha de modo muito nítido, importa indicar os seus limites através do contraste com outras correntes, especialmente a sociologia da ciência.

Paradigmas clássicos e contemporâneos de análise da sociologia da cultura, dos intelectuais e das ciências

Do ponto de vista metodológico, a intenção é contribuir para superar as antinomias entre a história das ideias e a sociologia da ciência ou a história social dos intelectuais, ao apontar para uma relação complexa entre a produção de conhecimento, a formação de redes ou coletividades de pesquisadores, as trajetórias de vida, as posições institucionais e os projetos políticos em pauta. *Grosso modo*, a produção nestas áreas se divide entre uma posição *internalista* - que aborda o pensamento através da leitura interna de obras, da sua arquitetura conceitual e argumentos, individualmente ou em relação com outras obras -, e uma posição *externalista* - que investe na análise das condições sociais de produção das obras, considerando o perfil sociológico dos

agentes, suas representações e práticas sociais, e o espaço particular em que estão inseridos. Mais que fronteiras rígidas, configuram-se antes como posições polares que se combinam de modo mais ou menos equilibrado em cada trabalho, como se percebe nas diferentes ênfases, no Brasil, entre as áreas de Pensamento Social Brasileiro, de Sociologia da Cultura e da atuação política dos intelectuais como elite. Porém, há uma tensão permanente entre a ótica que esvazia uma obra de qualquer contexto e a que se centra especialmente no contexto, abdicando de uma incursão mais aprofundada no plano das ideias. Considerando o objeto e a problemática eleitas descarta-se, portanto, uma rígida afiliação a uma ou outra corrente. Mas, como há necessidade de clareza e delimitação conceitual, o presente trabalho mais se aproximará de uma sociologia dos intelectuais como elites políticas e sociais, almejando não descartar, como já dito, a análise das ideias (elemento primordial em qualquer definição de intelectual) e nem recusando pontes com a sociologia da ciência (ramo geralmente ligado às “ciências duras”, mas que possui férteis reflexões sobre como caracterizar o consenso e as disputas internas ao meio científico e a relação deste com a sociedade mais ampla).

Na busca de ferramentas analíticas para se colocar neste debate, será central considerar as contribuições das teorias clássicas e contemporâneas para uma sociologia histórica e política da vida intelectual.

As reflexões de Karl Mannheim (1986) sobre a *intelligentsia* como categoria sem vínculos, capaz de oferecer uma síntese dos diferentes pontos de vista sobre a realidade, apesar de não escaparem à crítica do idealismo, certamente são basilares e inspiradores de posicionamentos e estudos que focalizam o lugar dos intelectuais como elite. Fritz Ringer, em *O declínio dos mandarins alemães* (2000), retoma a questão em uma análise mais circunscrita e empírica sobre a intelectualidade alemã no processo de modernização da Alemanha, utilizando de suas opiniões sobre as transformações sociais e políticas em curso. Como elite social e cultural que adquiriu o status de mandarim mais por suas qualificações educacionais que por sua riqueza ou privilégios nobiliárquicos, sua ascensão estaria relacionada a um estágio intermediário do desenvolvimento capitalista, no qual o capital econômico não seria valorizado amplamente como qualificação de status social. Embora fosse uma comunidade intelectual integrada e homogênea, em especial pelo tipo de escolarização e status social, quando ameaçados pelas transformações na estrutura social decorrentes do desenvolvimento econômico, demonstraram pontos de vista diversificados, em uma disputa interna entre *ortodoxos* e *modernistas*.

Este redirecionamento empírico, voltado menos para as auto-concepções dos intelectuais em foco (embora seja matéria da análise) e mais para as disputas internas em relação com as transformações estruturais da sociedade, recuperou uma sociologia histórica de inspiração

weberiana, em viés contrastante ao proposto por Mannheim no estudo do pensamento conservador. Desse modo, é reposta a polarização entre posições *externalistas*, dos intelectuais e de suas instituições, e posições *internalistas*, centradas na análise genética de paradigmas/ famílias de pensamento ou de matrizes teóricas, conceituais e disciplinares. Serão apresentados abaixo, outros três investimentos, uns mais abrangentes que outros, que propuseram saídas para uma síntese das duas posições.

A primeira proposta em análise é a de Wolf Lepenies. Em seu estudo seminal sobre o surgimento da sociologia na Europa, em concorrência com a literatura e a ciência (1996), além da acuidade descritiva e analítica das redes de relações e dos embates políticos, o autor ressalta uma dimensão subjacente aos contextos analisados, o embate entre duas “culturas”, a humanista e a técnica, categorias com potencial heurístico para outros contextos. Em termos operacionais, interessa centralmente os “níveis de identidade” a partir dos quais, em outro momento, o autor pretende tecer uma história da sociologia: *identidade cognitiva* – relativa à peculiaridade e coerência das orientações, paradigmas, formulações de problemas e instrumentos de pesquisa em concorrência; *identidade social* – análise dos processos de institucionalização, estabilidade organizatória que garante a sobrevivência na luta pela reputação científica; e *identidade histórica* – reconstrução do passado da disciplina, que serve tanto a uma distinção entre as disciplinas concorrentes, como referência a que todos os membros da comunidade científica da sociologia podem se remeter (Lepenies, 1981).

A segunda proposição é a feita por Laurent Mucchielli, em seu *La Découverte du social. Naissance de la sociologie en France (1870–1914)*, reconstrói o percurso pelo qual a sociologia se tornou uma disciplina universitária no decorrer dos séculos XIX e XX. Levando em consideração a importância do contexto político-intelectual (a Terceira República, o avanço do socialismo, o Affaire Dreyfus), o livro aborda a vida interna desse novo campo de conhecimento através da análise da concorrência entre Émile Durkheim, Gabriel Tarde e René Worms. Três estratégias intelectuais e três redes sociais que se opuseram, com diferentes posicionamentos políticos, e com propostas ora mais próximas do direito, da psicologia ou da antropologia, o autor ressalta o padrão de trabalho de grupo que teria fornecido as condições da vitória de Durkheim. Algo a se destacar nesta e em outras obras do autor (1994), o lugar que a criminologia possui nas disputas pela hegemonia da sociologia, algo a ser contrastado com a construção da disciplina no Brasil. Importa ressaltar, em termos metodológicos, por um lado, a utilização da noção de redes pessoais, intelectuais, sociais e políticas como instâncias intermediárias entre indivíduos e instituições e, por outro, a constituição de uma *disciplina*. Enquanto forma padrão de organização da academia moderna, uma disciplina consistiria na reunião de um corpo de conhecimento transmitido de

maneira sistemática, em procedimentos e técnicas de investigação, em núcleos de questões que orientam agendas de pesquisa, sustentados em um conjunto de instituições - revistas, associações profissionais, conferências, agências de financiamento. Abordar um *processo de disciplinarização* impõe considerar a própria historicidade das definições das disciplinas em análise e o modo como são construídos no plano das ideias e ao mesmo tempo entram em disputa pela nomeação da perspectiva legítima (Mucchielli, 1998; 2001).

Uma disciplina ganharia forma, nesse sentido, através da tensão entre dois processos principais (Garland, 2009): a *especialização*, através do qual os fenômenos são construídos como objeto científico pela adoção de representações sociais e pela observação de espaços de relação concretos ligados à preocupações políticas (no caso em foco, a(s) violência(s) e o(s) crime(s), seus *lócus*, seus alvos e sua contenção); e a *síntese teórica*, por meio do qual a pluralidade de fenômenos designados por representações de senso comum é retrabalhada conceitualmente de modo a descrever e analisar *estados* e *processos*, que interligam o global e o local, o macro e o micro, história, cultura e conjuntura em um trabalho teórico-conceitual que orienta o conjunto de pesquisas num quadro interpretativo geral. Como resultado do equilíbrio entre os dois processos, os fenômenos estudados e as questões teóricas discutidas ensejam a formação de um *corpus* ou tradição de pensamento, onde são avaliadas as contribuições para o saber, fixado e revisado o cânone teórico e de pesquisa através dos quais estudantes são treinados. Ocorre a interligação de grupos de pesquisa em torno de projetos científicos de médio e longo prazo, por meio dos quais se realiza a disputa pela continuidade dos paradigmas desenvolvidos, no sentido de sua institucionalização acadêmica (pesquisa e ensino) e legitimação do conhecimento na vida pública.

Esta perspectiva se liga também aos estudos em sociologia da ciência, que têm como ponto de partida os processos sociais que vêm alterando, desde os anos 1970, a relação entre ciência, economia e Estado, no sentido da aproximação entre a produção do conhecimento científico e os processos de inovação das empresas (Carlotto, 2013). São duas as principais interpretações sobre esses processos, correspondentes a duas correntes no campo da sociologia da ciência (Shinn & Ragouet, 2008): a *antidiferencionista*, ligada às correntes construtivistas radicais e estudos etnográficos em laboratórios, que dilui as diferenças organizacionais da ciência e a especificidade epistemológica do saber científico, apontando (ou mesmo incentivando) a maior mercantilização da produção científica (Knorr-Cetina, 1981, 1992; Callon & Latour, 1991; Latour & Woolgar, 1996); e a *diferencionista*, herdeira dos trabalhos sobre a história e a institucionalização da ciência, que afirma a superioridade do conhecimento científico e as condições para a neutralização da subsunção da ciência à uma lógica externa (Merton, 1970, 1972;

Ben-David, 1965, 1974; Bourdieu, 1979; 1983; Shinn & Ragouet, 2008)¹⁶. Para os primeiros, sobretudo a partir da metade do século XX, novas tendências organizacionais, baseadas na ideia de inovação, impulsionariam o entrelaçamento entre ciência e sistema produtivo, de modo que a natureza do conhecimento científico e a atuação dos cientistas seriam marcados pela lógica política e econômica. Para os segundos, entretanto, estas seriam tensões constantes no desenvolvimento da ciência, não sendo possível afirmar a existência de duas fases completamente distintas, mas de tendências políticas baseadas em diferentes concepções sobre as relações entre ciência e sociedade.

Com base nessa discussão, ensaiaremos a elaboração de uma perspectiva não reducionista da atividade científica, razão pela qual recusaremos a filiação a modelos baseados estritamente na ação individual interessada, buscando uma perspectiva que aponte para as ambivalências presentes na interação entre cientistas e sua relação com a sociedade mais ampla. Nesse sentido, os estudos mais recentes em sociologia da ciência têm enfatizado a análise das configurações dos diferentes modos, sistemas ou *regimes de produção do conhecimento científico* - formas específicas de estrutura institucional, organização do trabalho, regime de recompensa e padrão de motivação, práticas e valores -, que permitem ou não conceber a ciência como esfera social diferenciada e autônoma ao longo do tempo (Shinn & Ragouet, 2008):

- O *regime disciplinar*: caracterizado tipicamente pela existência de sociedades científicas, estaria enraizado em laboratórios, departamentos universitários, revistas, congressos e conferências, procedimentos de certificação de competências, de retribuição, redes formais e oficiais, que ganharam maturidade no século XIX.
- O *regime utilitário*: caracterizado tipicamente pelas associações profissionais, feito por uma população heterogênea de técnicos, engenheiros, especialistas, consultores e cientistas especializados na aplicação do conhecimento a um problema técnico particular;
- O *regime transitório*: ciência desenvolvida na periferia dos campos disciplinares clássico e utilitário, feita por agentes que atravessam as fronteiras de suas disciplinas de pertencimento para buscar técnicas, dados, conceitos e cooperação em outras disciplinas vizinhas, em um movimento de ir e vir.
- O *regime transversal*: ao qual dá a maior ênfase, como caracterizador de um novo

¹⁶ Esta divisão recobre, por sua vez, um conjunto de subdivisões e oposições internas, entre construtivistas, entre si e entre seus oponentes, a respeito das fronteiras entre ciência e sociedade na fabricação do conhecimento, do uso do método etnográfico e sua relação com a epistemologia, interesse e desinteresse, com consequências diversas no plano de uma política científica intervencionista ou não intervencionista. Para uma boa síntese, em diálogo com a política científica brasileira (Carlotto, 2013).

modelo de construção institucional de relações entre indústria, ciência e governos.

Quanto a este último, os autores promovem a perspectiva de análise e modelo normativo (o da Tripla hélice, com base em um *aggiornamento* completo das relações entre a universidade, a indústria e o Estado) contrapondo-o a outros, em especial as correntes alinhadas à “nova produção do conhecimento” (Gibbons et al, 1994), para as quais haveria a desaparecimento das disciplinas científicas e atrofia do controle pelos pares sobre a direção e o conteúdo dos programas de pesquisa, dirigidos pela definição pública e estatal dos problemas sociais e econômicos.

Esses autores procuram investir cada vez mais na análise articulada da ciência em suas múltiplas dimensões - como discurso, instituição e conjunto de práticas - buscando situar abordagens etnográficas em uma perspectiva histórica e comparativa. No centro da discussão se encontraria a manutenção do regime disciplinar de produção e difusão científica, historicamente baseado na universidade desde o início do século XIX (quando os Estados nacionais orientaram a produção e reprodução do conhecimento para uma forma de organização), ao mesmo tempo unida ao Estado e lutando por independência da intervenção política e contra a vinculação às demandas práticas de curto prazo. Neste regime a organização do trabalho é determinada pela especialização teórica, metodológica e técnica interna a cada disciplina. Os pesquisadores se distribuiriam pelas áreas, temas e problemas que as disciplinas acadêmicas definiram como sendo os mais importantes e prioritários através de um processo interno de tradução de interesses sociais (Shinn, 2008).

Esse processo evoca, por sua vez, a ideia de *campo científico* como dinâmica de hierarquização de diferentes disciplinas em meio às disputas entre grupos de pesquisa por recursos burocráticos (Bourdieu, 1979; 1983). Através da noção de *campo*, espaço de disputa com leis próprias, pretende-se situar o autor ou obra ligados aos acontecimentos econômicos e sociais, porém, sem conexão direta à sociedade, evitando reducionismos materialistas, como determinismos de classe. A noção de campo supõe um espaço objetivo de relações de força que estruturam as práticas dos indivíduos envolvidos em sua zona de influência, que é lugar de conflitos, dominação, lutas, estratégias, monopólios, interesses e lucros, que se revestem de formas específicas, de acordo com o campo de que se fala. Ele inclui, nesse sentido, uma espécie de socialização secundária que torna os agentes detentores categorias de percepção adequadas ao campo em questão. No caso daquele aqui considerado, o campo científico, os agentes estariam em concorrência pelo monopólio da *competência científica*, pela imposição de uma definição legítima da ciência conforme seus interesses, através da mobilização de dois tipos de capital: um, dito *científico*, relacionado intimamente ao reconhecimento entre pares; e o outro, *temporal*, que

remete ao poder institucional sobre os meios de produção (crédito financeiro) e reprodução (participação em comissões e conselhos de avaliação); o primeiro, adquirido na produção e veiculação de ideias científicas; o segundo, ligado às estratégias políticas e institucionais de ocupação de espaços; ambos passíveis de conversão no outro por meio de estratégias de acumulação de crédito de reconhecimento (Bourdieu, 1996; 2001; 2004).

Esta dinâmica, por sua vez, está atrelada ao processo de construção do Estado moderno não somente como monopólio da violência física legítima, mas também de uma violência simbólica, fundamento da reprodução da ordem social. A monopolização dos impostos e da força física ocorre em paralelo à constituição de um corpo de funcionários legitimados pelos títulos escolares e universitários. Em outras palavras, a concentração do capital militar e do capital financeiro é acompanhada por uma concentração de um capital simbólico de autoridade reconhecida, legitimadora do poder estatal, no que se destaca a constituição do campo jurídico. Trata-se de uma análise do Estado que o enxerga como a concentração de capitais dos mais diversos tipos e que toma a forma de um capital específico, estatal, que permitiria ao Estado (ou campo burocrático) exercer um poder sobre os diversos campos e o trânsito de capitais entre eles.

Certamente é preciso contrastar este modelo de gênese do Estado, calcado na história francesa, com outras realidades particulares. Mas há um princípio que se destaca desta perspectiva ao incidir em uma análise do lugar que ocupam intelectuais, e também as ciências sociais, no processo de construção do Estado e que será útil à análise aqui empreendida. Este princípio diz respeito a uma dificuldade específica da questão do Estado: “sob a aparência de pensá-lo, a maior parte dos estudos consagrados a esse objeto, sobretudo em sua fase de construção e consolidação, participam, de modo mais ou menos eficaz ou mais ou menos direto, de sua construção, logo, de sua própria existência” (Bourdieu, 1996: 95). Dessa maneira, compreende-se como se forma uma nobreza de Estado que, “ao produzir o discurso performativo sobre o Estado [...], sob a aparência de dizer o que ele é, fez o Estado ao dizer o que ele deveria ser” (*Ibidem*: 121). No mesmo sentido, a ciência social seria “desde a origem, parte integrante desse esforço de construção da representação do Estado que faz parte da própria realidade do Estado” (*Ibidem*: 96).

Este prisma de análise repõe, a seu modo, o dilema da construção das ciências sociais entre a busca da independência/autonomia científica na compatibilização entre a lógica interna da atividade científica e as demandas externas:

[...] um modelo que visa dar conta das variações do estado dessas disciplinas conforme as nações e conforme as épocas, deveria levar em conta dois fatores fundamentais: por um lado, a forma que assume a demanda social de conhecimento do mundo social, sobretudo em virtude

da filosofia dominante nas burocracias de Estado [...], uma forte demanda estatal podendo assegurar as condições favoráveis ao desenvolvimento de uma ciência social relativamente independente das forças econômicas, mas fortemente submissa às demandas estatais; por outro lado, o grau de autonomia do sistema de ensino e do campo científico em relação às forças econômicas e políticas dominantes – autonomia que supõe, sem dúvida, ao mesmo tempo, um grande desenvolvimento dos movimentos sociais e da crítica social dos poderes e uma grande independência dos especialistas [...] em relação a esses movimentos. A história atesta que as ciências sociais não podem aumentar sua independência em relação às pressões da demanda social, condição principal de seu progresso em direção à cientificidade, sem o apoio do Estado: assim fazendo, correm o risco de perder sua independência em relação a ele, a menos que estejam preparadas para usar contra o Estado a liberdade (relativa) que o Estado lhes garante (Bourdieu, 1996: 96-97).

Por isto, o campo científico é aqui considerado como perpassado e sustentado por relações e atividades que transcendem o espaço das normas, trocas, conflitos e dominação conforme critérios de legitimidade propriamente científicos. Os especialistas são entendidos também como atores desempenhando papéis não científicos, como negociadores de recursos, em relação com agências de financiamento, administradores, editores, diretores de instituições científicas, com implicações importantes para o trabalho de pesquisa. As relações entre cientistas e não-cientistas implicam escolhas e decisões, tidas muitas vezes como técnicas, em que métodos e interpretações são traduzidos entre diferentes linguagens e negociados. A interação dos agentes é vista como apresentando relações de dependência mútua em termos de recursos e suporte em transações contínuas e contextualizadas, nas quais o próprio interesse é fruto de negociação.

Para a realização de uma sociologia da ciência baseada na noção de campo, seria necessário então 1) apreender os eixos de posição em torno dos quais se distribuem os agentes, 2) relacionar a autonomia deste espaço em relação aos poderes temporais e 3) construir o espaço de tomada de posição dos agentes ligados ao espaço de posições por uma relação de homologia. Em outras palavras, encontrar correspondências entre a estratificação de um campo e as maneiras possíveis de fazer ciência de acordo com o que é expresso na produção dos agentes do campo. Contudo, se esta perspectiva, por um lado, é eficaz na análise das disputas que envolvem a atuação de elites culturais, por outro, apesar de suas promessas, em pouco contribui para discussão das ideias propriamente ditas, a não ser por aspectos de estilo de fazer científico ou *tomadas de posição*. Bourdieu aponta para a influência da hierarquia social dos campos científicos ou disciplinas na orientação das práticas, particularmente nas “escolhas” e “vocações”, contudo, ao tornar sinônimos campo científico e disciplina, acaba por ocultar o conteúdo, apenas subentendido nas disputas (Bourdieu, 1979; 1983). Em suas últimas obras, entretanto, Bourdieu matiza sua

concepção ao entender a ciência como constituída por campos locais (disciplinas) que possuem em comum interesses e princípios mínimos (Bourdieu, 2001).

A sua perspectiva começa, então, a considerar as diferentes modalidades de campo científico e oferecer parâmetros de análise de processos de segmentação da ciência em disciplinas e especialidades de acordo com processos de desclassificação e oportunidades abertas, mobilidade de carreiras na medida em que a universidade acrescenta às suas tarefas tradicionais de ensino e pesquisa a da inovação tecnológica e envolve-se ativamente em práticas econômicas e problemas sociais. A disputa pelo reconhecimento ou pela autoridade científica, já colocada por Bourdieu (1998) como capital acumulado e passível de ser transformado em capital de outro tipo, se abre, nesse sentido, não apenas nas disputas internas dos cientistas, mas para o movimento de conversão e reconversão de recursos presente nas negociações entre especialistas e não-especialistas, entre legitimidade interna e externa.

Um dos conceitos que expressa esta visão é o de *arena transepistêmica* ou *campo transcientífico* (Knorr-Cetina, 1981; 1982), que pretende superar os modelos explicativos baseados nos conceitos de *comunidade científica* ou mesmo *campo científico*, ao propor não somente o estudo das interações entre os cientistas, como também, das relações entre o cientista e a sociedade (Baumgarten, 2004). As estratégias dos cientistas visam o alargamento permanente do *ciclo de credibilidade*, conceito que pretende descrever o processo permanente de conversão dos mais diversos tipos de recursos: do reconhecimento científico aos financiamentos, destes aos meios de pesquisa, destes aos dados, depois às análises e às publicações e destas ao reconhecimento (Latour & Woolgar, 1988; Latour, 2000). Ou seja, no modo de produzir conhecimento estariam incluídos não apenas interesses cognitivos, mas problemas práticos, demandas econômicas ou sociais. A ideia de "comunidade científica" passa a incluir as articulações políticas dos especialistas com sociedades científicas, agências financiadoras, ONGs, empresários, uma rede que interliga o conhecimento produzido às transformações da sociedade¹⁷.

A este enquadramento há que se acrescentar ainda a construção de um mercado para os produtores de "saberes de Estado" e de uma dinâmica de importação-exportação simbólica desses saberes, dominados pelos Estados Unidos. É o que afirmam Dezalay e Garth (2002) em análise sobre o papel dos *experts* ou consultores internacionais como produto de uma história de competição internacional dos saberes de Estado. Estes seriam sucessores e concorrentes dos juristas e dos missionários que serviam de intermediários ao poder colonial. Os *experts* em governabilidade imprimiriam diretrizes políticas, atuando como técnico-políticos provenientes do

¹⁷ Estamos conscientes para as distinções epistemológicas e metodológicas que separam Pierre Bourdieu e Bruno Latour. (Bourdieu, 2004).

universo acadêmico e científico (Hey, 2008). Como podemos perceber, por esta perspectiva, a ciência ocupa um lugar estratégico, uma vez que as ideias são concebidas como instrumentos de luta política pela definição legítima de problemas e suas soluções. Nesse sentido, na estruturação desta complexa rede de atores e instituições, em não poucos momentos, a lógica científica da especialização alia-se à lógica da ação, em projetos de intervenção, modificações legislativas e consultorias, no que caracterizaremos como processos de estatização, a formação de redes de atores - intelectuais, dirigentes políticos, operadores do direito e gestores públicos - voltadas à legitimação política dos princípios causais, normativos e instrumentais a que estão identificados (Kaluszynski e Wahnich (org.), 1998).

Os estudos sobre "processos de estatização" se desenvolveram especialmente a partir do aprofundamento da mundialização e seu impacto nas relações internacionais, que teria originado uma série de pesquisas sobre os processos políticos ligados à criação de instituições e princípios de gestão internacional, de construção de problemas públicos, processos decisórios e formulação de políticas. Trata-se de entender como, em determinadas conjunturas, grupos sociais se organizam para chamar atenção do que consideram problema, entrando em conflito, negociação e/ou colaboração para definir os seus contornos e os atores autorizados e responsáveis pela adoção de medidas para sua solução. Indaga-se sobre como a própria estruturação do Estado se modifica com a entrada destes novos atores, sobre quais as razões desta maior permeabilidade à pressão social e sob quais formas ela se efetiva.

No que diz respeito à *gestão internacional*, enfatiza-se a incerteza advinda das transformações sociais das últimas décadas, vista como característica da maior parte das responsabilidades de gestão. Nesta situação, os comportamentos não poderiam mais obedecer a regras institucionais ou de poder e novos modos de ação poderiam então ser estabelecidos (Haas, 1992). Esta mesma caracterização pode ser estendida também a certos momentos críticos da vida nacional, quando "janelas de oportunidade" se abrem a partir do encontro entre problemas e forças políticas que lhes são favoráveis, através da formação de coalizações de defesa de ideias, normas e interesses voltadas ao convencimento de círculos profissionais da elite política e administrativa no estabelecimento de agenda política e de inovações institucionais (Kingdon, 1984; Sabatier, 1988). Assim, reduzir a incerteza através da partilha dos riscos pela consulta será um princípio fundamental da passagem progressiva das decisões políticas de mundos restritos e exclusivos a configurações mais largas de participantes no processo político (Hecló, 1978). Será através de uma "rede de pessoas informadas" que as questões de políticas públicas serão definidas em uma aprendizagem recíproca que resultaria na tendência ao desaparecimento das fronteiras entre governo e grupos sociais. Na medida em que as demandas de informação aumentam, os atores

políticos se direcionam a novas fontes de conselho e legitimidade, nas quais o conhecimento científico ocupará lugar estratégico (Adler et Haas, 1992).

Um domínio de políticas públicas constitui-se através de um conjunto de ideias e propostas a respeito de problemas públicos e objetos de ação do Estado:

A formação de um domínio de política pública se define numa sucessão de debates públicos de manifestação de conflitos sociais e que a ação política ocorre continuamente na mobilização de recursos argumentativos e ideias por parte de atores políticos em distintas arenas públicas. Essas disputas, segundo Fuks (2000), são os conflitos que definirão a *policy image*, ou seja, o conjunto de ideias ou “pacotes interpretativos” que formam a cultura de um assunto público. A disputa definirá as ideias “vencedoras” e que passam a ser hegemônicas em um domínio de política. O processo de definição do que Fuks (2000) chama de “*policy image*” é a compreensão socialmente difusa de um objeto de política pública (Pavez; Toledo; Gonçalves, 2012: 04-05).

Um domínio de políticas públicas prevê, portanto, uma contínua construção social da realidade, permeada por conflitos. Mas, para constituir-se como arena política relativamente independente, ele tende a apoiar-se em um conjunto central de organizações voltadas à reflexão sobre os problemas e à promoção de soluções viáveis (Knoke, 2003).

As *comunidades epistêmicas* (Haas, 1992) são uma das principais maneiras de conceituar a morfologia e a atuação das redes de profissionais que reivindicam com autoridade política a partir de uma competência reconhecida em um domínio particular. Podendo reunir profissionais de disciplinas e origens variadas, as *comunidades epistêmicas* seriam caracterizadas por partilhar uma mesma crença a respeito das normas e princípios de ação social, das causas dos problemas observados e das noções de validade para definição do conhecimento no seu domínio de competência. Outra de suas características seria a sua capacidade de institucionalizar sua influência em políticas internacionais, aumentando as chances de convergência no comportamento de diferentes Estados. Como os decisores políticos solicitam sua opinião e lhes delegam responsabilidades, os membros desta rede se consolidam em torno de políticas públicas, tornando-se atores fortes tanto ao nível nacional como transnacional. Mas esta não é a única maneira de conceituar as redes que interagem no processo político. Estas variam de acordo com sua composição, seu modo e contexto de atuação, seja no estabelecimento da agenda política ou em sua transformação em proposições legislativas concretas. A tabela abaixo permite resumir um conjunto de possibilidades (Josselin, 1995):

Tipo de Rede	Comunidade Epistêmica	Redes Normativas	Redes de política pública stricto sensu
Valores ou interesses subjacentes	Normas, causas, princípios normativos, noções de validade	Princípios normativos	Interesses materiais
Atores centrais	Cientistas, especialistas	Organizações governamentais e não-governamentais	Organizações governamentais e grupos de interesse
Base de influência	Expertise, saber coletivo	Político-midiática	Peso econômico
Campo de atividade	Diversos, com alto nível de tecnicidade	Políticas com dimensão ética	Políticas setoriais

Mas, embora seja possível classificar conceitualmente as diferentes redes, na prática há constante entrelaçamento no seio de um mesmo domínio, a exemplo de *comunidades epistêmicas* de juristas no interior do campo dos direitos humanos e as *redes normativas* englobando organizações governamentais e não-governamentais ao lado de fundações privadas, que seriam centrais como propulsores de reformas (Sikkink, 1993). Quaisquer que sejam as maneiras de caracterizá-las, são estas redes e grupos que permitirão religar duas tendências que pareceriam contraditórias: o alargamento da participação de organizações no processo político e o fortalecimento da especialização tecnocrática das políticas modernas. Um fenômeno que se consolidará a partir da construção de um mercado para os produtores de saberes de Estado e de uma dinâmica de importação/exportação desses saberes, dominado pelos Estados Unidos e seus mecanismos de legitimação a partir da Segunda Guerra Mundial (Dezalay e Garth, 2002; Hey, 2008).

Para considerar a efetividade destas estratégias é preciso situá-las frente a dois aspectos inter-relacionados: a concorrência entre os circuitos de formação intelectual americano e europeu; e as características do campo nacional importador. Quanto ao primeiro aspecto, as estratégias americanas se confrontam com uma longa herança dos circuitos de políticas coloniais na reprodução das elites locais legitimadas e construídas por relações internacionais em viagens aos centros da vida intelectual e política, especialmente Paris e Coimbra. A resultante principal é a construção de um ideal aristocrático de governo, conforme uma educação geral cujo centro é o Direito, que fornece a socialização para a atuação em posições de liderança como intelectuais, políticos e homens de negócio nos países colonizados. Dessa maneira, uma conexão chave se constituiria entre faculdades de Direito e o Estado, com a predominância de um tipo de intelectual de perfil aristocrático-oligárquico. Em contraste, o mercado internacional de ideias modelado nos EUA durante o século XX investirá em um perfil de formação mais ligado ao ideal do

profissionalismo e à linguagem da economia. Na relação entre influências globais e transformações do Estado no plano nacional, forma-se um novo perfil de elite intelectual concorrente. O ideário de direitos humanos, as disputas ligadas à transformação dos Estados autoritários e as crises econômicas a partir dos anos 1970 fornecerão as principais entradas para esta estratégia. Não se pode, portanto, observar esta dinâmica simplesmente como estratégias internacionais, tendência das análises baseadas nos conceitos de *comunidades epistêmicas* e *advocacy networks*, mas perceber os seus entrelaçamentos o estado das disputas no interior das histórias nacionais.

Através deste referencial seria possível perceber a transformação de um sistema de convicções em programas governamentais, argumento central para a análise da autonomização de domínios de política pública em direitos humanos e em segurança pública no Brasil. Veremos, então, que este campo só se torna inteligível levando em conta a construção de redes, unindo políticos, administradores, cientistas, operadores do direito na construção de novos princípios para a política criminal desenvolvida pelo Estado. Um cenário que exigirá um olhar atento às transformações na relação entre intelectuais e política no Brasil contemporâneo, que se tornaram, progressivamente alvo de novas reflexões, que ressaltam ora a autonomização do campo científico em relação ao campo político, ora para a quase indistinção entre os dois domínios, como na literatura que aborda a formação dos "anéis burocráticos" (Lahuerta, 1999).

Este enfoque repõe a problemática mais ampla da relação entre intelectuais e poder, que perpassa de maneira central o presente estudo. A questão da presença e do modo de existência e atuação dos intelectuais na política foi alvo de leituras já consagradas, que fornecem noções e tipologias (intelligentsia; intelectual tradicional ou orgânico; intelectual específico; ideólogos e experts...) úteis na discussão sobre a autonomia ou a ligação desta fração às disputas entre grupos e classes sociais. Contudo, esta produção trabalha com o pressuposto da divisão entre uma história das ideias e uma sociologia dos intelectuais e, em geral, oferecem uma delimitação mais ampla do intelectual como "homem de cultura", deixando em segundo plano as diferenças e o detalhamento dos terrenos institucionais nos quais estes atores se situam que, por sua vez, não são suficientes para uma sociologia que procure situar as ideias nos movimentos mais amplos de transformação da sociedade. Por isto, para uma aproximação maior com objeto da presente pesquisa, é preciso percorrer também algumas das saídas encontradas pelas ciências sociais brasileiras na análise da vida intelectual no país.

Referenciais nacionais para análise da história das ciências sociais brasileiras

Os trabalhos sobre vida intelectual no Brasil se fundamenta no cruzamento da história e da sociologia, com um conjunto variado de temas e lentes de análise. Um dos seus mais importantes focos se concentra no estudo do final do século XIX, em seus diversos matizes, abordando a importação de escolas de pensamento (evolucionistas, naturalistas, positivistas etc.) nas interfaces constituídas entre vida cultural, literária, profissional e política, com destaque para a figura do romancista, do bacharel, do médico e do engenheiro, inclusive em termos de história da criminologia (Adorno, 1988; Schwarcz, 2000; Alvarez, 2003;). Sem pretensão exaustiva, como grande tema está a relação entre trajetórias intelectuais, obras culturais e a questão do modernismo e da modernidade na constituição do Brasil como nação. História e Sociologia da vida intelectual, Sociologia da Cultura e Pensamento Social Brasileiro se entrelaçam em um propósito comum, retrabalhando de maneira mais nuançada a relação entre, de um lado, a atividade ensaísta, literária e artística e de outro, a produção acadêmico-científica (Arruda, 2004).

Nesse universo, em *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (2001), Angela Alonso propôs um caminho possível de análise da relação entre produção de ideias e sua relação como movimentos políticos. Seu principal ganho analítico se deve à vinculação das ideias, entendidas como *repertórios* (conjunto de recursos intelectuais disponível em uma sociedade em certo período), à ação coletiva empreendida por intelectuais (e não diretamente à posição social ou ao quadro institucional), cuja atuação é entendida como um movimento social envolvido com as oportunidades originadas em um contexto de mudanças estruturais da sociedade (Tilly, 1978; 1993). Contudo, em grande parte, a opção metodológica de Alonso parece se ajustar às condições históricas do objeto (a geração de intelectuais de 1870 na crise do Brasil Império), período em que não se conseguiria identificar um campo intelectual autônomo. Transposta para o decorrer do século XX, esta opção se depararia com os desafios colocados por um maior nível de distinção entre campo intelectual e político, o que parece exigir um conjunto complementar de estratégias metodológicas.

No que se refere às ciências sociais modernas, os estudos têm enfatizado o contexto posterior ao da institucionalização universitária de 1930, com especial atenção a produção intelectual da década de 1950. Para alguns autores este seria um período especial na história da Sociologia brasileira, quando estudiosos e pesquisadores, imbuídos do desejo de conhecer, provocar, diagnosticar e examinar os efeitos das mudanças sociais, voltaram-se para a imagem de um futuro moderno, renunciando à herança dos modelos interpretativos anteriores (Villas Boas, 2006). O livro sobre a *História das ciências sociais no Brasil* (1995), organizado por Sérgio

Miceli no âmbito do IDESP é considerado marco de um programa de pesquisas sobre o tema. Na coletânea, os processos sociais mais amplos de industrialização e urbanização deste período teriam contribuído para a cristalização de um setor terciário intelectual nucleado em torno da organização universitária. Ao menos esta é a caracterização do cenário de São Paulo. De acordo com Miceli, no período apontado, somente na USP teria existido uma vida acadêmica comparável às experiências europeias e norte-americanas: "a Ciência Social enquanto tal constitui uma ambição e um feito paulista (Miceli, 1995: 12-15). Nesse contexto, um conjunto de docentes e pesquisadores teriam feito da universidade o centro de sua vida, espaço de sociabilidade e instância de reconhecimento e fonte de expectativas de melhoria social.

Enquanto na USP os intelectuais se blindariam de influências políticas diretas, construindo seu espaço de autonomia e hierarquia de mérito, no Rio de Janeiro nem mesmo teria se constituído "uma equipe de investigação ou uma turma de docentes ou sequer uma corrente de pensamento lastreada pela universidade" (Miceli, 2001: 101). O insucesso dos principais empreendimentos na então capital federal se deveria à ingerência política das autoridades governamentais e aos obstáculos impostos pelo exercício do controle confessional católico. Como outra face da moeda, as iniciativas bem-sucedidas se desenvolveriam sob a proteção de lideranças e círculos governamentais influentes, caso do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)*¹⁸, eleito como representativo do vínculo entre intelectuais e política no Rio de Janeiro. O debate entre Florestan Fernandes (USP) e Guerreiro Ramos (ISEB) seria a maior expressão deste contraste no que se refere às distintas formas de se conceber a função da sociologia e as condições necessárias a sua transformação em disciplina acadêmica no país. De um lado, uma sociologia acadêmica marcada fortemente pela influência francesa, que se notabilizou pelo caráter secundário concedido à política; de outro, o predomínio de uma ciência social de cunho ideológico e militante intervencionista (Almeida, 1989).

Esta leitura, contudo, não é consensual. Sem contestar as dificuldades de criação de um espaço social para a vida acadêmica no Rio de Janeiro, alguns autores procuram relativizar a escolha da produção do ISEB como representativa da tendência das ciências sociais no Rio de Janeiro. Ele poderia ser tomado como um dos polos do debate político-ideológico, mas não como uma instituição acadêmica ou universitária que objetivasse o ensino ou a pesquisa. Para tanto,

¹⁸ Criado em 1955, sucedendo ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBESP), de 1953. Grupo criado e financiado pelo governo para teorizar sobre o desenvolvimento e justificar políticas governamentais concretas, vários dos seus integrantes incluíam a atividade política como um desdobramento natural de suas atividades acadêmicas voltadas para a intervenção social. Elaborou a ideologia nacional-desenvolvimentista no Governo Kubitschek, aglutinando um conjunto importante de intelectuais na vida política. Participaram da sua fundação: Helio Jaguaribe, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Candido Mendes de Almeida e Julio Barbosa (Toledo (org.), 2005).

afirma-se a existência de outros espaços, como o *Centro Latino-Americano de Ciências Sociais* (CLAPCS), criado pela UNESCO, em 1957, que almejava constituir um espaço de investigação sociológica relativamente distante dos centros de poder e pressões políticas mais imediatas (Oliveira, 1995). No mesmo sentido, outros autores (Sorj, 2001; Trindade, 2007) ressaltam a importância da dispersão dos centros de ciências sociais no Rio de Janeiro após o fechamento da *Universidade do Distrito Federal* (UDF), com a constituição de diferentes instituições com forte tradição interdisciplinar nas áreas de desenvolvimento econômico, da antropologia, da sociologia do desenvolvimento e da educação¹⁹. Apontam-se também as nuances e mudanças de ênfase, tanto de Guerreiro Ramos, que assume a defesa da universalidade e autonomia da vida científica, como de Florestan Fernandes, que teria reconhecido a importância de interpretações de conjunto da sociedade brasileira e de uma maior aproximação entre ciência e militância. Problematisa-se, em suma, o contraste entre São Paulo, representante de uma visão moderna de sociedade civil junto a uma comunidade científica autônoma, e Rio de Janeiro, produtor de intelectuais ligados ao Estado e à formulação de agendas governamentais.

Nessa discussão, reivindica-se uma outra leitura das relações entre autonomia das instituições universitárias e o "mecenato cultural então exercido por setores funcionais especializados da burguesia paulista" (Miceli, 1995). Retomam-se os argumentos de Irene Cardoso (1982) em seu estudo sobre a USP e a "Comunhão Paulista", projeto político regional associado ao setor mais ilustrado da oligarquia paulista reunido em torno do jornal Estado de São Paulo e dos educadores da "Escola Nova". A vitória da Aliança Liberal através da Revolução de 30 teria deslocado São Paulo do poder federal, provocando a reação da oligarquia paulista através do projeto de formação de uma nova elite político-cultural e originando o "mito da criação da Universidade, na luta contra o Estado Novo" (Cardoso, 1981: 18). No interior desse contexto, organizaram-se missões de professores franceses e norte-americanos, que fundariam a USP e a *Escola Livre de Sociologia e Política* (ELSP)²⁰, respectivamente. A primeira, nucleada em torno da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (FFCL), inicialmente voltada para a formação de professores para a rede estadual. A segunda, para investigação científica empírica, os "estudos de comunidade", sob a inspiração da Escola de Chicago. Com a circulação de estudantes formados

¹⁹ Antes de 1945, vinculados ao governo federal, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Instituto Brasileiro de Estatística (1938), mais tarde transformado em IBGE. Entre 1950 e 1960, além do IBESP/ISEB e do CLAPCS, já mencionados, há uma maior dispersão de iniciativas, desvinculadas do governo federal: o Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política, ligado à Fundação Getúlio Vargas, em 1956; o curso de Sociologia e Política, em 1958, instituído pelo Pe. Fernando Bastos Ávila, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), oriunda das Faculdades Católicas (1940), dirigidas por Alceu Amoroso Lima; e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado por Anísio Teixeira (1956) (Trindade, 2007: 79-80).

²⁰ Fundada com apoio do industrial Robert Simonsen, sob a liderança intelectual de Donald Pierson. (Limongi, 1989a; 1989b; Kantor, Maciel, Simões (org.), 2009).

nas duas instituições e com as novas demandas dos ingressantes situados no contexto de profissionalização das classes médias, há o amadurecimento dos projetos intelectuais dos novos professores a partir dos anos 1950, com destaque para a cátedra de Sociologia I, sob a direção de Florestan Fernandes²¹. Portanto, mesmo com a crítica ao argumento inicial de Miceli, há o reconhecimento de um processo de institucionalização que teria provocado uma dissociação entre as elites fundadoras e os cientistas sociais (Vianna, 1997: 206), ou seja, uma relativa autonomia. O que não significaria o descolamento de articulações políticas e estratégias de intervenção, como expressa a história do *Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT)²².

Enfatiza-se também a diversidade dos centros de produção de conhecimento nos estados periféricos ao eixo Rio-São Paulo²³ no período de 1930 a 1964 (Trindade, 2007). Nos contextos periféricos, cuja produção remonta seja às faculdades privadas de direito, medicina ou engenharia antes dos anos 1930, seja por arranjos regionais intra-elites e da ação de seus representantes junto ao Ministério de Educação e ao Congresso, as Ciências Sociais começam a se reorganizar através da circulação inter-regional, em especial duas grandes redes de pesquisa e ensino que envolveram Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1948: 1) as pesquisas sobre populações negras incentivadas por Anísio Teixeira, conduzidas por Luiz Costa Pinto em colaboração com Thales de Azevedo e Charles Wagley, em acordo entre o Estado da Bahia e a Universidade de Columbia; os estudos serão publicados pela UNESCO que, por sua vez, sob a direção de Alfred Metraux, apoiará o projeto de estudo sobre as relações raciais no Brasil, articulando pesquisadores de Pernambuco, Bahia, Rio e São Paulo, incluindo Roger Bastide, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira (Maio, 1997); 2) as redes que se constituem a partir do Rio, sob inspiração do mineiro Darcy Ribeiro. A primeira, volta-se para a formação acadêmica em antropologia e pesquisa social. Os seus cursos no Museu do Índio (1955), no CBPE (1957) e posteriormente no Museu Nacional (1960)²⁴ serão a base para o mestrado da instituição; a segunda, para o processo de urbanização e

²¹ A sociologia foi o centro da institucionalização das ciências sociais modernas na USP, com a divisão entre as cátedras de Sociologia I (Florestan Fernandes) e II (Fernando de Azevedo). Sobre os diferentes perfis de trajetória, familiar e de estudos, conflitos e coalizções entre os professores das duas Cadeiras, cf. Pulici, 2008.

²² O centro teve origem no *Projeto Economia e Sociedade no Brasil* (1961), no âmbito da Sociologia I, mas as negociações com a FIESP e a FAPESP foram conduzidas por Fernando Henrique Cardoso. A pretensão era credenciar a Sociologia como interlocutora da administração pública, dos empresários e dos sindicatos de trabalhadores. O projeto contou também com a influência do sociólogo francês Alain Touraine (Romão, 2006).

²³ Na Bahia, a antropologia proveniente da Faculdade de Medicina, de Nina Rodrigues a Arthur Ramos, posteriormente enraizada no Instituto de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da UFBA, de 1943, sede da segunda Reunião Brasileira de Antropologia (1955); em Pernambuco, onde realizou-se o Congresso Afro-Brasileiro (1934) e fundou-se o Instituto Joaquim Nabuco, em 1949, sob a liderança de Gilberto Freyre; no Pará, com o Museu Goeldi, instituição típica doas que foram criadas entre 1870 e 1930, ligada a ciência produzida por viajantes estrangeiros naturalistas, mas que sediará o início da antropologia brasileira na região Norte com o protagonismo de antropólogos oriundos do Museu Nacional (Trindade, 2007).

²⁴ Respectivamente: *Curso de Especialização em Antropologia Cultural*; *Curso para formação de pesquisadores sociais*; e *Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social*, dos quais participaram Eduardo Galvão, Castro

industrialização e seus efeitos sobre as grandes cidades, com participação de professores do Rio e de São Paulo²⁵.

Estas duas redes antecipam uma série de vínculos constituídos na diversificação dos centros de produção em ciências sociais a partir dos anos 1970, com a reforma universitária de 1968, a criação dos programas de pós-graduação, de associações nacionais de pesquisa e da intensificação da circulação inter-regional de uma nova geração de estudantes para o centro, e de professores em começo de carreira para a periferia.

A tendência dos estudos sobre história das ciências sociais se concentrarem no período anterior ao golpe parece significar que as questões que dividem e definem as identidades dos dois contextos, Rio e São Paulo, ainda não foram superadas. Uma interpretação possível aponta que as cassações de professores e o silenciamento da intelectualidade provocado pelo golpe de 1964 e posteriormente pelo AI-5, em 1968, teriam deixado a maioria das questões identitárias em “banho-maria”. O campo de Humanidades que se constituiu a partir de então teria dificuldades em criar um ponto de identificação histórica com a intelectualidade pré-golpe. A ideia de *missão civilizatória*, fonte do carisma da *intelligentsia* dos anos 1950, não resistiria ao advento do regime militar, pois, além de tirar de cena as principais lideranças da sociologia, no ISEB e na USP²⁶, cancelava o ímpeto da intervenção reformista modernizador e democratizante na esfera pública. Isto teria aberto uma descontinuidade de referências entre gerações originando, ao mesmo tempo, novas formas de legitimação da ciência, em especial por parte de intelectuais nucleados no IUPERJ e no Museu Nacional, que contrastam tanto com a intelectualidade tradicional extra acadêmica - ligada a periódicos de natureza cultural e/ou política (PCB), ao jornalismo e aos grupos de estudo informais –, quanto com o modelo hegemônico de cátedras da USP (Vianna *et al*, 1994; Cerqueira e Neder, 2004; Keinert, 2011)²⁷.

O quadro começaria a ser reconstituído em depoimentos, narrativas e pesquisas que, direta ou indiretamente, demonstram adesões constituídas pelas gerações seguintes. O embate de interpretações "contaminaria", inclusive, os próprios critérios para a construção da história do

Faria, Roberto Cardoso de Oliveira, Oracy Nogueira e Aparecida Joly Gouveia (Trindade, 2007).

²⁵ Rio de Janeiro: Jacques Lambert e Evaristo Moraes Filho; São Paulo: Florestan Fernandes, Alice Canabrava, José Francisco Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Eunice Durham, Carolina Bori e Luiz Pereira (Trindade, 2007).

²⁶ O ISEB foi fechado logo em seguida ao golpe. A USP sofreria um processo conflituoso de cassações e de reorganização, com a transferência da FFCL da Rua Maria Antônia para o novo campus) (Santos, 1988).

²⁷ Esta nova validação não elimina outros entendimentos que se manterão em disputa pela hegemonia no campo, mesmo no próprio IUPERJ ou nas demais universidades, como atesta o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), que junto à inspiração “tecnicista” e empírica norte-americana, abriu espaço para intelectuais que não tinham formação em história *stricto sensu* e também para professores que mantinham ligações com a intelectualidade pré-1964. Outras universidades, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e outros programas de pós-graduação em áreas afins às Ciências Sociais também teriam garantido a inserção profissional desta intelectualidade, como o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o curso de educação da UFF (Cerqueira & Neder, 2004).

campo. A divisão entre a história que enfatiza os marcos institucionais na divisão entre "pré-ciência" (ensaio) e "ciência" e a que se preocupa com a história das ideias, reflete também uma polarização entre grupos de cientistas sociais pela visão legítima a respeito de suas práticas: entre, de um lado, Florestan Fernandes e sua periodização da sociologia científica no Brasil ([1957]1977a; [1958]1977b) e, de outro, das novas lideranças da ciência política brasileira, como Wanderley Guilherme dos Santos ([1978] 2002), Bolívar Lamounier (1977) e, mais recentemente, Gildo Marçal Brandão (2007), interessados na vinculação com o ensaísmo brasileiro do período pré-universitário e críticos da associação entre "baixa institucionalidade" e "pouco rigor científico"²⁸.

Caberia questionar, nesse sentido, se o projeto da *História das ciências sociais no Brasil* (1995; 2001a) não foi, em parte, presa de uma armadilha, reconhecida pelos próprios autores: o “'aprisionamento' pelas clivagens e definições impostas pelo surto de expansão dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa surgidos nos últimos vinte anos” (Miceli, 2001a: 12), servindo então de argumento à crítica dos que acusam a transformação do recorte institucional em critério de superioridade, alimentando clivagens regionais (Trindade, 2007). Como evidência das rivalidades, podemos indicar o livro *As assim chamadas Ciências Sociais* (Bomeny & Birman (orgs.), 1991) organizado por ocasião do seminário de mesmo nome, ocorrido na UERJ, em 1990. A não integração do "grupo paulista" na iniciativa denunciaria o “sintoma de um recalque explícito” (Cerqueira & Neder, 2004: 06)²⁹. A repercussão das clivagens se daria também no âmbito das pesquisas coletivas desenvolvidas no âmbito do IDESP e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, instituição que mantém o maior programa de investigação sobre uma “história das ideias” (Keinert, 2011)³⁰.

No intuito de fornecer um balanço da produção acadêmica dos cientistas sociais acerca

²⁸ Para Brandão, o pensamento sóciopolítico brasileiro demonstrou-se "um pressuposto capaz de ser continuamente reposto pelo evoluir da ciência institucionalizada – como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação de nosso mercado interno das ideias em suas trocas com o mercado mundial (Brandão, 2007: 23-24).

²⁹ “Foram convidados a participar do seminário e deste livro profissionais ligados aos principais institutos e centros universitários do país. Nossa intenção era garantir um painel variado e múltiplo do “estado da arte” das ciências sociais no Brasil. Entre as perdas inevitáveis em um projeto desta extensão, lamentamos nossa incapacidade de atrair o “grupo paulista”, de importância tão central para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil” (Bomeny & Birman (orgs.), 1991: 09-10).

³⁰ No qual “[...] as matrizes 'ideológica', 'institucional' e 'sociológica' distinguidas por Wanderley Guilherme dos Santos não teriam sido assumidas de modo disjuntivo. A matriz 'ideológica', em especial, preocupada com a reconstituição da lógica interna do discurso, foi assumida de modo articulado com as demais, uma vez que o 'grupo social e a instituição funcionam como mediação entre o intelectual e a sociedade', e os 'processos sociais e políticos também interferem na forma pela qual a institucionalização se processa' (Oliveira, 1999 *apud* Bastos & Botelho, 2010: 482).

dos intelectuais e da produção cultural no país, em *Intelectuais à brasileira* (2001b), Miceli aponta três modelos de apreensão que nos auxiliam na compreensão das divisões desta subárea: a) o "argumento sociológico com tinturas culturalistas", de sua autoria; b) o argumento "doutrinário-politicista", formulado pelo sociólogo francês e latino-americanista Daniel Pécaut (1990); c) e o argumento organizacional e institucionalista, concebido pelo sociólogo e cientista político brasileiro Simon Schwartzman (1979).

Quanto a sua própria produção, ela estaria voltada ao equacionamento dos intelectuais com base nas origens e na posição social que ocupam no interior dos grupos dirigentes e teriam servido para "questionar os modos de apreensão e sobretudo os sistemas classificatórios de que se valiam a história e a crítica literárias de feitiço tradicional" (Miceli, [1999]2001b: 374). O seu primeiro estudo de repercussão na área, *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)* (Miceli, [1977]2001b), examinou a trajetória social de uma categoria de letrados no período da República Velha (1889-1930). Miceli procura problematizar a classificação destes escritores como *pré-modernistas*, um recurso político utilizado por modernistas para marcar uma distinção e fundamentar o "aparato de celebração com que hoje se cultua o panteão modernista" (Miceli, [1977]2001b: 16). O uso desta noção implicaria a desvalorização da qualidade da produção intelectual destes letrados, subestimando a sua contribuição para a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo que forneceria a base oculta para o trabalho da geração seguinte: "muitos desconhecem esses letrados e invocam autores de outras eras cujas obras manifestariam rupturas que só existem na cabeça e nos interesses, esses bem determinados, de grupos que agora se enfrentam pela monopolização da autoridade de legislar em matéria estética" (Miceli, [1977]2001b: 16).

As fontes utilizadas no estudo foram as memórias e as biografias, dois tipos de materiais que indicariam, de maneira cifrada, as posições momentâneas dos escritores no campo, como dominados ou dominantes, e as condições mais gerais de gênese e funcionamento do campo intelectual; uma visão compreensiva das relações de força que sustentam a hierarquia de legitimidades das posições institucionais e das "práticas sociais, intelectuais e políticas de seus ocupantes e, por que não, até mesmo às obras por eles produzidas" (Miceli, [1999]2001b: 374). O argumento principal é o das determinações da situação de origem social em famílias oligárquicas em declínio, capital social de relações sociais mobilizados como trunfos ou estigmas/*handicaps* para o ingresso nas carreiras intelectuais. Enquanto grupo, os efeitos desta situação repercutiriam como bloqueios no acesso às posições dominantes nas frações dirigentes, incidindo na inclinação para a carreira de intelectual, no que cumpriria um papel importante as experiências de intimidade com o universo feminino das classes dirigentes. Um argumento que repercute o olhar

bourdieusiano da intelectualidade como os ocupantes da posição dominada das classes dominantes, para a qual se abririam postos em níveis inferiores na divisão do trabalho de dominação, a carreira literária em paralelo com a carreira eclesiástica e a geração tenentista, num estado ainda incipiente de formação de um campo especializado de produção de bens simbólicos.

Esse argumento e estratégia metodológica terá continuidade em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (Miceli, [1979]2001b), no qual, entre o quadro de características pertinentes das biografias selecionadas, que agora passam a incluir os modernistas, encontram-se, além da relação na família, os vínculos constituídos no mercado de postos em partidos, nas instituições culturais das frações dirigentes, nas frentes de mobilização político ideológica, na indústria editorial e no serviço público. Há uma ampliação, desse modo, do grau de complexidade dos fatores mobilizados para explicar a expansão do campo de produção ideológica em São Paulo, com destaque para o incremento do mercado de diplomas no início da década de 1930 e as escolhas possíveis entre o modelo de bacharel "livre", a carreira eclesiástica, o romancista profissional e o funcionalismo público (carreiras técnicas, educadores profissionais, administradores da cultura...). Um tema que será também alvo de estudo em setores específicos, em *O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado (1931-7)* (Miceli, [1983]2001b), e em *SPHAN: refrigério da cultura nacional* (Miceli, [1987]2001b).

Ganha corpo, nesse sentido, a fundamentação de uma estratégia própria de instrumentalização de "métodos prosopográficos"³¹, das suas condições de produção, da sua validade, dos seus limites e do seu significado para o estudo das classes dirigentes. O argumento principal é o do reconhecimento que o amplo acervo documental de biografias se relaciona aos processos de formação do poder no interior das classes dirigentes e o quanto os laços familiares e corporativos desempenham um papel central em suas estratégias de acumulação e reprodução social. O reconhecido volume de documentos produzidos contrastaria, contudo, com o tratamento científico marginal derivado, por um lado, da força dos interesses sociais nelas investidos - que contribuiria para impedir um tratamento das informações acumuladas para fins científicos e não apoloéticos - e, por outro, da não explicitação das condições de produção das fontes³². O estado

³¹ Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente, com base numa estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse corpus de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador. Tais interferências devem estar lastreadas em evidências empíricas que abranjam uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais etc. possibilitam a reconstrução de uma trajetória ou "destino de classe" para os fins de análise sociológica ou política (Miceli, [1980]2001b: 347).

³² A história do grupo (ou seja, a história dos processos de acumulação e reprodução responsáveis por sua existência social) está na raiz da constituição das fontes documentais, determinando ainda as conjunturas propícias a investimentos nos diversos gêneros que compõem tal acervo. Ao contrário do que alguns autores querem fazer crer, as fontes impressas e aquelas manuscritas (materiais constantes de arquivos históricos e familiares) retêm a

dessas fontes - as modalidades de mecenato (encomenda de famílias, herdeiros e parentes próximos; coletânea de discursos, documentos, artigos inéditos em homenagem ou reconhecimento póstumo; esboços biográficos encomendados, etc.) os eventos propícios ao investimento nessa produção, as características sociais dos produtores e as propriedades internas de cada gênero - constituiria, por si mesmo, uma pista fecunda para o conhecimento das relações entre os grupos dirigentes no país, a reconstrução de sua história, das alianças e clivagens internas, das relações que mantêm com grupos subalternos e dos móveis de concorrência no espaço em que se situam. Em suma, corresponde a estratégias mais ou menos bem-sucedidas de um dado círculo que logrou a institucionalização de suas fontes de recurso como estabilização social de sua presença no espaço das classes dirigentes.

Em paralelo ao problema da biografia, sucede o da cooptação. Junto a questão da possibilidade de extensão da explicação sociológica e prosopográfica como intervenção no plano da avaliação das classificações de conteúdo, de valor ou de estilo estético, a problemática da cooptação de intelectuais pelo Estado é outro tema de forte polêmica. O prefácio de Antonio Candido a *Intelectuais e classe dirigente*, atenta para nuances contidas no trabalho de julgamento ou avaliação, que dependeriam "do que se poderia chamar a formação da perspectiva histórica, no suceder de uma geração para outra" (Miceli, [1981]2001b: 72). Contrastam o olhar sensível do intelectual que viu e conviveu com a do pesquisador que, distanciado no tempo, com o "olhar sem paixão e quem sabe sem 'piedade' " do pesquisador: "no fundo a atitude de Miceli é polêmica, e talvez ele 'julgue' mais do que seria preciso [...] Talvez porque eu não tenha a devida perspectiva [...] sinto falta de distinção mais categórica, e sobretudo teoricamente fundamentada, entre os intelectuais que 'servem' e os que 'se vendem' " (Miceli, [1981]2001b: 74). No seu depoimento em *A construção do trabalho intelectual*, ao mesmo que tempo em que explicita alguma das motivações da reorientação do estudo de um bem simbólico para o estudo de suas condições de produção Miceli, avança um pouco mais no sentido de um reforço de posicionamentos e de um olhar mais sensível aos dilemas da sociologia dos intelectuais, quando esta se converte no estudo das suas próprias relações, em um desafio de autoanálise sociológica "nesse sistema de relações que constitui o próprio objeto da investigação e, ao mesmo tempo, um estado pregresso da história intelectual da qual hoje fazemos parte como praticantes, profissionais e, quem sabe, futuros informantes de outra turma de observação" (Miceli, [1992]2001b: 415).

marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem. Elas são produto de uma atividade de simbolização mediante a qual esses grupos manifestam sua existência material, política e intelectual. Antes de serem processados e transformados pelo pesquisador em provas do argumento explicativo, os materiais aí contidos são parte integral do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade. (Miceli, [1980]2001b: 348-9).

A esta altura, é possível retomar o diálogo traçado por Miceli com os das outras perspectivas mobilizadas nos estudos em sociologia dos intelectuais brasileiros. Em primeiro lugar, o argumento "doutrinário-politicistas" de Daniel Pécaut, no seu *Os intelectuais e a política no Brasil (Entre o povo e a nação)* (1990). Ele se voltou para a aliança dos intelectuais com o Estado, destacando as suas motivações políticas, convertendo em foco de sua argumentação os conteúdos e as ideias dos grupamentos e das lideranças intelectuais nas conjunturas políticas da história brasileira do século XX: "De uma perspectiva histórica, tudo se passa como se tal projeto afirmativo dos intelectuais fosse se viabilizando, paulatina e dilatadamente, desde a década de 1920 até a abertura do regime militar, na década de 1970 (Miceli, [1999]2001b: 376). A reiteração de um projeto político por parte dos intelectuais, seu envolvimento com os grupamentos que competem pelo controle do Estado e sua habilidade em ajustar os contornos de seus programas às prioridades da coalização de forças no poder, advogando as demandas da sociedade junto aos governantes e atuando nos movimentos sociais como porta-vozes do Estado, constituiria um dos traços de sua prática social. O argumento é reforçado pela pouca diferenciação da vida cultural, que não teria suscitado um campo próprio de concorrência. Os intelectuais, nesse sentido, estariam quase sempre predispostos a reorientar seus investimentos na direção da atividade política:

A abertura do texto enuncia os dois postulados centrais da análise: O primeiro deles liberta os intelectuais de quaisquer restrições sociais não conversíveis em pedágio político. A despeito dos seus laços com as elites, os intelectuais brasileiros se enquadrariam, como que por encanto, nos requisitos da definição de Mannheim de uma "camada social sem vínculos": livres da canga oligárquica do passado, de seu enraizamento clientelístico e dependente na estrutura social e, por esses motivos, aptos a formular e a assumir um "projeto" de comando do Estado. O segundo modo de enxergar essa vinculação matricial consiste em salientar as modalidades precisas por intermédio das quais os intelectuais vão armando múltiplas redes no interior do setor público, trampolim em que se alicerçam as instituições, os nichos organizacionais, as redes de compromisso e os anéis burocráticos que os acolhem. Eis a moldura interativa responsável pela subalternização da atividade intelectual, segundo as lentes dessa abordagem [...] A posição social dos intelectuais logo se esvazia de qualquer teor significativo de determinação de suas práticas políticas [...] acabam se estiolando as relações entre um campo intelectual frágil, institucionalizado em bases precárias, e uma esfera política tão adensada a ponto de fazer valer seus estrangimentos sobre as demais instâncias da formação social (Miceli, [1999]2001b: 376-377).

A sua crítica incidiria, ainda, no método adotado, que privilegiaria a visão dos intelectuais sobre sua missão, como reformistas, modernizadores ou revolucionários: "Essa sucessão de posturas identitárias esvazia a credibilidade histórica dos ingredientes políticos da argumentação e

converte o livro numa compilação cerebrina de opiniões e juízos dos intelectuais invocados, como se fosse possível torná-los mentores de suas racionalizações" (Miceli, [1999]2001b: 377).

A segunda perspectiva analisada é a de Simon Schwartzman, em *Formação da comunidade científica no Brasil* (1979), obra que percorre diferentes projetos disciplinares (geologia, química, física, medicina...) e seus padrões de organização em institutos, escolas, museus e universidades ao longo da história brasileira, do legado da Corte portuguesa no século XVIII aos anos 1970. O ponto fundamental do argumento se refere aos fatores de construção da vida científica no Rio de Janeiro na virada dos séculos XIX e XX e a inflexão da década de 1930, com o bloqueio advindo do governo Vargas e com a progressiva ascensão das instituições científicas em São Paulo: "Enquanto em São Paulo a atividade científica vai se consolidando no interior do recém-aberto espaço universitário, a ciência carioca tomou impulso nos institutos, museus, serviços governamentais e laboratórios particulares" (Miceli, [1999]2001b:382). O contraste ressalta o perfil liberal dos setores das elites paulistas responsáveis pela formulação e implementação do projeto universitário, os traços autoritários inspiradores da reforma Francisco Campos no distrito federal e a fragilidade do contexto científico carioca, caracterizado pela influência de cientistas e pesquisadores estrangeiros trabalhando em instituições externas ao sistema de educação superior e um contexto de ênfase crescente em pesquisa aplicada. As poucas instituições bem-sucedidas na atividade científica seriam fortemente dependentes de lideranças carismáticas e suas conexões políticas.

As críticas de Miceli se dirigem especialmente a ordem de fatores considerados na análise, que se orienta a partir de então para a dinâmica de profissionalização, volume de recursos, padrões de avaliação e valorização do trabalho científico, mas que não explicitaria "as condições que teriam propiciado o acesso e a proximidade de um grupo de cientistas bem-nascidos, dotados de um apreciável capital de relações sociais, com modalidades pouco usuais de patrocínio privado no país" (*Ibidem*: 382) e o esvaziamento da vida intelectual "da substância irreduzível de suas próprias motivações e constrangimentos" através do privilégio dado a "carreira política de uma fração geracional" como "padrão dominante de mobilidade ocupacional no interior da elite" (*Ibidem*: 383).

A partir do contraste do seu argumento "sociológico-culturalista" com as perspectivas "doutrinário-politicista" e "institucionalista" de explicação da vida intelectual, Miceli revisa um conjunto de trabalhos que despontariam como inovadores. Não iremos nos estender sobre a opinião de Miceli a respeito de cada uma destas obras, mas apenas indicar que elas constituem, em grande parte, o grupo em que ele se legitima para afirmar o desenvolvimento de novos referenciais para "uma sociologia histórica da vida intelectual" de "matriz weberiana" no Brasil, estratégia de

composição dos trabalhos reunidos no segundo volume da *História das ciências sociais no Brasil* (Miceli (org.), 2001a).

Como expressão dos novos matizes da perspectiva constituída no grupo podemos citar o trabalho de um dos seus principais interlocutores, Maria Arminda do Nascimento Arruda, em *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX* (2001), que retrabalhou, com novos delineamentos, as relações entre produção cultural e vida universitária no contexto paulista:

A análise institucional [...] não parece suficiente à apreensão das correntes intelectuais. Questões mais gerais, ligadas a contextos sociais determinados, interpõem-se na formação das ideias [...] A análise institucional torna-se profícua quando o objetivo fundamental é desenhar o perfil dos grupos e a natureza das suas linguagens, como no caso em tela – professores universitários envolvidos em trabalhos predominantemente acadêmicos. As regras da vida acadêmica fincaram as balizas das análises sociológicas em São Paulo e a mão da organização universitária cinzelou a sua forma. Mas as reflexões não ressoaram apenas intramuros, porque reverberaram problemas vocalizados na cena social. Precisamente nesse sentido, a história intelectual, enquanto especialidade, não se esgota em si mesma. (*Ibidem*: 201-202).

O presente estudo, dentro de seus limites, ensaiará uma composição entre os referenciais apresentados na medida em que estes auxiliem na compreensão de um objeto específico, a mobilização de uma fração geracional de cientistas sociais contemporâneos, situado na encruzilhada entre a constituição de um campo científico, sua autonomização cultural/disciplinar e institucional, e processos políticos referentes à formação de um dispositivo de poder-saber na área de segurança pública e justiça criminal. Para tanto, será preciso avançar na descrição e análise do contexto contemporâneo, cuja discussão parece indicar um propósito de síntese e balanço das perdas e avanços ocorridos no pensamento brasileiro após a reconfiguração do sistema universitário decorrentes dos processos sociais e políticos posteriores ao golpe de 64. Assim poderiam ser entendidas as várias escolas de interpretação da história das ciências sociais e os apelos de um equilíbrio da regulação entre o mercado interno e o externo de trocas intelectuais, no sentido de uma revisão das rupturas e das tradições construídas até o momento. Por sua vez, o entendimento desse contexto remete à necessidade de uma visão mais profunda da situação contemporânea das Ciências Sociais no Brasil a partir de uma metodologia que integre tanto as dimensões ideológica, institucional e sociológica, como as relações entre os contextos regionais, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, uma vez que constituem o padrão hegemônico no Brasil.

As fundações e refundações das ciências sociais após 1968: modernização, institucionalização, profissionalização, dominação

São várias as periodizações criadas para a dividir e nomear as fases da história das ciências sociais modernas e contemporâneas no Brasil, que são passíveis de controvérsia e discussão. De acordo com Oliveira (1991), sob um critério institucionalista, há uma tendência em demarcar os seguintes períodos: 1) *o período anterior às escolas de Sociologia* (ou seja, antes dos anos 30/40), considerado como uma espécie de pré-história, marcado pelo autodidatismo, ensaísmo e onde não há especialização; 2) *os anos 30/40*, época de fundação e demarcação de fronteiras com as disciplinas mais próximas (Literatura, Geografia, História), de construção de uma carreira de professor de Sociologia e estabelecimento dos padrões de cientificidade com base em experiências universitárias estrangeiras e no trabalho de campo; 3) *os anos 50/60*, marcados pela especialização e profissionalização do cientista social como carreira docente na universidade e 4) *os anos 70/80*, quando haveria a organização da pós-graduação, da pesquisa dentro da universidade com financiamento externo (CNPq, Ford, FINEP) e formação de centros autônomos. Héliog Trindade (2007), por sua vez, adotando o ponto de vista do processo de autonomização das ciências sociais frente a outras esferas sociais, apresenta um quadro sintético da formação e desenvolvimento das ciências sociais brasileiras desde os anos 1930: *fundação e institucionalização* (1934-1964); *consolidação* (1965-1983); e *expansão* (1983-2005).

Estes são mapas indicativos de processos, que necessitam ser contestados em alguma medida. Para o que nos interessa, importa destacar, em primeiro lugar, a modernização da universidade, a criação e expansão das pós-graduações durante o período da ditadura militar. Um processo de expansão e constituição de um novo *métier*, concomitante a radicalização ideológica. É o momento da constituição dos centros privados de pesquisa, de uma rede de agência de financiamentos e do crescimento dos intercâmbios internacionais. É o momento de fortalecimento das associações científicas e docentes, da criação de revistas e jornais críticos, de novos perfis disciplinares, em que assume em sua forma atual o processo de institucionalização, profissionalização e especialização. No período seguinte, acompanhando o processo de redemocratização, destaca-se a expansão, diversificação, fragmentação e nacionalização dos cursos de pós-graduação e, paradoxalmente, a redução de financiamento por parte das agências estatais. Um processo, contudo, não desprovido de ambiguidades no que se refere à relação entre profissionalização e política (Reis; Reis e Velho, 1997). De todo modo, aproxima-se de um consenso a respeito das possibilidades de contato entre as ciências sociais produzidas nos

contextos principais de institucionalização.

Nos últimos vinte anos, observa-se o crescimento de estudos que se voltam à institucionalização da pós-graduação nesta área, ao papel político dos cientistas sociais na resistência à ditadura e na luta pela redemocratização e às novas disposições intelectual-acadêmicas assumidas. Crescimento este simultâneo à emergência ou renovação das disciplinas que investigam os fenômenos do “viver em transição”, como a violência urbana, a pluralização religiosa e as redefinições nas relações de gênero e raciais, entre outros (Brandão, 2007: 21-22). Embora aparentemente não ganhe a forma de um projeto explícito de reunificação de “uma ciência social repartida de modo fictício”, em especialidades baseadas não em categorias sociológicas, mas de senso comum (Bourdieu, [1997] 2007c), há uma constante problematização das recentes divisões. A tendência, nesta subárea de estudo, é o surgimento de cada vez maior interesse sobre este período por parte de cientistas sociais de uma nova geração³³. Contudo, ainda há grande silêncio sobre o período mais recente, principalmente entre 1969-1979, no qual o peso da ditadura na reorganização da universidade, através de reformas, cassações e perseguições. O que é compreensível, diante de conflitos ainda vivos na memória de cientistas sociais atuantes, como expressa o rico testemunho de José de Souza Martins sobre Luiz Pereira (Castro, 2010).

Importa destacar, nesse ponto, as ideias de *filiação* e *desfiliação* do saber (Sorj, 2001) para a compreensão do funcionamento da dinâmica de produção de conhecimento, especialmente de sua capacidade cumulativa. Deste ponto de vista, os trabalhos científicos se definem por seus laços com uma tradição de pensamento, a partir das elaborações de novos autores que continuamente redefinem as fronteiras do campo de estudos. As mudanças de paradigma deveriam, assim, ser analisadas levando em conta as várias camadas de *filiações* de uma obra a diversas linhas teóricas, que constituem os limites da comunidade. É esse processo que assegura uma cumulatividade e uma continuidade mesmo quando mudam modas intelectuais, temas ou marcos teóricos. Já os processos de *desfiliação* aconteceriam quando a ligação à uma forma de

³³ Sem pretensão exaustiva, como expressão deste "interesse geracional", podem ser citados os trabalhos: *Abordagens teóricas da violência criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político*, de Glauber Carvalho (1999); *A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)*, de Luiz Carlos Jackson (2004); *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*, de Wagner de Melo Romão (2006); *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico. A educação superior no Brasil*, de Ana Paula Hey (2008); *Entre sociólogos: versões e conflitos da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*, de Carolina Pulici (2008); *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*, de Conrado Pires de Castro (2009); *Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro*, de Marco Antonio Perruso (2009); *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*, de Lidiane Soares Rodrigues (2010); *Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica*, de Fernando Baptista Leite (2010); *A gênese da ciência política brasileira*, de Fabio Cardoso Keinert e Dimitri Pinheiro Silva (2010); *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*, de Fabio Cardoso Keinert (2011); *Ascensão e hierarquização “profissional” nas ciências sociais: um estudo a partir do caso da Escola Sociológica Paulista e Origens sociais, ascensão “profissional” e concepções de ciência social: Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso*, de Rodrigo da Rosa Bordignon (2010; 2013).

produção do conhecimento leva a desconhecer ou marginalizar uma tradição de pensamento precedente, o que ocorre quando uma geração procura refundar as bases de produção de conhecimento. Nestas situações existiria pouca cumulatividade e enriquecimento conceitual.

Uma das primeiras interpretações das transformações do período, e que indica uma das clivagens dos processos de filiação/desfiliação nas ciências sociais contemporâneas, foi produzida por Otávio Velho (Velho, 1983), para o qual 1964 representaria - não em termos estritamente cronológicos - uma intervenção instauradora de uma nova forma de *dominação* no campo da produção em ciências sociais por parte de uma nova "geração" ou "fragmento de geração". A partir de então o ponto central da nova organização do saber em ciências sociais seria a ideia de *pesquisa*. Especializar-se em poucos objetos passou a ser indicador de seriedade intelectual. Esta ênfase na pesquisa estaria combinada com uma "sede de informação" da sociedade em geral e do Estado, para os quais o cientista social tenderia a ser visto como uma espécie de informante, "onde pouco cabe o trabalho propriamente teórico para além de um certo senso comum da sociedade em geral e/ou de determinados grupos que de uma forma ou de outra, material ou simbólica, sustentem a sua atividade" (*Ibidem*: 253). Haveria pouco espaço para a construção de critérios próprios de legitimidade, o que revelaria "um lado de 'pés de barro' da construção das ciências sociais 'pós-64', na medida em que o processo mesmo de seu avanço corre o risco de ser também o da sua imolação no altar das 'razões práticas' de várias ordens" (*Ibidem*: 254)³⁴.

Para os estudos do período, uma questão crucial é a explicação acerca da convivência entre regime militar e incremento das condições de produção científica, singularidade brasileira em relação aos demais países da América Latina, onde a "desinstitucionalização" teria se produzido com mais força. As explicações em geral têm dado destaque o projeto de modernização científico militar, a pluralidade dos ciclos governamentais do regime, do seu quadro administrativo e sua relativa permeabilidade (Liedke Filho, 2005):

Se o regime militar, por um lado, golpeou e reprimiu setores da comunidade científica e acadêmica mais ativamente oposicionistas, por outro lado, possibilitou a ampliação de uma rede de instituições ligadas à

³⁴ Na comparação entre os dois períodos, o autor toma como ponte as "Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas", documento entregue por Florestan Fernandes a Anísio Teixeira em 1955, no sentido de solicitar providências à CAPES. Entre as proposições estavam a ampliação de treinamento intensivo em pesquisa de campo, a abolição das cátedras, a adoção da organização departamental, a formação de equipes de pesquisadores e a preparação da universidade para assumir responsabilidades práticas sobre os problemas da sociedade brasileira. Estas proposições fariam parte do projeto da Universidade de Brasília (1962) que teria servido de inspiração para outra tentativa de reforma universitária, ensaiada em Minas Gerais a partir de 1964 e generalizada para o país, como lei, em 1968. Embora pontos concretos das proposições do documento tenham sido incorporados, o contexto ditatorial imprimiria um sentido muito mais restrito das concepções de Florestan. Para ele, a instauração do regime militar representava o aborto de seu projeto. Mas, para outros, este contexto ofereceu oportunidades para o desenvolvimento de novas perspectivas e carreiras.

Ciência e Tecnologia nas quais diversos grupos de cientistas sociais conseguiram se insinuar. Além disso, é preciso considerar que o movimento de 64 não constitui um bloco monolítico e que ao longo do regime autoritário diferentes facções militares detiveram a hegemonia. Se no período de 1969 a 1974 predominaram os grupos de "linha dura", com perspectivas nitidamente repressivas (é a fase de grande desenvolvimento da comunidade de informações e segurança), a partir do governo Geisel e do processo de abertura política aumentou a influência dos militares sorbonistas. Esse "partido militar", mais intelectualizado e mais comprometido com a modernização do país, manifestou posturas favoráveis ao desenvolvimento científico e conviveu de forma menos conflitiva com a comunidade científica brasileira. Foi nesses espaços institucionais abertos pelo regime que a crescente comunidade de cientistas sociais (enormemente ampliada com o desenvolvimento da pós-graduação a partir de 1968) inseriu-se e conquistou posições (Forjaz, 1989a: 82).

Por meio destas articulações foram criadas: as pós-graduações em antropologia, no *Museu Nacional*, e em ciência política, no *Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM)*³⁵ e no *Departamento de Ciência Política* da UFMG; e os institutos de pesquisa independentes, como o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)*, o *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)*, o *Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP)* e o *Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo (CPDOC)*. Estes dois tipos principais de organização vincularam-se à constituição de um sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico através de grandes agências governamentais (CNPq, Finep, CAPES e FAPESP), favoráveis à expansão e diversificação da universidade brasileira. Na medida em que se firmava a capacitação financeira e a autoridade política das diferentes agências desse sistema, foram também criadas ou revitalizadas associações ou sociedades científicas e profissionais, como a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, a *Associação Nacional de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, a *Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*, a *Associação Brasileira de Antropologia (ABA)* e a *Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)* que passaram a exercer também funções parassindicaais, corporativas e de articulação de interesses e criação de consenso com outros setores da sociedade civil. Por meio das mobilizações

³⁵ A crise financeira que afetou a universidade Cândido Mendes (UCAM) culminou na transferência de todo o corpo docente do IUPERJ para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da UERJ, em 2010. Os direitos de utilização da marca IUPERJ continuou vinculado à UCAM, que desde então busca reestruturar o Instituto com um novo quadro docente e novo sistema administrativo-financeiro. Diante disto, convencionamos utilizar doravante IUPERJ para nomear o papel do grupo geracional de intelectuais que contribuiu historicamente para a constituição da ciência política moderna no Brasil e, o binômio IUPERJ/IESP e Novo IUPERJ para nos referirmos às divisões recentes. cf. <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/02/27/o-novo-iuperj-365874.asp> e <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-polemica-sobre-o-iuperj>

para o exercício de suas atividades, este conjunto de atores conquistariam progressivamente espaços e recursos, estabelecendo suas práticas em um nível mais destacado de profissionalização e consagração e formando um "centro de poder burocrático-intelectual alternativo ao poder das reitorias ou da elite estritamente acadêmica" (Miceli, 1995; Forjaz, 1997).

Esse processo é o ponto de partida para os novos investimentos em pesquisa sobre a história das ciências sociais que destacariam a complexidade do cenário de resistência e transição democrática. A antiga referência francesa, que serviu de base à fundação da USP, começa a ser substituída pelo modelo norte-americano de departamentos, instaurando-se, cursos semestrais, sistema de créditos, ao mesmo tempo em que se constituem cursos de pós-graduação nesta e em outras universidades. Se as mudanças no ensino superior implicaram na valorização sem precedentes dos títulos acadêmicos no Brasil, seria preciso ressaltar "o ritmo lento verificado no avançar desse processo, tornando as décadas de 1970 e de 1980, no Brasil, uma espécie de período de transição, ligado à formação de um contingente mais vasto de docentes titulados, justamente no contexto de expansão da estrutura universitária" Esses fatores realçariam as estratégias mobilizadas por estudantes para dar solução à precariedade de uma formação acadêmica ainda incipiente, no caso, as chances abertas por fundações internacionais para a realização de curso no exterior ou a conversão do exílio em aprendizado de novos referenciais e novas redes de atuação (Keinert, 2011)³⁶.

Uma transição permeada por tensões, tanto pelos "portadores da 'tradição' ", quanto pela politização do meio estudantil, contestadora dos novos critérios de institucionalização, mas também decisiva para adesão à carreira. Ressalte, nesse contexto, a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos círculos intelectuais, que teria sido consideravelmente maior no âmbito no Rio de Janeiro, as organizações de militância da juventude católica (JEC) e (JUC) e a politização da guerra fria³⁷: [...] ,revolução' era parte do jargão político e intelectual das alas progressistas, sendo usada em registros variados, ora na linha nacionalista de uma 'frente única' pela superação

³⁶ Ainda segundo Keinert (2011: 48), nos "três primeiros anos de vigência da legislação da reforma: na área de antropologia, o Museu Nacional (1968), a Unicamp (1971) e a Universidade de Brasília (1972) abrem suas portas aos postulantes ao título de mestre na disciplina; no ramo da sociologia, tal é o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1967) e da Universidade de Brasília (1970) e, para o caso da ciência política, registre-se o programa criado pelo Iuperj (1969). Esse aumento do número de cursos pós-graduados em ciências sociais não deixa de repercutir no montante total de teses defendidas na área: 971 trabalhos de mestrado e 145 de doutorado (Ortiz, 1990, p. 169) – números expressivos se comparados ao volume de trabalhos produzidos pelo restrito círculo de titulados na USP, desde a década de 1940 até então".

³⁷ "Quadros do Iseb aderiam ao marxismo nacionalista difundido pelo partido a ponto de compor um comitê formado em conexão com o partido, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), que reuniu figuras como Álvaro Vieira Pinto, Néelson Werneck Sodré e Osny Duarte Pereira. O alcance da influência do PCB fazia-se sentir também no ramo das artes, por ocasião da montagem dos Centros Populares de Cultura (CPC), cuja sede do Rio de Janeiro conquistou um elevado grau de destaque na cena político-cultural, o que diferencia seu caso da experiência análoga vivida em São Paulo. Carlos Estevam Martins, por exemplo, foi o primeiro diretor do CPC carioca, atuando como espécie de formulador de suas bases teóricas" (Keinert, 2011).

do atraso brasileiro, ora nas versões mais exaltadas da ruptura socialista" (Keinert, 2011:148). O ambiente político e cultural (cinema, artes, literatura, teatro), teria a marca do romantismo de utopias e idealismos socialistas, a “estrutura de sentimento” da “brasilidade revolucionária”, na expressão de Marcelo Ridenti (2005; 2010).

No campo das ciências sociais, as questões prioritárias diriam respeito à agenda intelectual formulada na década de 1950, articulada em torno do problema do atraso e dos entraves oligárquicos à modernização do país. A ideia de elucidação dos fundamentos da “realidade brasileira”, marca do pensamento político-social brasileiro do início do século, também perduraria na vivência universitária dos jovens estudantes, influenciados por Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. (Ridenti, 2005; 2010). Por conseguinte, duas referências seriam decisivas nos anos de formação das novas gerações de cientistas sociais: a problemática da “realidade brasileira” e o marxismo, que se imporiam como imperativo das agendas temáticas e das filiações teóricas e doutrinárias. As escolhas feitas ao longo da carreira resultariam de uma tomada de posição em relação a essas referências, assumidas como linha mestra ou recusadas em favor de outras visões de mundo (Keinert, 2011)

Porém, com o golpe de 1964, os anseios revolucionários sofreram séria baixa. Na revisão de suas teses a aliança entre burguesia nacional e proletariado, o PCB se inclinaria para um realismo político reformista, que dispensava o ato revolucionário, o que incitou reações e dissidências, como a Polop (1961), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Ação Popular (AP), ambos em 1962, voltados às ações armadas, inspiradas em táticas da guerrilha revolucionária cubana, que atingiria atingindo seu auge entre 1968-1971³⁸ (Ridenti, 2005; 2010; Keinert, 2011).. Este será um período de acirramento do conflito e de reconversão de expectativas, tendo em vista a reorganização do sistema universitário e, após 1979, a Lei de Anistia.

A partir de então, no interior da abertura política, os cientistas sociais sairiam de suas especialidades para cumprir o papel de porta-vozes de setores da sociedade na transmissão de interpretações diferentes das do regime. Um cenário marcado pelo encantamento do imaginário com a *sociedade civil organizada*, ponto de apoio para as estratégias políticas (Perruso, 2009). É o que se constata na aposta na relação de cientistas sociais junto à organização dos setores populares, com destaque para as atividades da Igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, da Comissão de Justiça e Paz (CJP), dos movimentos sociais urbanos e do sindicalismo rural. Teremos ocasião de perceber a

³⁸ Entre a nova geração de estudantes e cientistas sociais nestas organizações, figuravam: No Polop: Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Emir Sader, Eder Sader, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Michael Löwy; Na AP: Vilmar Faria, Antonio Octávio Cintra, Vinícius Caldeira Brant, Bolívar Lamounier, Herbert de Souza (Betinho), Lygia Sigaud, Ângela Xavier de Brito; No PCB: Luiz Werneck Vianna (Keinert, 2011).

repercussão dessas mobilizações no conjunto da produção das ciências sociais.

Enfatiza-se, portanto, que a luta contra a ditadura no Brasil é correlata ao reposicionamento dos intelectuais (em especial cientistas sociais) na vida política. Nesse sentido, para alguns se poderia até mesmo falar de um *partido intelectual* (Pécaut, 1991; Lahuerta, 1999)³⁹. De acordo com esta perspectiva, para a compreender os posicionamentos intelectuais no período interessaria abordar a diluição das fronteiras entre campo político e campo científico. Se no campo político a questão central gira em torno da consolidação das regras formais da democracia representativa (identificado com a corrente policlassista do MDB) ou da construção autônoma dos movimentos sociais e de formas próprias de representação (caso do PT), a produção dos cientistas sociais, organizados em institutos de pesquisa, expressaria as tensões e composições entre estas alternativas.

Há o confronto inicial de duas estratégias globais: a descompressão lenta e gradual e a proposta de convocação imediata de uma Assembléia Constituinte (Figueiredo & Cheibub, 1982). Entre 1973 e 1977 uma série de líderes políticos, articulistas, intelectuais lançam-se no debate, ocupando um grande espaço na imprensa⁴⁰. No período posterior (1977-1980), há refluxo, mas a luta política retoma sua força com o surgimento de dois grupos de atores políticos: os "Novos empresários", liderados pela FIESP; e o novo movimento operário do ABC. Dentre os temas principais estão: a descompressão e caminhos para a democracia; reforma partidária e participação política; reforma constitucional. Intelectuais como Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Carlos Nelson Coutinho, Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier "tacitamente acordaram caminhar, cada um por si, para um vácuo institucional, ao qual estão dando o nome de democracia, com ou sem adjetivos, deixando então a sua forma, o seu escopo e a sua substância por conta da dinâmica do jogo político" (*Ibidem*: 249).

De fato, como expressa a consolidação dos temas institucionais nas pesquisas, os partidos passaram a ser vistos como via privilegiada de participação política, na expectativa de consolidar os mecanismos do sistema representativo, justamente um dos pontos mais centrais da discussão sobre a democracia. Foram os cientistas sociais nucleados no CEBRAP que se engajaram mais diretamente nessa temática, participando da formulação do programa de campanha do MDB para as eleições de 1974. No contexto posterior, Francisco Weffort faz a defesa do papel das classes populares, elevando-as ao núcleo de um projeto democrático que pudesse engendrar uma

³⁹ Que seria formado na articulação entre CEBRAP, o jornal Opinião, o MDB e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁴⁰ Wanderley Guilherme dos Santos, no Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), expõe a tese da descompressão política gradual em 1973; no ano seguinte, o cientista político Samuel Huntington ganha espaço em jornais brasileiros aconselhando a forma lenta e gradual de descompressão.

transformação mais profunda da sociedade. Bolívar Lamounier, por sua vez, empenha em formular a questão em termos institucionais. Estas são as bases do CEDEC e do IDESP. Como expressão da fragilidade das fronteiras entre ciência e política, observa-se a entrada de vários cientistas sociais na disputa por cargos eletivos, como Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, Vinícius Caldeira Brant, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Theotônio dos Santos (Keinert, 2011).

As diferenças entre os trabalhos desta vertente parecem dizer respeito, em grande parte, a quanto os próprios autores se distanciam ou se associam ao *partido intelectual* que analisam. Milton Lahuerta (1999; 2001), por exemplo, enfatiza o papel do CEBRAP como principal força aglutinadora do meio intelectual na política e na formulação de uma nova interpretação da realidade brasileira. Já Marco Antonio Perruso (2009), considera inovador o posicionamento do grupo de intelectuais ligados ao CEDEC que, ao se voltarem para o estudo da atuação dos movimentos populares emergentes, enfatizando a dimensão micro-sociológica, teriam operado uma “inflexão fenomenológica” nas ciências sociais (*Ibidem*: 48-55). Outros destacariam com mais ênfase a progressiva autonomização do campo acadêmico das ciências sociais brasileiras que, apesar de incompleta, constituiria lógicas específicas de disputa interna. É o caso de Bernardo Sorj (2001) que em estudo sobre o CEBRAP, defende que o grupo não teria procurado justificar estratégias partidárias específicas, nem confundir-se com grupos ou classes sociais ou se converter em centro formulador de doutrinas ou ideologias. Estaria garantida a continuidade da separação entre os universos da ciência e da militância político-partidária, distintiva da "escola paulista de sociologia".

Em nosso entender, interessaria aprofundar alguns dos aspectos pertinentes na tese do *partido intelectual*, considerando a particularidade do contexto da transição democrática, e o prolongamento de agendas políticas em áreas temáticas específicas, como a dos estudos sobre crime, violência e segurança pública. Mas, ensaiando escapar a uma "filiação partidária", abordaremos a formação de centros de pesquisa especializados na área temática a partir das cisões deste *partido intelectual* no interior de um processo de autonomização do campo científico iniciado nos anos 1980. Nosso ponto de parte é que a constituição de centros de pesquisa em torno de um tema ou problema específico fez coincidir interesses acadêmicos e políticos em arranjos conjunturais ou permanentes, marcados por uma indissociável relação entre as dimensões cognitiva, normativa e prescritiva do conhecimento (Cohn & Vigevani, 2002) mas, ao mesmo tempo, produziu tensões constantes ao colidir diferentes padrões de organização e *habitus* científicos.

Uma maneira de abordar a questão é proposta por Maria Alice Rezende de Carvalho

(2007), através da diversificação de agências nucleadoras de intelectuais com o surgimento e crescimento das ONGs. Sem deslocar o predomínio da modalidade organizacional da universidade, estas agências competiriam com ela no tocante à jurisdição sobre problemas públicos, conduzindo a um tensionamento dos hábitos e identidades intelectuais consolidados e a um redirecionamento do saber acadêmico em direção a problemas mais fragmentários ou setoriais, de modo que

[...] se o surgimento das ONGs expressa uma transformação profunda na ordem do mundo, a sua projeção no Brasil deriva, em larga medida, da capacidade que tem demonstrado de realizar o que a universidade sozinha não vinha cumprindo a contento, a saber, a interação efetiva com atores e problemas sociais contemporâneos. Tem sido elas que, por sua vocação pragmática, menos comprometida, pois, com a preservação do patrimônio ideativo que ensejou a modernização brasileira, conferem maior mobilidade à agenda pública brasileira, desentranhando 'problemas sociológicos' de práticas sociais antes invisíveis à academia e mesmo aos atores políticos classicamente recortados. Em outras palavras, diferentemente do que possa ocorrer em outras formações intelectuais, onde a institucionalização para além de anteceder, em vários séculos, o surgimento das ONGs, representou um retraimento da vida pública por parte da inteligência acadêmica, aqui, a quase simultaneidade entre o contexto de consolidação da academia e o surgimento das ONGs tem aproximado as duas agências e qualificado as suas respectivas participações no processo de democratização do país (*Ibidem*: 17).

Desse modo, estas agências teriam servido como modelo para a reorganização da intelectualidade, promovendo uma espécie de desterritorialização das práticas universitárias ou mesmo uma desinstitucionalização da universidade (*Ibidem*), expressa na formação dos institutos de pesquisa. A sua constituição fez coincidir interesses acadêmicos e políticos em arranjos conjunturais ou permanentes, marcados por uma indissociável relação entre as dimensões cognitiva, normativa e prescritiva do conhecimento (Cohn & Vigevani, 2002), ao mesmo tempo em que produziu tensões constantes, ao colidir diferentes padrões de organização e *habitus* científicos.

O ensaio de Luiz Werneck Vianna sobre a institucionalização das Ciências Sociais (1997) é outra reflexão importante no sentido que nos interessa. A partir da comparação com o processo de institucionalização das Ciências Sociais decorrido na França, Alemanha e nos Estados Unidos, o autor procura situar os principais paradoxos e especificidades do contexto brasileiro. Enquanto nos países de capitalismo originário, apesar de suas diferenças, as Ciências Sociais nasceriam e se desenvolveriam no terreno da sociedade civil, em geral fora da universidade e voltada para a reforma social e em um contexto de democracia política, no Brasil elas nasceriam do projeto

intelectual de uma elite conservadora, centralmente na universidade, e se consolidariam durante um regime ditatorial. O artigo segue então, por um lado, os caminhos da exposição das Ciências Sociais à democracia e das pontes construídas com as demandas populares e, por outro, as influências dos modelos de estrangeiros de Ciências Sociais. Ganha destaque o contato dos cientistas sociais brasileiros com o modelo norte-americano de pesquisa, que pressuporia um encontro efetivo da comunidade científica com os sujeitos pesquisados ou a incorporação dos seus diagnósticos por parte da administração pública⁴¹.

Nesse contexto serão construídos programas de pós-graduação, centros de pesquisa e estratégias de profissionalização através da conjugação de duas faces: “de um lado, uma *intelligentzia* que se apresenta socialmente como defensora das liberdades civis e públicas; de outro, o *institutional-builder*, que agencia recursos para suas linhas de pesquisa e estabelece suas redes com o governo, fundações estrangeiras e, eventualmente, com entidades da sociedade civil” (*Ibidem*: 223). Esta conjugação originaria tanto a institucionalização de um campo acadêmico como também um movimento de ligação da sociologia à intervenção na vida pública, como indica o caminho das reflexões, que transitarão do tema do *state-building* ao da *cidadania*

Em pesquisa mais recente, Fabio Cardoso Keinert (2001) indica que no período da transição democrática a atualização dos aspectos da geração anterior de sociólogos brasileiros se expressa em laços existentes entre estratégias de profissionalização e o anseio de influência política no pós-85. Em linhas gerais, as diferentes estratégias de cientistas sociais para a reorganização do campo acadêmico nos anos 1970/80 poderiam ser expressas em duas vertentes principais: 1) a que enfatizou a consolidação de uma comunidade acadêmica tendo como marca o discurso da profissionalização e como base o circuito universitário das pós-graduações 2) e a que pretendeu a criação de espaços institucionais de construção e transmissão de conhecimento sociológico ligados a demandas políticas de setores e movimentos sociais. Não haveria, entretanto, uma oposição total, uma vez que as mobilizações dos em torno da criação de condições para o exercício de suas competências fariam dos cientistas sociais, ao mesmo tempo, parte integrante do sistema político. Na prática, foram várias as combinações entre estas duas estratégias.

Nesta intersecção entre as demandas internas e externas à academia, constituíram-se os institutos de pesquisa extra universitários, seguindo as vantagens atribuídas a seus congêneres europeus e norte-americanos: a ausência de encargos de ensino de graduação, as fontes diversificadas de financiamentos, os convênios com instituições estrangeiras, os projetos coletivos

⁴¹ O autor cita dois momentos principais: 1) a influência da Escola de Chicago no Departamento de Ciências Sociais da USP nos anos 40-50 e posteriormente a agenda de reformas expressa na criação do CESIT; e 2) a imersão dos cientistas sociais na resistência à ditadura quando, pela mediação da ciência, inaugurariam um novo espaço para a sua inscrição na vida pública.

de investigação e a divisão das tarefas. Mas, diferente do caso francês, a polarização entre universidades e institutos de pesquisa como signos do “atraso” e do “moderno” não teria assumido contornos tão nítidos. O argumento insinuado é a da falta de condições para a institucionalização da carreira de pesquisador em dedicação exclusiva no Brasil:

[...] os dispositivos criados pelo Estado brasileiro de apoio ao setor científico jamais incluíram a emancipação da figura do pesquisador em relação à universidade, conforme o exemplo do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* no contexto francês, órgão público que realiza contratos de exclusividade voltados à prática de pesquisas. Talvez seja essa a razão do declínio da proeminência das instituições de pesquisa a partir de 1985, no Brasil, momento em que os departamentos universitários retomam suas atividades sem o peso da coerção autoritária [...] O fato é que no Brasil o ideal de profissionalismo almejado por esse tipo de instituição acabou por encontrar dificuldades em se realizar, especialmente no que se refere aos projetos de maior envergadura, manejados coletivamente. Em face da diminuição dos recursos disponíveis, é como se tal formato se visse prensado entre a alternativa de assumir as feições mais puramente acadêmicas da ciência social e a adoção do modelo das empresas privadas de assessoria. Tal situação parece reproduzir o dilema constitutivo das ciências sociais, como profissão que tende a permanecer a meio caminho entre as tarefas de auto-reprodução da universidade e as demandas externas ao mundo acadêmico (*Ibidem*: 06).

O ponto de partida para o contraste específico entre França e Brasil no âmbito do financiamento à produção científica autônoma na forma de carreira de pesquisador em tempo integral é a redução dos investimentos da Ford no CEBRAP, no IUPERJ e no Museu Nacional durante os anos 1970, os dilemas enfrentados pelos pesquisadores destes centros em seu retorno às universidades e as dificuldades da construção de um sistema público de financiamento. No caso, a FINEP (1967) substituiria o papel exercido pela Ford e espelharia as características do projeto nacional do regime militar, que assegurava ao setor de ciência e tecnologia um lugar de destaque na estratégia de desenvolvimento. Concepção que forneceu apoio ao processo de expansão do Estado, com o surgimento de grupos especializados em gerir o domínio da política científica, no interior dos quais, através do denominador comum do nacionalismo, se esboçou a mediação entre representantes do Estado e os críticos do regime, representado por cientistas (físicos, economistas e cientistas sociais), inspirados nas perspectivas de Celso Furtado acerca dos dilemas do subdesenvolvimento. É o caso de Afrânio Garcia e José Sérgio Leite Lopes, que ascendem aos postos de integrantes do Grupo de Pesquisas, surgido em 1972; e, posteriormente, Simon Schwartzman, Luciano Martins, Sérgio Abranches e Vera Pereira, Marcelo de Paiva Abreu e

Mário Brockman Machado (os dois últimos assumiram cargos de direção)⁴². A presença do cientista político Mário Brockman, em 1976, contribuiria para a consolidação de convênios com o CEBRAP e o IUPERJ, através de uma estratégia de "camuflagem" dos projetos de ciências sociais, no intuito de burlar censores.

Essa trama de relações seria reveladora de um traço estrutural da sociedade brasileira -o acesso às instâncias do poder político e ligações com as elites dirigentes é um trunfo indispensável -, enquanto na França, a institucionalização resultaria do próprio adensamento da vida intelectual. No Brasil, estes seriam "resquícios" de uma relação constituída ao menos desde os anos 1930, expressa no prestígio de figuras com trânsito no mundo político e no mundo intelectual. Apesar do contraste entre França e Brasil conter, possivelmente, alguma armadilha de idealização, importa ressaltar as conclusões do estudo a respeito dos sinais de relativa mudança a partir da redemocratização:

O que de fato parece se modificar no período pós-1985 é que a ciência social se afasta das missões políticas como justificativa última de seu fazer, na medida em que seus praticantes deixam de atribuir a si mesmos o papel de formuladores dos "projetos de nação". Conforme a sociedade se democratiza, os cientistas sociais tendem a assumir uma condição socialmente de menor prestígio, ao passo que sua atividade se especializa e se afasta de um sentido político abrangente. Do mesmo modo, à medida que avançam as bases democráticas do país, outros meios de organização, como os partidos, os movimentos sociais e as ONG's, assumem as funções que também eram reivindicadas por parte dos intelectuais. Nesse cenário, uma das formas mais efetivas de participação continua sendo a da inserção na burocracia pública, prestando serviços à gestão estatal (*Ibidem*: 204).

Não haveria incompatibilidade, portanto, entre os diferentes formatos, entre universidades e institutos de pesquisa, como expressaria o trânsito de cientistas sociais entre universidades, institutos de pesquisa e ONGs (*Ibidem*) e o "hibridismo" institucional característico da criação de núcleos e laboratórios de pesquisa no interior da universidade. (Vasconcelos, 2009; 2011) Tomamos, então, como princípio que não é possível definir de forma linear ou estática a relação entre institutos de pesquisa e universidades. É a conjuntura histórica e a "vocaçãõ" destas

⁴² "Não parece ser casual que os dois pesquisadores que alcançaram os postos mais elevados na hierarquia da Finep provinham de famílias de militares bem situados na cúpula do exército brasileiro, casos de Mario Machado e de Marcelo de Paiva Abreu. É possível inferir que suas respectivas filiações ao generalato funcionaram como chancela a sua admissão na burocracia, justamente num contexto em que os intelectuais eram um dos alvos preferenciais das suspeitas do regime. Foi o que tornou possível um trabalho de mediação entre as ciências sociais e a alta cúpula dirigente. A presença deles na Finep constitui mais um dos aspectos a revelar que a porosidade das elites brasileiras contribuiu à consolidação das instituições de pesquisa, ao longo da ditadura" (Keinert, 2011: 85).

organizações que definem os graus de oposição, competitividade, colaboração ou competitividade em relação a universidade (Cohn & Vigevani, 2002). Se durante a ditadura militar a falta de autonomia e de flexibilidade financeira e administrativa da universidade e a diluição do poder decisório levaram pesquisadores de maior peso acadêmico a criar centros de pesquisa autônomos, no processo de transição, os institutos de pesquisa se constituirão motivados por outros fatores. Não mais como refúgio frente a cassações dos direitos de trabalho na universidade, mas como um marco complementar de poder e de renda onde professores universitários desenvolvem suas pesquisas (Sorj, 2001). Em acréscimo, poderia ser dito também: novo espaço de produção de conhecimento, profissionalização e atuação política nas ciências sociais.

Grosso modo, diante da restrição do mercado de postos acadêmicos e das condições de carreira no interior das universidades no período ditatorial (Giannotti & Cohn, 2006), houve um privilegiamento dos institutos de pesquisa, que fariam aquilo que as universidades estavam impedidas de fazer, assim como favoreceriam a aproximação com as questões presentes nas lutas sociais. Devido a crises de financiamento no setor público e mudanças de prioridade das agências internacionais durante os anos 1970 e 1980, os investimentos se voltariam a modelos organizacionais que pudessem diminuir o tempo/espaço entre a descoberta básica e a aplicação industrial ou, em termos melhor aplicáveis às ciências sociais, entre a reflexão teórica e a sua aplicação como ação política ou intervenção técnica. A sobrevivência dos institutos de pesquisa dependeria, então, de mudanças profundas de perfil e mesmo de regime jurídico, em duas direções principais: 1) modificação de seu caráter em direção ao formato das ONGs, conciliando espaço para a ação política junto ao espaço para a reflexão acadêmica, situando-se em posição favorável para obter recursos de agências internacionais, mas com a eventual desvantagem de perderem substância acadêmica; 2) para as que considerarem indispensável a manutenção desta característica, caberia a alternativa de se integrar a universidade pública para obter recursos das agências brasileiras (Guimarães, 1991).

Seria possível, desse modo, estabelecer uma linha de continuidade entre os institutos de pesquisa e os centros, núcleos e laboratórios no interior da universidade, a partir do reposicionamento da intelectualidade em um novo contexto⁴³. Esta continuidade, contudo, também

⁴³ Devemos salientar que vencida aquela conjuntura política, na década de 1980, aquela forma institucional para a pesquisa (centros independentes, agora com estreita colaboração com as universidades) provou ser permanente, após mudanças em suas estruturas e programas. Algumas de suas características marcantes permanecem, tais como a constituição de equipes interdisciplinares de tamanhos manejáveis, uma pesquisa mais em contato com os problemas do planejamento público, e às vezes, com as atividades privadas. Algumas formas institucionais universitárias que surgiram na década de 1980, quais sejam, alguns centros da USP e os Núcleos da Unicamp, têm traços semelhantes, quero crer, com aqueles centros independentes originados na década de 1970 (Lopes, 1993: 159-160).

é correlata a uma competição por recursos entre os antigos institutos e os novos núcleos de pesquisa universitários, o que imporia restrições e modificações nos regimes e pautas específicas de trabalho entre aqueles que optaram por conservar a "dupla militância" na universidade e em institutos de pesquisa. Embora tenha favorecido a mudanças e flexibilizações, o trabalho em institutos de pesquisa não se construiu em oposição à universidade. Não houve uma separação rígida, por princípio, entre a produção de novos conhecimentos, de base empírica, e a reflexão acadêmica voltada a reprodução do saber e desvinculada do interesse prático. O arranjo, ao que tudo consta, fora circunstancial. O cenário atual parece convergir para a integração destes institutos com universidades através do fomento a grupos de pesquisa interuniversitários e interinstitucionais em diálogo com domínios de políticas públicas (Cohn & Vigevani, 2002).

Estas modificações correspondem também a um outro cenário na relação entre sociedade civil e Estado no Brasil a partir de dispositivos constitucionais relativos à participação cidadã nos atos de governo, que impulsionaram a criação de órgãos consultivos e de fiscalização e a participação de pesquisadores como consultores ou mesmo diretamente na gestão pública (Rifiotis, 1997; 1998). Na medida em que as ideias - seja como afirmação de valores, definição de relações causais ou soluções para problemas -, são centrais no processo político, a qualificação técnica e intelectual torna-se uma condição de suma importância para que segmentos organizados da sociedade civil possam garantir a condução de suas propostas nas arenas de discussão e deliberação do espaço público (Danigno (org.), 1996). Estes vínculos favorecerão um quadro singular de institucionalização acadêmica e de protagonismo político, no que se destaca o envolvimento na criação de novos espaços públicos e de gerência de cargos estatais e não-estatais. Assim, procurando conciliar os formatos dos departamentos universitários, das ONGs e dos institutos de pesquisa, estes núcleos e laboratórios viriam a constituir espaços de profissionalização e de relação do cientista social com a vida pública, pontos de articulação entre auto reprodução universitária e as demandas do Estado e da sociedade (Vasconcelos, 2009; Faleiros, 2010). Embora tenha estabelecido fronteiras com o campo político

[...] seja por conta dos serviços prestados de consultoria, pelo assessoramento às lideranças partidárias ou às equipes governamentais, seja por força da contribuição que fazem à definição das agendas públicas de discussão nas diversas áreas de política social, seja pela explicitação nas mídias das lutas envolvendo os diversos grupos de interesse, no que talvez seja a especialidade mais característica de sua competência profissional, seja pelo projeto constantemente renovado de exercer influência mesmo fora das cidades da ciência, seja enfim por esse estado de permanente disponibilidade para o trabalho político, os cientistas sociais brasileiros são parte integrante do sistema político e por

essa razão tendem quase sempre a se comportar como atores políticos cômicos, senão do espaço a que podem almejar, de seus instrumentos de combate (Miceli, 1995: 11).

Desse modo, se nos anos 1970 surgem os institutos considerados precursores, os anos 1990 marcariam o início da institucionalização de núcleos, centros e laboratórios e estruturação de redes de colaboração no âmbito universitário. Um dos eixos desta estruturação foi a aproximação entre os *Laboratórios* ou *Entidades de Pesquisa Associada* - conjunto selecionado dos melhores grupos de pesquisa em todas as áreas de conhecimento - e o apoio à Iniciação Científica por meio de bolsas. Este seria "um velho anseio da comunidade científica brasileira", discutido desde 1977 como alternativa para a otimização do financiamento para pesquisa e socialização dos estudantes de graduação. O *Laboratório de Pesquisa Social*, no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), criado em 1983, teria constituído um primeiro modelo deste projeto (Maggie, 1995). Outro eixo foi o *Programa Nacional de Apoio a Núcleos de Excelência* (PRONEX)⁴⁴ que, com seus editais de pesquisa, favoreceu a integração nacional e regional de redes acadêmicas. A expressão "núcleos de excelência", por sua vez, parece reenviar a um diagnóstico e projeto de política científica no país, baseados na ideia de "ilhas de competência", aplicada à minoria de indivíduos ou grupos que tentam ou logram desenvolver suas carreiras e os ideais da ciência, apesar das barreiras colocadas pela história, cultura e mesmo pelas instituições especializadas no Brasil (Oliveira, 1985). Nesta concepção residem alguns dos elementos prenunciadores dos desenvolvimentos do campo acadêmico brasileiro, assim como indicações para sua análise:

Se as ilhas de competência são viáveis e conseguem estabelecer contatos com a sociedade maior que as circunda, estas se fazem, em graus diferenciados, através dos liames que unem essas ilhas às sociedades profissionais. Neste contexto, as universidades como centros de formação profissional e científica sempre foram capazes de tolerar ou incentivar núcleos de competência e excelência, alguns dos quais atiram como matrizes formadoras de vocações científicas e de gerações de padrinhos da ciência. Nessas instituições formam-se os indivíduos e conformam-se os valores que irão sedimentar, em maior ou menor grau, os núcleos disciplinares que agirão como guias e balizadores das carreiras individuais. O encontro das carreiras com as disciplinas é permanente. Seus momentos iniciais são marcantes, na medida em que permitem a

⁴⁴ Criado em 1996, o PRONEX está ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e partindo de iniciativas de agências e atores como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os dirigentes das Fundações de Amparo à Pesquisa, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foram lançados três editais nacionais (1996, 1997 e 1998) em um total de 206 projetos de pesquisa.

introeção de valores duradouros e identificações substantivas, tais como temas, metodologias, estratégias de pensamento e de ação, através de processos cada vez mais formalizados de aprendizagem e socialização (Oliveira, 1985: 165).

Nesse sentido, a consagração de institutos de pesquisa como modelos de organização do trabalho intelectual, a sua posterior acomodação à universidade na forma de núcleos e laboratórios de pesquisa, coaduna-se com uma determinada proposta de estruturação do campo científico que se consolida nos anos 2000, através da generalização da reunião dos pesquisadores em torno de grupos de pesquisa. Para a concretização desse cenário, ao papel das agências governamentais é preciso acrescentar o apoio da Fundação Ford na sustentação dos grupos que assimilam novos referenciais teóricos e cumprirão um importante papel institucional na criação de "ilhas de competência", que hoje representam modelos de organização para a pesquisa acadêmica. Entender o seu papel é fundamental nesse processo, pois, apesar das diferenças regionais, as ciências sociais brasileiras serão fortemente impactadas pela estratégia da Ford em influenciar a agenda de reformas sociais e o *policy-making* no Brasil (Miceli, 1990; Forjaz, 1997; Vianna, 1997)⁴⁵.

A Fundação Ford e o mercado internacional de expertise em políticas públicas

O investimento da Ford também está, em grande parte, associado à constituição de redes transnacionais de direitos humanos interligando ativistas locais, governos de países desenvolvidos e agências internacionais na transição dos regimes ditatoriais para a democracia na América Latina (Keck & Sikkink, 1998). Para encontrar pistas de possíveis tendências desse cenário, será preciso remontar ainda mais nas origens e do sentido de sua atuação, desde a estruturação do debate sobre política governamental nos Estados Unidos ao longo do século XX e dos fatores que determinam sua entrada no jogo concorrencial com a Europa na exportação de saberes.

Destaca-se, em primeiro lugar, a evolução da estrutura do debate público, nos EUA, que levou, em cerca de quarenta anos, à institucionalização de um espaço concorrencial entre grupos produtores de saberes de governo. Solicitados pelo governo americano por seu lugar

⁴⁵ “Apesar da profunda divergência, as Sociologias do Rio de Janeiro e de São Paulo não vão deixar de convergir, na medida em que ambas inscrevem a disciplina na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais. A de São Paulo, com sua orientação americana, instituindo o seu departamento como uma comunidade científica, sobretudo aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania; a do Rio, sob a inspiração mannheimiana de uma *intelligentzia* como intérprete *em geral* da sociedade, preferencialmente voltada para o papel da dimensão econômica na quebra de uma situação de subdesenvolvimento, privilegiando o eixo Estado-povo. Nos dois casos, envolvendo ou não estratégias de profissionalização das Ciências Sociais, essa *intelligentzia* define sua identidade como a de ator no processo de mudança social” (Vianna, 1997: 218).

preponderante nas mídias e sua legitimidade de especialistas, os *think tanks*⁴⁶, entrarão em concorrência com a universidade na posição de fornecedor de *expertise* (Medvetz, 2009). O termo passou a nomear uma série de instituições antes não reconhecidas em sua realidade específica, relacionadas ao nascimento das ciências sociais e às pesquisas sobre políticas públicas no início do século XX. Enquanto as ciências sociais européias guardaram uma maior proximidade com as ciências humanas, em particular a história, as ciências sociais americanas foram concebidas como força de transformação no interior do processo de modernização, na expectativa de por fim à contestação social que havia acompanhado a revolução industrial. No centro desta filosofia liberal progressista voltada à produção de saberes tecnocráticos, estariam as fundações filantrópicas, criadas pouco tempo antes, tais como a *Fundação Carnegie* (1903) e a *Fundação Rockefeller* (1913) que investiam tanto em instituições de ensino superior, bibliotecas e museus, como à planificação de políticas públicas. O momento da Grande Depressão nos anos 1930 será um momento especial de abertura do Estado à intervenção de uma nova *expertise*, mas será após à Segunda Guerra Mundial, com o investimento em política internacional, que as pesquisas sobre políticas públicas ganharão novo impulso, favorecendo a estruturação de um campo concorrencial de *think tanks*, com suas normas e padrões de produção particulares.

Considerados individualmente, os *think tanks* cobririam um vasto espectro de instituições, desde as pertencentes ao campo universitário até aquelas ligadas a empresas, partidos políticos e movimentos sociais. Porém, o caráter distintivo de sua evolução diz respeito à formação de um espaço social específico a partir do momento em que os *experts* começam a ter consciência de outros *experts* e a se posicionar em relação a estes, ao mesmo tempo em termos de concorrência e de colaboração. Uma mudança então se consolida com a definição de critérios comuns de produção intelectual e de "produtos" reconhecíveis como distintos daqueles que tiveram origem na universidade, tais como o *short policy paper*, também conhecido como *backgrounder report*, *issue brief* ou *policy brief*, e os planos de transição presidenciais. Essas duas inovações são reveladoras da temporalidade específica da pesquisa sobre políticas governamentais. Enquanto a pesquisa científica em ciências sociais exige um certo recuo em relação aos acontecimentos, a pesquisa sobre questões políticas se caracteriza por sua reatividade face aos ciclos de decisões políticas.

⁴⁶ Utilizada pela primeira vez em fins do século XIX, como expressão cômica para designar a cabeça ou o cérebro de alguém, a noção de *think tank* assumirá um outro sentido, de organismo de pesquisa, a partir dos anos 1950, com a criação do *Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences*, da Universidade de Stanford, em razão do seu grande número de teóricos e técnicos de alto nível. O termo foi rapidamente aplicado também a uma série de organizações de estratégia militar após a Segunda Guerra Mundial, evolução facilitada pelo duplo sentido da palavra *tank*, de um lado, reserva de saber, de ideias e de competência técnicas, de outro, veículo militar.

Segundo a discussão precedente, poderíamos distinguir três grandes fenômenos que explicariam a emergência dos *think tanks* nos Estados Unidos. O primeiro seria a presença de uma classe empresarial com meios e interesses para investir na sua própria "máquina de produção intelectual". O segundo seria a ausência ou relativa fraqueza das instituições políticas alternativas, do próprio Estado ou de partidos políticos e sindicatos, que poderiam absorver o "excedente de intelectuais" do país. Por fim, a hegemonia tecnocrática das ciências sociais emergentes, que se baseou em uma institucionalização vinculada à representação coletiva mais próxima da ideia de *professional* que da ideia de *intellectual*. Estas condições foram não apenas responsáveis pela criação de novas instituições, mas também pela formação de um subespaço de produção intelectual⁴⁷. Seria mais adequado, então, considerar os *think tanks* não como uma espécie distinta de instituição, mas sim como pontas de lança de um novo espaço de produção intelectual formado por agentes híbridos que associam formas de poder originadas de instituições universitárias, políticas, econômicas e midiáticas. Estes *experts*, à imagem de sua posição intermediária no espaço social, combinariam competências e modos de percepção saídos de diferentes universos sociais que os *think tanks* atravessam e religam. O poder dos *think tanks*, nesse sentido, estaria em sua capacidade em relacionar estas formas de poder e, eventualmente, modificar seu peso relativo.

Após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência do maior investimento dos Estados Unidos na política internacional, especialmente na construção de normas supranacionais de direitos humanos, em grande parte associada à luta anticomunista, dá-se início à formação de uma "indústria global" de promoção da importação e exportação do Estado de Direito por fundações filantrópicas e grupos de consultores (Dezalay & Garth, 2002). O marco inicial desse processo se dá com a criação da *International Commission of Jurists* (ICJ), financiada secretamente pela *Central Intelligence Agency* (CIA). Parte de seus membros participarão da fundação do Conselho da Europa, serão signatários da Convenção Europeia de Direitos Humanos e posteriormente fundarão a Anistia Internacional. Entre os anos 1950 e 1960, em termos de participação na Guerra Fria, não haveria uma grande distinção entre a CIA e outras organizações, como a ICJ, a Fundação Ford, as universidades da *Ivy League*, o Banco Mundial e a USAID. Mas a revelação das relações mantidas com a CIA no contexto de crítica à guerra do Vietnã, nos anos 1960, levou a um período de profundo questionamento destas relações. Estas instituições seguirão uma nova linha de atuação da política internacional americana, pautada pela influência da crítica à Guerra Fria, dos movimentos dos direitos civis e da "guerra à pobreza" nos países do terceiro mundo. Como já

⁴⁷ Levando em consideração diferentes sistemas políticos e sociedades civis, seria possível elencar uma série de perfis institucionais de think tanks: afiliados a partidos políticos; afiliados a governos, quase-governamentais, autônomos e independentes, quase-independentes, afiliado a universidades. O *World Directory of Think Tanks*, do *National Institute for Research Advancement* (NIRA), reforça o reconhecimento da existência destas instituições no seio de um subespaço específico do campo de produção intelectual (McGann, 2002; 2014).

fizemos referência, a *Aliança para o Progresso*, plataforma do governo Kennedy, e o movimento direito e desenvolvimento, simbolizarão esta tomada de posição por parte de forças da sociedade e do governo.

No tocante à atuação na América Latina, os *Peace Corps* (Voluntários da Paz), programa de ativistas financiados pelo governo norte-americano, é um dos exemplos desta reorientação, mas será a Fundação Ford que se tornará a principal vertente da profissionalização do ativismo em questões sociais e raciais, tais como a luta contra a pobreza, o apoio ao direito das minorias e a criação de centros de serviços jurídicos. Com base no alargamento da questão dos direitos humanos, e dos impasses advindos da não coincidência entre progresso social e desenvolvimento econômico, ela se consolidará como a oponente do outro pilar da *Pax Americana*, a CIA, reorientando os seus investimentos para a criação de centros de pesquisa por intelectuais em luta contra regimes militares no continente. O centro da estratégia seria construir uma nova tecnocracia do desenvolvimento que fosse competente e reformista e pudesse evitar a polarização entre uma direita ultraconservadora e uma esquerda radicalizada no campo político. Grupos de consultores, *think tanks*, fundações filantrópicas e agências nacionais e transnacionais chegaram à conclusão que uma parte essencial para esse resultado é promover um sistema judicial relativamente poderoso e independente. Um bom governo requer um Estado de Direito e uma série de instituições que o preservem. Duas tendências se consolidariam, correspondendo aos pilares "emancipatório" e "regulatório" da modernidade (Santos, 1995): 1) a que procura promover a facilitação do acesso à justiça, leis voltadas ao interesse público, e mecanismos de proteção do meio ambiente, de redução da violência contra a mulher e de controle da má conduta policial; 2) e a que invoca os mesmos ideais institucionais para criar ruas seguras e promover a segurança dos investimentos financeiros.

A Fundação Ford e as ciências sociais brasileiras

A atuação da Fundação Ford no Brasil se desenvolve, então, em meio ao contexto descrito, agravado em suas tensões pelo envolvimento norte-americano na guerra do Vietnã e o conjunto de golpes militares na América Latina, que teriam alterado as condições de oferta e recepção da chamada "ajuda internacional" prestada por agências governamentais e privadas norte-americanas (Miceli, 1990). Alguns autores tendem a caracterizar tal relação como um processo de colonização cultural (Feres Jr, 2000), enquanto outros tendem a atenuar o viés de

dominação enfatizando que o "imperialismo cultural ilustrado" da Ford teria admitido e aberto espaços para lideranças intelectuais latino-americanas dos mais variados matizes político-ideológicos, em um cenário mais complexo em que se destaca a independência dessas fundações em relação às orientações políticas do governo norte-americano (Miceli, 1990; Moreira, 2012).

Diferentemente da estratégia adotada para regiões como África, Ásia e Oriente Médio, que envolveu prioritariamente auxílio a órgãos governamentais, a orientação seguida pelas primeiras "missões" da Ford na América Latina optou pelo investimento em instituições acadêmicas, partindo de um diagnóstico relativo à ausência de competências acumuladas que permitissem, posteriormente, desenvolver programas de investimento em áreas estratégicas. Nesta ampliação do escopo das políticas de apoio, inicialmente restritas ao universo das áreas de economia e de administração, os diagnósticos acerca do desenvolvimento foram concedendo maior ênfase aos fatores extra econômicos, tais como aspectos institucionais e culturais, e as ciências sociais começaram a adquirir prioridade como instrumentos de uma espécie de "engenharia social" dos processos de modernização (Miceli, 1990).

Nesse sentido, a aceitação inicial do apoio da Ford no Brasil durante os anos 60 foi cercada por polêmicas. Mas, ultrapassada a primeira fase de instalação e adaptação do Escritório à conjuntura política turbulenta do período da renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961 ao golpe militar em 1964, a Ford lança as bases para a constituição de uma rede com pesquisadores afetados pela repressão, apoiando o desenvolvimento das condições que sustentassem a produção de conhecimento crítico voltado à análise dos problemas sociais brasileiros. A partir do fim dos anos 60 a Ford incentivou a construção de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa, dentro e fora das universidades; o treinamento exterior de futuras lideranças profissionais; a introdução de disciplinas até ausentes do mercado intelectual interno, em especial Economia, Demografia e Ciência Política; a assimilação de novas técnicas e métodos quantitativas de pesquisa; e o desenvolvimento de uma cultura acadêmica científica voltada a padrões internacionais de desempenho e profissionalização (*Ibidem*).

No que se refere às ciências sociais, a primeira instituição que recebeu recursos da Ford foi o DCP-UFMG - organizado em 1967, que constituiu o primeiro programa de mestrado em Ciência Política no Brasil; em seguida, o IUPERJ, que também cria o seu mestrado na área em 1969; e, no mesmo ano, o CEBRAP, que recebe o financiamento de maior vulto (Forjaz, 1997)⁴⁸. Estes investimentos seguiram uma mesma "filosofia de vertebração profissional e institucional" (Miceli, 1990: 27) de apoio às associações e sociedades científicas na América Latina, como a

⁴⁸ Para uma avaliação quantitativa do montante de recursos aplicados consta em quadro anexo (ANEXO I).

CLACSO e a FLACSO, e que resultou na criação da ANPOCS no Brasil:

Em português claro, a Anpocs é criador e criatura da Ford [...] Ainda que muitos de nós preferissem enxergar a Anpocs tão-somente como o cenário por excelência de nossa maturidade profissional e acadêmica, talvez seja mais prudente apreendê-la como a resultante desse intercâmbio entre o "excedente" da filantropia afluyente e as circunstâncias e feitura da ciência social [...] A Anpocs pode ser tomada como metáfora desse conjunto de instituições emergentes no sentido de que foram, em parte pelo menos, esculpidas pelo feito doutrinário e temático de sua principal mantenedora internacional em medida mais ampla e significativa do que muitos de seus praticantes locais estão dispostos a admitir. (*Ibidem*: 28).

Para tanto, uma pré-condição foi a abertura de canais de intercâmbio acadêmico-intelectual que permitissem a penetração de modelos teóricos da ciência social anglo-saxã em um campo intelectual até então dominado por padrões europeus. Isto viria a compor uma oposição tensa entre dois sistemas de trocas internacionais no campo interno das ciências sociais brasileiras: o primeiro girando em torno da filosofia e da sociologia europeias, especialmente francesas, e firmado em São Paulo, onde os cientistas sociais contariam com autonomia de recursos em nível estadual (FAPESP) ao abrigo da USP, calcada no modelo universitário francês; e o segundo centrado na ciência política de perfil norte-americano, em operações lideradas pela Fundação Ford, assessoradas por uma geração de "brasilianistas". De um lado, anéis e redes ligados pelo relacionamento personalizado entre profissionais e uma "ideologia das afinidades intelectuais eletivas" baseada em sintonias teóricas e métodos avessos ao modelo de ciência empírica anglo-saxã, e valorizadores da marca pessoal, da ousadia conceitual e ambição estilística; de outro, uma troca construída na linguagem das relações empresariais, "primariamente um fluxo de recursos e secundariamente de ideias", que torna a pesquisa empírica a moeda principal de transações acadêmicas (*Ibidem*: 23).

Estes dois sistemas rivalizariam na definição de valores, escolhas epistemológicas e metodológicas para as ciências sociais brasileiras desde os anos 50 e encontrariam na estabilização da Ford como a principal agência de financiamento externo um ponto de inflexão que marca o final de um processo de transição de hegemonia da Europa para os Estados Unidos. A Ford se converteria, desse modo, no "alvo preferido para colisões" e no "parceiro cobiçado para coalizações" (*Ibidem*: 29). Integrar a lista dos clientes da Fundação Ford passaria a valer como credencial indispensável para o "ingresso no clube fechado das instituições legítimas". Ela passaria a contribuir, de modo direto ou indireto, consciente ou inconsciente, para o reforço das linhas de clivagem no interior do mercado interno das ciências sociais brasileiras:

Fazer o relato das atividades da Fundação Ford no país equivale a aprontar uma das versões disponíveis da história institucional das ciências sociais, podendo-se identificar através dessa narrativa os grupos de investigação que se firmaram como protagonistas, as lideranças emergentes através de sua produção intelectual e de seu trabalho de representação política à testa das sociedades científicas da área, os temas preferenciais de pesquisa e os mecanismos através dos quais os esquemas de financiamento foram condicionando a metodologia, o tratamento conceitual, os conteúdos interpretativos e até mesmo a hierarquia de legitimidades do que se entende por ciência social no país (*Ibidem*: 29).

Com base nesse apoio, os cientistas sociais brasileiros teriam conseguido construir condições para seguir atuando e influenciando no debate acadêmico e público, tendo em vista a dimensão adquirida pela intelectualidade na resistência a ditadura, como comprovariam a projeção de importantes cientistas políticos, antropólogos e sociólogos beneficiários como lideranças intelectuais, em processos institucionais na universidade, na política administrativa (assessoria e consultoria) e no espaço político-eleitoral. Isto demonstraria o peso estratégico do financiamento da Ford no incentivo a uma definição de conhecimento voltado a análise e legitimação das bases institucionais do regime liberal-democrático (Keinert & Silva, 2010).

A análise de trajetórias como ponte entre o institucionalismo e politicismo no cenário contemporâneo

Antes de avançarmos, convém nos concentrarmos no exame de estudos recentes que têm enfrentado de forma mais dilemática, polêmica e construtiva a utilização da análise de trajetórias (com recurso ao método prosopográfico e a matriz bourdieusiana), para explicar as redes pessoais, políticas e profissionais de construção das instituições e tradições das ciências sociais após 1968.

Um primeiro estudo importante, do qual já fizemos uso pontual, é a tese de Fabio Cardoso Keinert, *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)* (2011), sobre o "grupo geracional" que teria se imposto como elite das Ciências Sociais entre 1968 e 1985⁴⁹. De acordo com Keinert, afeitas à narrativa da "modernização" e da "profissionalização", as interpretações sobre o período teriam ressaltado a autonomização do campo científico, assim como o papel político de intelectuais na luta pela restauração da democracia, deixando de lado os

⁴⁹ A sua perspectiva retoma, com base na estratégia metodológica "miceliana", algumas das indicações dos estudos anteriormente citados de Irene Cardoso, Daniel Pécaut e Simon Schwartzman, situando o objeto de estudo no terreno problematizado por Otávio Velho a respeito das "ciências sociais pós-64".

"mecanismos ocultos" que viabilizaram o mundo científico em meio às adversidades do período da repressão. A influência das fundações estrangeiras, a estruturação de um sistema de apoio à prática científica e de reconhecimento entre pesquisadores não seriam os únicos fatores determinantes. As condições de emergência dessas instituições durante a ditadura constituiriam um "ponto cego" das análises históricas sobre as ciências sociais no Brasil.

A explicação para a emergência dessas instituições imporia relacionar a dinâmica da institucionalização às genealogias dos empreendedores acadêmicos. Como hipótese ressalta-se a coesão entre setores da classe dirigente do país e sua porosidade favorável ao raio de ação de "intelectuais bem nascidos" no âmbito da vida empresarial e mesmo da cena pública da época. Tratar-se-ia de uma experiência de "construção institucional" que dependeu da mediação de intelectuais "à moda antiga", cujas origens teriam facultado acessos barrados à maioria dos cientistas sociais. Ou seja, as iniciativas voltadas ao meio acadêmico no Brasil durante os anos 70 e 80 continuariam a depender de "certo personalismo", trunfo decisivo num contexto intelectual em grande margem subordinado à "tutela estatal" ou aos "mecenas estrangeiros". Assim, como a dar continuidade a uma característica marcante da intelectualidade brasileira desde o século XIX, a conquista de notoriedade estaria associada à ligação com o espaço público e o universo político, seja como meio de viabilização das construções institucionais – cargos em comissões científicas e instituições de fomento - ou como maneira de intervir politicamente nos rumos do país - na assessoria a partidos e movimentos sociais nos anos 1970 ou nos cargos burocráticos no governo após a redemocratização em 1985 (*Ibidem*).

A sua análise toma por referência o conjunto de intelectuais que se associaram às atividades do IUPERJ, do Museu Nacional e do CEBRAP e cujo momento de entrada na carreira coincide com o ponto de inflexão institucional e geracional simbolizado por 1968. A criação destes institutos não foi possível tão somente em função dos recursos da Fundação Ford, mas da atuação de personagens detentores de um raro montante de contatos internos à classe dirigente brasileira. Um aspecto chave à capacidade de atrair o investidor estrangeiro e obter sucesso em tarefas de "construção institucional" que assumiam um peso considerável em um momento em que as bases acadêmicas das ciências sociais ainda não estavam consolidadas.

A primeira trajetória analisada é a de Fernando Henrique Cardoso, cuja origem familiar⁵⁰, embora não o tenha isentado das desconfianças dos setores repressores do regime militar, seria em parte explicativa de sua aptidão em mobilizar pessoas situadas nas mais altas posições da hierarquia social brasileira. Ao conciliar a sua posição no interior da cadeira de Sociologia I,

⁵⁰ Avô e pai com carreira militar no aparelho de Estado desde o segundo império. Seu pai, General Leônidas Cardoso, participara do circuito nacionalista que apoiava Getúlio Vargas na década de 1950, fração contrária a dos idealizadores do golpe de 1964.

liderada por Florestan Fernandes, com as articulações para a criação do CESIT, se iniciaria um acúmulo de contatos entre empresários e políticos no Brasil⁵¹, e centros intelectuais estrangeiros⁵², depois estendido em suas experiências políticas e profissionais no exílio no Chile⁵³ e em Paris (no bojo da repercussão de sua teoria da dependência), que seria fundamentais para a criação do CEBRAP, em 1969.

Em seguida, Keinert aborda a trajetória de Cândido Mendes de Almeida, de origem familiar ainda mais prestigiosa, vinculada a hierarquia católica, nobiliárquica/política e empresarial, no setor do comércio e do ensino⁵⁴. Formado em Direito e Filosofia na PUC/RJ, Cândido Mendes circula entre o universo acadêmico, a esfera política e as atividades de gestão das instituições universitárias de sua família. Nas atividades e discussões do ISEB e na docência no curso de Sociologia e Política, da PUC/RJ, participou do debate nacional-desenvolvimentista. Na direção da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e do complexo institucional que dará origem a atual Universidade Cândido Mendes, após o fechamento do ISEB pelo regime militar, ele formulará o embrião do curso de mestrado do IUPERJ. No exterior, ele circulará entre as universidades de maior prestígio dos Estados Unidos (Harvard, Columbia, Princeton, California) firmando seu acesso ao círculo de negociações da Fundação Ford, em 1967⁵⁵. Este capital político e intelectual acumulado lhe garantirá também uma posição de influência no interior de setores do regime militar "a partir dos quais se atavam os dois lados de uma relação bastante improvável, tendo em vista as tensões que separavam o Estado e sua oposição intelectual [...] A conexão estreita entre os vários ramos das elites brasileiras parecia tornar viável o encontro entre figuras ideologicamente distantes entre si" (*Ibidem*: 71). Através desse espaço ele influenciara na discussão sobre a abertura política e em negociações internas entre Igreja Católica e Estado⁵⁶.

⁵¹ Fernando Henrique teria aproximado os políticos Paulo Egydio Martins e Severo Gomes às reuniões com Peter Bell, do diretório da Ford. No setor empresarial, ele se associa Celso Lafer e José Mindlin, que viabilizam contratos de pesquisa e assessoria do CEBRAP.

⁵² A criação do CESIT teria sido sugestão feita por Georges Friedmann e Alain Touraine, como instituição análoga ao *Laboratoire de sociologie industrielle*, dedicado à temática do trabalho e da indústria.

⁵³ Acolhido pela CEPAL, ele foi alocado nos quadros docentes da FLACSO e da Universidade do Chile. Ainda na CEPAL ele recebe, em 1967, o convite para lecionar em Paris, onde permanece até 1968, quando retorna a São Paulo. Nestas duas cidades, entrará em contato com funcionários da Ford.

⁵⁴ Avô jurista e político atuante na virada dos séculos XIX e XX, recebe do papa Leão XIII, em 1874, o título de conde da nobreza pontifícia, transmitido de geração em geração. Tio-avô senador e diretor do Jornal do Brasil, cargo que o pai do fundador do Iuperj ocupa anos depois. O capital transmitido ao longo da linhagem constituiria fonte de legitimação de investimentos no ensino superior. Seu avô desempenha um papel decisivo na fundação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e na criação da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), pioneiras do ensino privado no país, ligadas a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, em 1919, e da Faculdade de Direito, na década de 1950.

⁵⁵ Alguns dos principais intelectuais norte-americanos, como Talcott Parsons e Samuel Huntington, foram trazidos para o Brasil por seu intermédio para acordos institucionais e debates teóricos e políticos. Huntington será o formulador do horizonte de abertura política do governo Geisel.

⁵⁶ A Comissão Bipartite foi um destes espaços. Criada em 1970, para contornar a crise entre o Estado e a Igreja Católica, por conta de denúncias públicas por parte de membros do clero, alvo dos excessos da violência

A terceira trajetória analisada é a de Roberto Cardoso de Oliveira, também de origem familiar historicamente bem situada⁵⁷. No entanto "Mais distante do ramo político da camada dirigente, suas origens não forneceram o suporte necessário a um perfil de atuação que costuma oscilar entre a carreira científica e a trajetória pública, ambigüidade própria aos intelectuais com raízes no aparelho de Estado brasileiro" (*Ibidem*: 74). No seu caso, a sua localização social teria efeitos no domínio propriamente acadêmico, onde o "papel empreendedor se associa às condições exclusivas aos herdeiros das famílias de elite, num contexto de incipiência das bases profissionais" (*Ibidem*: 74). A sua participação como vetor da construção institucional do PPGAS do Museu Nacional se dará através de contatos com pesquisadores da Universidade de Harvard e da Fundação Ford. A sua posição corresponderia à transição entre duas fases da institucionalização da disciplina, correspondentemente dois perfis de recrutamento social de seus praticantes: a da sua geração, trilhada num momento em que as origens de classe constituíam um lastro indispensável e a da geração posterior, associada à diversificação das origens de classe, com maior integração das frações médias nos quadros discentes da universidade⁵⁸.

Considerando as devidas diferenças do nível de circulação no âmbito das frações dominantes do campo do poder nacional, a trajetória dos três cientistas sociais representariam o peso dos trunfos ligados à origem social em um momento de precariedade das bases do campo acadêmico. Em tempos de exceção essa situação se tornaria crucial, mesclando ideal de profissionalismo à politização vivida no período. O grupo ou geração, em termos mais amplos, que participou da fundação das organizações referidas, se afirmaria a meio caminho entre os valores da especialização e os anseios de ocupar posições públicas a partir da reconstrução democrática, em comissões federais, agências governamentais de fomento à pesquisa e mesmo na Assembléia Constituinte. Essa relação se demonstraria também nas linhas de reflexão que marcaram o grupo, concentradas no tema das raízes históricas do autoritarismo e da constituição do Estado. As diferenciações se fariam, sobretudo, pela escolha dos arranjos organizacionais: "O que se modifica, no passar das décadas, é algo que tem menos a ver com o conteúdo das idéias do que com os padrões de trabalho, cujo emblema maior diz respeito justamente às instituições [...] a

militar. A conciliação foi conduzida por Candido Mendes evocando o léxico do nacional-desenvolvimentismo em associação entre o Estado e o imaginário católico da Igreja como guia moral da sociedade. Em 1969, Candido Mendes assume a liderança da seção brasileira da Comissão de Justiça e Paz.

⁵⁷ O declínio econômico da trajetória de seu pai, comerciante e exportador de café, não iria interferir em demasia na socialização de Roberto Cardoso de Oliveira nos círculos socialmente bem-postos na cidade de São Paulo da primeira metade do século XX. Ele se casará com sua então colega de turma na filosofia da USP, Gilda Cardoso, irmã de Fernando Henrique, o que sugeriria "as afinidades que são típicas de casamentos entre famílias de boa estirpe" (*Ibidem*: 74).

⁵⁸ O exemplo utilizado como expressivo do processo é o de Roberto DaMatta, aluno da primeira turma do curso. Nascido em Niterói, o pai do antropólogo compunha os setores médios da sociedade, tendo como ocupação o cargo de fiscal de consumo.

identificação recíproca entre eles, com base num perfil de trabalho mais ou menos comum, a despeito das diferenças de filiação disciplinar" (*Ibidem*: 57).

São localizadas, desse modo, um conjunto de referenciais para o enquadramento de experiências geracionais sucessivas, associadas aos condicionantes de ascensão profissional no âmbito das carreiras acadêmicas nas ciências sociais. Um dos aspectos mais importantes diria respeito às mudanças que teriam permitido às camadas médias se inserirem, de maneira inédita, na universidade, afirmando-se na valorização da formação especializada como trunfo compensador dos efeitos desfavoráveis de uma origem culturalmente modesta. Isto corresponde, ao mesmo tempo, à modificação do perfil da formação necessária ao ingresso na carreira acadêmica ao longo das décadas de 1960 e de 1970. Os capitais familiares deixariam de ser prerrogativa da vida intelectual, na medida em que se afrouxam os laços entre erudição humanística e ciência social. O reconhecimento social alcançado por meio dos títulos estrangeiros sinalizaria "certo avanço" na democratização do país. Essa modalidade de capital cultural, o diploma de pós-graduação e a titulação estrangeira, passaria a ter grande relevância no mercado de trabalho político, ou seja, no plano do recrutamento das elites técnicas de governo⁵⁹.

Keinert localiza, então, três perfis de grupo ou trajetória a partir desse cenário, que valem a pena serem indicados:

O primeiro é o papel assumido pela nova geração mineira de cientistas políticos que se firmará especialmente na *Faculdade de Ciências Econômicas* (FACE) e no Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG e, posteriormente, no IUPERJ. Eles comporiam um perfil de profissionalização, similar ao da geração de economistas brasileiros com formação nos Estados Unidos no mesmo período e que viriam a ocupar postos decisórios no governo federal a partir da redemocratização, associado progressivamente à incorporação de perspectivas institucionalistas, ao argumento da "autonomia do político", à adoção de métodos quantitativos de análise e ao desempenho de uma função próxima ao domínio da gestão pública: Simon Schwartzman⁶⁰, Elisa Reis⁶¹, Wanderley Guilherme dos Santos⁶², José Murilo de Carvalho⁶³, Vinicius Caldeira Brant⁶⁴,

⁵⁹ O modelo inspirador do argumento das afinidades entre valorização da ciência e ascensão social de camadas médias, é a trajetória de Florestan Fernandes: educado em condições socioeconômicas bastante desfavoráveis, pai desconhecido e mãe empregada doméstica em São Paulo, teria sido por meio de favores concedidos pela patroa que ele pôde finalizar seus estudos secundários (Garcia, 2002).

⁶⁰ "O caso de Simon Schwartzman pode ser mobilizado como exemplo de uma trajetória social que dificilmente se encaixaria no circuito das carreiras dominantes. Com a exceção de um tio do lado paterno, é o primeiro na família a alcançar as fileiras do ensino superior" (*Ibidem*: 116).

⁶¹ "Elisa Reis havia contrariado o destino reservado às mulheres, no Curso Normal, ao deixar Ibiá (MG) rumo à Uberaba (MG), a fim de realizar o científico" (*Ibidem*: 17).

⁶² "(...) descendente de uma família sem formação superior, situada a certa distância das elites cariocas da zona sul" (p.114).

⁶³ "(...) é impelido a abandonar o convívio em família na região de Piedade do Rio Grande, no momento em que tem início o internato num colégio de franciscanos, também no interior do estado" (*Ibidem*: 117).

Edmundo Campos Coelho, Luiz Werneck Vianna⁶⁵ e Bolívar Lamounier⁶⁶. Grupo que terá ainda, como critérios sociológicos definidores: a origem social menos abastada, em geral provenientes de cidades rurais do interior de Minas Gerais; a experiência de militância política de esquerda na juventude católica e no PCB e suas dissidências; e a formação pós-graduada nos Estados Unidos com bolsas implementadas pela Fundação Ford. Nota-se, nesse sentido, a tendência à mudança de posicionamento, politizado na juventude e profissionalizado na maturidade.

Mas, se há mudanças em termos de abordagem, a agenda de questões não teria se alterado substantivamente: a centralidade do tema do Estado e da política se manteria em um conjunto de estudos que procurou entender, em primeiro lugar, as raízes do autoritarismo e as razões do golpe, em segundo lugar, dos fatores para a modernização política. Ambas questões abordadas a partir da história e do pensamento político brasileiro (Oliveira Vianna, Alberto Torres, Victor Nunes Leal...) e do funcionamento interno ao sistema político (formas de governo, eleições, comportamento eleitoral, partidos, parlamento, cultura política). A relação com os cientistas e historiadores da política norte-americanos (Seymour Lipset, Robert Dahl, Pitirim Sorokin, Juan Linz, Samuel Huntington, Albert Hirschman, Gabriel Almond, Sidney Verba, Barrington Moore Jr., Reinhard Bendix e Alfred Stepan) marcaria um conjunto de pesquisas e debates.

O segundo grupo tem como referência de origem o curso de *Sociologia e Política* da PUC/RJ, no qual a carreira intelectual seria condicionada por fatores associados à herança cultural de famílias que descendiam das elites ou de frações intelectualizadas da classe média e buscavam uma modalidade de legitimação intelectual menos ligada às qualidades técnicas e úteis de pesquisa e mais próximas de um conhecimento ilustrado/expressivo, tal como a literatura e a arte, ou o

⁶⁴ Embora haja casos específicos, exceções que confirmariam a regra: "O único caso a exibir certo grau de proximidade com as elites políticas do cenário local diz respeito a Vinícius Caldeira Brant. O sociólogo era descendente de uma das famílias tradicionais mineiras, com posições de destaque na vida pública, o que se revela particularmente na carreira de seu tio-avô, deputado federal por várias legislaturas, presidente do Banco do Brasil (1930-1931), além de ter participado do processo revolucionário de 1930. É preciso assinalar que a exceção ligada às origens sociais também pode ser notada no plano de sua carreira profissional, se comparada ao destino dos mineiros com formação pós-graduada nos Estados Unidos. Trata-se de um dos poucos casos a manter a militância política para além do período de graduação em Belo Horizonte, no início da década de 1960. Nesse período, chegou a ser assessor de sindicatos, participante da formação das Ligas Camponesas e da AP, sem falar na presidência da UNE (1962-1963)" (p.118). Além disso: ele se dirigirá a Paris e, participando de uma rede internacional de apoio aos resistentes à ditadura militar brasileira, regressa ao país em 1967 e se engaja na formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o que o leva à prisão, em 1970.

⁶⁵ Destoariam ainda do perfil geral do grupo: Elisa Reis, única mulher em um domínio, a política, marcadamente masculino; e Luiz Werneck Vianna que é tido como figura de transição, por seu vínculo mais extenso com o PCB, com a ideia de intelectual público, assim como seu diálogo com o grupo paulista do CEBRAP (ele cursa seu doutorado na USP, sob a orientação de Francisco Weffort).

⁶⁶ "chega a capital mineira aos quatorze anos de idade, após ter vivido a infância no município de Dolores do Indaiá (MG). No ano de seu nascimento, em 1940, o pai de Bolívar era um pequeno agricultor, cuja situação econômica era modesta, devido ao declínio da economia agrícola no país [...] Caçula entre seus dez irmãos, Bolívar atinge um grau de escolarização improvável considerando o destino social dos primogênitos. Foram poucos os que obtiveram o diploma secundário, condição que não fugia à regra entre os que eram socializados em pequenos municípios do interior mineiro" (*Ibidem*: 116-117).

exercício da "crítica social". O perfil católico da instituição favoreceria a expectativas famílias e expectativas mais tradicionais em torno de destinos profissionais típicos da elite, quais sejam: a carreira diplomática e o universo jurídico⁶⁷. Espelhando o mesmo quadro social, destaca-se a militância estudantil, nos movimentos de juventude católica⁶⁸ já no secundário das escolas confessionais. Fato que se deve à forte influência do catolicismo na organização do meio intelectual e das instituições de ensino no Rio de Janeiro, expresso na "reação católica", fenômeno iniciado nos anos 1920 que competiria com a Escola Nova na definição dos parâmetros para a educação nacional e que culmina na criação da PUC, em 1946⁶⁹.

Ainda quanto ao perfil das famílias e do alunado, ressaltam-se os fluxos migratórios de frações da elite de Minas Gerais e de estados do Nordeste, seja as do ramo socialmente declinante das fazendas de café no Vale da Paraíba, seja as da elite política. Este seria o caso de Moacir Palmeira, de raízes familiares que remontam aos engenhos de açúcar em Alagoas, base social das carreiras políticas dos seus membros⁷⁰. Haveria também um conjunto de famílias marcadas pela experiência de mobilidade social pela via científica, caso da família de Afrânio Garcia⁷¹, Lícia do Prado Valladares⁷², José Sérgio Leite Lopes⁷³, Sergio Miceli Pessôa de Barros⁷⁴ e Gilberto e Otávio Velho⁷⁵. Distinta da experiência dos filhos de núcleos tradicionais, a valorização dos

⁶⁷ Tanto o curso de Direito como o de Sociologia e Política serviam como preparatório ao Itamaraty.

⁶⁸ A partir da Juventude Estudantil Católica (JEC), posteriormente da Juventude Universitária Católica (JUC), cuja dissidência mais à esquerda originaria a Ação Popular, uma das organizações políticas de maior peso na PUC.

⁶⁹ "Trata-se da concretização do projeto idealizado nos anos 1920, levado a cabo graças ao lugar estratégico ocupado pela Igreja no arranjo que compôs o governo central a partir da Revolução de 1930. A reconquista da condição de "sócia do poder" se revelava nos trunfos de barganha junto ao alto escalão burocrático, o que lhe permitiu gerir até mesmo a constituição da Universidade do Brasil, em 1939. O cenário acabou sendo favorável à afirmação da PUC como a principal instituição no âmbito de ensino superior, no Rio de Janeiro" (*Ibidem*: 138).

⁷⁰ Seu pai, Rui Soares Palmeira, se formou no curso de Direito em Recife. Eleito deputado federal (1946-1955) e senador (1955-1968) pela UDN. Ele se muda para a capital federal em 1951, trazendo consigo os seis herdeiros. Entre estes, as opções de engajamento foram bastante diferentes. Guilherme se lança pela Arena ao posto de deputado estadual e torna-se governador de Alagoas (1979-1982). Vladimir e Moacir aderem à militância de esquerda no movimento estudantil, através do catolicismo de esquerda. Enquanto Moacir assume a carreira de cientista social Vladimir Palmeira opta pela política. Foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna, no ano de 1969. Nos anos 1970, enfrenta o exílio. Regressa em 1979 com a lei da Anistia e, posteriormente, se lança nas atividades do PT.

⁷¹ "Trate-se de um caso representativo de uma família oriunda dos setores médios, deslocada de pequenos municípios do interior brasileiro, em busca das oportunidades que se abriam na capital federal, ligadas à escolarização superior. O tio do lado paterno se forma em Direito e ingressa no Itamaraty, exercendo a influência que leva Afrânio ao curso da PUC com vistas à carreira diplomática" (*Ibidem*: 135).

⁷² Formada em Sociologia e Política na PUC, em 1967. Nasceu na Bahia, filha de um intelectual ligado ao jornalismo e à vida universitária. Sua mãe, de origem húngaro-americana, brasileira naturalizada, se formou em antropologia, com mestrado na Universidade de Columbia (EUA).

⁷³ Filho do físico, José Leite Lopes.

⁷⁴ O lado paterno tinha origens no Vale do Paraíba. O legado material, já escasso, foi consumado pelo pai "em falência nas jogatinas, prática corrente entre herdeiros ameaçados" (Keinert: 135). No lado materno, de origem italiana, o avô fora um empreiteiro de obras teria assegurado condições suficientes para o ingresso do tio, Armando Miceli, nos estudos. Ele se forma em Direito e transita pelo meio intelectual carioca, sendo redator-chefe no Correio da Manhã. O tio teria sido decisivo na trajetória de Sergio, ao bancar sua vida escolar em colégios particulares na capital federal.

⁷⁵ Gilberto Velho obtém o diploma em Ciências Sociais pela FNF, em 1968. Otávio Velho ingressa na PUC, em

estudos por parte destas famílias se associaria a uma visão de mundo "relativamente mais progressista [...] e próxima à exaltação do mérito escolar como via de ascensão social" (*Ibidem*: 135).

No que se refere ao curso de Sociologia e Política, inspirada na ELSP de São Paulo, cabe destacar o papel seu fundador (1957) e professor, o padre de formação sociológica de inspiração socialista, Fernando Bastos de Ávila⁷⁶, constantemente mencionado nos depoimentos de ex-alunos e responsável pelo recrutamento dos primeiros professores do curso no universo dos recém-diplomados. Não teriam sido poucos os que concluíram a graduação na própria PUC e assumiram a tarefa didática com mínima diferença etária em relação aos estudantes. Este é o caso de Gláucio Ary Dillon Soares, que cursou Sociologia e Política no período 1956-1958, e lecionou no curso entre 1961-1962, o primeiro professor voltado aos estudos políticos da instituição, destacando-se pelo repertório especializado advindo de sua estadia nos Estados Unidos⁷⁷. Tanto por sua formação, quanto por suas origens sociais - família de classe média baixa do subúrbio carioca, caso de exceção entre os alunos da PUC - o aproximaria dos cientistas políticos mineiros.

Esta aproximação, aliás, seria um dos traços marcantes nos circuitos de sociabilidade cultural, na militância e na afirmação profissional nos anos seguintes. Expressão da busca por referências e contatos em contextos onde a carreira acadêmica ainda era incerta e sujeita à ingerência política. A circulação também se daria nas instituições de pesquisa surgidas na capital fluminense a partir de fins dos anos 1950, a exemplo do CLAPCS e do IUPERJ⁷⁸. Tanto a circulação de pesquisadores, como o recrutamento para a composição dos quadros destes institutos teria se realizado por meio dos professores da Escola de Sociologia e Política, que neles acumulavam funções institucionais, quando o tempo integral ainda não havia sido implantado no Rio de Janeiro, como o antropólogo Manuel Diegues e em especial Candido Mendes, próximo a

Sociologia e Política, curso concluído em 1964. Filhos de Octávio Alves Velho, militar com inserção na vida intelectual que "foi muito ligado ao mundo cultural do Rio de Janeiro, próximo a inúmeros intelectuais atuantes na época, especialmente de Jorge Zahar, patrono da editora na qual Gilberto e Otávio vieram a trabalhar. Em função de sua proximidade com os centros decisórios, pôde desempenhar importante papel na proteção dos perseguidos pela ditadura" (*Ibidem*: 136).

⁷⁶ O padre Ávila, após ter concluído o doutorado na Universidade de Louvain, Bélgica, ingressa na PUC em 1954, como professor de sociologia. Desenvolveu tese sobre a imigração no Brasil, se inspirando nas idéias socialistas em voga na Europa.

⁷⁷ A bolsa de estudos, concedida pela Fundação Rockefeller, era ligada ao Direito, área em que Gláucio Soares já possuía graduação, pelas Faculdades Candido Mendes. O destino foi a Universidade de Tulane, em New Orleans, sendo o curso mais decisivo para a sua formação o realizado no *National Opinion Research Center*, na Universidade de Chicago, onde pôde assimilar as técnicas quantitativas de pesquisa, como o *survey*.

⁷⁸ No caso do IUPERJ: Miriam Limoeiro, Ana Judith de Carvalho, Ângela Xavier de Brito, Maria Regina Soares de Lima, Flora Henrique da Costa, Colmar Verçosa Manguieira, todas da PUC; e Amaury de Souza (Face), César Guimarães (FNF) e Wanderley Guilherme dos Santos (FNF). Posteriormente No caso da CLAPCS: Moacir Palmeira, Otávio Velho e Rosa Maria Ribeiro da Silva Alice Rangel de Paiva Abreu e Lícia do Prado Valladares, de onde, a partir da ligação com Carlos Alberto de Medina, se iniciou no âmbito das pesquisas em favelas (Keinert, 2011).

Julio Barbosa da FACE. A circulação inter-regional também influenciara Moacir Palmeira e Otávio Velho, que terão a oportunidade de realizar o curso recém-aberto do Instituto de Ciências Sociais, dirigido por Thales de Azevedo, na Bahia⁷⁹.

Nesse ponto, chegamos ao argumento que Keinert utiliza para definir que a PUC se consolida, no Rio de Janeiro, como principal núcleo de graduação em ciência social na década de 1960, conectando-se às instituições recém-criadas e formando uma rede viabilizada pelos professores com dupla inserção profissional, em universidades e institutos de pesquisa. Os estágios serviriam complementação de uma formação sociológica ainda incipiente, ao mesmo tempo em que sedimentaram alianças decisivas às chances de carreira abertas posteriormente. A partir de 1968, os programas de mestrado do IUPERJ e do Museu Nacional viriam a contornar a carência de alternativas à viabilização profissional dos alunos. Otávio Velho comporia a primeira turma do PPGAS, que receberia ainda outros ex-alunos da PUC, como Lygia Sigaud, Alice Rangel e, posteriormente, Gilberto Velho e Roberto DaMatta. Mas o cenário ainda seria desfavorável, sendo a viagem o deslocamento para a USP⁸⁰ ou para o exterior (França, Estados Unidos e Inglaterra) as duas principais soluções ao dilema profissional e político dos formados em 1964.

A partir destes dois grupos, Keinert aponta três perfis - o "profissional" o da "missão da crítica social" e o da "arte pela arte" – onde agrupará diferentes dos intelectuais abordados. Apesar das diferenças de perfil, de origem social e de deslocamento internacional (França e Estados Unidos), a principal conclusão é que

Trata-se de considerar os exemplos individuais como partes constitutivas de um grupo, cujo grau de coesão foi bastante variável ao longo do tempo, tendendo a se intensificar nas ocasiões em que alianças foram montadas, caso da criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 1977. Não por acaso o grupo em questão fez do manejo desse processo um de seus trunfos mais importantes, se valendo de uma posição privilegiada, seja no que se refere ao aporte concedido pela Fundação Ford, seja no plano da ligação com lideranças da geração anterior, justamente as figuras que desfrutavam de um peculiar raio de ação, num contexto tão adverso como

⁷⁹ Formação a se realizar ao longo de um ano, com ênfase no trabalho de campo. Otávio Velho acabou desistindo e a temporada de estudos no foi realizada por Moacir Palmeira, Luiz Antonio Machado da Silva e Sergio Lemos, entre 1962-1963.

⁸⁰ É o caso principal do Museu Nacional ou dos que o tinham como referência/possibilidade. Dentro desse grupo, entre os cientistas sociais da geração pós-1968 ou anteriores, que optaram por complementar sua formação na USP estão: Roberto Cardoso de Oliveira (1966), Francisca Keller (1967), Julio Cesar Melatti (1970) e Roque Laraia (1972); Gilberto Velho (1975), Lygia Sigaud (1978) e, por fim, Sergio Miceli (1968): "O mestrado em antropologia não despertou interesse em Sergio Miceli, já que a área era quase restrita à prática da etnologia indígena. A ausência de outras oportunidades em termos de formação sociológica no Rio de Janeiro foi um dos fatores que o levou a se mudar para São Paulo, tendo em vista a pós-graduação na USP, o centro mais prestigioso ligado ao ensino de sociologia no Brasil da época" (*Ibidem*: 143).

o da ditadura (*Ibidem*: 07)

O argumento geral da tese de Keinert (apesar dos riscos inerentes ao uso de relatos retrospectivos, como a criação ou reforço de oposições e mitos de origem), parece bastante profícuo. Embora não tenhamos a pretensão de alcançar a mesma profundidade no uso do método prosopográfico, ele dialoga com os pressupostos da presente tese em vários aspectos. Mas há duas questões problemáticas: a primeira, de menor expressão, mas que ganha algum peso nos propósitos do presente trabalho, é a lacuna com relação à trajetória de Edmundo Campos Coelho, que ora é utilizado no interior do perfil geracional, mas não há uma descrição de sua origem social; a segunda é mais importante e se refere à equiparação do grupo do CEBRAP a toda a dinâmica da USP, desconsiderando, em geral, seus processos específicos de reprodução das filiações das cadeiras de Sociologia I e II com a criação de grupos de pesquisa, a circulação de seus quadros e a inclusão de novos professores (em fenômeno que parece similar, em alguns casos, à inclusão de recém-formados na PUC/RJ). Considerando as origens e o enraizamento do autor no contexto paulista⁸¹, a lacuna pode ter também uma expressão significativa.

O outro trabalho considerado nesta seção, *Ascensão e hierarquização "profissional" nas ciências sociais: um estudo a partir do caso da Escola Sociológica Paulista*, de Rodrigo da Rosa Bordignon (2010; 2013), investirá justamente nesta lacuna, ao pretender a análise de uma elite cultural, no caso, a enfeixada na "obra de consagração coletiva" *Conversas com Sociólogos Brasileiros* (Bastos *et al.*, 2006)⁸², através das suas condições sociais e culturais de constituição, das modalidades de recursos e lógicas de ação que utiliza, e dos princípios de hierarquização e da filosofia social que os legitima. Em tom desmistificador, o sentido da obra é problematizado em sua intenção de reconstrução histórica e encarado como documento destinado à consagração de "heróis" ou de "grandes personalidades". Por meio da "retórica" de "reconstrução" da sociologia brasileira, se consagrariam determinados recursos e trajeto sociais, eleitos como histórias de êxito, destinadas a apresentar os caminhos e estratégias de sucesso para a legitimação de "pontos fixos" da imagem social de um grupo, eternização de trajetos, demarcação das linhas entre *insiders* e *outsiders*.

O trabalho investe, então, na reconstrução das redes de relações subjacentes aos trajetos

⁸¹ Fabio Cardoso Keinert é filho de Irene Cardoso, sendo atualmente professor da Escola Livre de Sociologia e Política e, para a tese, contou com a orientação de Sergio Miceli.

⁸² Projeto financiado pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, coordenado por José Marcio Rego. O livro em questão se concentra em vinte e um perfis biográficos de sociólogos, a maioria paulistas ou com passagens por São Paulo/USP: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Rubens Brandão Lopes, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Luiz Werneck Vianna, José Carlos Durand, Benício Viero Schmidt, Sergio Miceli, Elisa Reis, Brasílio Sallum Jr., Reginaldo Prandi, Renato Ortiz, Gláucia Villas Bôas, Maria Arminda do Nascimento Arruda, José Vicente Tavares dos Santos, César Barreira, Ricardo Benzaquen de Araújo, Ricardo Abramovay e Ricardo Antunes.

individuais, da identificação dos agentes que as centralizam, considerando como ponto de partida a própria formação da lista dos "canonizáveis", anterior ao processo de escolha e divulgação do "panteão" das ciências sociais brasileiras, cuja divulgação e publicação sancionariam relações previamente estruturadas, redes e trajetos que conduziriam à posição de elite. Elas, por sua vez, se imporiam como visão legítima do espaço social em questão, repercutindo nos usos das ciências sociais e na hierarquia dos objetos de investigação. O cruzamento entre os "relatos autobiográficos" e suas condições sociais e culturais de emergência (origens sociais, redes de pertencimento, múltiplas inserções em espaços de atuação), permitiriam identificar os espaços de sociabilidade, os critérios de apresentação de si, as referências diversas aos "pares" e aos demais agentes sociais que se situam na interseção do campo acadêmico. Seria possível, desse modo, compreender as posições e as tomadas de posição dos agentes sociais, através da reconstrução das estruturas de capital dos os agentes dispõem, dos "trunfos" e recursos desigualmente possuídos pelos agentes construídos segundo critérios relativamente homogêneos, quais sejam: os títulos universitários; o pertencimento universitário (institucional); a ocupação de posições de poder (professor titular, etc.) e autoridade (diretor de instituto de pesquisa, etc.); os termos de referência ("mestre", "pai", "precursor", etc.); e o "prestígio" definido pelos prêmios ostentados nos currículos. Estas propriedades objetivas, cruzadas às redes e as suas estratégias de acionamento, permitiriam compreender os diferentes significados dos recursos em situações específicas e suas lógicas de imposição.

A partir da análise dos deslocamentos, das reconversões e das adesões presentes nos trajetos dos vinte e um cientistas sociais que fizeram parte da "população inicial", Bordignon identifica dois momentos distintos no processo de estruturação das carreiras: o primeiro, referente ao período pré-reforma universitária de 1968, quando as redes se estruturavam a partir das relações de concorrência no acesso às cátedras e posições imediatamente inferiores (professores assistentes e auxiliares) na estrutura universitária da USP; o segundo, a partir da década de 1970, com a reforma universitária e expansão da pós-graduação, quando ocorre uma maior diversificação de trajetos "profissionais" e uma ampliação das redes de relações em frentes que envolvem a ocupação de funções docentes, a inserção na administração universitária, nas instituições de avaliação e fomento de ensino e pesquisa e nas associações de pós-graduação.

Parte considerável do trabalho, publicado em *Origens sociais, ascensão "profissional" e concepções de ciência social: Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso* (Bordignon, 2013), volta-se à reconstituição das bases de legitimação da "escola de sociologia da USP" por meio da história do "grupo fundador" constituído em torno da cadeira de Sociologia I e de suas fissuras, através de uma análise do contraste entre as trajetórias e as estratégias de Florestan

Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso. Com base em conjunto de depoimentos, biografias e trabalhos acadêmicos (Soares, 1997; Martins, 1998; Garcia, 2002; Arruda e Garcia, 2003; Cerqueira, 2004; Jackson, 2004; Pulici, 2007), Bordignon destacaria as diferenças de perfil, desde o capital de relações sociais, ligado ao grupo familiar até a estrutura e ao conjunto da rede de relações políticas e institucionais que ambos mobilizam e que estruturaram a capacidade de manter ou reverter seus recursos em espaços sociais distintos:

Florestan e Fernando Henrique formavam “nódulos” de poder que transcendiam a estrutura de cátedra em termos de mobilização de recursos, o que significou a afirmação do grupo e sua estruturação para além da universidade. No entanto, a qualidade e quantidade desses vínculos e os recursos a que davam acesso eram muito diferentes. No caso de Florestan Fernandes, todos os seus recursos se constituíram a partir da universidade e por meio da atuação junto a movimentos sociais, ao contrário, o acesso de Fernando Henrique a instâncias de poder é independente de seu ingresso na USP, ao passo que, inclusive, os recursos vinculados à herança são, de diversos modos, constantemente reconvertidos em relações que permitem o acesso à universidade e a sua administração (*Ibidem*: 202).

O primeiro, de origem social modesta, graças ao apoio de contatos familiares, no mundo do trabalho e na vida cultural e política de São Paulo⁸³, constituiu uma base de sustentação para o investimento no ensino superior. Após o seu ingresso na FFCL, ele estabeleceria contatos tanto internos, como externos, no interior dos grupos culturais, intelectuais e políticos interligados, entrando em contato com os membros da elite regional e nacional do período, ampliando suas possibilidades de ascensão profissional. O amálgama entre as relações de patronagem e seu destaque como um aluno de grande produção criariam as condições de legitimação dos postos alçados ao longo da carreira⁸⁴, com destaque para a sua integração inicial como professor assistente na *Cadeira de Sociologia II*, de Fernando de Azevedo (titular) e Antonio Candido (assistente) e a sua participação na *Sociedade de Sociologia de São Paulo*⁸⁵. O espaço de atuação organizado em torno dessa associação ampliaria a sua rede de relações e sua inserção nos círculos

⁸³ Sua madrinha, Hermínia Bresser de Lima, estabeleceu os contatos fundamentais para sua escolarização e socialização em padrão de vida diferenciado, com forte valorização da instrução. Este valor inicial se manteria ao longo da sua vivência, mesmo quando abandona os estudos. A necessidade de "ganhar a vida" teria lhe proporcionado a antecipação prática dos usos possíveis de sua condição social em oportunidades de ascensão social e profissional. A aproximação com o movimento socialista, o engajamento nas lutas clandestinas contra o Estado Novo o teriam conduzido a FFCL.

⁸⁴ No Jornal O Estado de São Paulo, na redação da Folha da Manhã, na militância no Partido Socialista Revolucionário (PSR) e no movimento trotskista; relação patronal com Roger Bastide; ingresso na Escola Livre de Sociologia e Política; indicação à vaga de assistente na Cadeira de Sociologia II, cujo catedrático era Fernando de Azevedo e o primeiro assistente, Antônio Candido.

⁸⁵ Fundada em 1934, sob a presidência de Fernando de Azevedo.

universitários, assim como a participação no espaço de planejamento e definição das diretrizes da sociologia e de suas possibilidades de intervenção. Isto redundará na sua eleição para professor da Cadeira de Sociologia I, a partir de 1954, de onde balizará sua produção e legitimará sua posição. Uma das marcas deste percurso, é o dilema moral da conciliação ou ruptura entre militância socialista e carreira científica, que encontrará, ao longo dos anos seguintes, diferentes composições, à medida em que Florestan alarga seus horizontes de intervenção ou por conta das pressões políticas do regime militar.

Já tivemos a oportunidade de mencionar os aspectos principais da origem social e carreira de Fernando Henrique Cardoso, cabe frisar, no momento, o destaque concedido por Bordignon para o seu papel, a partir das relações construídas como professor assistente da Cadeira de Sociologia I, no projeto CESIT e como membro do Conselho Universitário, onde se envolve com o movimento de reforma universitária do regime de cátedra e com a criação da FAPESP. Estas seriam as bases das alianças que formarão o núcleo do grupo de estudos de Marx no *Seminário d'O Capital*, origem do CEBRAP, e o início da ruptura com a tutela de Florestan Fernandes.

O argumento decisivo se refere à extensão das duas redes e do conjunto de relações de sociabilidade constituídas por Florestan e Fernando Henrique para o período posterior: "Ou seja, permanece um núcleo de agentes que passa a ocupar posições centrais na estruturação do espaço das ciências sociais no Brasil, particularmente pós-reforma universitária de 1968, e, ao mesmo tempo, a reivindicar uma legitimidade fundada em uma 'tradição acadêmica' " (*Ibidem*: 190). Este seria o principal núcleo configurado na coletânea em análise. A partir desse ponto, Bordignon descreve as trajetórias desse conjunto de pesquisadores, dando atenção às redes de relações e à inserção no "conjunto de oportunidades" que se apresentam ao longo dos itinerários percorridos. O objetivo seria discutir as relações entre origens sociais, ascensão "profissional" e expectativas de retribuição que configuraram, paulatinamente, as redes dominantes da sociologia brasileira.

A classificação utilizada apela aos "padrões de apresentação" dos depoimentos, a partir da indicação de três espaços de relações sociais definidores das carreiras, a partir dos quais se ampliam as redes de reciprocidade: o CEBRAP, a "universidade" e a "militância".

Através do depoimento de Reginaldo Prandi, se poderia perceber alguns dos eixos de articulação entre "movimentos católicos", o CEBRAP e o espaço universitário. Na graduação em Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André, cuja proposta de curso se voltava ao conhecimento aplicado à indústria, Prandi constituiria suas primeiras relações com um quadro docente que era composto, em geral, por "professores da USP emprestados" (Prandi *apud Ibidem*: 292), a exemplo de João Baptista Borges Pereira, Egon Schaden e José Carlos Garcia Durand. É através deste último que Prandi começaria a trabalhar em pesquisa da Faculdade de Higiene e

Saúde Pública, no Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP), ligado à cadeira de Estatística, comandada por Elza Berquó e que contava com a participação de Paul Singer, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Maria Stella Ferreira Levy e José de Souza Martins. Parte dos professores do grupo seria cassada em 1969, vindo a compor o CEBRAP. Outros viriam a se integrar à USP.

Prandi entraria inicialmente no CEBRAP, já em seu início, como assistente de pesquisa de Procópio, que dirigia projeto voltado às "fontes" que promoviam ou retardariam o desenvolvimento. Um ponto de interesse fundamental se concentrava no lugar das religiões, pouco valorizadas pela ótica marxista, mas que, na perspectiva de Procópio, seriam capazes de promover o surgimento de "núcleos religiosos militantes [...] que anos mais tarde viriam a desembocar em movimentos sociais, originando as Comunidades Eclesiais de Base [...] Assim, eu tinha dois pés no Cebrap: um pela Sociologia da Religião, com Procópio, e outro pela Estatística, com Elza" (Prandi *apud Ibidem*:294-295). Nesse ínterim, cursará o mestrado na USP, sob a orientação de Aparecida Joly Gouveia, na primeira turma de pós-graduação do novo regime organizacional.

Os sentidos e tensões das recomposições entre os grupos só poderiam ser entendidos, nesse sentido, com base na dinâmica interna da USP, onde o protagonismo dos debates e intervenções do grupo do CEBRAP suscitaria reações. No novo departamento, o "legado" da Cadeira de Sociologia I é sustentado por Luiz Pereira que, além de assumir as tarefas administrativas de Florestan, Ianni e Cardoso e tornar-se responsável pela conclusão das orientações em andamento, como as de Gabriel Cohn e José de Souza Martins, se volta à defesa de uma sociologia crítica de inclinação marxista. Segundo o depoimento de Gabriel Cohn (Bastos *et al*, 2006: 79-80), ele teria combatido, até o último momento, a institucionalização das Ciências Sociais segundo os novos moldes da reforma de 1968. Resistência associada à convicção de que Florestan retornaria ao seu posto na USP, intenção sustentada pelo próprio Florestan que, antes de se engajar na atividade político-partidária, alimentava esperanças de retornar a USP.

É nesse contexto que, após a conclusão do mestrado, Prandi presta concurso para a disciplina de metodologia, coordenada por sua orientadora e por Oracy Nogueira. O ingresso de Reginaldo Prandi na USP teria evidenciado a "ruptura" entre dois "legados". Vinculado ao CEBRAP, Prandi teria sido recebido com desconfiança tanto por parte dos censores militares, como por Luiz Pereira e pelos aliados à herança da Cadeira de Sociologia I. Atrelado às redes institucionais e respaldado pelas relações descritas, Prandi exerceria um papel significativo na reconstrução institucional da USP. Sob a "proteção" de Aziz Simão, que o investe como coordenador interino, ele incluiria o "departamento de Sociologia no âmbito de atuação das agências Capes e CNPq", contando para isso com o "monitoramento" de Aparecida Joly Gouveia,

Cândido Procópio e Vilmar Faria, que assumiriam, sucessivamente, cargos administrativos na CAPES (*apud* Bastos *et al*, 2006: 299-300).

Além dessas redes de mediação entre agências de fomento, a atuação de Fernando Henrique e de outros intelectuais, por meio do CEBRAP, será fundamental para o controle de recursos institucionais vinculados a Fundação Ford⁸⁶ e para a consolidação da ANPOCS. A articulação para formação da associação se iniciaria em 1972, envolvendo Mário Brockmann Machado, Otávio Velho, Cândido Mendes, Bolívar Lamounier, Fabio Wanderley Reis, dentre outros, e resulta na formação da primeira diretoria provisória, formada por Francisco Weffort (presidente) e Olavo Brasil de Lima Junior (secretário-executivo). Em espaço de intersecção, como um dos “mestres de redes” que ligaram a USP, o IUPERJ, a UFMG e a PUC, está Bolívar Lamounier.

Exemplo da "multiposicionalidade em redes e ascensão 'profissional' a partir da 'universidade' " seriam o caso de Sérgio Miceli. Vindo da PUC/RJ, seu contato com o “grupo de Florestan Fernandes” fora intermediado por Octávio Ianni⁸⁷ e facilitados por uma bolsa de estudos da CAPES, intermediada, por sua vez, por contatos com José Arthur Rios. Miceli ingressa no mestrado em Sociologia na USP em 1968 com a pretensão de “ficar uns dois anos” em São Paulo, visto que seu “grupo” era do Rio de Janeiro⁸⁸. Em São Paulo, inicia seus estudos, mas encontraria dificuldades na definição de seu objeto, trocando de orientador por três vezes: Octávio Ianni, Luiz Pereira e Leôncio Martins Rodrigues. O seu depoimento⁸⁹ é ilustrativo do estilo de orientação

⁸⁶ Participam, na segunda metade da década de 1970, como responsáveis pela Comissão de Bolsas da Ford: Ruth Cardoso, Boris Fausto, Juarez Lopes, Bolívar Lamounier e Fabio Wanderley Reis.

⁸⁷ "Octávio Ianni nasceu em Itu no ano de 1926, descendente de imigrantes italianos, concluiu o primário na Escola Cesário Mota e realizou seus estudos ginasiais e secundários no Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó. Durante o curso secundário, foi militante do PCB, participando das lutas contra o Estado Novo e do movimento de entrada do Brasil na guerra contra o nazifacismo. Ingressou na FFCL em 1948, mas, por questões familiares, afastou-se do curso por um período, o que ocasionou um atraso em sua formatura. Fizera parte, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, do “primeiro escalão” dos assistentes de Florestan Fernandes" (Bordignon, 2010: 41).

⁸⁸ Turma da PUC/RJ formada por Lygia Sigaud, Alice Rangel, Manoel Diegues, Sebastião Lacerda (filho de Carlos Lacerda), Gilberto Velho e Yvonne Maggie (Bordignon, 2010).

⁸⁹ Fiz os cursos, estudava um bocado. Fazia tudo muito seriamente. Até que chegou o momento de decidir a tese. A definição era com o Florestan Fernandes. Meu orientador, o Octavio Ianni, disse: 'Não sou eu quem define o objeto'. Eu reagi: 'Sei o que quero estudar'. Ele respondeu: 'O que você está querendo estudar é muito complicado. Você vai ter uma conversa com o Florestan', e marcamos uma hora. Florestan era meu professor. Ele dava um curso sobre Interpretação Dialética que os alunos da pós-graduação tinham de fazer. Ele dava aula de guarda-pó e tudo. Fui a seu escritório, na Faculdade, e ouvi: 'Olha aqui nesta lousa onde estão assinalados os objetos. Você pode escolher um deles'. Eu comecei a ler. Tentei: 'Professor, eu queria fazer sobre o tropicalismo, Caetano, a experiência desse grupo novo. Mas o único tema cultural que estou vendo aí, e em que estou interessado, é o ISEB'. Ele disse: Então é esse que você vai fazer, porque o tropicalismo nem pensar, não é objeto por enquanto'. Hoje, acho que a explicação era esta: isso é um objeto demasiado empírico. Não é um objeto que já tenha se cristalizado historicamente, por isso não tem pertinência, por agora. Sei que tive uma baita decepção pois não estava, de fato, muito interessado no ISEB. Assim, Florestan concluiu: 'Você vai falar com o Ianni que nós já acertamos o objeto'. Ia fazer o quê? Saí com o rabo entre as pernas. Mas aí aconteceu uma série de coisas que têm a ver com a situação política, e o Ianni, naquele momento, foi para o exterior. Ainda tentei falar com a Marialice Foracchi, pedindo-lhe para interferir. Mas não dava porque a estrutura era inflexível. O Florestan mandava mesmo,

oriundo do sistema de cátedras, da personalidade de Florestan Fernandes e do domínio dos temas da Cadeira de Sociologia I. Percebem-se os impasses existenciais de um estudante que, partindo do Rio de Janeiro tendo em vista novos horizontes de formação, com um interesse de pesquisa mais próximo dos temas característicos da Cadeira de Sociologia II, se depara com a obrigatoriedade de um estudo de um tema tão "nativo" e envolto nas oposições centrais da Sociologia à época.

Mas, voltando à narrativa de Bordignon, depois de lecionar em Marília e em Araraquara, Miceli presta concurso para a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Na FGV ele se encontrará com José Carlos Durand, que teve intensa participação no Centro Acadêmico da USP e, junto com Bolívar Lamounier, Otávio Velho e Amaury de Souza, se engajaria na regulamentação da “profissão de sociólogo”, no final dos anos de 1960. A FGV/SP torna-se, então, "um núcleo de relações de reciprocidade cujos nós são marcados pelas posições de Miceli e Durand" (Bordignon, 2010: 75) e que se viabilizariam por meio de alianças junto a Editora Perspectiva. Nas negociações para a tradução de *A Economia das trocas simbólicas*, de Pierre Bourdieu, em 1972, se constituem as pontes para o seu doutorado na França, sob a orientação do eminente sociólogo, e a inclusão posterior de Durand nesse círculo. Em 1975, junto a Bolívar Lamounier e Maria do Carmo Campello de Souza, Miceli irá compor o grupo de fundadores do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), no interior do qual serão incluídos parte da equipe composta no interior da FGV/SP, como Maria Cecília Forjaz e Maria Arminda do Nascimento Arruda⁹⁰, a primeira, responsável pelos estudos jurídicos do Instituto e a segunda, parte do grupo que inicia o projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*. Esta seria a base de

e mandava neles todos. Assim, comecei a fazer o projeto sobre o ISEB, e escrevi para o Ianni. Mas, nesse ínterim, em 1969, eles foram aposentados. A pesquisa mal tinha começado. Eu tinha começado a ler um pouco os Cadernos do nosso tempo, mas não tinha avançado muito e, ao mesmo tempo, havia começado a me interessar por televisão. Como a Marialice tinha muitos orientandos, ela sugeriu procurar Luiz Pereira quando voltei à carga, querendo mudar de tema. Não queria fazer o ISEB. Ela ponderou: 'Mas tem o problema do tempo'. Eu reagi e sugeri converter o que estava escrevendo sobre a Hebe Camargo. Já havia levantado o material. Com o Luiz também foi tumultuada a relação. Eu não me interessava pelo tema do desenvolvimento, nem pelas discussões, nem pelas discussões sobre Althusser. Luiz Pereira viu a pesquisa sobre a Hebe Camargo e fez uns comentários meio atravessados. Vi que não podíamos continuar. Passei então para o Leôncio Martins Rodrigues, que era meu amigo (Miceli In: Bastos *et al*, 2006: 223-224).

⁹⁰ "Descendente de uma família da “alta elite nacional”, Maria Arminda do Nascimento Arruda nasceu em Minas Gerais em 1949. Os vínculos de sua família estavam estruturados em torno do “latifúndio” e das “relações com a política”, como destaca, seus avós eram pessoas de muitas posses, o avô paterno era “possivelmente um dos homens mais ricos do Brasil naquele período, os três primeiros decênios do século XX”. Seu pai era formado em Agronomia em Viçosa, e foi “exercer a profissão em São Paulo”. No que se refere as origens escolares de Maria Arminda, cursou todo o primário e parte do secundário em um “colégio de freiras” em MG, com a mudança para São Paulo por volta de 1966, passou a frequentar um colégio estadual, onde se envolveu “com um grupo de estudantes muito politizado” e começou a participar de um “movimento trotskista” (*apud* Bastos *et al*, 2006, p. 354/5). No ano de 1967, ingressou no curso de Sociologia da USP. Maria Arminda entra na USP em fins de 1960 e forma um grupo de amigos com Orlando Miranda, Brasílio Sallum Junior e Gisela Taschner, esta última, “decisiva na construção compartilhada” das escolhas intelectuais. Após lecionar na PUC/SP e na Faculdade Farias Brito, transfere-se para a FGV/SP como pesquisadora a convite de Miceli” (Bordignon, 2010: 76).

um grupo, composto por Sérgio Miceli, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Brasília João Sallum Junior⁹¹, que se incluirá na USP por meio de um conjunto de estratégias envolvendo projetos editoriais e a construção da ANPOCS.

Outro exemplo de "multiposicionalidade" a partir da universidade seria o de Renato Ortiz. Inscrito inicialmente no curso de Engenharia da Escola Politécnica da USP, mobilizado pelas discussões políticas, redireciona seus investimentos e viaja para a França, em 1970, onde ingressa no curso de Sociologia da Université de Paris VIII, onde concluirá sua graduação, mestrado e doutorado. Através de Roger Bastide, seu orientador no doutorado, e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, percorre as Universidades Federais do Ceará e da Paraíba, na UFMG, na PUC/SP e, finalmente, por meio de contatos com Candido Procópio e Vilmar Faria, se vincula à UNICAMP. Seu trajeto é significativo do lugar da França como aglutinador da intelectualidade brasileira, ponto em que coincidirá com a trajetória de José Vicente Tavares dos Santos⁹², enquadrado por Bordignon a partir das redes de "multiposicionalidade" com origem na "militância".

O primeiro eixo se constituiria no encontro entre grupos políticos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, no *Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais* (IEPES), órgão vinculado ao MDB e coordenado por André Foster também vinculado a Associação Gaúcha de Sociologia. Organizam-se encontros semiclandestinos com os intelectuais da USP - Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Gabriel Cohn, José de Souza Martins e Luiz Pereira –

⁹¹ "Colega de turma de Arruda, Brasília Sallum nasceu em 1946 no Rio Grande do Sul, toda sua escolarização pré-universitária foi realizada em "um Colégio Jesuíta em Porto Alegre". Após concluir o secundário, ingressa no curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1965, e em 1966, "por influência de um grupo de amigos" vai para o Chile onde permanece cerca de nove meses na Faculdade de Economia vinculada ao ILPES. Regressando ao Brasil, decide prestar vestibular para ciências sociais na USP, onde ingressa em 1967. Concluído o curso Ciências Sociais realiza uma pesquisa sobre "boias-frias em Jaú (SP) com financiamento da FAPESP. Em 1973 ingressa como professor da ELSP e, ano posterior, como professor da USP. Foi diretor do Instituto de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política e, posteriormente, ingressa nos quadros do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), centro de pesquisa privado dirigido por Francisco Weffort" (Bordignon, 2010: 77).

⁹² "Nascido em Paris no ano de 1949, onde seu pai era gerente-geral da Lloyd, sua família retorna ao Brasil em 1951 e se instala em São Paulo, já que seu pai possuía um escritório de advocacia na cidade [...] após o falecimento de seu pai, em 1961, muda-se com a família para Porto Alegre, onde entrou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o qual, segundo Tavares, "formou toda uma elite política" porto-alegrense. No secundário participou do Grêmio Estudantil, exercendo funções de direção, motivo pelo qual foi expulso do Colégio em 1965 [...] Ingressou na Faculdade de Direito da UFRGS em 1967, após cursar o primeiro ano, abandonou o curso e iniciou Ciências Sociais em 1968, na mesma universidade. Formado em 1971, segue para fazer o mestrado na USP, sob a orientação de José de Souza Martins. Em São Paulo, divide seu tempo entre o mestrado e as aulas na FGV/SP, onde compartilha espaços de relações com José Carlos Durand e Sérgio Miceli. Após concluir o mestrado, volta ao Rio Grande do Sul e ingressa como docente na UFRGS. Ao mesmo tempo, mantém vinculações com o MDB e, sob a influência do Conselho Missionário Indigenista, funda um grupo de estudos destinado a "atuar politicamente" junto aos grupos indígenas [...] Em fins de 1970, José Vicente participa de uma reunião na Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Paulo. Convocada por Antônio Cândido, a reunião tinha por objetivo expor as diretrizes gerais da formação de uma Associação de Docentes, desta reunião participa também Renato Ortiz. Ambos se encontrariam novamente na greve dos docentes em Brasília, em 1980. Após um período de docência e "militância" José Vicente consegue uma bolsa da Capes e segue para a França a fim de realizar seu doutoramento" (Bordignon, 2010: 81).

e do Rio Grande do Sul - Benício Schmidt⁹³ e José Vicente Tavares dos Santos. Estruturaram-se, desse modo, as dinâmicas de centro e periferia, a nível nacional, que vão estruturar as relações de poder no campo das ciências sociais, na qual se inclui também César Barreira, com perfil de trajetória similar⁹⁴. O cruzamento destas redes se torna particularmente evidente na assessoria à *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), um dos principais redutos de redes de sociabilidade entre a militância e a academia, entre Martins, Tavares, Barreira e, a partir do final da década de 1970, Ricardo Abramovay. Nesse momento, a vinculação entre a *Pastoral da Terra* e as *Comunidades Eclesiais de Base* exporia estes intelectuais às influências do PT e do grupo que o assessoria - Francisco Weffort, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Ricardo Antunes, entre outros.

Pelo exposto, percebe-se o cruzamento entre um conjunto de redes políticas - associadas ao MDB, aos movimentos de esquerda católica no campo e na cidade e ao PT - e a ocupação de cargos na universidade e no seu sistema de financiamento e normatização, que se ligaria, por sua vez, às relações nacionais entre centro e periferia que "definem a 'distribuição' de 'mercês' e a sistematização das 'trocas' mediadas por relações de reciprocidade" (*Ibidem*: 82).

Antes de avaliar de modo mais crítico a perspectiva de Bordignon, cabe reforçar alguns dos seus "achados" que nos auxiliam no esclarecimento de algumas conexões. É o caso do papel de José de Souza Martins no processo de transição geracional no interior da USP, através do contato com a "esquerda católica" no âmbito das "caravanas" da Pastoral da Terra e que o tornará,

⁹³ "Benício Viero Schmidt nasceu no Rio Grande do Sul em 1944, seu pai era "farmacêutico" [...] Envolvido diretamente com a política estudantil secundarista, era militante e coordenador da Ação Católica e da Ação Popular (AP) e um dos "líderes" da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS), a militância o levou a desistir da Medicina para cursar Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Após este período inicial de "formação" militante e formado em Direito em 1967, Schmidt vai para Belo Horizonte cursar o mestrado em Ciência Política na UFMG. Lá, entra em contato com Júlio Barbosa, Antônio Octávio Cintra, Fabio Wanderley Reis, José Murilo de Carvalho e com o norte-americano Frank Bonilla, que vem a ser seu orientador. Após concluir o mestrado, segue para Stanford Fazendo o doutorado nos Estados Unidos, concluído no final da década de 1970, Benício Schmidt insere-se no Instituto de Ciências Sociais de Stanford, onde fazia o doutorado e, a partir dos vínculos com o diretor deste instituto, "surge" a oportunidade de indicar um docente brasileiro para ser "professor-visitante" na universidade. Diante disso, indica os nomes de Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso para o preenchimento do cargo, o último é escolhido. Assim cria-se a oportunidade de estruturar "relações com um grande amigo de jornadas de porão acadêmico e conhecer a já renomada e gentil, professora Ruth Cardoso [...] A partir de 1979, com o doutorado concluído, torna-se professor-visitante na Universidade de Brasília e, através das relações estabelecidas com os "professores de Sociologia da UNB", é convidado a lecionar em Brasília. Deste modo, em 1982 vai trabalhar no "Departamento de Ciências Sociais [...]" (*apud* Bastos et al, 2006: 207)" (*Ibidem*: 80).

⁹⁴ "César Barreira nasceu no Ceará, ano de 1947, filho de "proprietário de terras", estudou "todo o primário e o ginásio em colégio jesuíta, em regime de internato" (*apud* Bastos et al, 2006: 391). Esta escolarização pré-universitária está na base de seu engajamento "nas ações assistenciais ligadas a Igreja Católica". Após concluir a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, no ano de 1972, segue para Brasília com o objetivo de fazer o mestrado juntamente com sua esposa, Irllys Barreira. Concluído o mestrado em 1977, volta ao Ceará, e entra em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Paraíba e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual passa a ser assessor. No início da década de 80, segue para São Paulo com o objetivo de fazer o doutorado na USP. Embora tivesse em José de Souza Martins um de seus principais interlocutores, além de atuar juntamente com este no assessoramento da Pastoral da Terra, não consegue tê-lo como orientador, sendo orientado por Paulo Silveira, "discípulo e amigo" de Francisco Weffort" (*Ibidem*: 82).

posteriormente, assessor da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB) e da CPT; por meio de conexões nacionais no âmbito dos estudos rurais, mas também, veremos posteriormente, da vida cotidiana e das relações de violência; e nas interseções entre os grupos em conflito no interior da FFCL, ao desenvolver estudo sobre sociologia rural, tema caro à Sociologia II, Cadeira que integra, mas dialogando com o enfoque da Sociologia I. Posição que se explicaria, como aponta Gabriel Cohn (*apud* Bastos *et al.*, 2006: 120), pelo rearranjo das relações entre as respectivas heranças com o afastamento de Florestan Fernandes, que teria facilitado a ascensão do “outro grupo”, de Ruy Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Aziz Simão e Duglas Teixeira Monteiro.

Esta situação de conflito, concorrência e interseção é trabalhada por Carolina Pulici em *Entre sociólogos: versões e conflitos da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960* (2008). O ponto de partida é estabelecido no destaque concedido a Roger Bastide, que dirige a Cadeira de Sociologia II de 1938 a 1942, e a de Sociologia I de 1942 a 1954⁹⁵. Diferentemente de outros professores fundadores da FFCL (Fernando de Azevedo, Paul Arbousse-Bastide, Jean Maugüé, Claude Lévi-Strauss), Roger Bastide se orientaria para a formação de sociólogos segundo uma concepção de grupo, contemplando tanto o interesse dos estudantes pela cultura francesa quanto pela realidade brasileira. Amálgama de interesses que seria constitutivo do seu projeto de uma sociologia das expressões estéticas da realidade social, revelado em *Arte e Sociedade* ([1945]1979).

Quando Florestan assume a Sociologia I, em 1954, ganharia corpo a divisão entre diferentes vocações sociológicas entre os grupos das duas Cadeiras. Esta mudança coincidiria com a reorientação de interesses de alguns dos principais orientandos de Roger Bastide: Antonio Candido de Mello e Souza volta-se para a teoria literária; Gilda de Mello e Souza para a filosofia e Maria Isaura Pereira de Queiroz para a Sociologia II. Estas escolhas tornariam visíveis os impactos de uma nova concepção de trabalho sociológico, dos novos temas a serem investigados e rotinas a serem estabelecidas. Sem desconsiderar o “turning point” que representou a presença de Florestan, a autora aponta para outras concepções, não contempladas pela perspectiva hegemônica que fundamentaria a ideia de "Escola de Sociologia Paulista", expressas nos diferentes *ethos* implícitos nas escolhas temáticas, os estilos de trabalho e a ideia de profissão dos sociólogos.

⁹⁵ As Cadeiras de Sociologia I e II foram criadas em 1934 e 1935 sendo dirigidas inicialmente por, respectivamente, Paul Arbousse-Bastide (1934-1941), Roger Bastide (1942-1954) e Florestan Fernandes (1954-1969); e Claude Lévi-Strauss (1935-1938), Roger Bastide (1938-1942), Fernando Azevedo (1943-1963) e Ruy Galvão de Andrada Coelho (1963-1969). A partir de meados dos anos 1950, portanto, coincidindo com o retorno dos professores estrangeiros aos seus países de origem, as Cadeiras passaram a ser dirigidas apenas por professores brasileiros (Pulici, 2007; 2008).

Enquanto a Sociologia I, que incluía Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco como membros exponenciais, investia nos processos contemporâneos de transformação ligados à formação de uma sociedade de classes, como a industrialização e a urbanização, a Sociologia II voltava-se para o estudo de expressões estéticas como o teatro, a moda e a literatura francesas. Contudo, ao lado de uma sociologia das “belas-artes” associou-se uma sociologia da cultura, voltada à pesquisa dos modos de vida de grupos ou expressões que, de alguma maneira, estariam ligados ao “Brasil velho”, como os negros, os caipiras e manifestações de religiosidade popular. Se não há uma recusa, há uma suspeita do otimismo ligado à modernização, diante dos seus impactos negativos no modo de vida das populações não incluídas em seu projeto.

A estes diferentes enfoques estariam associados dois padrões de organização do trabalho intelectual: um mais ligado à herança da missão francesa, caracterizada pelo ideal de cultura desinteressada e humanista e apreço pelo talento individual e “artesanal”; outro baseado em pesquisa empírica, no trabalho em equipe, na especialização e em uma sociologia aplicada. De um lado, continuidade da formação de uma elite de professores e pesquisadores; de outro, não recusando as metas anteriores, o incentivo à formação de quadros técnicos voltados à administração e ao planejamento.

As marcas destas diferenças tornar-se-iam perceptíveis tanto nas tomadas de posição sobre as necessidades da FFCL quanto no *ethos* acadêmico e se explicaria em parte pelas origens sociais dos grupos em questão. A crítica ao *ethos* da “cooperação espontânea de grupos homogêneos”, ligada à erudição e cultura prévia, ao conhecimento de línguas estrangeiras e às viagens ao exterior e sua substituição pelo *ethos* da disciplina do trabalho e da cooperação competitiva é explicada como pressão sobre a USP das transformações sociais que alimentavam o incremento de uma nova classe média. A origem social mais “aristocrática” dos primeiros professores da Sociologia II é contrastada com a situação dos novos sociólogos da Sociologia I, em grande parte “arrimos de família”. Florestan Fernandes, cuja trajetória seria a exemplificação máxima da ascensão de novos grupos sociais, é tomado, então, como nomeador da insatisfação e condutor da mudança.

Para a autora este processo é entendido segundo a orientação de Mannheim (1974), para o qual “a chave da nova época do saber está no fato de que os homens cultos deixam de constituir uma casta ou estamento fechado, passando a integrar um estrato aberto ao qual ganham acesso pessoas das mais variadas procedências” (Pulici, 2008: 122). Neste sentido, surgem os juízos de gosto sobre como a “origem de classe” impede o desenvolvimento segundo o “mérito pessoal” ou como as dificuldades das “verdadeiras vocações” se expressarem diante das “ambições

carreiristas”. Se para a primeira posição a competição é a arma “dos que não têm mais nada com que contar” (*Ibidem*: 182) - afirmando-se, dessa maneira, o papel da produtividade escrita como abertura do conhecimento para os círculos leigos -, para a segunda é estabelecido um novo padrão de elitização que, embora não opere segundo o critério da origem social, seria tão excludente quanto o outro.

Buscando não afirmar uma contraposição rígida entre as duas Cadeiras, a autora trabalha algumas concepções e trajetórias que traçam um quadro menos esquemático, a exemplo do lugar de José de Souza Martins, e da colaboração entre Florestan e Bastide no projeto UNESCO de estudo do negro no Brasil. Embora não houvesse adesão total de perspectivas, a quebra da desconfiança com o modelo norte-americano de pesquisa, expresso pela influência da Escola Livre de Sociologia Política, da Escola de Chicago projeto da UNESCO, surge, então, como unificador da nova feição do empreendimento uspiano. Desse modo, a produção da Cadeira de Sociologia II não teria se resumido a uma postura defensiva da crítica feita pelo grupo de Florestan ao lugar do ensino humanista e da literatura, associados ao padrão tradicional de organização do país. A nova geração de sociólogos da Sociologia II já incorporaria um novo *ethos* acadêmico, orientando-se também para a pesquisa empírica, assumindo certos elementos do padrão de legitimidade que conquistava hegemonia. Porém, apoiava-se pouco em uma sociologia aplicada, vendo nesta o perigo de uma sociologia normativa, demonstrando que as ressalvas quanto ao modelo norte-americano de pesquisa.

Através do trabalho de Pulici é possível enxergar como, com o passar dos anos, fazem-se presentes, dialogando e divergindo, duas grandes sociologias na USP: a da “cultura”, voltada para a sociologia da vida intelectual e das expressões estéticas, e a, por assim dizer, do “desenvolvimento”, ligada aos processos de transformação econômica e política do Brasil contemporâneo, a variar no sentido de uma sociologia crítica ou de uma sociologia aplicada. A evolução destas sociologias, junto a uma investigação da continuidade e influência das “grandes organizações de pesquisa”⁹⁶ instituídas na USP nas concepções de trabalho sociológico nos anos 1970 e 1980, talvez permita interpretar os embates mais recentes sobre “como deve o sociólogo praticar seu ofício”.

...

A esta altura já é possível traçar um balanço dos três trabalhos elencados, coligindo

⁹⁶ Proposta, segundo Pulici, de Maria Sylvia de Carvalho Franco no seu *Reflexões sobre o treinamento de pesquisadores em Sociologia* (1961) e consolidados, em parte, pela criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais – CRPE, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU e do Centro de Estudos Africanos – CEA.

ganhos analíticos e indagando sobre o significado dos investimentos em sociologia da sociologia, em seus flertes com o discurso de apologia e legitimação de linhagens e tradições, como denúncia iconoclasta das desigualdades ou como aceleração do tempo de sucessão entre gerações.

O argumento mais contundente, compartilhado em alguma medida pelos três, é o proposto por Bordignon a respeito da estruturação de redes de relações fundamentadas no interconhecimento, um conjunto de “ligações duráveis” provenientes da ocupação de posições institucionais concomitantes, ou hierárquicas, constitutivas de redes de reciprocidade materiais e simbólicas que “atravessam” os espaços institucionais. A intersecção deste conjunto de redes de relações ou – a "multiposicionalidade" dos agentes - estaria na base da ocupação de cargos institucionais e do acesso as posições de “notabilidade”, favorecendo a determinados "grupos" funções centrais em instituições de representação. A inserção neste “fluxo” de trocas se retroalimentaria pela "estrutura das redes em cascata" ou, em outras palavras, os níveis hierarquizados de acesso que seriam mediados por um capital de relações sociais (Bordignon, 2010).

Percebe-se uma filiação clara à família de conceitos, centralmente o de *capital social*⁹⁷, e às estratégias metodológicas de Bourdieu para a análise de um espaço de relações - concebido como "estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes" dos agentes, assim como da "rede de propriedades secundárias" que os situam em relações de proximidade ou distanciamento – através da *análise de trajetórias*⁹⁸ como maneira de construir os agentes a partir do conjunto de propriedades acumuladas que estruturaram as posições ocupadas ao longo de um trajeto e que foram perdidas ou acumuladas (Bourdieu, 2007b). A construção desse espaço de relações permitiria flagrar os condicionamentos semelhantes das disposições e interesses que estariam no principio das “afinidades eletivas” que fundamentam as formas de cooptação (Bourdieu, 1990).

Estes são parâmetros metodológicos importantes e dos quais ensaiaremos o uso, especialmente nas estratégias de apresentação dos dados, que se vinculam à reconstrução das redes subjacentes a formação dos grupos e dos trajetos que conduzem às posições de excelência em determinados espaços de atuação, a partir, em grande parte da análise de publicações biográficas ou autobiográficas – coletâneas de entrevistas, artigos de homenagem etc. O que exige, por sua vez, o levantamento de fontes diversas acerca dos trajetos dos agentes em questão, em atenção aos

⁹⁷ Um conceito fundamental no presente trabalho é o de *capital social*, conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizada de interconhecimento e de inter-reconhecimento, fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas (Bourdieu, 2007a: 67).

⁹⁸ Como recurso de análise, utilizamos a noção de *trajetória*, para apreender o conjunto “de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996: 81).

que não foram incluídos nas listas de consagração, mas que participam dos processos e disputas e aos quais são dirigidas críticas explícitas ou mais das vezes implícitas, assim como produzem "ruídos" pelo confronto de sistemas classificatórios dos que devem ou não integrar as listas de fundadores ou pioneiros. Um exemplo desses ruídos diz respeito ao conjunto de pesquisadores considerados no presente trabalho, no livro *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (Lima & Ratton (org.), 2011) no diálogo entre o entrevistador e organizador da coletânea, Renato Sérgio de Lima, e Paulo Sérgio Pinheiro a respeito das referências iniciais da discussão:

[...] Devo reconhecer que as pioneiras que trouxeram as questões de direitos humanos para a universidade foram a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, que escreveram antes de qualquer pessoa o livro *Meninos da rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*, sobre violência contra as crianças da rua. Acredito que elas fizeram essa pesquisa antes de qualquer um de nós. Há também uma precursora em outra área, da saúde pública, Maria Helena Prado de Mello Jorge, que fez pesquisa sobre homicídios muito antes de nós do NEV

Mas será que podemos incluí-las na conta? Afinal, a grande questão é que elas não construíram um campo de pesquisa

Não rezo nada sobre as fronteiras entre as disciplinas. Acho que elas foram precursoras e nossas *compagnons de route*. A perspectiva de Cecília Minayo e seus colegas, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, e do saudoso João Yunes, aqui em São Paulo, deu muita consistência a nossos trabalhos. Confesso que eu não tinha a mais pálida ideia sobre epidemiologia. No que diz respeito à minha passagem da violência para os direitos humanos, a epidemiologia da violência foi essencial (*Ibidem*: 47-48).

No trecho acima se percebem diferentes critérios de inclusão/exclusão, não totalmente opostos, que partem de outras posições geracionais e institucionais. Eles denotam a mudança de percepções sobre os alvos da luta a travar, entre a ênfase maior no campo dos direitos humanos durante a transição democrática, e o atual campo da segurança pública, e a relativa fluidez das redes que firmaram alianças entre a construção de pesquisa/teoria e a construção institucional, em suma, que reconverteram recursos em posições de reconhecimento e excelência profissional. Esse exemplo pode ser também tomado como alerta para os vieses subjetivos presentes nas narrativas de vida, através do confronto entre experiências passadas e recentes por meio do qual os agentes se situam frente a expectativas de retribuição que retiram de suas posições, que são bem trabalhadas na ideia de *ilusão biográfica* (Bourdieu, 1996).

Nesse ponto se depreendem posições que ensaiam o equilíbrio entre tradição e inovação,

proximidade e distância (Keinert, 2011; Pulici, 2008) e as que se lançam em ímpeto contestatório/iconoclasta, ambas desaguando, em alguma medida, no diagnóstico da inexistência de uma situação estruturada de mecanismos impessoais de troca no meio acadêmico-científico brasileiro. Nesta última versão (Bordignon, 2010), consta que as relações tenderiam a se centrar na afirmação constante da autoridade pessoal (Bourdieu, 1980; 2006), em "redes de relações personificadas de reciprocidade subjacentes ao elenco de títulos e postos que compõem as trajetórias"(Coradini, 1997: 273). Nesse sentido, o alvo principal seriam "os critérios de seleção e inclusão no 'panteão' das ciências sociais utilizados pelos organizadores da publicação" Conversas com Sociólogos Brasileiros, centrado na importância da USP e a "vinculação direta ou indireta a esta universidade como 'atributo' de excelência profissional" (Bordignon, 2010: 10). Questiona-se a posição dos agentes na estrutura de distribuição de capitais como imposição de " 'verdades' aos demais participantes e/ou adversários nas lutas pela produção das 'verdades' sobre o mundo social", o que repercutiria inclusive nos critérios de "adesão profissional" que utilizam o " 'engajamento' em causas sociais como argumento de autoridade e princípio de excelência profissional". Já não se percebe com nitidez a divisão entre origens "cebrapias", "universitárias" e "militantes", todos enredados em uma estruturação desigual de posições com relação aos "mestres de rede", fulcro da "sacralização dos dominantes" (Coradini, 1998: 216).

Mas cabe frisar um aspecto problemático das perspectivas abordadas, em especial a última, e que deve ser considerada na avaliação da tese aqui desenvolvida: o maior ou menor enredamento do pesquisador nas redes que pretende analisar e a não explicitação dessas redes em termos de uma autoanálise, condição necessária para a objetificação dos outros, colaboradores/concorrentes no campo científico. A sociologia da sociologia se converte, assim, em instrumento também contaminado pelas disputas objetificadas; de instrumento de análise se passa a instrumento de legitimação de posições no interior de um contraste também mistificador entre periferia/impessoalidade/dominado x centro/pessoalidade/dominante. O caráter não explícito e não problematizado da própria posição traz consigo o risco de ser presa das próprias armadilhas denunciadas

"As Ciências Sociais e o retorno à democracia", um programa de pesquisa: o campo da segurança pública como estudo de caso.

Apesar das diferenças, os trabalhos revisados nesta seção avançam no sentido de traçar uma hipótese para a compreensão do papel político das Ciências Sociais e de algumas de suas

novas especializações temáticas no pós-85, segundo a qual interessa aprofundar o quanto repercutiram as cisões políticas da intelectualidade na transição democrática e, ao mesmo tempo, entender como a rede composta por acadêmicos da universidade brasileira contribuiu para o fortalecimento de uma elite política, interessada na construção de um novo espaço de poder, gestado a partir do fim da década de 1970 (Hey, 2008). Trata-se, em suma, de investir na lacuna sobre intelectualidade e poder no Brasil após a redemocratização:

Acho que está faltando fazermos uma discussão sobre intelectualidade e poder no Brasil, abrangendo tanto uma breve história das últimas décadas que deveria começar, ao menos, desde a resistência à ditadura e terminar com avaliações propositivas. Afinal nós estamos em um país cujo presidente da República é um sociólogo, por sinal um dos que fez a cabeça de várias gerações de cientistas sociais brasileiros e [foi?] o mais conhecido no exterior. É sintomático o embaraçoso silêncio que reina diante de tópico tão importante. Onde estão os trabalhos sobre “o CEBRAP no poder”, para colocá-lo de maneira provocativa? Além disto, todos nos lembramos, os membros da geração pós-68 que você falou, de como nos engajamos consistente e corajosamente contra o arbítrio militar. Porém, de fato, retrospectivamente – parte em função da normalização e complexificação da vida acadêmica brasileira, parte frente ao desaparecimento do autoritarismo ditatorial, o óbvio inimigo comum – é visível o crescimento de um certo conservadorismo que parece (digo parece porque acho suscetível a discussão) consolidar-se nos anos 90, pós Constituinte. Não sei em que medida tudo isto reflete, também, uma relação mais sofisticada com o poder e o seu gerenciamento, e não meramente a exclusão como acontecia na ditadura. De qualquer forma, insisto na necessidade de refletirmos mais criticamente sobre a relação ciências sociais/poder no Brasil contemporâneo (Soares, 2001: 254).

Portanto, se a organicidade de um *partido intelectual* não parece plausível tendo em vista a diversidade da estratificação, da competição inerentes às tarefas exigidas pela vida universitária, a despolitização muito menos parece se configurar como um processo inelutável ou hegemônico. As estratégias de democratização dos anos 1980 não se esgotaram com a transição política, mas galgaram condições de continuidade na medida em que se abriram novos espaços de interlocução e proposição de políticas ou na presença de resistências e incompletudes no processo de transição, impactando nas conexões entre intelectuais e poder no regime democrático. Com a promulgação da Constituição de 1988, ofereceu-se a oportunidade para conciliar estas duas posições através da criação de novos espaços públicos voltados para a democratização das instituições estatais, como os conselhos municipais e estaduais em diversas áreas (infância, educação, saúde, segurança...). Esperava-se que estes conselhos, congregando representantes da sociedade civil e dos governos

para discutir as políticas públicas, significassem um maior controle sobre as instituições estatais e uma maior influência da sociedade na definição das prioridades governamentais (Neves, 2012).

Frente a este cenário, algumas experiências foram realizadas no país no sentido de deslocar do exterior para o interior das instituições estatais os princípios que regem as esferas públicas. Dessa maneira, mais que as formas clássicas de organização e pressão, houve a elaboração de formas de intervenção direta da sociedade sobre o Estado a partir de dentro, expressando “a necessidade de se ocupar o Estado para transformá-lo, negociando normas institucionais que levem em conta os interesses sociais” (*Ibidem*: 08). Estas “intervenções sociais” nas instituições estatais expressariam uma dinâmica que busca reduzir as resistências destas últimas ao controle democrático através da aproximação entre funcionários públicos e representantes da sociedade civil em torno de objetivos comuns, configurando o desenvolvimento de dois tipos de esferas públicas: uma esfera pública “excentrada”, exterior às instituições públicas; e uma outra, “auto-centrada”, que se constitui no interior destas. Sem se opor, mas dotadas de lógicas distintas, elas se voltariam para uma maior democratização do Estado.

Tornar-se-ia plausível, nesse sentido, aventar a generalização de um novo tipo de acadêmico-técnico, de universitário que adquire uma dimensão tecnocrática: a velha oposição USP/ISEB se dissolveria na prática num novo tipo de cientista social com formação acadêmica sólida e visão crítica da sociedade, mas que trabalharia como especialista (técnico ou consultor) de instituições públicas (Sorj, 2001). Acima das divergências sobre continuidades e discontinuidades nas agendas de pesquisa e referências teóricas nas ciências sociais, com o processo de reorganização da universidade frente ao fim dos constrangimentos imperantes na ditadura e aos novos desafios da construção da democracia no país, ganham destaque diferentes maneiras de definir a profissionalização e o papel público dos cientistas sociais:

A “nova república” traz para as ciências sociais brasileiras novas condições e novas necessidades de exame e interpretação. Se antes os muros acadêmicos já eram penetrados pelo *hype* dos meios de comunicação de massa e da mobilização política, agora chegam também as demandas de participação na administração da coisa pública. Já não basta interpretar, criticar e analisar, é necessário agora poder agir, mas sem deixar de criticar nem de manter a linguagem da comunicação bem-sucedida. Se alguns cientistas sociais se especializam em alguns desses papéis – renunciando, quem sabe, aos favores da mídia em benefício do trabalho acadêmico, ou renunciando à possibilidade de participar no governo em nome da militância política ou vice-versa -, a maioria prefere conviver com a multiplicidade de papéis e trata, de alguma forma, de conciliá-los (Schwartzman, 1996: 27).

Neste cenário que grupos de estudo/intervenção sobre o sistema de justiça criminal, ao

tematizarem as resistências à democratização nas instituições estatais, podem ser tidos como novos centros da vida intelectual no sentido da “mudança social provocada” (Vianna, 1997). A partir destes grupos se entrelaçam proposições que resultam na crítica da atuação estatal e criação de novas diretrizes (como os programas nacionais de direitos humanos ou os planos nacionais de segurança pública), de novos órgãos (como ouvidorias e delegacias de mulheres) ou mesmo na passagem de cientistas sociais para a gestão pública em cargos de formulação e execução de políticas. Um conjunto de dinâmicas que se espelha, para alguns dos atores envolvidos no processo, o sentido de uma reforma do Estado de modo semelhante ao ocorrido na saúde pública, onde a passagem entre academia e gestão é rotineira, e na economia, quando se tem em vista a *expertise* técnica necessária à superação dos dilemas do desenvolvimento, o que na justiça criminal e segurança pública se traduziria em uma política renovada de formação de quadros, na qual as parcerias universidade-polícias desempenham papel fundamental (Ramos, 2007; Soares, 2006).

O padrão de institucionalização de grupos de pesquisa sobre violência, crime e punição pode ser tomado, então, como exemplo da re-tradução das questões que afetam a consolidação acadêmica e o papel político dos cientistas sociais em um contexto de reconstrução do Estado na área do sistema de justiça criminal. Este será o caminho a ser percorrido pela presente pesquisa, ao trabalhar a institucionalização de grupos de pesquisa nesta área de estudo. Sérgio Adorno (2002), tendo como base informações extraídas do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, aponta a existência de 176 grupos com linhas de pesquisa relacionadas à violência, dos quais extrai uma lista com vinte grupos que considera de referência, grupos consolidados, que revelam produção e divulgação regular de pesquisas, participação em fóruns acadêmicos e não-acadêmicos, inovação científica e tecnológica. Renato Sérgio de Lima (2011), por sua vez, indica que, dentre as mais diversas áreas de conhecimento ligadas ao CNPq, existiriam 255 grupos de pesquisa identificados com as temáticas na área. No que tange ao perfil dos grupos constituídos, 232 estão diretamente vinculados à Universidade, doze configuram-se como equipamentos públicos, dez como sociedade civil e um organismo internacional.

A partir desta diversidade, seria possível indicar, *grosso modo*, três padrões de institucionalização no país:

1- Grupos ligados à universidade, seja mais próximos dos departamentos universitários ou da sociologia aplicada: o *Núcleo de Estudos do Conflito e da Violência Urbana* (NECVU/UFRJ), editor da *Revista Dilemas*, principal periódico da área nas Ciências Sociais; o *Núcleo de Pesquisa das Violências* (NUPEVI/IMSUERJ); o *Laboratório de Análises da Violência* (LAV/UERJ); o

Laboratório Cidade e Poder (UFF) o *Observatório de Segurança Pública (OSP)* e o *Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP)*, da UNESP; o *Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC/UCAM)*; o *Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES/FIOCRUZ)* o *Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR)* e o *Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPS)* da USP; o *Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol/PUC-SP)*; e o *Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC/UFGRS)*.

2- Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), sejam aquelas mais próximas das preocupações de movimentos sociais, como o ISER e o *Instituto Sou da Paz*, de órgãos internacionais como o *Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)*, da área do Direito Penal, como o *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)*, das preocupações policiais, como o *Instituto Pró-Polícia (IPP)*, ou de articulação entre sociedade civil, Estado e universidades, como o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)*.

3- organizações estatais, voltadas à pesquisa aplicada em problemas sociais, como o grupo de estudo sobre criminalidade e controle social da *Fundação João Pinheiro (FJP)* em Minas Gerais, a *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)*, em São Paulo, o *Instituto de Segurança Pública (ISP)*, no Rio de Janeiro, e o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, órgão do governo federal.

Em termos de estrutura da produção científica, a resultante principal do processo de interlocução visto até o momento se dá na constituição dos *Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs)*. O gráfico abaixo indica o organograma burocrático do modelo de relações da política científica com a transferência de conhecimentos para a sociedade, empresas e políticas públicas, divididas entre o eixo esquerdo, que representa o fluxo dos grupos de pesquisa ao conhecimento aplicado, e o direito, que indica a comunicação com a reflexão acadêmica sem vínculo aplicado:

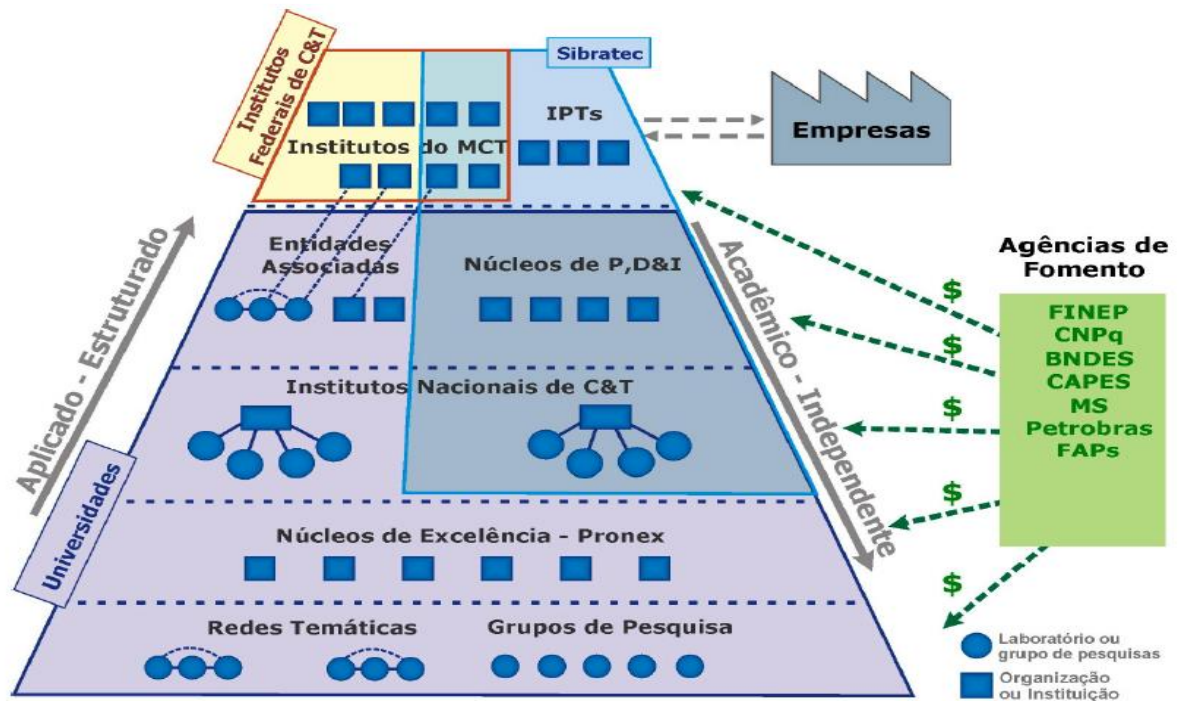


Figura 1: Ilustração de modelo de organização do sistema de C,T&I

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), *Programa Institutos Nacionais de C&T*. Documento de Orientação Aprovado pelo Comitê de Coordenação, Edital n. 015/2008.

Na área de estudos sobre segurança pública, dois INCTs receberam a aprovação do Ministério da Ciência:

- 1 - INCT - *Violência, Democracia e Segurança Cidadã*, liderado pelo NEV/USP⁹⁹.
- 2- o INCT *Administração Institucional de Conflitos*, liderado pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF)¹⁰⁰.

⁹⁹ Com as seguintes organizações associadas: Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ); Núcleo de Estudos de Violência e Cidadania (UFRGS); Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS/UnB); Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (CLAVES), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC); e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

¹⁰⁰ Articulado com os seguintes grupos e centros de pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFF), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social(UnB), Laboratório de Etnografia Metropolitana(IFCS/UFRJ), Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas (UFPE), Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC-PUCRS), Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência (UENF), Núcleo Cultura Urbana, Sociabilidades e Identidade Social (Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Programa de Pós-Graduação em Direito (UGF-RJ), Grupo de Pesquisa em Criminalidade e Segurança Social do Recôncavo da Bahia - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(GPCS-UFRB), Equipe de Antropologia Política e Jurídica (Instituto de Ciências Antropológicas, Facultad de Filosofia y Letras, Universidade de Buenos Aires / Argentina), Instituto de Estudos Latino-americanos (Universidade Livre de Berlim / Alemanha), Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos), Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ/Faculdade de Direito/UFF), Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/Faculdade de Direito/UFF), Pólo Universitário da UFF de Campos dos Goytacazes, Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil., Núcleo Cultura Urbana, Sociabilidade e Identidade

Vale ressaltar ainda o projeto, não instituído, do INCT *Espaços Urbanos e Gestão de Políticas Públicas de Segurança*, que seria liderado pelo Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI/IMS/ UERJ) e pelo CRISP¹⁰¹.

Tendo como horizonte esse cenário, nos voltaremos para a reconstituição dos seus antecedentes.

Social (NUSIS/Escola de Serviço Social/UFRJ), Escola de Políticas Públicas e Governo (EPPG).

¹⁰¹ Integrando os seguintes centros: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP); do Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade e do Ambiente (LATTICE), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE; do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas (NEPS), da Universidade Federal de Pernambuco; da Fundação João Pinheiro (FJP); do Instituto Jones dos Santos Neves (Espírito Santo), do Departamento de Economia da PUC-Rio e do Laboratório de Estatística Espacial (LESTE).

PARTE I

As ciências sociais e a "violência urbana" na transição democrática

APRESENTAÇÃO

A violência é tema constante nas interpretações sobre a formação da sociedade brasileira, seja na conquista dos povos nativos; na constituição do sistema escravista; no sadismo das relações pessoais entre brancos e negros e entre homens, mulheres e crianças; na resolução dos conflitos interpessoais; nas revoltas populares e na sua repressão (Adorno e Barreira, 2010). Porque então, dada esta presença constante, a preocupação social e acadêmica com o tema da violência somente ganhou contornos mais sólidos no período recente da história brasileira? Que modificação ocorrera na ordem dos fenômenos e na imagem que a sociedade brasileira elabora de si mesma que tornou a violência uma categoria que organiza o mundo? O depoimento do antropólogo Gilberto Velho sobre o tema, em 1988, é ilustrativo desta “descoberta” da violência interpretada como dissociação das experiências da intelectualidade e do “povo” brasileiro:

Violência é alguma coisa em torno da qual não existe consenso [...] a instituição da escravidão, obviamente, é uma violência, e é uma violência de proporções extraordinárias. No entanto, ela, durante séculos, foi vista como uma coisa natural [...] muita coisa que hoje nós chamamos de violência, enquanto intelectuais, liberais, de elite, para grande parte da população brasileira não é, necessariamente, percebido com a mesma intensidade, como violência [...] de um lado existe uma crença [...] de que o povo é cordial, e de que a sociedade brasileira é uma sociedade que tem harmonia, de outro lado existe um outro tipo de experiência, que é uma experiência de violência intensa (Velho, 1994: 34).

Para o antropólogo, a extensão da violência à experiência de camadas privilegiadas da sociedade durante o regime militar seria o fator desencadeador desta tomada de consciência. Esse argumento é utilizado por cientistas sociais que investem na crítica aos vieses que alçam a “violência urbana” à posição de problema nacional no debate público e no discurso oficial do Estado durante a transição para a democracia. A qualidade desta transição, por conseguinte, é vista com certo ceticismo: a violência seria o sintoma das dificuldades de tradução da heterogeneidade social em “saudável pluralismo sociocultural”, resultando em “grande impasse” e um temor “pelo futuro imediato dessa sociedade” (*Ibidem*).

Os argumentos apresentados por Gilberto Velho remontam a dois simpósios que presidiu, na Reunião da SBPC, sobre violência no Brasil. O primeiro, *Violência na Cidade* (Boschi (org.), 1980), reunirá os representantes da geração que primeiro assumirá postos de renovação no sistema de ensino e pesquisa na pós-graduação em ciências sociais no Rio de Janeiro, no Museu Nacional e no IUPERJ: Simon Schwartzman, Rubem George Oliven e Edmundo Campos Coelho.

Estes serão os primeiros "*chefs d'école*" do tema da violência, mas que, em geral, não se especializam na temática através de estudos empíricos intensivos, ao contrário da geração posterior. Neste seminário, publicado na *Revista Dados* do mesmo ano, o antropólogo localiza a violência ao nível de um sistema cultural formador de hierarquias associado à presença autoritária do Estado, que reduziria consideravelmente a margem de exercício da cidadania. O indivíduo, como sujeito moral e político, sofreria limitações tanto no nível das relações sociais quanto no nível do exercício de direitos políticos, sendo a violência expressão das tensões entre hierarquia/autoritarismo e o individualismo da modernização cultural.

Já Simon Schwartzman, aponta a distância entre a "justiça formal" e a "justiça substantiva" e a necessidade de descentralização do judiciário como estratégia de apropriação da sociedade civil dos instrumentos legais necessários à denúncia e controle do uso legal da força por parte do entre indivíduos e entre estes e o Estado. Privilegiando o tema das reformas legislativas e institucionais, sugere a retirada do caráter criminal dos "crimes sem vítima" e a reforma do sistema penitenciário e judicial.

Ruben George Oliven, por sua vez, atribui o aumento da violência no Brasil após 1964 a causas de natureza política. O regime militar, na forma do binômio segurança-desenvolvimento (repressão-acumulação de capital), transformaria a violência em instrumento de dominação de classe. A "violência urbana" faria parte da estratégia de uma transição pactuada "pelo alto", no momento em que o modelo econômico entra em crise e torna-se difícil continuar lançando mão do discurso da segurança nacional dada a inexistência da ameaça da guerrilha. O mito da índole pacífica do brasileiro é relegado a um segundo plano no discurso oficial e a "violência urbana" e passa a se referir quase que exclusivamente à delinquência das classes populares, minimizando o arbítrio policial e omitindo a vitimização pelos acidentes de trabalho, pela desnutrição e pela miséria, inerentes ao modelo de modernização brasileiro. O "marginal" tornar-se-ia o bode expiatório da crise política e econômica, e a criminalidade estratégia de sobrevivência e de recuperação do excedente.

Por fim, Edmundo Campos Coelho critica a pequena contribuição das ciências sociais no estudo do crime: "o que se destaca de todo o debate público sobre a crescente taxa de criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras é a medíocre contribuição dos cientistas sociais". As razões deste estado se localizariam na legitimidade de convicções metodológicas que definem como "heresia instituir o crime como objeto autônomo de investigação" e que lança mão "alguma teoria sobre novas crises do capitalismo, sobre algum aspecto inédito da secular exploração de classes, sobre insidiosas manipulações ideológicas do governo". Embora não haja uma citação direta, contesta frontalmente a tese de Oliven ao voltar-se ao combate do que considera serem

noções partilhadas pelo público leigo e também entre acadêmicos, que enxergariam o “crime como reação às condições de pobreza” ou “o crime como estratégia de sobrevivência”. Para ele, apesar das aparências, a tese “é metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa”. Quando assumidas pelos cientistas sociais, os transformariam em legitimadores da criminalização da pobreza e da marginalidade social¹⁰². Ao se sustentar a “associação positiva entre pobreza e criminalidade” se daria aval às distorções dos dados oficiais e, por conseguinte, às “perversões da prática policial”, e se assumiria a definição legal/oficial do comportamento criminoso, sem problematizar os mecanismos de poder que conformam a formulação das leis penais. Antecipando o sentido geral de sua produção nesta área, ele sugere a necessidade de deixar de lado “a tradição das teorizações abstratas e globalizantes” e investir na pesquisa empírica e incorporação do acúmulo teórico da Sociologia internacional na área da criminologia.

De sua crítica, duas linhas de análise se depreendem: o estudo das origens e evolução das leis penais e na análise da ação das agências oficiais de controle e repressão ao crime (polícia, tribunais, instituições penitenciárias e correcionais), movido pela indagação a respeito da razão por que certos comportamentos, e não outros que lhes são sociologicamente análogos são definidos como criminosos e incorporados nos códigos penais. Na segunda linha, a questão consistiria em desvendar os processos sociais pelos quais respostas institucionais a comportamentos desviantes resultam na elaboração de identidades e carreiras criminosas:

Minhas preferências vão para a segunda vertente, sobretudo porque dispensa postulados de cálculos de utilidade na escolha de comportamentos criminosos [...] sobre os postulados “racionais” ou “calculativos” do comportamento criminoso vem sendo elaborada toda uma teoria da “dissuasão” destinada a apontar mecanismos que aumentem as probabilidade de desutilidade do comportamento criminoso e que, a curto e médio prazo, desembocam em políticas repressivas contra os segmentos criminalizados nas estatísticas oficiais (mais ação policial, maior rigor dos tribunais, penas mais duras, etc.) [...] quase todas as teorias que supõem algum tipo de cálculo de utilidade correm este risco. Aí se enquadram as teorias da anomia, da subcultura da violência, das oportunidades diferenciais, da associação diferencial, para citar as mais prestigiosas (Coelho, 1980: 378).

Além disso, ela enfatiza as relações de poder na sociedade, atribuindo importância à

¹⁰² “a crescente taxa de criminalidade e violência nas metrópoles brasileiras não deveria constituir razão moral para a denúncia dos fatores socioeconômicos que permitem a existência e permanência de situações de pobreza e marginalidade. Esta denúncia deve vir, tão indignada quanto nos seja possível, da constatação de que a pobreza e a marginalidade constituem violação de direitos fundamentais do homem [...] A pobreza e a marginalidade jamais serão as causas do crime pelo simples fato de que são o crime do Estado e da Sociedade contra os despossuídos de poder” (Coelho, 1980: 383).

desigualdade na distribuição da capacidade de "evitar contatos com as agências oficiais de controle e repressão", desnudando "os mecanismos de poder que produzem as 'imunidades' das classes mais privilegiadas". Dessa maneira, na medida em que seus vieses são criticados, as estatísticas oficiais se tornariam utilizáveis como instrumentos de análise do comportamento das agências oficiais. Demos destaque ao argumento de Coelho por este ter sido o cientista social desta geração que mais se aprofundou no ensaio de programa de pesquisa, que será assumido como referência por futuros pesquisadores. Teremos ocasião de retomar alguns dos seus argumentos e das discussões que suscitou. Por ora, cabe destacar que, apesar do programa enunciado, irá perdurar, por um longo intervalo de tempo, o baixo nível de investimento em pesquisa.

A contribuição de Roberto Da Matta, outro cientista social desta geração, sobre a violência na cultura brasileira repercute este cenário. Em *As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social* (1982), Da Matta ensaia uma discussão sobre os múltiplos significados e sentidos, positivos e negativos, da violência, privilegiando a sua utilização como linguagem através da qual se expressa a cultura brasileira. Ele ousa uma meta-discursividade que retoma o seu esquema matriz da divisão entre os códigos morais da *casa* e da *rua* como dilema da não constituição da noção de indivíduo no país. Nosso ponto é a dissociação que ele aponta entre o *discurso teórico erudito*, que clama pela lei e pelo Estado através da denúncia (o "pedir por um decreto") da violência como processo histórico ou estado de um sistema social, e o *discurso do senso comum ou popular*, que enxerga e raciocina em termos do confronto entre desigualdade de forças, a violência como mecanismo, um recurso que se utiliza. É possível decifrar a metáfora como sintoma da distância entre raciocínio histórico-jurídico (não à toa ele cita o *Seminário sobre Criminalidade Violenta* da OAB, 1980, como fonte para o argumento) e a pesquisa empírica no nível da vivência e das percepções na interação social.

Mas os espaços de veiculação do seu texto, na reunião da ANPOCS¹⁰³ e os Simpósios *Violência Brasileira* e *Violência, Crime e Poder*, organizados por Paulo Sérgio Pinheiro na UNICAMP, em 1981 e em 1982¹⁰⁴, sinalizam o início de um esforço de superação.

¹⁰³ Sessão Especial *Violência no Brasil Contemporâneo*, organizado por Raul Boschi e Fabio Wanderley Reis, na V Reunião Anual de 1981.

¹⁰⁴ Os dois seminários foram publicados em livros homônimos. *Violência Brasileira* (Pinheiro (org.), 1982) - *As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social*, Roberto Da Matta; *Violência e Espaço Civil*: Maria Celia Paoli; *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*, Paulo Sérgio Pinheiro; *Linchamentos: violência e "justiça" popular*, Maria Victoria Benevides. *Violência, Crime e Poder* (Pinheiro et al., 1983): *Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978*, Antônio Luiz Paixão; *Continuidades no controle social: a criminalidade na área urbana de Buenos Aires, 1810-1860*, Mark Szuchman; *Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII*, Peter Linebaugh; *Interpretações do terrorismo político de esquerda*, Gianfranco Pasquino e Donatella Della Porta; *Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)*, Boris Fausto; *Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982)*,

Outro evento relevante será o segundo simpósio, *Violência e Cidadania*, organizado por Gilberto Velho na SBPC, em 1986:

Foram três mesas redondas que reuniram cientistas sociais e outros profissionais voltados para a problemática de segurança pública. Já havia, naquele momento, um consenso sobre a extrema gravidade do problema. Uns dos pontos fundamentais foi salientar e distinguir vários tipos de violência, procurando complexificar a abordagem ao evitar reificar aquela noção. Assim, foram discutidos, entre outros temas, a desigualdade e a pobreza, a violência no campo, a violência contra as minorias étnicas e os gays, o racismo e o aparato e características do sistema prisional (Velho, 2006: 01).

As discussões das mesas resultaram em publicação no "Encarte Especial" na Revista *Ciência Hoje*, de 1987, onde se pode perceber a presença de alguns dos pesquisadores que elaboraram as primeiras pesquisas sobre o tema e viriam a constituir lideranças das pesquisas nesta área temática, no interior das ciências sociais, como Alba Zaluar e Julita Lemgruber¹⁰⁵. A reunião representou a enunciação pública da relevância do tema no principal espaço de vocalização política organizada por parte do conjunto de cientistas sociais, a SBPC, e também o importante papel de Gilberto Velho no incentivo às produtoras de duas das "etnografias inaugurais"¹⁰⁶. O antropólogo do Museu Nacional foi um dos responsáveis pela abertura da antropologia para o mundo urbano e próximo e, através de sua experiência de internacionalização, nos Estados Unidos, e pela disseminação de novos referenciais teóricos, como destaque para o interacionismo simbólico e a sociologia do desvio (Velho, 1974; 1975), tendo se dedicado à questão da violência no Brasil contemporâneo em diversas ocasiões (1996; 2002)¹⁰⁷.

Maria Victoria Benevides, Rosa Maria Fischer; *Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do "ferro" e do fumo*, Alba Zaluar.

¹⁰⁵ *Violência e Cidadania*: "As vítimas preferenciais", Gilberto Velho; "A violência dos outros", Ruth Corrêa Leite Cardoso; "Milícias, jagunços e democracia", Lygia Sigaud; "A manipulação política da criminalidade", Elizabeth Sussekind; *Violência e Minorias*: "Cidadania para as mulheres", Maria Luíza Heilborn; "Heranças da inquisição", Luiz Mott; "O último cerco aos indígenas", Maria Manuela Carneiro da Cunha; *Violência e Controle Racial*: "Uma história de discriminação racial", Tereza Cristina Nascimento de Araújo; "Crime e trabalho no Cotidiano Popular", Alba Zaluar; "A face oculta da ação policial", Julita Lemgruber; "Justiça penal e classes sociais", Augusto Thompson. Revista *Ciência Hoje*. Encarte Especial: *Violência*. Janeiro/Fevereiro, 1987 In: http://www.colegioanglobrasileiro.com.br/material/_234.pdf Acesso: 24.05.2014.

¹⁰⁶ *Cemitério dos Vivos, etnografia de uma prisão de mulheres* (1983) elaborada por Julita Lemgruber, é uma forte expressão da influência do interacionismo simbólico. Alba Zaluar, por sua vez, orientada por Da Matta durante seu mestrado sobre festas do catolicismo popular (1974).

¹⁰⁷ Em seu período de formação, teve contato com alunos e professores da Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ. Frequentou também o ISEB até seu fechamento. No Doutorado, na USP, em 1973, teve Ruth Cardoso como orientadora e desenvolveu pesquisa sobre uso de tóxicos e visão de mundo/estilo de vida de camadas médias urbanas no Rio de Janeiro: "Até a época do concurso [para o Museu Nacional, em 1992] Gilberto Velho já tinha construído o essencial das características de sua trajetória específica. Além das pesquisas e dos textos referentes ao seu mestrado e ao seu doutorado, ele já havia estruturado a área singular de uma antropologia urbana brasileira, tinha consolidado seus grupos de alunos, pesquisadores e seguidores, sua coleção editorial na

Ainda no Museu Nacional, os antropólogos Anthony Leeds, voltado aos estudos urbanos, Robert Shirley, ligado à antropologia jurídica e Roberto Da Matta, incentivarão a produção de pesquisas que incluirão o mundo urbano, a violência e o crime como objeto de estudo (Da Matta, 1982). Eles serão estratégicos na orientação de novas perspectivas de pesquisa nas Ciências Sociais no Rio. As pesquisas de Roberto Kant de Lima sobre a herança ibérica na forma de procedimentos inquisitoriais na atividade judiciária policial, por sua vez, é o maior exemplo da orientação “damattiana” em termos de análise comparativa entre as culturas anglo-saxã e ibérica e sua expressão, com base na influência de Robert Shirley, como antropologia do direito na administração de conflitos no espaço público (Kant de Lima, 2004a; 2004b).

No mesmo período, outros cientistas sociais construíam interpretações com um sentido aproximado, ora delineando um quadro de “hobbesianismo social”, caracterizado pela existência de um Estado despótico de par com uma “cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (Santos, 1993 *apud* Zaluar, 1999), ora apontando para a existência de um “autoritarismo socialmente implantado” que explicaria a continuidade da violência na democracia brasileira (Pinheiro, 1979;1985). Estes são alguns dos primeiros ensaios de interpretação do “paradoxo brasileiro” da continuidade da violência estatal e do aumento da criminalidade violenta no progresso da transição democrática (Adorno, 1996; Peralva, 2000). Mas não seria este o período em que a atuação de movimentos sociais indicaria a existência de uma sociedade civil mobilizada como antes não teria havido na história do país? Como explicar a convivência ou sucessão entre visões de um lado otimistas e de outro céticas em relação ao futuro da sociedade brasileira?

De fato, como expressa a produção intelectual da época, a partir dos anos 1970, construiu-se a imagem de uma sociedade que se rebelava contra o Estado (Telles, 1994). A organização da sociedade em associações de bairros, nas greves operárias, nos movimentos sociais, na militância em direitos humanos trazia consigo a aposta na transformação das desigualdades da sociedade brasileira. Os “signos do novo” se enunciavam em práticas e espaços diversos na experiência da sociedade e da política. Em processo estaria a oportunidade histórica de

Antropologia Social em uma grande editora nacional, seus correspondentes internacionais e parte de sua rede social de construção institucional. Já havia sido presidente da ABA entre 1982 e 1984, bem como vice-presidente da SBPC em 1991 e 1992 (no momento mesmo do concurso). Também participara dos processos de avaliação tanto da pós-graduação em Ciências Humanas da CAPES e do CNPq, quanto da pesquisa científica nacional envolvendo os setores de planejamento do governo federal associados à SBPC e à Academia Brasileira de Ciências. Já havia sido membro do Conselho Deliberativo do CNPq, eleito pela comunidade acadêmica. E fizera parte de Conselhos de Patrimônio e Cultura dos governos federal e estadual. Depois do período contemplado neste memorial, suas atividades ampliaram-se, tendo se tornado presidente da ANPOCS logo em seguida (entre 1994 e 1996), jurado dos editais de programas nacionais de excelência científica (PRONEX) e integrado o primeiro grupo das Ciências Sociais a ingressar, por eleição de seus membros, na Academia Brasileira de Ciências” cf. Homenagem a Gilberto Velho. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, abril de 2012.

expressão dos mundos de significação ocultos na dimensão privada e local do cotidiano das "classes subalternas", dos grupos sociais desprovidos de poder e de uma identidade coletiva reconhecida - os trabalhadores pobres sem atividade fixa, os velhos, as crianças, os negros, os homossexuais, as mulheres, os loucos, os criminosos (Paoli, 1982; Sader, 1988; Telles, 1994).

As imagens acerca do caráter conformista e pacífico da sociedade brasileira, sedimentadas pela história oficial do país, são combatidas e desconstruídas pelas novas interpretações. A estas representações são contrapostos os momentos de resistência, participação e reivindicação, expressões dos conflitos sociais, considerados excepcionais pela tradição do pensamento autoritário, legitimador do intenso controle do Estado sobre as iniciativas das camadas populares, vistas como "massas incapazes para as funções de governo" (Kowarick, 1993). Em um cenário de lutas sociais na cidade, a mobilização política é a forma de combate da *violência difusa* ou *estrutural*, derivada de um crescimento capitalista pautado pela lógica da desordem e da *espoliação urbana* e garantida por um regime político autoritário (*Ibidem*; Camargo, 1976).

Mas os avanços no campo político coincidem com o alarde em torno do crescimento da criminalidade, dando ensejo a duros embates entre defensores do regime militar e militantes em direitos humanos em torno das concepções populares de justiça e punição. Com o avançar do processo de transição, ocorre uma mudança nos sentidos da violência no debate público e acadêmico. Se até então predominavam os estudos sobre a violência sofrida pelo povo e a exercida por ele como forma de insurgência e reivindicação difusa, a partir da segunda metade dos anos 1980 se instauraria uma fissura: às práticas de linchamento, à criminalidade violenta e ao apoio social às ações ilegais da polícia não mais poderiam ser considerados indícios de uma "cidadania adormecida" (Zaluar, 1999). No mesmo movimento em que "novos personagens entram em cena" (Sader, 1988), a afirmativa inversa também se torna possível: o protagonismo violento do Estado ao longo da história, apesar dos interregnos democráticos, teria criado uma sociedade civil "amorfa", "gelatinosa" e legitimadora do autoritarismo (Pinheiro & Sader, 1985). Por conta da força dessa "figuração protagônica do Estado", haveria uma espécie de desconstrução dos espaços e das linguagens através dos quais os novos sujeitos se fizeram reconhecíveis durante os anos 1970, que não teria sido capaz de se sobrepor a uma tradição e cultura política "corporativista" disseminada por "todos os poros da sociedade" (Telles, 1994). Pouco a pouco foram desfeitas as imagens do caráter pacífico da sociedade brasileira e as discussões teriam se encaminhado para uma "decepção com o popular", sendo então retomadas as ideias sobre as "faltas" da formação cultural da sociedade brasileira (Zaluar, 1999), em meio a qual se ensaia uma série de conceitos para definir os dilemas da cidadania no Brasil em face da violência.

A preocupação com a violência, portanto, indica a tradução, para o debate público, de

mudanças dos sentidos, interpretações e percepções dos grupos sociais em adaptação às mudanças em processo ou em luta pela sua direção política. Ela surge como signo dos impasses entre a sociedade civil e o Estado na transição para a democracia, como apontariam os primeiros estudos sobre o tema, questionadores dos mecanismos que reproduziriam a “ausência da cidadania” na construção sócio-política brasileira (Paoli, 1982). A superação destes impasses teria obrigado a uma visão menos polarizada e mais relacional entre sociedade civil e Estado, o que se traduziu no esforço interpretativo das alternâncias entre continuidades e rupturas nas políticas de segurança pública e no funcionamento do sistema de justiça criminal após a transição democrática brasileira. É nesse contexto que ganha forma uma das principais polarizações ideológicas entre os estudiosos do tema: a dicotomia entre os que apontavam a miséria, a perda do poder aquisitivo, a ausência de investimentos em educação e saúde como causa do aumento da violência e os que enfatizavam a formulação de novos parâmetros de atuação nas políticas de segurança pública. Estas posições remetem a diferentes concepções sobre a relação entre violência e crime, suas causas e terapias.

Para a primeira, o crime é antes de tudo uma questão de escolha política do legislador sobre que tipos de conduta serão passíveis de enquadramento no direito penal. Baseada em uma concepção marxista de Estado e sociedade, o processo de construção de categorias penais é visto como extensão da desigualdade de classes e as organizações policiais como aparelho repressivo da classe dominante. Por esta razão, o crime traduz-se majoritariamente na chave da opressão e da seleção desigual de condutas: penalização das classes subalternas e impunidade para os crimes de “colarinho branco”. O aumento da criminalidade é interpretado como produto de reações conservadoras de medo e de manipulação político-midiática e os comportamentos criminalizados como estratégias de sobrevivência ou formas de protesto “pré-consciente” ou “pré-político” das situações de “violência estrutural” vividas pelas camadas populares. A criminalidade, portanto, é interpretada como consequência de uma ordem econômica e política, cujas soluções residem prioritariamente em reformas políticas amplas, de cunho social e urbano, e na contenção e redução do poder punitivo do Estado.

Para a segunda, o crime pode expressar não somente uma decisão arbitrária e desigual, mas um nível de consenso sobre os valores necessários a uma ordem social democrática e um fenômeno social no nível dos comportamentos. O crime violento e as novas formas de criminalidade organizada não expressariam conteúdo político de protesto, luta de classes ou estratégia de sobrevivência, mas, ao contrário, seriam desafios para um padrão de justiça social e direito à vida para as camadas populares, os mais afetados tanto pela violência policial quanto pela criminalidade violenta e, portanto, os que mais necessitariam de novas políticas de segurança pública. Embora estratégias político-midiáticas façam parte do cenário, o aumento da

criminalidade violenta seria real, passível de mensuração e tratamento por políticas de controle. Por consequência, o poder punitivo e repressivo do Estado, quando utilizado segundo os princípios dos direitos humanos e procedimentos democráticos, seria compatível com ideais de justiça social.

Esta polarização teria marcado o debate público na forma de um “diálogo de surdos” na segurança pública e que persiste até hoje sob novas terminologias (Zaluar, 1999; Soares, 2009). Nesta oposição, os antagonistas simplificam-se mutuamente. Cada polo construiria a realidade mais apropriada para a fluência de um vocabulário fortemente ideologizado, que gira em torno de pressupostos que representam a negação do objeto que dá sentido à voz e à visão da outra perspectiva. Assim, a segunda posição é interpretada pela primeira como versão dissimulada das teorias que enxergam o crime tão somente como questão de ordem pública e controle de comportamentos antissociais e fundamentam a política do confronto bélico e do encarceramento. Esta, por sua vez, enxerga a primeira como uma visão equivocada a respeito das manifestações de violência e seus determinantes e politicamente limitada. Quanto à ordem dos fenômenos, a violência criminal praticada por cidadãos não-policiais oriundos de camadas populares, contra outros cidadãos de mesma condição, não seria pertinente ao campo de sua percepção e de sua elaboração retórica e política. A sua positividade como fenômeno social é desconstituída através de sua redução à manipulação midiática amplificadora do medo. Já em relação ao posicionamento político, seriam “críticos sectários” que se recusam a reconhecer que os problemas dignos de respostas políticas não se esgotam no conteúdo de suas denúncias. Ao renunciarem ao protagonismo político, eles colaborariam para a continuidade aos problemas da segurança pública (Soares, 2009).

A polarização entre posições marxistas/revolucionárias e liberais/reformistas no debate público reflete em grande parte as disputas por hegemonia entre correntes da criminologia crítica e o “realismo de esquerda” expresso na entrada de cientistas sociais nas discussões acadêmicas e na *expertise* estatal na área de segurança pública e justiça criminal. No confronto entre estas correntes a ênfase na associação entre a continuidade da violência do Estado e a *violência estrutural* da sociedade capitalista para explicar as manifestações de violência popular como formas de insurgência popular, passou a conviver também com as evidências de uma *criminalidade urbana violenta* e seus desafios para a conciliação entre extensão da cidadania e manutenção da lei e da ordem. As tensões entre as duas abordagens se concretizou especialmente na discussão sobre a impunidade frente à violência presente no sistema prisional e cometida por policiais.

As pesquisas começam a enfrentar e delimitar os fenômenos e dinâmicas que estariam por detrás dos fantasmas do crescimento desgovernado da "violência urbana". Mesmo diante da complexidade do cenário e dos problemas com os dados sobre delinquência, o contexto brasileiro

passa a ser inserido na tendência mundial de crescimento dos crimes e da violência nas grandes cidades, que se observaria desde os anos 50. Contudo, os níveis de criminalidade violenta em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo seriam superiores às taxas de algumas das metrópoles norte-americanas. Em uma possível síntese, a sociedade brasileira estaria experimentando quatro tendências: 1) crescimento da delinquência urbana, ou seja, crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, particularmente os homicídios; 2) emergência da criminalidade organizada, sobretudo em torno do tráfico internacional de drogas, que modificaria os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana, propondo problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; 3) continuidade de *graves violações de direitos humanos*, que comprometeriam a consolidação da sociedade democrática no Brasil; e 4) explosão de conflitos nas relações interpessoais, mais propriamente conflitos de vizinhança que convergiriam para desfechos fatais. Estas seriam tendências relacionadas, cujas causas não necessariamente seriam as mesmas, mas que, no conjunto, forneceria as principais dinâmicas em jogo (Adorno, 1996; s/d).

A partir de então, desenvolveram-se de modo mais sistemático estudos sobre dinâmicas criminais e sobre a ação do Estado em suas políticas públicas, no sentido de promover a conciliação entre princípios de direitos humanos e eficácia e da eficiência das instituições de segurança pública. Mas não seriam poucas as ambiguidades e dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores que se aproximaram da discussão e formulação de projetos de controle público da violência. Em primeiro lugar, a continuidade dos conflitos entre herdeiros da ditadura militar no interior do Estado e a militância em direitos humanos, em grande parte, repercute como polarização entre pesquisadores e quadros da segurança pública. Em segundo lugar, a pouca institucionalização dos canais entre pesquisa e universo político, como aponta Zaluar:

[...] entre a vontade de participar não só do debate público, mas também da própria gestão da coisa pública e a tendência a negar quaisquer efeitos do conhecimento científico sobre a ação social e a política pública, os cientistas sociais brasileiros oscilaram entre uma militância persistente junto à órgãos governamentais e organizações não-governamentais ou na própria imprensa, militância nem sempre eficaz, e um isolamento por vezes inútil, por vezes sábio na torre de cimento das universidades cada vez mais parcas de recursos. Ironicamente, por trás dessas posições opostas permaneciam teorias sociais avessas ao marxismo ainda predominante. No final, houve muito mais o envolvimento pela mídia, que forçava cientistas sociais conhecidos a se pronunciarem sobre essas questões candentes, sem que eles tivessem conhecimento prévio do que era afinal publicado. A perda de controle sobre as matérias jornalísticas, assim como sobre o uso político de seus estudos e afirmações, tornar-se-ia a característica mais importante – e por eles mais lamentada – de suas relações com o mundo político intermediado pela imprensa (Zaluar,

2004: 273-274).

Mesmo frente a estas contingências e impasses, tomadas de posição e opções institucionais foram paulatinamente assumidas no sentido de construir maior autonomia para o trabalho de pesquisa, maior impacto político dos seus resultados e maior independência frente a pressões externas. A atuação articulada entre movimentos sociais e intelectuais, especialmente juristas e cientistas sociais, impactou a formulação de agendas políticas e mudanças na atuação estatal, a exemplo dos planos e relatórios nacionais de direitos humanos, da implantação das delegacias de atendimento à mulher, de projetos de lei contra a homofobia, de programas de redução de homicídios, de planos nacionais de segurança pública, dos projetos de mudança na formação de policiais e da arquitetura institucional da segurança pública. No decorrer de quatro décadas realizou-se paulatinamente a expansão de redes de pesquisa e a criação de fóruns de discussão e concertação política entre pesquisadores, operadores do direito, profissionais da segurança pública e justiça criminal, que vieram a constituir um *campo da segurança pública* (Ramos, 2007; Lima, 2011; Lima e Ratton, 2011).

Nos próximos capítulos abordaremos os antecedentes desse processo a partir da desconstrução da criminologia tradicional, etiológica e acessória ao campo penal, através da abertura do direito às ciências sociais no Brasil para, em seguida, reconstituir os contextos paulista, fluminense e mineiro de estudos e ativismo em segurança pública e justiça criminal.

CAPÍTULO II

Origens, evolução e decadência da "Criminologia tradicional" no Brasil

A Criminologia no Brasil: circulação internacional de ideias e tropicalização dos modelos penais

O surgimento da Criminologia está associado ao desenvolvimento dos saberes jurídicos legitimadores do direito de punir moderno ocidental e à sua confluência com os saberes médicos que pretenderam exercer sua influência na fundação das ciências humanas no século XIX. Se o Direito Penal funda-se na herança da Escola Clássica, cuja filosofia da repressão, baseada no livre arbítrio e na proporcionalidade da retribuição punitiva diante da infração das leis, é já considerada por alguns como uma primeira criminologia (Taylor, Walton e Young, 1973; Castro, 2005), outros fundamentos do direito de punir se desenvolvem a partir de saberes com pretensão científica, a exemplo da "estatística moral" do matemático Adolphe Quetelet, da "frenologia" de François-Joseph Gall, da "escola francesa de criminologia", de Alexandre Lacassagne, mas sobretudo da "escola italiana de criminologia" ou "antropologia criminal" de Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo e Enrico Ferri. Assim, à punição e ao controle do crime se acrescentam o interesse na descoberta das causas da criminalidade, localizadas especialmente na natureza biológica do indivíduo criminoso, cujas novas expertises científicas atreladas às instituições do campo penal viriam a fornecer as técnicas necessárias à reforma moral.

Configuram-se, nesse encontro de propósitos, as principais linhas de força e lideranças do debate e da institucionalização da Criminologia na virada dos séculos XIX e XX. Apesar das críticas sucessivas que favoreceram a interrupção desse processo, provenientes de posições mais ou menos incompatíveis com a visão hegemônica, de caráter biológico-determinista, a influência desta "Criminologia positivista" se expandiu para além das fronteiras europeias. A América Latina, nesse sentido, ocupa uma posição *sui generis* de laboratório de ideias para reforma penal provenientes de uma disciplina já em descrédito no seu meio de origem. A transnacionalização do saber criminológico (e do controle social nele baseado) para esta região se realiza de acordo com os modelos impostos pelos centros de poder dos países centrais, dos quais as sociedades internacionais seriam instrumentos de penetração. Neste processo de imposição de ideias e práticas não haveria espaço para o desenvolvimento de uma matriz de pensamento autônoma (del Olmo, 1984). Entretanto, esta conclusão não é consenso. A partir do *23º Curso Internacional de Criminologia*, organizado pela *Sociedade Internacional de Criminologia*, em Maracaibo, 1974,

surgiria um trabalho coletivo de elaboração de um pensamento crítico sobre a criminologia e o controle social, nomeado *Criminologia da Libertação*, levado a cabo pelo *Grupo Latino-Americano de Criminologia Comparada* (Castro, 2005).

A assimilação da Criminologia por parte da intelectualidade latino-americana e seu papel na implementação de políticas criminais nos direciona a pensar com mais profundidade a questão da importação de modelos penais, sua adaptação e mudanças ao longo da história. Destaca-se como primeiro aspecto a importância de situar as transformações do espaço internacional decorrentes do pós-segunda guerra mundial, da recomposição das associações em Criminologia no processo de construção de novos instrumentos e regulamentos internacionais em torno de políticas penais e direitos humanos e, posteriormente, da adoção dos novos ideários críticos e alternativos a partir dos anos 1960-70.

No contexto europeu, Mucchielli (1994) e Kaluszynski (2002) forneceram importantes elementos para a reconstituição dessa história. Kaluszynski sobretudo por sua ênfase no ativismo das sociedades jurídicas, como a *União Internacional de Direito Penal*, as exposições e congressos internacionais, a *Sociedade de Legislação Comparada*, o *Conselho Superior de Prisões* e, sobretudo, a *Sociedade Geral das Prisões*, envolvidos nas disputas pela legitimação da criminologia e de institucionalização de seu ensino. Uma arquitetura de redes de atores plurais distanciados da política profissional e engajados em projetos filantrópicos e de reforma em torno da elaboração de leis e da construção de novas expertises sócio-governamentais em nome de valores do liberalismo e da ciência.

Poucos são, entretanto, os estudos sistemáticos na direção da internacionalização de intelectuais/exportação e importação de modelos penais, o que seria central para entender as transições e continuidades do caso brasileiro. Este é um espaço de pesquisa que carece de investimento. Sem pretensão sistemática, ensaiaremos alguns passos nessa direção.

Em estudo sobre a transferência de ideias criminológicas e a sucessão de políticas criminais na história brasileira, Wanda de Lemos Capeller (1995) sublinha a participação de intelectuais latino-americanos sobretudo nos *Congressos Penitenciários* e de *Antropologia Criminal* e da *União Internacional de Direito Penal*, que contribuíram para o nascimento de uma consciência universal do problema da delinquência e da prisão. Os efeitos dessas discussões nos países periféricos são por vezes desorganizados e desequilibrados, reflexo da desigualdade na participação que, embora constante, não atinge as posições centrais de decisão: "une participation nominale, une présence sans voix, une situation marginale" (*Ibidem*: 24). No que se refere à relação dos latino-americanos, perceber-se-ia a exportação de uma "lógica de segregação" e a aceitação do pragmatismo das técnicas de tratamento (ótica da medicina legal), no que contrasta

com a imposição dos juristas frente aos médicos nos congressos posteriores. De onde se constata a força da medicina legal no Brasil, representada por expoentes como Nina Rodrigues e Leonídio Ribeiro.

Interrogando-se sobre como os modelos penais ocidentais foram assimilados [*avalés*] no Brasil, a autora aponta para um processo de tropicalização dos modelos penais, adaptação que tem como uma das principais características as frágeis fronteiras entre a questão racial e a questão criminal na configuração de uma política criminal de exclusão – exclusão de negros, estrangeiros e classes sociais marginais, fundada em visão médica ou biológica do fenômeno criminal -, cimento da construção do campo penal em favor das elites e da "defesa do continente". Contudo, esta seria uma das facetas ou momentos da sucessão de políticas criminais às quais a autora propõe uma classificação: em prolongamento a este modelo, veríamos a aparição de uma política criminal da *dangerosité sociale*, onde não é mais questão de uma problemática racial, mas sobretudo da periculosidade do indivíduo. Anos mais tarde, a instauração de políticas criminais fundadas sobre a construção do modelo autoritário brasileiro será consequência desta concepção inicial, resultando em um deslizamento da periculosidade individual à periculosidade do inimigo externo e, posteriormente, do inimigo interno. As respostas estatais gravitam, nesse sentido, não somente em torno das infrações ou do desvio, mas também da dissidência. Um processo que parte das preocupações com a regulação social após o fim da escravatura e a política de imigrações, atravessa as relações de trabalho na construção de uma sociedade urbana industrial e se metamorfoseia em ideologia da segurança nacional no período da ditadura militar.

Como pressuposto da análise está a sobreposição de modelos de Estado e a implementação de políticas criminais paralelas (Delmas-Marty, 1983), que seguem uma lógica e arquitetura institucional próprias, não necessariamente fundadas na razão jurídica e seus códigos oficiais, mas na razão de Estado. Assim, o modelo liberal do código penal convive ao mesmo tempo com iniciativas de conciliação com paradigmas positivistas (lógica da culpabilização + lógica da periculosidade) e derivas autoritárias, apoiadas no posicionamento de reforma "pelo alto" de intelectuais preocupados com a suposta inadequação da população brasileira aos padrões liberais de civilização. Uma dinâmica de ajustamento externo às políticas criminais propostas pelos países mais desenvolvidos e de ajustamento interno às demandas do campo penal brasileiro.

A partir dessa questão, interessa formar pontes entre três maneiras distintas de abordar as relações entre discursos científicos e práticas penais no Brasil: a primeira, que enfatiza o processo de internacionalização do discurso médico-científico do século XIX, acompanhando o processo de universalização do capitalismo; a segunda, baseada na ideia de que as políticas criminais são formadas a partir da construção simbólica e da apropriação do medo e da insegurança por parte de

elites políticas e econômicas; e a terceira, que aborda a história da criminologia e das instituições criminais a partir de uma crítica interna aos discursos e às práticas, assinalando as ambiguidades presentes na assimilação das teorias europeias no contexto local (Souza, 2005).

Nesse última vertente, o trabalho de Alvarez (2003), dando continuidade ao investimento pioneiro de Côrrea (1998), abre uma vereda importante, tanto em termos de relação entre os planos nacional e internacional (2003), como em termos longitudinais – estudo das mudanças nas políticas de segurança pública em diferentes períodos de transição no Brasil do século XX (Alvarez, Salla e Souza, 2004). Para o autor, a recepção das ideias criminológicas lombrosianas no Brasil se enreda em uma teia de relações de poder, de saber e de sujeição no interior da sociedade urbana da Primeira República, na qual se desenvolvem estratégias de disciplinarização de trabalhadores industriais e de controle de categorias específicas, como mulheres, menores e loucos. Nesse contexto, a criminologia representaria "a emergência de um discurso da desigualdade no campo da lei", um discurso que propôs, "a partir da articulação dos campos da lei e da norma, um tratamento jurídico-penal diferenciado para determinados setores da população[e] critérios diferenciados de cidadania" (Alvarez, 2003: 32-33).

Expressão maior das ambiguidades de adaptação da criminologia no Brasil é a reflexão do médico-psiquiatra Nina Rodrigues acerca da responsabilidade penal da população indígena, negra e mestiça ([1894]1934). Opondo-se à Tobias Barreto e sua defesa do livre arbítrio como fundamento da pena, a igualdade das diversas raças brasileiras no Código Penal seria absolutamente contraditória e inconsequente. As "raças inferiores" não poderiam receber o mesmo tratamento penal que os brancos, uma vez que, presas do determinismo biológico e social, elas não portariam a mesma consciência do dever e do direito e, portanto, do valor jurídico dos seus atos, sendo a eles destinados medidas de outro teor, como a disciplinarização e a reeducação.

Já no campo do Direito, a Criminologia é incorporada no ensino jurídico brasileiro sobretudo nas Faculdade de Direito de Recife e de São Paulo, e também círculos intelectuais reunidos em torno do centro da vida política no Rio de Janeiro. Na origem de cursos, da produção de dissertações e monografias, e da criação de revistas se encontram nomes como os de João Vieira de Araújo, Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Paulo Egídio, Viveiros de Castro, Cândido Mota, Evaristo de Moraes, dentre outros. Estes autores se dividiriam principalmente pelo acento dado aos fatores biológicos ou socioculturais na etiologia do crime, porém, como referências incorporadas de maneira eclética, há consenso sobre necessidade das duas abordagens para a compreensão adequada do crime e do criminoso. Dentre a pluralidade de contribuições, torna-se difícil indicar o pioneiro nos estudos da criminologia no Brasil, sendo a disputa por pioneirismo e por reconhecimento internacional importantes elementos de distinção e legitimação entre os

pensadores deste novo campo - como veremos mais adiante, aspectos também importantes na configuração mais recente. As novas ideias tornaram-se temas obrigatórios no direito penal, legitimadas como o que havia de mais avançado em termos de doutrina sendo, além disso, conectada a modelos de análise e intervenção na sociedade como maneira de responder às urgências da realidade nacional (Alvarez, 2003).

No intuito de demonstrar estas conexões, Alvarez (*Ibidem*) dá destaque a três intelectuais que foram os principais responsáveis pela divulgação das ideias criminológicas no Rio de Janeiro e em São Paulo: Viveiros de Castro, formado na Faculdade de Recife, autor de *A nova escola penal* (1894), livro que obteve a maior repercussão entre a intelectualidade da época; Paulo Egídio, formado na Faculdade de São Paulo, jurista-sociólogo que se destacará na defesa e fundamentação de ambicioso projeto de reforma do sistema penitenciário de São Paulo; e Cândido Mota, também formado bacharel na faculdade paulista, será responsável pela penetração institucional da criminologia na Faculdade de Direito de São Paulo e pelo projeto do Instituto Disciplinar segundo o novo ideário penal. De maneira sucinta, é possível indicar algumas das direções principais dos investimentos dos três intelectuais acima citados.

Da análise do pensamento e do perfil de atuação dos intelectuais elencados, resulta que a incorporação da criminologia expressa, além de um interesse no social como objeto de conhecimento, um movimento político em torno da modernização das instituições penais (que resulta mais concretamente na institucionalização da identificação criminal e no aperfeiçoamento da organização das estatísticas criminais), como estratégia de reforma da sociedade em período de preocupação marcante com construção de uma sociedade urbana-industrial. Ao menos até o fim da primeira metade do século XX esta perspectiva reunirá juristas, médicos e outros interessados nas questões jurídico-penais em relações de cooperação e de conflito. O estudo de espaços de interlocução, como a *Sociedade de Medicina Legal e Criminologia* de São Paulo¹⁰⁸ é, nesse sentido, promissor para a compreensão das concepções que informaram as políticas criminais e de segurança pública no período¹⁰⁹.

A ordenação penal das relações capital-trabalho e a legislação da menoridade seriam

¹⁰⁸ Criada em 1921, congregava médicos e juristas tais como Flaminio Fávero, Franco da Rocha, Alcântara Machado, e constituiu importante espaço de debate das questões jurídico-penais até 1945 (Ferla, 2009).

¹⁰⁹ Este é o sentido da pesquisa mais recente de Alvarez, em projeto intitulado “Leonídio Ribeiro e a Criminologia no Brasil”, onde se procura reconstruir a trajetória profissional e intelectual desse médico que, durante décadas, teve destacada atuação nos domínios da Medicina Legal e da Criminologia no Brasil, envolvido em inúmeras discussões sobre crime e segurança pública no período, como diretor do Departamento da Polícia Civil do Distrito Federal. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, ao longo de mais de 40 anos Ribeiro realizou uma carreira paradigmática como professor de Medicina Legal e de Criminologia no Rio de Janeiro mas com conexões também em São Paulo, tendo recebido o prêmio Lombroso, em 1933, e tendo sido ainda vice-presidente da Sociedade Internacional de Criminologia. Suas pesquisas giravam em torno dos menores delinquentes e abandonados e da aplicação de técnicas antropométricas em presos buscando comprovar a relação entre desequilíbrio hormonal e homossexualidade (Alvarez, 2012).

exemplares da concepção de Estado e ordem social dos atores envolvidos: "em praticamente todos os autores da nova escola, o conceito de *defesa social* é central, sendo ele que impõe ao Estado novas atribuições na manutenção da ordem social, atribuições estas que vão além de uma concepção puramente liberal do Estado" (Alvarez, 2003: 110). Constata-se, dessa maneira, a sobreposição entre um modelo de Estado liberal e outro, tutelar (Capeller, 1995) expressão da adaptação do liberalismo à realidade brasileira e sua cisão com a democracia, perceptível na formação de intelectuais com vocação dirigente, portadores de uma visão autoritária do social (Adorno, 1988).

Círculos transnacionais do pensamento criminológico: o Brasil na *Revue Internationale de Criminologie et Police Technique* (RICPT)

No sentido da continuidade desse processo, a atuação e a produção de Leonídio Ribeiro parecem ser exemplares da construção de instituições penais afinadas ao modelo autoritário¹¹⁰. O aprofundamento da análise de sua trajetória já é objeto de pesquisas (Alvarez, 2012) e não é o caso de nos determos minuciosamente. Caberia apenas indicar a necessidade de, como pista de análise, investir na participação de criminólogos e penalistas deste período nos círculos transnacionais de pensamento criminológico. A coordenação entre a *Sociedade Internacional de Defesa Social*, a *Associação Internacional de Direito Penal* e a *Sociedade Internacional de Criminologia* é central para a compreensão da divisão de tarefas entre ciência e política na institucionalização dos órgãos e instrumentos da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) nos setores de política criminal, reforma nas instituições de justiça criminal, de prevenção do delito e de tratamento do delinquente. Os propósitos inscritos na criação da *Sociedade Internacional de Defesa Social* são claros na intenção de um trabalho coordenado, a partir de uma atuação "essencialmente apolítica". Através da organização de congressos e cursos, criação de bolsas e prêmios, ela favoreceria uma rede de pesquisa e pensamento que operaria a síntese entre as contribuições do direito penal e da criminologia. O funcionamento das três associações seria então trabalhado como um conjunto, no sentido de universalizar noções e estratégias de política criminal (RICPT, 1949).

¹¹⁰ Nos anos 50, a propósito da defesa do continente, Leonídio Ribeiro afirmava "que devemos criar em todos os países [do continente] uma organização idêntica àquela do FBI [...]. Nossa legislação vai em direção à identificação obrigatória de todos os cidadãos brasileiros [...]. É preciso fechar as fronteiras aos indivíduos que chegam da Europa, contaminados por ideias perigosas. Se queremos interditar a indivíduos indesejáveis de atravessar as fronteiras, para vir perturbar nossa tranquilidade e ameaçar nossa segurança nacional, é necessário utilizar os instrumentos da ciência médico-legal..." (Olmo, 1984: 144).

A *Revue Internationale de Criminologie et Police Technique* (RICPT)¹¹¹, órgão da *Sociedade Internacional de Criminologia*, será um dos veículos centrais de divulgação de ideias penais nesse contexto. Fundada em 1947, a RICPT congrega criminólogos, médicos legistas, juristas e policiais europeus, herdeiros do pensamento criminológico do século XIX. As referências a Lombroso, Garofalo e Ferri, dentre outros, é presente na forma de recuperações biográficas, de discussões teóricas sobre a pena e o crime e em pesquisas sobre, por exemplo, tatuagem e criminalidade ou genética e comportamento criminal. Centro da fundamentação da criminologia etiológica e clínica, portanto, na qual Étienne De Greef e Jean Pinatel são expoentes, a Revista vincula-se à filosofia da *nouvelle defense sociale* através, principalmente, de Marc Ancel, Paul Amour e Fillippo Gramatica. E, em ligação com os trabalhos da *Comissão Internacional de Polícia Criminal* – ligada à fundação da futura INTERPOL -, a Revista abrirá espaço também para conteúdo relativo à modernização dos procedimentos e das organizações policiais.

A RICPT se divide geralmente em três grande seções, precedidas de um editorial reflexivo sobre questões de atualidade: a primeira seção trata de contribuições teóricas e da divulgação de pesquisas em direito penal e criminologia, sendo finalizada com artigo sobre técnicas e procedimentos policiais; a segunda, mescla de *faits divers* e crônica literária, é dedicada à um *tour* sobre os acontecimentos criminais, policiais e judiciais pelo mundo; a terceira e última seção refere-se à notícias sobre eventos, notas biográficas e bibliográficas. Esta última seção será a principal fonte para uma análise introdutória da projeção internacional de brasileiros, que também se fazem presentes em artigos publicados.

Corroborando com a conclusão de Capeller sobre a desigualdade nas redes internacionais de criminologia e política criminal, a participação de brasileiros, como de latino-americanos em geral, não assume importância central na RICPT. Assim, entre 1947 até o ano de 1979, por exemplo, observa-se a publicação de apenas seis artigos de brasileiros. Nas notas referentes aos Congressos, Associações e Sociedades, a presença também não se faz notar com grande relevo. Contudo, este fato não torna as evidências encontradas menos instrutivas. Nota-se uma subdivisão implícita entre países produtores e receptores de ideias, e uma subdivisão de trabalho em termos de construção institucional. Nesse sentido, a elaboração de um padrão para as políticas criminais da América Latina parece ser a direção dos investimentos, a partir do qual ocorre abertura para o engajamento dos intelectuais do continente.

O primeiro aspecto dessa relação pode ser constatado na apresentação das revistas brasileiras, *Neuronio* - Arquivos Latino-Americanos de Medicina e *Revista Brasileira de*

¹¹¹Atualmente *Revue Internationale de Criminologie et Police Technique et Scientifique*.

*Criminologia*¹¹², geralmente ressaltadas em sua contribuição em termos de circulação e discussão de ideias através de compilações ou resenhas críticas e não necessariamente de contribuições originais. A mesma conclusão é retirada das resenhas dos livros de autores brasileiros, como os dois volumes de *Criminologia* (1957), de Leonídio Ribeiro (RICPT, 1957)¹¹³. O que não impede, entretanto, dentro de um quadro mais nuançado, a consideração do valor de sua obra, como criador de "une branche nouvelle du diagnostic" no domínio da datiloscopia, e de sua trajetória, expressa em sua nomeação para a vice-presidente e representante da América Latina no conselho da *Société Internationale de Criminologie*, em 1957.

Quanto à construção de políticas criminais para a América Latina, destaca-se a organização da *Ia Conferência Pan-americana de Criminologia*, no ano de 1947, com a liderança de Leonídio Ribeiro, Oswaldo Landet e participação de Benito Di Tullio, fundador da *Société Internationale de Criminologie* e dos brasileiros Aloysio de Carvalho, Mario Bulhões Pedreira, Nelson Hungria, Flaminio Favero e Noé de Azevedo, juristas e médicos-legistas associados ao *Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura* no Rio de Janeiro, ao *Instituto Oscar Freire* da Faculdade de Medicina de São Paulo e à *Sociedade de Medicina Legal e Criminologia* do mesmo estado¹¹⁴. Entre os temas da Conferência destacam-se: imigração e criminalidade; estrutura jurídica do delito; tratamento penal dos assim chamados "semi-responsáveis" e prevenção do delito e identificação civil obrigatória. Dentre os principais resultados e diretrizes se incluem: as condições para a unificação da "estrutura jurídica do crime" em todos os países da América Latina, para o exercício da expertise psiquiátrica no processo penal, para o tratamento da imigração – não vista como fator necessário para a criminalidade -, e a criação de um centro internacional de estudos penais sediado no Rio de Janeiro¹¹⁵.

Na criação da *Conferência Pan-americana* e no conteúdo das suas discussões (RICPT, 1948) percebe-se a complementaridade com o propósito de erigir um modelo penal unificado para a América Latina, com base na experiência desenvolvida nos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega) e, sobretudo, o projeto de Código Penal para a América do Norte.

¹¹² A primeira, da Academia Latino-Americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal de São Paulo; a segunda, dirigida por Roberto Lyra no Rio de Janeiro.

¹¹³ Sobre o primeiro volume, dedicado às pesquisas desenvolvidas pelo autor, nada é dito além da descrição dos temas – antropologia criminal, homossexualidade, aborto, exercício ilegal da medicina e lesão corporal – e das suas áreas de aplicação – identificação criminal, datiloscopia e patologia das impressões digitais -, às quais Leonídio devotou sua carreira. Sobre o segundo volume, compilação de textos, em geral de origem francesa, o diagnóstico é de que não é propriamente uma obra original, mas um panorama instrutivo o mais geral e o mais correto (RICPT, 1958).

¹¹⁴ Na realização desta Conferência, pode-se também presumir a influência de *Afrânio Peixoto*, falecido em janeiro de 1947, cuja nota biográfica dá destaque à sua liderança no Instituto Médico-Legal e a seu posto de diretor de Instrução Pública, ambos no Rio de Janeiro, e a seus estudos sobre medicina legal, criminologia e psiquiatria. Importa também ressaltar a relevância deste grupo na reforma do código penitenciário brasileiro, na institucionalização da Medicina Legal e na administração de instituições do campo penal.

¹¹⁵ Não obtivemos informação sobre sua criação.

A partir destes dois exemplos, foram estabelecidas metas de concertação, cujo centro foi o *Instituto de Ciências Penais* de Santiago, no Chile, cujas propostas contidas em suas reuniões iniciais, em 1962/63, continham uma divisão de tarefas entre comissões nacionais e regionais e os princípios orientadores do trabalho de unificação (RICPT, 1964). O sentido geral da construção previa o equilíbrio entre direitos humanos e penalização do crime, com fins a adequar os códigos à realidade particular de cada país e prevenir princípios totalitários de extensão da punição a todo desvio considerado perigoso. O projeto, no entanto, encontrará dificuldades de execução, advindas também da implementação de regimes ditatoriais no continente (RICPT, 1979), que abre um período de extensão da punição em rompimento com o processo de codificação fundada na conciliação entre direito penal e criminologia, com base na política criminal da nova defesa social.

As tensões no trabalho de concertação entre estes três domínios ganharão expressão significativa nas crises de definição das disciplinas e fronteiras. Assim podemos entender o sentido da provocação lançada pelo jurista Roberto Lyra - um dos responsáveis pelo projeto de modelo de código penal latino-americano, sendo um dos brasileiros a mais se destacar em posições de relevância no contexto internacional, na constituição da *Société Internationale de Défense Sociale* e na presidência do grupo brasileiro da *Association Internationale de Droit Pénal* - a respeito das várias concepções de criminologia em disputa, às quais, insuficientes, pretende subordinar ao direito penal (RICPT, 1966). Nesse sentido, podemos enxergar a contribuição de Lyra dentro do crescimento da afirmação do direito penal brasileiro como disciplina, sobretudo por uma corrente técnico-jurídica, erigida em contraponto à influência do positivismo criminológico, que já enfrentaria no Brasil, desde o período do entre-guerras, o enfraquecimento de sua influência, confinando-se progressivamente nas Faculdades de Medicina Legal. O anteprojeto do Código Penal de 1940, sob a liderança de Nelson Hungria, será marcado pela influência deste movimento.

Entretanto, na perspectiva dos congressos internacionais de criminologia, e sobretudo da militância contínua de Jean Pinatel, os partidários da criminologia dita "clássica" continuam a atuar no sentido da definição de seu domínio e influência. A RICPT possivelmente é expressão maior desta resistência.

Nesse mesmo sentido, a Revista abre espaço para contribuições afinadas à perspectiva do determinismo, seja biológico, seja do meio, a exemplo dos artigos de Theodolindo Castiglione. O primeiro, *Lombroso et l'hérédité criminelle* (RICPT, 1963), pretende rebater as críticas sobre a relatividade das leis penais ao longo do tempo, contestando a escolha do legislador como totalmente arbitrária. Esta seria fundada na existência de crimes graves, como o homicídio, o roubo e o estupro, que exigiriam, suprimindo a visão rígida da correspondência entre tipo penal e

indivíduo criminoso, o recurso à criminologia de base lombrosiana, com base em explicações deterministas biológicas e do meio, sobretudo para o caso de recidivistas. A sua segunda contribuição, *La criminalité des favelas* (RICPT, 1968), é baseada em interpretação sobre as pesquisas da *Fundação Leão XIII* e da *Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas* (SAGMACS) no Rio de Janeiro¹¹⁶. A singularidade do trabalho de Castiglione está na construção de hipóteses sobre a determinação do meio e de predeterminações biológicas individuais na escolha pelo crime. Em um meio social favorecedor da criminalidade, sobretudo para crianças e adolescentes, o autor afirma a contrariedade entre a determinação do meio e os indivíduos criminosos, que seriam apenas uma pequena percentagem entre os favelados, e nem sempre provenientes de famílias desestruturadas. Contudo, como conclusão, demonstrando estar preso à ambiguidade clássica das teses criminológicas (dividida entre a escola francesa do meio social e a escola italiana do criminoso nato), o autor aponta a necessidade de levar a sério as teses de determinação biológica individual.

Mas ainda assim o estudo está longe das ênfases nos processos de estigmatização e criminalização por parte de agências estatais, da revolta ou estratégia de sobrevivência como raiz da escolha do crime, ou, posteriormente, dos processos de modernização cultural e de transnacionalização do tráfico de drogas, que começariam a entrar em voga sobretudo a partir dos estudos advindos das ciências sociais. Estas perspectivas sinalizariam a crise da criminologia no plano internacional, datada por Pires (1979) na falta de consenso do Congresso Internacional de 1950, e expressa na perspectiva dos estudos da sociologia do desvio e do controle social - da "criminologia da reação social"¹¹⁷, associada também à criminologia crítica -, que pretende desnudar o processo de relatividade na seleção política do que é considerado crime e as disfunções na operação do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, a criminologia etiológica e clínica, assim como a solução de equilíbrio buscada pela nova defesa social, perde terreno em um momento de politização e contestação do campo penal em que o 1968 francês é emblemático¹¹⁸.

Seja pelo movimento de autonomização do direito penal brasileiro, seja pelas contradições entre lei e norma (entre a concertação supranacional em torno da nova defesa social e os regimes militares), e encerrada a fase de implementação dos grandes projetos penitenciários (1920-40) (Salla, 1999), as bases políticas e epistemológicas da criminologia tradicional começam

¹¹⁶ A pesquisa financiada pela SAGMACS, "Aspectos Humanos das Favelas do Rio", é tida como precursora nos estudos de favela (Valladares, 2005).

¹¹⁷ A noção é controversa, uma vez que é ambígua a aceitação dos estudos sociológicos sobre a reação social como parte integrante da Criminologia.

¹¹⁸ Mas isto não significará o fim dos congressos ou dos esforços de criminólogos clássicos, como sinalizará a renovação da RICPT, sempre na zona de influência de Jean Pinatel, em torno da liderança de Denis Szabo e sua pretensão de erigir a criminologia de Montreal como modelo de um ensino de criminologia integrada e profissionalizada.

a demonstrar suas ambiguidades. É o que atesta a contribuição de Alípio Silveira sobre o problema da liberdade do preso no Brasil - país onde as condições básicas para o cumprimento da pena e recuperação do criminoso, segundo as técnicas criminológicas, é abortada em seu nascedouro por um meio prisional, favorecedor da continuidade de práticas antissociais e criminais e pela corrupção policial que, na forma de chantagens, extorsões e perseguição, cria problemas para o preso posto em liberdade. No mesmo sentido, Fragoso aponta a extensão repressiva como modo de operação do regime militar e os problemas ligados a grupos de extermínio.

O processo de conversão de grupos de juristas, criminólogos e criminologistas da construção normativa e institucional à crítica e reforma do sistema jurídico-político brasileiro a partir do regime militar, exige um retorno à história de alguns veículos, publicações, instituições e personalidades nacionais.

A Sociedade Brasileira de Criminologia (SBC) em revista: a subordinação da Criminologia ao Direito Penal (1931-1983)

Em 1931, fora fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Criminologia (SBC), que teve por fins declarados em sua fundação, o ensino de pós-graduação para criminólogos, a pesquisa científica e humanística, a divulgação cultural, a assistência técnica, o entendimento entre organizações públicas e privadas referentes à prevenção e repressão da criminalidade e a criação de um registro dos criminólogos brasileiros (Lyra, 1970)¹¹⁹. A SBC manteria uma revista como órgão de divulgação oficial, que assumiu nomeações variadas ao longo do tempo: 1) *Boletim da Sociedade Brasileira de Criminologia* (1931-1932); 2) *Revista de Direito Penal* (1933-1946); 3) *Revista Brasileira de Criminologia* (1947-1953); 4) *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal* (1953-1967); 5) *Revista Brasileira de Criminologia, Direito Penal e Medicina Legal* (1967-1970); 6) *Revista de Direito Penal* (1971-1981); e 7) *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal* (1981-1983)¹²⁰.

¹¹⁹ "Tal sociedade foi constituída por iniciativa de um grupo que compunha o "Conselho brasileiro de Higiene Social": Carlos Sussekinde de Mendonça, advogado, membro do Ministério Público e autor especializado; Haeckel de Lemos, advogado [...]; José Pereira Lira, advogado, representante do Ministério Público e criminalista de conceito firmado; e Roberto Lyra, advogado, Promotor Público, membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e de Congresso Técnico [...] foram incluídos mais quatro membros, escolhidos segundo a "identificação cultural": Antonio Eugenio Magarinos Torres, juiz de direito e presidente do Tribunal do Júri, Heitor Carrilho, psiquiatra e diretor do Manicômio Judicial do Rio de Janeiro, Mario Bulhões Pedreira, jovem criminalista, que em meados da década de 1930 comporia Comissão Revisora do Projeto de Código Penal de Vicente Piragibe, e Narcelio de Queiroz, também jovem penalista, que se tornaria juiz, e em 1939 faria parte da Comissão Revisora do Projeto de Código Penal de Alcântara Machado, que se tornaria, através de decreto, o Código Penal de 1940" (Mello Prando, 2012) – *grifos nossos*.

¹²⁰ Em paralelo a este periódico multi-denominado, foi publicado, em 1935, o Boletim do Departamento Universitário da Sociedade Brasileira de Criminologia, e, em 1970, a "revista-livro" Sociologia Criminal, além do

A Revista surgiu com a proposta de publicações mensais de fascículos com artigos de doutrina, jurisprudência, transcrições de conferências e resenhas bibliográficas. Era formada por um Conselho Técnico e por Colaboradores de formações e atuações diversas: médicos, psiquiatras, autoridades policiais, mas especialmente juristas, que atuavam profissionalmente na advocacia, na docência e também em funções públicas, como era o caso de juízes, promotores, membros dos Conselhos Penitenciários, além daqueles que participavam também de Comissões legislativas, como a Comissão da Reforma da Justiça¹²¹. Ela representava e difundia o discurso político instituído a partir de 1930, com o Governo Provisório de Getúlio Vargas: a Nação, representativa de uma ideia de unidade associada à modernização enquanto reforma das instituições estatais, de acordo com a realidade nacional, era o ponto de encontro entre a política de governo e a proposta editorial da Revista (Mello Prado, 2012).

Em seu início (1933-36), a Revista de Direito Penal, não parecia ter uma clara delimitação das fronteiras entre estudos jurídico-penais e criminológicos, estando dividida em uma aliança de compromisso entre o movimento técnico-jurídico no direito penal e a criminologia clássica da Escola Positiva (*Ibidem*) que correspondiam, no interior da Revista a dois grandes grupos predominantes : o primeiro, associado às figuras de Nelson Hungria e Evaristo de Moraes, mais fechado a uma comunicação com outras disciplinas que não ao Direito Penal; o segundo, por sua vez, mais aberto ao diálogo e reconhecia a importância para o Direito deste tipo de atitude. Ressalte-se que ambos os grupos reconheciam a necessidade do estudo da figura do criminoso. A discordância era quanto a intensidade e proximidade destes estudos com o Direito Penal¹²². Este equilíbrio, entretanto, parece ter se modificado a partir de 1947, quando textos originais de

semestral Criminologia – Brasil (Oliveira Júnior, 2007).

¹²¹"A edição do primeiro fascículo a Revista apresentou uma lista de colaboradores [...] : *Afrânio Peixoto*, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; *Evaristo de Moraes*, professor e advogado, membro da comissão revisora do projeto de Código Penal de Sá-Pereira; *Alberto Tornaghi*, delegado de polícia; *Lucio Bittencourt*, *Candido Mendes de Almeida*, *Carlos Xavier Paes Barreto*, *Evandro Lins e Silva*, *Flaminio Fávero*, *J.P. Porto-Carrero*, *Gilberto Amado*, *J.G. Lemos Britto*, *Heitor Lima*, *Leonidio Ribeiro*, *Nelson Hungria*, *Vicente Piragibe*, *Virgilio de Sá-Pereira*, entre outros". Ressalte-se também a cooperação firmada com a *Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, criada em 1921, e que teve fundamental importância na formação do campo científico e institucional da Medicina Legal no estado de São Paulo (Mello Prado, 2012) – *grifos nossos*

¹²² No que se refere ao segundo grupo existiram "três correntes de pensamento: a primeira, que se tornou mais forte e definida apenas na segunda metade da década de 1940, trabalhava com a ideia de igualdade entre os fatores biológico e sociológico como preponderantes na definição dos criminosos [...] O segundo grupo trabalhava com a ideia da preponderância dos fatores sociais. Este grupo é representado por Roberto Lyra, Clóvis Bevilacqua, P. E. de O. Carvalho, e tem na Sociologia a tábua mestra para uma real compreensão do fenômeno criminal. E por último, o grupo [...] que acreditava na preponderância dos fatores biológicos na determinação da personalidade criminosa. Este grupo estava associado a pesquisas em presídios, laboratórios e clínicas, e por isto os autores fazem referência a eles como Criminologia Clínica. São profissionais da Psiquiatria, Endocrinologia, Medicina Legal, Neurologia e Antropologia Criminal. Estão associados a este grupo: Flaminio Fávero, Hilário Veiga de Carvalho, Heitor Carrilho, J. V. Araújo, Viveiros de Castro, C. Mota, A. M. S. de Aragão, Jefferson Lemos, Antônio Austragésilo, Alcântara Machado, Waldemar Berardinelli, Leonídio Ribeiro e João de Mendonça" (Oliveira Junior, 2007: 05)

biólogos, médicos ou psiquiatras não se fizeram mais presentes, salvo as exceções de raras e pequenas notas e a Revista toma um cunho mais claramente jurídico. É significativo notar que, a partir deste ano, é Roberto Lyra - cuja posição sobre a necessidade do diálogo entre disciplinas, mas a partir da subordinação da criminologia ao direito penal, já havíamos ressaltado -, que acumula presidência da Revista e da Sociedade (Oliveira Júnior, 2005).

Contudo, este é um período de difícil caracterização, uma vez que é atravessado por transições. A primeira remonta ao Código Penal de 1940, que assinala o rompimento da aliança direito penal-medicina, por influência do tecnicismo jurídico. Esse é o início do movimento contrário à intromissão das ciências naturais no campo da disciplina penal, resultando daí o desprestígio da Criminologia nas Faculdades de Direito e seu confinamento nos cursos de Medicina Legal e na administração de manicômios e penitenciárias do país (Pimentel, 1980; Azevedo & Azevedo, 2008). Nesse período ocorre também a dissolução da SBC e a ligação de sua Revista ao *Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara*, a partir de 1963. Durante esse período, ela se mantém dentro de uma proposta integrativa, na perspectiva herdada da SBC (o que é possível deduzir por sua nomenclatura no período (1967-1970): *Revista Brasileira de Criminologia, Direito Penal e Medicina Legal*. Entretanto, este interregno não parece interromper o processo no qual a criminologia positivista/naturalista perde terreno para uma criminologia aberta à sociologia e subordinada ao Direito penal. A partir do ano de 1971, a Revista torna-se órgão oficial do *Instituto de Ciências Penais da Faculdade Cândido Mendes*, e passa a utilizar novamente o título de Revista de Direito Penal.

Para a compreensão dessas mudanças, um processo parece capital: a elaboração do anteprojeto de Código penal, iniciada no governo Jânio Quadros, e liderada por Nelson Hungria, então Ministro do Supremo Tribunal Federal. O projeto, sua construção e avaliações seriam publicadas na *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal* (de 1963 à 1967), então sob a direção de Heleno Cláudio Fragoso, integrante da comissão encarregada da elaboração do anteprojeto e também do código penal modelo para a América Latina. Com a usurpação do poder pelos militares, pretendeu-se ainda prosseguir com os trabalhos de revisão. Contudo, Roberto Lyra a isso se opôs, negando-se a permanecer nas comissões revisoras de Código penal (como presidente) e de Código de Processo Penal (como membro), convencido de que “uma obra de tanta magnitude científica e de tanta delicadeza não deve sobrecarregar e desviar, nesta hora, um Parlamento ressentido e emprazado” (Lyra, 1971). Em 9 de fevereiro de 1965, foi constituída nova Comissão Revisora, sob a presidência de Aníbal Bruno da qual participariam Nelson Hungria, Hélio Tornaghi e Heleno Cláudio Fragoso.

Este posicionamento parece espelhar também o papel de Roberto Lyra como uma das

lideranças de um processo de transição para uma criminologia aberta à sociologia, que alguns dos seus herdeiros nomeiam "criminologia socialista" (Lyra Filho, 1972; Galvão Jr., 2007), e que fará eco às rupturas com o processo autoritário do regime militar brasileiro. Roberto Lyra Filho será continuador desta abertura, sobretudo para o marxismo, cuja "Criminologia Dialética", baseada na possibilidade de síntese a partir da Filosofia, representaria "um subgrupo da extensa gama de modelos da Criminologia Crítica", ao qual se deve ainda acrescentar a "Criminologia Radical", de Juarez Cirino (Lyra Filho, 1982a).

Paulatinamente, com o fechamento do regime, a crítica política envolverá um conjunto de juristas e advogados. Dá-se início, então, a uma época de ativismo jurídico, no qual se destacará o próprio Hélio Fragoso, que será presença notória nas Auditorias Militares, no Superior Tribunal Militar e no Supremo Tribunal Federal em defesa dos perseguidos políticos¹²³, assim como nas discussões internacionais sobre Direitos Humanos e na reformulação das leis penais nos anos 1980¹²⁴. O argentino Eugenio Raul Zaffaroni também desempenhará um papel importante na liderança de um grande continente de especialistas em ciências penais e criminológicas, incluindo Nilo Batista, voltados à finalidade de colher material para revisar as estruturas da justiça criminal na América Latina. O núcleo central desse projeto, que parte da crítica do tecnicismo do projeto do "Código Penal Tipo" e da denúncia do universo da marginalidade social e da violência dos sistemas legais para a construção de novos princípios políticos, será expresso em sua *Política criminal latino-americana* (Ariel Dotti, s/d). O trabalho da *Comissão de Justiça e Paz*, em São Paulo, na denúncia de crimes e violações de direitos humanos na ditadura, e o trabalho ativo de personalidades como Hélio Bicudo (1976), também será um centro de ligações nesse processo¹²⁵.

Nesse momento de crítica política ao regime e crítica epistemológica ao tecnicismo jurídico, inicia-se uma reação favorável à reabilitação das ciências e pesquisas criminológicas nas Faculdades de Direito brasileiras. Para isso contribuiriam também o crescimento da criminalidade violenta, o aparecimento de novas modalidades de ofensas, como 'o crime do colarinho branco' e o uso de drogas, "gerando uma crise no sistema penitenciário e intranquilizando as cidades mais populosas [...] Tudo isso gerou a necessidade de estudos, de pesquisas, de natureza criminológica na área do Direito penal", cogitando-se inclusive regulamentar a profissão de criminólogo

¹²³ Desta experiência resultarão "A Justiça Penal e a Revolução", "Ilegalidade e Abuso de Poder na Denúncia e na Prisão Preventiva" e os livros *Direito Penal e Direitos Humanos* e *Lei de Segurança Nacional - Uma experiência antidemocrática*.

¹²⁴ Em 27 de novembro de 1980, o Ministro da Justiça instituiu Comissão para elaborar um Anteprojeto de Código Penal, sob a coordenação de Francisco de Assis Toledo e as participações de Francisco Serrano Neves, Miguel Reale Júnior, René Fonseca. Destes trabalhos resultou o Projeto de Lei nº 1.657, de 1º de julho de 1983, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Ariel Dotti, s/d).

¹²⁵ Compunham a Comissão, dentre outros: Dalmo Dallari, José Carlos Dias, José Gregory, Nelson Motta, Tércio Lins e Silva, Antonio Carlos Biscaia, Aldebaro Klautau, Nelson Wedeckin e Pedro Eurico Barros e Silva.

(Pimentel, 1980). Nesse processo, alguns eventos e instituições se destacariam: o Seminário sobre crise da administração da justiça criminal; a atuação de *Theophilo de Azeredo Santos* (professor da Faculdade de Direito de São Paulo) na divulgação da Criminologia; a origem da Sociedade Brasileira de Direito Criminal e de cursos na *Faculdade de Direito Cândido Mendes* e nas *Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo*; a criação do *Instituto de Medicina Social e Criminologia* (IMESC), em São Paulo (Pimentel, 1980) e, valeria acrescentar, a criação do já referido *Instituto de Ciências Penais* (ICP), da *Faculdade Cândido Mendes*.

Daremos atenção, primeiramente, à atuação deste último Instituto, visto que se relaciona ao movimento de abertura e politização do Direito explicitado anteriormente.

O Instituto de Ciências Penais (ICP): experimentos de pesquisa sociológica no Direito

O ICP, criado por Heleno Fragoso na Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1970, pretendeu prolongar o ativismo de juristas e advogados durante a ditadura militar, associando a crítica política do regime de exceção e da pena privativa de liberdade ao ensino e à pesquisa. O Instituto abrigou um conjunto de professores de Direito Penal, tais como Nilo Batista, Juarez Tavares, Juarez Cirino dos Santos, Augusto Thompson, Claudio Ramos, Luís Fernando de Freitas Santos, Heitor Costa Junior, Técio Lins e Silva, Sergio Verani, Arthur Lavigne Junior, Fernando Fragoso, entre outros (Augusto Sussekind de Moraes), e animou um pequeno grupo de pesquisa, no qual se destacaram Yolanda Catão, Teresa Miralles, Elizabeth Sussekind e Eliane Botelho. Examinaremos alguns dos ensaios de Fragoso sobre as perspectivas jurídicas e criminológicas do mundo carcerário e a produção do grupo de pesquisa do ICP, que constituem os resultados mais tangíveis de uma elaboração sobre os problemas do sistema penitenciário e a vida no interior das prisões.

Em *Aspectos jurídicos da marginalidade social*, Relatório oficial do *IX Congresso Internacional de Defesa Social* (em Caracas, 1976)¹²⁶, Fragoso (1977) expõe alguns elementos da discussão sociológica sobre marginalidade social. Com base na produção da *Escola de Chicago*, a marginalidade definiria as populações que participam precariamente da produção de bens e se situam à margem dos benefícios da vida moderna e de seus centros de decisão, geralmente se nas periferias das grandes cidades. Em crítica às teses funcionalistas, para as quais a marginalidade é traduzida em disfunção passível de ajustamento dentro da estrutura social vigente, e em apoio à perspectiva de inspiração marxista, para a qual este fenômeno seria originário da própria estrutura e de sua lógica de reprodução, Fragoso propõe a desvinculação entre marginalidade e

¹²⁶ Publicado em *Direito Penal e Direitos Humanos* (Fragoso, 1977).

delinquência. A criminalidade aparente, detectada pelo sistema de justiça criminal, seria resultado da própria atuação do sistema, em um processo paradoxal de marginalização, no qual os pobres e marginais constituiriam a sua clientela. Em outras palavras, a criminalidade estaria presente em todas as camadas sociais, porém, como mecanismo de controle social de uma ordem capitalista desigual, o sistema de justiça atingiria os desvios das normas sociais que estão mais expostos, realizados pelos grupos considerados marginais.

O autor sublinha, nesse sentido, os limites do Direito Penal para tratar de questões que demandam direito de socialização e inserção social. Esta conclusão terá continuidade em *Perda da liberdade (Os direitos dos presos)* (Fragoso, 1980). Baseando-se na literatura internacional e nacional sobre a prisão, Fragoso questiona a concepção de punição e tratamento, expresso na Defesa Social. Esta, ao ensaiar a conciliação entre pena privativa de liberdade e função ressocializadora, entraria em contradição, uma vez que a prisão reforçaria valores negativos e falharia no propósito de modificar o comportamento das pessoas. Além disso, a criminalidade e a delinquência não seriam simples fenômenos de desorganização, mas refletiriam "padrões de vida correntes e até aceitáveis, resultado de uma particular estrutura de sociedade". Contra a opinião mais ou menos generalizada que a criminalidade violenta aumenta e que a humanização das execuções beneficia a criminalidade crescente, o autor aponta a unanimidade entre os estudiosos, de que a "prisão favorece a criminalidade, favorecimento que é tanto maior quanto mais grave for a pena" (*Ibidem*: 34). A prisão, sistema conflitivo e arbitrário, não se ajustaria com facilidade ao esquema de direitos e deveres, provocando sempre rebeliões e motins que, por seu turno, justificariam mais poder arbitrário e repressão.

Assim, a situação brasileira conjugaria dois aspectos: o encerramento do "ciclo histórico das leis supostamente preventivas fundadas numa periculosidade pré-delito ou caráter antissocial da conduta", mesmo antes da constituição de estruturas voltadas para execução e tratamento do apenado. A prisão, desnudada em sua função ideológica, indicaria que a criminalidade, como fenômeno sócio-político, não se resolveria com o Direito Penal. Heleno Fragoso, nesse sentido, tece pontes com a criminologia crítica então em processo de elaboração na América Latina, como expressa a organização de um seminário do projeto coletivo de investigação sobre Delito de Colarinho Branco na América Latina, em 1979, no ICP (Castro, 2005).

Em *A questão penitenciária* (1979), Augusto Thompson complementa e aprofunda alguns aspectos das proposições de Fragoso. À crítica aos fins paradoxais da pena, baseado em Goffman e em descrição da relação entre direção, guarda, terapeutas e presos, Thompson acrescenta o fenômeno de *prisonização*, processo de adaptação do egresso ao modo de funcionamento da prisão, dos códigos e modo de vida da delinquência e das técnicas de disciplinamento e da

violência institucional. Como maneira de reformular a aplicação das penas, aproximando-se, em horizonte último, do abolicionismo penal, mas assumindo um ponto de vista processual da mudança das normas, instituições e prática jurídicas, o autor propõe o que chama de "sistema regressivo": como princípio geral, o egresso iniciaria o cumprimento em regime de semiliberdade, uma vez que o confinamento à prisão seria ineficiente como sistema de reintegração social.

O pensamento e o lugar institucional de Thompson, como diretor do *Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro* (DESIPE), o fará assumir uma posição importante na interlocução com os ensaios de mudança da justiça criminal no governo Brizola (1983-1987) e com pesquisadores do Direito e das Ciências Sociais como Teresa Miralles, Elizabeth Sussekind, Yolanda Catão, Eliane Junqueira, Julita Lemgruber e Roberto Kant de Lima. Assim, algumas das pesquisas sobre prisão foram facilitadas por sua interlocução, a exemplo da etnografia de Julita Lemgruber, futura diretora do DESIPE (1991-1994), sobre o cotidiano, representações e papéis sociais no interior de uma prisão feminina (Lemgruber, 1983; 2010) e dos trabalhos sobre a população carcerária feminina do Estado (Miralles *et al*, 1976) e sobre a condição de vida do egresso no sistema penitenciário do Rio de Janeiro (Sussekind, 1984), desenvolvidos pela equipe do ICP¹²⁷.

A respeito da última pesquisa, cabe evidenciar algumas das concepções que lhe informam, posto que ilustrativo da linha geral de pensamento do ICP. Em primeiro lugar, a visão do Direito Penal como instrumento de dominação de classe e a crítica à "onda de violência" como fenômeno político (e midiático) de grupos interessados na redução de idade da imputabilidade criminal, na imposição de penas mais graves para os delitos contra o patrimônio, na instituição de prisão cautelar e também da pena de morte. Contra o enfoque na punição da criminalidade violenta, manifestações "individuais e imediatas, bastante menos danosas à sociedade como um todo", o estudo critica a falta de atuação do Estado em políticas que evitem o abandono e morte de crianças e adolescentes, dentro de uma concepção mais ampla de violência permanente "nas ruas, nos cárceres e hospícios, nas favelas, nas fábricas". O aumento da criminalidade é visto como "expediente criado pelo Estado para mascarar as reais causas da insatisfação social e culpabilizar elementos advindos, exatamente, das camadas sociais insatisfeitas" (*Ibidem*: 14). A revolta contra a desigualdade e a opressão praticada pelo Estado é vista como ensejo para a reação violenta, sendo o sistema penitenciário um *locus* estratégico para o entendimento do seu impacto objetivo e subjetivo na vida das camadas sociais criminalizadas.

¹²⁷ "A equipe de trabalho contou com cerca de seis entrevistadores que, no decorrer do período de coleta de dados, participaram dos trabalhos. Foram selecionados entre diversos alunos da Faculdade de Direito Cândido Mendes e, consultados por seus professores da área criminal, dispuseram-se à função de entrevistadores" (Sussekind, 1984: 27).

Em segundo lugar, em seus apontamentos conclusivos a pesquisa aponta o surgimento de "um fenômeno interessante": uma vez que não consegue ter acesso real à Justiça, no sentido de ter assegurados seus direitos fundamentais, as classes populares procurariam cada vez mais resolver seus conflitos à margem do direito oficial (Santos, 1977). Um fenômeno que carrega consigo também "sua face de terror": um "cada vez maior" número de casos de linchamentos. A progressiva perda da legitimidade da Justiça teria levado a população descrente, atingida pela "enorme e difusa sensação de opressão que sente às manifestações de violência criminal", a participar de linchamentos "na tentativa (equivocada) de resolver, decidir sobre sua própria vida".

Os estudos sobre a prisão, como meio estratégico de denúncia das contradições da atuação punitiva do Estado e do modo de vida das populações encarceradas, começará então a dialogar de maneira mais constante com os estudos sobre os processos de transformação urbana, o modo de vida das classes populares (sobretudo em seus padrões de organização social e suas práticas de justiça) e o fenômeno da criminalidade, fazendo ressaltar as contradições entre democracia e autoritarismo no processo de transição política. Esta discussão será desenvolvida por caminhos muitas vezes convergentes, mas também em movimentos paralelos de institucionalização e disciplinarização.

Assim, dentro do processo de abertura do Direito às mudanças da sociedade e às Ciências Sociais que analisamos aqui, destaca-se o movimento de ideias em torno do Direito alternativo, comunitário, insurgente, ou dos oprimidos, voltado à construção de uma nova ordem jurídica estatal baseada nos direitos humanos e nas demandas dos segmentos marginalizados. A atenção se volta para as diferentes formas jurídicas praticadas nas relações sociais (pluralismo jurídico), de forma a construir um direito novo, em contexto alternativo, através da ampliação da capacidade popular, como agente determinante no encaminhamento de seus interesses em lutas sociais (sujeito coletivo de direitos), a exemplo dos conflitos por direitos de trabalho e moradia, no campo e na cidade, pautando uma transformação social da dogmática do direito, por um ângulo assumidamente político.

Este movimento desencadeará um processo de "gestação das formas de conhecer e ensinar o Direito", de "configuração do campo da Sociologia jurídica, no Brasil como *lócus* para pensar e realizar os Direitos Humanos" e "de renovação da dogmática jurídica na categoria (operativa) de *sujeito coletivo de direitos* a partir da análise e convivência solidária com os novos movimentos sociais" (Sousa Junior, 2008: 15). Roberto Lyra Filho e seu "O Direito Achado na Rua", é figura emblemática desse processo que reunirá "sociólogos jurídicos" - como José Geraldo de Souza Junior, Bistra Apostolova, Boaventura de Sousa Santos... - e se concretizará em

iniciativas como a *Nova Escola Jurídica Brasileira* (NAIR)¹²⁸; a Revista *Direito & Avesso*; o *Instituto Apoio Jurídico Popular* (AJUP), no Rio de Janeiro; o *Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares* (GAJOP), em Recife; e o *Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos* (NEP), da Faculdade de Direito de Brasília.

Nesse processo, que atravessa os anos 1980 e 1990, uma série de trocas epistemológicas entre Direito e Sociologia é estabelecida, reunindo, dentre outros, Luciano Oliveira, Carlos Souto, Joaquim Falcão, F.A. de Miranda Rosa, José Eduardo Faria, Maria Célia Paoli, Wanda de Lemos Capeller, Eliane Botelho Junqueira e Vera Telles. Cria-se uma ponte entre a Sociologia do Direito e Sociologia dos Movimentos sociais em torno da emergência de novos sujeitos sociais e da criação de um espaço civil de organização da liberdade em prol de uma "cidadania coletiva diferenciada". Ao se introduzirem na esfera pública da contestação e da negociação, se realizaria a transformação de pobres em cidadãos (Paoli, 1992). Assim, os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 teriam rompido "os muitos silêncios" que permitem a hegemonia do "monopólio do Estado na enunciação do direito" tornando possível "para juízes, advogados e pensadores jurídicos, situando-se em nível onde se produz esta ruptura", evidenciar "a urgência de uma nova enunciação de legitimidade" (Paoli *apud* Sousa Junior, 2008: 51-52). Tratar-se-ia de indagar os significados dos "modos de produção da lei e do poder social" e "a existência de várias ordens legais, coexistentes em sua diversidade e significado", ocultadas por esse monopólio (Santos, 1977;1988).

...

Este conjunto de iniciativas, entretanto, foi antecedida ou caminhou em paralelo com o processo de formulação e de crítica de um novo Código Penal pelo regime militar e a atuação do Ministério da Justiça na organização de grupos de trabalho para a criação de uma Política Penitenciária Nacional. Um processo, no entanto, que não é linear. O novo Código foi contundentemente criticado por desfigurar completamente o anteprojeto inicial, elaborado sob a liderança de Nelson Hungria durante o governo Jânio Quadros. Segundo Bicudo (1976), estas críticas indicariam: a ausência de trabalho científico e sistemático; a proposição de pena indeterminada e a fundamentação lombrosiana do princípio da individualização da pena, consideradas afrontas às tradições jurídicas liberais brasileiras. Assim, o novo Código Penal, instituído em 1969 (Decreto-Lei 1004/69) foi tendo sua vigência adiada anualmente, até o ano de 1978, quando foi então finalmente revogado (Lei 6578/78).

¹²⁸ Da qual participarão Tarso Genro, Marilena Chauí, Raimundo Faoro, José Geraldo de Sousa Jr.

Esse processo foi entrecortado por discussões e enfrentamentos ainda pouco estudados. Um deles resulta na mobilização em torno do Código de Processo Penal (CPP), em 1977 (Lei 6.416), visto por alguns dos envolvidos em sua elaboração, como "um verdadeiro divisor de águas entre as antigas e as modernas concepções de pena e reintegração do preso" que teria colocado o Brasil "ao lado das nações mais adiantadas do mundo no campo penitenciário". Na mesma direção, em 1976, dá-se a criação de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI), destinada a investigar a situação do sistema penitenciário brasileiro. Esta CPI é liderada por Ibrahim Abi-Ackel, futuro Ministro da Justiça que, em 1979, convocará dois Grupos de Trabalho para o estudo da Violência e da Criminalidade, o primeiro formado por Juristas¹²⁹ e o segundo por Cientistas Sociais¹³⁰, que podem ser considerados como marco inicial da transformação destes temas em problema público no Brasil (Ministério da Justiça, 1980a; 1980b; 1980c).

As concepções presentes nestas mobilizações seguem o sentido geral das mudanças na legislação penal brasileiras durante os anos 1980, que buscavam introduzir diretrizes compatíveis com as legislações penais em vigor nas sociedades de "primeiro mundo", voltadas à atenuar os efeitos de uma política penal centrada excessivamente em torno da privação da liberdade - pena que seria reservada aos delinquentes reincidentes ou que cometessem crimes violentos, cujo saldo, como veremos ao final deste capítulo, não recebe uma avaliação otimista (Carrara & Fry, 1985; Adorno, 1996).

Mas antes, analisaremos, com mais detalhe, os argumentos contidos na CPI do Sistema Penitenciário e nos dois Relatórios do Ministério da Justiça, no sentido de complementar a análise de suas repercussões nas relações entre cientistas sociais e juristas em torno de programas de pesquisa.

Criminalidade e Violência como problema nacional

1. O Relatório dos Juristas e suas repercussões

Em meio aos movimentos de reformulação do campo penal no regime militar, a CPI do

¹²⁹ Composta por Armando Canger Rodrigues, Carlos Araujo Lima, Damásio Evangelista de Jesus, Edgard Albuquerque Maranhão, Francisco Serrano Neves, João de Deus Mena Barreto, Paulo José da Costa, René Ariel Dotti, Roisle Alaor Metzker Coutinho e Walter Dias, sob a presidência de José Benedito Viana de Moraes.

¹³⁰ José Arthur Rios (coordenador), Luiz Afonso Parga Nina, João Paulo de Almeida Magalhães, Aroldo Rodrigues, Pe. Fernando Bastos de Ávila S.J., Harry James Cole, José Pastore, Mario Altenfelder.

Sistema Penitenciário ocupa o espaço de uma primeira base para o diagnóstico da situação na área e a proposição de novas medidas que harmonizem o Código e a Execução Penal brasileiros com os padrões estabelecidos pelas correntes de ideias internacionais expressas, por exemplo, nas "Regras Mínimas para Tratamento dos Presos" adotadas pela ONU por ocasião do I Congresso sobre "Prevenção do Delito e Tratamento dos Delinquentes" (Genebra, 1955). Através de depoimentos de operadores do sistema penitenciário, com destaque para juristas envolvidos no ensino de Direito Penal e na administração pública, e da inspeção de prédios e instalações, regime prisional, garantias e direitos do prisioneiro (trabalho e alimentação, prática de esportes, tratamento médico), a CPI se voltou ao diagnóstico dos efeitos da prisão sobre a personalidade do recluso. O objetivo principal era por estes efeitos em confronto com o objetivo da pena privativa de liberdade, destinada a exercer uma individualização da pena sobre a personalidade do apenado no sentido de sua recuperação social e tido como requisito central da eficiência do tratamento penal. O diagnóstico incide sobre os obstáculos originados pela superlotação carcerária, que impediria a classificação dos prisioneiros em grupos e sua distribuição por tipos diferentes de estabelecimento e tratamento.

A adoção de normas processuais que acelerem o julgamento e uma política legislativa orientada para a restrição da pena privativa de liberdade a crimes graves e delinquentes perigosos (descriminalização e despenalização), foram os princípios básicos para impedir a ação criminógenos e excludentes do cárcere sobre o preso e sua família. Mas o sentido do projeto não é a superação progressiva da pena de prisão ou mesmo reduzir a expansão do sistema penitenciário. O propósito é reduzir a população carcerária de modo a equilibrá-la com a racionalização do funcionamento do sistema penitenciário e otimização da divisão de trabalho e da eficácia do tratamento penal. Nesse sentido, uma boa execução da individualização da pena exigiria uma estrutura para a criação de juntas de observação responsáveis pela síntese criminológica (reunião do informe jurídico-penal, dos exames clínico, neurológico, eletroencefalográfico, psicológico e psiquiátrico) voltadas à aferição da "periculosidade" do condenado, seu diagnóstico, tratamento e prognóstico. A criação dessa estrutura suporia uma política de especialização profissional, centros de formação para uma abordagem multidisciplinar do crime e da pena, acompanhada da integração universidade-prisão no auxílio à assistência judiciária (regulamentação do direito ao trabalho e garantias jurídicas e sociais). Estas medidas visavam suprir as exigências previstas pelo novo Código Penal cujas proposições, no entanto, não contemplavam uma compreensão realista das condições de funcionamento do sistema penitenciário, em especial no que tange à "presunção de periculosidade", ao qual se indica a eliminação, sendo a partir de então fundada na obrigatoriedade dos exames para a sua definição.

Resultante de manifestações públicas, debates em universidades, simpósios e encontros de especialistas e órgãos associativos e públicos - como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Institutos de Advogados do país, as Secretarias estaduais de Justiça e Segurança Pública, Tribunais de Justiça, Ministério Público e as associações de classe e órgãos representativos de meios de comunicação -, o Relatório dos Juristas se apoia e aprofunda esse conjunto de proposições. A sua proposta é mais ambiciosa:

o estudo atinente à criminalidade violenta e, também, a todos os problemas com ela relacionados, abrangendo inclusive as áreas de organização penitenciária e policial, sem prejuízo do exame e da pesquisa de causas e concausas determinantes de toda essa problemática social [...] para a construção da estrutura técnica e científica de um verdadeiro plano de defesa social, na prevenção e repressão à criminalidade [...] um plano de resguardo e tutela social [...] uma política objetiva no sentido de minimizar a desordenada e angustiante situação em que o País se encontra na área de criminalidade em geral, desde o *Menor Abandonado* até o *Egresso* (IMESC, 1980: 09)

Na opinião do Grupo, visando representar da opinião média entre juristas, os Códigos de 1940 e 41, assim como as modificações legislativas relacionadas à elaboração de um novo Código Penal, não condiziriam mais com os modelos de política atuais. A fisionomia deformada dos códigos diante de modificações parciais, conformaria uma "colcha de retalhos" que agravaria o problema da criminalidade e a descrença com a justiça pela dispersão de recursos e precarização dos serviços. A crítica se estendia a um conjunto de ordenamentos jurídicos: o *Código de Trânsito*, a *Lei de Entorpecentes*, a *Lei de Responsabilidade*, o *Código de Menores*, o *Código Penitenciário*, a *Lei de Imprensa*, a *Lei de Segurança Nacional* (LSN), "ordenamentos desconexos, mal elaborados, contendo dispositivos absurdos, inaceitáveis, consagrando teses já superadas". A propósito da LSN, "ela seria um campo legislativo sem fisionomia definida [...] sem proporção na fixação das penas, sem lógica na criminalização dos atos [...], carregando sérios erros de uma época de exceção e agressiva aos direitos fundamentais da pessoa humana" (*Ibidem*:10).

A partir do Relatório, previa-se a formação de uma comissão encarregada de apresentar anteprojeto destes Códigos (penal e de processo penal). No auxílio à tarefa do legislador, seriam imprescindíveis "os recursos da Criminologia e seu caráter multidisciplinar", como principal emissora de princípios, regras e ensinamentos, "em uma sistemática filosófica única, coerente e disciplinadora" (*Ibidem*: 15). Nesse sentido, são dois os aspectos de relevo para o reestabelecimento dos vínculos entre Política Criminal, Direito Penal e Criminologia.

O primeiro, de ordem técnico-científica, seria a implantação do *Instituto Nacional de*

Criminologia, integrado à estrutura administrativa do Ministério da Justiça, "como medida indispensável na elaboração de um plano de tutela e proteção da tranquilidade social". "Órgão de reflexão e de incitação", o Instituto suscitaria iniciativas e promoveria pesquisas no domínio da luta contra a violência e a criminalidade, tornando coordenados e mais eficazes os esforços na área. Com isso deixariam de existir as "soluções episódicas [...] os confrontos contraditórios da Lei, as soluções conflitantes para os problemas do Menor, da Justiça Criminal, do Sistema Penitenciário e do Egresso". Com a implantação de Escolas de Criminologia, formando técnicos e especialistas para o exercício de funções hoje desempenhadas por "pessoas inabilitadas", deixaria de "campear a ignorância" na área do conhecimento e da especialização (*Ibidem*: 10-11)¹³¹.

O segundo, é de ordem interpretativa, já concretizada na ligação dos juristas da Comissão para uma criminologia aberta à sociologia e à reflexão sobre as causas da criminalidade e indicação de reformas sociais e institucionais. No que se refere às causas da criminalidade, há uma preocupação com o crescimento demográfico, a distribuição de renda e a falta de planejamento familiar como causas ou "concausas", sobretudo na formação de conglomerados e favelas, ambiente propício aos atos antissociais, dos delitos, configurando em "flagrante violação de Direitos Humanos", pela falta de um plano de urbanização que compreenda uma real assistência do poder público. O quadro seria marcado por um desnível entre aspirações e necessidades em uma cidade em transição e pelo risco da politização do descontentamento em conflitos em grande escala e em violência organizada.

Ligado a esta questão, estaria o problema do *menor abandonado* e do *menor infrator*, vistos como interligados, é proposta de reformulação do Código de Menores, não constituído em instrumento eficiente e tutelador. Neste aspecto afirma-se a recusa às propostas de redução da idade da responsabilidade penal tendo em vista a impossibilidade de separação entre jovens e criminosos adultos nas penitenciárias e no infundado do índice de delinquência juvenil propalado pelos meios de comunicação.

No que tange ao poder judiciário, são feitas sugestões em torno da melhoria de sua estrutura e autonomia e à justiça criminal a ênfase recai na melhoria funcional e formação de quadros através de programas de estágios, que vinculem especialmente Universidade e Prisão na tarefa de assistência jurídica. Espaço destacado é concedido ao problema da violência policial

¹³¹ O Instituto seria dividido em oito Departamentos: 1) Estudos Biopsicossociais, 2) Estudos Penitenciários, Prisionais e Política Criminal, 3) Direito Penal e Direito Processual Penal; 4) Medicina Legal e Criminalística; 5) Estudos Legislativos; 6) Estudos Policiais; 7) Processamento de Dados e Estatística; 8) Ensino, Comunicações e Publicações, com a finalidade de desenvolver: a) pesquisas sociológicas e penológicas; b) pesquisas médico-psicológicas; c) associação pluri-disciplinar de ciências psicológicas e biológicas; d) estudos de psicologia individual e coletiva sobre comportamentos violentos; e) análise dos comportamentos agressivos; f) estudo do normal e do patológico nas condutas agressivas (perícias); g) tratamento médico-psicológico; h) estudos criminológicos.

institucionalizada, da formação de esquadrões da morte e funcionamento da atividade policial, onde se defende utilização restrita da PM (em distúrbios coletivos), em direção à um modelo de trabalho ostensivo e investigativo conjunto, no qual "a Polícia, necessária e obrigatoriamente, deve ser civil" (*Ibidem*:16).

Outro ponto de destaque do Relatório são as "medidas de prevenção geral proteção da família e juventude", sobretudo no que se refere aos meios de comunicação, ao alcoolismo e suas ligações com a violência. São sugeridas a regulamentação do comércio e publicidade de bebidas alcoólicas e a fiscalização do uso de álcool no trânsito. A droga não é vista como fator criminogênico direto, devendo ser tratada como problema de saúde. Propõe-se a não penalização do usuário, mas do produtor e distribuidor ilegais de droga. São enfatizadas como fatores à serem melhor trabalhados a criminalização da "contravenção ou fabrico, comércio ou detenção de armas ou munição e porte de armas" e dos "crimes econômicos ou crimes de colarinho branco". No que se refere ao sistema penitenciário, as medidas sugeridas seguem o mesmo sentido das já apontadas no *I Congresso de Administração Penitenciária*, com o diferencial mais concreto da proposta de criação do *Instituto de Classificação e Triagem (ICT)*, voltado à seleção dos sentenciados de acordo com exame criminológico ou "síntese criminológica".

Relacionados a estas mobilizações, importa ressaltar também a realização dos primeiros *Seminários Paulistas de Administração Penitenciária*, (o primeiro é realizado em 1975) e, em 1978, do *I Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária*. Reunindo procuradores, ministros, secretários de segurança e de justiça, corregedores, diretores penitenciários, comandantes da polícia militar e lideranças da OAB e outras autoridades de todo o país, o Congresso se pautou pela busca de soluções para o problema da superpopulação carcerária e da falta de recursos humanos e materiais do sistema penitenciário para dar conta da "maré crescente da criminalidade" e dos fatores criminógenos oriundos das próprias penitenciárias, incapazes de cumprir sua dupla finalidade de punir e recuperar. Sendo a segurança e a disciplina nas prisões de segurança máxima consideradas "cânones absolutos", as prisões não funcionariam como centros de recuperação e reintegração social (IMESC, 1978;1980).

Seguindo este diagnóstico geral, tendente à "humanização das penas", foram apresentadas 29 "Teses" e duas "Comunicações" com temas variados, sobretudo ligados à avaliação de modelos experimentais de prisão (como a prisão-albergue), o papel de psicólogos e educadores no sistema penitenciário e as técnicas de "aferição de periculosidade" e tratamento do preso, trabalho e prisão (IMESC, 1980). Com base nestes trabalhos, são recomendadas uma série medidas, relativas à gestão penitenciária (formação e funcionamento de conselhos, aprimoramento da arquitetura penitenciária...), no sentido da humanização e modernização do cumprimento das penas. Quanto

ao primeiro aspecto, enfatiza-se a restrição do uso do sistema de máxima segurança e propõe-se a utilização de regimes de prisão aberta ou livramento condicional. No que tange à modernização, a relação com a universidade parece estratégica: propõe-se a inclusão da Ciência Penitenciária como disciplina nas Faculdades de Direito e da residência em Psiquiatria Forense ou Criminologia nas Faculdades de Medicina, atribuição de créditos para a realização de atividades por universitários e constituição de equipes técnico-científicas para tratamento mental e psicológico dos sentenciados.

Cabe destacar, neste momento, o papel estratégico que o *Instituto de Medicina Social e Criminologia* (IMESC) passa a assumir na assessoria à organização de congressos penitenciários e à produção e difusão de conhecimento para a reforma das instituições penais. O IMESC é uma autarquia vinculada atualmente à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo¹³². O Instituto volta-se ao atendimento público e à pesquisa científica, produzindo e difundindo conhecimento técnico-científico nas áreas da Medicina Social, Legal e do Trabalho; da Criminologia, da Criminalística, da Identificação e da História da Medicina. O instituto organiza, nesse sentido, cursos para formação de peritos médicos e psiquiatria forense, além de fornecer assessoria a órgãos do Estado e da sociedade civil, com o propósito de auxiliar na "prática de uma política criminal de prevenção do delito e tratamento dos delinquentes, segundo os modernos princípios penais e penitenciários". É considerado atualmente um dos mais importantes centros de investigação de paternidade do mundo e de recursos para a prevenção do "uso indevido de drogas" no Brasil, através do serviço INFOdrogas.

A partir de 1976, o IMESC publica os anais dos Seminários e Congressos Penitenciários (no qual coordenador geral é Ayush Morad Amar, então superintendente do IMESC) e do Relatório dos Juristas - *Resumo do Relatório da Comissão de Juristas – Tóxicos, álcool e violência* (1980). A vinculação do IMESC aos projetos é explícita: "O painel de debates sobre Violência e Criminalidade [...] marcou a participação de renomados criminalistas de todo o Brasil e fundamentou muitas das conclusões do Relatório dos Juristas" (*Ibidem*: 03). Além da colaboração técnica na análise dos informes encaminhados pelas Secretarias de Segurança Pública e Justiça de todos os estados da federação, o Instituto ofereceu sua contribuição em matéria de "Criminologia Clínica e problemas penitenciários", em especial "no campo das toxicomanias"¹³³: "primeiramente com a inclusão do álcool, tóxico de iniludível ação criminógena e responsável pela desagregação familiar [...] em segundo lugar as pesquisas sobre farmacodependência [...]"

¹³² Foi instituído pelo Decreto-lei nº 237 de 30 de abril de 1970, como Instituto Oscar Freire, vinculado à então Secretaria da Justiça. Passou a adotar a atual nomenclatura em 1976.

¹³³ No qual o Instituto se dedicou à elaboração de um plano nacional de assistência à fármaco-dependentes – Um projeto para o Brasil (IMESC, 1979). Em prolongamento à essa atividade, o IMESC, voltar-se-á também ao estudo das degenerações genéticas e reflexos nocivos sobre a hereditariedade provocadas pelos tóxicos, "um trabalho de fôlego, destinado a projetar ainda mais o Brasil no cenário científico internacional".

envolvendo 'lato sensu' a problemática do menor infrator, desafio crucial". O Instituto receberia ainda a missão de organizar o ICT de sentenciados, da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, dedicado a evitar "a promiscuidade entre portadores de deformações do caráter e criminosos com prognóstico favorável" que, em consequência, "ocorrerá sensível atenuação dos índices de reincidência criminal". Construindo o ICT, o governo do Estado de São Paulo "não fez ouvidos de mercador ao clamor popular em torno da escalada da violência" (*idem ibidem*).

Nossa atenção se voltará para a atuação do IMESC nos anos 1970 e 1980, através do seu principal veículo, a Revista do IMESC (primeiramente chamado IMESC Ilustrado), a partir de 1978, cuja composição editorial e produção será alvo de análise mais detalhada. Avaliaremos, em especial, os artigos que tratem da Criminologia e análise da Justiça Penal, maneira de detalhar as concepções então em voga e sua mudança de ênfase ao longo do tempo, da criminologia clínica e administrativa à sociologia da violência e do campo penal. É possível, nesse sentido, dividir a Revista em dois períodos: IMESC Ilustrada e Revista do IMESC (1978-1983) e Revista Temas IMESC – Sociedade, Direito e Saúde (1984 - 1987).

2. A Revista do IMESC: da "criminologia tradicional" à sociologia política do campo penal (1978-1987)

Em sua primeira fase, percebe-se a participação mais constante de juristas, psiquiatras, psicólogos e sociólogos (em menor monta), em muitos casos atuantes na esfera administrativa – *Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor* (FUNABEM), *Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso*, dentre outros institutos. A atenção volta-se a temas ligados às causas da violência do "menor" e no trânsito, problemas de toxicologia e fármaco dependência, execução de medidas penais e reincidência criminal e condições de institucionalização de exames psicológicos/criminológicos a partir de equipes interdisciplinares. Para o nosso propósito, a fundamentação de duas iniciativas, o *Instituto de Classificação e Triagem* (ICT) e da *Escola de Criminologia de São Paulo*, merecem atenção como aglutinadores das perspectivas de pensamento.

Assim, em *Classificação e Triagem de Criminosos* (1982c), Nelson T. Candelária¹³⁴ descreve o projeto e a estrutura do ICT, sua proposta de redução do índice de reincidência e

¹³⁴ Superintendente do IMESC, Professor-Assistente de Psicopatologia Forense e de Criminologia na Faculdade de Medicina da USP – Departamento do Prof. Armando Canger Rodrigues, Titular de Medicina Legal.

classificação dos criminosos segundo a "natureza da criminopatia", após a qual se definiriam a imputabilidade e a medida de tratamento (reclusão, tratamento clínico e modo de ressocialização). Sérgio França Adorno de Abreu, por sua vez, assina *A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico* (1981b), analisa criticamente o modelo de exame interdisciplinar – jurídico-penal, psicológico, psiquiátrico, clínico, eletroencefalográfico e social –, conjunto de informes constituído de índices jurídico-penais e psico-evolutivos que apontariam o grau de periculosidade ou a probabilidade de readaptação social do sentenciado.

Já no que se refere ao segundo projeto, em *Escola de Criminologia de São Paulo* (1982a), Nelson T. Candelária, descreve o Plano Escolar do primeiro curso de habilitação profissional de técnico em criminologia no Brasil, nível de 2º grau, resultado de convênio entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e o IMESC, que compreenderia: Introdução à Criminologia, Direito Penal, Psiquiatria Criminal e Social, Serviço Social em Criminologia, Criminologia Sociológica, Estatística Básica em Criminologia e Noções de Medicina Legal. Em *Escola de Criminologia de São Paulo: fundamentos de sua criação e implantação* (1982c), Sérgio Adorno aprofunda a apresentação das bases do projeto, no qual o projeto curricular cuidaria de introduzir a interpretação das relações entre o crime, o criminoso e a sociedade, afastando-se da análise desta situação problemática, juízos de valor, preconceitos e avaliações não fundamentadas na "real natureza do fenómeno criminal, que partiria do pressuposto epistemológico do crime e do comportamento delinquencial pensados como fatos sociais totais: "o comportamento delinquencial não é compreendido de modo isolado, porém como produto de uma complexa interação entre determinações bio-psico-sociais [...] concretizado por agentes individuais em condições e circunstâncias particulares (*Ibidem*: 18), para o qual a observação criminológica direcionaria suas atenções.

Esta visão pluri-disciplinar e operacional da Criminologia é expressa em *Reflexões sobre a Criminologia* (1981a), de M.H. Grand¹³⁵, onde os conflitos epistemológicos e a hierarquia entre disciplinas científicas é rapidamente afastada em direção dos problemas práticos de intervenção de criminólogos no sistema penal. Ponto de vista diferente será proposto por *Criminologia e ciências afins: perspectivas e abordagens do crime e do criminoso* (1982c), do sociólogo Carlos Vicari Júnior, que discute a disputa pela produção da verdade no processo penal entre as disciplinas científicas, em especial entre Direito Penal e Psiquiatria, que se conflagrariam entre a visão do crime a partir da autonomia da vontade e da quebra do contrato social expresso no código penal, e a perspectiva da distinção entre indivíduos normais e patológicos. A Sociologia, por sua vez, não se contentaria com a visão de que agentes, movidos por razões apenas individuais, pratiquem

¹³⁵ Diretor do Centro Médico-profissional de Recoubeau.

crimes. Nesse sentido, ela problematizaria estas duas visões a partir da análise das desigualdades nos sistemas sociais, seja através da hipótese das subculturas delinquentiais, do conflito entre normas sociais e a tensão entre fins e meios socialmente instituídos para a consecução destes fins, ou ainda o discurso dominante de que a criminalidade estaria profundamente associada a causas de natureza econômico-sociais. Entretanto, para Vicari, essas três visões sociológicas teriam também os seus limites ao não romperem com a ideia de uma ordem normativa consensual e, no caso da última tendência, prolongaria o axioma de senso comum "rouba porque é pobre". Assim sendo, o autor expressa como conclusão uma imagem de uma Criminologia tensionada. Embora não se elimine a possibilidade de síntese entre as diversas contribuições, este não seria o estágio no momento.

No texto de Carlos Vicari Jr., na qual participaram de sua discussão outros dois membros do IMESC - Sérgio Adorno e Márcia Setúbal, psicóloga -, percebem-se ecos das discussões trazidas pela sociologia funcionalista de Merton, pela escola interacionista e sociologia do desvio norte-americanas e do filósofo francês Michel Foucault. O artigo, nesse sentido, parece anunciar um novo momento da Revista, que já começara a ser antecipado, embora de modo ainda tímido, nas resenhas de livros de Ervin Goffman, Michel Foucault e Roger Bastide, publicados por Sergio Adorno (1981a). Seguindo esta tendência, a nova fase da revista, liderada por Carlos Vicari Jr. e Sérgio Adorno, representa uma abertura para o diálogo com as Ciências Sociais, como já se percebe nas mudanças da Comissão Editorial, que passa a contar com nomes como Carlos Guilherme Mota, Paulo Sérgio de Moraes S. Pinheiro, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Teresa Pires Caldeira, além de juristas como Miguel Reale Júnior¹³⁶.

Em seu Editorial do n.1 de 1984, as linhas do novo projeto da Revista são declaradas. Embora não desvinculadas das áreas de Medicina Social e de Criminologia, a Comissão Editorial pretende tornar a Revista um espaço não somente de divulgação de debates e de interlocução entre pesquisador e profissionais, mas também "inaugurar um processo de reflexão crítica" frente às tendências presentes na Criminologia e Medicina Social, representativos de ideias "superadas, discutíveis sob a ótica epistemológica e carentes de credibilidade científica", posto que embasadas em "posturas ideológicas habilmente construídas a partir do senso comum". O desafio da Revista, nesse sentido, consistiria "em colocar o labor intelectual a serviço da superação dos problemas sociais que afligem os grupos nos quais é preferencialmente recrutada a 'clientela' das instituições que se dizem nortear pelos ideais do bem-estar e da segurança dos cidadãos" (*Ibidem*: 1-2).

¹³⁶ Compõem ainda a Comissão: Eliana Blumer Trindade Bordini, José Benedicto Maroni, José Maria Pacheco de Souza, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, Maria Lúcia Vieira Violante, Silvia Queirolo e Viviane N. de Azevedo Guerra, Sedi Hirano, Edward McRae, Geraldo Giovanni, José Benedicto Maroni (1986a) e Antonio Luiz de Carvalho e Silva (1986c).

Dá-se então a entrada para temas como o racismo e conhecimento científico (Munanga, 1984a); o controle das polícias no processo de transição democrática (Pinheiro e Sader, 1985b); os problemas penitenciários (Paixão, 1985b) e modos de funcionamento de instituições de controle (Antunes, 1986a; Fonseca, 1987); as representações sobre violência urbana (Benevides, 1985b); análise do Direito e crítica à categorias jurídicas (Violante, 1985b; Capeller, 1985b; Moura e Barbosa, 1986b) e médicas (Montero, 1986b); análises antropológicas e compreensivas sobre o uso da droga (McRae, 1986c) e trabalhadores sexuais (Mott e Assunção, 1987; Perlongher, 1987); a violência contra a mulher (Azevedo, 1986b) e a afirmação mais enfática da construção dos direitos humanos no processo de transição democrática (Gregori, 1985a; Krischke, 1985a; Kowarick, 1985a; Naves, 1985b).

Estas contribuições reúnem um conjunto de atores e perspectivas de expressão crescente nas Ciências Sociais, associadas ao desenvolvimento institucional desta área de conhecimento e ao momento político vivido no país. O início da trajetória de Sérgio Adorno se oferece como um ponto de vista útil de análise. Indagado sobre como surgiu o tema da violência em sua trajetória como pesquisador, Adorno se refere ao terceiro ou quarto ano de sua graduação (1971-1974) quando, junto a um grupo de colegas da disciplina “Teorias da Marginalidade Social”, ministrada por Lucio Kowarick começara a se dedicar a um estudo sobre egressos penitenciários, posteriormente sob a orientação da professora Maria Célia Paoli, em 1973, com apoio da FAPESP (FAPESP, 1976):

De um lado, tínhamos um programa de leituras coordenado pela professora Maria Célia Paoli, que contava com a participação de outros pesquisadores, como o professor José Carlos Bruni e a professora Maria Lúcia Montes. E, além disso, fazíamos entrevistas com egressos [...] Durante muito tempo fizemos entrevistas com eles e era uma época que podemos definir como conturbada. Estávamos vivendo a ditadura, o crescimento da criminalidade urbana já estava aparecendo e havia muitas situações em que a polícia matava suspeitos de cometerem crimes sem qualquer prestação de contas à sociedade. Foi uma época que ainda pegou o final do Esquadrão da Morte em São Paulo. Violência era um tema “quente” [...] O tema da violência, portanto, apareceu na minha vida um pouco por causa dessa situação. [...] A dissertação de Mestrado da Maria Célia Paoli, por exemplo, foi muito importante ao mostrar que a marginalidade não era alguma coisa fora do capitalismo, mas produzida por ele. A novidade foi trabalhar com o que se chamava na época de lumpen proletariado [...] Eram pessoas que tinham tido histórias de vida muito acidentadas do ponto de vista ocupacional, de escolarização, em geral vindas de famílias muito pobres e que por alguma razão começavam a construir uma carreira na delinquência e na marginalidade. Como naquela época se falava muito que a saída era a reintegração e recuperação dos presos, fomos estudar um pouco isso, o que era esse

ciclo de saída e retorno da prisão (Adorno *apud* Evangelista, 2011: 174).

Por indicação de Paoli, que teria sido convidada para trabalhar no IMESC mas recusaria por conta dos seus vínculos na USP, Adorno inicia seu trabalho no Instituto, após uma entrevista com o superintendente "uma figura hipercontrovertida – depois descobrimos que ele era informante do SNI [...] Era um criminólogo, e com fortes inclinações lombrosianas. Ele era médico legista [...] eu não queria fazer nada daquilo que estava lá, mas eu acabei, pouco a pouco, criando um programa de investigações (CPDOC, 2012)¹³⁷.

O primeiro investimento em pesquisa do grupo de pesquisadores com o qual começaria a trabalhar abordava o uso de drogas na população escolar e já demonstraria algumas das diferenças com a direção do Instituto¹³⁸. Mas, contornando os problemas iniciais, o pesquisador daria continuidade ao tema com o qual tinha mais experiência, o da reincidência criminal, que deu origem a *Estimativa da Reincidência Criminal* (Rodello, Bordini e Abreu, 1984). O tema estaria em voga no debate político e midiático em torno das reformas penais, a suscitar opiniões de autoridades e estudiosos acerca dos altos índices de reincidência sem, contudo, apresentarem-se as fontes e dados para as alegações. Por isso, o estudo, com base nos relatórios da Polícia Civil e partindo de uma discussão histórica sobre a classificação da reincidência criminal nos Códigos Penais brasileiros, volta-se a um tratamento científico embora introdutório à questão. As conclusões suscitariam a necessidade do aperfeiçoamento das fontes de informação. Por isso, esse primeiro estudo se tornaria "um verdadeiro programa porque começamos a descobrir quão importante era o tema. Descobrimos, por exemplo, que os dados que indicavam cerca de 80% de reincidência não eram corretos".

A sequência de estudos no IMESC seria interrompida em razão do seu ingresso no Mestrado em Sociologia da USP, em 1978, do qual seguiria para um Doutorado-Direto, em 1984. Após esse período, Adorno retorna ao IMESC e retoma a pesquisa sobre reincidência, tema

¹³⁷ Em outra entrevista: "O IMESC era uma instituição híbrida. Seu criador era um médico legista ligado ao Instituto Médico Legal, professor da universidade e sua principal área de interesse era a parte das perícias médicas para o poder judiciário: acidentes de trabalho, de trânsito e, sobretudo, investigação de paternidade. Tinha toda uma parte de perícias e outra voltada para um centro de estudos que reunia médicos, psiquiatras, legistas, sociólogos, psicólogos sociais. Foi nesse contexto que começamos a desenvolver algumas pesquisas (Adorno In: Evangelista, 2011: 175).

¹³⁸ "[...] coordenei um trabalho que hoje, quando penso, talvez não tivesse feito. Eu era muito jovem, tinha acabado de sair da graduação e fui dirigir uma pesquisa sobre uso de drogas na população escolar. Tratava-se de uma abordagem imensa entre jovens, pré-adolescentes e adolescentes na faixa de 13 a 18 anos que cursavam a sétima e oitava série do primeiro grau e as três séries do segundo grau. Uma amostra estatisticamente representativa das escolas públicas e privadas de todo o município de São Paulo e distribuída numa equipe de quatro ou cinco pessoas. Durante nove meses, num primeiro levantamento, aplicamos dois questionários. Lembro que quando fiz o relatório final fiquei um pouco aborrecido porque o diretor da instituição usou os dados de uma maneira não condizente com os resultados, fez uma espécie de alarde. Por isso, fui aos poucos deixando essa área de consumo de drogas e voltei a me concentrar no estudo da reincidência (Adorno *apud* Evangelista, 2011: 175).

discutido em *Estimativa da Reincidência Criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais* (Bordini e Abreu, 1985). Para além dos pormenores técnico-conceituais, importa ressaltar como os autores articulam a questão do estudo da reincidência, segundo a ocupação e o tipo de delito, com as hipóteses a respeito das relações, na literatura sociológica brasileira e internacional, entre criminalidade, urbanização e industrialização, e entre comportamento criminal e a proteção, através de sanções, de valores estabelecidos em uma determinada sociedade. Os autores perfilam, então, as hipóteses existentes na explicação do movimento geral da criminalidade nas sociedades capitalistas¹³⁹.

Com base na crítica dessa literatura, os autores reavaliam os estudos de cientistas sociais brasileiros até então, que se baseariam em um forte consenso no exame do movimento da criminalidade a partir de fundamentos histórico-estruturais: "o desenvolvimento urbano, o ritmo e a intensidade das mudanças sociais e o impacto dos efeitos causados pela industrialização, constituiriam o terreno das desigualdades sociais, matriz de conflitos de classe e de cultura, e gênese da prática de delitos criminais" (*Ibidem*: 12). Haveria, nesse sentido, uma associação empírica entre migrações, favelamento, desemprego (deterioração das condições de trabalho e de vida) e a prática de crimes e contravenções penais. Esses estudos, porém, encontrariam os mesmos limites: como comprovar a articulação entre marginalidade urbana e comportamento criminoso e, ao mesmo tempo, não recair no reforço das ligações entre crime e pobreza no senso comum, compreendendo a não adesão ao crime por parte da população?

Buscando uma síntese a partir desta revisão, os autores assumem uma opção teórica que reconheceria a associação entre o comportamento criminoso e as condições sociais de existência, mediado pelas instituições capitalistas e, sobretudo, pela ação dos aparelhos do Estado (complexo polícia-justiça-prisão). O crime, portanto, não seria um fenômeno anômico, mas um ato catalogado pelos aparelhos de controle social como ilícito penal sob a perspectiva do grupo 'normal'(ajustado) e 'dominante'. Assim, "em sua generalidade, seria possível sugerir, com ressalvas, que haveria uma associação empírica entre pobreza e atribuição de criminalidade entre os estratos ocupacionais indefinidos" (*Ibidem*: 26). A comprovação desta tese, no entanto, exigiria a continuidade de pesquisas, em especial sobre a disparidade de classes no processo penal. Algumas alternativas se constituiriam: a ação da Justiça Penal privilegiaria a prática criminal das

¹³⁹ Quanto à literatura internacional, três vertentes se destacariam: a da existência de tensões entre fins e meios sociais (Merton), para a qual a sociedade valorizaria a cultura do sucesso e da realização pessoal, mas não forneceria instituições adequadas e capacitadas para realizar a distribuição equitativa de oportunidades e bens materiais e simbólicos; a que enfatiza os conflitos culturais (Sellin), com a formação de subculturas, no caso, uma subcultura da violência; e, por fim, a que explica a criminalidade como resultado violento enraizado na lógica do desenvolvimento capitalista e seus conflitos de classe – a criminalidade seria alternativa de sobrevivência frente à condições sociais de existência.

classes sociais subalternas ou estas seriam desprovidas de recursos para se desembaraçarem das malhas do aparelho judiciário? A ocupação estaria associada à natureza do delito, que determinaria o sentido privilegiado da condenação? A sociedade capitalista estimularia os autores de crime contra o patrimônio, recrutados entre os estratos socioeconômicos pauperizados à reincidência? A opção preferencial da prática policial repousa na detecção de crimes contra patrimônio? O trabalho aponta para a hipótese de uma "combinação contraditória" destas alternativas.

No sentido de responder a estas questões, os autores buscam aprofundar as relações entre a natureza do crime e da ocupação e entre a natureza do crime e o tipo de condenação, que permitiriam atestar se a ação da polícia e da justiça recaem preferencialmente sobre as classes populares e subalternas, afetando a reincidência. Sendo a comprovação empírica ainda insuficiente e aproximativa, a utilização dos argumentos de Goffman e Foucault para responder às conexões entre marginalidade urbana, polícia e prisão - sobretudo a respeito da prisão como centro de gestão da delinquência e não da superação do fenômeno -, encaminha o estudo para uma perspectiva que passe a integrar a subjetividade dos apenados e as relações sociais construídas na prisão:

Neste próximo passo, fui às prisões entrevistar diretamente os presos que identificamos como reincidentes. Tratou-se de uma fase que me deu muita satisfação, e creio que posso dizer que é um dos únicos estudos, de fato, sobre o tema [...] Trabalhei muito sobre esses dados e consegui desmistificar algumas ideias erradas em torno da questão da reincidência (Adorno In: Evangelista, 2011: 176).

Assim, em *Homens persistentes, instituições obstinadas: a reincidência na penitenciária de São Paulo* (Bordini e Abreu, 1986), centrado no universo empírico dos sentenciados liberados da Penitenciária de São Paulo entre 1974 e 1976, os autores pretenderam a reconstituição 1) do seu passado, do seu percurso de reingresso à vida civil e de retorno ao estabelecimento penitenciário; 2) da rede de relações sociais entre reincidentes e a equipe dirigente da instituição e, por fim, 4) a identificação dos efeitos sociais provocados pelas práticas institucionais sobre o perfil e a identidade dos delinquentes.

Esse *tourant* se completa em *Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário* (Castro, Resende, Adorno, Chacon, 1984), centrado na perspectiva de vida dos egressos e sua representação sobre "o sentido que a prisão exerce sobre a projeção futura das oportunidades de sobrevivência frente às condições sociais de existência tão adversas" (*Ibidem*: 101) Em seu trânsito pelos aparelhos policiais e judiciários, o saber adquirido anteriormente pelo egresso, próprio da condição de subalterno em uma sociedade de classes, é sobreposto a um novo saber: "um saber dotado de especificidade, desprovido de legitimidade,

impossível de ser transmitido como experiência universalizante e que, portanto, deve ser vivido tão somente como experiência individualizada, restrita ao universo cultural de seus iguais" (*Idem ibidem*).

Essa sequência se vincula a uma mudança de perspectivas do ponto de vista interno à história do IMESC e em diálogo com a produção mais recente no âmbito das Ciências Sociais:

A partir disso, virei diretor nesse instituto e comecei a desenvolver um programa de seminários. Na mesma época, criei uma revista chamada "Temas e Métodos", dedicada ao estudo sobre crimes e violência e montei um comitê editorial de primeiríssimo time, que contava, por exemplo, com nomes como os do professor Paulo Sérgio Pinheiro, Teresa Caldeira, Ruth Cardoso, Lúcio Kowarick, Miguel Reali Júnior. [...] Trabalhamos bastante e foi nesta ocasião que me aproximei do Paulo Sérgio Pinheiro. Paulo Sérgio vinha em praticamente todas as reuniões, que aconteciam aos sábados porque nem todos tinham tempo durante a semana, afinal eram muito ocupados. Com isso, aos sábados discutíamos a pauta, os pareceres e foi uma experiência muito boa! (Adorno In: Evangelista, 2011: 176-177).

Através dessa interação se desenvolvem, então, as possibilidades para uma sociologia política do campo penal brasileiro. Na experiência do preso explicita-se o complexo cruzamento entre motivações econômico-sociais sobrepostas a determinações jurídico-político institucionais. A este ângulo específico se interligam os estudos históricos e organizacionais das instituições de justiça criminal e os estudos sobre a condição de vida popular e a organização social da criminalidade. Abre-se, nesse sentido, um espaço de relações pesquisa em torno da interação entre marginalidade urbana e criminalidade violenta, cobrindo desde a análise crítica da violência policial e da criminalização da pobreza à avaliação de índices de criminalidade e de modelos de segurança pública. A cidadania entra na pauta das preocupações política e intelectual de cientistas sociais através da questão da violência e sua contenção e da construção de um Estado democrático de direito.

3. O Relatório dos Cientistas Sociais: a "questão urbana" como ponte entre o Direito e as Ciências Sociais

Por outro ângulo, o *Relatório dos Cientistas Sociais* (Ministério da Justiça, 1980a), uma vez que complementar ao Relatório dos Juristas, também pode ser considerado ilustrativo da tendência de diálogo entre Direito e Sociologia e, sobretudo, da construção do crime e da violência

como problema nacional. Fruto de trabalho de cinco meses, o Relatório não resulta de pesquisa de campo (constata-se o pouco interesse do tema por centros de estudo), mas de reflexão feita com base nas experiências dos oito cientistas sociais reunidos. Analisaremos os principais argumentos do Relatório que, embora com ênfases por vezes diferenciadas segundo as contribuições individuais, convergem em questões centrais.

Assim, em sua *Introdução* acerca do diagnóstico da situação brasileira e de suas tendências alguns pressupostos são indicados. Embora convenha "desconfiar das estatísticas como das projeções espetaculosas que nelas se baseiam" (*Ibidem*: 182), o aumento do crime e da violência não é concebido como efeito da estatística ou do agravamento da lei, mas como realidade efetiva, uma "onda crescente de violência" (*Ibidem*: 190). Este novo fenômeno derivaria das mudanças do processo de desenvolvimento do país que, em sua rapidez e em suas formas, conduziria a uma situação de "perda de sentido dos elos morais" e de "afrouxo progressivo dos elos mais firmes do pacto social". Uma passagem ou regressão de um "mundo durkheimiano" de coações institucionais e organizacionais para uma "sociedade rousseauniana", "desinstitucionalizada, permissiva e libertária".

A partir deste estado de "anomia", de mudanças de valores e de perda geral de autoridade por parte das instituições de controle social (família, igreja, escola), a sociedade brasileira se veria a braços com os fenômenos da *violência urbana* – "ora organizada em grupos delinquentes, ora desarticulada em explosões acidentais, ao sabor dos contados cotidianos [...] violência difusa, latente que pode rebentar a todo instante" -, da *violência rural* – forma de "banditismo" que "resulta de nosso descaso na solução dos conflitos de terra" e da "inexistência de um sistema racional de demarcação e titulação das glebas rurais" – e da *delinquência infantil e juvenil* – "os grupos mais jovens ingressam em maior número nas fileiras do crime à medida que se processa um crescimento econômico sem as necessárias duplicações do desenvolvimento social". A problemática do crime ligado ao tráfico de drogas e dos crimes econômicos completariam esse novo "mosaico brasileiro do crime", no qual o assalto à mão armada associado à violência contra a vida seria o principal fator de insegurança (*Ibidem*: 178-190).

As instituições estatais (Judiciário, Polícias e Prisões) são abordadas também como parte do problema - "singularmente despreparadas", "dominadas pelo formalismo", "caráter obsoleto das penas", "corroídas pela corrupção", "sem divisão racional de tarefas e empenhados numa disputa burocrática de vantagens e privilégios", "mecanismo de pressão e repressão social da pobreza", "violência policial", "falta de compatibilidade entre repressão e prevenção" – são algumas das características que alimentam e prolongam esse cenário. "Aumenta o crime, cresce a repressão, esta gera violência que produz mais crime" (*Ibidem*: 181). O principal obstáculo neste

domínio residiria na confusão entre defesa social e segurança nacional, que haveria criado profundas cisões entre as organizações policiais e dificultaria o controle do policial pela lei e pelo poder civil.

Contra esse estado de coisas, as iniciativas governamentais necessitariam de novo reordenamento e planejamento, de maneira a incentivar mudanças de práticas e o desenvolvimento de uma consciência moral voltada ao combate do crime e da violência. Para tanto, o Relatório investe tanto em dimensões teóricas quanto programáticas.

Quanto ao primeiro quesito, são lançadas as bases analíticas a partir das mais recentes contribuições da criminologia internacional, sobretudo da sociologia do desvio, a partir da qual se ensaia a elaboração de uma nova maneira de conceber a causalidade do crime e da violência. Assim, em *Considerações Teóricas*, Luiz Afonso Parga Nina (*Ibidem*) propõe a superação dos estudos focados na personalidade do criminoso para situar as análises no quadro da interação social, procurando compreender o crime numa visão dinâmica e mais ampla da organização social. Com esse propósito o autor discute as principais contribuições sociológicas ligadas aos conceitos de *anomia*, *alienação* e *desvio* para construir uma perspectiva teórica geral sobre o crime e então refletir sobre a situação brasileira.

A evolução do crime como fenômeno mórbido é abordada em associação à processos de rápida mudança e suas resultantes, em outras palavras, aos percalços da modernização, que conduziriam à situações de perda de referências dos indivíduos aos seus sistemas de valores. Assim, crescimento da incerteza, perda de eficácia de normas sociais, ausência de sentido nas tomadas de decisão, isolamento e impotência aprofundariam os dilemas da adequação dos indivíduos face à eleição de metas culturais e à distribuição dos meios institucionais para sua realização. Frente à desigualdade de distribuição de meios, recursos e recompensas legítimos, assim como à variedade de valores de acordo com os grupos de referência e classes sociais, originam-se os fatores intervenientes na diferenciação dos comportamentos desviantes e da reação social e/ou penal aos mesmos.

No caso brasileiro, de modernização mais abrupta, esse quadro de alienação do indivíduo face a estruturas complexas e impessoais de organização da sociedade moderna, realizar-se-ia de maneira mais drástica. Uma grande parte da população do país não teria acompanhado o processo. Assim, fazendo valer a interpretação dualista da formação da sociedade brasileira, o autor aponta que "o Brasil pouco conhecido [...] parece estar fora de sintonia com a nossa sociedade moderna a que deve ver como inacessível e longínqua" (*Ibidem*: 248). Visto como fenômeno "permanente desde muito para a população do Brasil", esta falta de sintonia teria levado historicamente à uma "atitude ampla de conformismo, ante à impossibilidade das pessoas influírem [...] sobre os

resultados que esperam de sua conduta". Tema que levantaria dois problemas graves: o primeiro, uma "situação crônica de anomia" como "característica mais nítida da sociedade brasileira" - para além do pluralismo de valores próprios da sociedade moderna, no Brasil não existiria um mínimo consenso quanto à objetivos e normas básicos. Neste cenário de divergência entre quadros de valores culturais do "Brasil modernizado" e do "Brasil mal conhecido", ficaria difícil definir para a sociedade como um todo o que seriam desvios de conduta aceitáveis e mais difícil ainda instituir normas e leis formais; o segundo problema seria uma "crônica falta de liderança em nossa sociedade" (*Ibidem*: 249), entendida como conformismo historicamente enraizado a partir da reação dos grupos dominantes às iniciativas de mudança social.

Subentendida às interpretações contidas no Relatório está o anseio pela conformação de uma consciência moral de combate ao crime e à violência no processo de transição para a democracia - através do apoio à reorganização de lideranças políticas nas camadas médias -, e pela construção de uma política estatal de defesa social, no qual a Comissão seria viria a ser um dos órgãos articuladores. O princípio do planejamento desenvolvimentista é também informador de algumas das perspectivas. O desenvolvimento econômico é visto como desencadeador de processos disruptivos, mas que teriam em sua própria evolução as possibilidades de superação do dualismo social e cultural presentes na formação da sociedade brasileira. Contudo, tendo em vista algumas das concepções críticas à modernização brasileira, esta não parece ser uma posição unânime. Estas ambiguidades poderão ser constatadas na discussão elaborada a respeito das causas do crime, voltada à superação de uma visão ingênua e simplista acerca das "causas" e "soluções" como "receitas científicas".

Aos modernos criminólogos repugnaria usar a expressão causa ou causalidade para designar os fatores, passíveis de tratamento estatístico, associados com o incremento da delinquência, mas que não passam de fatores potenciais, podendo ou não provocá-la, dentre os quais: o aumento da densidade populacional, as migrações do campo para a cidade, a pobreza, a deficiência de serviços educacionais, de saúde e alimentação, a falta de atividades de lazer, a desintegração familiar, a favelização, o trabalho feminino e os meios de comunicação de massa... Estes fatores, "sob um ou outro ângulo", teriam relação direta com certos tipos de delinquência, mas que constituiriam também traços de "desenvolvimento, progresso e independência pessoal". Assim, tendo como marcas a mobilidade e a instabilidade, seria possível discernir repercussões diretas destes fatores em determinados crimes, mas seria difícil isolá-los de suas contribuições para o desenvolvimento social como um todo. Esta será uma linha geral do Relatório que, embora reitere a recusa da vinculação entre pobreza e crime, não escapa a ambiguidades.

Em relação ao fenômeno criminal e derivada dos confrontos entre quadros de valores e

comportamentos desviantes, duas outras ênfases se destacam: a visão da decisão da prática do crime como confronto entre benefícios possíveis e custos estimados pelo criminoso, entendido como homem racional; e a visão do crime como revolta contra as condições da vida moderna, na qual o criminoso, marginalizado social e culturalmente, carregaria consigo o potencial de subversão da ordem. Nesta perspectiva, vale ressaltar na escrita do intelectual a preocupação quanto ao desenvolvimento da dimensão política do crime como protesto:

Uma última palavra se faz necessária. Embora as estatísticas sejam extremamente falhas, não há dúvida que em cidades como o Rio e São Paulo a violência assume o caráter de um grave problema social que, se não atacado, poderá assumir, com o tempo, características nitidamente políticas. Não estamos conseguindo proporcionar em nossas grandes cidades condições para uma sobrevivência condigna de parte substancial de suas populações. Os protestos contra esse estado de coisas vêm, até o momento, assumindo a forma de ações individuais ou de pequenos grupos. A rápida e crescente difusão desse tipo de comportamento permite, no entanto, suspeitar, de que, pelo menos, ele não encontra uma repulsa radical no meio social de onde se originam os delinquentes. Se tal hipótese for verdadeira, não será absurdo supor que quando os protestos deixarem de ser individuais e passarem a ser coletivos, estarão criadas as condições para o surgimento de um processo de subversão urbana, com bases muito mais profundas que os artificiais movimentos do período imediatamente anterior e posterior a 1964 (*Ibidem*: 268).

Não se propõe, contudo o reforço aos métodos de combate (que não teriam impedido a existência deste cenário de violência urbana). O sentido da mensagem é o da denúncia das condições de vida urbanas e a necessidade de abertura política. Isto se torna mais explícito na contribuição do Pe. Fernando Bastos de Ávila.

Em *Considerações sobre a violência (Ibidem)* Ávila propõe uma conceituação de tipos de violência a partir de uma ideia geral sobre a sociedade como um sistema de "energias potenciais liberadas por desafios". A energia potencial de uma sociedade, para se tornar energia produtiva e criativa, precisaria encontrar obstáculos, desafios. Uma sociedade sem desafios caminharia para o marasmo, não valorizaria seu potencial energético e perderia a consciência de sua própria razão de ser. Mas estes desafios não poderiam ser excessivos, oferecendo canais de escoamento. A imagem do potencial hidroelétrico é utilizada para ilustrar esta dinâmica social. Frente à uma barreira intransponível, as energias se estagnam: seria toda a faixa da população que não tem forças para o protesto e regride, diante da pressão da injustiça. As energias que conseguem escoamento e promovem efeitos positivos: seria a faixa da população que conseguiria, mesmo com desgastes, corrigir distorções, reduzir injustiças. Haveria ainda energias que se degradam em violência

generalizada, difusa, não organizada em "ampla frente sediciosa"¹⁴⁰. A violência seria, nesse sentido, uma energia que atinge um paroxismo ante a obstáculos irracionais, injustos e que, vão se "acumulando ameaçadoramente até a ruptura catastrófica da barragem" (*Ibidem*: 273).

Existiriam duas formas de violência. As primeiras são as que viriam de cima para baixo, propiciada por estruturas sociais iníquas:

Quem define o ato violento? Os que detêm o poder. Como definem o ato violento? Como transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas, não são caracterizados como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, porque é um ato violento, mas ficam impunes violências muito maiores, como todas as formas de iniquidade social. É uma violência silenciosa... Ninguém pode responsabilizar ninguém pelas dezenas de milhares de crianças subnutridas, famintas, retardadas, tuberculosas, bestificadas. Mas ninguém ignora que elas também foram vítimas de assaltantes, aqueles que deram um salário de fome a seus pais, que obrigaram suas mães a se prostituírem, que sonegaram impostos, que burlaram a previdência social (*Ibidem*: 275).

As segundas viriam de baixo para cima, praticadas por indivíduos isolados ou organizados em máfias ou bandos:

Ela começa como uma reação de desespero, por exemplo, ante uma situação familiar intolerável, mas não há dúvida que a partir de certo momento ela se pode transformar e muitas vezes se transforma em profissão rentável para máfias e gangs. Entre estes, não há Robin Hoods. Assaltam porque já descobriram que é uma operação que, com certos riscos calculáveis, se revela altamente rentável (*Ibidem*: 276)

Entre ambas existiria uma relação dialética: "as primeiras provocam e estimulam as segundas, as segundas exacerbam as reações das primeiras e a sociedade entra na escalada da Violência" (*Ibidem*: 275).

Definidos os parâmetros gerais de sua concepção sobre a sociedade e a violência, Ávila delimita alguns aspectos a serem melhor analisados: 1) o aumento geral da criminalidade; 2) o aumento de menores entre os autores de atos criminosos; 3) o aumento da proporção de criminosos egressos de instituições penais; 4) o aumento da proporção de crimes organizados por gangs, quadrilhas, etc.; 5) o aumento dos crimes de caráter ostensivo, "cometidos à luz do dia"; 6) o aumento da perversidade com que os crimes são cometidos; 7) o aumento dos crimes cometidos

¹⁴⁰ Hipótese não excluída: "É um desfecho ainda possível: toda revolta é uma associação entre a cólera do povo e a perspicácia do líder" (*Ibidem*: 274).

por indivíduos de classes média e alta; e 8) o aumento dos crimes relacionados com drogas. Não é nossa intenção entrar nos pormenores de cada um desses aspectos. Cremos que a indicação das proposições para o combate aos problemas apontados é mais ilustrativa dos fatores causais e perspectivas políticas em que se baseiam os autores do Relatório.

Nesse sentido, são sugeridas medidas que contemplem modificações institucionais, com a criação de comissão de especialistas e órgãos de coordenação de uma política nacional de defesa social, cujo princípio seja a prevenção; organização de um sistema nacional de estatísticas; mudanças nas forças policiais, no sentido da "civilização" da polícia militar, modernização e aproximação da polícia com a sociedade; procura de alternativas à prisão como modo de punição; criação de campanhas educativas de desestímulo à droga e de valorização do trabalho, especialmente para a juventude, para a qual a política nacional de defesa social se voltaria de modo especial no fortalecimento das instituições básicas de socialização (família, escola e igreja). No que tange à redução dos fatores causais estruturais, o incentivo à redução do subemprego/desemprego e dos problemas de migração; a modificação do modelo de urbanização das favelas, contra a política de remoções, no sentido de incentivar solidariedades comunitárias e inter-classes.

. . . .

Para uma melhor compreensão das concepções presentes no Relatório será preciso retornar a experiências anteriores de pesquisa e intervenção ligadas às políticas de desenvolvimento e de urbanismo a partir dos anos 1950, que serão reconstruídas nos capítulos seguintes. Por ora cabe extrair deste capítulo alguns pressupostos e indicações de análise.

No que diz respeito à Criminologia vemos que enquanto bloco disciplinar e profissional unívoco ela não existiu (Oliveira Junior, 2007). Seus profissionais (policiais, advogados, médicos, psicólogos, penitenciários, etc.) se organizaram em grupos dinâmicos com intensa movimentação, seja para validar ou para questionar filosofias penais e empreender reformas institucionais. Quanto aos paradigmas de explicação, não conhecem uma sucessão linear, mas uma coexistência conflitual. Assim, se há uma visão hegemônica sobre o término da prevalência das teorias biodeterministas após o final da Segunda Guerra Mundial, vemos que estas teorias sofrem continuidades e adaptações em alguns campos de conhecimento e no interior das diferentes dinâmicas e temporalidades de importação e exportação de ideias penais.

A análise da *Revista de Direito Penal/Revista Brasileira de Criminologia* e da *Revue Internationale de Criminologie et Police Technique* serviram como demonstração deste fenômeno.

Suas ligações com o desenvolvimento de sociedades e associações internacionais apontam para as relações entre a *Associação Internacional de Direito Penal*, a *Sociedade Internacional de Criminologia* e a *Sociedade Internacional de Defesa Social* em uma complexa divisão de trabalho político de construção de novas instituições no âmbito supranacional, de difusão de novas ideias penais dirigidas à humanização da pena (através de medidas de recuperação/ressocialização e dos princípios de direitos humanos) e à uma colaboração disciplinar entre Criminologia (sobretudo clínica) Direito Penal e Política Criminal. Os Relatórios dos Juristas e dos Cientistas Sociais, em especial, representaram o ensaio de implementação desta concepção sobre a divisão de tarefas disciplinares entre Direito e Ciências Sociais na orientação teórica e política na construção da "violência urbana" como problema nacional.

Mas vimos que, a partir dos anos 1960 e 1970, este consenso supranacional em torno da Criminologia tradicional começa a ser contestado por um novo conjunto de ideias críticas do poder normatizador do Estado na definição do que é considerado crime, do sentido da punição e do tratamento do criminoso (Pires, 1979). Originam-se novas correntes que afirmam a normalidade sociológica do crime e do desvio, a desigualdade de classe na seleção do comportamento criminalizado, e a crítica da prisão e de suas finalidades. Não mais ancorada na biologia ou no comportamentalismo psicológico, a Criminologia abre-se, então, para uma renovação dos seus pressupostos, e mesmo para a sua dissolução enquanto campo interdisciplinar autônomo. Assim, a tentativa de institucionalização do ensino da criminologia e da profissionalização de criminólogo vinculado à área do Direito não logrará o êxito esperado e a concepção da criminologia como ciência auxiliar do Direito penal cede espaço para uma relação ciência-objeto. A superação da criminologia tradicional se realiza então, especialmente, pela crítica à ênfase no consenso, nas relações entre crime e pobreza e no diagnóstico de anomia. As teorias sociológicas do desvio e da etiquetagem, da reação social e do controle social, dentre outras perspectivas, alimentarão a condução de pesquisas e o fenômeno de disciplinarização em criminologias, sociologias, antropologias e politologias.

Através do mapeamento de alguns dos movimentos de abertura do Direito às mudanças sociais, pudemos observar o contexto inicial de trocas entre a sociologia jurídica e do direito, dos movimentos sociais e do campo penal e como se desenvolveram diálogos políticos, institucionais e teóricos. Veremos adiante que estas trocas se realizam em um contexto complexo de expectativa de mudança social e relativo refluxo de sua amplitude diante de problemas enfrentados durante o processo de transição democrática, sobretudo pelo desenvolvimento de novas formas de criminalidade territorializadas, pela continuidade dos comportamentos e representações autoritárias presentes na sociedade civil e na interação das instituições estatais com a população

mais pobre. Os primeiros indícios desse movimento já poderiam ser observados nas avaliações sobre a nova Lei de Execuções Penais, aprovada em 1984 que, segundo os seus formuladores, significava a extensão da autoridade do Poder Judiciário no interior das prisões e, pela primeira vez na história da República, estabelecendo os direitos dos sentenciados e a forma pelas quais as penas deveriam ser cumpridas. Mas a recepção da nova legislação é cercada pela ambiguidade:

O debate dos juristas em torno da reformulação do Código Penal instituído em 1940, remonta à década de sessenta [...] Durante esse período, a questão da criminalidade e violência urbanas foi alçada à ordem de *problema público* de gravidade alarmante (cf. Benevides, 1983). Por outro lado, foi durante esses anos que o sistema policial e penitenciário encontrou condições sociais e políticas para revelar a negra imagem do "gulag brasileiro", fazendo resplandecer o avesso do projeto econômico e político implantado no país pelos governos militares. À discussão dos juristas vieram somar-se então críticas contundentes de setores da sociedade civil em relação à pena-prisão. Revelava-se sua ineficácia no combate à criminalidade e, mais que isso, o seu papel fundamental na própria reprodução e crescimento da violência [...] A reforma penal e a instituição da Lei de Execução Penal se processaram dessa maneira sob um duplo signo: de um lado, o alarma em torno do aumento da criminalidade e, de outro, a constatação de que a pena-prisão, enquanto reação penal por excelência, estava falida, havendo necessidade de se intervir junto ao sistema penitenciário, quer "humanizando" a prisão, quer lhe propondo novas alternativas [...] Tanto os autores da Lei, como seus comentaristas, a veem como uma medida *liberalizante*. Ela provoca, entretanto, reações diversas, pois, se alguns olham tal "liberalidade" como algo positivo, outros temem por suas conseqüências. Na primeira vertente, José Carlos Dias, ex-secretário de justiça do Estado de São Paulo, considerou-as meios importantes para a "humanização" dos presídios e para a diminuição da criminalidade, ressaltando seu caráter liberal e democrático: "Sem dúvida: a abertura está chegando sem rebeliões e traumas" [...] Na segunda, o professor de Direito Virgílio Donnici, ao contrário, mostrou-se muito temeroso com relação aos efeitos imediatos da nova codificação que, segundo ele, "desequilibra ainda mais a sociedade brasileira" ao colocar nas ruas "criminosos perigosos" (Carrara & Fry, 1985).

Nesse cenário, as ambiguidades presentes na sua recepção derivam dos dois sentidos contidos na reforma: tanto a *desprisonalização*, como o *aprimoramento da pena-prisão*, nos casos em que continuasse a ser aplicada. Os dois sentidos da reforma, por sua vez, se ligariam a uma pretensão de extinguir o chamado "sistema do duplo binário", a convivência entre dois tipos de reação penal: a *pena*, medida segundo o grau de culpa do sujeito e a *gravidade* de seu ato; e a *medida de segurança*, fundada na avaliação do grau de *periculosidade* do acusado e aplicada segundo a finalidade da *defesa social* (segregação e tratamento). Ou seja, a primeira, medida de

expição e a segunda, medida de assistência/controlado médico-social, tentativa de conciliar duas filosofias penais: a clássica, fundada na ideia do indivíduo dotado de consciência e vontade livre; e a positivista, que os representa como produto ou reflexo de um meio social. Trata-se, em suma, da resultante de grande parte das discussões do Relatório dos Juristas e do IMESC em torno das novas estruturas atreladas ao sistema penitenciário. Contudo, o que os seus críticos apontam que, ao contrário do Código de 1940, solução de equilíbrio entre clássicos e positivistas, na nova lei, apesar das aparências com a supressão explícita da medida de segurança, "os fundamentos da medida de segurança, a ideia do *Homo criminalis* e sua periculosidade, nunca estiveram tão presentes, nem tão difusos quanto no atual Código [...]adquiriram o *status* de 'lugares comuns', uma espécie de axioma implícito que rege o pensamento jurídico moderno" (Ibidem: 11)¹⁴¹.

Até então presos ao universo das "ideias e das palavras", a importância dessas medidas estaria, naquele momento, em proporção inversa à atenção dispensadas pelos cientistas sociais interessados na questão. Estes começariam a investir no entendimento de uma reforma penal *piégée* pelo sistema penitenciário (Capeller, 1995), suas estruturas de dominação e de força que configurariam uma ordem interna com base na negociação, relações clientelísticas e de troca de favores, entre "detentores" e "detentos" (Paixão, 1984b; 1987; Adorno & Fischer, 1986; Coelho, 1988; 2005). Temos razão para crer, nesse sentido, que as mudanças de ênfase nos estudos acompanharam as variações nas expectativas de transformação da sociedade e da rotina das instituições, em especial com as reações aos projetos ensaiados pelos primeiros governos estaduais eleitos democraticamente, principalmente os governos Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e Franco Montoro, em São Paulo, marcados pela politização do tema da criminalidade. Cruzaremos estas relações com o desenvolvimento institucional das Ciências Sociais, a análise de sua produção e sua relação com as agendas políticas do período.

¹⁴¹ "Parece que, no mundo das ideias, das taxonomias e dos sistemas de pensamento, o sucesso de um paradigma implica uma forma de esquecimento, o esquecimento da sua origem histórica e social. No caso em questão, a eliminação da medida de segurança e a difusão de seus princípios representa, no campo de discussão da criminologia, a vitória final das concepções positivistas antiliberais que, para os atuais reformadores, se apresentam como verdades naturais e incontestes" (Ibidem: 11).

CAPÍTULO III

As Ciências Sociais e a "violência urbana" no Rio de Janeiro

A vida acadêmica no Rio de Janeiro durante o regime militar foi marcada pela perseguição política, mas também por um processo competitivo de reordenação. Com a reforma universitária de 1968 e os novos fluxos de financiamento para ensino e pesquisa, teria havido o crescimento inédito do contingente de mão de obra graduada disposta a conquistar uma posição¹⁴² em um cenário com poucos espaços estáveis no mercado de trabalho para professores e pesquisadores. O novo espaço acadêmico teria começado a se reestruturar em torno de dois polos dominantes, conformando o espaço de possíveis para os recém-graduados: de um lado, os programas de pós-graduação, como o IUPERJ e o Museu Nacional, com ênfase no atendimento aos requisitos estritamente acadêmicos e profissionais; de outro, instituições com perfis diferenciados, como aquelas que anteciparão o formato das ONGs, em grande parte estruturados por financiamentos religiosos e internacionais, onde se realizam programas de pesquisa aplicada e assessoramento a movimentos sociais, buscando vincular pesquisa e atuação política de modo crítico ao que era visto como processo de despolitização. Entre um polo e outro, estariam um conjunto de jovens professores em busca de afirmação profissional, inserindo-se no mercado de faculdades privadas. Nesse sentido, a afirmação e defesa de posicionamentos militantes ou profissionais seria parte das estratégias entre os competidores de acordo com a sua vinculação a estes dois polos opostos em termos de perfil político-institucional e acúmulo de capital. (Cêpeda, 1995).

É a partir desse cenário que situaremos a constituição das primeiras orientações de pesquisa sobre violência e o papel dos construtores institucionais desta área. Será no *socii* - Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, que se organizará uma primeira linha de debates e estudos sobre temas referentes à violência e ao crime. Iniciativa pouco lembrada, o *socii* fora um projeto fundado por um grupo de jovens (entre 25-30 anos na época da fundação)¹⁴³, de origem social e de capitais culturais semelhantes (formação escolar em colégios particulares da Zona Norte da cidade e com graduação em universidades públicas, seis em Ciências Sociais, dois em História, um em Geografia e um em Filosofia), com experiência de militância política no

¹⁴² Evolução do número de graduações em ciências sociais no Brasil entre 1936-1978: 1936, 2; 1954, 11; 1968, 33; 1976, 83; 1978, 71. No início dos anos oitenta, haveria cerca de 30.000 sociólogos (bacharéis e ou licenciados em ciências sociais no Brasil (Liedke Filho, 2005: 398-399).

¹⁴³ Conselho diretor/Fundadores 1977/78: Gisálio Cerqueira Filho (pres.), Michel Misse (secr. Geral), Carlos Walter Porto Gonçalves (tesour.), Nilce Moreira de Azevedo, Dráuzio Rodrigo Macedo Gonzaga, Dílson Fonseca da Motta, Gizlene Neder, Ana Maria Motta Ribeiro, Antonio Amaral Serra.

movimento estudantil, e então alocados como professores no ensino superior privado. Expressando as dificuldades do mercado acadêmico do Rio de Janeiro, em termos de estrutura e de controle político, de posse de capital científico relativamente pequeno, o grupo teria procurado "nadar contra a corrente" da legitimação acadêmica no Rio de Janeiro, ao criticar a institucionalização dos centros de pós-graduação vistos como projeto autoritário e buscar, através de trabalho associativo e auto-gestionário, a vinculação entre ciências sociais e debate político da "tradição sociológica carioca de intervenção política"¹⁴⁴.

O seu texto oficial de apresentação localiza alguns dos elementos da plataforma político-intelectual desse fragmento de geração:

[...] *socii*, em latim, quer dizer "companheiros". E o *socii*, antes de tudo, é uma reunião permanente de companheiros de ciência e afeto. Fundado no Rio de Janeiro, a 10 de dezembro de 1977, o *socii* – Pesquisadores Associados em Ciências Sociais reúne sociólogos, cientistas políticos, historiadores, filósofos, geógrafos, etc., organizados em comissões de trabalho e pesquisa científica e desenvolvendo projetos em vários temas. Além do trabalho de investigação científico propriamente dito, o *socii* tem entre os seus principais objetivos a integração do saber com a comunidade a que deve servir, a busca de uma circulação mais ampla do pensamento crítico e transformador da realidade social. Para tanto, realiza seminários, conferências, cursos, publica um Boletim informativo, busca participar, de diferentes formas, da imprensa, contribuindo com artigos, entrevistas, dados, resenhas, de modo a romper com todo isolamento do trabalho científico em relação às camadas populares.

O *socii* não é nem pretende ser uma associação política, ou profissional, da categoria de trabalhadores científicos da área. Seu compromisso imediato é com a produção e circulação de conhecimento crítico sobre a realidade brasileira. No entanto, apoia e procura participar, da forma conveniente, na organização profissional dos cientistas sociais, nas reivindicações de diversas comissões formadas para a defesa da categoria, assim como da luta mais geral do povo brasileiro por uma democracia política estável e por uma sociedade mais justa e livre (Misse & Motta, 1979b: 55-56).

A aproximação e convívio entre este grupo antes da formação do *socii* teria se dado em quatro contextos ou situações principais:

A primeira reuniria três dos mais velhos do grupo (entre 30-35 anos) na militância da corrente política católica progressista no Colégio Marista São José, no início dos anos 60, em oposição à hegemonia dos estudantes vinculados ao PCB na *Associação Metropolitana dos*

¹⁴⁴ Implícita está a crítica ao papel das Fundações internacionais de fomento à pesquisa e às formações pós-graduadas no exterior, que teria resultado no enfraquecimento do modelo de sociologia engajada nas lutas sociais e o fortalecimento de uma ciência social profissionalizada.

Estudantes Secundaristas (AMES). Um deles viria a ingressar na Ação Popular/AP e outro se tornaria professor nos cursos de História do Brasil no *Centro de Formação Intercultural* (CENFI), vinculado à CNBB¹⁴⁵.

A segunda aproximação reuniu quatro dos fundadores, incluindo um dos egressos do Colégio São José, que se juntaram a mais três alunos do curso de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ em torno de pesquisa encomendada pelo Juizado de Menores do então Estado da Guanabara, sobre delinquência juvenil (Misse *et al*, 1973). A narrativa do sociólogo Michel Misse, revela alguns dos aspectos de conciliação entre politização e teorização no interior dessas relações:

Eu estava fazendo faculdade, em 1970, quando um colega, Paulo Fernando Cavallieri, me convidou para fazer parte de um grupo de pesquisa que ele estava querendo criar. Conversando com seu pai, este lhe provocou "por que você não faz uma pesquisa sobre delinquência juvenil? O pai dele era o juiz de menores do então Estado da Guanabara, Dr. Alírio Cavallieri. O juiz estimulou: "preparem um projeto e eu vou tentar ver se o Tribunal de Justiça apoia" Formamos um grupo e trabalhamos meses no projeto. Não havia nada sobre o tema no Brasil, pouquíssima coisa. A característica do nosso grupo era ser muito coeso e usamos técnica de dinâmica de grupo, que naquela época estava em voga, um coletivo (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 15).

A pesquisa conduziria os estudantes a pronunciamentos públicos em meios de comunicação, como a revista *Veja*, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo*, e também a apresentação de resultados a uma comissão do Congresso Nacional¹⁴⁶ (Misse, 2007). No contexto ditatorial, entretanto, a projeção pública e a opção por temas polêmicos se revelariam tarefas de risco:

Para que se sinta um pouco o clima da época, eu estava saindo de casa para ir a uma reunião de pesquisa, quando fui sequestrado no meio da rua por policiais uniformizados, que me levaram para o famigerado DOI-CODI, da Rua Barão de Mesquita. Essa foi uma experiência muito forte, que provavelmente influenciou muito a perspectiva que comecei a adotar

¹⁴⁵ "O CENFI tinha por finalidade fornecer informações básicas sobre o Brasil a padres missionários estrangeiros recém-chegados entre eles, por exemplo, Pe. Pedro Casaldáliga, futuro bispo progressista da conflituada região rural do Araguaia" (Cêpeda, 1995: 25).

¹⁴⁶ Sobre a Pesquisa Delinquência Juvenil na Guanabara - Entrevista concedida ao *Jornal "O Globo"*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1972; Entrevista concedida ao jornal "*O Estado de São Paulo*" sobre a pesquisa *Delinquência Juvenil na Guanabara*. *O Estado de São Paulo*, 14 set. 1973; A questão jovem: problema nacional - Entrevista. *Jornal Tribuna do Advogado (OAB)* - Ano XI; *Violência Urbana*: Entrevista. *Jornal do Brasil*. ; 32ª Reunião Anual da SBPC; *Ideologia e Violência*, 1980; Seminário do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Controle Social (NEPECS), do Centro de Estudos Jurídicos do Rio de Janeiro – CEJUR; *Direito e Conflito*, 1979; *Ciclo de Debates sobre Violência Urbana* - promovido pelo Estado Maior da Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro - Coordenação: Cel. Carlos Magno Cerqueira; *Violência Urbana no Rio de Janeiro*, 1984. (Informações extraídas do Currículo Lattes de Dílson Fonseca Motta).

na pesquisa, que era a de não aceitar o crime como patologia, a de não adotar uma visão patologizante sobre o autor de um crime (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 15-16).

Seu depoimento coaduna com a descrição de Cêpeda (1995) a respeito de um dos integrantes e futuro fundador do *socii*, que teria experimentado a prisão e a clandestinidade em decorrência de sua participação no PC do B/Partido Comunista do Brasil e que, nesse mesmo ano, começaria a lecionar em curso pré-vestibular e, no ano seguinte, seria responsável pela coluna diária sobre política internacional no jornal carioca de oposição ao regime, 'Tribuna da Imprensa'.

O terceiro encontro, entre seis dos fundadores (dentre eles, Dílson Motta, Michel Misse, Gisálio Cerqueira Filho e Dráuzio Gonzaga), se daria nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, como professores em cursos de Comunicação, Economia, Administração, Direito e Turismo. Esta instituição teria sido o local de um encontro mais "orgânico do ponto de vista profissional" (*Idem ibidem*:28). Mesmo que estivessem inseridos simultaneamente em outros estabelecimentos de ensino, na Estácio de Sá eles enfrentariam conjuntamente conflitos trabalhistas específicos e tentariam articular um movimento intelectual, de vida efêmera, na revista "Lugar", patrocinada pela Faculdade.

Um quarto encontro se daria no final de 1974, quando dois dos fundadores – "um, professor do curso de Ciências Sociais da PUC-RJ e mestrando em Ciência Política no IUPERJ" (Gisálio Cerqueira), e outro, "professor da Faculdade de Economia da UERJ, participaram na organização de debate, realizado na PUC-RJ, com a finalidade de criar uma entidade associativa de cientistas sociais no Rio de Janeiro. Um encontro tumultuado¹⁴⁷, que fora precursor da criação da Associação dos Cientistas Sociais do Estado do Rio de Janeiro (ACISERJ), em 1978.

Nesse momento, todos já teriam uma experiência diversificada no magistério, que se estenderia em uma "escala ascendente de prestígio social e financeiro". Dois lecionam na UFF, com contratos de trabalho precários – "um, graduado em Filosofia na UERJ e mestrando em Comunicação Social na UFRJ, lecionava no curso de Comunicação Social" (Dráuzio Gonzaga); "outro, graduado em ciências sociais na UFRJ e mestrando em ciência política no IUPERJ, lecionava no curso de Ciências Sociais daquela universidade, ao mesmo tempo em que no da PUC/RJ" (Gisálio Cerqueira). Por fim, uma das "três presenças femininas entre os fundadores graduara-se em História na PUCRJ, também era mestranda em Ciência Política no IUPERJ e lecionava no curso de História da própria PUC/RJ, como professora horista" (Gizlene Neder). O

¹⁴⁷ "Enquanto a proposta dos futuros fundadores do SOCII previa uma admissão restrita, que se estenderia apenas a historiadores, geógrafos, filósofos e quando muito a psicólogos sociais, a proposta oponente, também liderada por professores da Estácio de Sá, defendia a inclusão de todas as ciências humanas, sem exceção. Uma votação marcada por extrema animosidade derrotou a pretensão restritiva, não tendo porém o desdobramento previsto, pois nenhuma associação foi criada naquele momento" (Cêpeda, 1995: 27).

restante do grupo distribuía-se na região mais baixa da escala do magistério, lecionando em faculdades privadas isoladas do Rio e de Nova Friburgo e em cursos pré-vestibular. Apenas um deles acabara de iniciar mestrado em Sociologia, no IUPERJ (Michel Misse).

Tais acontecimentos impulsionariam alguns dos envolvidos para um investimento mais amplo, visando suprir uma lacuna de referências e pesquisas e procurando ancorar o interesse sobre o tema no processo de institucionalização universitário das ciências sociais:

Em 1974, eu e um outro colega que participou daquela pesquisa, Dílson Motta, continuamos investindo nessa área temática. Trabalhamos em um projeto para dar continuidade àquele, focando especificamente a questão dos crimes contra o patrimônio, que era a esmagadora maioria das infrações cometidas por adolescentes na época. Havia o tipo social do pivete, do trombadinha, que era a figura dominante na representação social da violência no Rio e nas grandes cidades brasileiras. Apresentamos o projeto, e veja a nossa ingenuidade, ao CNPq e à Fundação Ford, nós que só tínhamos graduação à época. Evidentemente, não conseguimos o financiamento, embora soubéssemos que a maioria dos colegas não possuía pós-graduação nessa época. (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 16).

Em decorrência, os esforços dos dois estudantes se orientam para o *socii*, "um centro de pesquisas em Ciências Sociais inspirado difusamente na experiência do CEBRAP" (Cêpeda, 1995: 32), onde serão organizados, entre 1979 e 1987, uma série de seminários e encontros a respeito de temas variados como a sociologia do estigma, instituições policiais, lei de segurança nacional, ideologia e poder, pensamento social e político e ideias jurídicas (*Idem ibidem*)¹⁴⁸. Os estudos sobre história e ideologia de Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político* (1979), e de Gizlene Neder, *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil* (1983), associados às suas reflexões sobre violência urbana como aspecto ideológico (Cerqueira Filho & Neder, 1978; Neder, 1983); mas principalmente os livros *O estigma do passivo sexual* (Misse, 1979a), pesquisa sobre a estigmatização do homossexual e da mulher

¹⁴⁸ No *socii*, entre 1978 e 1985, foram realizados 60 encontros informais com profissionais das ciências humanas, jornalistas, escritores e visitantes de universidades estrangeiras, 45 cursos e três seminários, no qual circularam, como debatedores ou participantes: Rubem César Fernandes, Alba Zaluar, Clóvis Brigagão, Victor Vincent Valla, Carlos Serra, Felipe Augusto de Miranda Rosa, Francisco Weffort, Heloísa Buarque de Holanda, José Augusto Gillom Albuquerque dentre outros. Os principais eixos de discussão seguiam a direção dos seus 10 Núcleos de Estudo e Pesquisa, cuja lista segue a seguir, com seus respectivos coordenadores: *Crime e violência*, Michel Misse e Dílson Motta; *Pensamento Social no Brasil*, Gisálio Cerqueira Filho e André Cezar Médici; *Relações internacionais*, José Ribas Vieira; *Medicina popular*, Douglas Carrara; *Corpo*, Antonio A. Serra; *História do rádio*, Antonio Serra e o "grupo da UFF", Roberto de Assis Tostes, Sonia Regina de O. Rocha, Heitor Delgado Correa e Flavio Soares; *Acidentes de trabalho*, Jussara Cruz de Brito; *Jornalismo partidário*, João Baptista de Abreu, André Lázaro e Antonio A. Serra; *Projeto Oduvaldo Vianna Filho*, grupo da UFF; *Medicina Popular*, Gervásio D'Araújo; *História das esquerdas no Brasil: 1950/1974*, Daniel Aarão Reis, Jair Ferreira de Sá, Cláudio Miranda e Maritza Portella (Cêpeda, 1995).

através dos significados de gírias e palavrões, e *Crime: o social pela culatra* (Misse & Motta, 1979b), revisão crítica das abordagens funcionalistas nas teorias criminológicas norte-americanas, serão os principais resultados intelectuais do *socii*. Produções que, malgrado as diferenças de objeto, método e alcance, irão dialogar com a tradição marxista-crítica de pensamento, participando da interface entre Direito e Sociedade promovida pela rede de pesquisadores e juristas no Rio de Janeiro, à qual já fizemos referência no capítulo inicial:

No ano seguinte, 1980, fui convidado a integrar a equipe de pesquisa que, sob a direção de Felipe Augusto Miranda Rosa, desenvolveria, nos dois anos seguintes, um projeto com apoio da FINEP sobre Direito e Conflito Social no Brasil. Tratava-se de um projeto internacional, Law and Conflict Treatment, e a mim cabia desenvolver parte do projeto referente à Nova Iguaçu, então considerada a região mais violenta do mundo... O relatório final do projeto, de 800 páginas, não chegou a ser publicado, publicamos apenas um livro pela Zahar, em 1981, com o título de Direito e conflito social, no qual contribuí com um ensaio teórico sobre o conceito de conflito. Apresentamos o resultado em um seminário, onde estiveram presentes Boaventura de Souza Santos, Celso Lafer, Joaquim Falcão, José Eduardo Faria... Na Anpocs havia sido criado o GT Direito e Sociedade, do qual participamos na primeira metade dos anos 1980. O mesmo na SBPC, quando apresentei um trabalho sobre "Violência e ideologia", se não me engano em 1979 (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 18).

Nesse meio tempo, de 1976 a 1979, Misse realizará seu mestrado no IUPERJ, onde seu caminho se cruzará com o do cientista político mineiro, Edmundo Campos Coelho, então professor do Instituto. O breve encontro é significativo do interesse similar na incorporação de novos referenciais para pesquisa, no caso a perspectiva etnometodológica de Goffman, problematizada por Misse em *O estigma do passivo sexual*. O trabalho, cuja primeira versão remonta ao seu curso de graduação em 1974 no IFCS/UFRJ, fora aperfeiçoado por ocasião do curso de metodologia do mestrado em Sociologia, ministrado por Coelho no IUPERJ. "Incentivado pelo Prof. Edmundo Campos e por meus companheiros do *socii*, [...] decidi-me a publicá-lo" (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 6). Mas este encontro entre o professor e o jovem sociólogo não resultará em parceria. As razões alegadas por Misse – sua recusa ao convite para publicação na Revista *Dados* em prol de publicação já acordada pelo *socii*¹⁴⁹ e as características pessoais de Coelho, "pessoa muito difícil no trato" (*Idem ibidem*: 17) -, respondem somente a um

¹⁴⁹ A coleção *Textos paralelos*, investimento editorial achiamé/socii, lançaria uma série de pequenos textos produzidos pelo grupo. Sua comissão editorial e conselho consultivo eram compostos, respectivamente, por: Robson Achiamé Fernandes e Gisálio Cerqueira Filho; Ana Maria Motta Ribeiro, Antonio A. Serra, Carlos Walter Porto Gonçalves, Dílson Fonseca da Motta, Dráuzio Gonzaga, Gizlene Neder, Michel Misse, Nilce Moreira de Azevedo, Regina Lúcia de Moraes Morel e Vanilda Paiva.

aspecto da questão, que parece residir também em divergências de fundo teórico e político. As diferenças já seriam em parte antecipadas na apresentação de *O estigma...*, "um produto isolado dentro do meu campo de estudos regular", que se voltaria cada vez mais para as "questões de 'ideologia' (particularmente o estudo das determinações ideológicas das práticas criminais)" (*Idem ibidem*: 6) e se tornaria explícito no contraste entre a perspectiva de *Crime: o social pela culatra* (Misse & Motta, 1979) e de *A criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade* (Coelho, 1978a), considerado por Misse uma contribuição polêmica e crítica seminal para a área de estudos que então se instituía.

Nesse artigo, Coelho se dedicou à análise das curvas estatísticas de evolução da criminalidade no Rio de Janeiro, com uma intenção fundadora da problemática da criminalidade e da metodologia adequada para a sua análise, antecipando uma profícua produção, com destaque para os primeiros estudos de fluxo do processamento do sistema de justiça criminal (Coelho, 1986), e para a etnografia prisional com recurso à etnometodologia (Coelho, 2005). Os dados estatísticos seriam, antes de tudo, expressão do *modus operandi* das instituições de segurança pública e não o retrato da criminalidade real. Dito de outro modo, todas as classes sociais praticariam delitos, mas apenas aqueles cometidos por certas camadas sociais seriam contabilizados nas estatísticas oficiais.

Misse, por sua vez, apesar de concordar com a tese da criminalização da marginalidade exposta por Coelho, reforçada em sua argumentação como evidência da dominação de classes¹⁵⁰, propõe que a questão não "se dissolva" na simples crítica do "enfoque socialmente contaminado" das instituições estatais, apontando para "sua contraparte necessária": o foco de análise não deveria centrar-se apenas na "resposta política do poder dominante" através dos dispositivos judiciais-policiais, mas deveria englobar a "totalidade da relação contraditória [...], a posição do agente criminal frente ao Estado" (Misse & Motta, 1979: 43). Se a criminalização da marginalidade é uma resposta política à marginalidade, seria necessário acrescentar que "determinados crimes, sob determinadas formas, com determinados meios e objetivos, podem ser também uma resposta específica de setores marginais ao próprio sistema" (*Idem ibidem*: 43). A "questão crucial" seria pensar as " 'formas de existência marginais' como pontos de sustentação do processo de acumulação capitalista nas condições concretas de dependência", através do posicionamento dos " 'agentes marginais' " ou dos "portadores da marginalidade" frente ao Estado (*Idem ibidem*: 43).

Nesse sentido, o "crime urbano no capitalismo dependente" deveria ser apreendido

¹⁵⁰ "Fica evidente no artigo que a operação de criminalizar a marginalidade é uma resposta política dos mecanismos legais (polícias, tribunais, júris, e autoridades penitenciárias) à marginalidade, na medida em que representam a dominação de umas classes sobre as outras. Isto porque, para Edmundo Campos, crimes objetivamente idênticos recebem tratamento diferencial na reação social e legal em função do status que seus autores ocupem na estratificação social" (Misse & Motta, 1979: 41-42).

através dos "modos de operar o poder pelas classes oprimidas", ponto de vista que envolve a intenção de ultrapassar o "abandono sistemático" do "campo das práticas criminais" pelo marxismo. Através de uma revisão crítica das perspectivas clássicas de Durkheim, funcionalistas de Merton e do interacionismo simbólico de Howard Becker, os autores propunham a tradução da temática da criminalidade para o campo teórico do marxismo. Como irá se referir posteriormente, "O título do livro prometia mais do que fomos capazes de cumprir, mas ali estava apresentado um pioneiro programa de pesquisas" (Misse In Lima & Ratton, 2011: 18), cujo pressuposto seria abordar o "crime"¹⁵¹ como lugar privilegiado para observar a articulação de conhecimentos e práticas de vários campos das ciências sociais e pensar as "formas específicas de operar o poder das classes subalternas", escapando das "armadilhas criadas pelo próprio campo ideológico que o define" (Misse & Motta, 1979: 07).

Por outro lado, Coelho aparentemente se voltará para uma definição mais restrita de violência, com menos ênfase na relação entre crime, poder e classe social, e mais próxima à construção de políticas públicas de segurança de maneira relativamente autônoma. A "criminalidade urbana violenta" será associada, sobretudo à ineficiência do sistema de justiça criminal em administrar punição aos infratores:

Quanto mais a criminalidade for definida e tratada como efeito direto da pobreza, do desemprego ou de qualquer outra situação de injustiça social, mais se adia e se dificulta a formulação de políticas de segurança pública. O problema se torna equivocadamente mais complexo do que realmente é. Apenas uma fração ínfima dos pobres ou dos desempregados escolhe a alternativa criminosa, e não necessariamente por ser pobre ou estar desempregada, nem há indicações seguras de que esta fração esteja crescendo no mesmo ritmo em que cresce a criminalidade violenta. A hipótese mais provável é a de que um componente importante das altas taxas de crimes está representado por um número relativamente reduzido de criminosos mais ativos que, por permanecerem impunes, intensificam sua atividade [...] A criminalidade não é problema para políticas sociais nem é uma questão de (in)justiça social; certamente é muito mais uma questão de polícia e de justiça criminal. Ou melhor: os níveis de criminalidade são uma função direta da capacidade dissuasória do sistema de justiça criminal (Coelho, 1988: 157).

Recuperar a eficiência do sistema através de uma mudança de posicionamento da polícia, confiando no potencial dissuasório através da superação da resposta reativa em direção a uma postura de antecipação preventiva. Reitera-se, então, o perfil de argumentação institucional/organizacional e empírica típica da geração de cientistas políticos mineiros que se

¹⁵¹ "(...) a questão das determinações estruturais de práticas designadas como 'desviantes' que só podem aparecer no plano 'individualizado' das relações interpessoais e dos pequenos grupos" (Misse & Motta, 1979: 39).

consolidarão no IUPERJ (Forjaz, 1997; Keinert & Silva, 2010).

Seria o caso de se indagar a respeito das reverberações mútuas do diálogo estabelecido entre Misse, Coelho e também Machado da Silva, as quais só nos é dado presumir. Mas por ora, cabe indicar todos esses esforços parecem associar-se, de modo direto ou indireto, à crítica das relações entre desenvolvimento econômico, migrações, marginalidade urbana e comportamento social violento, desenvolvido a partir dos anos 1970 nos estudos urbanos no Brasil (Perlman, 1977). As primeiras respostas ao crime violento se desenvolviam em continuidade com as correntes teóricas estabelecidas: a ideia de marginalidade, a proeminência do econômico, dos níveis de emprego, migração, pobreza e condições urbanas. A explicação e a solução para o fenômeno da "violência urbana" passaria antes pelas causas e fatores estruturais, pelo modelo político e pelo sistema econômico. Em um imaginário interessado em temas macropolíticos ou macroeconômicos não fazia sentido inserir o latrocínio, o roubo ou o homicídio como objetos de estudo. Seria contra este viés de análise que se voltariam os estudos hoje considerados fundadores. A relação crime/pobreza se torna, então, o maior mito a ser combatido, e a percepção sobre o aumento da criminalidade, a hipótese a ser testada. Era necessário desmitificar e questionar a validade destas relações, a partir de estudos que levassem em consideração o crime como um fenômeno que merecesse uma análise a partir "dele mesmo", ou seja, em uma abordagem mais próxima aos fenômenos, acontecimentos e dos dados criminais (Carvalho, 1999).

Exemplificação desse debate ocorreria na mesa "Violência e Cidade", um dos *Seminários de Estudos Urbanos*, organizados por Lícia Valladares, no IUPERJ, em 1981, cuja diferença de enfoque entre os debatedores merece um olhar mais atento. De um lado, criticava-se o modelo de desenvolvimento urbano-capitalista, expressa em inúmeras facetas violentas - no campo, no trânsito, nos acidentes e doenças do trabalho. A violência do crime seria apenas uma destas facetas, decorrente dos baixos salários conjugados com más condições de vida, em especial no caso dos crimes contra o patrimônio, considerados como estratégia de sobrevivência das classes populares ou como recuperação do excedente expropriado. Embora haja uma recusa da ligação mecânica ou direta entre criminalidade e pobreza e se ressalte a articulação deste problema com os mecanismos de dominação política do período autoritário (com a engrenagem "montada para fabricar indivíduos fora da lei" ou com as "máquinas do crime" estruturadas em torno do tráfico de entorpecentes, contrabando ou jogo do bicho), questionava-se a própria noção de "violência urbana" e sua transformação em problema nacional durante o processo de abertura do regime. A sua visibilidade serviria à manutenção da invisibilidade das demais violências, colaborando para, diante da crise do regime, reorientar as demandas por ordem, legitimadas até então através do binômio "segurança e desenvolvimento" (Kowarick & Ant, 1982; Oliven, 1982).

De outro, a herança das teorias funcionalistas de Merton e da Escola Chicago são utilizadas na tentativa de elaborar um quadro de mensuração dos dados de criminalidade e para a interpretação de sua variação. Um claro reconhecimento da necessidade de se desembaralhar as diferentes facetas da “violência urbana” e trabalhá-la estatisticamente, assim como entender o funcionamento das instituições do sistema de justiça criminal e a problemática da segurança pública, até então suprimidas como dimensão das análises, a não ser como afirmação da violência estatal (Paixão, 1982). Nesta proposta, integrado ao esforço em distinguir o debate científico do debate público, característico da visão do grupo mineiro-carioca de cientistas políticos (Forjaz, 1997; Keinert, 2011), estava a recusa da linguagem marxista ligada à vinculação imediata entre estrutura e motivação individual e a instauração de um programa de investigação mais circunscrito ao fenômeno criminal. Esta pluralidade de visões sobre a relevância da problemática da “violência urbana” e o modo de construí-la evidencia o cruzamento entre duas dimensões: 1) as disputas internas às ciências sociais em torno da legitimação de uma área de estudos frente ao prestígio de outras áreas e 2) a pretensão a desconstruir “mitos” presentes no debate público sobre o tema da violência criminal (Carvalho, 1999).

Nesse sentido, uma década depois, em ensaio seminal, Paixão discute “a construção do problema público da violência urbana através do exame do diagnóstico sociológico do crime” (1990: 68), procurando demonstrar suas limitações. Para isso, seguindo um movimento mais amplo de crítica às interpretações “isebianas” vigentes no pré-64, ele polemiza com os argumentos do cientista político Hélio Jaguaribe, publicados na imprensa. O objeto do debate são dois eventos ocorridos no Rio de Janeiro: o conflito entre moradores da Rocinha e a Polícia Militar e a guerra aberta entre quadrilhas no morro Dona Marta, que “tornaram visível e pública a emergência de quadrilhas de traficantes de drogas como protagonistas centrais do drama da erosão da ordem pública nas grandes cidades brasileiras [...] e o fracasso das políticas e organizações de segurança pública” (*Idem ibidem*: 70). Embora extensa, convém expor textualmente a crítica de Paixão:

O diagnóstico do professor Hélio Jaguaribe é exemplar em um sentido muito preciso: ele pode ser lido como um relato mítico, uma coleção de crenças e percepções generalizadas e fundamente ancoradas na linguagem da sociologia convencional e que reduz a complexidade e a ambiguidade envolvidas no “mundo da vida”. Ele reconstrói os “fatos” da violência urbana, tornando-os consistentes em relação a crenças sociais sobre como eles deveriam ser: é plausível, por exemplo, que indivíduos deseducados e subempregados (marginais) não constituam base social adequada para a edificação de uma “vida civilizada”, pois estão mais expostos do que os setores educados e empregados da sociedade ao ócio, ao vício e ao crime e à adesão a “agitações demagógicas” ou ao domínio de suas localidades por algum “traficante

homicida”. As políticas sociais, reduzindo o “abismo da miséria”, viabilizam a incorporação de massas marginais à civilização, transformando, como quer o artista, uma vergonha em “nação juridicamente ordenada” (*Idem ibidem*: 73).

Em princípio, Paixão não parece recusar o procedimento da “sociologia convencional” posta em ação por Hélio Jaguaribe. A natureza dos eventos é diferente do que aparenta ser aos olhos do senso comum, indicando outras dimensões da realidade a serem trabalhadas. A crítica principal parece incidir na falta de uma fundamentação metodológica que reconstitua a empiria que dá base às afirmações sobre os fatos, quais sejam: a observação de campo, a realização de entrevistas, a análise crítica da construção das estatísticas oficiais e do material da imprensa. Estas seriam, então, apressadamente substituídas por uma narrativa ideológica, um senso comum douto. Nesse sentido, para Paixão, Hélio Jaguaribe apontaria acertadamente “as consequências políticas desastrosas” dos enganos cognitivos que colaboram para a exploração política da impunidade dos criminosos e das demandas de lei e ordem. Contudo, se as “causas” são sempre maiores e anteriores, ele não deixaria de optar por um viés moral de análise - o problema das massas incivilizadas - e, adicionalmente, tornaria invisível o problema organizacional da segurança pública. Assim, em nome das transformações estruturais da sociedade, afirmar-se-ia a necessidade do policiamento de confronto e de emergência no curto prazo, reforçando o adiamento da reforma das instituições de segurança pública e, paradoxalmente, suprimindo o conteúdo político de luta contra a violência policial contida nos eventos de “violência coletiva” analisados.

Segundo Paixão, entre os “mitos” presentes na análise de Hélio Jaguaribe estariam: a afinidade entre pobreza e criminalidade, traduzida pela motivação utilitária na opção pelo crime; o medo das classes perigosas, contido na associação entre marginalidade e tráfico de drogas e na confusão entre criminalidade difusa e violência coletiva; e o das fronteiras morais rígidas entre ordem e desordem, do qual, como a desfazer da descoberta durkheimiana acerca da normalidade do crime, derivaria a violência urbana como “expressão ‘patológica’ de uma sociedade ‘doente’” (*Idem ibidem*: 78). Por detrás destes “mitos”, portanto, estaria a crítica metodológica e ideológica de Paixão às interpretações dualistas e do diagnóstico nelas encerrado da inviabilidade iminente de uma sociedade moderna, acrescido do argumento conservador que enxerga no centro do problema o atraso civilizacional das massas postas à margem. Paixão sugere, nesse sentido, a construção de pontes entre diferentes abordagens do real no afã de construir uma “história social do crime no Brasil”, ainda por se fazer¹⁵². Assim, embora Paixão tenha se voltado principalmente ao estudo do

¹⁵² À falta de uma revista especializada nos temas, o número 15/1 da Revista *Religião e Sociedade* (Zaluar (org.), 1990), do ISER, serve como exemplificação do início de um acúmulo em pesquisa na área. Neste número se incluem artigos de Paixão, Zaluar, Paulo Lins e Sergio Carrara.

sistema de justiça criminal, em especial da polícia, ele associa o seu esforço de interpretação aos estudos da realidade social nos bairros e favelas do Rio de Janeiro, em especial de Alba Zaluar sobre a convivência entre trabalhadores e bandidos na Cidade de Deus¹⁵³ (1985b), que utiliza contra a argumentação sobre a Rocinha como “ambiente criminógeno”:

A atividade francamente desinibida das quadrilhas de bandidos coexiste com uma densa teia de organizações de vária natureza e que, se não são fortes o suficiente para incorporar as grandes massas trabalhadoras de lá “a níveis superiores de vida”, impedem sua atomização egoísta e, para quem está preocupado com os destinos da modernidade brasileira, atestam a força da ‘arte da associação’ na periferia social e sua autonomia em face de possíveis capturas por ‘agitações demagógicas’ [...] As quadrilhas de narcotraficantes representam, como relata Alba Zaluar [...] um impulso modernizante, ainda que perverso, no mundo do crime – com sua lógica empresarial e seus valores individualistas. Em oposição ao monolitismo antecipado pelo modelo dualista, as massas marginais são grupos diferenciados e fragmentados socialmente e, no caso do Rio de Janeiro, desenvolveram historicamente formas associativas que, externas à esfera estritamente política da qual foram excluídas, dotaram tais grupos de identidades e repertórios de ação coletiva muito distantes da passividade de “massa de manobras” a eles atribuída pela lógica dualista (Paixão, 1990: 77).

O trabalho de Alba Zaluar será considerado, pelos pesquisadores da área, central nas discussões posteriores. Formada em Ciências Sociais na *Faculdade Nacional de Filosofia* – FNF/UF RJ (1962-1965), Zaluar teve grande parte de sua formação afetada pelo regime militar, situação que teria lhe conduzido à pós-graduação na Inglaterra (de 1965 a 1971), onde entrou em contato com a tradição de sociologia urbana e industrial de Manchester, voltada à etnografia de vilas e pequenas cidades operárias¹⁵⁴, aproximando-se da Nova Esquerda. Ela retorna ao Brasil onde conclui o mestrado no Museu Nacional, em 1974, sob a orientação do Roberto DaMatta. De 1978 a 1984, conjugando o cargo de professora na UNICAMP, cursou doutorado na USP, no grupo de Eunice Durham e Ruth Cardoso (Zaluar, 2004). Desse modo, a antropóloga, impelida pelo cenário político e também institucional do mercado universitário no Rio de Janeiro dos anos 70 e 80, circulará por centros intelectuais em que se gestam novas perspectivas para uma sociologia e antropologia urbanas no Brasil. Inicialmente interessada no tema do messianismo, das pesquisas de comunidade e festas de santo no Brasil, a antropóloga se dedicou à etnografia das

¹⁵³ Conjunto habitacional que reuniu famílias removidas de 23 favelas da cidade do Rio de Janeiro e que foi o cenário da primeira guerra de quadrilhas de traficantes no final dos anos 1970.

¹⁵⁴ “[...] eu tive que, primeiro, emigrar para a Inglaterra, com o meu ex-marido, e, depois, procurar trabalho em São Paulo. Todos os empregos que conseguia aqui no Rio de Janeiro eram imediatamente seguidos por uma carta do SNI (Serviço Nacional de Informações)” (Zaluar, 2005: 133).

relações de vizinhanças e das formas associativas, especialmente no carnaval e na política local, da Cidade de Deus, bairro estigmatizado como violento.

Considerando o momento de emergência do tema da "violência urbana" no debate público no final dos anos 80, esta opção contribuirá para o reconhecimento do seu papel na criação de um espaço temático novo. Se em um primeiro momento ela se insere na discussão sobre a efetividade do controle do clientelismo político sobre as classes populares, argumento contestado por sua tese, será o seu capítulo sobre a percepção dos moradores a respeito da criminalidade que chamará mais atenção. Como a exemplificar o lugar inevitável da discussão sobre o tema à época, a repercussão deste capítulo resultará em convites para debates e pesquisas, com destaque para projeto da UNESCO sobre conexões internacionais da criminalidade, o Simpósio *Violência, Crime e Poder*, em 1982, e a organização do Seminário *O Rio Contra o Crime*, em 1985, eventos significativos da rede em que a antropóloga se apoiou, no interior da qual Zaluar conseguiria firmar parte da sua autoridade sobre o tema da violência, como produto e produtora de fluxos de cientistas sociais entre Rio e São Paulo, na USP e na UNICAMP.

O Simpósio foi organizado por Paulo Sérgio Pinheiro que, após retornar ao país se estabelece na UNICAMP, de onde iniciou sua produção sobre história dos movimentos operários e da violência do Estado no país. Como maneira de apresentar um painel sobre as linhas de pesquisa em desenvolvimento e fortalecer as redes entre universidades, o simpósio reuniu cientistas sociais dos Estados Unidos, da Itália, da Argentina e do Brasil, procurando articular pesquisadores em torno do crime e da violência, que então se colocavam no debate nacional. Na ocasião, Zaluar publicaria um primeiro capítulo, seminal para a entrada do tema das relações entre sociabilidade local, juventude e criminalidade organizada: *Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do "ferro" e do fumo* (Zaluar, 1983). O encontro entre Zaluar e Paixão, por sua vez, dará início a um diálogo em torno de referenciais teóricos de análise societária da criminalidade, de um lado, e organizacional da segurança pública, de outro, e de uma engenharia política que tinha como epicentro o combate à criminalização da pobreza e o apoio à legalização das drogas. Uma parceria que se expressará em referências mútuas ao longo dos anos seguintes na produção de ambos na Revista do ISER, na qual Zaluar integra a comissão editorial desde 1976, e em outros veículos de divulgação¹⁵⁵.

A interação com o ISER é outra referência que nos auxilia na compreensão da "multiposicionalidade" da antropóloga, que explicaria um importante eixo das mudanças no espaço das ciências sociais no Rio de Janeiro. Fundado em 1970, em Campinas-SP, o Instituto é

¹⁵⁵ Como o *Jornal do Brasil* (cf. Zaluar, 1996), na coletânea *Drogas e cidadania* (Zaluar (org.), 1994) e também por ocasião de Seminários, a exemplo do *IV Seminário Direito e Sociedade* da CLACSO, na Fundação João Pinheiro, em 1987.

formado por teólogos (protestantes e católicos) em conflito com suas Igrejas e por cientistas sociais especializados em religião, interessados em debater trabalhos e eventualmente publicá-los (Cêpeda, 1995). Nos seus primeiros anos haveria uma aproximação com a revista "Paz e Terra", publicada pela editora carioca "Civilização Brasileira", mas em 1977, em ligação com a UNICAMP, o Instituto criaria a sua própria revista, a *Religião e Sociedade*. Dois anos depois, em decorrência do deslocamento de parte dos seus integrantes, em especial do seu então presidente, Rubem Cesar Fernandes¹⁵⁶, que seria integrado no quadro de docentes do Museu Nacional, o ISER é transferido para o Rio de Janeiro, onde se firmaria com base em pesquisas encomendadas pela Igreja Católica e recebendo maior adesão de cientistas sociais daquele estado.

Em 1985, a entidade passaria a agregar um espaço mais amplo de linhas de pesquisa, abrangendo investigações sobre religião (catolicismo, protestantismo, religiões afro-brasileiras, judaísmo) e relacionando-as com questões sociais e políticas da época. Nesse ano, ela receberia financiamento da FINEP e, em 1986, confirmando e legitimando a crescente projeção do ISER no campo das Ciências Sociais no âmbito carioca e nacional, o Instituto foi admitido como associado da ANPOCS, apesar de resistências:

De acordo com os relatórios do ISER e o depoimento de Rubem César Fernandes, embora os membros da entidade já participassem há alguns anos de atividades da ANPOCS, em "Grupos de Trabalho" sobre religião, houve "a objeção de que o ISER não produzia pesquisas, era um lugar de encontro de pesquisas". No entanto, com a argumentação de que "esse encontro era gerador de conhecimento" – registrado, por exemplo, na revista "Religião e Sociedade", apoiada pela FAPESP e pelo CNPq – e contando também com o aval de membros da ANPOCS que mantinham vínculos com o ISER, a entidade "passou arranhando", conforme a expressão utilizada por um de seus principais articuladores (Cêpeda, 1995: 157).

No ano de 1987, o ISER se transformaria em ONG, em um processo de expansão de atividades, inclusive em parceria com órgãos do governo, na assessoria a centros religiosos e em projetos envolvendo prostitutas, "meninos de rua", e apoio a vítimas da AIDS. A sua ascensão durante os anos 1980 demonstraria a consolidação de um mercado acadêmico das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (ao qual seria necessário acrescentar o IUPERJ, o Museu Nacional e também o IBASE), regulado pela posse de titulações pós-graduadas, como atestaria o projeto da FINEP¹⁵⁷,

¹⁵⁶ Rubem César Fernandes é nascido em família protestante e fez parte do movimento estudantil marxista nos anos 1960. Durante o regime militar ele exila-se na Polônia e nos Estados Unidos, onde alcança o mestrado em Filosofia pela Warsaw University e um PhD em História Intelectual na Columbia University. Ao retornar ao Brasil ele se torna diretor de pesquisas do ISER (Pereira, 1996).

¹⁵⁷ Segundo o relatório, haveria "um quadro de 'pesquisadores' composto por 51 pessoas, entre as quais

que teria lhe permitido a articulação entre "intervenção prático-política" e pesquisas academicamente orientadas. Nesse sentido, "em retrospectiva, e guardadas certas proporções, a estratégia de afirmação institucional realizada no ISER – que em 1992 chegou a operar com uma receita de 2,5 milhões de dólares – parece ter sido bastante análoga à do SOCII" (*Idem ibidem*: 159). Contudo, a estreita associação entre titulações acadêmicas, atreladas ao movimento ascensional da Antropologia, e os recursos financeiros advindos de entidades religiosas nacionais e internacionais, teria garantido ao ISER sua sobrevivência e consolidação, à diferença do SOCII, que se veria paulatinamente esvaziado, pela consolidação das atividades universitárias segundo uma lógica interna própria (IUPERJ e Museu Nacional), pela reformulação dos canais de participação política com a redemocratização, e pela pluralidade de novos Institutos e ONGs, como o ISER e o IBASE.

Outro eixo de afirmação dos pesquisadores no Rio de Janeiro foi o debate público através da imprensa, onde o exemplo de Alba Zaluar será novamente ilustrativo, na organização do seminário *O Rio contra o crime*, que se baseou em discussão da pesquisa de opinião feita pelo jornal *O Globo* em 1984. Diante das poucas fontes estatísticas confiáveis sobre a dinâmica da criminalidade, esta pesquisa foi aproveitada pela antropóloga como uma maneira de discutir as visões da sociedade carioca a respeito da sensação de insegurança, da experiência de vitimização, da atuação do Estado e das respostas possíveis à situação (Zaluar, 1985a). Ganhariam destaque os níveis de desconfiança em relação às instituições políticas, judiciais e policiais e as demandas por punição, sintoma de uma cultura política autoritária e conservadora. Contudo, o quadro de opiniões seria bastante complexo e polarizado, com desníveis entre as opiniões dos que defendem pena de morte, em maior porcentagem, e os que defendem os grupos de extermínio, em menor número. Além disso, a pesquisa foi marcada por certos vieses, como a menor representatividade das opiniões dos estratos sociais mais pobres.

Será em torno desta lacuna que Zaluar utiliza de sua experiência etnográfica e investe na "audição" das classes populares através de uma série de entrevistas que, apesar de expressarem um nível de desconfiança em relação às instituições públicas também elevado, demonstraria as diferenças da relação entre polícia e sociedade nas áreas pobres e ricas do Rio de Janeiro e sua contribuição para a engrenagem que conduz os jovens "revoltados" da deriva à carreira criminal. Desconsiderar a complexidade do tecido social associativo das classes populares contribuiria para a associação da pobreza à criminalidade e ao atraso, convertendo-os em inimigos da civilização e da democracia, e consolidando assim a ascensão da "lei da favela" associada à subcultura do

encontravam-se 15 doutores, 8 doutorandos, 9 mestres, 14 mestrandos e 4 graduandos [...] 'em sua grande maioria' os pesquisadores mantinham com o ISER um 'vínculo de tipo 'serviços pessoais', como 'autônomos' " (Cêpeda, 1995: 157).

individualismo, da honra masculina e do crime como negócio, a "cultura do excesso".

Este envolvimento no debate público resultará em diversas publicações em periódicos científicos e em jornais e revistas de circulação mais ampla, posteriormente reunidos no livro *Condomínio do Diabo* (Zaluar, 1994). É possível afirmar, nesse sentido, que o seu trajeto de pesquisa futuro é em grande parte explicado pelo encontro entre a dramatização do problema da "violência urbana" no Rio de Janeiro e o reconhecimento público do seu trabalho. Isto lhe deu a oportunidade de situá-lo estrategicamente, como ponta de lança de um reposicionamento singular e crítico da abordagem dos "temas clássicos" feita pela sociologia e antropologia das classes populares no Brasil - os movimentos sociais, o sindicalismo, o clientelismo político, a religiosidade e os códigos de honra -, a partir da aproximação, permitida pelo método etnográfico, com o universo dos sujeitos responsabilizados pelo crescimento da violência criminal. Como tradutora do "significado da pobreza" contido na situação, na fala, e nos atos daqueles que foram transformados nos "bárbaros" da sociedade carioca e brasileira, a antropóloga ensaiou atravessar a barreira quase intransponível no imaginário social entre o morro e o asfalto.

A opção pelo estudo das relações de vizinhança e solidariedade locais fora então capitalizada na forma de descoberta das formas organizativas da criminalidade e da desconstrução da representação determinista que ligaria a pobreza à criminalidade no debate público, tanto à esquerda como à direita do espectro político. Para a antropóloga, o elogio da "cultura marginal" e do "bandido-herói" ou "bandido-revolucionário" seria o outro lado da moeda do argumento defendido por aqueles que demandam como solução para o problema da violência criminal um controle rígido da pobreza, considerada como "classe perigosa". O princípio explicador da conduta criminosa não seria a pobreza, mas os diversos processos simultâneos, de causalidade complexa, envolvendo a territorialização do tráfico de drogas, a estruturação de uma sociedade de consumo e a exclusão social, que incluiria não somente o desemprego ou razões econômicas, mas o afastamento da escola, a diluição dos laços sociais com o enfraquecimento do associativismo local e a situação de "privação relativa" na busca por prazer e poder, que reforçariam a motivação para o ato desviante. As crianças e jovens não atrelados ao mercado de trabalho, vivendo entre a casa e a rua e infensas à autoridade educadora dos adultos, tornar-se-iam vulneráveis às "técnicas de amedrontamento" da polícia e à sedução do poder da arma e do dinheiro fácil. Na medida em que o tráfico de drogas oferece aos jovens em dificuldades no mercado de trabalho a oportunidade de ganhar dinheiro fácil e status, a autoridade dos homens adultos passa a ser contestada por "jovens revoltados" com arma na cintura.

A entrada no universo do crime se realizaria especialmente através de relações constituídas na resolução de conflitos interpessoais: na retribuição de um insulto, na recuperação

da honra e da masculinidade ou na defesa contra um achaque policial, a arma ou o dinheiro emprestado pelo "bandido" pode se tornaria um primeiro passo dentro de um jogo de trocas e favores que formaria uma espiral de envolvimento a dificultar a saída da influência do mundo do crime:

Qualquer um desses infortúnios leva o trabalhador a se armar, seja para defender a própria pele, seja para se vingar, seja porque nada mais importa num mundo injusto. "Revoltam-se", eu ouço, tomando uma arma de fogo emprestada ou comprando uma para botar na cintura. Este é o sinal de sua "revolta". "Este é o condomínio do diabo", disse-me um desses jovens, porque, uma vez de arma na mão, o jovem se vê envolvido num circuito de trocas (de tiros) implacável nas suas regras de reciprocidade. Para sobreviver, o jovem "revoltado" tem que se juntar a uma das quadrilhas que dividem entre si o controle da área. Cada uma tem o seu território próprio e, como disputam o lucrativo comércio, de vez em quando estoura uma guerra entre elas, provocada pela ambição de domínio do território alheio. Armar-se é uma necessidade, pois "ficar desarmado", eu ouço, significa entrega, a invasão do seu território. Essa linguagem militar não é usada apenas pelos bandidos, mas por moradores locais que precisam da proteção dos bandidos de sua área contra os de outra. Porque um bandido, a não ser que desconheça as regras básicas da convivência com os trabalhadores, jamais rouba ou ataca ali. De preferência, os bons bandidos, os benquistos por todos, roubam apenas aqueles a quem o produto do roubo não vai fazer falta, isto é, os que moram nos bairros ricos da cidade. É esta a sua ética de bandido social e é por causa delas que alguns se tornam heróis para o povo do local (*Idem ibidem*: 11).

Mas o elogio do "bandido protetor" encontraria limites nas classificações nativas, de acordo com diferentes circunstâncias. Ele seria mobilizado na contraposição à equivalência entre pobre e bandido feita pelo "olhar externo" da sociedade mais ampla, concretizada na figura do policial, cuja atuação seria caracterizada pela completa ausência de moral no tratamento junto aos moradores. De acordo com a ordem de comparação e a distância social que se toma como referência (família, vizinho, morador...), as classificações sofrem um processo de refração, da igualdade à completa oposição¹⁵⁸. Apesar deste complexo cruzamento de representações, uma

¹⁵⁸ No que se refere à guerra entre traficantes, aciona-se a figura do "bandido formado", que manteria o respeito e a ordem no "pedaço" em que atua, contrapondo-se a outros tipos de bandido, como o "pivete" ou "porco", que não respeitaria a etiqueta local do uso da força, ou o bandido invasor. Por sua vez, quando se trata da explicação para a opção pelo crime, reproduz-se novamente a diferenciação entre o olhar para dentro e o olhar para fora. No primeiro caso, o bandido é considerado um igual, pelo compartilhamento das mesmas condições de vida. A vida no crime é vista como sina. Mas, ao mesmo tempo, o bandido é aquele que é seduzido pelo "dinheiro fácil" e pelos "maus hábitos" e, portanto, distinto do trabalhador. A vida no crime é opção ou tendência para o mal. Por sua vez, se o bandido percebe o trabalhador como o "otário", aquele que adere à escravidão do esforço sem recompensa, o trabalhador vê a si mesmo como o "malandro", aquele que escapa da morte rápida. Há uma diferença entre "vencer na moral" e "vencer na força" (Zaluar, 1994).

mudança seria fundamental: a ascensão do "ferro" ou máquina" (revólver), criaria uma diferenciação mais nítida entre o tempo do "malandro", que utilizava de habilidades outras para recusar o mundo do trabalho, e o tempo do "bandido", que impõe o domínio pela força e se volta ao enriquecimento rápido. A não consciência desta mudança conduziria à projeção, por parte de intelectuais de esquerda identificados com a figura do malandro, da imagem do bandido como herói da resistência ou da revolução, quando o observável seria a formação de padrões de dominação e tirania.

O aumento do consumo de cocaína e a fácil aquisição de armas de fogo provocaria uma reviravolta nas relações de poder no interior desta população, com a territorialização do tráfico nos bairros e favelas e a sua articulação em Comandos, que modificam as atribuições e influência dos "donos da boca". Anteriormente integrados como apenas mais um elemento da vida social local, ao longo da década de 1980, o "dono da boca" passa a ser o "dono do morro", aquele que comanda todas as "bocas" de um determinado território, mas que também começa a interferir na associação, na escola de samba, no bloco de carnaval, em todos os setores da vida social, transformando o domínio em terror. As guerras entre os donos das bocas na Cidade de Deus exemplificariam as reações e acomodações a um estágio da evolução do tráfico de cocaína, que trouxe uma corrida armamentista entre quadrilhas e comandos de traficantes com o objetivo de afastar competidores dos territórios já dominados na maioria das favelas da cidade. Assim, a "deriva criminal" entre parte da juventude pobre se constituiria como um aspecto da adoção de um determinado estilo de vida, ligado aos princípios do individualismo moderno, como o consumismo e a realização dos desejos íntimos que, ao encontrarem as condições específicas da territorialização do tráfico de drogas, ganharia a forma de um etos guerreiro, baseado na "disposição para matar" como afirmação de masculinidade:

[...] o etos guerreiro e a hipermasculinidade, na qual o consumo conspícuo define as novas identidades masculinas bem-sucedidas e obriga a ter dinheiro para ajudar amigos, vizinhos e parentes, impressionando-os com a exibição de joias e roupas dispendiosas no próprio corpo, com festas e pagamento de bebidas em locais públicos, estratégias dos que buscam dominar pelo poder das armas e de muito dinheiro no bolso. Esses estilos de masculinidade exacerbada ou de exibição espetacular de protesto masculino criaram o contexto social do conflito armado localizado, mas sem fim, que alguns chamam "guerra molecular" (Zaluar, 1997; 2004), que opera pela desumanização do inimigo, o que justificaria as atrocidades cometidas contra eles. E, ao final, abalaram a sempre frágil civilidade dos moradores de cidades brasileiras, civilidade que fora construída ao longo de décadas, principalmente nas variadas associações vicinais, inclusive as recreativas escolas de samba, os blocos de carnaval, os maracatus, as folias etc.

(Zaluar, 2012: 349).

Dessa maneira, a autora indica as mudanças que tornaram tráfico de drogas um fator que reorganiza as relações sociais em favelas no Rio de Janeiro, em continuidade com processos mais amplos de intercâmbio cultural e econômico. A constituição desse cenário é compreendida como um processo *boasiano* de difusão cultural de sociabilidades juvenis desviantes, cujos modelos principais são as *gangs* norte-americanas - caracterizadas por organização hierárquica (líderes, regras de comportamento, rituais iniciáticos), divisão territorial étnica e racionalidade instrumental como meio de enriquecimento - e as *galères* francesas – grupamentos pouco hierárquicos, que não se orientam para o envolvimento sistemático com os meios ilegais de enriquecimento, mas para a confrontação com representantes da ordem pública (polícia, prédios) ou incêndios de veículos. A quadrilha de traficantes brasileiros, por sua vez, embora mais próximo do modelo da gangue, pela valorização da arma de fogo, do domínio territorial, do enriquecimento rápido e do machismo, configura-se de outra maneira, com relações mais ambivalentes com o bairro, menor durabilidade e menor identificação étnica. Entre a "sociologia da juventude" norte-americana e a "sociologia de classe" europeia, Zaluar busca apoio na "teoria do crime organizado", utilizando em especial a história da máfia italiana para traçar um paralelo com o crime organizado em facções e comandos no Brasil. O paralelo serve para reforçar a ideia da organização da criminalidade no Rio de Janeiro, que é tema controverso entre estudiosos brasileiros, mas as diferenças entre os dois contextos e fenômenos, em termos de estrutura e estilo de mando, seriam suficientes para a opção pela reserva quanto a noção de "crime organizado" e opção pela ideia de redes de crime-negócio.

A coincidência da política norte-americana da guerra às drogas com as mudanças culturais que associam juventude, prazer e consumo, a partir dos anos 1970, teria favorecido o aumento da violência em quase todo o continente americano, abrindo a possibilidade de que o comércio dessas mercadorias se torne lucrativo a ponto de fomentar o surgimento de organizações, não necessariamente burocráticas, embora hierárquicas, para manter a continuidade da atividade em redes de fornecedores no atacado e vendedores no varejo. Na conexão entre os planos global e local, a questão principal estaria nas redes subterrâneas que favoreceram a entrada de ricos negociantes nos mercados informais como fator de constituição de um "exército de empregados e sócios menores" responsáveis pelo domínio territorial para a venda de tráfico no varejo. Estas relações subterrâneas explicariam a acumulação de capital por atores exteriores, responsáveis pela continuidade do abastecimento de drogas e armas às redes locais de traficantes, cujas lideranças sucedem-se em ciclos curtos de vida e de acumulação por conta da lógica de guerra com grupos rivais e com a polícia.

O principal quadro interpretativo utilizado por Zaluar para dar conta das mudanças no plano da sociabilidade juvenil e da organização criminal é a literatura sobre o processo civilizador na Europa, em especial o processo de informalização traduzido na difusão de culturas jovens que tornam a autoridade contestável e sua relação com o processo de ordenamento psíquico ou de disciplina pessoal, que substituiu a destruição física dos rivais pelo controle das emoções na rivalidade regrada através do esporte, na música e no jogo parlamentar (Elias e Dunning, 1993). Em uma sociedade pacificada o monopólio legítimo da violência pelo Estado é efetivado por modificações nas características pessoais de cada cidadão. Por esse mesmo motivo, o processo civilizador não seria uniforme. Se o Estado é fraco e, por conseguinte, os laços "paroquiais" (de vizinhança, de família ou clã) tornam-se mais fortes, o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo diminuiriam a pressão social para o controle das emoções e da violência física, resultando no uso aberto da violência para resolver conflitos e baixos sentimentos de culpa. Nesse sentido, no Brasil o aumento da criminalidade violenta seria explicado pelo retrocesso nos códigos de conduta e no autocontrole individual: a persistência de um Estado de direito não consolidado e da desigualdade social interfere no processo de socialização e na aquisição das disposições e posturas mais condizentes com a participação ou inclusão na sociedade, com maior flexibilidade moral para promover o diálogo entre impulsos e modelos de conduta disponíveis. Para tanto, a convivência em jogos de sociabilidade em locais públicos, fora do âmbito familiar, seria imprescindível para a consolidação de regras de civilidade.

Ao interpretar o processo civilizatório pelo viés político-institucional do monopólio legítimo da violência pelo Estado, Zaluar se aproxima das teorias da eficácia coletiva e do capital social, voltadas ao estudo das relações de confiança e de reciprocidade (Zaluar e Ribeiro, 2009). Seria preciso considerar como as diferentes localidades se vinculam ao poder político através de intermediários clientelistas ou associações voluntárias e sua influência sobre a maior ou menor capacidade ou disposição dos vizinhos para se organizarem na resolução de problemas comuns, dentre eles a socialização de crianças e adolescentes. A sua perspectiva, nesse sentido, dirige-se contra duas tendências nas "teorias da desorganização social": a centralidade da polícia nos mecanismos de controle social das relações de vizinhança; e o autocontrole como conceito central na explicação da criminalidade. Quanto à primeira tendência, caberia à polícia cuidar dos locais públicos que envolvem encontros entre desconhecidos, em espaços urbanos deteriorados, em uma cooperação que conservasse a autonomia da capacidade organizativa e participativa dos moradores. Fortalecer as organizações nas vizinhanças, mais do que "caçar criminosos", seria a saída para os problemas de controle social informal. Em relação à segunda, o problema estaria na ênfase em características que não são exclusivas do comportamento criminoso, mas de atividades

que envolvem risco ou desafio.

A conjugação das duas tendências estaria presente na realidade carioca, seja em projetos de intervenção pública, como as UPPs, seja em fenômenos criminais, como as "milícias". Nas primeiras, os líderes comunitários denunciam o "adestramento" militar de crianças e jovens através da intromissão de policiais em programas socioeducativos; nas segundas, a submissão das relações de vizinhança à autodefesa favoreceu a organização despótica de uma força paraestatal que teria inicialmente, ou como justificativa, o objetivo de inibir a presença de suspeitos de praticarem assaltos e o domínio armado do tráfico de drogas. Embora haja uma grande diferença entre as UPPs e milícias, ambas tornam-se comparáveis como expressão das formas de manutenção da ordem pública local que se baseiam no controle da violência visível nas ruas através do controle sobre os jovens e em detrimento do combate e investigação das redes mais extensas do "crime-negócio", que continuariam a operar mesmo com o fim dos confrontos públicos entre polícia e criminosos. Em suma: "não será apenas com a Polícia Militar socializando os jovens vulneráveis, por mais pacificadora que esta seja, que vamos superar enfim a sociedade 'incivil'" (Zaluar, 2012: 360).

A polícia seria necessária, sobretudo para interromper o fluxo de armas ou para a conquista de territórios, mas, ao mesmo tempo, seria preciso estimular a vida associativa local, devolvendo aos moradores a autonomia, fundamento de qualquer parceria. A reaproximação entre lei e moralidade, através da maior preocupação com crimes contra a propriedade e contra a pessoa e da reforma do sistema de justiça, em especial da atuação policial, é concebida no interior de um modelo de integração social baseado na reconstrução dos circuitos de reciprocidades locais. Essa é a perspectiva que se fará presente em seus trabalhos sobre vitimização e políticas de bem-estar social, na interface entre políticas de educação, saúde e de prevenção urbana, que se torna a base para sua atuação em projetos coletivos de pesquisa no *Núcleo de Pesquisa das Violências* (NUPEVI / IMS-UERJ) e também junto ao poder público no Rio de Janeiro¹⁵⁹.

Em síntese, o trabalho de Zaluar é tomado como exemplo da superação do modelo de causalidade direta da "carência absoluta" e da dualidade da "cultura da pobreza", para a tomada das carreiras criminosas como objeto de estudo a partir das representações dos atores envolvidos,

¹⁵⁹"Fiz um projeto para a prefeitura [César Maia, 2001-2002] que se chamou "Segurança Participativa – Um Rio de Paz sem Medo". No grupo de trabalho, eu justamente tentava juntar a minha preocupação com esse desmantelamento das organizações, o que havia estudado no início da década de 1980; desmantelamento esse que era muito forte porque estavam sendo muito ameaçadas pelo tráfico. A reação de medo, a postura reativa de parte da população, especialmente nos subúrbios, de se voltar para dentro de suas casas, ter medo de sair, a deterioração urbana etc.. Esse projeto pretendia fazer com que as pessoas participassem cada vez mais das atividades vicinais, que tivessem direta ou indiretamente a ver com segurança, que se investisse cada vez mais, e de modo também participativo, no lixo que se acumula em certas áreas, na aparência das ruas, poda de árvore, meio-fio, calçada, coisas pequenas, mas que têm um impacto" (Zaluar, 2004: p.151).

considerados como sujeitos de suas ações. Como expressariam os seus nativos: "Ninguém é bandido porque quer" (Zaluar, 1985; 1997). Nesse sentido, não há total desconstrução das diferenças entre mundo do trabalho e mundo do crime na representação dos sujeitos pesquisados: "apesar das privações que a pobreza traz, apesar do esforço incessante e desgastante, apesar das possíveis humilhações por parte de patrões, o trabalho ainda é a fonte de superioridade moral dos trabalhadores e seus familiares" (*Idem*, 1985:132 - 147). Nem guerra civil entre classes, nem guerra entre polícia e bandidos, para a antropóloga o aumento da criminalidade violenta no Rio de Janeiro liga-se à violência intraclasse e intra-seguimento, que não poderia ser explicada apenas pelo econômico, mas pela estrutura do tráfico de drogas, em especial a relação entre "chefes" e "teleguiados", e seus efeitos sobre as relações de autoridade entre gerações, com a constituição de "áreas de exclusão da lei" ou "anomia social difusa" (*Idem ibidem*: 60; 158).

A produção de Alba Zaluar, sobretudo por sua abordagem etnográfica em um momento de pouco investimento neste tipo de pesquisa e por sua atenção às segmentações existentes entre as classes populares (e não a homogeneidade, como ressaltariam as análises que ressaltam a oposição burguesia/proletariado), é considerada marco de uma história social e antropológica da criminalidade violenta no Rio de Janeiro. Esta, por sua vez, envolveu o entrelaçamento, por complemento ou por contraste, da produção sobre a territorialização das disputas no mercado da droga, a transição da "boca de fumo tradicional" para o "movimento" e a consolidação das facções organizadas, representada em especial pela produção de um conjunto de cientistas sociais (Paixão, 1987; Coelho, 1988; Prates Coelho, 1992; Peralva, 2000).

Esse debate contará, em especial, com as reflexões de Michel Misse a partir dos anos 1990. Ausente da produção neste campo desde o fim do *socii* e seu envolvimento na reconstrução do IFCS, Misse retornará em duas intervenções polêmicas/propositivas: em 1993, no Seminário *Brasil em Perspectiva: os anos 90*, promovido por Luiz Antonio Machado da Silva, com a colaboração de Yvonne Maggie e Peter Fry, no Laboratório de Pesquisa Social (LAPS/IFCS); e em 1995, na Mesa-Redonda *Violência no Público e no Privado*, no Seminário *Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro*, no IUPERJ, sob a coordenação de Neuma Aguiar. Destes dois eventos resultarão *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas* ([1993] 2006) e *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas* ([1995] 2006).

Uma questão que permite integrar estas reflexões é a problematização dos limites das críticas da literatura sociológica brasileira ao tema da percepção social que interliga causalmente a pobreza ao crime. Retomando alguns dos aspectos já enunciados em *Crime: o social pela culatra* (1979b) Misse questiona em primeiro lugar o alvo das críticas sociológicas, adversários difusos,

“cujos nomes também não se sabe com precisão e cujas teses não foram publicadas em lugar nenhum, mas que pensam coisas impressionantes, fortemente deterministas” (Misse, [1995] 2006: 31), ou a representações de senso comum, desprovidas de uma definição conceitual e analítica passível de larga interpretação. O autor pretende então fazer avançar o debate ao “resumir as teses do fantasma contra o qual se erguem as críticas” (*Ibidem*: 32), a exemplo da causalidade entre “pobreza” e “crime”:

A 'tese' é apresentada de diferentes maneiras, mas sua univocidade implícita é extremamente ingênua: *uma correlação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade*. O autor desta tese ingênua é desconhecido até hoje, embora se saiba que é uma 'opinião' generalizada no imaginário social. Mas a narrativa crítica não parece se dirigir ao imaginário e sim a um interlocutor científico. Neste caso, a univocidade da tese desaparece sob as variedades de imputação: são acusadas as 'teorias da classe perigosa', as 'teorias da marginalidade' e as explicações baseadas na noção de 'estratégias de sobrevivência'. Os argumentos críticos principais são os seguintes: 1) se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é; 2) a esmagadora maioria de presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um 'roteiro típico', que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e os desocupados) com a criminalidade; 3) os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são 'trabalhadores honestos' [...] Mais recentemente, ficamos sabendo (Paixão, 1990; Zaluar, 1994a) que essa 'tese' aproxima seus 'autores', de um lado 'marxistas vulgares' e de outro 'conservadores' de direita. Mas continuamos na ignorância de seus argumentos, só a tese os aproxima (*Ibidem*: 33-34).

Apesar da validade das críticas no desmonte de preconceitos e roteiros típicos do sistema policial e judicial, que não inclui a criminalidade das classes médias e das classes dominantes e na demonstração da complexidade dos fatores determinantes da questão criminal, “a contradição estatística entre uma maioria de pobres que não opta pela carreira criminal e as prisões cheias de pobres” não poderia ser resolvida apenas como equívoco de uma ou outra teoria ou metodologia. Não se poderia querer “resolvê-la”: “quem tenta fazê-lo termina recalçando-a no seu discurso, que se torna assim tipicamente ideológico” (*Ibidem*: 47-48). A relação crime e pobreza não existiria simplesmente como algo a ser negado, mas como representação a partir da qual seria possível indagar a respeito das utopias sociais e hipóteses sociológicas, dentre elas a que insiste em não enxergar nenhum vínculo entre criminalidade e pobreza: “Ao simplesmente negá-lo, não se estaria recalçando que os crimes dos pobres têm efetivamente maior visibilidade social, maior reação moral e maior interesse público que o crime dos ricos?” (*Ibidem*: 35). Com a nova roupagem do “crime organizado” a partir dos anos 70, instalado nas favelas, conjuntos habitacionais pobres e na

Baixada, seria inegável a “associação” do crime com a pobreza. Embora esta se realize de maneira distinta da convencionalmente reproduzida nos “roteiros típicos” das agências de segurança pública e justiça criminal, haveria uma continuidade, não linear nem direta, demonstrada em trabalhos como o de Alba Zaluar na Cidade de Deus (1985) ou de José Ricardo Ramalho, sobre o *Mundo do Crime* nas prisões ([1979]2002), que tematizam de uma maneira ou de outra, a *revolta* (Misse, [1993] 2006:16).

O tema da revolta, entretanto, não seria a afirmação de outros dos “mitos” presentes nas explicações da criminalidade, que giram em torno da criminalidade como aprofundamento da luta de classes ou da resistência histórica de grupos subalternizados e que se traduzem seja na identificação do migrante nortista inadaptado como personagem central da violência urbana, seja na versão do bandido-herói redistribuidor de renda. Em negação a estas simplificações e ao modelo de racionalidade instrumental e de cálculo utilitário que estaria subjacente à associação crime-pobreza, para Misse, os significados da revolta parecem expressar, não de modo explícito ou simples, as associações entre estrutura de classe, formas de sociabilidade e práticas criminalizadas:

A crítica que alguns autores dirigem a essas representações de revolta e injustiça como 'detonadoras' ou 'justificadoras' da escolha criminal, parece compreender de forma muito 'clássica', restrita, o princípio heurístico marxista da luta de classes, apenas como expressão de lutas 'econômicas' ou 'políticas' coletivas e 'politicamente justas' [...] Ao desconectá-lo inteiramente de motivações que também se determinam nas situações de classe, não estaríamos a reificar a criminalidade urbana apenas nos agentes mais notoriamente violentos, como faz o *pulp fiction*, desvinculando-os completamente das múltiplas redes sociais de violência cotidiana que constituem o nosso tipo de capitalismo? (Misse, 2006: 46)

Assim, haveria uma realidade criminal específica, “efetivamente associadas às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos 'marginalizados' nas grandes metrópoles brasileiras” (*Ibidem*: 34), a produzir demandas de políticas de segurança pública. A sua pretensão é investigar o desenvolvimento histórico e as características desta criminalidade através de sua associação com os modos de operar o poder das classes subalternas, retomando o entendimento do historiador inglês Edward Thompson sobre uma situação de "luta de classes sem classes" (Thompson, 1979; 1987). Ele aponta, então, para as articulações entre várias atividades informais ou ilegais (contravenções, contrabandos, nem sempre articulados racionalmente) ligadas à procura de alternativas econômicas e a participação direta ou indireta de policiais e ex-policiais em sua regulação, que constituiriam um circuito de negociações sobre a tipicidade dos crimes. Estes

mecanismos de negociação e acordo local no encaminhamento e resolução de conflitos conformariam um mercado ilícito de direitos:

Não se trata apenas de uma “corrupção” de costumes ou de um “desvio”, mas da constituição de uma ordem ilícita funcional para o tratamento, encaminhamento e solução de contradições sociais em escala micro-social, inter-individual, algo como uma “ordem legítima” paralela, em convivência contraditória, mas não necessariamente conflitual com a ordem legítima legal, e que se baseia na legitimação tácita desse tipo de trocas e desse tipo de mercado. No Rio de Janeiro, a capoeiragem, a prostituição, o jogo do bicho, o contrabando, o mercado de bens roubados e o varejo de drogas ilícitas constituíram, em diferentes épocas, signos populares dessa dupla ordem (Misse, 2008: 18-19).

Na relação de convivência ou coexistência destas “duas ordens legítimas paralelas” se construiria dinâmicas cíclicas de acúmulos de percepções sobre o aumento da violência e metamorfoses nos padrões de sociabilidade e de práticas criminais, exemplificada pela história, não linear, de sobreposição entre *mercadorias políticas*¹⁶⁰ e diferentes mercados informais ilegais. A evolução do jogo do bicho e depois do tráfico de drogas seriam exemplos desta *acumulação social da violência* que expressaria as peculiaridades da “violência urbana” no Rio de Janeiro e no Brasil. Nesse sentido, no desenvolvimento desta tese, Misse conjuga duas ambições simultâneas: uma, mais analítica ou teórica, de compreensão da construção social do crime; e outra, histórica e comparativa, sobre o desenvolvimento do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Quanto ao primeiro aspecto, a pretensão é abordar o crime como um curso de ação social institucionalmente classificado a partir de uma operação complexa, sociologicamente política, uma vez que dependente de um conjunto de dispositivos de poder (constituição, código penal, aparato policial...) e de uma reação moral e social por parte de indivíduos e grupos mobilizados na denúncia e acusação. Assim, as várias fases desse processo, da rotulação de um curso de ação como crime até a sujeição do indivíduo aos procedimentos judiciais, são permeadas pela construção de *tipos sociais* (o malandro, o vagabundo, o traficante) que solidificam as desigualdades entre classes dominantes e classes subalternas ao legitimarem roteiros estereotipados das agências policiais. Dessa maneira, Misse critica a criminologia positivista

¹⁶⁰ “Chamo de ‘mercadorias políticas’ o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos ‘políticos’ (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de ‘corrupção’ é um dos tipos principais de ‘mercadoria política’ ilícita ou criminal. O ‘clientelismo’ é, por sua vez, uma forma de poder baseada na troca de diferentes mercadorias (políticas e econômicas), geralmente legal ou tolerada, mas moralmente condenada por seu caráter hierárquico e sua estrutura assimétrica. As fronteiras entre o ‘clientelismo’ e a ‘corrupção’ por serem moralmente tênues, no Brasil, tendem a reforçar e ampliar o mercado político ilegal e criminal” (*Ibidem*: 180).

implícita às práticas policiais e judiciais, em sua indiferenciação entre a transgressão e o indivíduo, cuja singularidade é subsumida no processo de *sujeição criminal* e capturada pelo *sistema perito de práticas* que se constrói em torno das causas do comportamento criminoso. No centro da discussão está a regulação das distâncias sociais em uma sociedade desigual, com sensibilidades jurídicas locais variadas, frente a um sistema jurídico hierarquizado, cujo principal mediador da acusação social, a polícia, é perversamente contaminado por uma visão estereotipada do pobre.

Através dessa perspectiva, Misse procura reconstruir analiticamente as dimensões representadas pela noção de “violência urbana”, localizando não simplesmente o aumento *per se* da criminalidade, mas da relação entre práticas criminais e as variadas demandas por ordem e sensibilidades jurídicas. Desse modo, ao menos três ciclos ou momentos sobrepostos poderiam ser destacados na história da “banditagem urbana” no Rio de Janeiro: do predomínio do malandro, do valente e do gatuno (ação individual e uso de arma branca) do início do século XX à passagem para o marginal (arma de fogo e ação em grupo) a partir dos anos 1950; o distanciamento do bicheiro dos dois tipos precedentes, a partir da organização da cúpula do jogo no Rio, no final dos anos 70, e sua presença nos espaços do samba e da política institucional, aproximando-o do tipo “mafioso”; e o surgimento do vagabundo como tipo que designa tanto o assaltante, o sequestrador e o pivete, mas especialmente o traficante. Importa ressaltar nesta história que a representação de um aumento incontrollável da “violência urbana” se daria ainda entre 1950 e meados dos anos 1970, com a progressão de assaltos a bancos, a residências e sequestros em uma escalada “concorrente” com a violência policial, na forma de esquadrões da morte. É considerando a complexidade destes antecedentes que Misse analisa a territorialização do tráfico e de suas formas de organização proto-políticas. Entre as dualidades causais da impunidade e da desigualdade de renda, Misse aproxima-se da questão da desigualdade de direitos civis e da relação entre o funcionamento das instituições de justiça criminal e a crise de civilidade, normalização e do autocontrole por parte da população brasileira.

Como marcos fundadores da sua agenda de pesquisas, em torno do qual organizará o *Núcleo de Estudos do Conflito e da Violência Urbana* (NECVU/UFRJ), Misse indica duas contribuições principais: 1) o impacto da publicação de *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault¹⁶¹, ainda nos anos 1970, que deslocou estrategicamente o enfoque tradicional de causalidade do crime ao atrelá-lo aos dispositivos que detêm o poder de produzir a verdade jurídica. Daí a importância da “questão penitenciária” como objeto privilegiado de estudo nos anos 1970 e 1980, a qual se associa a teoria da rotulação (*labelling theory*) e o relativismo antropológico e que explicaria o

¹⁶¹ Cujos esboços foram apresentados pela primeira vez ao público no Rio de Janeiro, em 1973.

provável desinteresse pelas teorias da criminalidade produzidas principalmente nos Estados Unidos; e 2) a produção do cientista político Edmundo Campos Coelho, em especial um pequeno ensaio intitulado *A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade* (1978), que antecipará o fim das relações entre explicações da criminalidade e o “neomarxismo das teorias da marginalidade”.

Caberia indicar ainda uma terceira influência, a dos trabalhos do sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva a respeito de uma dupla ordem normativa e do desenvolvimento de uma sociabilidade violenta. A produção de Machado da Silva atravessa os temas centrais na agenda de pesquisas urbanas no país¹⁶² (Lima & Ratton (org.), 2011; Freire & Rocha, 2010), com base na qual investe na discussão mais ampla sobre as relações entre (a crítica da) marginalidade e a "violência urbana" de maneira a desafiar o que considera serem os lugares comuns das narrativas sobre a evolução do crime no Rio de Janeiro, crítica que inclui as próprias ciências sociais. A polissemia da "violência urbana", não a tornaria um conceito, mas uma representação compartilhada que diria respeito a duas ordens de fatores: as mudanças na estruturação do conflito social no Brasil a transformação dos padrões de organização da criminalidade comum e a partir dos anos 1970.

Quanto à primeira questão, assistiríamos a uma crise das formas de conflito organizado entre capital e trabalho garantidos pelo Estado a partir dos anos 1930 que, mesmo não resolvendo a desigualdade social, favorecia a inclusão ou a expectativa de futura inclusão das camadas populares em um acordo sobre os termos do pacto social. Em outros termos, a incompletude do assalariamento no Brasil e a dissolução das estruturas organizacionais e identidades coletivas que lhe sustentavam, teria reduzido o tratamento do conflito social a uma pauta de garantias de ganhos individuais, na qual o centro é a percepção de ameaça permanente à integridade física e patrimonial das pessoas. Em suma, a sensação de imprevisibilidade das rotinas seria sintoma de um processo de dessolidarização social, de perda de validade da “ordem institucional-legal”, que se acentuaria através das novas formas de organização espacial e relação entre classes nas décadas de 1980 e 1990 (Machado da Silva, 2010).

Esse processo forneceria o cenário para a mudança nos padrões de organização da criminalidade urbana. Se até aquele momento o uso da violência seria um problema secundário ou limitado, como exemplificaria o jogo do bicho com de sua estrutura empresarial e inserção política clientelística, a partir dos anos 70, os criminosos comuns se organizariam em empreendimentos cujo traço básico e rotineiro é o recurso universal à violência. Os bandos de traficantes e seu modo

¹⁶²A favela como problema habitacional; as transformações no mercado de trabalho e a questão da informalidade; a sociabilidade, o associativismo e a estrutura política nas favelas; e a "violência urbana" como nova linguagem de tradução do mundo social (Lima & Ratton (org.), 2011; Freire & Rocha, 2010).

de interação territorializado, diferentemente dos modelos da máfia, do jogo do bicho, da empresa, do exército ou das milícias, seriam constituídos de acordo com um modelo de organização sem justificativa moral ou ideológica, onde a alteridade é mínima, baseada em uma relação com o outro convertido em objeto ou ameaça. Nesse modelo, a violência física torna-se o princípio coordenador das práticas, o cerne de uma forma de vida social organizada ou um complexo de condutas em cuja formação a “ordem pública” não entra como referência. Assim, ao mesmo tempo em que se constitui como representação, a violência urbana diz respeito à convivência entre um padrão normativo público-estatal e uma ordem social específica, uma sociabilidade violenta, erigida em determinados contextos e em potencial expansão. A coexistência ou sobreposição entre esta sociabilidade violenta e uma sociabilidade pública, mais geral, sustentaria o processo de desconcentração da violência física e da institucionalização da violência privada no Rio de Janeiro (Machado da Silva, 2004; 2010).

Quanto às ciências sociais, sua crítica incide na ênfase hegemônica na ineficácia dos aparelhos de manutenção da ordem como variável causal mais importante. Embora ressalte o avanço da problematização da violência na questão mais ampla das formas democráticas de governo em relação à ênfase crime como simples “caso de polícia”, na medida em que concebidas como reações a condições de oportunidades circunstanciais do "estado de anomia" provocado pela desorganização do sistema de administração da justiça, as condutas criminais não seriam compreendidas de acordo com o sentido construído pelos próprios atores. Como pressuposto, tais condutas poderiam supostamente ser canceladas, inviabilizadas ou reduzidas pela manipulação de variáveis institucionais. Desse modo

O funcionamento interno dos aparelhos estatais de controle social, portanto, fica reforçado como objeto privilegiado da atenção, o que contribui para manter em uma posição de mero epifenômeno as próprias práticas que deram origem a toda a reflexão. Uma vez que a construção de suas ações pelos próprios criminosos deixa de ser o objeto de atenção a ser considerado, o problema posto por suas práticas desaparece por uma espécie de efeito bumerangue, convertendo-se em uma questão de *institution building* que envolve a reorganização das agências da ordem estatal, suas relações com a sociedade civil e a formulação de políticas democráticas de segurança pública [...] justificando, implicitamente, a ausência da análise específica da formação das condutas dos “portadores” da violência urbana (Machado da Silva, 2004: 65).

De um lado, critica-se o dualismo presente na tese da “ausência do Estado” nas favelas ou do tráfico como “Estado paralelo”. De outro, rebate-se a ideia de subcultura e de “criminoso em potencial”, que estaria subjacente neste “pacote interpretativo” compartilhado por atores e

analistas da segurança pública e que informaria as “políticas sociais policializadas”, em especial no âmbito da juventude. Em suma, a definição prévia dos atores sociais como agentes criminosos que ameaçam a ordem pública, impediria a devida atenção à perda de validade dos padrões convencionais de sociabilidade em determinados âmbitos da vida cotidiana (Machado da Silva, 1993b; 1995; 1999; 2004; 2005; 2009). Nesse sentido, a sua crítica à representação de "violência urbana" converge para uma na crítica de proposta de reforma técnico-administrativas da polícia, vistas como despolitizadas (Machado da Silva *in* Lima & Ratton (orgs.), 2011; Machado da Silva, 2010).

A produção dos pesquisadores elencados nem sempre são concordantes, uma vez que partem de diferentes horizontes teóricos sobre o funcionamento da sociedade. Estas diferenças se expressam na ênfase na similaridade dos valores morais entre trabalhadores pobres e demais estratos da sociedade ou na oposição entre a sociabilidade das classes subalternas ou marginalizadas e a ideologia burguesa ou ordem convencional e formal de partes da cidade. As controvérsias sobre a realidade do crime organizado também repercutem essas filiações. Se de um lado afirma-se a estruturação do crime-negócio em redes que interligam dinâmicas locais e processos globais, de outro, o conflito entre quadrilhas e comandos e a fragmentação do tráfico no varejo abre espaço para a problematização do tipo ou grau de organização desta criminalidade. Mas, apesar das divergências, que demonstram disputas pela construção da perspectiva hegemônica de estudo, a produção dos três pesquisadores encontraria possibilidades de diálogo no interior de uma história social da "violência urbana" no Rio de Janeiro:

[...] ao circunscrevermos um novo tipo de sociabilidade, de “modo de operar o poder” ou um novo “etos”, não estaríamos dando nomes diferentes a fenômenos que guardariam grande superposição empírica? Os campos semânticos dos conceitos de “etos guerreiro”, “hipermasculinidade”, “sociabilidade violenta” e até mesmo a de “mercadoria política”, a despeito de seus diferentes contextos teóricos, não teriam muito em comum? Todos se referem a práticas sociais que mudaram a forma de pensamento, sentimento e ação, portanto admitindo a dimensão da subjetividade dos homens jovens envolvidos nas tramas do tráfico de drogas ilegais no Brasil, fazendo-os agir de forma cada vez mais brutal e mais insensível para com o sofrimento alheio. Todos apontam para a dimensão do poder, ou a busca do domínio sobre o outro, como a motivação e o objetivo básicos de tais práticas. De fato, os conceitos, embora nem sempre clara e explicitamente, remetem tanto aos códigos de boas maneiras que presidem as relações entre indivíduos e grupos nas áreas “informais” ou “marginalizadas” da cidade quanto às configurações psíquicas da pessoa, isto é, o modo de controlar suas emoções e de relacionar-se consigo mesma (Elias e Dunning, 1993). Em poucas palavras, ao abordar os fenômenos do crime e da violência pelas

relações sociais locais, afirma-se também que é preciso levar em conta a dimensão da sociabilidade, qualquer que seja o nome dado a ela, para buscar as saídas (Zaluar, 2012: 06).

Elas expressariam, portanto, um eixo mais próximo de uma perspectiva "societal" de estudo, que se diferenciaria das pesquisas que deram ênfase aos padrões de funcionamento das instituições estatais (Machado da Silva, 2004)¹⁶³. Essa segunda corrente teve nos trabalhos de Edmundo Campos Coelho e Antonio Luiz Paixão duas referências fundantes. Cabe no momento indicar pesquisadores posteriores que em alguma medida dão continuidade ao estudo da ação estatal.

A antropologia do direito e da administração dos conflitos no espaço público, desenvolvida por Roberto Kant de Lima desde os anos 1980, é uma importante contribuição nesse sentido. A partir de pesquisa sobre o trabalho policial no Rio de Janeiro (Kant de Lima, 1986), o antropólogo discute as relações entre os modelos repressivos de controle social e a desigualdade na conformação da justiça no Brasil, ou entre os sistemas acusatoriais e inquisitoriais de produção da verdade jurídica, que formariam uma realidade contraditória à ordem republicana instaurada como princípio fundante do sistema político. As raízes desta ambiguidade estariam na permanência de padrões culturais na história da sociedade brasileira que, desde os tempos coloniais teria a desigualdade como princípio organizador. Enranhado no tecido social, este princípio contaminaria as relações nas instituições sociais, originando uma cultura que a legitima por intermédio de práticas de conciliação e de abafamento do conflito. Esta seria a origem de uma cultura jurídica onde as regras são aplicadas de maneira particularizada, de acordo com o status dos envolvidos. O interesse público é antes visto como interesse do Estado, definido por seus funcionários. Nesse sentido, o sistema de justiça criminal brasileiro seria pautado por formas inquisitoriais de produção da verdade, mesmo depois da Constituição de 1988 ter estipulado que todos os processos administrativos ou judiciais deveriam incorporar o princípio do contraditório e da ampla defesa.

¹⁶³ “Considero que há um continuum de perspectivas que articulam os vários problemas de investigação, pontos de vista que tendem para, de um lado, um ângulo jurídico-institucional, estatal, associado à moralidade dominante, instituída, que fundamenta muitos debates e pesquisas, por exemplo, toda a discussão sobre o funcionamento e as práticas específicas dos subsistemas penitenciário, policial, Judiciário. Neste caso, as atividades criminais e o processamento das disputas estão, é claro, presentes, mas o foco da análise é o funcionamento das estruturas institucionais.

Há outra perspectiva, que podemos chamar de ‘societal’, em que o que está em questão não é o funcionamento das organizações estatais e sua moralidade, mas sim as práticas e vivências da população sobre a qual o Estado exerce sua soberania (o que os americanos chamam de constituency). Nesta linha, é claro que os aparelhos de Estado estão presentes, porém como referências axiológicas lidas pelos atores. Note que não estou falando de conteúdos, mas de perspectivas, pontos de vista, ângulos de abordagem. Em ambos os casos, o argumento substantivo pode ser, e muitas vezes é, altamente crítico, mas não há síntese possível entre eles. As duas perspectivas são inseparáveis, até porque tematizam as mesmas práticas e organizações. Por isso podemos dizer que são complementares, como fizemos pouco antes, mas é impossível fundi-las em uma terceira que as englobe” (Machado da Silva In: Lima & Rattón, 2011: 169).

No rastro destas formas de produção da verdade e da cultura jurídica internalizada e expressa na prática dos profissionais do direito, Kant de Lima (Kant de Lima, 2004a; 2004b) investiga os vários momentos da investigação e processo jurídico na área criminal: o inquérito policial, procedimento inicial de investigação conduzido de modo secreto e sem contraditório, pois sem acusação formal; o processo judicial, aplicado à maioria dos crimes quando há indícios suficientes de um delito cuja autoria é presumida, a partir do que é feita a acusação pela promotoria, dando espaço ao contraditório com a defesa e a posterior decisão do juiz; o julgamento pelo Tribunal do Júri, aplicado aos crimes intencionais contra a vida, no qual réu e testemunhas são alvo de interrogatório por advogados de acusação e defesa, em um duelo oral frente ao juiz e jurados; por fim, os Juizados Especiais Criminais, utilizados em casos de contravenções ou crimes de pequeno porte. Em cada um destes processos, momentos ou espaços, o autor investe na análise comparativa com o *due process of law* norte-americano, revelando as ambiguidades que subjazem aos dois sistemas, especialmente o brasileiro no que toca a naturalização da desigualdade. De maneira mais explícita está a crítica ao inquérito policial, tanto ao que permite na prática em sua construção, como a utilização da tortura, a participação de um ou outro advogado a depender da conveniência presente na “armação do processo”. A inexistência de crime de *perjury*, ou seja, a possibilidade de falso testemunho não ser imputado ao réu, o instituto da “prisão especial” para portadores de diploma de nível superior e a “competência por prerrogativa de função” que tornam inalcançáveis pela justiça comum aqueles que detêm cargos políticos, são outros mecanismos evidenciados na análise.

Estas ambiguidades expressariam uma interseção problemática entre um modelo voltado para a administração de conflitos entre iguais - segundo a ideia de contrato, onde as regras são construídas consensualmente e aplicadas universalmente - e outro, voltado para a administração de conflitos entre desiguais, que necessita de uma autoridade interpretativa para a aplicação da regra. Dessa maneira se concretiza a convivência da cultura jurídica inquisitorial com um sistema constitucional acusatorial. Com base nestas formulações, o pesquisador se aproxima das questões da autoridade do espaço público, problematizando a implementação dos direitos civis e humanos no Brasil e o modo de administração policial de conflitos interpessoais, no que tem investido de forma contundente, de modo a propor reformulações à formação policial (Kant de Lima, 1997; 2003). É então que os significados da noção de segurança pública são debatidos e questionados pelo antropólogo, no sentido de ampliar a noção de público para além da esfera estatal e de incentivar a formação de gestores e profissionais na área segundo uma outra perspectiva, não jurídica e não militar.

As políticas de segurança pública passam a ser, nesse sentido, construídas como objeto de

pesquisa. Mas isto não ocorre de imediato. Outras proposições se desenvolvem paralelamente, fornecendo as condições para o tratamento da questão no debate público e nas ciências sociais. Este é o caso do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que desenvolverá um conjunto de reflexões sobre a questão da segurança pública ao longo das últimas décadas, muitas das quais farão parte do novo repertório na área em termos de políticas implementadas (Soares, 2006). Ele elabora uma reflexão, em grande parte síntese das produções na área das ciências sociais, sobre as matrizes culturais da violência na formação da sociedade brasileira, reatualizadas na experiência contemporânea como problemática que envolve o direito à vida e a economia política dos riscos. No Brasil, o hibridismo entre os modelos estamental e capitalista de sociedade, expresso na valorização da hierarquia e do individualismo e na sobreposição entre os avanços da igualdade formal e o personalismo nas relações face a face, informariam as relações no espaço público, reforçando as fronteiras entre as experiências das classes sociais na cidade. Soares retoma, assim, a tese dos dois Brasis, como duas matrizes culturais diferentes, com suas respectivas psicologias e linguagens morais. Porém, como solução híbrida ou sincrética, antes que uma oposição entre tradição e modernidade, haveria o reforço ao desenvolvimento de uma sociedade desigual mesmo que contraditoriamente aos impulsos igualitários.

No que tange à vida da juventude das classes populares, esta ambiguidade cultural surtiria o efeito de um *double bind* ou "dupla mensagem"¹⁶⁴, resultando em reações morais e políticas também ambivalentes. Assim, em um cenário sem perspectivas e esperanças, distantes das oportunidades de educação e cultura, sem reconhecimento e valorização, uma parcela de jovens se sentiria seduzida pelo crime, como a expressar uma reação ressentida ou demanda por reconhecimento diante de uma posição de invisibilidade social. Esta seria a chave de interpretação da mensagem por detrás do gesto do menino que aponta a arma: a “fome de significado e valorização”. Uma dimensão abafada pelas demandas de ordem advindas do medo e da insegurança que, historicamente favoreceram a construção de um cinturão sanitário e repressivo, que atua como barreira à ascensão social, à igualdade e ao respeito. Nos anos 1980 e 1990, a valorização do *ethos guerreiro* por parte de jovens, o comércio ilegal de drogas e o grande fluxo de armas, potencializando a gravidade de conflitos interpessoais ou de crimes contra o patrimônio, agravaria o cenário.

A gravidade do problema da segurança pública, contudo, nunca teria merecido a atenção das elites intelectuais e políticas, nem teriam ocupado o centro das atenções dos movimentos

¹⁶⁴ Conceito extraído da psicologia norte-americana no entendimento da doença mental como fenômeno socialmente construído a partir da “relação na qual duas mensagens diametralmente opostas são enviadas ao mesmo tempo, ou sucessivamente, pelo mesmo emissor para o mesmo receptor, gerando um curto-circuito simbólico, cognitivo e emotivo, cuja consequência pode gravemente perturbadora para o receptor, sobretudo se ele ou ela for alguém psicologicamente dependente do emissor” (Soares, 2006: 265).

sociais. O que seria particularmente evidente no que tange às atribuições e ao funcionamento de instituições como a polícia, quando muito alvo de denúncias. Diante do seu histórico papel de instrumento político de repressão e sua proximidade com o que é considerado “sujo” ou “marginal” à sociedade, as polícias sempre foram vistas como parte do problema. Este vazio de formulações alternativas para o seu papel reforçaria a continuidade de práticas e rotinas violentas e autoritárias na segurança pública, pois, sem disputa, o direcionamento político fundamental partiria de um universo de valores conservadores e de direita. A disputa por hegemonia no debate público torna-se então o ponto central da atuação de Soares. Seria necessário pensar prospectivamente: disputar a hegemonia no campo político e criar dispositivos institucionais e mecanismos socioculturais que entrem em competição com os empreendimentos criminais. Os estudos de caso e as análises de dados agregados seriam laboratórios de experimentos para o imaginário social, servindo como instrumentos políticos.

Esta relação entre prática teórica e política está embasada em uma reflexão particular sobre a ambição sociológica e a impossibilidade de uma teoria geral da violência:

Insisto: estas referências críticas dirigem-se às pretensões das teorias gerais, não aos estudos de caso não etnográficos que recorrem a procedimentos estatísticos e à linguagem da descrição do comportamento de variáveis e indicadores. Caso contrário, eu estaria criticando a mim mesmo (ainda que isso fosse certamente possível e muitas vezes necessário). Afinal, tenho me dedicado, com meus companheiros de pesquisa, a realizar trabalhos não etnográficos. Não se trata, portanto, de uma autocrítica, no caso, mas do reconhecimento honesto de que, pelo menos no caso do Rio contemporâneo, a investigação etnográfica tende a produzir resultados comparativamente superiores. Isso não nos deve desanimar a realizar pesquisas de caso não etnográficas, porque, muitas vezes, os resultados etnográficos, apenas quando combinados com resultados não etnográficos, alcançam sua maior potencialidade redescritiva, comunicativa, moral e política” (*Ibidem*: 293).

Desse modo, a análise de dados agregados, a etnografia e o estudo de caso, a observação direta das negociações políticas dentro do Estado, foram recursos ativados para um conhecimento da realidade da “violência urbana”. Assim podem ser compreendidos os seus investimentos no debate público, na forma de projetos de conciliação entre ativismo, pesquisa e literatura que, por sua vez, remetem à sua participação no cenário político, em mobilizações sociais e em cargos de gestão, a serem analisados posteriormente.

Seria possível prosseguir buscando aprofundar a reconstrução das análises de cada autor, pontuando as diferenças de perspectiva de acordo com *locus* de pesquisa, as opções metodológicas, e referências teóricas; ou ainda levar em conta vários trabalhos que, ou mais

próximos à historiografia (Bretas, 1991; Malaguti, 2003; 2004) ou mais ligados a narrativas “literário-etnográficas” (Schollhammer, 2008), produziram algum impacto na discussão. De todo modo, este percurso permitiu, minimamente, perceber o entrelaçamento entre chaves teóricas e dimensões de análise diferenciadas, que conjugam o diálogo entre perspectivas societárias e estatais (Machado da Silva, 2004), cujo ponto de encontro é a crítica ao dualismo estrutural (Zaluar & Alvito, 2006).

A conformação desta sócio-anthropologia da criminalidade e da violência no Rio de Janeiro se desenvolverá a partir de dois fatores simultâneos: de um lado, a questão histórica das favelas e do modo de vida das classes populares como representação maior do problema social; de outro, os posicionamentos da intelectualidade frente ao legado do “brizolismo” para a segurança pública.

O "problema da favela" ao longo da história e o significado do brizolismo

Em 1960, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou, na forma de dois suplementos especiais, um longo estudo intitulado *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, que teve enorme impacto político-midiático e exerceu considerável influência sobre pesquisadores, sociólogos, antropólogos, arquitetos e geógrafos que se lançaram à pesquisa de campo nas favelas brasileiras, especialmente do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1960 e 1970¹⁶⁵ (Valladares, 2005). Esta pesquisa foi feita pela *Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais* (SAGMACS), entidade fundada em 1947, com o apoio da Escola Politécnica e da Ação Católica e do Jôquei Clube de São Paulo, e voltada à consultoria técnica em métodos de pesquisa social e urbana desenvolvidas pelo francês Louis-Joseph Lebet. Padre dominicano, Lebet foi um dos fundadores do movimento *Économie et Humanisme*, projeto anticomunista e católico de desenvolvimento que procurou tornar o Brasil um laboratório de experiências a serem estendidas para a América Latina: enviado em missões, organizava escritórios de planejamento locais que supervisionava à distância.

Com base em redes sociais do setor empresarial, da universidade e da Igreja Católica, Lebet começa a se constituir como importante referência, em nível local, na SAGMACS e posteriormente na *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo* (FAU/USP); regional, com Alceu

¹⁶⁵ "Seria possível dizer que os sociólogos e antropólogos que estudam cidades e sobretudo o Rio se dividem até hoje entre aqueles que leram 'Aspectos Humanos da Favela Carioca', os que ouviram falar e aqueles que não leram. Não havia nada semelhante feito até então sobre essas áreas. Foi muito importante para várias gerações de pesquisadores brasileiros" (Marco Antonio Mello In: Werneck, 2010).

Amoroso Lima e Dom Hélder Câmara, no Rio de Janeiro; nacional, com o geógrafo Josué de Castro, que utiliza seu método de análise do desenvolvimento regional; e internacional, com a *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe* (CEPAL) e a *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura* (FAO). A sua projeção é ilustrativa do incremento da cooperação internacional em matéria de ajuda à pobreza como estratégia de "superação do subdesenvolvimento" através da atuação de especialistas estrangeiros. Realizando pesquisas de campo ou implementando ações concretas, ele colaborou com cientistas sociais e planejadores urbanos brasileiros voltados ao "problema da favela" no Rio de Janeiro (Valla, 1986; Valladares, 2005).

A "descoberta" das favelas pelo poder público remonta ao projeto dos parques proletários dos anos 1930 e 1940, que previa a transferência provisória dos moradores e seu retorno para a área de origem quando estas estivessem urbanizadas. Diante da precariedade das instalações e da concepção sanitarista e autoritária, os parques proletários não cumpriram seus objetivos. Mas, como efeito não esperado, a experiência daria ensejo à formação das primeiras organizações de moradores das favelas que, favorecidos pelo período de abertura democrática iniciado em 1946, formulariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais, constituindo-se como atores políticos. Tal impulso organizativo mobilizaria a reação de setores conservadores. Instrumentalizando o temor da revolta dos mais pobres e do comunismo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura da cidade criaram, em 1947, a Fundação Leão XIII, para oferecer assistência social nas favelas e fazer o controle social das edificações, na perspectiva de uma pedagogia civilizatória para as camadas populares. "Ao invés do conflito político, promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais" (Burgos, 2006: 29).

O fim dos anos 1940 se caracterizou pela polarização entre medidas de remoção e de integração das favelas à cidade. De um lado, a campanha *A Batalha do Rio*, promovida pelo jornalista Carlos Lacerda, que identificava as favelas como "reservatórios de germes" e "trampolins para a morte", e que, portanto, pregava a volta dos favelados ao campo; de outro, o incentivo à representação política dos favelados por meio da criação de associações autônomas. Uma "terceira via" se esboçaria através da *Cruzada São Sebastião*, entidade da Igreja Católica criada em 1955 e liderada por dom Hélder Câmara, que buscava servir de intermediária entre o Estado burocrático e a população local no sentido de contra-atacar as práticas clientelistas nas favelas, reunindo pedagogia cristã e incentivo à cooperação social no processo de urbanização. É nesse contexto que dom Helder Câmara encomenda a Lebrete a pesquisa sobre as favelas, que

servirão de base para as alternativas propostas pela Cruzada. É também nesse momento que o sociólogo José Arthur Rios¹⁶⁶, coordenador da pesquisa da SAGMACS e diretor do seu escritório no Rio de Janeiro, seria nomeado para o *Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas* (SERFHA), onde tentará implementar uma política de urbanização das favelas, através da cumplicidade entre lideranças locais e poder público.

Entretanto, as tensões não se encerram. Com Carlos Lacerda empossado no governo (1961-1965) do recém-criado Estado da Guanabara, estas iniciativas sofreriam um refluxo. Lacerda, através da criação da *Companhia de Habitação Popular* (COHAB) como órgão oficial da política habitacional e a transformação da Fundação Leão XIII em autarquia do Estado voltada ao controle da vida política das favelas, a SERFHA e a Cruzada terão sua influência diminuída. Duas percepções bastante diferenciadas a respeito das políticas urbanas passam a coabitar no interior da máquina pública, sendo manejadas pelo governador de acordo com as conveniências. Desse modo, entre 1962 e 1965, com financiamento da USAID, o governo incentivará tanto a urbanização de algumas favelas, como a remoção através da construção de conjuntos habitacionais, dentre elas a Cidade de Deus. Diante das medidas, haverá um aumento da tensão social que conduzirá o candidato oposicionista Negrão de Lima ao governo em 1965. O novo governo estadual criará a *Companhia de Desenvolvimento de Comunidades* (CODESCO), onde jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos pretendiam implementar uma política de urbanização, incentivo à posse legal da terra e de instrumentos de democracia participativa. Porém, com o golpe de 1964, a opção pelo "remocionismo" será progressivamente dominante. Em um retorno à representação da favela como habitat de indivíduos pré-civilizados, lugar do vício e da promiscuidade, a *Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio* (CHISAM), criada em 1968 com a missão declarada de "exterminar as favelas do Rio de Janeiro", ela foi responsável pela remoção de cerca de 100 mil pessoas até 1975 (*Ibidem*: 36).

Mesmo com todos os percalços, o protagonismo de José Arthur Rios antecipará uma agenda de pesquisa e ativismo sobre favelas no Rio de Janeiro nas décadas seguintes ("todos os sociólogos eram 'durkheimianos' e falavam apenas em 'fato social', esquecendo-se de falar em pesquisa", recapitularia Rios¹⁶⁷). A sede da SAGMACS, no Rio de Janeiro, foi um dos principais pontos de passagem de pesquisadores, como o antropólogo Anthony Leeds¹⁶⁸, considerado o

¹⁶⁶ Formado em Direito no Rio de Janeiro, com Master em sociologia na Universidade da Louisiana (EUA), católico de origem, ligou-se ao movimento *Économie et Humanisme*.

¹⁶⁷ "Há 50 anos estado publicava primeira grande pesquisa sobre favela" <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ha-50-anos-estado-publicava-1-grande-pesquisa-sobre-favela,552397,0.htm>.

¹⁶⁸ Leeds frequentou a Universidade de Columbia entre 1947 e 1957, a partir da qual participou de pesquisa de dois anos na Bahia, coordenada pelos antropólogos Charles Wagley e Thales de Azevedo, que o permitiu o conhecimento da realidade brasileira. Nos anos 60 ele retornará várias vezes ao Brasil como chefe do Programa de

maior especialista norte-americano em favelas nos anos 1970, que exerceu grande influência sobre os *Peace Corps*. Se os voluntários do programa não obtiveram o sucesso almejado como agentes do desenvolvimento comunitário, alguns deles tiveram importante papel como observadores, graças à pretensão de Leeds em fazer das favelas cariocas o seu campo de pesquisa para estudar a pobreza na América Latina, em um movimento mais amplo de pesquisadores anglo-saxões dedicados ao tema da cultura da pobreza, da teoria da marginalidade ou do seu combate¹⁶⁹. Luiz Antonio Machado da Silva testemunharia o peso desta influência:

Considero que este *brazilianist* com muitos anos de pesquisa no Brasil foi a personalidade individual que mais profundamente estudou as favelas brasileiras e melhor as compreendeu. Para mim, entretanto, Tony foi muito mais do que um scholar importante em minha formação intelectual – ele foi uma espécie de guru, uma referência modelar na constituição da minha identidade de pesquisador, tanto no sentido cognitivo quanto moral do termo. Sempre me impressionou a generosidade e o respeito que ele demonstrava pelos membros das populações estudadas – o que lhe conferia uma incrível facilidade para estabelecer relações de confiança e abertura com os informantes – sem que isso afetasse um milímetro da autonomia crítica indispensável à análise. E eu sempre me identifiquei com a falta de arrogância de uma pessoa que, sem dúvida, tinha a clara consciência da distância intelectual que o separava do grupo de jovens que ele usava como uma espécie de assistentes de pesquisa, mas cujos préstimos devolvia em dobro, orientando-os existencial e intelectualmente de maneira tão delicada que os próprios beneficiários pouco se davam conta da extensão da ajuda que recebiam. Meu agradecimento, lamentavelmente póstumo (Machado da Silva, 2010: 147).

Em completa ou parcial vinculação com a influência de Leeds e com o contexto de experiências em projetos de pesquisa e de intervenção social em torno de políticas alternativas à remoção de favelas nos anos 1960 e 1970, originam-se trabalhos que abordaram o comportamento político das populações marginalizadas, seu potencial e seus limites para informar a mudança social. Embora não resuma as perspectivas em jogo, que serão melhor trabalhadas ao longo da presente pesquisa, o trabalho de Boaventura Santos sobre o pluralismo jurídico em uma favela no Rio talvez expresse de melhor maneira a visão hegemônica neste contexto (Santos, [1977]1980). Santos realiza uma análise sobre a vida política e associativa no seio de uma favela, em especial sobre a regulamentação local da propriedade e afirmará a existência de um direito paralelo não

Desenvolvimento Urbano da União Pan-Americana, como pesquisador financiado pelo Social Science Research Council e depois pela Fundação Ford, quando se torna professor de antropologia urbana do Museu Nacional.

¹⁶⁹ Com Oscar Lewis no México, Porto Rico e Peru; William Mangin, no Peru; John Turner, Peru e Chile. Para uma crítica da cultura da pobreza e da teoria da marginalidade no interior dessa produção cf. Leeds & Leeds, 1978.

oficial, o "Direito de Pasárgada", apenas válido no seio da comunidade, cobrindo uma interação jurídica à margem do sistema jurídico estatal. A descrição de maneiras próprias de mediar conflitos, auferir autoridade e convencimento, em suma, os direitos alternativos caracterizariam os projetos utópicos da intelectualidade na crítica ao Estado-Providência e ao sistema penal na Europa, que imaginaram a América Latina como representante dos limites do capitalismo e a favela como ponto de partida para a construção de um mundo novo (Botelho & Rodrigues, 1992).

Imbuídas destas expectativas, com o início da abertura democrática, que coincide com a "estigmatização" da solução "remocionista" (Burgos, 2006), novas interlocuções são estabelecidas por parte de advogados, juristas, policiais, movimentos sociais, políticos e cientistas sociais, imbuídos da crença no poder criativo das instituições e sua capacidade de moldar novos valores e práticas. Os governos Brizola (1983-1987/1991-1994) foram os que talvez tenham levado ao maior radicalismo essas posições, configurando um legado estruturante das discussões posteriores que articularam o "problema das favelas" a questão da segurança pública:

O Rio de Janeiro foi um dos poucos estados do Brasil em que um líder importante do período pré-64, fortemente identificado com o populismo do período democrático de 1946- 64, conquistou o governo após a transição para a democracia (o outro exemplo é Pernambuco). Leonel Brizola governou o Rio de Janeiro em dois períodos 1983-86 e 1991-94 (entregou o cargo ao vice-governador em 1994 para disputar as eleições presidenciais) seguindo o figurino populista tradicional: organizou campanhas sistemáticas contra seus inimigos políticos; adotou um discurso polarizador (é verdade que no período pós-82 este era bem mais fluido do que o que sustentava no período pré-64); improvisou na administração; e fez do Rio um laboratório, um experimento de sua convicção na existência de uma "via alternativa" para o desenvolvimento [...] Brizola, apesar de sua fluidez ideológica, se mostrou capaz de atrair várias gerações de eleitores, intelectuais e quadros partidários em torno de sua liderança. O brizolismo foi, de fato, um fenômeno político duradouro, capaz de redefinir o sistema partidário do Estado e influenciar as políticas de segurança pública até a década atual. Todos os principais quadros políticos estaduais, até recentemente, surgiram no PDT sob o comando de Brizola: Darcy Ribeiro, Saturnino Braga, Jó Rezende, Cesar Maia, Marcello Alencar, Garotinho e Rosinha Garotinho, apenas para citar os que ocuparam cargos executivos no Estado e na capital (Carneiro, 2010: 50).

O seu programa para a segurança pública, sob o comando de Nilo Batista¹⁷⁰, Coronel Magno Nazareth Cerqueira e a socióloga Vera Malaguti, buscou introduzir os direitos humanos

¹⁷⁰Jurista e acadêmico, foi secretário de Polícia e Justiça no primeiro mandato de Brizola e vice-governador entre 1990 e 1994. Advogado criminalista, foi professor das principais faculdades de direito do Estado e se destacou também como um dos expoentes da criminologia crítica na América Latina.

como princípio de política pública relativa à atuação policial, ao sistema penitenciário e aos setores marginalizados da sociedade. No que tange à questão carcerária, o seu programa ultrapassa a ênfase às vítimas da violência política e estende sua atenção ao preso comum; quanto à garantia dos direitos da população mais pobre, realiza investimentos massivos em educação, com a construção dos *Centros Integrados de Educação Popular* (CIEPs), e reorienta o olhar da remoção de favelas para a sua integração às garantias do mundo público. No plano da organização das polícias, a herança militar foi o principal alvo de combate, através da extinção da Secretaria de Segurança e promoção das polícias civis e militares a Secretarias de Estado subordinadas ao governador; da criação de convênios com universidades e centros de estudo na adaptação dos currículos policiais ao ideário dos direitos humanos; da introdução do policiamento comunitário como “filosofia” e o incentivo à contenção do uso da força como princípio da atividade de policiamento; da criação do *Conselho de Justiça, da Segurança Pública e Direitos Humanos*, de *Centros Comunitários de Defesa da Cidadania* e das primeiras *Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher* (DEAMs). A integrar esse conjunto de mudanças estava a iniciativa de “dessacralização” do ideal de profissionalismo como monopólio do saber oficial e sua substituição por uma abertura à interlocução com outros saberes profissionais e outros públicos (Hollanda, 2011).

Nesse sentido os governos Brizola são momentos-chave no debate público sobre a violência urbana no Rio de Janeiro e no Brasil, tendo em vista o caráter de síntese que a cidade possui no imaginário nacional. Se, de um lado, forjam-se alianças entre intelectuais e projetos políticos alternativos, de outro são reativadas as percepções sobre a favela como lócus da violência e sobre a ideia de direitos humanos como “direito dos bandidos”. As propostas brizolistas teriam esbarrado em uma série de percalços. O intuito de despenalizar as estratégias de sobrevivência de segmentos mais pobres da sociedade se traduziu na negação das “operações de cerco” em favelas, opção interpretada por opositores políticos como permissividade à prática do crime, que então se fortalecia com base no tráfico de drogas. O debate suscitou e parece ainda suscitar alguma controvérsia. Construiu-se uma polarização entre os que criticam a violência institucionalizada e os que propugnam uma forma militarizada e excludente de tratamento da questão. Escândalos de corrupção, protestos ou boicotes de setores policiais, aumento do sentimento de insegurança frente à escalada da criminalidade, falta de confiança na polícia e defesa de melhores condições de reabilitação aos presos comuns cobraram um alto custo político, resultando na eleição de Moreira Franco como governador (*Ibidem*).

Embora os estudos sobre o tema neguem a ligação direta entre a política brizolista e o crescimento da criminalidade, utilizada nas tentativas de relegitimar as políticas repressivas,

aponta-se para os seus efeitos indiretos:

O que a distância no tempo permite ver com uma clareza maior é o fato de que a política seguida nos governos de Brizola tinha um objetivo principal: a organização de novas clientelas políticas entre os moradores de favelas, sendo que a tolerância com os grupos criminais e com a corrupção policial aparece como efeito colateral, não antecipado, dessa política [...] Brizola e os principais quadros do governo na área de segurança parecem não ter compreendido e emoldurado corretamente os problemas criminais que tinham diante de si e definiram uma política de segurança com uma prioridade clara: não recorrer a intervenções policiais nas áreas de favela. Como não havia um modelo de intervenção adequado (as primeiras experiências desse modelo surgiram no governo Garotinho) ou não existia uma polícia comunitária pronta para a tarefa de policiar de forma permanente essas áreas, a opção foi a não intervenção, o que terminou por gerar uma série de “economias de escala” para o crime. Razoavelmente seguras em seus “territórios”, as quadrilhas puderam prosperar no mercado das drogas e desenvolver outras atividades criminais correlatas, como o tráfico de armas, sequestros, além de ampliar a prática de extorsão contra comerciantes e empresas de transporte locais (Carneiro, 2010: 52).

O problema residiria na não identificação do "ressentimento" popular em relação à institucionalidade política, derivado do histórico do "remocionismo", e no "canibalismo da máquina pública chaguista", que comprometeria a agenda social dos programas brizolistas com os nomes e práticas dos anos 70. Com isto, o primeiro governo Brizola não teria encontrado parâmetros para se posicionar diante da maior presença de grupos paraestatais, como os banqueiros do jogo do bicho e os traficantes de drogas.

Genealogias da violência urbana e linguagens políticas na segurança pública

Essas questões terão continuidade no debate político ao longo dos anos 1990 e 2000, configurando o que alguns estudiosos da questão entendem como alternância entre governos “leves” e “duros” na segurança pública. A tese do “movimento pendular” entre posições repressivo-punitivas (ou eficientismo penal) e garantistas constitucionais, defendida em algumas análises (Soares & Sento-Sé, 1999; Sento-Sé, 1998; Dornelles, 2003; Machado da Silva *et al*, 2005), marcaria a história política recente do Rio de Janeiro.

Como descrito anteriormente, o primeiro Brizola (1983-1987) foi sucedido por Moreira Franco (1987-1991), cujo discurso criticava o crescimento da criminalidade ocorrido no período

anterior responsabilizando o discurso de defesa dos direitos humanos. Sem sucesso na reversão dos problemas apontados, Moreira Franco é substituído novamente por Brizola (1991-1994), que retoma suas propostas, ensaiando um período de maior controle do uso da força pelas polícias e de abertura da segurança pública a ações comunitárias e sociais. Porém, esse mesmo governo, como a antecipar o recrudescimento das demandas punitivas, cede à participação do Exército em funções de segurança pública na “Operação Rio”, em 1994 (Dornelles, 2003). O pleito posterior elegeu Marcello Alencar (1995-1998), antigo quadro brizolista e advogado de presos políticos perseguidos pela ditadura que se distanciara do ex-governador. Pressionado pela mídia e por políticos adversários para adotar uma “ação enérgica” diante das crises provadas pelos conflitos entre traficantes, resolveu nomear o general Nilton Cerqueira, um “duro histórico”, para a Secretaria de Segurança Pública, marcando um período em que as demandas por ordem pela força alcançam seu ápice com a “gratificação faroeste”¹⁷¹ e com a desqualificação como “policiólogos” dos cientistas sociais que discutiam a letalidade da conduta policial (Dornelles, 2003; Leite, 2000; Machado da Silva *et al*, 2005).

Nesse sentido, a história do Rio de Janeiro seria pautada pela alternância entre diferentes agendas políticas, a enfatizar seja a operacionalidade no controle do crime, a reação corporativa frente a ensaios de mudança ou a reestruturação democrática das polícias:

O que se desenhava ao final do governo Alencar, como visto, era um quadro de oposição entre a *nova* agenda, focada no controle do crime, e aquela – a qual se tentou implementar nos governos de Brizola e no “primeiro gabinete” do governo Garotinho – que priorizava a organização de uma polícia democrática. As sequências previstas nessas agendas eram opostas. Para os partidários da “polícia democrática”, primeiro, seriam necessárias “ações estruturantes” que capacitariam as polícias para o controle do crime (unificar as polícias, investir na formação, em infraestrutura, melhorar as condições de trabalho, adquirir tecnologia, ampliar o controle externo e interno, etc.). Seria inútil tentar saltar etapas. Em última instância, só uma polícia organizada democraticamente seria capaz de vencer o crime. Para os partidários do “controle do crime” o problema era inverso. Ao cumprir a sua missão de reduzir o número de crimes e desfrutando-se assim de níveis maiores de apoio na opinião pública, as polícias poderiam então iniciar seu ciclo de regeneração (investir na formação, em infraestrutura, etc.). Estabeleceu-se na política estadual uma tensão permanente entre essas duas formas de encarar a segurança pública (Carneiro, 2010: 54).

¹⁷¹“Há 50 anos estado publicava primeira grande pesquisa sobre favela” <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ha-50-anos-estado-publicava-1-grande-pesquisa-sobre-favela,552397,0.htm> Acessado: 23.08.2013

Em uma possível síntese, os sentidos da cidadania no Rio de Janeiro estariam em disputa entre duas correntes ideológicas: a primeira, a representar a cidade através de um cenário de guerra entre o morro e o asfalto; e a segunda, a criticar os efeitos perversos das políticas conduzidas segundo a metáfora da guerra e que, inspirada no associativismo americano, irá propor um novo espírito cívico, compromissado com a ideia de paz e de solidariedade. Uma disputa que, até os dias de hoje, coloca em questão os direitos civis e humanos, vistos como bem escasso ou como direitos a serem universalizados, como signos de um novo pacto entre os cidadãos em nome da pacificação da cidade. Embora não se lhe neguem os avanços, não faltaram críticas a esse novo ideário e perspectiva de mobilização social (Leite, 2000; Sento-Sé, 2003; Machado da Silva, 1995; 1999; 2009). Uma terceira corrente pretende traçar uma história na qual, em defesa da integridade do projeto governamental brizolista, relativiza a tese de um movimento pendular entre governos “leves” e “duros”, baseada na crítica à adesão de quadros políticos e acadêmicos de esquerda às práticas punitivas (Karam, 1996; Malaguti, 2009). Ocorreria uma sobreposição cada vez maior entre o problema da ordem pública e o problema das favelas (Machado da Silva, 2010), apreendida a partir das metáforas da cidade partida (Ventura, 1994) e da cidade em guerra (Leite, 2010).

Essas controvérsias respondem, por sua vez, às correntes de opinião suscitadas por eventos de violência. Assim, durante os anos 1990, as “crises de segurança pública” repercutiram em demandas por maior repressão e punição, mas também em articulações da sociedade civil em nome da justiça social e da reforma da segurança pública, promovidas por novas organizações e mobilizações¹⁷².

Um marco desta história foi a *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida* ou *Campanha Contra a Fome*, realizada em 1993, sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), diretor do *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* (IBASE), que desempenhou um papel de grande importância ao congregar um conjunto diverso de atores, situados nos mais diferentes níveis econômicos, culturais e sociais, em prol de iniciativas voluntárias de combate à miséria e à fome. Ela foi a representante exemplar de um movimento de organização da sociedade civil, em um modelo flexível e pragmático de atuação, fundado na contraposição ao mito da solução estrutural: “Ao longo de décadas, discutimos o estrutural, denunciávamos, fizemos análise correta das causas e só. Agora queremos ação” (Souza, 1994). O país não poderia mais esperar por amplas propostas de reforma econômica e social – reforma fiscal, da constituição, superação da inflação, etc. -, em nome das quais se adiam as

¹⁷² Para uma abordagem mais recente das ONGs, voltadas à questão da violência urbana no Rio de Janeiro (Landim & Siqueira, 2013).

transformações. Em nome da responsabilidade ética se conclamava uma mobilização que possibilitasse respostas imediatas e concretas por parte da sociedade e do Estado. Ela será considerada modelar por muitos dos envolvidos com propostas de mudança social na década de 1990, a exemplo de Luiz Eduardo Soares, para o qual ela seria um marco fundamental para a compreensão da sociedade civil e da cultura política contemporâneas, sobretudo pela possibilidade de construir consensos entre um agregado de classes, credos, valores, projetos e valores, o que teria facilitado a abertura de espaços de parceria entre elites, governo, intelectuais e a mobilização popular (Soares, 1998).

Betinho e Soares, junto ao antropólogo Rubem César Fernandes, diretor do ISER, são também fundadores do *Movimento Viva Rio*, que se utilizará do mesmo modelo de atuação (Pereira, 1996). A flexibilidade organizacional, considerada condição para agilidade e eficiência na comunicação com o público, constituiu a marca do movimento, que ganhou notoriedade por suas manifestações públicas, suas iniciativas de diálogo e pressão com autoridades governamentais, agentes da segurança pública e sociedade civil organizada e o encaminhamento de diagnósticos e propostas de políticas públicas. O Viva Rio surge como resposta a três eventos trágicos para a vida social do Rio de Janeiro no ano de 1993: a chacina da Candelária (assassinato de oito "crianças de rua" pela polícia na Igreja da Candelária); O massacre de Vigário Geral (assassinato de 21 pessoas pela polícia na favela de Vigário Geral); e os "arrastões" em praias envolvendo gangues e galeras ligadas à cultura do *funk*. Reunindo os três grandes jornais do Rio de Janeiro e representantes das classes empresariais e outros segmentos da sociedade civil (com destaque para o movimento local em Vigário Geral), cujo propósito seria aproximar a "cidade visível" e a "cidade oculta"; integrar a "cidade partida", superando a fantasia da solução final de extermínio dos "bárbaros" através da mobilização social e incentivo a novas políticas para a área de segurança pública (Ventura, 1994).

Um importante marco para essa articulação foi uma série de reuniões sobre o problema da "violência urbana" ou dos fenômenos das galeras do *funk*, com a participação de pesquisadores, imprensa e membros do governo, em especial o seminário "O Rio contra o crime". O seminário recupera uma primeira pesquisa de opinião sobre o tema da violência promovida pela Rede Globo em 1983 - cujas primeiras reflexões foram feitas por Zaluar (1985a), que discutiu a imagem do criminoso violento e pobre construído como bode expiatório da crise social e política - e o insere em uma análise da ética subjacente aos "diagnósticos" e às "terapias" relativas à violência (Soares et al, 1996). Ela serviu de base, desse modo, para as iniciativas do Núcleo de Pesquisas sobre Violência do ISER, coordenado por Soares a partir de 1991, que destacava a estabilização dos índices de criminalidade violenta no Rio de Janeiro, ao contrário do propalado pelo discurso midiático. Com este resultado teria se criado a possibilidade da formação de um discurso e ação

coletivos que apontariam para o horizonte das mudanças e alternativas:

Havia condições para o estabelecimento de um consenso mínimo, na cidade, em torno da problemática da violência. E, atenção: ele não era racista, classista, estigmatizador, ressentido, conservador ou golpista. Tratava-se de um consenso inteligente e democrático, politicamente amplíssimo. O novo centro, um novo bom senso emergia, substituindo tendências assustadoras que se alimentavam na tragédia e do espírito de *vendetta*. Não discutíamos mais “pena de morte”, mas soluções concretas para problemas identificados no Judiciário, no Ministério Público, nas Polícias; para o desafio do tráfico de drogas; para a juventude pobre excluída da cidadania (Soares, 1996: 261).

O seminário chegou a um consenso sobre dois pontos principais: 1) a conexão entre violência e desigualdade social na cidade, consagrada na noção de cidade partida entre asfalto e morro; 2) que, embora a superação da violência dependa da recuperação econômica do Rio, é possível ultrapassar a procura por uma solução utópica e formular respostas pragmáticas, de curto, médio e longo prazo. O *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro* (1995) sintetizou as propostas do movimento, que também se dirigiram à promoção de uma reforma institucional do sistema de segurança, com incentivo ao profissionalismo e à integração das organizações do sistema (onde se pode perceber a influência dos pesquisadores do ISER). Esse Plano se traduziu, ao longo do tempo, em uma série de parcerias entre Viva Rio, entidades da sociedade civil e Estado, com destaque para o projeto de polícia comunitária em Copacabana, sob o comando do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, a institucionalização do *Disque Denúncia*, e a campanha *Reage Rio*. Boas relações também foram constituídas com autoridades federais, com os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Através dessas relações forneceram as primeiras bases para a elaboração de um plano para redirecionar a política de segurança pública implementada pelo governo federal, tarefa anunciada pelo então Ministro da Justiça, José Gregori, a ser iniciado a partir da organização de seminários regionais envolvendo agentes de segurança e sociedade civil. Ao mesmo tempo, o Viva Rio chamava também a atenção de Paulo Sérgio Pinheiro, em São Paulo.

Contudo, algumas cisões e controvérsias logo se faziam sentir com a politização do tema da segurança pública no debate eleitoral de 1994 e a convergência entre atores da segurança pública, do Exército e do Viva Rio. Essa relação teria se constituído a partir do interesse do secretário de Justiça do Rio de Janeiro, advogado Arthur Lavigne, em discutir a proposta de quadros das polícias militar e civil de um plano de desarmamento e intervenção nas favelas cariocas, que previa não somente a “invasão”, mas também a “ocupação” e a “permanência

pacífica” das tropas. A proposta inicial receberia a contrapartida crítica de integrantes do Viva Rio, em especial de Rubem César Fernandes, no que diz respeito ao acompanhamento da operação pela imprensa e por entidades de defesa dos direitos humanos, como “uma ação de cidadania, incorporadora das favelas ao espaço da cidade, capaz de levar para os morros as regras e leis vigentes no asfalto” (Ventura, 1994: 256). Contudo, o plano, um esboço do que seriam as atuais UPPs, não se realizou da maneira prevista e ganhou a forma de intervenção das Forças Armadas, conhecida como *Operação Rio*.

Embora as lideranças do Viva Rio afirmarem não endossar a maneira como a *Operação* fora implementada, para Nilo Batista, governador interino em 1994, o apoio consistia em estratégia para derrubar a candidatura de Brizola à presidência e desestabilizar o seu governo. Além disso, este é também o momento de pressão política por conta de denúncias de financiamento do jogo do bicho ao IBASE, dirigido por Betinho, por intermédio de Nilo Batista. A combinação entre estas duas controvérsias pôs o Viva Rio em dificuldade com as autoridades do governo estadual e especialmente com alguns dos setores políticos e intelectuais do Rio de Janeiro, que irão incidir inclusive no meio acadêmico, onde Luiz Eduardo Soares e Rubem Cesar Fernandes são contestados por sua proximidade com a militância. Esse momento fora também de expressão de uma autocrítica, por parte de Luiz Eduardo Soares, sobre as atitudes do movimento frente às violações de direitos humanos durante a *Operação Rio*, que poderiam ter sido mais críticos. Paralelamente, o ISER, mesmo contestado por seus vínculos, conseguia reconhecimento como instituto de pesquisa junto à ANPOCS.

Os objetivos propostos para o ISER retomam, desse modo, uma questão que parece ser constante entre a geração de cientistas sociais que investe em estudos sobre a violência: o mal-estar com a universidade, a tentativa de encontrar novas formas de compatibilizar os critérios de legitimidade acadêmica e os propósitos políticos. Em um momento posterior Luiz Eduardo Soares explicitaria este mal-estar ao defender a importância do tema “segurança pública”, há décadas presente na agenda pública brasileira e, para ele, ainda desprezado na área das ciências sociais, e uma universidade “apaixonadamente engajada na identificação de nossos problemas e na criação de soluções factíveis, sustentáveis, consistentes e eficazes”, espelho de um compromisso pragmático permanente do intelectual com as possibilidades de transformação social. Concretizava-se, nesse sentido, a reunião de um grupo de cientistas sociais com a intenção de criar um novo espaço institucional com qualidade acadêmica, mas próximo às questões e mobilizações presentes no debate público:

O novo espaço institucional deveria representar não a substituição do que

já estava em curso, mas a abertura de uma outra frente de produção de ideias e informações, ágil e suficiente para responder a algumas questões emergenciais do debate público, sem prejuízo da qualidade intelectual [...] não pretendíamos nos distinguir dos centros acadêmicos de pesquisa, ao contrário de algumas outras organizações não-governamentais. Acreditávamos que o melhor serviço à democratização seria prestado pela pesquisa mais qualificada, pela opinião mais rica, pela informação mais confiável, e não pela renúncia aos procedimentos acadêmicos, em benefício de determinados compromissos. Em suma, fui convidado a criar um centro de pesquisa, não uma central de denúncias [...] Nós não estamos do lado das ONGs contra a Academia, nem do lado desta, contra aquelas. Simplesmente não acreditamos nesse antagonismo. Apostamos na interlocução inclusiva e na colaboração, em benefício das finalidades e dos valores comuns. Anti-intelectualismo, de um lado, isolamento arrogante e elitista, de outro, constituem os dois lados da mesma moeda. Moeda que não serve à democratização do país, nem ao desenvolvimento intelectual. Felizmente, já estão ficando para trás os tempos desses maniqueísmos sectários. (Soares, 1996: 07).

No que se refere à violência, seu objetivo era uma intervenção qualificada que apresentasse “mais do que uma denúncia”, e sim a identificação de prioridades para a política de segurança pública e a sugestão de alternativas e proposições ao Estado e à sociedade civil organizada. Seria necessário, diriam os autores, assimilar os componentes elementares do credo liberal, uma “religião civil” capaz de valorizar o comprometimento dos cidadãos com a coisa pública e com os destinos das instituições políticas. Nesse sentido, o trabalho do ISER surge como articulação de “uma linha de argumentação derivada de análise estritamente acadêmica e uma postura política de um movimento coletivo”.

As formulações originadas dessa articulação ganham a forma de um programa político, inovador frente ao receituário habitual de grupos de esquerda para a área da segurança pública, que foi adotado na campanha de Anthony Garotinho (PDT) ao governo do Estado e veiculado como livro em coautoria com o candidato (Garotinho & Soares, 1998), não sem suscitar controvérsias no meio acadêmico¹⁷³. Em 1º de janeiro de 1999, Luiz Eduardo Soares assume o cargo de subsecretário de segurança pública (subsecretaria de pesquisa e cidadania) e, junto à sua equipe¹⁷⁴, ocupará o cargo por quinze meses, buscando implementar uma política pública pautada pelos princípios: 1) da eficiência pragmática, ou seja, que afirma a possibilidade de redução da

¹⁷³ Um dos exemplos mais expressivos das polêmicas se revela nos protestos da antropóloga Alba Zaluar frente aos acordos que definiram o apoio à candidatura de Garotinho e que favoreceram a sua mudança do Departamento de Ciências Sociais para o Instituto de Medicina Social da Uerj (Zaluar *et al*, 2004).

¹⁷⁴ *Barbara Musumeci Soares*, antropóloga; *Silvia Ramos*, psicóloga e doutora em Ciências da Saúde; *Julita Lemgruber*, socióloga; *Antonio Carlos Carballo Blanco*, major da PM, bacharel em direito e sociologia; *Claudia Lacombe*, licenciada em história e mestre em computação; *Jacqueline Muniz*, doutora em ciência política; e *Newton de Oliveira*, mestre em história e técnico em administração educacional.

criminalidade violenta independentemente de quais sejam suas causas; 2) da compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial; 3) e da modernização tecnológica e gerencial, com foco na moralização das instituições e na participação comunitária. Princípios de uma política de “coalização civilizatória”, no sentido de criar uma “terceira via” entre a “truculência” dos governos de direita e o “denuncismo” dos governos de esquerda.

Dentre os projetos implementados, alguns se destacam por seu lugar como estratégia de reforma institucional:

1) Em primeiro lugar, o projeto Delegacia Legal, que previa a reforma do conjunto das delegacias do Rio de Janeiro segundo um padrão de gestão moderno no registro de dados, no atendimento ao público e compatível com os direitos humanos, com a extinção das carceragens em delegacias. A lógica do management empresarial, fundado nos princípios da oferta de serviço e de produtos de qualidade para os clientes, seria uma das marcas da proposta, por meio da qual se reconquistaria a confiança da sociedade e se reergueria a imagem da instituição.

2) Este projeto foi a ponta de lança das iniciativas para implementação de uma nova política de organização institucional para as polícias, a ser promovida através do Instituto de Segurança Pública (ISP). Através de “contratos de gestão” policiais lotados nas polícias civis e militar passariam a exercer suas funções no âmbito do instituto, nos departamentos de polícia judiciária e de polícia ostensiva, que se converteria em instrumento do combate à corrupção e de identificação dos “bons policiais”. Uma “nova polícia” seria então progressivamente constituída, sem a criação de uma terceira polícia, incompatível com a constituição brasileira.

3) Outro projeto de destaque teve sua origem no *Mutirão pela Paz*, que visava a “ocupação social das favelas” através de operações policiais conjugadas à mobilização das demais secretarias do Estado (como as pastas do trabalho, da educação, da saúde, da justiça etc.) -, com a finalidade de asfixiar economicamente o tráfico, por meio do cerceamento do consumo, da captura de criminosos e da concorrência à sedução do tráfico como meio de vida através do oferecimento de serviços públicos e alternativas de emprego. A experiência do *Mutirão pela Paz* na localidade de Vila Pereira da Silva consolidou a opção pelas ocupações “totais, permanentes, interativas e acompanhadas do atendimento a demandas sociais da comunidade” (p.287) como estratégia de combate ao domínio do tráfico de drogas e armas nas favelas cariocas. O programa dos “Batalhões Comunitários” seria a realização desta proposta de “política distributiva como política de segurança e política de segurança como política distributiva”, que renunciaria a constituição das

UPPs dos tempos atuais.

Estes ensaios de reforma foram acompanhados por outras iniciativas importantes, como a criação de uma Ouvidoria de Polícia e projetos de afirmação de direitos e diálogo entre agentes da segurança pública e movimentos sociais de jovens, negros, mulheres e homossexuais. Funcionando como iniciativas integradoras, eles sintetizam os pilares da modernização, moralização e participação comunitária, diretrizes de reforma promovidos pela experiência da polícia de Nova York, já antevistos na plataforma política de campanha e reforçada com a viagem de Soares no período de sua gestão. O *Compstat*, sistema de geo-referenciamento de dados criminais e as políticas de recuperação do espaço público, conhecidas sob a alcunha de “tolerância zero”, seriam outros dos elementos da experiência de Nova York que serviriam de inspiração para o Rio de Janeiro, não sem alguma problematização dos aspectos mais “duros” da tolerância zero como pura e simples prevenção situacional, baseada na vigilância e na repressão.

Apesar dos projetos que alcançaram algum desenvolvimento, a experiência de Soares fora marcada por dificuldades próprias de um jogo político permeado por interesses corporativos da cúpula de segurança pública e pela ambiguidade de Garotinho, tornada projeto político de capitalização eleitoral, no interior do qual grupos corruptos das polícias ganharam cada vez maior espaço como base de sustentação. Os quinhentos dias de Soares e sua equipe no *front* da segurança pública foram palco de enredos obscuros de pressões e conchavos políticos, com episódios dramáticos, como o assassinato do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da polícia militar nos dois governos Brizola e pioneiro na apropriação da filosofia do policiamento comunitário, e as ameaças de morte feitas por ligações telefônicas à Soares. As pressões políticas internas, declaradas ou subterrâneas, junto à pressão dos escândalos midiáticos, resultaram na demissão de Soares, via pronunciamento de Garotinho na televisão.

A saída de Garotinho do governo estadual para disputar as eleições presidenciais, em 2002, e sua substituição pela vice-governadora, Benedita da Silva (PT), criou uma nova oportunidade: “Luiz Eduardo Soares retornou ao governo do estado, dessa vez com mais liberdade para implementar as propostas relativas à ‘terceira via’ no campo da segurança pública”, dentre as quais o monitoramento da violência por meio de um dirigível e um maior impulso ao projeto da “delegacia legal” (Machado da Silva *et al*, 2005: 17). A captura de Elias Maluco, responsável pelo assassinato de Tim Lopes, jornalista da Rede Globo, constituiu um evento-demonstração da eficácia da “terceira via” como política de segurança pública: o traficante foi preso sem que o disparo de um único tiro e sem o tradicional procedimento do “pé na porta” das habitações. Mas, com a derrota do PT nas eleições de 2002, o ex-governador e sua esposa, Rosinha Matheus, agora

abrigados em nova legenda (PMDB), retomaram o mesmo padrão de política “dura” e militarizada, cujo maior símbolo foi o “caveirão”, veículo blindado da polícia militar utilizado em suas incursões às favelas (*Ibidem*).

Desde então, no Rio de Janeiro, dá-se continuidade a disputas na esfera pública entre intelectuais orgânicos das polícias e lideranças da sociedade civil a respeito dos direcionamentos para a área da segurança pública, sem possibilidade de um maior espaço para uma ação coletiva e politicamente densa, formulada na linguagem universalista dos direitos, que discuta as relações entre cidadania e desenvolvimento. Instaurou-se, desse modo, uma polarização entre políticas de excesso repressivo e a sua denúncia. As iniciativas federais, com a formulação dos *Planos Nacionais de Segurança Pública* (PNSP) dos governos FHC e Lula acenaram para uma possibilidade de mudança, o que se relaciona em parte à participação de Luiz Eduardo Soares e de seu grupo no segundo escalão do governo, animados em promover sua proposta de “terceira via”, com propostas de reformulações institucionais ações integradas junto a populações “de risco” nos “bolsões de violência” das principais metrópoles do país. Os planos federais, entretanto, não surtiram efeito substantivo na mudança do quadro da segurança pública no país, seja por seu caráter reativo e paliativo a episódios de comoção nacional, seja pelos limites constitucionais para sua intervenção.

No caso do Rio de Janeiro, dando polarização entre repressão excessiva e sua denúncia se prolonga até o período recente quando a instauração das UPP’s divide a sociedade quanto ao seu significado. Realização de uma “terceira via”, como possibilidade de implementação de uma segurança cidadã e de proximidade, a proposta também é vista como signo da articulação indissociável entre o “problema da segurança pública” e o “problema das favelas”, na qual a intervenção se restringiria ao aprofundamento e racionalização dos meios de repressão de par à “policialização das políticas sociais” – a cidadania torna-se argumento para uma visão reducionista e instrumental das políticas sociais, como formas de salvar moralmente, ou (re)civilizar, as classes populares, especialmente sua juventude, construindo barreiras contra a participação em atividades criminais. Em outras palavras, as políticas sociais passam a ser compreendidas como controle social das populações de áreas tidas como perigosas:

[...] alguns dos dispositivos a partir dos quais as favelas cariocas, mesmo as hoje consideradas “pacificadas”, são constituídas como espaços vinculados à violência e a uma alteridade radical em relação à cidade e à sociedade, ou seja, como lugares outros, heterotopias, no sentido proposto por Foucault. Constituídas na percepção social como “margens” da cidade, enquanto território da violência e de uma sociabilidade avessa às normas e valores dominantes, as favelas são habitadas por uma

população identificada por esta designação que a engloba e que essencializa uma diferença desta em relação ao restante da população da cidade, bem como de seu local de moradia em relação aos bairros, que encontra expressão nas políticas de segurança pública ali praticadas. [...] “Ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar”. Esta frase pode revelar o sentido implícito do projeto de “pacificação”, demonstrando também que o significado da “pacificação” pretendida não se restringe aos “fuzis”, mas se dirige igualmente aos *favelados*. Não se trata apenas de carências e emergências, mas também de constituir o *favelado* em futuro cidadão, disciplinarizando-o para que “tire a *favela* de dentro de si” (Leite, 2012: 376).

Em síntese, o atual “problema da segurança pública” estaria polarizado entre “civilizar” as instituições policiais, com vistas a tornar os controles sociais da vida urbana mais transparentes e legítimos ou, “civilizar” as classes perigosas – cujo arquétipo são os favelados.

Disputas pelo monopólio do conhecimento e do ensino sobre segurança pública

Daremos atenção nas páginas seguintes à disputa pelo monopólio do ensino sobre segurança pública e reforma da polícia, que nos permite retrabalhar o contexto exposto no presente capítulo, pontuando clivagens que repercutirão na estruturação e identidade do campo nacional. Cabe retomar a interlocução entre universidades e segurança pública no segundo governo Brizola, que tem origem no *Instituto Alberto Pasqualini*, voltado à formulação de pesquisa e de pensamento do PDT, no qual se constituíram os primeiros contatos entre o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Nilo Batista e Vera Malaguti Batista, responsáveis pela montagem de uma proposta para a segurança pública.

Ganha destaque o papel desempenhado pelo Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira¹⁷⁵ que, no comando da Polícia Militar, pretendeu transformar a imagem da polícia promovendo a adequação da força policial às diretrizes dos direitos humanos, em um governo democrático. Segundo Cerqueira, o contexto

[...] exigia uma outra definição da missão que não privilegiava a ideia do “combate” e do “policial combatente”, própria de uma filosofia de guerra, para identificar a repressão policial. Era preciso terminar com a

¹⁷⁵ Sua trajetória profissional já somava mais de duas décadas. Formado em psicologia e filosofia, em 1953 ingressara como cadete na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Como aspirante, a partir de 1955, iniciara sua carreira que, entre outras funções, incluiu o comando do 4o Batalhão de Polícia Militar, em São Cristóvão, e do 19o BPM, em Copacabana. Foi também Ajudantegeral, Diretor-geral de ensino, Subchefe do Estado-Maior e Chefe do Estado-Maior da PM.

ideia equivocada da incompatibilidade do policiamento com a observância dos princípios regulados pelos instrumentos internacionais sobre os direitos humanos (...) onde as intervenções policiais não são percebidas mais como enfrentamentos, mas como administração de conflitos (Nazareth Cerqueira, 1998: 170).

Esse modelo de polícia se apoiaria não somente na manutenção da ordem pública e no monopólio estatal da força, mas também nas causas da criminalidade. Cerqueira dá especial atenção à criminologia que a partir da década de 1960 se afastava das teorias da antropologia criminal lombrosiana e preocupava-se em estudar as formas históricas do controle social exercido pelo Estado, que deveriam ser motivo de preocupação e pesquisa para a instituição policial na construção de medidas e posturas preventivas:

Todos os trabalhos que ele realizava e a que se dedicava diziam respeito à prevenção do delito, à prevenção do crime, que recebia discussões em todas as suas obras. Pelo que conversávamos, o ponto inicial da sua caminhada profissional e da sua produção foi a leitura do livro *La administracion de la policia*, de W. O. Wilson, que ele repetia o tempo todo. Era muito difícil encontrar uma produção brasileira falando sobre a polícia nos anos 1980 e início de 1990. Quando encontrávamos uma literatura policial, não era propriamente policial, mas uma pesquisa acadêmica de alguém que não era da corporação. Por isso a importância de seu trabalho, de produzir, participar de congressos dentro e fora do Brasil e traduzir textos de reflexão feitos pelas polícias de todo o mundo (Coronel Antunes In: Leal *et al* (org.), 2010: 62)

O desenvolvimento, incentivo e divulgação de estudos sobre a polícia no interior da própria corporação passa a fazer parte do processo de transformação institucional. Cerqueira propôs então novas disciplinas para as escolas de formação dos policiais e o intercâmbio com o campo universitário. Entre 1983 e 1987, é possível citar os I e II *Ciclos de Estudos sobre Segurança Pública*, o *Seminário de Estudos Jurídicos sobre Segurança* e o *Encontro com a Comunidade Negra*, que levaram para as escolas de formação questões que relacionavam a intervenção policial às lógicas discriminatórias. O seu interesse no campo de estudos o fez acompanhar também seminários teóricos e experiências internacionais de controle da criminalidade em países como Estados Unidos, Canadá, Suíça, Itália, Portugal, Israel e Colômbia. Um esforço que resultou na divulgação dos *Cadernos de Polícia*, da coleção *Biblioteca da Polícia Militar* e, posteriormente, da coleção *Polícia do Amanhã*, financiada pela Fundação Ford.

Quando, em 1991, o Coronel Cerqueira é novamente chamado a assumir o comando da PM estas novas referências teóricas fundamentaram novas práticas, como o projeto-piloto de policiamento comunitário em Copacabana, a criação do *Grupo de Vigilância nos Estádios* (Gepe),

do *Centro Comunitário de Defesa Social*, do *Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes*, do *Programa de Educação de Resistência contra as Drogas* (Proerd) e do *Grupo de Policiamento Turístico*. Estes projetos suscitaram resistências e críticas mas também sedimentaram o lugar do Coronel Cerqueira como ponto de partida para a construção de projetos inclusivos e participativos na gestão dos problemas de segurança, tanto por parte das polícias de outros estados, a exemplo de São Paulo, como por parte da intelectualidade acadêmica e militante que se voltaria para as questões de segurança pública através do Viva Rio¹⁷⁶.

O conjunto destas iniciativas congregava-se em torno de uma reforma mais ampla da educação policial no estado, a partir do *Centro Unificado de Educação e Pesquisa* (CEUEP), sediado na UERJ e coordenado por Nilo Batista, Nazareth Cerqueira e Gisálio Cerqueira Filho em conjunto com as direções dos organismos de segurança pública e sistema penitenciário¹⁷⁷. O Centro tinha o objetivo de receber quadros para formação e aperfeiçoamento em recursos humanos na área da segurança pública, atendendo agentes penitenciários, bombeiros e especialmente policiais civis e militares envolvidos com projetos nas áreas de Turismo, Meio-ambiente, Crianças e Adolescentes em situação de risco, Violência contra a Mulher, Discriminação Étnica, Trânsito, Drogas e Entorpecentes. O objetivo era "lançar as bases para uma nova mentalidade no desempenho das forças de segurança pública no Estado democrático", assumindo as recomendações dos organismos nacionais e internacionais como a UNESCO e a UNICEF. O CEUEP atuou também no processo de unificação das informações de diferentes áreas para o trabalho de interpretação de dados estatísticos. Durante os seus 20 meses de funcionamento foram atendidos 645 alunos no ensino formal do CEUEP e 770 junto aos "programas de capacitação interinstitucional" com a sociedade civil e forças de segurança pública¹⁷⁸, perfazendo um total de

¹⁷⁶ "O Viva Rio era uma organização que estava sendo criada dentro do Ibiss, que inicialmente era uma organização voltada para o estudo sobre religiões, e o Coronel Cerqueira fez uma apresentação do que era a polícia comunitária ao Rubem César. Fez o Rubem César viajar para o Canadá e para os Estados Unidos para conhecer essas propostas. E o Viva Rio acabou incorporando essas ideias. O Coronel Cerqueira sabia que era necessário ampliar o espaço das discussões em torno desse tema, para que essas ideias não fossem esquecidas" (Batista In Leal et al (org.), 2010 : 64).

¹⁷⁷ A Direção ao Conselho Diretor era formada por cinco membros: 1- Diretor Polícia Civil (Diretor da Academia de Polícia Silvio Terra), 2- Diretor da Polícia Militar (Diretor de Ensino e Instrução da PM), 3- Diretor Corpo de Bombeiros e Defesa Civil (Diretor de Ensino e Instrução da CBM) e 4- Diretor DESIPE (responsável pelo ensino e instrução no mesmo DESIPE). 5- Completava-se o Conselho Diretor com o Diretor Geral do CEUEP, oriundo da Universidade e nomeado pelo Governador Leonel Brizola (Cerqueira Filho, s/d).

¹⁷⁸ Projeto "Casa das Meninas" – capacitação de recurso humanos (técnicos); Projeto "Centros Comunitários de Defesa da Cidadania" – capacitação de recurso humanos; Projeto "Estrutura Curricular para Educadores de Rua" (UNESCO/Paris e IIBECC -Representação da UNESCO no Brasil); Seminário "Polícia, Mídia e Violência"; Seminário Internacional "A Criança e o Adolescente em Conflito com a Lei: a ação da Polícia e da Justiça" – (UNICEF/ CEUEP/ FLACSO/ UNESCO); Encontro Internacional "A Criança e o Adolescente em Situação de Risco Social" – (UNICEF/ CEUEP/ UNESCO/ IBECC); *Workshop* sobre o tema "Crimes contra o Meio-ambiente" visando a elaboração de um Breviário de Direito ambiental; Seminários breves, debates e conferências sobre "Expressar-se em Língua Portuguesa"; Curso Especial de Português Seminários breves; Simpósio "Atuação Operacional da Polícia, Etnia e a Questão da Violência" com os movimentos sociais e ONGs

1415 alunos atendidos. O projeto foi difundido através de palestras, seminários, *workshops* e minicursos junto a Comissões de Direitos Humanos e ONGs que trabalhavam no tema da capacitação das Forças de Segurança Pública no Brasil e no exterior, através dos Congressos Internacionais de Criminologia e seminários da UNESCO.

O CEUEP também deu abertura para a tradução política de um programa de pesquisa sobre as estratégias de controle social na história brasileira, através de projetos de investigação científica em convênio com as universidades do Grande Rio (UERJ, PUC-RJ, UFRJ e UFF), em especial com o *Laboratório Cidade e Poder* (LCP-UFF), coordenado por Gizlene Neder, e com pesquisadores vinculados ao NEV de São Paulo. A questão central dos projetos desenvolvidos¹⁷⁹ problematiza as continuidades históricas dos processos de transição política no Brasil em três conjunturas: 1) a virada do século XIX / XX com o fim da escravidão e a passagem da monarquia à república; 2) a conjuntura da democratização do Brasil em 1946 com o fim do estado Novo; 3) a transição do regime militar para o Estado Democrático de Direito com a Constituição de 1988.

Este programa, por sua vez, configura-se como um dos eixos de uma aproximação entre História, Sociologia e Direito que se desenha desde os anos 1970 no qual se cruzam, de um lado a influência de Heleno Frago e Felipe Augusto de Miranda Rosa em torno da militância na defesa do direito dos presos e no ensino e pesquisa em Sociologia do direito; e, de outro, do grupo de pesquisadores do SOCII. O depoimento de Cerqueira Filho sobre sua aproximação com o direito a partir dos anos 1970, embora extenso, é esclarecedor:

[...] Eu conheci o Juiz de direito Felipe Augusto de Miranda Rosa, depois Vice-presidente do Tribunal de Alçada e desembargador, mas sempre professor e pesquisador em Sociologia do Direito na UERJ. Eu fui convidado por ele para trabalhar numa pesquisa internacional do Centro Internacional de Criminologia Comparada (CICC) da Universidade de Montreal, Canadá, sobre representações sociais de comportamentos considerados “desviantes”, coordenada pelo Prof. Dennis Szabó. [...] Com Miranda Rosa participo de outra pesquisa intitulada “O Direito e a solução dos conflitos sociais” (UNESCO) [...] Paralelamente [...] vou estabelecer relações com outros centros internacionais por minha própria iniciativa. Entre eles destaco o *Centro*

na luta social contra o racismo e pela cidadania na comunidade de São João de Meriti; Mesa Redonda no Centro de Estudos Estratégicos da EBAP-FGV/RJ – tema “estratégias de Controle social no estado Democrático de Direito”; Programa de capacitação da Guarda Municipal de Petrópolis (Cerqueira Filho, s/d).

¹⁷⁹ “Controle Social e Cidadania no Rio de Janeiro” Direção – Gizlene Neder (CNPq./ UFF/ CEUEP) Equipe: Isaura Mesquita, Nívia Alves, Luciana Filgueiras, Ana Paula Guignelly; Projeto “Cultura da Violência e Imaginário do Terror”, Direção – Gizlene Neder (CNPq./ UFF/ CEUEP) Equipe: Maria Anita Buthod, Ana Marina Madureira de Pinho Barbará Pinheiro; Projeto “A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei” Direção – Gisálio Cerqueira (UFF/ CEUEP/ PUC-RIO); Pesquisa Doutoral sobre “Idéias Jurídico-Penais no Brasil: 1940-1964” sob a orientação da Dra. Gizlene Neder, realizada na UFF pelo doutorando Carlos Henrique de Aguiar Serra (Cerqueira Filho, s/d).

*de Investigaciones Criminológicas da Universidad Del Zulia, Venezuela, onde conheço a diretora Dra. Lola Aniyar de Castro, pesquisadora de grande prestígio internacional e também Rosa Del’Olmo. Lá [...] conheço Emilio Garcia Mendes, argentino de origem, mais tarde vai realizar o seu doutorado [...] orientado pelo Dr. Alessandro Baratta. Com Emilio vou trabalhar mais tarde num convenio com a UNICEF e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). Emilio Garcia Mendez, que foi assistente de Eugenio Raul Zaffaroni [...] foi nosso colega professor no mestrado em Direito Penal da UCAM [...] No circuito latino-americano, vou me engajar com Gizlene Neder, historiadora e cientista política, na pesquisa sobre “Violência na América Latina: aspectos ideológicos”. Viajo para Colômbia, para o Peru, Argentina, Uruguai e vou estabelecendo contactos significativos no campo de estudos da relação direito penal, criminologia & ideologia. No Brasil, os mais importantes parceiros, além de Miranda Rosa, serão Cláudio Souto, da Faculdade de Direito do Recife; Roberto Lyra Filho, da Faculdade de Direito de Brasília (UnB) com quem mantenho intensa discussão teórica sobre o direito e a dialética nos últimos cinco anos de sua vida. Aproximo-me de Heleno Fragoso, que trabalhava com direito penal e criminologia na Cândido Mendes [...] O trabalho realizado no circuito da América Latina me joga novamente para a Europa, especialmente, para Centro Internacional de Sociologia Jurídica da *Universidad Antigua de Oñati*, Espanha [...] Lá intensifico as relações acadêmicas com Boaventura de Souza Santos (Cerqueira Filho, 2005: 04-07).*

Grande parte dos nomes enumerados compõem a rede de ativismo e pensamento jurídico, já destacado no segundo capítulo, no qual Nilo Batista também está envolvido, o que esclarece a comunhão de princípios valorativos e ideológicos que os associam durante os governos Brizola e ao longo dos anos 1990 e 2000. Esta associação se expressará por diversas ocasiões, reunindo os casais Nilo Batista e Vera Malaguti Batista e Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder:

Comecei a trabalhar e conviver com a dupla Nilo & Verinha logo após a posse de Nilo Batista como Vice-Governador do Rio de Janeiro, então eleito na chapa formada com Leonel Brizola na cabeça. Desde então nunca nos perdemos. Na altura Vera Malaguti não se chamava ainda Batista e assumira a coordenação geral da Vice-Governadoria/ RJ. Trabalhamos juntos no Mestrado em Ciências Penais da UCAM, por eles criado e coordenado. Temos atuado em colaboração constante: será na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde Vera Malaguti Batista obteve o seu título de Mestre em História, orientada pela Dra. Gizlene Neder, e foi também professora visitante de Criminologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia & Direito. Recordo-me de Verinha na graduação em Sociologia e Política da PUC-RIO, onde fui Diretor do mesmo Departamento. Temos sido companheiros nas diversas parcerias com o Instituto Carioca de Criminologia (ICC), com o Laboratório Cidade e Poder (LCP) e em *PASSAGENS* – Revista Internacional de

História Política e Cultura Jurídica *on line* e na Revista ESTUDOS SEDICIOSOS (Cerqueira Filho, s/d: 01-02).

A criação do *Instituto Carioca de Criminologia* (ICC), em 1996, é um marco importante na transição que o grupo faz da experiência de governo para a atuação na vida acadêmica. Dirigido por Nilo Batista e Nazareth Cerqueira e tendo Vera Malaguti Batista como secretária-geral, o ICC tinha como objetivo reagir à derrota das propostas brizolistas no âmbito do debate sobre segurança pública:

Nós começamos a fazer o Instituto em 1995/1996, saímos do governo em 1994. Aí era a época da “terra arrasada” das nossas ideias. Imediatamente após a gestão, a segurança pública foi remilitarizada, com generais do Exército. Queríamos nos fortalecer [...] O objetivo era aprofundar e documentar a nossa experiência e a visão que tínhamos sobre esses assuntos numa época em que havia um pensamento hegemônico completamente contrário [...] De um lado, Fernando Henrique Cardoso e, de outro, o PT, que também tinha uma proposta diferente da nossa, do PDT. Como nós fomos derrotados eleitoralmente, a opção foi seguir um viés mais acadêmico: estudar, efetuar pesquisas, produzir uma bibliografia sobre aquele conjunto de ideias, antes que elas fossem completamente trucidadas, esquecidas [...] Porque, também nessa ocasião, foi um momento em que surgiu um grande oportunismo, dentro do qual a questão da segurança pública transformou-se num grande mercado acadêmico. Então, a nossa ideia era justamente um contraponto, sem visibilidade, sem querer aparecer na imprensa, sem disputar capital, informação. Tanto que a única vez em que nós trabalhamos com o financiamento externo foi na coleção “Polícia Amanhã”, com a Fundação Ford [...] Foi um projeto do Coronel Cerqueira que era exatamente produzir textos de polícia, porque havia naquele momento uma lacuna entre uma visão militar sobre a polícia e uma visão jurídico-penal. Toda a preocupação do Cerqueira era montar uma teoria de polícia [...] então, constituímos o Instituto e fizemos a revista (Malaguti Batista In: Leal et al (org.), 2010: 40).

A morte de Nazareth Cerqueira aparentemente cria uma lacuna na relação do grupo com interlocutores policiais e reforça a radicalização de suas críticas frente às iniciativas concorrentes no campo das mobilizações em segurança pública. À memória de Nazareth Cerqueira, Nilo e Vera Batista associam uma teoria da polícia em ligação com a prática policial e voltada à criação de uma *intelligentsia* que não constituísse “nem uma truculência de guerra, nem algo muito jurídico-penal, e nem uma sociologia oportunista” (Malaguti Batista In: Leal *et al* (org.), 2010: 43). Ele estaria começando uma “virada” na sua reflexão a respeito das táticas a serem adotadas na implementação dos direitos humanos frente às resistências dos agentes da segurança pública e também uma crítica do próprio sentido e significado dos direitos humanos no cenário

contemporâneo. O conceito de *policização* seria central:

Sintetizando o que a gente fazia: a gente tentava despolicizar a instituição policial um pouco. A gente tentava criar uma delegacia de tortura e abuso de autoridade, uma delegacia de meio ambiente, uma delegacia de racismo, pra discutir um pouco o que acontecia, não que acreditasse que a criminalização disso ia resolver. Você tem que sair desse desenho. O importante não são os estratagemas, os veículos com os quais você tenta de alguma forma domesticar o poder punitivo, reduzir danos, o processo de brutalização inerente à atividade policial, os policiais também são recrutados entre os pobres. E são submetidos a uma formação que é brutalizante que se chama policização. Quanto menos você alimentar esse sistema, melhor (Batista, 2003: 22).

Um “processo de seleção, treinamento e congelamento institucional” (Batista In: Leal *et al* (org.), 2010: 55) passível de enquadrar a própria intelectualidade em sua adesão à garantia da igualdade social pelo viés da segurança pública, e que se expressaria também na adoção acrítica de noções do jargão policial, como “traficante” e “crime organizado”, para nomear diferentes arranjos de atores em situação de conflito desigual frente a processos de criminalização (Malaguti Batista In: Batista, 2003: 19) Uma reação que se desenvolvia diante das críticas ao programa brizolistas feitas não somente pelo partidários do paradigma belicista, mas inclusive no interior dos próprios quadros de esquerda: “Nós vemos também o oportunismo do outro lado. Sou uma pessoa muito crítica da sociologia na segurança pública. Essa era a grande preocupação do Cerqueira, dar um passo à frente nisso; por isso, de certa forma, ele era pessimista” (Malaguti Batista In: Leal et al (org.), 2010: 46). O contraste com o significado das iniciativas do Viva Rio e do ISER, nesse sentido, será constante:

Movimentos como o Viva Rio e Iser são forças expressivas, mas têm um acento profundamente conservador, religioso e paternalista. A conotação religiosa na proposta da campanha Basta Brasil - todos apagam as luzes e acenderam vela – é tremenda. O quanto eles têm consciência disto eu não sei. Repare que muitas transformações que ocorreram no Leste Europeu foram puxadas por movimentos muito similares, inclusive o sindicato Solidariedade na Polônia tinha um acento religioso muito forte. A própria campanha da fome - que achei importante - tinha um cunho assistencialista e isto às vezes compromete uma prática política, colocando-a num campo conservador (Cerqueira Filho, 2005: 09).

Eu posso dizer que sou um pioneiro na compreensão do Viva Rio. Porque eu vi como ele foi constituído, ele foi constituído por lideranças muito conservadoras, Associação Comercial, Firjan, donos de jornais, pra ajudar a alavancar 94, quando o neoliberalismo ia se estabelecer com

Fernando Henrique e o Brizola ia ser ferrado. Eu disse, e saiu publicado naquela ocasião no *Jornal do Brasil*, que o Viva Rio era um movimento social de proveta. De repente aparece o Rubem César, que nunca foi eleito para coisa nenhuma, e dificilmente seria, pra falar em nome da sociedade civil. O que é isso? Mas ele chega e fala, e divulga-se o senso comum criminológico, então inventa-se o personagem, tem aqui a notícia, fala o secretário de Estado coronel fulano, e agora fala a sociedade civil – diga, Rubem. E aí vem ele e fala! Com que legitimidade? E se você olhar direitinho e fizer uma investigação, tudo com dinheiro público (Batista, 2003: 06)

Mesmo a iniciativa como o *Balcão de Direitos*, implementado pelo Viva Rio no Morro do Cantagalo em 1996 (Palmisciano, 2005), com grande similaridade com os projetos desenvolvidos por Nilo Batista na OAB nos anos 70, é criticada como "aculturação jurídica". A ideia do uso alternativo do direito, se progressista no período em que alcançou a adesão de juristas e advogados críticos, hoje seria avaliada em sentido negativo. De acordo com sua perspectiva, o acesso e adequação do pluralismo jurídico à Justiça comum seriam secundários frente a necessidade maior de favorecer o empoderamento para a resolução comunitária dos conflitos. Possibilidade viável frente ao engano da generalização do tráfico como poder absoluto sobre as associações de moradores. A busca de "alternativas" seria restrita posto que capturada pela continuidade e fortalecimento do sistema penal. Nesse sentido, a própria atuação e produção de Nazareth Cerqueira seria posta em nova perspectiva, dada a diferença entre os cenários:

Aquilo tudo eram táticas de contenção. O Cerqueira foi um pioneiro no policiamento comunitário. Quando pessoas aí que se passam por autoras de policiamento comunitário... Cerqueira fez policiamento comunitário no Brasil pela primeira vez em 83, no Rio, no primeiro governo Brizola. Hoje já há uma crítica ao policiamento comunitário, que vê nele uma forma de ampliar a vigilância policial sobre a população a partir de outras questões que começam a entrar na interface do serviço policial ali [...] eu diria que qualquer avanço aí se daria por estratégias pontuais. O [*coronel Carlos Magno Nazareth*] Cerqueira [*comandante da Polícia Militar nos governos Brizola*] pensava nisso, na minha opinião como ninguém no Brasil. Você pega aqueles trabalhos dele, aquilo eu acho irrealizável fora de uma transformação no modelo econômico político e social. Talvez o mais importante agora fosse deter a policização de outras instituições. No âmbito da fiscalização tributária, da fiscalização ambiental, está havendo policização. Policizar as guardas municipais é pular num poço sem fundo (Batista, 2003: 27).

Embora o projeto das UPPs Sociais seja reivindicado por alguns como fruto da semente plantada por Nazareth Cerqueira (Rocha In: Leal et al (org.), 2010), o grupo faz questão de destacar a diferença com as propostas consolidadas no antigo *Centro Comunitário da Defesa da*

Cidadania que

[...] não tinha propósito de pacificação, nem de ocupação, era uma proposta de produzir direitos... Não a ideia de que você vai ocupar a comunidade e ter um policiamento e, a partir da noção de segurança pública, subordinando a área social. Não era um projeto repressivo, nem de ocupação, porque essa palavra tem sentido bélico. Era um conjunto de serviços destinados a atender ao bairro: Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil, Santa Casa da Misericórdia, Defensoria Pública, Juizado de Pequenas Causas, Registro Civil e Balcão de Empregos; enfim, um leque de serviços à disposição daquela vizinhança. Não tinha o sentido da segurança pública, mas a noção de acesso a direitos; e a coordenação do Centro era comunitária. Existia também o Conselho Comunitário: a ideia era a solução de conflitos. Tinha a ideia de atender àquele público que historicamente só tinha acesso a esses serviços pelo viés da repressão, aquilo que o Nilo Batista chamou de "cidadania negativa" (Malaguti Batista In: Leal et al (org.), 2010: 47)

Em publicação mais recente, a distinção é ressaltada de forma veemente:

Peço que respeitem a memória do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. O Alemão é muito mais complexo. A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio deram-se em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais, instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam (Malaguti Batista, 2012: 66).

Em suma, a oferta de alternativas pragmáticas seria parte de um sistema do "ilusionismo sociológico" que adiaría as mudanças estruturais de investimento social:

Esse sistema faz parte um pouco do ilusionismo sociológico, que a gente viu um pouco com o Fernando Henrique e também o Gilberto Vasconcellos que fala das origens uspianas do PT, de parte do PSDB. No ministério da Justiça, tirando o ministro, existe uma cultura funcionalista. O sociólogo tem um discurso – sou socióloga, mas abandonei depois do Fernando Henrique e me considero historiadora, fiz mestrado em história – mas o sociólogo tem um discurso onde ele tem uma fórmula em que tudo vai se resolver, que é um pouco a fórmula do mesmo grupo de sociólogos que assessoraram o Garotinho. Tinha também uma fórmula mágica de cadeias, delegacia legal, coisa e tal... Outro dia saiu publicado um artigo de dois sociólogos listando “olha, tenham calma porque vai acontecer se fizer isso: número um...” e no final, a última frase era maravilhosa, dizia: “a segurança não pode prescindir da ciência”, que é um pouco a renovação do positivismo, quer dizer, se você tiver as condições objetivas, uma boa fórmula... (Malaguti Batista In: Batista, 2003: 24).

O problema não são “alternativas”. Se você não mexer no sistema, não adianta. O sistema penal é a parte do aparelho do Estado, subdividido em agências que se comunicam em relações específicas para a gestão do poder punitivo. Não é o poder punitivo que vai transformar a sociedade. Não é através da pena, mas através da economia, e através dos projetos com que você opere grandes investimentos sociais em termos de educação, saúde etc. Não é através do sistema penal que você vai mudar o mundo, nunca foi. Ao contrário, o sistema penal é frequentemente um repressor da mudança (Batista, 2003: 22).

As opiniões destacadas delineiam a contraposição entre a criminologia crítica e as correntes realistas de esquerda e remetem aos argumentos de *Maria Lucia Karam*¹⁸⁰ (1996) a respeito da *esquerda punitiva* que, distanciando-se das tendências abolicionistas e de intervenção penal mínima, reivindicariam a extensão da reação punitiva a condutas que antagonizam com as aspirações dos movimentos que são integrantes, em especial o feminista, o ecológico mas também o de direitos humanos. Segundo esse ponto de vista, ao se somarem ao clamor contra a impunidade e apelarem por uma maior eficiência da repressão, mesmo que direcionada a práticas de corrupção da "criminalidade dourada", estes atores ignorariam o fato de que a reação punitiva não teria como objetivo o fim da impunidade ou da criminalidade, mas a manutenção e reprodução dos valores e interesses dominantes através do combate a "desvios pessoais" que deixariam encobertos os "desvios estruturais" que os alimentam.

A "descoberta" do sistema penal pela esquerda levaria a posições também no campo da "criminalidade de massas" e das "reais ou supostas manifestações da chamada criminalidade organizada", em uma submissão acrítica ao discurso da imprensa a respeito do aumento descontrolado da criminalidade e da política de drogas dos EUA nos anos 1980. Trabalhando com o "fantasma" do crime organizado, estes setores se apressariam em identificá-lo com a atuação dos varejistas do comércio de drogas ilícitas nas favelas cariocas, ao que a autora ressalta aos sinais de "certa desorganização" nesta atividade, expressa nas constantes disputas por pontos de venda. A ênfase no "crime organizado" reforçaria o apelo ao uso do sistema penal em prol de um suposto domínio e opressão por parte do "narcotráfico", que se expressaria no controle das associações por intimidação ou cooptação de lideranças, sufocando os movimentos populares. Esta posição não levaria em conta a permanência das condições para a demanda incentivadora das atividades econômicas ilegais, reforçando a tática de repressão militarizada que identifica classes subalternizadas e classes perigosas.

¹⁸⁰ Juíza de Direito aposentada, ex-Juíza Auditora da Justiça Militar Federal, membro do IBCCRIM e da Associação Juízes para a Democracia, filiada ao PT de 1980 a 1982.

Contra este discurso, a autora aponta para a incapacidade política da própria esquerda que, através da "distorcida política" que presidiu à formação das associações de moradores no Rio de Janeiro, teria compactuado com a separação "morro x asfalto" e contribuindo para o enfraquecimento dos movimentos populares. Por sua vez, tanto esta incapacidade política quanto a adesão ao sistema penal se ligaria à mudança das condições de vida dos quadros da esquerda:

O abandono da utopia da transformação social, cedendo lugar a desejos mais imediatos de conquista de cargos políticos no aparelho de Estado, parece ser uma primeira explicação para o surgimento destas novas preocupações. Mas, talvez, se deva pensar também no processo de envelhecimento e estabilização material de grande parte dos antigos militantes — em sua maioria, oriundos das classes médias —, agora temerosos e sensibilizados com a violência da criminalidade de massas, à ameaçar seus 'novos ideais de "paz" e tranqüilidade [...] A adesão de amplos setores da esquerda à ideologia da repressão, da lei e da ordem, seu interesse por um implacável combate à criminalidade, sua "descoberta" do sistema penal surgem em um tempo em que os sentimentos de insegurança e o medo coletivo difuso, provocados pelo processo de isolamento individual e de ausência de solidarização no convívio social, aliam-se à decepção enfraquecedora das utopias e à necessidade de criação de novos inimigos e fantasmas capazes de assegurar a coesão em formações sociais que, com o desmoronamento das traduções reais do socialismo, não mais têm exigida a demonstração de sua superioridade democrática [...] Desvinculados de uma análise séria da realidade e acompanhando a exacerbação do desejo punitivo, que segue o ideal imediatista de "viver em paz", sequer estranham aqueles setores da esquerda esse desejo de paz que admite até a guerra, como expressado na proposta de transferir as tarefas de segurança pública para as Forças Armadas, concretamente ensaiada, no Rio de Janeiro, no final de 1994, e só abandonada porque, como seria de esperar, não se produziram os resultados concretos com que a fantasia da ideologia repressora sonhava (Karam, 1996: 83 – 90).

A reivindicação de medidas de aperfeiçoamento e controles pontuais da polícia (e não o questionamento da sua filosofia e estrutura militarizada), associada à punição dos desvios policiais reforçariam o apelo a medidas urgentes e a uma manutenção do quadro geral que alimenta a permanência das situações que aviltam a função policial e subalternizam as camadas mais pobres da sociedade. Em suma, priorizando o combate à criminalidade, setores da esquerda teriam relegado a segundo plano as medidas mais profundas e de longo prazo que contribuam para o rompimento com os mecanismos excludentes e conduzissem a uma transformação social, entregando-se a um pragmatismo político que os converteria em uma "reacionária massa de manobra da "direita penal" e do sistema de dominação vigente" (*Ibidem*: 91).

Conforme o contexto já descrito anteriormente, este será o núcleo de uma oposição entre

pesquisadores e ativistas nos anos 90, que gira em torno do legado brizolista e de estratégias para superar as antinomias mudança estrutural e ação tática na mudança da segurança pública no Rio de Janeiro. A continuidade dessa história se dará através das atividades dos pesquisadores que, associados ou oriundos do Viva Rio e do ISER e de sua experiência no governo Garotinho, vieram a ocupar espaços em cargos de gestão, no que pode ser interpretado como a passagem de uma “guerra de movimento” para uma “guerra de posição” no interior do Estado. Mesmo com o malogro da experiência, ela constituiu um marco em termos tanto de polêmicas internas à academia, como de interpretações sobre o funcionamento do Estado “por dentro” de suas estruturas e rotinas (Soares, 2000; Musumeci Soares, 2002a)¹⁸¹ e que vem lançando as bases para o desenvolvimento de estratégias de governança da polícia (Muniz & Zacchi, 2004).

O *Centro de Estudos em Segurança e Cidadania* (CESeC/UCAM) será composto por grande parte deste grupo. Alguns aspectos da atuação de seus integrantes demonstra uma forte relação com a agenda dos novos movimentos cívicos por direitos de minorias, a exemplo da atuação de Silvia Ramos junto ao IBASE no trabalho sobre políticas de saúde no combate à AIDS, sobre os direitos da população LGBT e sobre a atuação de ONGs no campo da segurança pública (Ramos, 2004; 2006a; Ramos & Carrara, 2006); de Barbara Musumeci Soares, na questão da violência contra a mulher e alcoolismo (Musumeci Soares, 1999); além de Julita Lemgruber que, em um registro mais próximo da garantia dos direitos dos presos, prolongará uma agenda política e intelectual derivada de uma atuação na administração penitenciária desde o primeiro governo Brizola (Lemgruber, 1998; Lemgruber & Paiva, 2011). O CESeC tem se voltado especialmente para a relação entre jovens e polícia, da despenalização e descriminalização do uso de drogas e das alternativas à prisão para crimes de baixa ofensividade, buscando pautar as discussões na esfera pública através da imprensa e junto ao poder legislativo.

As concepções do grupo se articulam com as iniciativas do *Instituto de Segurança Pública* (ISP), criado para ser o principal instrumento para a reforma policial. Sob a liderança da antropóloga Ana Paula Miranda a partir de 2003, o ISP fornecer subsídios à formulação de ações de planejamento estratégico e de inteligência para a área de segurança através do aprimoramento profissional dos policiais, da integração das ações das Polícias Civil e Militar, da avaliação do seu desempenho, da realização de pesquisas, organização e análise dos dados estatísticos oficiais. Contudo, o Instituto, embora até hoje cumpra um papel de relevância na área, não alcançará as condições de independência, recursos e legitimidade suficiente para cumprir as suas funções para as quais foi constituído, como anuncia a exoneração de Ana Paula Miranda e sua substituição por

¹⁸¹As resistências político-institucionais à inovação, a promiscuidade entre o crime e setores do aparelho policial e a falta de apoio político, assim como confrontos e ameaças, são os fatores elencados por Soares na explicação dos eventos que resultaram em sua saída do governo.

quadro policial em 2008¹⁸².

A articulação com a universidade será um dos eixos principais de sua atuação, através da compatibilização dos currículos das escolas e academias das polícias e constituição de um novo padrão de formação policial, cujo modelo seriam as experiências dos cursos de especialização da RENAESP. Dessa maneira, o *Laboratório de Análises da Violência* (LAV/UERJ), dirigido por João Trajano Sento-Sé e Ignacio Cano, e o *Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas* (NUFEP/UFF) também se consolidarão como formuladores de planos educacionais. O NUFEP, especialmente, assumirá posição de liderança, que remonta à participação de Roberto Kant de Lima como consultor externo às iniciativas implementadas por Soares no governo. Nos anos seguintes o Núcleo, defendendo a tese de que nenhuma política de segurança terá sucesso enquanto for monopólio, exclusivo das polícias, e formula uma proposta curricular para a área de segurança que se pretende alternativa e concorrente à hegemonia do Direito e do “saber policial não escolarizado”, que resultará na proposta de criação do curso de *Graduação em Segurança Pública e Social*, em 2011, na UFF. A iniciativa, contudo, suscitou conflitos no interior da comunidade acadêmica do *Instituto de Ciências Humanas e Filosofia* (ICHF) e resultou no desligamento de Kant de Lima, que se vinculará a Faculdade de Direito da mesma universidade, onde o curso será instalado. A esse respeito, o antropólogo ensaiaria uma explicação:

Falou em segurança pública, o pau comeu. Talvez possamos identificar algumas razões, de caráter interno e corporativo, focalizadas numa disputa entre departamentos e disciplinas, no ICHF, pelo "campo" da segurança pública, que estava sendo apropriado, na graduação, pela antropologia, o que lhe daria mais alunos de graduação, índice de poder na universidade. Depois, por circunstâncias e alianças eleitorais na universidade, coisa completamente conjuntural, que produziu alianças e recuos táticos nos projetos individuais de poder, o que resultou em que os alunos foram mal informados, achando que segurança pública é negócio de polícia, e essa coisa de polícia é uma coisa ruim, repressiva. A

¹⁸² “Quando eu assumi o ISP, não tínhamos verba nenhuma para nada – nem para contratar ninguém, nem para fazer projeto nenhum –, e nós passamos a buscar recursos nas fundações, na Fundação de Amparo à Pesquisa, no Estado do Rio de Janeiro; buscamos recursos fora, também, na Senasp; e tivemos um financiamento internacional da Comunidade Européia, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Nesse caso, a independência está atrelada, também, a uma independência financeira, como é o caso do IBGE, que é o órgão de referência da produção de informação – ele tem uma independência financeira para poder desenvolver suas pesquisas, senão, isso é absolutamente inviável. No Estado de São Paulo, por exemplo, temos a Fundação Sead, o órgão responsável pelas estatísticas de todo Estado, que desenvolve um bom trabalho na área de estatística policial. Aqui no Rio, a Fundação CID não desenvolvia o mesmo trabalho da mesma forma [...] No caso, no Estado de Minas Gerais, a gente tem a Fundação João Pinheiro, que também desempenha um trabalho de capacitação profissional e de pesquisa muito positivo. Então, o ISP, o comparado a essas instituições, era muito mais jovem e começou sem ser. Então, a gente tinha montado um projeto de transformação do Estatuto Legal da instituição para que ela pudesse, efetivamente, desempenhar aquele trabalho que estava desempenhando e que não foi à frente, não teve prosseguimento. Mas, nós conseguimos fazer o instituto funcional na medida em que a gente tinha autonomia financeira e buscávamos parcerias com as instituições” (Miranda, 2009a).

universidade não deveria se meter com a polícia. Muitas vezes vários professores falaram em público sobre isso (Kant de Lima In: Lima & Ratton, 2011: 134-5).

O assunto é polêmico e parece realmente indicar conflitos que nos reenviam ao início das diferenciações entre os grupos vinculados à criminologia crítica e realismo de esquerda no Rio de Janeiro. Implícitas na fala estão as disputas "intestinas" à UFF e seu impacto e significado em termos de construção de redes políticas, institucionais e teóricas entre os cientistas políticos ligados à história e à criminologia crítica brizolista (Gisálio Cerqueira Filho, Gizlene Neder, Vera Malaguti Batista) e a antropologia do direito promovida por Kant de Lima. Cabe destacar, no momento, o quanto estas disputas envolveram rivalidades no domínio do tema da história da cultura jurídica [o tema da *inquisitorialidade*] e da conquista de espaços de poder institucional junto a agências nacionais de fomento, como o CNPq e a CAPES, através da adesão aos critérios de produtividade e trabalho coletivo que comandarão a estruturação das competições na universidade brasileira. Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder se voltarão para a *Associação Brasileira de Ciência Política* (ABCP) e para a *Associação Nacional de História* (ANPUH), conquistando posições institucionais que fundamentem a aproximação interdisciplinar entre Direito, História e Ciência Política no *Laboratório Cidade e Poder* (LCP/PPGH/UFF) e na *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Kant de Lima, por sua vez, através do projeto *Religião, Direito, Sociedade em uma Perspectiva Comparada* (CNPq/1994) e na constituição do NUFEP. Desse modo, o antropólogo procura reconhecer e legitimar as redes constituídas a partir do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFF):

Somente depois de 1994, com a criação do PPGACP/UFF – hoje separados em PPGA/UFF e PPGCP/UFF – foi que começou esse interesse pela polícia. Foram Jorge da Silva e Ronaldo Granja, dois coronéis aposentados da PM, que vieram fazer o mestrado em ciência política – ciência política, note bem!!! - e fizeram um curso comigo sobre essa questão da inquisitorialidade, da burocracia. Leram o meu livro sobre a polícia e, em 1995, comecei a ser convidado para falar sobre tema de polícia. Fui falar disso dez anos depois de fazer a tese. Mesmo porque somente em 1994 foi publicado meu livro, inicialmente pela Polícia Militar e depois, em 1995, pela Editora Forense. A publicação se deu quando o coronel Nazareth Cerqueira era o comandante da PM e secretário da PMERJ, naquela época do Brizola. Ele fez a apresentação. Na Forense, foi o Augusto Thompson que indicou para publicação e prefaciou... (*Idem ibidem*: 129).

A “Biblioteca da Polícia Militar”, liderada por Nazareth Cerqueira e em colaboração com pesquisadores que participaram da experiência do SOCII, como Gisálio Cerqueira Filho, Gizlene Neder e Michel Misse editaria a etnografia de Roberto Kant de Lima sobre a polícia civil do estado (Misse, 2007). Mas outro será o contexto de relações nos anos 2000, como expressa a oposição de Gisálio e Gizlene à instalação do curso no ICHF e o distanciamento de Misse das redes da criminologia crítica e sua aproximação do campo do realismo de esquerda em segurança pública¹⁸³, no interior do qual o *Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana* (NECVU/UFRJ), sob sua liderança, organizará a *Dilemas*, uma das revistas centrais da área.

A comparação entre o curso de graduação proposto por Kant de Lima e o curso do CEUEP, pode ilustrar algumas diferenças importantes. Enquanto a proposta do CEUEP se insere no interior das organizações de segurança pública, a proposta da graduação promove a formação de outro tipo de profissional no mercado, o que explicaria, em parte, a aparente contradição com posições anteriores assumidas pelos opositores da proposta¹⁸⁴. Partindo de uma reflexão sobre os limites dos cursos de especialização da RENAESP, onde o trabalho de desconstrução das culturas profissionais criaria grandes dificuldades para a adoção de uma nova visão, a graduação forneceria a ocasião de “escolarizar” o aprendizado da prática policial e da segurança pública, e assim explicitá-lo e expô-lo à crítica:

Queríamos formar um profissional que, pelo contrário, e está escrito no projeto, vá competir com a polícia. Não para se opor, para entrar em conflito, mas para ter uma habilitação profissional na área de segurança pública, com legitimidade. Para ser assessor lá na Senasp, do ISP, dos prefeitos, dos municípios, em segurança pública. Porque está tudo controlado pelos oficiais da PM, ou pelos delegados. Eles controlam todo esse mercado, um mercado enorme no Brasil. (Kant de Lima In: Lima & Ratton, 2011: 135).

Nas faculdades de direito, não se discute segurança pública, mas, sim, como aplicar as leis existentes. As academias militares, por exemplo, ensinam a ser militar, e não a ser policial. A lógica é sempre a da repressão [...] Pretendemos intervir nesse mercado. A ideia é criar uma alternativa para os órgãos e institutos de segurança, públicos e privados, para que possam contratar pessoas com uma formação que não seja

¹⁸³ "No Brasil, a esquerda jurídico-penal estava na trincheira da luta contra o arbítrio e a truculência estatal: Nilo Batista, Juarez Cirino dos Santos, Roberto Lyra Filho, Zahidé Machado Neto, Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira. *Mesmo Michel Misse participou desse movimento*" (Malaguti Batista, 2011: 86, grifos nossos). Além de questões teóricas, a aproximação de Misse e Kant de Lima se delineiam também a partir de relações de amizade (Misse In: Lima & Ratton, 2011).

¹⁸⁴ "Não vejo diferença entre militares e civis no que concerne à universidade pública e a uma aproximação entre o intelectual e a sociedade. Acho que o intelectual deve deixar de lado a pompa e a arrogância, embebedar-se de povo" (Cerqueira Filho, 2005: 15).

pensada na associação entre segurança pública e polícia (Kant de Lima In: Extra, 2012).

O novo bacharel em segurança pública e social, desvinculado da clientela interessada na ascensão profissional no interior das corporações, seria formado para trabalhar na administração de conflitos e capaz de proporcionar o diálogo interinstitucional entre agências públicas e privadas voltadas à prevenção da violência, mediação de conflitos e uso seletivo e progressivo da força. Profissionais capazes de atuar como pesquisadores, assessores, consultores, gestores, planejadores, avaliadores e executores, inserindo-se no “vácuo de competências” no atendimento às necessidades de governos estaduais e municipais em segurança pública, defesa civil, ordenamento urbano, transportes e também no setor privado, na área de segurança patrimonial¹⁸⁵. A expectativa dos idealizadores do curso é a de enfraquecer a influência da tradição jurídico-política brasileira que associa a categoria *público* ao domínio estatal, divergindo das tradições dos Estados democráticos de direito, nos quais a categorias *public* e *publique* significariam, respectivamente, *coletivo* e *pertencente a todos*. Em suma, se trata de formar um profissional com base no conhecimento multidisciplinar já acumulado na universidade a respeito da segurança pública e social e da justiça criminal. Um campo que,

[...] bastante desenvolvido nos países anglo-saxões – onde se denomina *criminal justice* ou *criminology*, ou na França, onde se denomina de *criminologie* - encontra-se ausente no Brasil, onde a categoria criminologia está irreparavelmente associada ao Direito. Esta ausência permite que se justifique a constatação empírica, aqui, da tremenda defasagem de formação profissional qualificada nesta área de conhecimento (UFF, 2008: 02).

¹⁸⁵ Conforme o projeto do curso: “Propiciar a formação de profissionais capazes de atuar na área da Segurança Pública e Social, entendida aqui como um conjunto de conteúdos voltado para a análise de reflexões e práticas que se ocupem do estudo dos processos institucionais de administração de conflitos, da violência e da criminalidade em seus diferentes matizes; possibilitar ao profissional indagar sobre as causas e impactos dos fenômenos da violência sobre um determinado coletivo social ou conjunto de segmentos de uma sociedade, produzindo entendimentos específicos que direcionem políticas públicas na área; concorrer para uma compreensão, por parte dos graduados, das formas de organização das agências instituídas para lidar com os temas da prevenção da violência e da criminalidade, como também da promoção da justiça, visando desenvolver políticas públicas de segurança; promover, baseado nas informações disponíveis sobre o tema, o desenvolvimento pelos profissionais formados de ferramentas teóricas e práticas que busquem a promoção de melhores taxas de previsibilidade, em função da ocorrência da violência e da criminalidade, em favor dos trajetos dos indivíduos em variados contextos sociais, seja nas esferas nacionais, estaduais ou municipais. Assim, esse profissional poderá atuar nas funções de pesquisa, assessoria, consultoria, gestão, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas da área. Dessa forma, espera-se a formação de profissionais capazes de se desenvolverem na aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação de técnicas e serviços na área de segurança pública; produção e difusão de informação, como também de tecnologias informativas na área de segurança pública; gestão de processos de produção de bens e serviços na área de segurança pública, desenvolvimento da capacidade de coordenação e empreendedorismo que focalize a segurança pública enquanto domínio de conhecimento; manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas subáreas profissionais a que tiver acesso” (UFF, 2008: 06-07).

Para suprir esta lacuna, os profissionais formados no curso estariam vinculados à produção de novos conhecimentos, gerados no âmbito do *INCT de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos* (INCT-INEAC), rede herdeira de uma história de produções veiculadas nas ciências sociais nacionais e internacionais. Como experiência recente, o seu impacto só poderá ser avaliado posteriormente. Mas é possível já afirmar que ela expressa um consenso cada vez maior em torno dos limites das escolas e academias de polícia, em alternativa as quais se constitui uma rede de diferentes modelos de cursos, especialmente no Rio Grande do Sul, no Pará e no Ceará. Um contexto que é também de competição, com a liderança da Polícia Federal na promoção de inovações curriculares. No plano local, o seu impacto deve ser considerado em relação com a sustentabilidade das UPP's e a possível entrada destes novos profissionais, como expressa a anuência do coronel da polícia militar Robson Rodrigues, ex-comandante das UPP's e mestre em antropologia pela UFF. Por fim, a aceitação da proposta também reverbera entre os pesquisadores do campo de acadêmico, em possível concorrência entre propostas para a identidade e os contornos da área de conhecimento:

Será um curso de alto nível e deve suprir uma lacuna importante nesta área. Creio que, a partir dessa iniciativa pioneira, vamos assistir a uma proliferação de outros cursos com esse mesmo perfil por todo o Brasil (Misse, 2012)

Se o curso fosse obrigatório para se tornar um policial, seria muito importante. Agora, se for para criar mais um tipo de pesquisador, acho redundante. A criminalidade é um tema interdisciplinar, que abarca diversas áreas do conhecimento. Me parece que vai apenas criar uma nova profissão (Zaluar, 2012)¹⁸⁶.

...

As propostas analisadas parecem suficientes para expressar o modo como, no Rio de Janeiro, constituiu-se uma reflexão com repercussão nacional para a imagem da violência no país. A questão maior para os objetivos do presente trabalho foi demonstrar que as diferentes narrativas sobre a “violência urbana” não se separam de conjunturas políticas, nas quais pontes são estabelecidas entre as instituições de segurança pública, a imprensa e a sociedade civil organizada, constituindo um desafio à prática e à identidade dos cientistas sociais. Em um primeiro momento,

¹⁸⁶ Opiniões extraídas de reportagem *UFF cria primeiro bacharelado em segurança pública do Brasil* (2012) <http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/uff-cria-primeiro-bacharelado-em-seguranca-publica-do-brasil-3629878.html>

fragmentado pela perseguição política e pela reorganização universitária promovida pelo regime militar, o campo acadêmico fluminense, ao menos no que se refere aos pesquisadores dedicados ao tema da violência e do crime, caracterizou-se pela permeabilidade às influências do campo político, como expressa a formação dos primeiros grupos de pesquisa como entidades de sociedade civil ou ONGs. A crítica ao isolamento da universidade frente aos problemas do país incentivou um conjunto de iniciativas que reestruturaram o campo universitário ao longo dos anos 1990 e especialmente dos anos 2000, espelhando uma tendência de aproximação entre setores do Estado e pesquisadores em torno da constituição de um “campo da segurança pública”, que visa suprir a falta de investimento nacional na formação de profissionais especializados em segurança pública e na tradução do conhecimento produzido nas universidades em políticas públicas (Soares, 2006; Ramos, 2007; Lima & Ratton, 2011)¹⁸⁷.

Dentre os centros de pesquisa em relação e concorrência nessa área, é preciso ainda considerar: o *Núcleo de Pesquisa das Violências* (NUPEVI/IMS/UERJ), dirigido por Alba Zaluar e voltado a pesquisas antropológicas em diálogo com as áreas da saúde pública, ecologia urbana e educação; o *Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli* (CLAVES/FIOCRUZ), que produz sobre violência na área de interseção entre saúde, ciências sociais (Minayo & Souza (orgs.), 2003); o centro de pesquisas do *Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas* (IPEA), composto por Daniel Cerqueira e Alexandre de Carvalho; a *Diretoria de Análises de Políticas Públicas* da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e a produção de Gláucio Ary Dillon Soares e Luiz Antonio Machado da Silva, no IUPERJ.

Esta listagem sumária indica a expansão do campo de pesquisas em sintonia com o monitoramento de políticas públicas por meio da crítica e qualificação de dados estatísticos e de vitimização, de um maior trânsito de pesquisadores - tanto regionalmente (com destaque para o eixo Rio-Minas), como em cargos de consultoria e direção -, e de um maior investimento na formação dos quadros profissionais da segurança pública. Fundamental foi a inserção de pesquisadores no projeto governamental do PT, com destaque para o “Projeto Segurança Pública para o Brasil” do *Instituto Cidadania*¹⁸⁸ (que deu origem ao documento “Segurança Pública para o

¹⁸⁷ Em entrevista, Soares afirma que, por sua experiência no governo, “estava pagando o preço pela abertura de um espaço e pelo estabelecimento de uma relação que, no futuro próximo, se tornaria freqüente e natural” (Soares, 2001)

¹⁸⁸ ONG de assessoria que acompanhou a trajetória política de Lula desde 1989: “A origem do Instituto foi a experiência do chamado Governo Paralelo, que se estruturou sob a liderança de Lula após a derrota de 1989, entre 1990 e 1992, para apresentar propostas alternativas de políticas públicas, enquanto acompanhava, criticamente, o governo Fernando Collor de Mello. Depois vieram as Caravanas da Cidadania e as atividades de debate, estudos, pesquisas, informação e elaboração de políticas públicas [...] Desde 1999, o Instituto Cidadania intensificou suas atividades. Além de debates e seminários passou a trabalhar com extensos projetos temáticos que resultam em diagnósticos mais apurados e propostas abrangentes de políticas públicas. Os projetos envolvem a interlocução com os diversos atores políticos e especialistas de cada área, em ambiente suprapartidário. Entre os temas já

Brasil”, base para a política na área do novo Governo Federal e para a proposição do Sistema Único de Segurança Pública) e os programas locais de segurança urbana e prevenção da violência que vêm sendo executados, sobretudo a partir de 2001 em geral por prefeituras do PT e do campo da esquerda (São Paulo, Guarulhos, Diadema, Resende, Niterói, Porto Alegre, Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Belo Horizonte, Uberlândia, Niterói, Maceió, dentre outras) (Muniz & Zacchi, 2004).

Para a análise desse novo contexto seria preciso um enquadramento analítico que dê atenção às articulações de agendas políticas - como as atinentes à crítica dos dados sobre os "autos de resistência" e desaparecimentos; à CPI das milícias do Rio de Janeiro; à legitimação ou crítica das UPPs; à construção do SUSP; ou à promoção da PEC/51 no Congresso Nacional – com a expansão nacional das redes de pesquisa e ativismo constituídas (e constitutivas) da ação de Fundações internacionais, como a Ford, e de Secretarias estatais, como a SEDH e a SENASP.

CAPÍTULO IV

A violência em São Paulo entre a ciência e a política

O CEBRAP e a "violência estrutural" da modernização brasileira

A reconstituição do cenário das ciências sociais contemporâneas em São Paulo tem geralmente como ponto de partida a influência dos sociólogos formados por Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I, através da formação do *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT) e do CEBRAP. O primeiro, embora empreendimento de curta duração (1961-1969), marcou uma transição na linha de pesquisa dos sociólogos uspianos, que buscavam se colocar em condições de influir no debate político sobre o desenvolvimento nacional, através da aproximação com grupos externos, especialmente empresários. A sua criação já prenunciava as reformas universitárias que viriam a substituir o sistema de cátedras pelo sistema de departamentos. Contudo, com as cassações implementadas pelo governo militar, o CESIT entra em decadência e os esforços do grupo se voltam à criação de um centro de pesquisas externo à universidade:

A criação do CEBRAP e a extinção melancólica do CESIT marcam um período de diferenciação do sistema de pesquisa acadêmica no Estado de São Paulo que com o tempo se generalizará pelo país. Este processo inicia-se com a criação da FAPESP, na qual se institucionaliza uma instância externa à Universidade para a gestão de recursos destinados à pesquisa. A criação do CEBRAP ocorre em um momento em que as agências financiadoras internacionais, especialmente a Fundação Ford, passam a fomentar os chamados 'centros de excelência' externos à Universidade. Assim, com o passar dos anos, fortalece-se uma estrutura institucional de pesquisa nestes centros que tornam-se, para muitos acadêmicos, espaços em que se processa uma atividade acadêmica complementar àquela de docência e pesquisa na Universidade. Hoje esta conformação do trabalho acadêmico em 'centros' ou 'núcleos' é bastante comum no interior das universidades brasileiras, em especial a USP, sendo que as principais agências fomentadoras de pesquisa, públicas ou privadas, privilegiam esta forma de estruturação do trabalho acadêmico em suas dotações (Romão, 2006: 144).

O CESIT, nesse sentido, antecipa e ao mesmo tempo reforça o papel do CEBRAP como ponte entre as gerações de sociólogos durante esse processo. De fato, considerado importante fator de coesão entre intelectuais no período da ditadura militar, o CEBRAP se originou inicialmente como espaço de organização para intelectuais cassados pelo AI-5, reunidos no *Seminário de*

*Marx*¹⁸⁹, representando uma *ponte* entre a antiga geração de cientistas sociais paulistas pré-golpe e a que se constituirá com a expansão das ciências sociais nas décadas seguintes¹⁹⁰. Ao mesmo tempo em que dava continuidade à escola uspiana de sociologia, ele inovava não somente na adaptação a um novo estilo de trabalho (Sorj, 2001), mas também por se dedicar a problemas políticos, revisando as interpretações sobre o Brasil (Lahuerta, 1999; 2001). Apoiado, de um lado, pela Fundação Ford e, de outro, por ligações com setores liberais da elite - empresários, políticos ligados ao *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), figuras importantes da Igreja Católica, o jornal *Opinião* e a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), o CEBRAP conseguiu condições suficientes para atravessar os períodos mais fechados da ditadura com relativa autonomia, constituindo-se uma referência em termos de autoridade científica e legitimidade política no campo acadêmico e mais amplamente na sociedade (*Ibidem; Ibidem*).

É a partir desta rede de sustentação que se originam algumas das demandas e propostas de trabalho que conectam os cientistas sociais do grupo aos problemas da sociedade. Assim, através da análise das características do desenvolvimento econômico brasileiro, do regime autoritário vigente e das alianças de classe necessárias à transição democrática, o grupo abriria o debate sobre novos temas de pesquisa, pertinentes para a interpretação e ação à época, como o combate ao "mito da marginalidade", a atenção aos novos sujeitos sociais, a questão da cidadania e a constituição de instituições políticas democráticas¹⁹¹. Ao focalizarem estes novos fenômenos, os pesquisadores do CEBRAP acabarão por abordar questões referentes às manifestações de violência, inicialmente à violência que seria inerente ao processo de modernização brasileiro.

Exemplo disto são as encomendas de pesquisa sobre as consequências das transformações recentes na urbanização de São Paulo, feitas pela Comissão de Justiça e Paz - CJP da Igreja Católica, como a pesquisa *A criança, o adolescente e a cidade* (Cebrap, 1972), que investe na preocupação sobre o tema da marginalização e dos direitos da infância e da juventude. Ganha destaque em seguida o investimento editorial da CJP, que se inicia com *São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza* (Camargo (org.), [1976]1982)¹⁹², que constituiu um quadro de reflexão

¹⁸⁹ Seminário de Marx foi como se tornou conhecido o conjunto de reuniões para estudo do livro *O Capital* e discussão da realidade brasileira, que sedimentou a formação da maior parte dos membros do CEBRAP.

¹⁹⁰ Fundado em 1969, tinha como equipe inicial Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Elza Berquó, Paul Singer (cassados pelo AI-5), Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio Ferreira, ocupando a presidência (Montero e Moura (orgs), 2009).

¹⁹¹ Ao lado das reflexões sobre a dependência econômica, a análise acerca do autoritarismo, expressa nos ensaios *O modelo político brasileiro* (1973) e *Autoritarismo e Democratização* (1975) de Fernando Henrique Cardoso, podem ser eleitos como referências norteadoras da influência do CEBRAP no debate sobre a violência do regime político vigente no Brasil e os desafios para a democratização. Dialogando com Guillermo O'Donnell, Juan Linz e Nicos Poulantzas, Cardoso procura enfrentar o tema da natureza e duração do autoritarismo estatal e elaborar as saídas possíveis, que envolveriam o fortalecimento da sociedade civil e o controle democrático do Estado, que passa a ser entendido não somente como aparelho repressivo.

¹⁹² Constam na elaboração da pesquisa: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso,

crítica sobre as transformações vividas que repercutiu de maneira relevante nos processos políticos da época. As palavras do Cardeal Paulo Evaristo Arns na *Apresentação* do livro sintetizam a perspectiva assumida, investigativa e combativa contra uma “violência difusa que atinge o povo”, relacionada a uma série de fatores como a desnutrição, às más condições de saneamento e saúde, aos acidentes de trabalho, ao desemprego, à ausência de moradia, à precariedade de transportes, à falta de liberdade de associação, informação e reivindicação. Cumpriria então “chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las”. Como causa dos males estaria o crescimento capitalista desordenado associado à violência do autoritarismo, que sufocaria o sofrimento e as demandas da população, principalmente a mais pobre, exigindo segurança, que “no caso, não quer dizer necessariamente polícia, mas muitas vezes significa segurança contra os abusos da polícia, embora não se limite a este aspecto” (*Ibidem*: 09 e 149).

O livro incentiva, quatro anos depois, outra pesquisa, *São Paulo: o povo em movimento* (Singer e Brant (orgs.), [1980]1982)¹⁹³, que investiga a emergência dos movimentos sociais populares – o movimento operário, feminista, negro, de bairro, as comunidades eclesiais de base – e sua relação com os partidos políticos. Com esta iniciativa, buscava-se fornecer a consciência crítica que servisse como fundamento para a constituição de canais de expressão dos interesses populares, no sentido de ligar os movimentos da sociedade “a alguma corrente política policlassista capaz de atender suas reivindicações imediatas ou procurar constituir formas de próprias de representação no plano político” (*Ibidem*: 230). Pensar e discutir esta possibilidade eram sinais do início das dificuldades de manutenção da ordem pelo bloco do poder, momento em que se começa a discutir a Anistia, a formação de partidos políticos e a realização de eleições.

Apesar das cisões com a formação do CEDEC, em 1977, esse contexto abre espaço para o amadurecimento de outras perspectivas, que se apresentarão nas pesquisas de Teresa Caldeira (1984) e de Vinícius Caldeira Brant (1986)¹⁹⁴ e que indicavam, cada um a seu modo, as resistências e desacordos entre a pauta política da democracia e dos direitos humanos, assim como a emergência do problema da “violência urbana”. O livro *São Paulo: trabalhar e viver* (Brant (org.), 1989) expressa bem esta mudança. No capítulo *Ter medo em São Paulo*, o crime violento sai dos espaços marginais dos noticiários e passa a ocupar as primeiras páginas, o horário nobre da televisão e as campanhas eleitorais, e emerge mudando a paisagem da cidade a partir do medo.

Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinícius Caldeira Brant.

¹⁹³ Participaram de sua elaboração, além dos organizadores Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant como organizadores Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza, Antonio Flávio de Oliveira Pierucci, Clóvis Moura e Fernando Henrique Cardoso.

¹⁹⁴ A pesquisa, intitulada *O trabalhador preso no estado de São Paulo*, investigou o perfil da população prisional do estado de São Paulo.

Muros, grades, trancas e sistemas de alarme se multiplicam. Os habitantes mudam sua rotina. Saem menos à rua, evitam certos caminhos, armam-se ou contratam guardas armados. Mas não se trataria de “pura paranoia coletiva”: as estatísticas disponíveis¹⁹⁵ comprovariam a elevação das taxas de criminalidade violenta na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana na década de 1980, em especial a constância de elevação das taxas de homicídio.

Este é o quadro inicial que o estudo oferece para introduzir o leitor no debate acadêmico sobre as características e as causas do aumento da violência criminal. Entre as hipóteses explicativas no debate sociológico estariam de um lado, a recessão econômica e deterioração de vida das classes populares e de outro, a deficiência dos aparelhos de segurança e proteção, polícia e sistema judiciário. Presas a esta polarização as pesquisas não teriam sido capazes de realmente fornecer explicações cabais sobre os motivos da violência, mas teriam “permitido desqualificar velhas imagens e preconceitos com relação à caracterização do criminoso” (*Ibidem*: 163). Os estereótipos que associam analfabetismo e desemprego com a condição de criminoso em potencial não se sustentariam. Se o debate é marcado pela controvérsia, ao menos parte de um ponto comum: o problema da violência é um dos que mais suscitam paixões, revelam preconceitos e ódios, expressando assim a dificuldade da convivência com os diferentes na metrópole. A experiência da violência e do medo, independente do real impacto da criminalidade oficial, reorganizaria o cotidiano na cidade a partir das “falas sobre violência”, “basicamente uma construção e uma demarcação de distâncias sociais” (*Ibidem*: 165). O discurso de falha das regras e instituições reforçaria o discurso da ordem, pensado em termos privados e violentos.

Mas na virada dos anos 70 e 80 em São Paulo não é apenas o grupo do CEBRAP que se aproxima da questão do crime violento. Será no CEDEC que se institucionaliza a primeira linha de pesquisa voltada especificamente à questão da “violência urbana”¹⁹⁶.

O CEDEC e as lutas sociais pelo direito da população à segurança

O CEDEC¹⁹⁷ se dedicou a um amplo leque temático e político - estudo dos movimentos

¹⁹⁵ Além de Brant, participam da edição Amélia Cohn, Antonio Flávio Pierucci, Elza Berquó, Emir Sader, Helena Menna Barreto Silva, Marcelo O.C.de Lima, Milton Campanário, Nabil Bonduki, Paul Singer e Teresa Pires do Rio Caldeira.

¹⁹⁶ Embora Perruso (2004; 2009) mencione a importância do estudo de José Álvaro Moisés sobre quebra-quebras e a constituição do projeto Cidadania e Participação Popular, no qual se inclui uma linha de estudos sobre “criminalidade, pobreza e violência” de acordo com seu recorte, centrado no momento “heroico”, “romântico” e “triumfalista” das pesquisas sobre os “novos movimentos sociais”, quase nenhum destaque é concedido aos estudos posteriores sobre violência urbana desenvolvidos no CEDEC.

¹⁹⁷ Compunham o CEDEC, inicialmente, além de Weffort: José Álvaro Moisés, Eduardo Kugelmas, Marilena

sociais, da questão da cidadania, das formas de participação social e das mudanças no sindicalismo. O sentido das investigações estava atrelado à aposta na possibilidade de constituição de novos sujeitos no espaço público, apontando para o seu significado político afirmativo de ruptura dos novos sujeitos sociais com a dominação vigente. A participação social das *classes populares*¹⁹⁸ passou a ser preocupação dentro de uma proposta que procurava articular política e ciência: a estratégia de apreender o universo dos sujeitos pesquisados estava ligada à ideia de cooperação com a mudança da realidade a partir dos estudos realizados, concretizados na forma de pesquisa engajada – pesquisa participante, pesquisa-ação... - e em apoio político através de assessoria em “educação popular” e “formação política”.

Nesta iniciativa de renovação do pensamento político-social brasileiro sobre as classes populares, ganha destaque *A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”* (Moisés *et al*, 1978), relacionando as contradições do desenvolvimento urbano em uma ordem capitalista para explicar “a vaga de *quebra-quebras*” de trens ocorridos a partir de 1974 nos subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contrariando a sua condenação como “atos de vandalismo e selvageria” estas ações coletivas seriam uma solução encontrada pelas classes populares para expressar seu descontentamento em um contexto de inexistência de canais para expressão de demandas. A partir desta orientação geral, o CEDEC passou a incluir em suas preocupações não somente os movimentos sociais organizados, mas inclusive os espontâneos e irruptivos, pensados como atos políticos, uma forma de consciência e protesto, embora turvos, de uma cidadania fragilizada e fragmentada. Nesta perspectiva, são elaborados os textos de José Álvaro Moisés, Lícia do Prado Valladares e Edison Nunes, sobre os *quebra-quebras* de trens, ônibus e metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo, presentes em *Cidade, Povo e Poder* (Moisés *et al.*, 1982)¹⁹⁹.

Estes estudos em conjunto, em especial o último, já expressa sinais significativos de mudança em relação à perspectiva do CEBRAP. O ponto de partida, no entanto, é comum. Diz respeito a um consenso de que os movimentos sociais urbanos surgiriam em função do processo de pauperização que atinge as classes populares nas condições do desenvolvimento capitalista de então, caracterizado pela super-exploração dos assalariados e que acarretaria a dilapidação da força de trabalho e na redução do nível de sua reprodução. Os movimentos sociais seriam uma via de resistência e de solução coletiva para amenizar os problemas advindos das contradições

Chauí, Perseu Abramo e Francisco de Oliveira (Barbosa, 2009).

¹⁹⁸ Designação para um “coletivo socialmente heterogêneo”, composto por operários industriais, assalariados de bancos e comércio, baixa burocracia estatal e por vezes profissionais liberais que, diferente do “caso clássico europeu” encontraria sua unidade não em seu papel ao nível do sistema de produção e na “identidade operária”, mas no plano da política e em uma “identidade popular” (Moisés *et al*, 1982).

¹⁹⁹ Participam do volume, além de José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Lícia do Prado Valladares, Edison Nunes, Tilman Evers, Clarita Muller-Plantenberg, Stefanie Spessart e Pedro Jacobi.

urbanas, em uma conjuntura de impedimento à articulação política. Em São Paulo, Lúcio Kowarick é o principal defensor desta perspectiva, consolidada em *A Espoliação Urbana* (1980) e, no volume que estamos analisando, no capítulo *O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação urbana*. Em outro texto, *Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo* (Kowarick & Ant, 1982)²⁰⁰, ele expõe com maior detalhe as consequências do seu ponto de vista: a violência do crime seria uma dentre outras facetas da violência decorrente do modelo de desenvolvimento urbano-capitalista, que se expressaria ainda em violência no trânsito, questões de saúde, acidentes e doenças do trabalho. A violência criminal é entendida em grande parte como decorrência dos baixos salários conjugados com más condições de vida, em especial quando se trata do crime contra o patrimônio, considerado como *estratégia de sobrevivência* das classes populares. Embora ressalte o problema da perseguição política e também da engrenagem “montada para fabricar indivíduos [...] fora da lei” - ligada, de um lado, à violência institucional na seleção do criminoso a partir de sua participação em estereótipos de pobreza e de outro, “verdadeiras máquinas do crime, solidamente estruturadas, principalmente em torno do tráfico de entorpecentes, lenocínio, contrabando, para não falar no jogo do bicho e da recepção de objetos roubados, que pouco têm a ver com a assim chamada *criminalidade comum de rua*” - será em torno da primeira assertiva que incidirá a crítica posterior, da associação crime e pobreza, que por ora não cabe examinar (*Ibidem*: 41-42).

Uma mudança significativa irá se configurar a partir da institucionalização no CEDEC, ao fim dos anos 1970, da linha de pesquisa *Cidadania, violência e instituições judiciárias*, no qual se destacaram, inicialmente, Rosa Maria Fischer e Maria Victoria Benevides. A pesquisa *Menino de rua: expectativas e valores de menores marginalizados* (Fischer, 1979) é o primeiro passo deste grupo na resposta crítica à preocupação social com o *delinquente juvenil*, considerado pela opinião pública causa da violência urbana. Outro passo importante foram os estudos sobre o debate público a respeito do problema da violência, causas e soluções (Benevides, 1983), e sobre linchamentos (Benevides, 1982; Benevides e Fischer, 1983), violência policial e segurança pública (Fischer, 1985), que em conjunto procuram uma perspectiva própria no reconhecimento do problema do crime violento na percepção pública e na construção de hipóteses para o significado da violência e do crime e das causas do seu aumento.

Nos estudos sobre linchamento é construída uma das hipóteses centrais. Vistos como sinal de descrédito da população em relação aos aparelhos policiais e de justiça, expressão de um fosso existente entre a linguagem dos direitos e a linguagem da violência cotidiana, a violência

²⁰⁰ Em coletânea resultante de debate no IUPERJ sobre o tema *Violência e Cidade*, no qual participaram, além de Lúcio Kowarick: Ruben George Oliven, Renato Raul Boschi e Antonio Luiz Paixão.

intra-social representada pelos atos de “justiça” popular teria ligação com a familiaridade da população com os métodos violentos da polícia: a estigmatização do pobre, aceita pela população em geral, levaria às reações de apoio à arbitrariedade, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da ineficácia dos procedimentos policiais e judiciais na garantia da segurança provocaria reações de revolta, como os linchamentos (Benevides, 1982; Benevides e Fischer, 1983). Contudo, para as autoras, trabalhar o problema da violência urbana seria antes analisar as representações sobre as causas da violência e suas principais “terapias”, que são investigadas através dos veículos de imprensa e na fala tanto de autoridades oficiais como nos discursos que se pretendiam alternativos, polarizados entre, de um lado, o discurso da ordem e da força, e de outro, o discurso de combate às causas sociais. Em meio a estas representações emerge a discussão sobre o real aumento da violência, o papel da imprensa assim como da violência policial como fator de destaque (Benevides, 1983).

Sintetizando os esforços de pesquisa anteriores e trabalhando de maneira mais complexa a relação entre mobilização popular e instituições de segurança pública e justiça criminal, o livro *O Direito da População à segurança: Cidadania e Violência Urbana* (Fischer, 1985) representa um avanço fundamental em uma definição mais restrita do conceito de *violência urbana* e das limitações nas estratégias organizadas, especialmente a ligada à militância em direitos humanos. O foco principal da pesquisa foram as classes populares e as suas condições de reação politicamente organizada à violência que sofrem. Seguindo uma opção metodológica de proximidade dos sujeitos pesquisados, a autora acompanha etnograficamente, na primeira parte, a relação entre população e polícia na delegacia, segundo o pressuposto da existência de uma relação de confronto social e não de serviço público. Na segunda parte, investigando a mobilização de moradores em dois bairros de São Paulo, aponta os desafios e limitações encontradas na organização de demandas e na passagem de movimento de reivindicação a movimento social organizado no sentido do controle público do aparelho de Estado.

Antes de apresentar os principais resultados importante é entender o percurso de construção teórico-metodológico da pesquisa. A autora situa a questão principal no cruzamento de dois caminhos: a “análise parcial da violência emergente na atuação das instituições do Estado que executam o controle social” e das concepções de violência e cidadania no interior das representações populares, que orientariam suas aspirações e mobilizações. Esta construção se dá a partir da percepção pública sobre o crescimento da criminalidade violenta na área metropolitana e o crescimento da violência policial que, “embora guardem entre si algumas semelhanças e, muito provavelmente, uma relação de causalidade”, afetariam de maneira diversa e em diferentes momentos os segmentos da sociedade. Expressão desta premissa estaria na abordagem dos meios

de comunicação que, na década de 1970, começaram a abrir cada vez mais espaço para o tema da criminalidade, favorecendo a mudança de hábitos em torno do medo e da insegurança que teria impactado as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas não dando tanto destaque à violência policial, que se destacaria apenas em casos tratados como esporádicos, a exemplo do *Esquadrão da Morte* em São Paulo e do *Mão Branca*, no Rio ou no acompanhamento das denúncias de tortura de presos políticos.

Subjacente à pesquisa estaria presente a dúvida sobre a correspondência entre a percepção de insegurança e o crescimento real das taxas de criminalidade violenta nas cidades. Mas, não pretendendo uma mistificação do fenômeno da criminalidade violenta, a autora passa a pautar sua pesquisa a partir de uma problematização do conceito de "violência urbana", que considera por demais abrangente e frágil em termos de análise. A sua adoção se dá apenas na medida em que o cenário urbano corresponde aos limites do levantamento de campo. Assim, mesmo considerando o fato de que a "essência" das leis tende a reforçar as condições de dominação e a grande inadequação dos órgãos judiciais na aplicação da lei, "a pesquisa considerou as ações e práticas de indivíduos, grupos sociais e instituições como violentas desde que transgredissem os códigos legais em vigor no país", "ficaram excluídas da análise [...] as condições estruturais de vida das camadas populares como pauperismo, desnutrição, dificuldade de acesso aos serviços e bens públicos" (*Ibidem*: 8-9).

A autora justifica o seu recorte "pela preocupação em não carrear águas para a fonte aparentemente inesgotável das análises amplas, que reforçam modelos explicativos perversos – como o que coloca a miséria como geradora de condutas desviantes" (*Ibidem*: 63). Desse modo, há uma recusa à perspectiva dos estudos que buscam elaborar as causas socioeconômicas para a violência criminal, tanto por seu grau de generalidade, que acaba por correlacionar crime-pobreza, quanto por utilizarem a criminalidade oficialmente reconhecida como critério para análise. Apoiada em Edmundo Campos Coelho (1978; 1980), critica essa linha explicativa por considerá-la "metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa". Para Fischer, a maioria das explicações provenientes de cientistas, juristas, policiais e do próprio povo teria um "sabor de sociologia do senso comum": ao evidenciarem as causas econômicas, se por um lado apoiam as reivindicações populares por melhores condições de vida, por outro abastecem o "discurso autoritário" que reivindica maior poder às instituições de polícia e justiça criminal (*Ibidem*: 68). Seria necessário diferenciar a violência inerente às condições de vida das camadas desfavorecidas - que extrapolaria a discussão para o tema mais amplo da estrutura socioeconômica do país -, da ocorrência de atos violentos em situações de criminalidade (assaltos, homicídios, agressões físicas).

O referencial teórico-metodológico da pesquisa, nesse sentido, busca o olhar dos sujeitos sobre o que é violência, em uma típica opção do que Perruso caracterizou como “inflexão fenomenológica” (2009). Contudo, mesmo adotando as referências para análise dos movimentos sociais urbanos, que considera mais adequadas por privilegiar o enfoque da ação e da organização, este não ofereceria um apoio muito seguro, pois seus resultados questionariam “os limites do instrumento de organização popular frente ao desafio da conquista do direito e da afirmação perante o Estado” (Ibidem: 65). A pesquisa aborda então as dificuldades de organização da sociedade local. Uma primeira dificuldade de politização, como apresentado em pesquisas anteriores, seriam os linchamentos (embora esta não fosse a estratégia típica de reação popular, havendo mais fatores inibidores que estimuladores a estas práticas). Uma segunda diria respeito à fragmentação e à dispersão dos sujeitos observados, que não se colocavam como um movimento social organizado em torno da imposição de pautas políticas, fiscalização das ações estatais e participação nas políticas públicas desenvolvidas. Alimentada pelo medo da represália, seja da polícia, seja da criminalidade, e ciosa da diferenciação entre o “bandido” e o “homem de bem”, a postura adotada era mais das vezes simplesmente reivindicatória, ao considerar o problema assunto para ser resolvido pelo Estado.

Este cenário de limitações levaria ao apelo da autora à reformulação das estratégias dos grupos organizados no sentido de tornar mais concreto, na interação com as classes populares, o ideário dos direitos humanos que estaria sendo trabalhado de modo muito abrangente e universalista. Sendo assim os estudos sobre violência no CEDEC irão caminhar para um diagnóstico das dificuldades para organização política das classes populares em nível local frente aos problemas advindos da resistência à mudança das instituições estatais. Caberia organizar a luta tendo como horizonte o longo prazo, centrada no combate às arbitrariedades e violências do Estado no sentido de reforma de suas instituições de controle social como objetivo não dependente das mudanças nas desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

A parceria entre Boris Fausto, Rosa Maria Fischer e Sérgio Adorno na direção de pesquisas no CEDEC reforçaria esta tendência. O objetivo principal converge para a análise da expansão do sistema penitenciário do estado de São Paulo, abordando as relações entre urbanização e industrialização e as mudanças na estrutura e funcionamento das instituições estatais entre 1950 e 1980:

A conclusão do trabalho constitui um desafio a ser assumido pelo Estado e pela sociedade civil: ou a questão penitenciária é efetivamente tratada como questão política, alicerçada em fundamentos ideológicos implícitos no arcabouço legal e na complexidade organizacional, ou a segurança dos

cidadãos e o exercício da justiça social permanecerão como trunfos do poder disputado entre os aparelhos policial, judiciário e prisional, sem que qualquer um deles assuma a responsabilidade pelos dilemas cotidianos decorrentes das contradições e ambigüidades das políticas penitenciárias e pelos trágicos balanços resultantes da falta de eficácia do “gerenciamento” da marginalidade pelas organizações penitenciárias (Adorno e Fischer, 1989: 1).

Desse modo, são lançadas as bases de um programa de pesquisa sobre a justiça criminal no Brasil, tendo por foco o sistema penitenciário, que será desenvolvido por Sérgio Adorno, nos anos seguintes, através da interligação entre pesquisadores situados em diversos espaços de atuação. O IDESP é o último destes espaços a dedicar-se ao tema da criminalidade violenta, que se realizará a partir do tema da reforma de justiça.

O IDESP: a reforma da justiça em pauta

Fundado em 1981, sob a liderança do cientista político Bolívar Lamounier, o IDESP dedica-se à pesquisa e à promoção do debate público visando a consolidação e aperfeiçoamento da democracia representativa e a modernização da economia pautada por um ideal de equidade social. Suas atividades são financiadas basicamente por meio de doações e contratos de pesquisa ou assessoria, especialmente de grandes fundações internacionais, como a Ford, Tinker e Mellon, e de organismos governamentais brasileiros, como a FINEP, o CNPq, e a FAPESP. Assim, como "instituição privada, autônoma, apartidária e sem fins lucrativos", o IDESP presta assessoria a organismos governamentais e não governamentais, assim como seminários e conferências no Brasil e no exterior (Sadek (org.), 2010).

São quatro as áreas de atuação do Instituto:

- 1) *Reforma Política e Econômica*: transição do governo militar ao civil no Brasil e na América Latina; avaliação de propostas de reforma político-institucional, especialmente do Poder Judiciário; e incentivo à modernização do setor público no controle da inflação;
- 2) *Eleições e Partidos Políticos*: história eleitoral e partidária do Brasil; estudos sobre opinião pública, comportamento eleitoral, votações e preferências do Congresso Nacional e funcionamento da Justiça Eleitoral; e avaliação de propostas para a reforma dos sistemas eleitoral e partidário;
- 3) *Desenvolvimento Cultural e Científico*: história social das ciências sociais e da arte no

Brasil; políticas governamentais em relação à ciência, à arte e à cultura em geral; e história da imigração para o Brasil;

4) *Análise e Avaliação de Políticas Públicas*: na área de qualidade da vida urbana, do transporte público urbano e da política agrícola brasileira; e formação de recursos humanos e incentivo a políticas que trabalhem o lugar da mulher, do adolescente e da criança no mercado de trabalho.

Por esta listagem de temas, percebe-se a ênfase do IDESP, "precoce" quando comparada à politização questionadora do viés pactuado ou conservador da transição democrática, em projetos que viabilizassem o funcionamento das instituições governamentais no novo sistema político.

No que se refere à aproximação do Instituto com os temas da violência e segurança pública, ela se desenvolve a partir de uma série de pesquisas²⁰¹ sobre as mudanças na estrutura e no funcionamento do Judiciário brasileiro decorrentes da nova Constituição:

[...] o novo Constitucionalismo democrático impulsiona a tendência de crescente expansão do âmbito de intervenção do Poder Judiciário. Esse "novo" Judiciário, com papel ativo na vida coletiva, independe do sistema normativo, *civil law* ou *common law*. A experiência europeia recente, em diversos países, com diferentes sistemas jurídicos, mostra, com clareza, a prevalência deste "novo Judiciário ativo", co-autor de políticas públicas. No caso brasileiro, a Constituição de 1988, seguindo estas tendências, redefiniu profundamente o papel do Judiciário no que diz respeito à sua posição e à sua identidade na organização tripartite de poderes e, conseqüentemente, ampliou o seu papel político. Sua margem de atuação foi ainda alargada com a extensa constitucionalização de direitos e liberdades individuais e coletivos, em uma medida que não guarda proporção com textos legais anteriores. Dessa forma, a Constituição de 1988 pode ser vista como um ponto de inflexão, representando uma mudança substancial no perfil do Poder Judiciário, alçando-o para o centro da vida pública e conferindo-lhe um papel de protagonista de primeira grandeza (Sadek, 2004: 81).

Iniciadas em 1993, as pesquisas do IDESP incidiram especialmente no papel do Ministério Público, sobre qual é o perfil dos seus integrantes, como eles avaliam a distribuição de justiça no Brasil e que soluções julgam apropriadas para melhorá-la, como percebem as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, e como poderiam ser caracterizados em termos de posição

²⁰¹ Projetos: "O Poder Judiciário no Brasil", 1994-1995; "O Ministério Público e a Justiça no Brasil", 1995-1996; "O Ministério Público Federal e a Justiça no Brasil", 1995-1996; e "A Visão dos Juizes sobre a Reforma do Judiciário", 2000-2001 (Sadek (org.), 2003).

ideológica²⁰². A questão da pesquisa diz respeito à ampliação do papel do Ministério Público como ator político e as implicações para transformação desta organização em uma instituição, com suas funções e limites definidos em relação às outras instituições do sistema de justiça e do sistema político brasileiro (Sadek (org.), 2010).

É por este caminho que o IDESP investirá em pesquisas sobre a estrutura da polícia civil e o perfil dos delegados (Sadek (org.), 2003), que analisa o perfil social e de carreira dos delegados de polícia, incluindo sua formação acadêmica; o funcionamento da polícia civil e o posicionamento de seus componentes quanto às perspectivas de reforma. Destaca-se na pesquisa o problema da persistência das relações de dominação intra-institucionais e das condutas tradicionais na segurança pública, decorrentes "do baixo insulamento institucional, da politização, da frouxa distinção entre o modelo burocrático e o profissional [e] do impacto do recrutamento endógeno" (Bonelli, 2003: 66). As tendências favoráveis à mudança também se fariam presentes, com a renovação de condutas e do quadro profissional, contudo, predominaria entre os governantes a preferência por uma polícia dependente, favorecendo a sua politização e perda de controle sobre a carreira. Outro ponto relevante diz respeito aos debates sobre os problemas e propostas de reforma institucional na área de segurança pública. A análise destas propostas revela um novo momento de mobilização, a partir dos planos nacionais de segurança pública, que desencadeiam o envolvimento de atores do judiciário, especialmente Ministério Público, Associações de delegados e Ouvidorias de polícia, em torno de mudanças legislativas e processuais no Congresso Nacional (Arantes e Cunha, 2003).

Dessa maneira, o tema da crise da segurança pública no Brasil e suas explicações torna-se interesse de pesquisa por parte de membros do IDESP, que indagam-se sobre as causas desse problema. Nesse sentido, a perspectiva adotada por Sadek (2003) merece atenção. Ao apontar a transformação da violência com questão de agendas políticas e econômicas, a autora afirma que o tema adquiriu um perfil distinto daquele que possuía nos anos anteriores, quando era encarado como problema circunscrito à área policial. Em busca de respostas, ela percorre as explicações sobre a questão, que se dividiram em duas correntes: os que defendem que as causas são eminentemente estruturais, de natureza econômica; e os que defendem a falta de coesão social e as dificuldades decorrentes dos padrões brasileiros de sociabilidade. As duas correntes explicativas, no entanto, embora deveriam ser consideradas, são vistas como insuficientes para explicar o grau de crescimento da violência no Brasil nos anos recentes. O "desafio" explicativo estaria no fato de

²⁰² Pesquisa realizada junto a 20% dos promotores e procuradores de justiça do Ministério Público Estadual em sete estados da federação e mais 51 do Ministério Público Federal, totalizando 763 entrevistas. A equipe responsável pela pesquisa foi coordenada por Maria Tereza Sadek e Rogério Bastos Arantes e contou a participação dos sociólogos Rosângela Batista Cavalcanti, Fábio Kerche Nunes e José Renato de Campos Araújo.

que o aumento nos níveis de criminalidade seria muito maior do que os índices de desigualdade ou de desenraizamento social fariam supor:

Diante das referidas deficiências explicativas caberia indagar se não se trata de qualificar a violência, distinguindo no interior do fenômeno geral "violência" tipos distintos de delitos. Ou seja, caberia perguntar: Estamos, no presente, referindo-nos a um mesmo tipo de violência ou de crime que marcou o passado? Ou, ao contrário, temos convivido nos últimos anos com um tipo de crime, com um tipo de violência que pouco tem a ver com carências e privações, mas com uma nova forma de organização, com uma nova forma de riqueza, como se tem caracterizado o chamado "crime organizado"? Caso esta hipótese seja plausível, ela tem implicações. E a primeira delas seria, inclusive, inverter o raciocínio tradicional, ou seja, buscar associações não mais entre criminalidade e pobreza, mas entre criminalidade e riqueza. O suposto aqui é que centros mais prósperos criam oportunidades para delitos, não apenas devido ao aumento nas oportunidades de praticá-los, à ausência de controles sociais, mas, sobretudo, devido à criação de ambientes propícios a um novo tipo de criminalidade. Trata-se, pois, de examinar a natureza dos delitos, quem os pratica, contra quem, com que tipo de ameaça, com que tipo de ganho, com qual tipo de conexão e organização (Sadek, 2003: 121-122).

Seria necessário, então, buscar outras variáveis explicativas, quais sejam: a impunidade; a descrença nas instituições do sistema de justiça; a fragilidade do sistema de justiça criminal; a corrupção; o comportamento das forças policiais; a existência de cidadãos armados; grupos de extermínio; chacinas e linchamentos; e o papel da mídia. Entre o conjunto dessas variáveis, Sadek se refere especialmente aos fatores organizacionais ou institucionais, e a necessidade de investimento na compreensão das formas de controle da violência policial (através de Ouvidorias, Corregedorias e Ministério Público), de mudança de mentalidade e de padrões de trabalho, com vistas a combater os padrões desiguais de impunidade.

Vale ressaltar que esta discussão proposta por Sadek origina-se de um maior investimento em relações com grupos de pesquisa sobre criminalidade e violência²⁰³ que, talvez pela primeira vez, ocasiona o encontro entre duas áreas de pesquisa – estudos em reforma da justiça no Brasil e estudos sobre os sistemas de segurança pública e de justiça criminal brasileiro –, cuja relação, surpreendentemente, não é constante (Sinhoretto, 2011).

²⁰³ O artigo é resultado de palestra apresentada no Simpósio sobre Violência e Causas da Criminalidade, realizado pelo Movimento do Ministério Público Democrático em conjunto com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Instituto São Paulo contra a Violência, em 29 de novembro de 2002.

Da *intelligentsia* à profissionalização: tensões e trânsitos entre vocação pública e especialização acadêmica no campo de estudos sobre violência

No percurso que apresentamos, vimos como as primeiras reflexões do CEBRAP articulam a crítica do regime autoritário às situações de “violência estrutural” e os efeitos do medo do crime na instauração de distâncias sociais e mudanças nas relações urbanas. No momento seguinte, de abertura política, a ênfase nos temas estruturais transforma-se em atenção à questão da cidadania e do cotidiano, quando se destaca a produção do CEDEC, que aborda a violência como sinais de ruptura dos novos sujeitos sociais com a dominação vigente. Uma aposta, contudo, esbarrou em percalços na organização popular enquanto movimento social, seja pelo descompasso entre militância em direitos humanos e classes populares, pela violência do Estado e sua resistência em se abrir ao controle público ou pela persistência de uma cultura política autoritária. Em paralelo, o aspecto institucional começa a ser trabalhado com maior atenção com as pesquisas do IDESP sobre a complexidade interna do mundo profissional do sistema judiciário. As resistências à expansão dos direitos humanos ao criminoso comum forneceram então a base para que cientistas sociais recuperassem a discussão precedente. O NEV é então criado, como investimento na pesquisa sobre a associação entre violência do Estado e a cultura política brasileira, expressando uma tendência de análise e combate à violência pelo fortalecimento de contra-poderes para a criação de leis e normas que fiscalizem e controlem a ação dos aparelhos coercitivos do Estado. A violência vista a partir das questões estruturais da sociedade brasileira, dos conflitos de classe e do sistema capitalista, começa então a ser estudada de forma mais pontual e circunscrita, levando em conta o crescimento da criminalidade urbana violenta e o funcionamento das instituições do sistema de justiça criminal.

As discontinuidades entre a produção das quatro organizações não são aqui analisadas no sentido valorativo de superioridade de uma contribuição sobre a outra. Os avanços de conhecimento se dão na medida de um aprendizado histórico com as lutas políticas de cada momento, não significando que os novos pontos de vista anulem as anteriores²⁰⁴. Ao contrário, mesmo com ênfases diferentes, as perspectivas dos quatro grupos influenciaram-se mutuamente e acabam colocando a mesma questão: os desafios trazidos pela violência do Estado e da sociedade para os contornos da democracia brasileira. Ganha relevo nesta construção os vários vínculos

204 Exemplo disto é a recuperação da perspectiva do CEDEC, feita por Angelina Peralva (2000). Para a autora, reatualizando os estudos sobre quebra-quebras, a perspectiva do “entulho autoritário” não levaria em conta a interpretação da violência como produto de uma oferta insuficiente de ordem legal e do “igualitarismo” resultante das transformações da sociedade brasileira nos anos 90, incentivando um olhar mais atento aos significados políticos da construção da individualidade através da violência e do risco.

político-institucionais entre intelectuais nos centros de pesquisa elencados. É constante a interação entre as instituições, expressa na realização de pesquisas, no fluxo de pesquisadores ou no envolvimento através de consultoria institucional²⁰⁵.

Um eixo de apreensão destas articulações ocorre pelo envolvimento progressivo em pesquisas sobre o tema da violência e do crime na medida em que os temas tornam-se um problema público, suscitando o interesse de centros de pesquisa. O depoimento de Sérgio Adorno sobre o seu período de transição entre o IMESC, a USP e o CEDEC é ilustrativo:

No Imesc, eu fiquei de 1977, quando eu entrei [...] acho que até 1985. [...] Teve uma pequena transição. E aí foi o seguinte: o Cedec tinha um grupo que pesquisava os temas de violência, que eu tinha trabalhado com a Maria Célia [...] Eram três, era o Boris Fausto, a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, que trabalhavam esse tema de cidadania e violência [...] A Maria Victoria precisou sair do projeto – era um projeto financiado pela Fundação Ford – e precisou sair o Boris, também [...] E a Rosa estava também... Ela estava entrando aqui na USP, então, também estava num período meio de transição. Aí o Cedec me chamou [...] o Weffort e o Lucio [Kowarick] me convidaram para eu assumir esse projeto. Aí eu fui [...] eu resolvi insistir que a Rosa Fischer ficasse trabalhando junto. E aí nós trabalhamos juntos [...] Acho que foi de 1983 ou 1984 até... acho que até 1988, se não me engano [...] E aí eu e a Rosa trabalhamos juntos, terminamos o projeto que tinha sido começado e depois fizemos um outro, fizemos um estudo sobre as políticas públicas penitenciárias de 1950 até 1985 [...] a Rosa tinha sido do Cebrap, então, também... Então, eu peguei aquela fase [...] Se for pegando a cronologia, foi o período que a Maria Victoria publicou aquele livro sobre [...] a violência policial; a Rosa Fischer publicou o livro *O direito da população à segurança*; e o Boris Fausto estava publicando o *Crime e cotidiano*. Então, eu peguei uma fase boa. Eu peguei uma fase muito boa no Cedec e que me ajudou a formar, também. Tive um papel... Aí eu participava de vários seminários [...] Tinham vários pesquisadores, naquela época. A Amélia Cohn estava lá, também. Então, o diálogo foi muito bom [...] Então, comecei a estudar os tribunais, os primeiros estudos que eu comecei a fazer. Daí a Rosa já não estava, eu estava mais sozinho, aí eu trabalhei com uma outra pesquisadora, que talvez vocês conheçam, que hoje é professora do Departamento de Antropologia, que é a Ana Lúcia Pastore. A Ana Lúcia foi minha auxiliar de pesquisa em um projeto lá no Poder Judiciário, o tribunal do júri (Adorno *apud* CPDOC, 2012: 20-21).

Segundo a antropóloga citada, essa interação estaria ligada à estratégia de recomposição de espaços de pensamento e atuação fragmentados pela ditadura²⁰⁶. O contexto seria reorganização

205 Como a participação de Sérgio Adorno no CEDEC, de Pinheiro como membro do conselho editorial da Revista de Cultura e Política do CEDEC e de Rosa Maria Fischer como membro do conselho deliberativo do NEV.

206 "O que eu posso te dar é um depoimento pessoal em função de eu ter feito uma pesquisa em que NEV e

no qual, cientistas sociais com experiência de internacionalização convertem-se em lideranças, tanto pelo conteúdo e sentido político de suas argumentações como por se constituírem em verdadeiros *institutional-builders*. Como exemplo, vale indicar o depoimento de um dos principais a(u)tores desse contexto, Paulo Sérgio Pinheiro, sobre a abertura de seus interesses de pesquisa para o período contemporâneo:

Se tivesse que indicar um artigo que indica essa abertura, lembraria [de] um trabalho sobre "Violência e Cultura", apresentado no seminário sobre Direito, Cidadania e Participação, organizado pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), do qual fizera parte desde a fundação, e pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), de 26 a 28 de junho de 1979. (Pinheiro, 1996: XXIV).

Poderia ser traçada, assim, uma linha de continuidade entre os “centros independentes de pesquisa” surgidos nas décadas de 1970 e 1980, e a criação dos atuais centros, laboratórios e núcleos de pesquisa universitários (Romão, 2006), que, junto aos departamentos, “têm constituído nas agências de intelectuais orientados para a ‘mudança social provocada’” (Vianna, 1997: 228). Contudo, se as ciências sociais brasileiras, apesar das diferenças, irão convergir em torno de uma agenda de reformas sociais, pouco lugar haveria para uma *intelligentsia* de tipo mannheimiano, ou seja, como estrato substitutivo das elites e dos partidos. Diante do surgimento de novos sujeitos sociais e da diversificação dos espaços de atuação, a intelectualidade brasileira foi levada a se questionar sobre o seu próprio papel. A concomitância entre a atuação política e a construção das condições para o exercício do fazer científico repercutiu na disputa entre visões mais ou menos politizadas do papel do cientista social, mas a afirmação de uma ética profissional passou a ser o critério decisivo na definição da atividade intelectual – o que significou abdicção da vocação pública, nem teve como consequência a abstinência política por parte dos cientistas sociais (Lahuerta, 1999).

A presente análise pretende demonstrar, em primeiro lugar, que a formação de centros de pesquisa em São Paulo aponta para um terceiro momento da rearticulação das redes que

CEDEC estavam associados. Essa pesquisa, *Justiça Criminal e Violência Urbana*, tinha até o CEDEC como espécie de quartel general, de suporte, porque o NEV nem bem tinha sala, nada disso. O que me lembro é que todas as reuniões da pesquisa se deram no espaço do CEDEC. Era através do CEDEC que se repassava a remuneração dos pesquisadores. Então houve de fato toda uma união entre esses institutos, que eu não sei em detalhes quais foram os desdobramentos e o que mais que aconteceu [...] Era um momento em que eu acho que os atores tinham que se unir pra ganhar força ou recuperar uma força perdida no período da ditadura, até porque foi uma das estratégias justamente da ditadura fragmentar centros de estudo, universidades, a própria Maria Antônia [...] Ser professor, pesquisador na área da violência implicava ser militante de alguma forma [...] Implicava realmente ocupar espaços da maneira mais articulada possível. Então por isso também CEDEC, CEBRAP, NEV, CTV tinham que estar articulados pra fortalecer um espaço que estava muito fragilizado" (Ana Lucia Pastore Schritzmeyer, antropóloga, pesquisadora sênior do NEV e professora da USP. Entrevista 25.11.08).

interligaram campo intelectual e político na transição democrática. Se o primeiro momento se dá na constituição do que alguns consideram um *partido intelectual* (Pécaut, 1990; Lahuerta, 1999; 2001), formado entre o CEBRAP, o MDB, o jornal Opinião e a SBPC, no período de 1969 a 1979, a articulação entre a Igreja Católica²⁰⁷, o MDB, a Folha de São Paulo, a OAB e a ABI entre 1979 e 1989 expressará um segundo momento, ligado à conformação de agendas político-intelectuais para a institucionalização da democracia, que se realiza em paralelo à estruturação das ciências sociais como campo científico e profissionalizante. No que se refere às agendas de direitos humanos e segurança pública, as repercussões das alianças e controvérsias ligadas à implementação de políticas pelo governo de André Franco Montoro²⁰⁸ (1983-1987) são exemplares do argumento.

O legado do governo Montoro para a relação entre direitos humanos e segurança pública

Na mesma conjuntura em que a eleição direta de governadores representava uma importante ruptura nas quase duas décadas de vigência do regime militar no País, a eleição de Montoro, foi marcada pela expectativa de alterações nos padrões éticos, administrativos e políticos do estado. À comemoração inicial, entretanto, sucederia um governo com final melancólico, simbolizando a anatomia de um fracasso na segurança pública (Santos, 2008), experiência de aprendizado para os ensaios de reforma da área nos governos seguintes:

Quando o mandato do governador alcançou a metade de seu termo o tom de esperança tinha abandonado a maior parte dos jornais. As antigas queixas de corrupção, violência e ineficiência retornavam à pauta, e não só nos jornais que combatiam Montoro ou o PMDB. A polícia voltava às manchetes em parte por causa do aumento da criminalidade, e secundariamente devido às constantes brigas entre o governo e os delegados de polícia. O final do governo, pelo menos na área da segurança pública, foi tumultuado. Trocas de acusações entre o secretário e os delegados, manifestações populares contra a política de respeito aos direitos humanos etc. (Mingardi, 1992: 17)

O diagnóstico é do cientista político e policial Guaracy Mingardi, autor de *Tiras, Gansos*

²⁰⁷ Em São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a Comissão Teotônio Vilela - CTV, o Centro “Santo Dias” de Direitos Humanos, da CJP e o NEV, e no Rio de Janeiro, a Comissão sobre os Crimes da Baixada Fluminense e o grupo Tortura Nunca Mais.

²⁰⁸ Senador por São Paulo desde 1971, Montoro havia feito carreira no Partido Democrata Cristão até que, por meio do Ato Institucional nº 2, em 1965, filiou-se ao MDB, de oposição ao regime, que posteriormente tornara-se o PMDB (Santos, 2008).

e *Trutas* (1992), etnografia sobre a polícia civil, que colocou em balanço as iniciativas do governo Montoro, cujas metas – respeito aos direitos humanos e fim da corrupção – buscaram responder às revelações da investigação do procurador Hélio Bicudo sobre as atividades do Esquadrão da Morte, que chegou a indiciar alguns dos policiais civis mais notórios, como o delegado Sérgio Paranhos Fleury, ligado à repressão política e dotado de fortes alianças em nível estadual e federal (Bicudo, 1976). Durante a década de 1970, com a queda da credibilidade do Esquadrão, os membros das Rodas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), órgão de elite da Polícia Militar, teriam assumido, aos poucos, o papel de executores que até então era desempenhado por policiais civis (Mingardi, 1992). Foi esta conjuntura que levou à formação de um grupo no interior da Polícia Civil²⁰⁹, que buscou formular uma agenda de reforma da polícia. A pedido da Associação dos Delegados de Polícia do estado de São Paulo, esse grupo havia elaborado em 1980 um diagnóstico da Polícia Civil, mas que apontava problemas ligados em especial ao treinamento da PM como tropa de ocupação e não como polícia de patrulhamento. Como resultante, se apostava em um modelo de polícia unificada, de ciclo completo.

O grupo alia-se ao então candidato Montoro, vindo a fazer parte da *Sorbonne do Montoro*, como se tornou conhecido o endereço em que se reuniam os formuladores dos programas do candidato. O projeto da área de justiça e segurança pública era comandado por José Carlos Dias²¹⁰ e incluía um conjunto de ações ligadas à melhoria das condições de trabalho (reformulação de carreiras, reaparelhamento), gestão (aumento da capacidade investigativa – no lugar da tortura –, uso de estatísticas no policiamento e no planejamento de distribuição dos efetivos), soluções em nível federal (propondo a figura da prisão preventiva e simplificação do Código de Processo Penal) e um primeiro embrião da idéia de policiamento comunitário, ainda que apresentado mais como uma proposição vaga de —mudança de mentalidade‖ do que como um conjunto de mudanças específicas que permitiriam avançar em tal direção (Santos, 2008: 71).

Mas o plano acabaria por dar pouco destaque para as reformas necessárias no âmbito da PM, uma vez que reformá-la, no contexto do regime militar, seria tarefa ainda mais cheia de resistência, sob o risco de intervenção do Governo Federal. Por outro lado, no que se refere à Polícia Civil, a desvinculação com o regime aparecia com a extinção do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o retorno dos delegados, investigadores e escrivães que haviam sido desviados para fazer o trabalho de polícia política²¹¹. A extinção do DOPS, contudo, não fora pacífica, originando uma primeira crise, logo sucedida de uma segunda, ligada à nomeação de

²⁰⁹ Liderado por Maurício Henrique Guimarães Pereira, Roberto Maurício Genofre e Guilherme Santana.

²¹⁰ Advogado criminalista, presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

²¹¹ O DOPS acabou sendo extinto por Montoro, e seu diretor, o delegado Romeu Tuma, transferido para a seccional paulista da Polícia Federal – e com ele, boa parte de sua equipe.

Maurício Henrique Guimarães Pereira, um dos integrantes da *Sorbonne do Montoro*, para o posto de Delegado Geral:

Mesmo com todas as qualidades apontadas pelo secretário, seu nome causou furor em determinados círculos, principalmente dentro da Polícia Civil. Conhecido como inflexível no combate à corrupção, a decisão de colocá-lo à frente da instituição [...] provocou apreensão nos grupos de policiais corruptos, além de não ser aceita pela linha ligada à repressão política” (Mingardi, 1992: 91).

O objetivo geral do projeto, portanto, era claro: trazer o trabalho policial para a legalidade, impedindo que a corrupção e a violência continuassem a ser norma, e não exceção [...] Mesmo que isso demandasse uma perda temporária da eficiência (*Ibidem*: 85), com a transição para métodos de investigação mais modernos, menos afeitos ao uso da força. Os ensaios desta transição, entretanto, iria resultar em uma terceira crise, de maior expressão, quatro dias depois da posse, no dia 4 de abril de 1983, quando começaram os saques ao comércio da região de Santo Amaro. A PM foi convocada para intervir, mas, aparentemente, não estava conseguindo conter o problema. Existiriam duas posições a respeito do acontecido: a primeira é que a Polícia Civil teve de ir à rua porque a PM cruzou os braços, numa tentativa de aumentar a desordem e provocar uma intervenção federal em São Paulo. A outra posição é de que a PM não atuou logo de início por receio de agir com rigor e serem acusados de violência excessiva. A segunda posição reforçava o argumento do governo de que a mudança de paradigma da *velha* para a *nova* polícia ocorreria com uma perda temporária de eficiência, diante da necessidade de um reaprendizado da função policial, sob novas restrições e incentivos:

Um fator que contribuía para agravar a situação era a falta de experiência dos policiais em agir dentro das novas regras. O respeito à lei, base do projeto de governo, era uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que diminuía a violência policial, também causava queda de rendimento no desvendamento de crimes. O trabalho policial no início de 1983 era baseado quase que somente na violência como forma de conseguir informações. [...] Depois de tantos anos conseguindo resultados somente com base na violência, o policial comum se sentia incapaz de consegui-lo de outra forma” (*Ibidem*: 108).

Além de pressões internas, havia também uma forte pressão externa, vinda da percepção popular de que o novo sistema não estava produzindo resultados satisfatórios frente ao aumento da criminalidade e dos desencontros entre PM e Polícia Civil. A impressão geral, transmitida pelos meios de comunicação, era de que a polícia havia deixado de combater o crime, passando a se

preocupar apenas com a punição dos policiais, conduzindo à ideia de uma polícia amarrada pelos constrangimentos legais dos direitos humanos. Com o desligamento compulsório de delegados, medida tomada com o intuito de desvincular boa parte dos policiais ligados à polícia política, Montoro perderia o apoio da cúpula da Polícia Civil que, em carta aberta à população, juntava-se ao cômico contrário aos direitos humanos: "Acreditando em promessas, escolhemos o governador errado, o partido errado, o PMDB. [...] Eles, os bandidos, são protegidos pelos tais direitos humanos, coisa que o governo acha que você, cidadão honesto e trabalhador, não merece" (*Ibidem*: 195). A saída do secretário de segurança pública, Manoel Pedro Pimentel, e a remontagem da cúpula da polícia, feita por seu sucessor, Reale Jr., reconduziu os policiais que antes serviram a Maluf (1979-1982) e ao governo federal, um claro sinal de retrocesso na implementação dos projetos de reforma.

Coincidindo com o fim do governo Montoro, o Relatório *Violência policial no Brasil: execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*, do *The Americas Watch Committee* (1987), destacava que a transição para o governo civil não teria apagado os efeitos do governo militar e para o fato "irônico" de que "a preocupação com os direitos humanos, surgida por causa da ditadura militar, tenha até certo ponto voltado ao esquecimento" (*Ibidem*: 9). Apesar de persistirem as violações de direitos humanos de cidadãos comuns, seria menor a atenção e o apoio dos meios de comunicação e do público em geral para o tema. Reiteram-se as consequências do aperfeiçoamento sistemático da violência no regime militar e os desafios para a mudança nas estruturas do Estado e do modelo de trabalho policial. Implícito ao relatório está o diálogo com as explicações sociológicas da época, com destaque para a produção de Paulo Sérgio Pinheiro e sua análise da relação entre o autoritarismo das instituições do Estado e o autoritarismo da sociedade (Pinheiro, 1996).

Em seus trabalhos iniciais na área da violência (Pinheiro, 1979; 1982; Pinheiro e Sader, 1985) é possível perceber o desenvolvimento da ideia de que o regime militar de 1964 seria a expressão mais recente de uma característica constante na história nacional: o protagonismo do Estado e das oligarquias dominantes sobre uma sociedade civil "gelatinosa", diante da inexistência de canais políticos de participação e da continuidade no emprego da violência sobre a população mais pobre, na forma de maus-tratos, tortura, degredo e eliminação. A violência estatal teria se tornado preocupação pública somente a partir do momento em que as classes médias foram atingidas. O abrandamento da repressão política nos interregnos de *democracia restrita* não modificaria a situação de violência nas delegacias e prisões comuns. Haveria, nesse sentido, uma "perversa semelhança" entre as práticas de violência institucional apesar das mudanças de regime político ao longo da história brasileira.

O caso da Polícia Militar é utilizado como exemplificação deste processo. A sua instrumentalização pelo sistema político – transformação das antigas forças militares estaduais em instituição submetida ao Exército, em nome da Segurança Nacional – é o argumento central do autor: a visão dessas agências sobre o controle da criminalidade seria baseada na guerra contra o inimigo (os agentes do mal, infiltrados em um povo naturalmente pacífico e ordeiro), o que traria à tona a confusão entre a repressão política e o combate ao crime. A consequência mais grave deste processo seria a “regressão” dessas agências à condição de grupos ilegais, diante do encorajamento, omissão ou ausência de controles legais sobre as instituições de repressão. Em situações de crise política, sob a cobertura de uma Justiça Militar corporativa, no sentido de “provar” sua eficiência, alguns policiais resolvem atuar por meio do sequestro, tortura e eliminação dos “marginais”. Esta concepção, ao contrário de realizar um controle do crime, produziria objetivo oposto: o aumento da escalada da violência. Assim, a partir da crítica à atuação de órgãos oficiais, como a ROTA, passando pela formação dos “Esquadrões da Morte”, o autor traça uma linha de continuidade com as práticas de “vigilantismo” popular.

Em diálogo com o cientista político argentino Guillermo O’Donnell²¹², Pinheiro adota a tese do *autoritarismo socialmente implantado*, segundo a qual a legitimidade existente na sociedade explicaria a continuidade da violência do Estado. As práticas repressivas arbitrárias se estabeleceriam não somente em razão dos interesses das classes dominantes ou das resistências dentro das estruturas do Estado, mas também pela legitimidade conferida pela sociedade civil. Nesse sentido, na transição para a democracia seria preciso desvendar e combater, através de controles sobre a atuação do Estado e investimento contra a impunidade, toda uma rede de “microdespotismo” e “pequenas autoridades” que desenvolvem e aperfeiçoam os mecanismos de violência e sujeição.

Por conta desse quadro nunca teria prevalecido a noção de que a função da polícia é uma delegação feita pelos cidadãos ao Estado para que a proteção e a segurança de todos sejam melhor concretizadas sem que os cidadãos recorram à violência individual (Pinheiro e Sader, 1985: 79). Nenhuma mudança teria posto em causa a exclusão das classes subalternas do processo de decisão e jamais o aparelho policial se deixou permear pela democratização. Haveria uma incongruência, portanto, entre o processo de transição democrática e a sobrevivência de um aparelho policial hipertrofiado e militarizado. A persistência do descompasso entre ordem legal e cultura política faria do regime político brasileiro uma *democracia limitada*: há direitos políticos exercidos,

²¹² Em uma de suas formulações iniciais sobre a ideia de autoritarismo socialmente implantado, o cientista político argentino se utiliza das referências de Roberto Da Matta a respeito das características hierárquicas da cultura brasileira para compara-la a argentina e explicar as razões da existência de um regime político ditatorial menos autoritário no Brasil (O’Donnell, 1986).

eleições e rotatividade do poder mas, não obstante estas formalidades, persistiria a continuidade autoritária. Esta transição duraria enquanto as mudanças formais e jurídicas ainda não se concretizarem em uma cultura política substantiva nas instituições e na vida cotidiana. As graves violações de direitos humanos e civis, expressas com maior dramaticidade nas condições carcerárias do país, seriam o teste da democracia nascente.

O pronunciamento de Pinheiro em simpósio sobre a Questão Carcerária²¹³ no *Instituto de Estudos Especiais* (IEE), da PUC/SP, em 1981, serve de síntese da perspectiva. Na ocasião, serve de síntese:

[...] o que me inquieta, na Instituição Penitenciária, no Brasil, da mesma maneira que em relação a outras práticas e outros compartimentos do Aparelho de Estado, é a terrível continuidade de uma indiferença do debate público em relação ao problema penitenciário, ao problema carcerário, a não ser a generosa preocupação dos reformadores. Além de um debate específico, quase técnico, ao nível do direito, por estudiosos do sistema criminal, judiciário, ou policial, a opinião pública pouco se molestou com a situação das prisões no Brasil [...] Por que esse tema jamais se transformou num tema do debate político-partidário? A resposta é muito geral. Eu acho que uma das explicações disso é certamente a tradição intensamente autoritária da sociedade brasileira. A ausência de uma participação política efetiva da maioria da população, leva a tomar como natural o funcionamento do sistema carcerário tal como ele está estabelecido [...] Sempre os reformadores, juristas, sociólogos, estão realizando simpósios, estão fazendo relatórios.... Ano passado mesmo, e em 1979, houve dois modelares relatórios feitos por juristas e sociólogos para o Ministro da Justiça. Mas nada mudou. Por mais indignado e por mais generoso que seja cada diagnóstico estabelecido, nada muda, porque as relações de poder efetivamente não se alteram (Pinheiro *apud* Queiroz (org.), 1985: 65-67).

O depoimento aponta um problema geral para o conjunto de atores envolvidos com a questão carcerária e direciona a uma tomada de posição no sentido de um programa político. Baseado em sua rede de relações universitárias e favorecido pela projeção no mundo público mais amplo que a condição de colaborador da IstoÉ, em 1978, e da Folha de S. Paulo, de 1979 a 1984²¹⁴, Pinheiro deu continuidade à sua inserção no mundo do ativismo por dois caminhos: a

²¹³ O simpósio reuniu experiências e análises de Grupos de Base, técnicos do sistema penitenciário, profissionais do direito, do serviço social, psicólogos, psiquiatras, teólogos, jornalistas e cientistas sociais atuantes neste campo. Dele resultou a formação de um Grupo de Trabalho que lançou as bases de uma Organização Comunitária pelos Direitos dos Presos, a elaboração de um Manual dos Direitos dos Presos e, internamente à PUC, oferece os primeiros trabalhos do sociólogo Edson Passetti sobre a questão penal e o problema do "menor infrator" (Passetti, 1984), que se consolidará através do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), criado em 1997, voltado à pesquisas na perspectiva do anarquismo e do abolicionismo penal.

²¹⁴ Neste posto investiu na denúncia do autoritarismo presente na atuação policial, no cotidiano das "instituições totais", nas medidas propostas pelos secretários de segurança pública, na política malufista, nas opiniões

criação da *Comissão Teotônio Vilela (CTV)*²¹⁵ e sua atuação no governo Montoro.

A CTV foi formada por uma fração da elite intelectual e política de esquerda que, no contexto da redemocratização, voltou-se à denúncia das violações dos direitos humanos em prisões e instituições fechadas²¹⁶, articulando-se a outras organizações de defesa dos direitos humanos, em especial a *Comissão de Justiça e Paz* e a *Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo*, e espelhando-se na experiência do *Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP)*, fundado por Michel Foucault, em Paris. A sua criação se deu em 1983, após uma rebelião no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, quando soldados da polícia militar invadem o hospital prisão e matam nove internos e um funcionário. A esse respeito, Pinheiro testemunha:

Fernando Gabeira chama-me do Rio: "Não vamos fazer nada?". Ligo para o Severo, que diz: "Vou falar com o Teotônio Vilela para formarmos uma comissão e irmos lá". Chamei em seguida o Fernando Milan, que do alto de sua sensibilidade e disponibilidade, aderiu imediatamente. Era o governo biônico de Paulo Maluf e nada garantia que íamos entrar. Mas quem sabe não vão barrar na porta um antigo ministro e o professor Antonio Cândido. Entramos e devassamos todos os horrores. Severo conversa com os doentes com grande sensibilidade, sem baixar o humor usual. Alguns dias depois fomos barrados na porta da Casa de Tratamento e Custódia de Taubaté, ainda no governo Maluf. Depois, com Teotônio Vilela já tomado pelo câncer, de muletas e aparelhos ortopédicos, visitamos a prisão de S. Bernardo, em Campinas, e os horrores dos xadrezes, masmorras úmidas, escuras: José Gregori, deputado estadual, que Severo chamava nosso "Dom abade" por seus dotes de organização do grupo e de orador oficial, descobre crianças presas ali, arma um escarcéu. Estava criada a Comissão Teotônio Vilela (Pinheiro, 1996: XXX).

No mesmo ano em que era fundada a CTV, Pinheiro ocupará o cargo de Assessor Especial do Governador Montoro, recém-eleito. Entre maio de 1983 e março de 1987 ele se

veiculadas pela "cadeia radiofônica da apologia do crime" e nas mobilizações das "senhoras paulistas", expressões de um difuso "partido da ordem" interessado na contenção das mudanças da abertura democrática. No contexto de maior radicalização ideológica entre Direitos Humanos e Segurança Pública, propugnava pela regulação do uso da força policial, pela desmilitarização do policiamento, pela não efetivação da prisão "cautelar" e pelas condições de vida dos presos. Era o Estado, através do combate aos algozes da ditadura, às rotinas autoritárias e as práticas de opressão e extermínio abrigados e incrustados em suas estruturas, o Leviatã que precisava ser combatido e domesticado (Pinheiro, 1984a).

²¹⁵ O nome da Comissão homenageia o Senador Teotônio Vilela que, ao final da ditadura militar, presidiu a comissão sobre Anistia no Congresso Nacional. Para um trabalho mais específico sobre a CTV (Tsunoda, 2009; 2013).

²¹⁶ Junto com Paulo Sergio Pinheiro, compuseram a CTV até 1986: Severo Gomes, Agostinho Duarte de Oliveira, Eduardo Matarazzo Suplicy, Emir Sader, Fernando Gabeira, Glauco Pinto de Moraes, Joao Baptista Breda, Jose Gregori, Hélio Bicudo, Hélio Pellegrino, Margarida Genevois, Maria Helena Gregori, Marilena Chauí, Radha Abramo, Alberto Dines, Antonio Candido, Fernando Millan e Miguel Pereira.

dedicará às questões de justiça e da polícia: "Trabalhar com Montoro foi a melhor experiência profissional que já tive. Não tinha nenhuma responsabilidade administrativa direta, mas quase total liberdade para opinar onde julgasse de interesse do governador."(*Idem ibidem*).

Com o fim do governo Montoro, em um momento de refluxo do apoio ao tema, a CTV investirá em um conjunto de propostas, o "mutirão contra a violência" (*Idem*, 1984a), encaminhadas em audiência ao então presidente José Sarney. Tratava-se de metas de curto e longo prazo para uma "ampla e profunda" reforma das instituições policiais, judiciário, ministério público e sistema penitenciário. Dentre as propostas se destacam: a desmilitarização da polícia; a transformação das delegacias em Juizados de Instrução, com a investigação sendo presidida por um Juiz de Direito; maior articulação entre polícia, judiciário e penitenciárias e entre estes departamentos e a comunidade; e o fim gradual da prisão como pena. Mais do que um julgamento sobre que propostas foram efetivamente assumidas como medidas de governo, caberia ressaltar a preocupação com a violência criminal e com a segurança pública como direito da população e não apenas com as condições carcerárias que, geralmente foco das atuações, tornava a CTV alvo da pecha de "defensores de bandidos". Nesse sentido, demonstra que as questões de direitos humanos e segurança pública, embora de modo aparentemente não tão destacado, estavam tematizadas não somente sob o registro do controle da violência ilegal praticada pelo Estado, mas também da eficiência policial na garantia da segurança aos cidadãos.

Porém, diante das clivagens do debate público entre militantes e *formadores de opinião* conservadores, os esforços da CTV convergem para a criação de um centro auxiliar da militância, uma organização de pesquisa universitária que pudesse qualificar as informações sobre direitos humanos no longo prazo. Assim, surge o NEV, em 1987, procurando unir a pesquisa sobre violência ao ativismo em direitos humanos, problematizando a continuidade das violações de direitos na passagem para o governo civil:

Desde que havíamos constituído a CTV, Severo Gomes e Fernando Gabeira, achavam que faltava ao trabalho da comissão um centro de pesquisas. Quando saí do governo Montoro, voltei à Universidade, onde ingressara por concurso público em 1985, propus ao então Reitor, José Gondeberg, constituir um centro de pesquisas sobre a criminalidade. O Reitor nomeou-me assessor técnico, o que facilitou enormemente os trabalhos de instalação do que seria o Núcleo de Estudos da Violência. O modelo que me inspirava era o Center for the Study of Human Rights, da Columbia University, mas decidiu-se não usar o mesmo nome para não colidir com a Faculdade de Direito. Naquele final dos anos 1980, os Estatutos da USP haviam sido modificados abrindo a possibilidade de criação de "núcleos de apoio à pesquisa", com grande autonomia dos departamentos. A proposta do Núcleo foi feita em conjunto com Sérgio

Adorno, professor do Departamento de Sociologia, que conhecera em seminários durante o governo Montoro. Tivemos o apoio decisivo de Peter Fry, que fora meu colega na UNICAMP e agora era o representante da Fundação Ford no Brasil, querendo estimular o estudo da criminalidade e dos direitos humanos (Pinheiro, 1996, XXXIX).

A intenção, segundo Pinheiro, seguindo sugestão de Severo Gomes, era criar um centro de pesquisa seguindo o modelo de organizações como o CEBRAP, o CEDEC e o IDESP, mas “comprando a briga” para instalá-lo dentro da USP, apostando que “a universidade tinha a condição de ser um intelectual coletivo para temas de média abstração, como a questão da violência” (Entrevista 24.11.08). A universidade era vista como espaço de conexão, lugar de autonomia frente aos interesses políticos imediatos e de investimento na produção de conhecimento e *expertise* sobre o tema do funcionamento das instituições coercitivas do Estado e do fenômeno da violência na sociedade. Apesar das questões que servem de referência pertencerem ao campo da discussão sobre direitos humanos e democracia, a sua definição oficial como instituição voltada ao estudo da violência, teria constituído uma vantagem ao alargar as possibilidades de relação com outros centros e disciplinas (Pinheiro In: Weis, 2002). No mesmo sentido, Sérgio Adorno afirmaria:

Em 1985 [...] quando cheguei aqui na USP, o Paulo Sérgio falou: “Vamos juntar nossos esforços e abrir um Núcleo de Estudos da Violência.” Este é o começo do NEV [...] A sala do Paulo Sérgio era ao lado da minha, até pensamos em abrir as paredes... Era ali naquele espaço que funcionava o Núcleo. Durante certo tempo, tínhamos um grupo muito pequeno de pesquisadores, era um projeto ainda pequeno e durou mais ou menos de 1987 a 1990. Na década de 1990 nos tornamos um Núcleo de Apoio à Pesquisa da USP e foi então que conseguimos um espaço nas Colmeias. Na mesma época, a professora Nancy Cardia passou a integrar o grupo e juntos começamos a desenvolver os projetos. Esse foi o começo e, quanto a mim, fui me interessando pelo tema cada vez mais (Adorno *apud* Evangelista, 2011: 177).

[...] quando ele foi criado, ele foi criado com objetivos muito claros. O primeiro deles: ter um centro de documentação que reunisse estudos sobre direitos humanos, violência, democracia... [...] formar um centro de documentação especializado; formar pesquisadores; um centro de debate; e, sobretudo, desenvolver pesquisas que pudessem de alguma maneira orientar o debate público, influenciar as políticas públicas e contribuir para o andamento da democracia. Então, desde o início, o Núcleo se colocou duas coisas: ter uma pesquisa realizada segundo os padrões acadêmicos científicos e traduzir esses resultados em políticas e diretrizes para o debate público e para as políticas públicas (Adorno *apud* CPDOC, 2012: 30).

Mas a tarefa de conciliar militância e produção de conhecimento traria algumas dificuldades, expressas também na opinião de outros agentes do campo acadêmico²¹⁷, o que levaria o próprio Pinheiro a reconhecer que, a esta época inicial “às vezes as coisas foram muito confundidas, a gente não sabia muito bem o que era o Núcleo” (Entrevista 24.11.08). Esta fala aponta para a maior radicalidade dos posicionamentos no contexto de transição democrática que repercutiria em um possível descompasso entre o papel político e a formação de um campo de conhecimento: “em termos do papel a desempenhar como intelectuais isso estava claro para nós. Quanto a constituição do campo como disciplina, isso, pelo menos para mim, não estava claro” (*Idem ibidem*).

Quanto ao primeiro aspecto, o descompasso existente entre, de um lado, o texto constitucional e os princípios das convenções internacionais ratificadas e, de outro, a omissão do Estado em impedir e punir as práticas repressivas ilegais cometidas por suas agências, é o diagnóstico inicial fundante do programa político do Núcleo. Ele se orientou para a crítica da atuação do Estado na área de segurança pública, em especial nos períodos de crise, como as ocasionadas pela rebelião da penitenciária do estado em 1987, com 29 mortes, mas principalmente o “Massacre do Carandiru”, em 1992. A repercussão nacional e internacional desses casos abre maiores espaços para os pesquisadores e militantes junto ao Estado. Favorecidos pela composição do Ministério de Relações Exteriores, sob a direção de personagens importantes para a discussão da democracia e dos direitos humanos – Celso Lafer (04/1992-10/1992), Fernando Henrique Cardoso (10/1992-03/1993) e especialmente de Celso Amorim (07/1993-01/1995) -, através de Paulo Sérgio Pinheiro, o NEV é encarregado de preparar o material que serviu de base para o *Relatório relativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos*, documento das Nações Unidas ao qual o Brasil adere em 1992, que dá caráter de obrigação jurídica para os Estados a apresentação de relatórios periódicos sobre as medidas legais, administrativas e de ordem prática adotadas para a defesa dos direitos civis e políticos; para o *Relatório relativo à Convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*; e para o *Relatório relativo à Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial*.

Na esteira desse processo, em 1995, o NEV é encarregado também da coordenação a

²¹⁷ Como é demonstrado na opinião de Fábio Wanderley Reis sobre a questão: “a contribuição das ciências sociais tem de ser uma contribuição que se distinga pela força analítica e pelo interesse intrínseco do conhecimento trazido, e não pode ser uma contribuição em que os palpites do cientista social bem-intencionado simplesmente compitam em igualdade de condições com os palpites do leigo [...] Veja o exemplo do Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP: podemos saber pouco ou nada sobre o conhecimento por ele produzido (que pode até ser muito meritório), mas somos regularmente expostos a suas manifestações indignadas de repúdio à violência dos violentos” (Reis; Reis; Velho, 1997: 42).

elaboração do *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH). Em colaboração com outras organizações, centros de pesquisa e ONGs, o Núcleo sistematizou as ações do governo já existentes no campo dos direitos humanos, realizou entrevistas com cerca de 200 grupos ligados ao tema dos direitos humanos e organizou seminários para a discussão de propostas. Ao adotar o PNDH, em 1996, o Brasil passou a cumprir recomendação específica da *Conferência Mundial de Direitos Humanos* (Viena, 1993), atribuindo aos direitos humanos o status de política pública governamental (Adorno, 1999).

A partir de 1996, anualmente, as *Conferências Nacionais de Direitos Humanos*, integrando as organizações que posteriormente se articularam no *Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos* (FENDH), são organizadas para o cumprimento dos objetivos propostos. O NEV continuará associado, elaborando Relatórios sobre os direitos humanos que servem de base para as revisões do PNDH, já em sua terceira versão. Como expressão maior destes vínculos, vale notar a nomeação de Paulo Sérgio Pinheiro como *Secretário Nacional de Direitos Humanos* em 2001. Situando-se como uma das figuras principais dentro da luta em defesa da democracia e dos direitos humanos, Pinheiro conseguiu firmar um posicionamento suprapartidário que lhe garantiu, após a redemocratização, uma posição de interlocutor entre sociedade civil (incluindo organizações nacionais e internacionais) e Estado, com bom trânsito entre os governos. Uma trajetória estruturada e estruturante da profissionalização e internacionalização dos movimentos de defesa dos direitos humanos com base na consolidação das ONGs (Hochstetler, 1997), que se refletiu nos seus cargos em Comissões de Direitos Humanos da ONU e atualmente na Comissão da Verdade.

Por sua vez, em relação ao campo disciplinar, não se pode desmerecer a importância dos estudos de Pinheiro sobre a história das relações entre Estado, polícia e classes populares, que fundamentam a hipótese inicial do NEV para explicar a continuidade dos padrões de funcionamento do sistema de justiça criminal apesar da transição democrática. Porém, nas pesquisas desenvolvidas ao longo do tempo pesará cada vez mais a influência de Sérgio Adorno na construção de uma sociologia da violência, da punição e do controle social, que contornará progressivamente a concentração na violência do Estado para uma maior relação mais equilibrada com os aspectos sociais e culturais.

Nesse processo, uma personagem importante é a psicóloga social Nancy das Graças Cardia, que se volta especialmente ao estudo da percepção social seletiva a respeito da punição e dos direitos humanos. Cardia se insere no Núcleo em Novembro de 1989 e desde então permanece integrada. Os seus estudos anteriores na área da habitação popular e sua experiência de trabalho em equipes interdisciplinares com engenheiros, arquitetos, geólogos, e economistas permitiram

uma contribuição de relevância nas pesquisas sobre representações sociais da população e no trabalho de integração entre as equipes de pesquisa e de diálogo entre as áreas de conhecimento (Cardia, 1999; 2003).

Dessa maneira o NEV pouco a pouco se institui como fator de consolidação de um campo de pesquisa sobre criminalidade violenta e sistema de justiça criminal.

O programa de pesquisas do NEV/USP

Para a análise deste programa, que se estende por mais de duas décadas, materializada em uma vasta produção, darei privilégio às pesquisas que, com base em uma avaliação e seleção, mais avançaram no aprofundamento deste núcleo teórico.

Uma das primeiras pesquisas de importância foi *O sistema de administração da justiça criminal: fragmentação e conflito no caso paulista* (1991), cujo foco residia na tendência ao desgaste e à inoperância das políticas públicas penais diante da prevalência de um estilo patrimonial de administração, que se espelharia na ausência de articulação entre as polícias, o judiciário e as prisões. O trabalho de observação buscou analisar o exercício das relações de poder, os confrontos e as lutas presentes nas negociações cotidianas que fariam desse sistema uma rede transitória de interações, pouco inclinada a se sujeitar a padrões normativos que colocassem os interesses coletivos acima dos subjetivos e corporativos. Como resultado a investigação apontaria para os impactos que o aumento da criminalidade provocou nas agências estatais, que teria pressionado a expansão dos serviços policiais, alterando as rotinas consolidadas e incentivando os agentes à busca de estratégias e arranjos alternativos. O aumento do arbítrio policial espelharia esse processo. Além disso, diante da escassez de recursos, teria havido maior seletividade na produção de inquéritos, reservados aos crimes considerados mais graves segundo o ponto de vista dos agentes. A capacidade do Poder Judiciário tenderia a um igual esgotamento, sendo mais rigorosa e seletiva na apuração do fato criminal, procurando conter a superpopulação carcerária dentro de certos limites. Por fim, o sistema penitenciário torna-se tributário de todo esse estrangulamento e responsabilizado pelo fracasso no controle da criminalidade.

Em suma, as respostas estatais, girando em torno de mudanças na legislação penal, na modernização, reaparelhamento e expansão física das polícias, e aumento do número de vagas nas penitenciárias, não contribuiriam para alterar o desequilíbrio entre o crescimento da criminalidade e as taxas de produção da justiça criminal, nem para coibir as práticas repressivas ilegais ou combater a corrupção policial. Todos esses problemas indicariam a impossibilidade desse sistema em oferecer respostas ao crescimento da criminalidade urbana e o sentimento de insegurança da

população, favorecendo o apoio popular à violência policial e à justiça com as próprias mãos em grupos de extermínio e linchamentos. Um universo de preocupações integrantes de outro eixo de pesquisa, *Violência, Sociedade Civil e Poder* (1989-1991), que se constituiu em abertura para universos empíricos como os linchamentos, os grupos de extermínio e justiceiros, a violência contra a mulher, a violência contra a criança dentro da família e na rua.

Configuram-se, nesse sentido, duas linhas de pesquisa: a primeira, voltada para o estudo do papel das instituições do Estado e a segunda, para o papel da sociedade na manutenção de práticas arbitrárias (NEV, 1995). A partir desse período as pesquisas se organizaram segundo uma abordagem interdisciplinar, buscando estabelecer “redes de causalidade múltipla” a partir de um tripé constituído pela *sociedade*, pelo *Estado* e pela *cultura política*. No que concerne ao Estado, investiga-se em que medida a sua atuação na apuração das violações funciona como elemento dissuasor ou facilitador de sua reprodução. A sociedade como recorte analítico refere-se ao exame do papel, desempenho e alcance da atuação das ONGs e outros grupos organizados da sociedade civil na consolidação da democracia. Por fim, através do conceito de cultura política investigam-se as “comunidades” que vivenciaram violações de direitos humanos, em especial as percepções sobre a justiça e a polícia, as relações entre violência e a reprodução da estrutura de poder e a presença de um processo de “exclusão moral” (Cardia, 1995). Trata-se de procurar compreender o peso das manifestações simbólicas enraizadas na sociedade na efetividade das mudanças de regime político e no funcionamento das instituições estatais. Essas linhas se integrarão no projeto *Continuidade autoritária e construção da democracia* (1999), que constituiu a “espinha dorsal” das pesquisas realizadas pelo NEV a partir da segunda metade dos anos 1990. O projeto, em geral, corroboraria a hipótese de que os conflitos tendem a acontecer no contexto de rupturas nas relações hierárquicas entre cidadãos comuns e autoridades públicas, um confronto entre modalidades populares de distribuição de justiça e as modalidades oficiais de aplicação das leis penais. Um cenário de crise do poder pessoal na sociedade brasileira, que tomaria a forma de crise do sistema de justiça criminal frente ao crescimento da violência urbana.

Ao mesmo tempo, as pesquisas *Criminalidade Violenta, Estado de Direito e Controle Social* (1995) e *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança* (1996) de Sérgio Adorno expressam as tendências analisadas até então no interior de um arcabouço teórico mais abrangente. Nestes trabalhos, com base em Foucault ([1979]2002), o pesquisador busca problematizar as demandas por ordem na sociedade brasileira contemporânea através da análise das instâncias de “produção de verdade” sobre o crime, abordando os processos que fazem do crime violento um acontecimento. Esta questão, por sua vez, se produz em face a dois movimentos: o processo de transição e de consolidação democráticas; e a emergência do crime organizado, sobretudo do

narcotráfico. Aparentemente não conectados entre si, ambos revelariam um embate permanente entre tradição e modernidade na reatualização de formas arcaicas de resolução de conflitos sociais em meio a processos mais gerais de modernização. Ressaltando os elementos sociais e culturais da tese de Paulo Sérgio Pinheiro a respeito do autoritarismo socialmente implantado, Sérgio Adorno enfatiza as conexões entre o atual debate sobre a violência e o crime e o autoritarismo que caracterizaria a cultura política na sociedade brasileira. Dessa maneira, as ambivalências do Estado na resposta às demandas por ordem tenderiam a reforçar um viés autoritário na resolução de conflitos sociais, expressa no fato de que, apesar da transição democrática e das transformações da criminalidade urbana, as políticas públicas penais formuladas e implementadas não teriam se diferenciado substantivamente das executadas durante a ditadura militar. As violações de direitos humanos continuaram a prevalecer, como expressariam as reações de autoridades públicas no comando das políticas de controle social face a períodos de crise, em especial no sistema penitenciário:

Em 1986, após rebelião na Penitenciária de Presidente Wenceslau, interior do estado de São Paulo, na qual resultaram 16 mortos, entre presos e funcionários, o então Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE), um ex-delegado de polícia, declarou enfaticamente: “Não temos mortos a lamentar”. Contundente, esta frase não provocou indignação dos cidadãos. Muito ao contrário, sequer sofreu censura de seu superior, o Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, menos ainda resultou em punição disciplinar ou coisa que o valha. Ela parece revelar contudo o efetivo significado da impunidade na sociedade brasileira. Por um lado, sintetiza a comunhão de sentimentos coletivos de ódio e vingança de uns - os “iguais” - em relação a outros, “os diferentes”, cujos juízos valorativos circulam pelo senso comum sem quaisquer interditos, inclusive morais. Sob esta perspectiva, as autoridades públicas somente podem aparecer aos olhos de alguns cidadãos comuns como “vingadoras” de fato e por direito. Seu papel não é assegurar direitos, porém punir, punir exemplarmente, com muito rigor e sem quaisquer condescendências, notadamente aquelas contidas em lei. Por outro lado, traduz o modo como algumas autoridades compreendem o desempenho de suas funções públicas de repressão e contenção do crime (Adorno, 1996: 46).

Desse modo, o tema da violação de direitos fundamentais da pessoa humana – dos direitos sociais aos direitos civis, em especial o direito à vida - o teria conduzido a observar a violência para além do universo social do mundo do crime, em que se concentram as demandas populares por ordem. Seria preciso investigar as condições para que, assim como no século XIX, a ideia de crise de autoridade compareça novamente no debate público como um discurso para dar conta de problemas que o ultrapassam em nível de complexidade no cenário contemporâneo.

Segundo essa percepção um maior número de pessoas estaria violando as normas penais e cada vez maior número dessas normas seriam violadas. O problema da lei e da ordem estaria na ausência de punições, que teria adquirido um caráter sistemático. Um diagnóstico que estaria presente nas opiniões favoráveis a um controle mais rígido e repressivo da ordem pública. Essas seriam noções correntes no senso comum e também um tipo de concepção teórica, cujo principal representante seria Ralf Dahrendorf (1987; 1992) e sua reflexão sobre a “erosão da lei e da ordem” e a desistência sistemática de punições.

Contestando os argumentos apresentados, Adorno aponta que não haveria evidências de enfraquecimento das sanções penais contra o delinquente comum ou da maneira violento que o Estado controla a criminalidade nas grandes cidades. Além disso, essas propostas encerrariam as soluções dos problemas dentro dos marcos de uma reforma institucional, direcionada a oferecer maior racionalização aos serviços públicos de segurança. Contudo, não haveria garantia de que aumentar a eficácia operacional das agências de controle da ordem pública pudesse baixar as taxas de criminalidade e garantir o sentimento de segurança ao cidadão. Por fim, para aceitar a tese da erosão da lei como fundamento da impunidade e crise da justiça penal na contemporaneidade, seria necessário, antes, indagar sobre o significado da lei e da ordem na sociedade brasileira, tendo em vista que as diferentes classes sociais não se inclinam, de todo, a aceitar a autoridade da lei como norma da vida social ou como forma de intermediar conflitos.

Assumindo essa perspectiva, caberia retirar o debate sobre a criminalidade urbana e suas formas de contenção deste campo de argumentos, problematizar a demanda por ordem encontrada nas falas dos cidadãos, das autoridades e mesmo na produção científica, para liberá-la de seu viés conservador e dos limites ditados pelas instituições de controle social. Para tanto, o autor direciona alguns objetivos, quais sejam: 1) pensar o estatuto do controle social na contemporaneidade, que teria esgotado suas funções e modelos voltados para a pressão sobre o comportamento dos indivíduos no sentido de suscitar barreiras morais diante da violação das normas sociais; 2) pensar o controle social a partir da sociedade, não apenas dos aparelhos repressivos do Estado. Ou seja, compreender as formas de interação e sociabilidade em emergência, as modalidades de socialização dos jovens, e o significado do crime organizado; 3) examinar as ações do Estado não em termos de eficácia/fracasso, mas a partir do diálogo que ele estabelece com o pluralismo jurídico, principalmente no que diz respeito as novas formas de contratualidade emergentes na sociedade e seu impacto sobre a concepção de responsabilidade penal centrada no indivíduo. Em suma, o problema da impunidade na sociedade brasileira não resultaria de crise de autoridade ou de erosão da lei, porém de uma crise mais profunda na sociedade, que se “moderniza na tradição” de uma cultura política autoritária resistindo a entrar no “compasso civilizatório” da experiência

moderna de pacificação social e de construção do Estado de Direito.

Neste percurso se pode perceber o encadeamento teórico e ético-político do conjunto de estudos de Sérgio Adorno. Como vimos anteriormente, Adorno desenvolveu suas primeiras pesquisas em projetos que interligaram IMESC, CEDEC e NEV. Embora seja difícil distinguir o que há de específico nas atividades em cada um destes centros (uma vez que as mesmas pesquisas são registradas simultaneamente nos três), pode-se afirmar que em sua fase de pesquisador do IMESC, Adorno mantinha uma relação de maior distanciamento das questões políticas do seu objeto, mas a partir do CEDEC e especialmente do NEV se inicia uma mudança de posicionamento:

Lá [IMESC], eu era menos ativista. Aqui tinha um caráter mais... Agora, lá era ainda uma pesquisa [...] primeiro, muito monitorada pela superintendência, porque eles tinham muito medo de que você fizesse uma pesquisa contra o governo. Então, isso era um problema. A segunda coisa é que ainda era uma pesquisa muito limitada, porque eles se imaginavam fazer pesquisas em criminologia [...] Eu não tinha esse perfil de criminólogo; o meu perfil era entender um pouco os fenômenos de uma perspectiva mais sociológica (Entrevista 30.06.2008).

É então que Adorno começa a tematizar os maus-tratos, as torturas e o desrespeito aos direitos humanos nas prisões, mas sem se projetar diretamente na militância, razão pela qual importa considerar suas relações internas a USP. Foi no âmbito dessa universidade, onde anteriormente apresentara sua tese de doutorado²¹⁸, que Adorno constituirá parcerias intelectuais internas, por exemplo, com o sociólogo José de Souza Martins, que se volta à interpretação dos linchamentos e do assassinato de crianças (1989; 1991); e cumprirá um papel de articulação junto a associações de pesquisa nacionais e a estruturas de fomento à pesquisa; e, posteriormente, através do favorecimento ao intercâmbio internacional, em associações científicas e junto a instituições de pesquisa francesas²¹⁹.

Percebe-se um trajeto teórico plural, que parte da herança de Foucault e Goffman na crítica às instituições de controle social, dialoga com a sociologia do campo penal da tradição francesa do *Centre d'Études Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP), fundada na contestação do estudo do crime a partir do comportamento do indivíduo considerado criminoso (Robert, 1984; 2007), buscando conjugá-la ao estudo do crescimento da criminalidade organizada e violenta como desafio ético-político de construção de um Estado de direito

²¹⁸ Tese que problematiza a tradição intelectual e política das escolas de direito no Brasil (Adorno, 1988)

²¹⁹ Presidente da SBS (1991 a 1995); secretário executivo da Anos (1997-2000); presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos (2002 a 2012); Coordenador de Área de Sociologia da CAPES (2005-2010); Vice-Presidente do GT do Research Committee Deviance et Society da International Sociological Association – ISA (2002-2006).

democrático no Brasil. A questão principal perseguida por Adorno diz respeito à contestação do monopólio estatal do direito e das funções do Estado pela coexistência de mais uma ordem jurídica no mesmo espaço geopolítico, o que extravasaria os limites ditados pelo modelo contratual de organização societária, sugerindo mudanças que incidem sobre o modo de *assujeitamento* dos indivíduos (Foucault, 1999c) e sobre os modelos tradicionais de controle social:

Mais do que liberação dos indivíduos dos liames e controles sociais, para além de um problema de “ligaduras”, o que parece estar no centro das radicais transformações da ordem neste final do século é o modo como os indivíduos governam a si e aos outros [...] Nesse terreno, é preciso lembrar que vivemos sob a égide uma “civilização do risco” que arrasta atrás de si importantes consequências políticas, em especial para as formas de controle social penal, tudo enfeixado em torno de um *Estado de Prevenção*. Trata-se de uma modalidade de organização estatal, voltada prioritariamente para a prevenção e para a segurança [...] um Estado armado contra o perigo e que tende a ver inimigos por toda a trama do tecido social [...] pode ser que a obsessão punitiva de nossa sociedade contemporânea, materializada nas chamadas “demandas por ordem social” se explique justamente pelo modo de funcionamento da sociedade de risco que edifica toda uma imensa e resistente superestrutura de prevenção e segurança (através da proliferação das sociedades de seguro e dos mecanismos de vigilância privada) para fazer face aos medos, perigos e ameaças que tornam a vida humana, social e intersubjetiva, absolutamente incerta. Daí por que, no bojo de fenômenos aparentemente tão diferentes e distanciados no tempo e no espaço, como sejam as catástrofes, as epidemias, os acidentes, o desemprego crônico, extremismos políticos, os crimes esteja um mesmo e único problema: uma profunda crise de racionalidade que atravessa a sociedade contemporânea de alto a baixo (Adorno, 1996: 36 - 41)

Essas pesquisas apresentam uma característica diferencial: a abertura para a explicação da violência não só a partir do “entulho autoritário”, mas também dos processos contemporâneos de mudança na sociabilidade e à “colonização da criminalidade pelo crime organizado”:

A complexa problemática do controle social não se encerra no domínio exclusivo dos aparelhos repressivos de Estado. Com isso, penso que a crítica e “problematização” das “demandas contemporâneas por ordem social” sofrem um deslocamento em seu eixo de referência: do poder político para o poder social. Tal perspectiva compreende a reflexão sobre as formas de interação e sociabilidade em emergência, quer entre as classes populares quer entre as demais classes sociais, bem como as modalidades de socialização que informam o comportamento sobretudo dos jovens na sociedade contemporânea e que fomentam variadas interpretações acerca do uso das normas e de sua eficácia, prática e

simbólica [...] Esse recorte analítico e empírico conduziu-me a indagar: em que medida o pluralismo jurídico, cujos contornos começam a ser detectados, bem como as formas emergentes de contratualidade, não necessariamente enfeixadas no Estado, não estariam - ao promoverem mudanças no diagrama liberal (Ewald, 1986) -, incidido sobre tradicionais e convencionais concepções de responsabilidade penal centrada no indivíduo, pouco compatíveis com a emergência e generalização do crime organizado? (Adorno, 1996: 36).

A adoção de referências de Foucault e Elias podem sugerir um ecletismo criador de antinomias quando se consideram as concepções de poder e indivíduo em cada um destes autores, mas sua conjugação parece se dar de modo tático, associando Foucault a determinados objetos e questões, em especial a respeito da associação entre poder disciplinar, governamentalização e relações de saber-poder na construção da responsabilidade penal, no interior de uma "moldura interpretativa" elisiana, que enfatiza a pacificação dos costumes como processo²²⁰. Nesse sentido, o problema das demandas por punição e do crime violento são entendidos a partir da relação entre a construção do monopólio da violência física legítima pelo Estado e o controle dos comportamentos no interior do processo civilizador à brasileira.

Ocorre então uma mudança de ênfase. No bojo das medidas desenvolvidas pelo governo federal com a adoção do PNDH e especialmente do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (Adorno, 1999; 2003), o fosso entre a evolução da criminalidade organizada e a capacidade do Estado em impor a lei e a ordem se tornaram o foco principal, no sentido de complementar as ênfases mais restritas da agenda de direitos humanos:

[...] a maior parte das iniciativas procurou proteger o cidadão comum contra eventuais arbitrariedades cometidas pelo poder público. Trata-se evidentemente de uma peça importante no tabuleiro da segurança pública. Porém, não completamente suficiente. É certo que é desejável coibir violações de direitos humanos cometidas por agentes policiais como requisito de pacificação social. No entanto, como fica o outro lado da questão? Como enfrentar o crescimento da criminalidade? Como enfrentar o envolvimento crescente de jovens do tráfico de drogas, constituindo precoces carreiras no mundo da delinquência? Enfim como deter a onda crescente de violência urbana, em especial as taxas assustadoras de homicídios cujas vítimas preferenciais são jovens? (Adorno, 1999: 148)

Ganharia destaque, em conjunto à ênfase na persistência das graves violações de direitos humanos, as novas dinâmicas sociais, como a interiorização e expansão da violência, do crime

²²⁰ Para uma apreciação mais detida sobre sua trajetória cf. Lima, 2014.

comum e organizado, o aumento do custo da violência para a sociedade e para o Estado, a fragilidade da sociedade civil organizada na defesa de interesses relacionados à segurança pública e o foco restrito em modernização tecnológica nos investimentos direcionados às instituições de segurança pública, que configurariam um quadro de difícil enfrentamento.

Nesse sentido, a partir do fim da década de 1990, a criminalidade urbana violenta passa a ser considerada por alguns pesquisadores do NEV como objeto com maior autonomia, segundo abordagens inspiradas nos estudos de "ecologia urbana" e da saúde pública. Uma conjugação vista como a "melhor maneira de explicar as causas da violência de modo que possamos aprender como preveni-la", distanciando a análise de uma abordagem moral e criar, de fato, uma "verdadeira ciência para o estudo da violência" (Pinheiro, 1999). É nesse quadro que retoma-se a discussão sobre exclusão social para situar o problema da criminalidade violenta em uma "rede de causas" - crescimento urbano e periferização, densidade populacional e ausência de infraestrutura, desemprego, "(des)educação" e criminalização da marginalidade. A falta de definição de um espaço público e de uma vida privada aumentaria o número de conflitos na disputa de bens escassos por famílias carentes. Competitividade, carência social, deficiências dos serviços básicos do Estado ou sua presença perversa por meio da violência institucional, conformariam a realidade de uma "sociedade incivil", que não poderia ser ligada apenas a explicações morais do comportamento de uma parte da sociedade, mas a partir de uma interpretação da sociedade no seu conjunto. Nesse ponto, entra como problema principal a constituição do espaço público no Brasil que, meio da socialização dos indivíduos em valores comuns, é também origem do seu contrário, a "incivilidade": "A sociedade civil, longe das idealizações dos pais fundadores do Estado moderno e das celebrações das transições democráticas na América Latina e na Europa Central, segrega o melhor e o pior dos mundos" (Pinheiro, 1999).

A proteção da sociedade não se basearia mais fundamentalmente na intimidação pela ameaça de uma pena rígida ou pelo incentivo ao comportamento *civilizado* diante da certeza de punição. Seria preciso agir com antecipação e previsão nas condições imediatas, culturais e ambientais, que propiciam a prática do crime. Ela compreende a consideração de políticas sociais e urbanas como fatores na redução da violência, na medida em que partem da constatação de que "a vitimização por crimes violentos não é homogênea, mas varia em função de áreas geográficas, situações localizadas, grupos sociais específicos" (Mesquita Neto, 2006). A utilização de políticas sociais e urbanas relaciona-se a um diagnóstico que aponta uma relação entre o aumento da violência e o contexto de formação das grandes metrópoles, ligado, portanto, a questões relativas à deterioração da qualidade de vida urbana, à desigualdade social e à desigualdade de distribuição de recursos e equipamentos públicos de educação, saúde e lazer. Assim, através da categoria de

*risco*²²¹ e da distribuição de homicídios seria possível formular indicadores acerca das condições de vida de diferentes grupos sociais na cidade²²².

Essa perspectiva se alia a uma importante tendência, que, embora não aparecesse com força na produção do NEV até então, está ligada à história do campo de estudos da violência, em particular às pesquisas, como as de vitimização, que buscavam outros meios para mensurar a violência²²³. O trabalho de organização de séries estatísticas, principalmente através da coleta comparativa entre dados de vitimização, registros policiais e do *Sistema de Informações sobre Mortalidade* (SIM), do Ministério da Saúde, tornou-se então um importante ponto de apoio para a explicação das razões do aumento da violência nas últimas décadas do século XX e para a compreensão dos aspectos institucionais envolvidos. As conclusões retiradas desses estudos estabelecem a ligação entre a deterioração da “qualidade de vida” no meio urbano e o aumento do número de mortes por “causas externas” ou violentas²²⁴. Essas conclusões tornaram-se a base de fundamentação para uma das principais estratégias de reconhecimento público da violência na década de 1990, quando esta passa a ser considerada um “problema” a ser enfrentado: a violência como *questão de saúde pública*. Esta concepção será fonte de um importante intercâmbio de conceitos e noções, teóricas e instrumentais, entre os cientistas sociais que trabalham na área da saúde e os cientistas sociais que entendem o problema do crime e da violência como indicador de *bem-estar social*, no sentido da implementação de políticas públicas (Minayo, 1994)²²⁵.

Assim, reconhecendo a importância da estrutura social para o aumento da violência, essas formulações teóricas não pretendem esperar pela redução dos níveis de desigualdade e exclusão social, que podem ou não vir a ser reduzidas, e quando reduzidas, o seriam muito vagarosamente. Caberia atuar de maneira mais imediata, com outros meios, que não excluem a utilização do aparelho policial. A interferência no controle do espaço urbano, ancorada na participação social,

²²¹ “O risco seria um conceito de probabilidade, significando a chance que um indivíduo ou uma população tem de sofrer um dano futuro no seu equilíbrio vital”.

²²² Como indicativo do uso mais pragmático dessas inferências, cita estudo do NEV, em conjunto com CEDEC e Ministério da Justiça (CEDEC, 1996).

²²³ Como evidência do investimento na perspectiva trazida pela Saúde Pública, é a integração de Maria Fernanda Tourinho Peres, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia, que desde 2002 trabalha junto ao NEV como coordenadora de pesquisa. A inclusão da Fiocruz na rede do NEV também expressa esta conjunção.

²²⁴ Essa nomenclatura tem origem no sistema de classificação dos dados do Ministério da Saúde e denota já uma inserção do saber da “saúde pública” nas explicações sobre a violência. Agregam as mortes por cinco diferentes causas: acidentes de trânsito, outros acidentes, suicídio, homicídio e outras violências. Por “violência” entendem-se as “consequências de golpes, feridas e traumatismos resultantes de intervenções exteriores e brutais”, classificação oficial e usada em outros países (Chesnais, 1981 *apud* Zaluar, 1999).

²²⁵ “Assim como a violência é tradicionalmente tratada como um problema específico dos setores judiciário e de segurança pública, a doença [...] é o objeto próprio das disciplinas que compõem o grande campo da saúde. Entretanto, é importante deixar claro que a afirmação de que a violência é um problema de saúde pública não implica reduzir o fenômeno a uma doença e buscar compreendê-lo a partir dos referenciais dados pelo modelo biomédico. Trata-se [...] de se aproximar do tema sem transformá-lo em objeto próprio [...] é preciso partir-se de um conceito ampliado de saúde/doença como sendo tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade da existência” (Peres, 2006: 108-109).

no intuito de reduzir as oportunidades para práticas criminosas e a intervenção em costumes, em condições de vida e em situações de convívio social, percebidas como incentivadoras ou propícias ao crime e à violência constituiriam o foco da atuação. Trata-se de pensar no controle da violência não a partir de mudanças estruturais, mas apesar delas. A abordagem da saúde pública se estruturaria então com base em um “modelo ecológico”²²⁶, tendo na prevenção, o princípio articulador, conceitual e instrumental, das propostas de intervenção.

Em síntese, nesse trajeto o NEV teria se voltado inicialmente para o direito à vida e os efeitos posteriores do regime autoritário. Foram temas de pesquisa: as relações de conluio entre as elites como resistência à consolidação da democracia, o abuso da força pela polícia, a discriminação racial no sistema judicial e a presença de uma raiz social do autoritarismo. Com o monitoramento continuado das violações aos direitos humanos chegou-se à conclusão de que a maioria dessas violações não ocorrem em um vácuo, mas tendem a acontecer em situações onde os direitos das pessoas já estão sendo violados. O acesso diferencial aos direitos econômicos e sociais é tido, então, como fator que contribui para que se repitam as violações aos direitos civis e políticos. Nesse sentido é que o aumento da criminalidade, o envolvimento de jovens como criminosos e como vítimas tornam-se preocupações integradas à problemática geral dos direitos humanos. A violência de agentes do Estado, combinada com uma inadequada ou insuficiente política pública e recursos para impedir criminosos e proteger os direitos individuais, criariam um clima onde a violência interpessoal pode florescer. O tema da prevenção das mortes de adolescentes e jovens adultos, de políticas públicas que reduzam desigualdades, a integração do setor da saúde, com o educacional e o sistema de justiça criminal surgem como elementos chave para dar conta da violência e suas “fontes” (Cardia, 2003).

Através desse percurso tornou-se possível definir de maneira mais clara a questão teórica e as formas de abordagem do fenômeno da violência:

O NEV-USP havia notado que a tradição de violência na sociedade brasileira não se explicava somente pelas raízes autoritárias do Estado nacional, mas se devia também ao enraizamento da violência nas relações entre civis, na esfera da própria sociedade civil. Desenvolveu o conceito

²²⁶ “No *Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde*, Krug (2002) apresenta o modelo ecológico, a partir do qual se estrutura, segundo proposto pela OMS, a abordagem da saúde pública [...] Ao afirmar que a abordagem da saúde pública se fundamenta, entre outros, no desenvolvimento de formas de evitar a violência, o autor ressalta a ênfase dada à prevenção. Para isso [...] é fundamental a construção de ações verdadeiramente intersetoriais e integradas. Não se trata, portanto, de situar a abordagem da saúde pública como uma alternativa às ações no campo da segurança pública, mas como um complemento que vai além de uma mera sobreposição [...] Se a saúde pública tem algo a festejar nesse longo processo que se inicia para o enfrentamento de um problema de tamanha complexidade é ter possibilitado esta abertura de diálogo, pondo em evidência que a violência não é apenas um problema de segurança pública, mas é também um problema de saúde pública e, sobretudo, um problema social” (Peres, 2006: 109).

de autoritarismo socialmente implantado que sugeria três eixos de abordagem da questão da violência: a) a violência do Estado contra os cidadãos b) a violência dos cidadãos contra o Estado e a sociedade, expressa sobretudo no crescimento do crime, em especial de suas formas organizadas e cada vez mais agressivas; c) a violência endêmica entre os cidadãos, representada, em sua maior parte, pelo aumento da violência nas relações intersubjetivas, especialmente entre adolescentes e adultos jovens (Adorno & Cardia, 2002: 222).

A definição desta visão "tridimensional" da violência na sociedade brasileira sugere não somente uma diversificação de pontos de vista, com a ênfase da violência do Estado para a violência da sociedade, mas também um aprendizado dos limites inerentes à implementação das políticas de direitos humanos e à transformação de princípios em práticas por parte dos agentes da segurança pública e da justiça criminal. Um percurso que precisa ser situado levando em conta o contraste entre o alcance federal das alianças do Núcleo e as limitações no nível das gestões estaduais pós-Montoro, que se tornaram evidentes nas iniciativas desenvolvidas a partir de 1997.

O contexto de novas organizações de ativismo em direitos humanos e segurança pública em São Paulo

Por mais que tenha sido contestado, o arco de alianças políticas de Montoro será hegemônico no cenário dos anos 1990, como atestam os nomes de Orestes Quécia, seu vice e sucessor no governo estadual, e de Mario Covas, nomeado por Montoro prefeito da capital em 1983, parceria que viria a consolidar a fundação do PSDB em 1988. Assim, algumas lições dos erros cometidos serviriam de aprendizado para os governos seguintes, em especial de Mario Covas (1995-2001):

Em primeiro lugar, um aprendizado sobre o tempo de maturação das políticas. Qualquer política de segurança pública, incluindo aquela em que não se abrisse mão da defesa dos direitos humanos, leva algum tempo para que comece a apresentar resultados perceptíveis [...] O segundo aprendizado [...] seria o de que, ainda que a expressão — direitos humanos seja vista com bastante resistência pelos policiais e pela sociedade até os dias de hoje, sendo percebida como uma —amarra ao trabalho policial, o combate à corrupção e à violência policial é parte integrante do combate à criminalidade, na medida em que tal conduta tende a elevar, e não diminuir, a ação dos criminosos — não-policiais, todos os demais fatores criminológicos constantes [...] O terceiro aprendizado diz respeito à relação entre PM e Polícia Civil. Todos os

secretários do governo Montoro se viram prejudicados pelas tensões e disputas entre as duas polícias, que não apenas duplicam esforços – enquanto a Polícia Civil cria grupos de policiamento ostensivo, a PM mantém serviços de investigação –, e cuja falta de cooperação e de compartilhamento de informações dificulta tanto a elucidação de crimes quanto o policiamento preventivo (Santos, 2008: 78-79).

Para dar conta destas antinomias, a preocupação do programa de governo de Mário Covas em 1994 colocava ênfase na revolução administrativa, com a introdução de práticas modernas de gestão, a revolução da produtividade, com a otimização dos recursos existentes e a realização de parcerias com o setor privado e não-governamental, e a revolução moral, voltada ao combate da corrupção (*Ibidem*). O perfil dos formuladores do programa é ilustrativo de uma tendência política importante nos anos vindouros: de um lado, o advogado Benedito Dantas Chiaradia, que havia sido chefe de gabinete de Miguel Reale Júnior na Secretaria de Segurança Pública em São Paulo no governo Franco Montoro (1982-1986); de outro, o coronel da reserva da PM de São Paulo (ativo até 1993), José Vicente da Silva Filho que, também formulador do plano de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República em 1994, virá a compor a Coordenadoria de Análise e Planejamento, sendo Coordenador dos Consegs no período 1995-1997 e, posteriormente, será Secretário Nacional de Segurança Pública no governo Fernando Henrique Cardoso, entre julho e dezembro de 2002.

O programa de 1998 daria continuidade tanto nos princípios da política da gestão anterior, como na divisão no âmbito de sua formulação, entre forças policiais - Marco Antônio Desgualdo, delegado do DHPP, que assumiria o cargo de Delegado Geral anos mais tarde; e o Coronel da PM Rui César Melo, que se tornaria o Comandante Geral da PM em 1999 - e profissionais do direito - Luiz Antônio Alves de Souza, secretário-adjunto de José Afonso da Silva. Mas em meio à continuidade de princípios, haverá uma nova ênfase, voltada a um exemplo concreto de políticas de segurança pública, introduzido a partir de excursão de policiais aos Estados Unidos para a adoção de novos parâmetros de modernização do setor. O modelo norteamericano era visto como estratégia de reforma institucional simultânea à redução dos índices de criminalidade. Entre as medidas principais estariam: o aumento da visibilidade das forças policiais como efeito dissuasório do crime; o uso de informações criminais, com atenção às novas tecnologias estatísticas para mapeamento de ocorrências (modelo do CompStat de NY), para definição das rotas de patrulha da polícia; por fim, o foco nos "fatores criminológicos causadores do crime", como as armas de fogo e o consumo de álcool, que tornariam de certo modo previsíveis as ocasiões de agravamento dos conflitos interpessoais. Este modelo abrirá, ao mesmo tempo, para a participação da sociedade civil e especialmente de prefeituras na condução de políticas para a

segurança pública, como o fechamento de bares, uma vez que mais próximas da atuação de fatores como iluminação pública, regulação dos espaços públicos (parques e espaços de esporte e lazer) e fiscalização do comércio.

Mas a incorporação deste novo ideário modernizador e reformador não se realizou por simples diretriz governamental. Ela foi induzida por um cenário de crise decorrente da repercussão do caso da Favela Naval: em 1997 a Rede Globo levou ao ar as imagens registradas por cinegrafista amador que mostravam atos de violência e abuso de poder, praticados por policiais militares na Favela Naval, no município de Diadema (Rifiotis, 1999). Diferentemente do episódio do Carandiru, onde a crítica incidiu sobre a tropa de elite da polícia sob aval judicial, na Favela Naval o foco eram policiais militares em atividade ostensiva de rotina, o que atingiria a imagem da corporação como um todo. O caso ganhou alta repercussão na opinião pública, que exigiu medidas em resposta. É nesse momento que Covas, não recebendo adesão completa da PM, solicita ao então secretário de segurança pública, José Afonso da Silva, uma proposta de mudança para a corporação. A proposta formulada envolveria uma radical reforma das polícias, criando um sistema de policiamento de área de ciclo completo, de característica civil, com um delegado sendo o responsável pela área, e gerenciando uma equipe de investigadores, polícia judiciária e policiamento ostensivo. A PM continuaria existindo, mas com funções reduzidas ao policiamento de choque e operações especiais, de controle de distúrbios civis. "Pela primeira vez na história da instituição, ela se vê frente ao risco real de deixar de existir" (Santos, 2008: 130) Encaminhado ao Governo Federal, o projeto, entretanto, sob forte pressão das corporações policiais, não fora adiante.

Este momento de crise foi marcado pela entrada de novos atores que, em colaboração com a imprensa, procuraram pautar a agenda política na segurança pública. Utilizando a classificação de Santos (2008), existiriam três tipos de participação da sociedade civil:

1) *As mobilizações pela paz*, em geral de curta duração e realizada num dia específico, com o objetivo de gerar conscientização através de mensagens em prol do entendimento, do diálogo e da solução pacífica para conflitos. Destas mobilizações surge o Instituto Sou da Paz, fundado em 1999 a partir da Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento, formado por estudantes ligados ao Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, que se voltou para a realização de outras campanhas, mas especialmente para ações de *advocacy* junto ao poder Legislativo.

2) *As mobilizações por justiça*, com forte carga emocional e ideológica "quase que contrária às mobilizações pela paz, em geral representadas por um grito de —basta!! após algum crime de

grande repercussão". Elas pedem justiça através da punição dos autores de crime, derivando geralmente para uma campanha de endurecimento penal. Costuma ter duração mais longa, com base na criação de uma fundação em nome da vítima daquele crime, a partir da qual se realizam ações de *advocacy* junto a parlamentares. O maior exemplo, em São Paulo, teria sido o movimento Reage São Paulo que, em resposta ao assassinato de dois jovens de classe média alta durante assalto a um bar no bairro de Moema, mobilizou parte da elite paulistana como a FIESP, a Federação do Comércio e personalidades como Hebe Camargo, o rabino Henry Sobel e o presidente da Força Sindical, Luís Antonio Medeiros, em passeatas, manifestações e protestos²²⁷.

3) *Pela melhora da polícia*: o terceiro tipo de mobilização partiria de um movimento mais organizado da sociedade, que buscaria contribuir para a melhora do sistema de justiça criminal, ajudando no combate à criminalidade, não raro desenvolvidas em conjunto com as próprias instituições de segurança pública. Um exemplo seria a parceria entre o Instituto Sou da Paz e a Secretaria de Segurança Pública na criação do Prêmio Polícia Cidadã, que reconhece e premia as boas práticas policiais.

Esta última forma de mobilização consiste, em grande parte, na articulação das manifestações anteriores de acordo com possibilidades advindas da abertura das organizações da segurança pública à parcerias em cenários de crise. Nesse sentido, um ponto de inflexão foi a organização do *Seminário São Paulo Sem Medo*, em 1997, que demarca um maior interesse do NEV pelo tema das políticas de segurança pública. A construção do Seminário surgiu da colaboração com a Rede Globo e a Fundação Roberto Marinho, que pretendiam repetir a experiência do seminário "Rio Contra o Crime" (1985), em São Paulo. O NEV seria o responsável pelo recorte das temáticas e dos participantes²²⁸ - profissionais da segurança pública e de ONGs

²²⁷ "Os policiais do distrito responsável por Moema, pressionados pela população a encontrar os culpados, detiveram nove pessoas suspeitas, imediatamente identificadas como —culpadas! pela opinião pública. O promotor do caso, não satisfeito com as evidências apresentadas pelos investigadores do distrito, passou a investigação para o DHPP, que constatou não apenas que aqueles nove suspeitos, todos pretos ou mulatos, eram inocentes e haviam confessado sob tortura, como os verdadeiros assaltantes / assassinos, que foram identificados pelo DHPP, eram brancos" (Santos, 2008: 126)

²²⁸ Segundo Nancy Cardia, que se destacou na linha de frente desse processo: Tivemos ampla liberdade. Uma das coisas que a gente resolveu foi que havia muito dado de pesquisa importante pra ser comunicado pra sociedade e que a sociedade não se dava conta que existia. Então nós definimos os tópicos que nós achávamos importantes de levar de dentro da academia para fora. A noção de que a violência era prevenível era super importante e precisava ser tratada pela população. Um segundo tópico que a gente definiu era [...] mostrar que esta violência estava relacionada a um certo modelo de desenvolvimento do espaço urbano e que não era só um acidente da natureza, tinha a ver com o modo como as nossas cidades tinham crescido e se desenvolvido. Então por isso nós trouxemos os urbanistas, pra falar e mostrar como é que a sociedade se desenvolveu e o que isso tinha a ver com a violência. E depois, ainda pensando a prevenção, o que é que o sistema de justiça criminal podia fazer. Qual era a parte da justiça criminal e qual era a parte que cabia a sociedade. E no caso do homicídio, deixar bem claro que o

envolvidas com trabalhos em áreas violentas, líderes de setores econômicos e professores e pesquisadores universitários, de diferentes áreas de conhecimento. O ano de 1997 foi um momento chave diante do impacto dos escândalos de violência policial, como o caso da Favela Naval e das mobilizações grevistas das polícias militares no país, que impulsionaram as instituições de segurança pública a um movimento de maior abertura. Nesse momento são criadas instituições e movimentos que formam um rico contexto, permeado por colaborações e rivalidades.

O diagnóstico inicial da violência em São Paulo apontava para uma situação onde as vítimas de homicídio eram, prioritariamente, homens jovens e pobres, moradores de bairros periféricos, em alguns casos envolvidos com tráfico de drogas. Marcando uma diferença com outros contextos considerados similares, como na situação de violência letal nos guetos negros dos Estados Unidos, nos homicídios haveria grande envolvimento de policiais em esquadrões da morte e grupos de vigilância pagos por moradores interessados em uma “limpeza da área”. Como agravante, estaria a indiferença dos grupos com maior poder na sociedade em pressionar as autoridades públicas a agir. Completando o quadro, a polícia não teria sucesso na investigação dos homicídios nestas regiões mais violentas, por um lado, pelo envolvimento de alguns policiais com a criminalidade e, por outro, por acreditarem que esses homicídios não podem ser prevenidos. A experiência policial nestas áreas pobres resultaria em grande número de casos não resolvidos. Ademais, a baixa confiança da população na polícia impediria e desestimularia ainda mais as investigações (NEV, 1997).

Com base neste diagnóstico o Seminário foi organizado com o intuito de alertar os setores mais poderosos da sociedade que simplesmente pagar por mais serviços de segurança privados não seria suficiente para prover a sociedade de um nível de segurança que se aspira. Seria necessário investir nas áreas pobres mais afetadas pela violência. Nesse sentido, o seminário se propôs a discutir: as relações entre a urbanização e a violência; a perspectiva da saúde pública; o que a polícia, o sistema de justiça criminal e a sociedade civil organizada podem fazer para diminuir os níveis de violência letal e casos bem sucedidos de programas de prevenção da violência no mundo, principalmente em Cali, Nova York e Caracas. Como conclusões, o seminário teria consolidado a ideia de que a violência é um elemento da exclusão social, tendo em vista a coincidência entre vitimização e pobreza e a maior punição de negros, desempregados e migrantes

homicídio, naquele momento, tinha atingido as proporções de uma epidemia e era um problema de saúde pública [...] No final a gente acabou criando as pré-condições pra que um relatório que a OMS produziu sobre a questão da violência e a saúde, ser recebido como uma coisa natural porque já tinha sido criada toda uma pré-disposição, pelo menos aqui em São Paulo, pra receber aquilo como uma coisa natural, porque as pessoas já entendiam que, efetivamente, o homicídio era uma epidemia e na qual o sistema de justiça criminal tinha um papel importantíssimo porque, na medida em que não esclarecia, não identificava os responsáveis, ele encorajava a vingança como forma de punição e a ocorrência de mais casos (Cardia, Entrevista 15.12.08).

(70% das condenações), e de que o crescimento da violência em São Paulo, e no Brasil, seria um fenômeno epidêmico e passível de prevenção. Entre os fatores que contribuiriam para a violência estariam o álcool e as drogas. Esse crescimento epidêmico teria causado grave impacto no sistema criminal e na polícia, aumentando o arbítrio policial, a atuação seletiva dos inquéritos policiais e ocasionando uma defasagem entre o crescimento da criminalidade e a capacidade da justiça criminal. Além disso teria aumentado os gastos financeiros governamentais e do setor privado, assim como teria causado a quebra de confiança nas relações interpessoais.

Diante deste diagnóstico e do desafio lançado pelos governantes e representantes da sociedade civil, a organização do Seminário encaminhou como exigência ao Governo do Estado de São Paulo a elaboração de um plano de ação e de gerenciamento da ação policial, tendo como meta reduzir em 40% os homicídios, nos três anos seguintes, em São Paulo²²⁹. Este plano de ação deveria contar, para o alcance de pleno êxito, com a participação das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, instituições de Justiça Criminal, Universidade, da “comunidade”, das centrais sindicais e do empresariado, apoio considerado essencial. A ideia principal era a necessidade de trazer de volta à elite econômica de São Paulo para o debate sobre segurança pública que, extremamente participante das políticas de segurança pública em outras épocas, se omitiria dessas questões no período contemporâneo. Nesse sentido, para a consolidação do plano foi proposta a entidades empresariais as bases para o lançamento de uma Instituição responsável por preparar o plano e monitorar sua implementação. Contudo, surgiram controvérsias entre um grupo, formado principalmente por policiais norte-americanos e autoridades brasileiras na área da segurança pública e outro, que contava com empresários e pesquisadores do NEV, em torno de qual seria o perfil da Instituição a ser criada:

Ao longo do seminário a ideia foi tomando corpo, de que a gente deveria criar algum tipo de instituição. Os policiais norte-americanos que vieram participar, que eram ligados àquela questão da tolerância zero, queria que fosse criada uma “Fundação de Apoio à Polícia” e que a elite econômica fizesse doações. Nós falamos: nada disso, queremos alguém que vá lá dialogar e que vá cobrar ao Estado que dê as respostas que a sociedade precisa. Não pode o Estado ficar fazendo o que ele bem entende, não prestar contas pra ninguém. Era a questão de começar a criar uma cultura

²²⁹ Frutos do Seminário foram, ainda, a campanha “Eu Sou da Paz” e o livro *São Paulo Sem Medo: um diagnóstico da violência urbana* (1998). O primeiro foi um “movimento” que, liderado pelo jornalista Chico Pinheiro e contando com o envolvimento de estudantes, artistas e intelectuais, voltou-se para aprofundar o debate público sobre a necessidade do controle do uso de armamento pelo aparelho do Estado, a repressão ao tráfico e ao contrabando de armas e o desarmamento da população. O segundo, contemplava o leque de temas e de participantes do Seminário: a explicação das relações entre questão urbana e a violência, a perspectiva epidemiológica, a situação do jovem, o funcionamento da polícia e a ação do Judiciário. O livro coroa aquilo que já foi dito sobre uma visão mediadora e de certa forma alternativa entre as perspectivas da violência estrutural e da modernização técnica e repressiva das polícias.

de responsabilização, de *accountability*, aumentar o grau de diálogo com a sociedade. A elite econômica não contribui com as campanhas políticas? Então há de ter voz. Então propusemos a constituição do Instituto que era pra ser um forte interlocutor junto ao Estado (Cardia, Entrevista 15.12.08).

A opção foi criar uma instituição que promovesse iniciativas, com apoio dos governos e da sociedade civil organizada, em particular as elites empresariais, mas com base na pressão e responsabilização do Estado. Com este sentido original foi criado o Instituto São Paulo contra a Violência (ISPCV) que se volta para projetos de intervenção, mas também para a criação de *accountability*. Nesse contexto, o cientista político Paulo de Mesquita Neto²³⁰, que assume a secretaria-executiva do ISPCV, começa a aparecer como protagonista dentro das atividades do NEV e personagem importante na sociedade civil paulista. No ISPCV, ele irá criar o *Fórum Metropolitano de Segurança Pública*²³¹, favorecendo a sinergia política em torno da institucionalização de políticas municipais de segurança pública, envolvendo prefeituras e organizações de consultoria. As relações entre o *Instituto Fernand Braudel*²³² e a prefeitura de Diadema podem ser consideradas, nesse sentido como emblemáticas, inclusive para a constituição de novos quadros de *policy makers*, como Regina Miki²³³, que virá a dirigir a SENASP em 2011.

A proposta de uma “Fundação de Apoio à Polícia”, por sua vez, viria a se concretizar na origem do Instituto Pró-Polícia (IPP), criado por um grupo de empresários, inspirado na estrutura e nos trabalhos da Fundação Polícia de Nova York. Concebido para ser independente de qualquer organização governamental, o IPP se propõe a contribuir para a efetividade da polícia, viabilizando projetos e iniciativas solicitadas pelos comandos das polícias, podendo também

²³⁰ O seu falecimento precoce, em 2008, aos 48 anos é sentido como uma grande lacuna, tanto em termos profissionais como pessoais, tanto que foi agraciado, *in memoriam*, com o prêmio Severo Gomes de Direitos Humanos, nos 25 anos da CTV, em 2008 (Mesquita Neto, 2011).

²³¹ Organização orientada para o estímulo à cooperação e troca de experiências em matéria de segurança pública entre a cidade de São Paulo e cidades da região metropolitana.

²³² *Think tank* formado em 1987, em São Paulo, por um grupo de economistas, empresários, lideranças públicas e jornalistas. Conduz pesquisas, debates públicos e ações sociais que visam soluções para os problemas institucionais do Brasil e da América Latina. Tem recebido apoio de fundações, companhias privadas e de agências internacionais como o Banco Mundial, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, e das Fundações Armando Alvares Penteado (FAA P), Ford, Tinker, General Electric, Itaú Social, Odebrecht e Worldfund; Instituto Unibanco e Open Society Institute. Como pesquisadores vinculados ou associados: Nilson Oliveira e Bruno Paes Manso cf. <http://pt.braudel.org.br/o-instituto/sobre/>

²³³ Regina Maria Filomena de Luca Miki: advogada, mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP, especialista em Direito de Família e Fundiário e em Políticas de Segurança Pública pela PUC/RS. Atua como professora do Instituto de Segurança Pública da Fundação Santo André/SP e da Escola Paulista de Direito, Membro Associada Licenciada e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). É membro do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, integrante do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua e do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3, ambos da Presidência da República. Foi secretária de Defesa Social de Diadema (SP) entre 2001 e 2008. Cf.: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ6963E3F0ITEMID89E8044E9AEC4573AED1535747F7F343PTBRIE.htm>

socorrer despesas não previstas no orçamento público. Diretor-executivo do IPP, o Cel. José Vicente da Silva, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, defende que a redução dos níveis de violência criminal em São Paulo se deve ao desempenho, principalmente, da organização policial. Afirmar ainda que as organizações de pesquisa/intervenção não teriam contribuição neste fenômeno, o que demonstraria sua posição quanto a necessidade de mudança de perfil destas entidades²³⁴.

O depoimento de Carolina de Mattos Ricardo, ex-integrante do *Instituto São Paulo Contra Violência* e atualmente no *Instituto Sou da Paz*, é bastante representativa da necessidade de mudança das organizações na área de segurança:

A forma como os centros de pesquisa aqui em São Paulo se relacionam com intervenção é diferente de outros lugares, pelo menos do Rio e de Minas. Acho que a pesquisa é muito mais aplicada do que aqui em São Paulo [...] O NEV faz a ponte a muito custo e o Paulo (Mesquita Neto) realmente era o cara que fazia a ligação [...] Você tem que ter agilidade. O acadêmico as vezes é muito rígido, duro. [...] as organizações de intervenção, por exemplo, o próprio Sou da Paz, o Instituto São Paulo Contra a Violência, ainda não acharam como fazer essa interface [...] Então ambos os lados se olham às vezes meio torto. [...] A academia aceita muito pouco esse conhecimento que vem dessa prática [...] Discute-se política de segurança pública, escreve-se academicamente sobre isso, sem nunca ter estado de fato envolvido numa gestão de uma política de segurança e aí quando [...] ela se propõe a fazer algum tipo de sugestão, fica muito vazio [...] A gente precisa começar a conversar e se aproximar dos profissionais da área de segurança, se não fica um diálogo de surdos, que acho que o discurso dos direitos humanos às vezes fazem. Constroem planos e diretrizes absolutamente inaplicáveis porque você não sentou na mesa e não trabalhou de perto com quem deveria fazer. Essa distância acadêmica e aí pensando em direitos humanos, que é claramente, e aí não tem como dizer que é pesquisa. É pra pautar a

234 "Gostaria de adiantar uma constatação um tanto incômoda para muitas entidades: a polícia paulista representa neste momento o maior fenômeno mundial de redução de homicídios, tanto no estado (41 milhões de habitantes), como em sua gigantesca capital (11 milhões), onde os homicídios caíram de 54 mortos por 100 mil em 1999 para 11,6 em 2008. Tenho acompanhado esse fenômeno nos últimos 11 anos (sou coronel da reserva da PM há 16 anos, como você deve saber através de meu site) e constatei que nesse desempenho extraordinário não há **nenhuma** colaboração do NEV ou de qualquer outra entidade (Ilanud, Sou da Paz entre outros, inclusive do IPP). O mérito foi integralmente para a organização e gestão do aparato policial, além de outros fatores diretamente ligados (ampliação do aparato prisional, bom entendimento com um Ministério Público ativo e corajoso, etc.). *Tenho observado que essas entidades voltadas para o fenômeno da violência ficam demasiadamente preocupadas com a questão social ou estudando uma grande variedade de fenômenos até interessantes (percepção da violência, por exemplo), mas que subestimam a importância do papel da polícia em conter a violência. O NEV, por exemplo, tem como principal objetivo "realizar investigações científicas sobre violação dos direitos humanos no Brasil e construção da democracia" e nunca vi, desde que ele surgiu nada de significativo em ajudar a modernizar a polícia e a melhorar seu desempenho (até porque isso está longe de seus objetivos). Conheci pessoalmente alguns pesquisadores norte-americanos (David Bayley, Georg e Kelling, Jack Greene, Robert Trojanowics, Edward Maguire) que realizaram trabalhos dentro das polícias, dando enorme contribuição para seu desempenho. Aqui no Brasil as entidades produzem muitos papers, mas pouco de útil para intervir no fenômeno da violência"* (Cel. José Vicente da Silva, depoimento por e-mail. 12.02.09), grifos nossos.

militância. É direitos humanos. Fica vazia. A crítica é facilmente desconstruída por qualquer um. Aí cria aquela imagem negativa do que é direitos humanos. Você não cria condição de implementação (Mattos Ricardo, Entrevista. 13.10.08).

Em seu depoimento, fica bem demarcada a percepção de uma distância existente entre o mundo da academia e o mundo das ONGs em São Paulo e uma demanda por maior diálogo entre pesquisadores e profissionais da área de segurança pública como meio para tornar mais conhecimento científico mais sensível às nuances envolvidas na implementação de políticas públicas. Outros centros de pesquisa, de perfil mais integrado às práticas governamentais, ou a experiência individual de pesquisadores em cargos administrativos passam a ser mobilizados como referências. O depoimento do cientista político e criminólogo Tulio Kahn sobre o papel a ser desempenhado é bastante expressiva dessa tendência, que espelha a sua própria trajetória de distanciamento do NEV em direção a cargos de administração²³⁵:

Você ter um braço militante e um braço acadêmico é uma vantagem e uma desvantagem, porque a ciência te exige uma neutralidade axiológica, diferente da militância política e obviamente se a polícia é teu objeto de estudo esse aspecto crítico da militância acaba fechando portas dentro da polícia [...] Era período da redemocratização, recém saídos do regime autoritário, então começou com uma militância com uma crítica à brutalidade, à violência, à corrupção da polícia e aí as pessoas foram um pouco se apaixonando pelo objeto de pesquisa. Entendia-se muito pouco de polícia nesse tempo. Você não tinha pesquisa, não tinha a literatura, tinha uma série de preconceitos [...] O NEV nessa época era muito militante e ainda tem um pouco essa faceta, ainda tem uma certa resistência em trabalhar mais diretamente com a polícia, ao contrário do CRISP, ao contrário de outros grupos, do próprio Sou da Paz. Mas o NEV se mantém mais afastado, em atividades acadêmicas, militância em direitos humanos [...] Então parte do pessoal avançou pra uma segunda etapa de entendimento, de colaboração, até de trabalhar por dentro, tentando modificar por dentro as instituições e parte continuou fazendo uma crítica externa, às vezes não muito construtiva [...] Acho que o NEV não fez muito bem a transição de um período para outro (Kahn, Entrevista. 15.12.09).

Transparece nas falas uma demanda difusa por maior aproximação da universidade com a atuação das ONGs e organizações da área de segurança pública, que acaba por incidir em algum tipo de avaliação sobre a atividade do NEV. Apesar das críticas à influência ou aos

²³⁵ Integrado ao NEV em 1991, através do mestrado em ciência política na USP, Kahn é contratado para trabalhar na Secretaria de Administração Penitenciária a partir de 1998. Em 1999 se estabelece no ILANUD, onde fica até 2002, quando é convidado pelo então Secretário Nacional de Segurança Pública, coronel José Vicente da Silva, a ser o diretor do Departamento Nacional de Segurança Pública em Brasília. Em 2003 ele retorna à Secretaria de Administração Penitenciária, onde permaneceu até 2011.

posicionamentos do Núcleo, as opiniões dos pesquisadores entrevistados em São Paulo não deixam o seu lugar como referência para a conformação de um campo de pesquisa/intervenção a partir das trajetórias de pesquisadores que ganharão autonomia, consolidando outros empreendimentos²³⁶.

Uma das primeiras organizações a sinalizar um cenário de diversificação foi o *Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)*²³⁷, que contava com a participação de profissionais antes relacionados ao NEV, como *Tulio Kahn, Oscar Vilhena Vieira* – que se voltará ao tema da relação entre direito constitucional e direitos humanos (1993; 2006; 2011), dirigindo a sua carreira para a pesquisa e docência em direito (FGV-SP) e para o ativismo em direitos humanos - e *Guaracy Mingardi* – que produzirá, na condição de pesquisador e policial, uma etnografia pioneira sobre as delegacias de polícia civil (Mingardi, 1992) e conduzirá sua carreira como especialista em segurança pública, atuando em pesquisa e em cargos públicos²³⁸ nos temas do combate à corrupção, da investigação policial e da análise do crime organizado (Mingardi, 1998; 2007). Na caracterização que estes atores fazem do perfil e da atuação do ILANUD, esta vinculação fica ainda mais clara:

O ILANUD tem uma importância nesses anos no final dos anos 90, a partir de 96, onde ele se torna uma espécie de “NEV mais light” do ponto de vista de sua pretensão acadêmica e talvez mais incisivo do ponto de vista da sua contribuição pro debate público [...] Nós já dávamos por pressuposto o que o Núcleo apresentava como hipótese para o Brasil estava correto e talvez nós tínhamos uma clareza instrumental maior: nós queríamos criar políticas públicas de segurança que ampliem direitos humanos. Então a nossa agenda era muito clara: como é que a gente faz?

²³⁶ "Acho que o Núcleo foi positivo até pra quem saiu de lá e foi realizar, em alguma medida, missões parecidas com a do Núcleo. Ele formou uma geração de gente preocupada com a questão da segurança e dos direitos humanos, com talvez o principal mérito de atuar em outras instâncias mas sem abdicar muito daquilo que era a preocupação central do NEV [...] Evidente que vai ter diferença, entre o Tulio que vai ser assessor de secretário de segurança e o Oscar que vai ser advogado de direitos humanos. É evidente que a nossa posição do mandato do NEV cada um tá indo pra um lado muito radical. Um de fazer pesquisa, de assessorar e o outro de continuar como “estilinguê”, fazendo crítica, entrando com ação. Mas também é parte do jogo" (Vieira. Entrevista. 28.11.08). "Eu acho que o NEV acabou sendo um centro de formação de diversas pessoas que atuam hoje na segurança pública, eu lembraria aí da minha época, o Guaracy Mingardi que também teve muitos anos lá no NEV, teve aqui no Ministério Público, foi Secretário Municipal de Segurança Pública, agora está lá como diretor num departamento na SENASP. Eu acho que eu e ele foram dois casos que foram realmente trabalhar na administração pública, formulando políticas, implementando políticas, trabalhando com coisas mais operacionais" (Kahn. Entrevista. 18.11.08).

²³⁷ O escritório brasileiro do Ilanud foi criado em 1997, fruto da promulgação de um decreto que consolidou o acordo internacional entre o Governo brasileiro e o Ilanud / Costa Rica. O tamanho e relevância do país no continente, a especificidade relativa à língua portuguesa e a complexidade progressiva do cenário imposto pelo crime e pela violência, orientaram a iniciativa de criação de um instituto brasileiro. Informações retiradas do site: <http://www.ilanud.org.br/ilanud/apresentacao/> Acessado em 01.06.2009.

²³⁸ Assessor Parlamentar, Secretário de Segurança Pública de Guarulhos, Assessor do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Subsecretário Nacional de segurança pública, pesquisador da DIREITO GV e Assessor da Comissão Nacional da Verdade.

Como é que a gente “descobre” uma política? Nessas áreas: desarmamento, prisões penas alternativas, polícias comunitárias. O conjunto de pesquisas que nós fizemos, de vitimização, eram coisas mais instrumentais, eram mais fáceis. Eu sempre falei que foi uma herança do NEV, principalmente uma herança do Paulo Sérgio, que é um pragmático. Ele quer interferir, quer apontar um caminho e o Ilanud acho que fez isso, tinha uma boa equipe. Tinha o Tulio que é um cara muito pragmático, ele ali "afinou a sua flecha" e a gente conseguia fazer essa intervenção (Vieira, Entrevista 28.11.08).

No mesmo sentido, Tulio Kahn afirma que o ILANUD, apesar de estatal, “acabou funcionando como uma espécie de ONG”, tendo em vista o modo como se estruturou o orçamento da instituição e por conta da “cultura de ONG” herdada do NEV. Trabalhava-se não com um orçamento fechado mas com base em projetos e acordos financiados por governos ou por instituições, como a Fundação Ford. Na mesma linha, Guaracy Mingardi (Entrevista. 07.12.08) afirmaria que “o ILANUD naquele momento era um filhote do NEV”. No entanto ele não teria se institucionalizado, pois dependeria muito “de quem está ou não está lá”, diferente do NEV que, pelo vínculo com a “academia”, não dependeria muito de quem está no comando. Esta seria a sua característica distintiva em comparação com alguns dos centros de pesquisa/intervenção, o que teria lhe permitido criar uma “escola de pensamento”. Mas o cenário era também de competição. A criação do ILANUD e outras organizações teria originado tensões sobre o espaço de atuação no tocante ao tema da violência e da segurança pública:

O que talvez o NEV em algum momento se equivocou era de achar que ele tinha um monopólio sobre esse tema. Não um monopólio formal, mas de que ele era a grande referência sobre esse tema. [...] num determinado momento o Núcleo entendia que ninguém mais poderia entrar naquele campo e a entrada de outros atores naquele campo em São Paulo criava um constrangimento enorme. Mas acho isso foi completamente superado e hoje o Núcleo se relaciona com o Sou da Paz, com todos os outros atores. Se relacionam razoavelmente bem, cada um reconhecendo as suas especificidades. [...] o fato de eu fazer coisas e fazer coisas distintas não significa que eu desqualifique o que está sendo feito. Ao contrário, eu acho que é outro papel que precisa ser ocupado. Pra ter uma sociedade civil rica você tem que ter gente ocupando distintos papéis e podendo dialogar entre si" (Vieira Entrevista. 28.11.08).

Duas críticas principais são feitas, portanto, de um lado, critica-se a distância do Núcleo, ou da universidade de modo geral, em relação à “prática”, questionando-se a falta da transição da “crítica externa” às instituições estatais para a colaboração com o Estado na promoção de atividades e políticas públicas; de outro lado, critica-se a dificuldade de autonomia diante das

ligações que o Núcleo (ou a sociedade civil organizada em geral) começa a manter com o Estado. O segundo posicionamento é expresso por Oscar Vilhena Vieira e Malak Poppovic²³⁹ da Conectas²⁴⁰, e iria na contramão do quadro de relações entre Estado e sociedade civil organizada. Como critério fundante de sua prática está a ideia de não aceitar financiamento governamental, nem ocupar cargos, diante das relações muito próximas entre Estado e organizações de direitos humanos, que tornaria estas organizações muito dependentes e comprometidas com os governos:

A Conectas, ela é, em alguma medida, uma organização que tem um hiato. Por quê? Porque nós nos colocamos num patamar de não vamos colaborar com governos. Quer dizer, tem um monte de gente fazendo isso, isso é muito bom e isso vai fazer os governos avançarem. Agora, precisa ter alguém que tenha uma absoluta independência dos governos. Então, nesses 8 anos nós conseguimos em alguma medida nunca receber dinheiro público. Eu não aceitei nenhum dos cargos públicos que me foram ofertados. Os colegas também não aceitaram e por exemplo, o conjunto de ações contra o sistema carcerário, o sistema criminal juvenil, as ações contra polícia, então nós temos ações judiciais nesse campo e essa autonomia nos pareceu sempre muito positiva [...] não acho que seja errado uma organização como o Núcleo colaborar. Ela está dentro da universidade, ela tem um papel diferente. Agora nós tentamos nos criar com muita autonomia, seja do Estado, seja da Igreja que é o outro ponto das organizações de direitos humanos. Porque quando eu vou ao STF advogar pela questão do aborto, a pressão vem da Igreja. Então a Conectas vive um pouco essa tentativa de ser insular ao Estado, insular à Igreja (Vieira. Entrevista. 28.11.08).

As críticas e tensões desse contexto podem ser compreendidas, em grande parte, pelos confrontos e diálogos entre direitos humanos e segurança pública. Como já se teve oportunidade de comentar, a relação entre esses dois conceitos é marcada pelo antagonismo, principalmente à época da transição democrática e em momentos de crise institucional, mas vem encontrando pontes, intersecções ao longo do tempo. À denúncia da violência estatal, à crítica ao “eficientismo” das práticas das agências de segurança pública, à definição de critérios normativos

²³⁹ Malak Poppovic é Diretora Executiva da Conectas Direitos Humanos. Trabalhou em vários países para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1975-1988); foi Pesquisadora no NEV (1989-1994); Assessora Especial da Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, em Brasília (1995-2001); e Assessora da Fundação das Nações Unidas (United Nations Foundation) em São Paulo (2002-2005). Formada em Economia pela Universidade do Cairo e pós-graduada em Relações Internacionais e Economia pelo IUHEI (Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales) da Universidade de Genebra, escreveu vários artigos e ensaios sobre desenvolvimento social, terceiro setor, direito humanitário e direitos humanos. <http://www.conectas.org/curriculo.php?idioma=pt&membro=malak&idioma=pt&height=260&width=400>

²⁴⁰ Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2001 em São Paulo – Brasil, com a missão de promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para a consolidação do Estado de Direito no Sul Global (África, Ásia e América Latina). Para tanto, Conectas desenvolve programas que propiciam o fortalecimento de ativistas e acadêmicos em países do hemisfério sul e fomentam a interação entre eles e com as Nações Unidas. No Brasil e em âmbito regional, Conectas também promove ações de advocacia estratégica e de interesse público. <http://www.conectas.org/missao.php?idioma=pt>

para o funcionamento dessas agências e à criação de cursos em direitos humanos, vem se juntar a criação de espaços de diálogo entre cientistas sociais e profissionais da segurança pública. Divide-se, nesse sentido, a relação entre intelectuais e o poder em dois momentos principais: década de 1980, onde haveria uma relação não mediada entre cientistas sociais, partidos políticos e movimentos sociais; e no decorrer dos anos 1990, após uma maior consolidação institucional, quando haveria uma mediação, através da qual o cientista social se coloca como detentor de um conhecimento específico e se relacionaria com o campo político e de intervenção de modo um pouco mais distanciado, guardando sua independência crítica.

Porém, a inserção de cientistas sociais em cargos de governo e as ações conjuntas entre centros de pesquisa e governos, especialmente a partir dos anos 2000, suscitariam controvérsias. Esta tensão sinaliza um outro cenário de relações da sociedade civil organizada e intelectualidade com o Estado. As Secretarias estatais, em nível federal, começaram a abrir cada vez mais editais de pesquisa, de modo a termos hoje vários centros cujos projetos de pesquisa são financiados pelo Estado. Há também uma maior abertura de espaços na administração pública, especialmente no Executivo, que, em parte, pode ser interpretado como uma resposta à demanda que os cientistas sociais fizeram por mudanças. No contexto paulista, entretanto, embora se possa indicar o protagonismo do cientista político e criminólogo Tulio Kahn na elaboração dos programas da área de segurança pública da candidatura de José Serra (PSDB) à Presidência da República em 2010, a influência direta dos cientistas sociais continuará sendo mínima, quando comparada à influência da Polícia Militar ou dos procuradores do Ministério Público paulista.

Uma das principais razões parece estar na vinculação histórica dos cientistas sociais de São Paulo aos movimentos de direitos humanos e à crítica constante à política penitenciária, que permaneceria basicamente a mesma durante todo o período analisado: apesar do oferecimento de atividades produtivas e de cursos de profissionalização aos presos e egressos, a construção progressiva de mais vagas prisionais tem sido a tônica principal da área, que se coaduna com a leitura governamental da eficácia policial e seu impacto na redução dos índices criminais nos últimos anos. Do lado dos cientistas sociais, o argumento principal tem sido a ênfase das consequências das políticas penitenciárias e de segurança pública para a consolidação do PCC e de seu domínio dentro e fora do sistema penitenciário paulista, cujo maior impacto seria a da regulação dos homicídios como estratégia de estabilização e monopolização das redes criminais. Assim, enquanto de um lado, os ataques do PCC²⁴¹ servem de argumento para o endurecimento das condições do cárcere, vide a instauração do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), por

²⁴¹ Em 2001, o PCC conseguiu coordenar, de dentro de um presídio, por telefone celular, uma mega-rebelião envolvendo 29 unidades prisionais do estado, com o saldo de 16 mortos.

outro, critica-se a colusão entre a expansão da criminalidade organizada e o histórico de violações de direitos humanos na prisão, cujo maior exemplo fora o Massacre do Carandiru.

O papel formador do NEV e a discussão sobre o seu legado

As respostas dos pesquisadores do NEV ao novo cenário constituído a partir da segunda metade dos anos 90 foram múltiplas, mas buscaram ressaltar em especial a importância de uma consolidação institucional que proponha um programa de pesquisa a longo prazo. Esta opção indica também um posicionamento deste grupo quanto aos limites da relação com o Estado:

Eu sinto que o diálogo da universidade com o setor da segurança é muito complicado [...] porque em algum momento você tem que fazer crítica e eles não recebem bem a crítica [...] Se você trabalha essas questões teoricamente com uma preocupação de mudança social [...], que tipo de parceiro você vai ser? Sempre um parceiro incômodo. Porque, se é pra valer mesmo, em algum momento você vai acabar mostrando que o “rei está nu”. O trabalho que a gente faz, quando a gente faz os relatórios nacionais de direitos humanos, você acha que os governantes aceitam isso bem? O que é que a gente faz? Ali a gente mostra que todo o “oba-oba” está construído em cima de alicerces muito frágeis. Então você põe um espelho na cara do governante que quer ser exaltado, quer ser considerado fazendo a grande transformação [...] Então eu acho que sempre vai ter uma grande tensão. Este é fazer um bom uso da autonomia universitária, na minha opinião. É você poder fazer uma reflexão crítica sem preocupação com como é que vai ser recebida por quem está no poder. Sua preocupação é com a sociedade, com o bem-estar da sociedade e não quem está no governo. E a gente não pode esquecer nunca: o maior violador de direitos humanos é sempre o Estado. Aí está colocado o limite a esta parceria. (Cardia, Entrevista 15.12.08).

Este depoimento reconhece a existência de uma distância e de conflitos na relação do NEV com o setor da segurança pública, que é a demanda de ONGs voltadas à intervenção aplicada. Seriam muitas as dificuldades do desempenho de um papel independente frente as demandas de intervenção, pois estas colocariam o pesquisador, muitas vezes, em relações com o Estado que se demonstram por vezes assimétricas e lhe escapam do controle, como afirma a socióloga Cristina Neme:

Como pesquisador você tenta dar conta de diferentes temas, explicar aquele fenômeno, compreender mais do que explicar e, por outro lado, a gente tem uma demanda de intervenção muito grande. Então a gente vive nessa esquizofrenia (risos). A gente tem a demanda da imprensa que já

foi muito grande nos anos 90, depois cai, depois volta a crescer. A gente não pode responder. Demandas diárias, cotidianas, pra comentar qualquer assunto. Até momentos de crise na cidade, no Estado, no país, em que somos demandados a explicar, a dar nossa opinião, dar dados. [...] Isso inclusive atrapalha o trabalho cotidiano de pesquisa. Então a gente vive nessa balança. Além disso, a gente também tem demandas de pesquisa do próprio governo, as quais a gente já respondeu, da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Justiça, de Prefeituras. Então tivemos relação com o poder político produzindo um trabalho de pesquisa e vimos como não é fácil trabalhando diretamente. Tivemos que apresentar uma proposta de um plano, sobre Jundiá. Vem na linha do SUSP. Ela é obrigada a produzir diagnóstico pra receber recurso. Um segundo momento de implementação do plano, do qual o Paulo Mesquita participou ativamente. O documento é feito, mandado pra Brasília. A gente não tem o menor controle sobre isso. Ainda é uma abordagem de cima pra baixo, embora a gente tenha consultado a sociedade civil (Neme Entrevista. 15.11.08).

O Núcleo se voltaria, nesse sentido, para espaços onde a legitimidade do conhecimento com base em fundamentação teórica e em pesquisas se faria mais presente, de modo a escapar a uma função legitimadora de projetos políticos descompromissados com as suas premissas, diminuindo assim as zonas de atrito no debate público²⁴². Nesse sentido, a diferenciação entre espaços e momentos de pesquisa e de ativismo ou intervenção é constante nas falas dos pesquisadores do Núcleo, expressando um posicionamento acerca da necessidade de distanciamento e autonomia na inscrição do intelectual no debate público. Na concepção da atual pesquisadora do NEV, *Viviane Cubas*, por exemplo, a relação pesquisa e intervenção aplicada não se estabeleceria de modo direto. Haveria mudanças nessa relação a depender de contextos e demandas (Entrevista. 30.11.08). No mesmo sentido, *Jacqueline Sinhoretto* (atual professora da UFSCar), indicaria que, apesar das interfaces e intercâmbio de posições, há fronteiras entre engajamento e pesquisa²⁴³.

²⁴² São situações múltiplas. Muitas vezes [...] solicitam do Núcleo um trabalho específico bastante direcionado para algumas questões de políticas públicas. [...] Eu diria que esse é um trabalho mais afinado com o Núcleo [...] Apesar de ser uma demanda governamental nós fazemos esse trabalho dentro dos marcos da academia [...] O que me parece uma outra situação muito comum são demandas que não são tão institucionalizadas ou não são tão formalizadas e que chegam com muita intensidade pro Núcleo, por exemplo, fazer parte de uma “Comissão de Letalidade” [...] Embora haja uma certa formalidade o quê que acontece: o resultado disso é a participação de um pesquisador num fórum que em geral tem um arranjo político-institucional extremamente variado, onde a presença do pesquisador, ela pode ser prestigiada, mas nem sempre ela é relevante para ditar ou direcionar as ações políticas. [...] Eu vejo nisso até uma certa dificuldade da participação do Núcleo porque ela escapa um pouco do nosso fazer mais característico [...] e nos coloca em uma situação meio de conselheiros ou de formadores em territórios que não são territórios acadêmicos [...] O que a gente percebe é que muitas vezes há toda uma astúcia política da parte dos governantes de chamar a presença de pesquisadores, de chamar a presença da universidade, meio que muito mais para dar um aval político para suas iniciativas do que efetivamente querer ouvir, receber as críticas, aceitar as propostas (Salla Entrevista 03.07.08).

²⁴³ Essa coisa do engajamento... Nesse período que eu trabalhei desde 91 até 98 no NEV a equipe de pesquisa era uma coisa e a CTV de direitos humanos era outra coisa como até hoje é assim. As atividades do NEV não

Em linhas gerais, pode-se dizer que a formação de pesquisadores pelo NEV se estruturou em uma divisão entre o grupo de filiação mais próximo à ênfase militante de Paulo Sérgio Pinheiro e outro, mais próximo ao posicionamento acadêmico de Sérgio Adorno²⁴⁴, sem desconsiderar a atuação de Nancy Cardia na formação de pesquisadores voltados especialmente no manejo de técnicas em pesquisas quali-quantitativas de grande envergadura (estudo de representações sociais e *surveys*)²⁴⁵. Essas seriam as matrizes de formação de profissionais com perfis distintos. Através da filiação a uma ou outra abordagem, constituíram linhagens de pensamento e de atuação. A diferença entre os dois grupos de filiação pode ser percebida no modo como se faz referência ou à uma espécie de genealogia ou à uma distinção entre o *NEV como escola de militância política* e o *NEV como escola de pensamento sociológico*²⁴⁶. Contudo, entre essas duas linhas não haveria oposição, mas uma diferença, relativa à ligação mais ou menos direta com a militância. Mesmo em trajetórias com base na formação estrita de pesquisador, a ligação com a militância e intervenção é assumida de algum modo, a depender das condições institucionais de trabalho encontradas ou criadas no âmbito das organizações da sociedade civil ou Estado. Desse modo, existiriam dois perfis básicos: um mais vinculado à vida universitária e outro mais ligado a frentes de atuação política, em ONGs ou no próprio Estado.

necessariamente tinham a ver com a atividade de extensão universitária [...] Eu mesma nunca participei de um projeto de intervenção dentro do NEV. [...] O cotidiano de trabalho no NEV, nessa época era o cotidiano de um Núcleo de estudos. Havia aquelas movimentações todas do NEV que a gente via acontecer. Em 93 por exemplo teve a Conferência de Viena, os pesquisadores participaram, tiveram participação importante, mas eram pessoas dentro do NEV que se dedicavam a esse tipo de atividade, que eram destacados eventualmente pra uma coisa ou outra, mas estava muito distante de ser um cotidiano de pesquisa-ação, onde os pesquisadores eram todos engajados, militantes. As pessoas que trabalhavam na CTV e no NEV não eram as mesmas pessoas ou não eram no mesmo momento. Ou se trabalhava em pesquisa ou se trabalhava na CTV, com exceção de uma ou duas pessoas, mas não era no seu horário de trabalho. Nosso cotidiano de trabalho era em cima da pesquisa. [...] Eu fiz um caminho da pesquisa para a defesa dos direitos humanos. Tiveram pessoas que fizeram o caminho inverso (Sinhoretto Entrevista 28.11.08).

²⁴⁴ Para uma listagem mais atenta dos pesquisadores orientados e formados no NEV, cf. Vasconcelos 2009.

²⁴⁵ Os direitos humanos segundo a pesquisa Atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência (1999).

²⁴⁶ O primeiro sentido é expresso no depoimento de Oscar Vilhena Vieira, que, ao comentar acerca das suas influências, afirma: "O Alfred Stepan e o Severo Gomes tem um papel importante, são duas pessoas que tem um papel importantíssimo na formação do Paulo Sérgio como figura pública. O Severo é a principal influência dele. Eu que fui a universidade de Columbia com uma carta do Severo e do Alfred Stepan, então eu sou o filho da última geração dessa linha. É engraçado. Eu me vejo até nesse sentido" (Vieira Entrevista. 21.12.08). Quanto ao segundo sentido, seleciono o testemunho de Jacqueline Sinhoretto, que se refere a uma abordagem particular constituidora de uma "escola do NEV", a partir de Sérgio Adorno, a quem se filia: "O que você vai considerar: o NEV e os projetos institucionais que o NEV assina ou o NEV como escola? Porque se você considerar o NEV como escola [...] tem uma riqueza conceitual que se desenvolveu a partir dessa escola paulista de estudos da violência que vem do Sergio Adorno que eu acho que daria uma pesquisa sobre isso, tem coisas aí belíssimas, sobre homicídio, justiça... Não é verdade que o objeto ficou restrito ao Estado. Esse tema da Sociologia da Violência, trabalhado pelos orientandos do Sérgio, é um tema de sociologia política. Poder, hierarquias, desigualdades. É diferente das pessoas que vão discutir isso a partir da Sociologia Urbana. É diferente a partir de outros, da própria Sociologia do Direito. Há uma unidade entre a gente. Nós somos sociólogos políticos. Podem ser relações de poder de gênero (Wânia), relações dentro do Estado (Renato Lima), eu que fiz a análise da reforma do Estado, do serviço de justiça. A escola do NEV tem uma diversidade. Tudo isso começou no NEV, nas reflexões que fomos desenvolvendo com o Sérgio Adorno. Eu sempre digo: "Não sou do NEV, sou da escola do NEV" (Entrevista 28.11.08).

Ao mesmo tempo, o compasso ou descompasso entre o desempenho de um papel político e a formação de um campo de conhecimento seria constituído na medida em que a trajetória de cada pesquisador espelhasse a institucionalização das pontes entre militância e pesquisa ao longo da história do NEV. Esta conciliação se traduziu em vários momentos. *Grosso modo* é possível destacar quatro:

- 1987 a 1996: momento de fundação, com maior vínculo às pautas de denúncia da violência estatal da CTV; ápice da crise penitenciária; formulação do PNDH;
- 1996 a 2000: momento de estruturação do programa de pesquisas em torno do projeto *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*; de institucionalização da divisão de tarefas entre os direitos humanos como agenda estatal e a avaliação dos seus resultados; problematização das distâncias entre a pauta dos direitos humanos e da segurança pública;
- 2000 a 2008: o par pesquisa/aplicação na segurança pública começa a se tornar mais institucionalizado no projeto dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID)²⁴⁷;
- 2009: expansão nacional com o *INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã*.

Em termos de estabilização das relações entre militância e academia, vale destacar tanto os vínculos do NEV com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)²⁴⁸, como a sua articulação junto a comissões de direitos humanos em universidades e ONGs voltadas à inclusão

²⁴⁷ O NEV passou a ser um dos 10 centros a integrar o programa CEPID que busca apoiar pesquisas inovadoras capazes de gerar conhecimentos que possam ser transferidos ao governo e a sociedade, auxiliando a implantação de políticas públicas. Dentro desse acordo, são cinco as linhas de pesquisa/intervenção desenvolvidas no NEV: 1) O monitoramento das graves violações de Direitos Humanos; 2) Análise do processo social de construção das políticas públicas de segurança no Estado de São Paulo (desde 1822); 3) Identificação e medida da taxa de impunidade penal; 4) Identificação dos conceitos de justiça, direitos e punição relacionados com direitos humanos na população urbana do Estado de São Paulo e 5) Desenvolvimento de uma teoria integrada dos Direitos Humanos. Informações retiradas do site: www.nevusp.org.

²⁴⁸ Foi criada na estrutura regimental do Ministério da Justiça MJ, no ano de 1997, em substituição à Secretaria dos Direitos da Cidadania (SDC) a quem cabia formular, normatizar e coordenar - em todo o Brasil - a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente e defender os direitos das pessoas portadoras de deficiência. A SDC foi criada e ampliou as competências da SDC passando a se responsabilizar também por: coordenar, gerenciar e acompanhar a execução do Programa Nacional de Direitos Humanos, promover a cooperação com os Organismos Internacionais, e coordenar a escolha e entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos. Em 1º de janeiro de 1999, a antiga Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) foi transformada em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - (SEDH), atribuindo a seu titular o status de ministro de Estado, com prerrogativa de assento nas reuniões ministeriais. Com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher - SEDIM, em 08 de maio de 2002, no âmbito do Ministério da Justiça - MJ, as ações de defesa e garantia dos direitos da mulher saíram da competência da SEDH e passaram a ser de responsabilidade da SEDIM. Isso permitiu que os dois órgãos pudessem atuar de maneira mais eficiente e eficaz em suas respectivas áreas. Em 1º de janeiro de 2003, o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SEPM e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. As três Secretarias Especiais integrando a estrutura da Presidência da República exercendo seus titulares de fato e de direito, os cargos de Ministro/a de Estado. cf. <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/1/papel.htm>

do tema dos direitos humanos no Ensino Superior (Piovesan, 2003; Tosi, 2003). Espaços que permitiram a constituição de uma importante vertente de atuação por meio da extensão universitária em parcerias entre universidades, centros de pesquisa, instituições estatais (como o Ministério Público Federal e o Ministério da Justiça) e organizações nacionais e internacionais de militantes em direitos humanos. A partir deste conjunto múltiplo de iniciativas se elaboraram propostas de fortalecimento de cursos de especialização e de pós-graduação em direitos humanos que resultaram na criação da *Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação* (ANDHEP), em 2003.

Quanto a produção científica é preciso chamar atenção para a contribuição dos pesquisadores do Núcleo na formação de linhas de pesquisa sobre uma multiplicidade de objetos como a história da criminologia, da polícia e da prisão; as práticas do tribunal do júri; linchamentos, homicídios, grupos de extermínio, violência na escola, violência contra a mulher, crime organizado, dentre outros. Em diálogo com a História, o Direito e a Educação estas linhas viriam a configurar antropologias e sociologias políticas do direito, da(s) violência(s) e em especial da punição no Brasil, eixos articuladores de disciplinarização no espaço maior da produção científica.

Como eixo articulador estão as questões de "matriz foucaultiana" colocadas por Sérgio Adorno a respeito do esgotamento dos modelos tradicionais do controle social nas sociedades contemporâneas e suas consequências para as filosofias que "estruturam o campo e o saber jurídico, em particular as noções de responsabilidade, culpabilidade, contrato, reciprocidade, equidade" (Adorno, 1996: 240). Através das pesquisas de Marcos Cesar Alvarez, Fernando Salla e Luiz Antonio Francisco de Souza sobre a história das prisões (Salla, 1999), da polícia (Souza, 1998), das políticas de segurança pública (Alvarez, Salla e Souza, 2008) e do pensamento criminológico (Alvarez, 2002; 2003; Souza, 2005), essa perspectiva se prolonga em estudos sobre a política penitenciária e o desenvolvimento e a estruturação do crime organizado em São Paulo (Adorno e Salla, 2007; Teixeira, 2012; Dias, 2013; Alvarez, Salla e Dias, 2013). As questões centrais destas pesquisas giram em torno do uso da noção de controle social (Alvarez, 2004), das contribuições de David Garland para uma sociologia da punição e para a discussão da tese sobre a substituição de um Estado Social por um Estado Penal (Salla; Alvarez; Gauto, 2006) e dos impactos da gestão do sistema penitenciário e da evolução do crime organizado na sociedade mais ampla.

Em torno desse eixo serão reforçadas as aproximações entre História e Sociologia²⁴⁹,

²⁴⁹ "É possível apontar [...] que as concepções críticas acerca do problema do controle social — influenciadas por Foucault, mas não somente — penetram nos debates do pensamento social no Brasil já no final dos anos 70 do

desenvolvidas nos encontros da Associação Nacional de História (ANPUH) e entre Ciências Sociais e Direito através de ligações com o IBCCRIM e o ILANUD. Teremos ocasião de aprofundar o entrelaçamento destas redes a partir da relação entre centros de pesquisa e ativismo e a história dos seminários nacionais da ANPOCS.

século XX. Por exemplo, diversas pesquisas históricas voltaram-se para o período específico da Primeira República como um momento privilegiado para o estudo da emergência de estratégias de controle social dirigidas à classe operária ou à população pobre em geral, sobretudo nos dois mais destacados centros urbanos do período, Rio de Janeiro e São Paulo. Surgiram, assim, trabalhos sobre o controle social dos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro e São Paulo no período (Chalhoub, 1986; Rago, 1985), a respeito da regulação dos padrões femininos de conduta (Soihet, 1989), sobre o tratamento jurídico e institucional da infância pobre (Alvarez, 1989; Londoño, 1991), acerca da institucionalização da doença mental (Cunha, 1986; Barbosa, 1992), sobre a organização e controle dos espaços urbanos e da pobreza urbana (Sevcenko, 1984; Adorno, 1990; Adorno; Castro, 1987; Schindler, 1992), entre muitos outros” (Alvarez, 2004: 174). Seria preciso indicar ainda a revisão de Marcos Luiz Bretas (1991).

CAPÍTULO V

A autonomia da política e a segurança pública em Minas Gerais

Neste capítulo abordaremos o contexto de Belo Horizonte, que se destaca na modernização das ciências sociais brasileiras, em especial através da ciência política. Observaremos como o desenvolvimento desta nova disciplina esteve associado aos investimentos da agenda norte-americana da Fundação Ford e à formação de uma concepção de ciência e de modelo profissional concorrente, que se expandirá sobretudo no eixo Minas-Rio através de um grupo geracional formado entre 1959 e 1964 no curso de *Sociologia e Política* da *Faculdade de Ciências Econômicas - FACE* (Veiga, 1987; Forjaz, 1997).

Criada em 1941 e incorporada à UFMG em 1949, a FACE foi viabilizada por uma rede envolvendo empresários, técnicos do alto escalão governamental e políticos de envergadura nacional, no sentido de superar a situação de "defasagem" da economia mineira através da formação de profissionais capacitados para as tarefas de gestão pública e privada (Arruda, 2001; Keinert & Silva, 2010). A vinculação das ciências sociais a um curso de administração e economia representou um perfil diferenciado frente às experiências paulista e fluminense, mais próximos do modelo humanista clássico, inseridas em Faculdades de Filosofia e voltadas ao duplo intuito de formação para a ciência e de professores secundários. Esta orientação também existiu em Minas Gerais, no interior da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI)*, fundada em 1939 e reunida à Universidade de Minas Gerais, posteriormente UFMG, em 1948. Afora a sua orientação para a antropologia e para a formação de docentes do Colégio Universitário, que tinha a sociologia como disciplina obrigatória, há poucos estudos e informação sobre o curso de *Ciências Sociais* da FAFI, criado em 1941. O que é certo afirmar é que ele foi bem menos influente, marcado por intermitências, e obteve uma clientela muito menor se comparado ao seu semelhante da FACE (Arruda, 2001; Mourão, 2008)²⁵⁰.

O curso de *Sociologia e Política* da FACE foi criado em 1953, com estrutura curricular vinculada à do curso de Administração Pública, ministrado na mesma escola, sendo bastante comum que os formandos de um se diplomassem também no outro:

²⁵⁰ O curso de ciências sociais ligado a esta faculdade foi criado em 1941, com pouca repercussão e apenas quatro alunos. Ele desaparece em 1945 e retoma atividades em 1947. Entre 1943 e 1953 formou apenas oito pessoas, tendo neste último ano 13 pessoas matriculadas e mais três aprovadas no concurso de habilitação (Arruda, 2001; Mourão, 2008).

As diretrizes do projeto de criação da nova Faculdade de Ciências Econômicas não deixam margem a dúvidas: seu objetivo na área de Ciências Econômicas era formar economistas voltados para a macroeconomia, seguindo a tendência francesa da época. Os cursos de Ciências Contábeis e Administração deveriam manter relação com empresas e entidades ligadas de alguma maneira à área, em especial a indústria. Aos formandos em Sociologia e Política e Administração Pública, a orientação era no sentido de assessorar o governo, dotando-o de profissionais especializados (Arruda, 1989: 254).

O curso pautou-se, portanto, pela ênfase em Política, Administração e Economia, associada à ideia de profissionalização e formação de quadros para a burocracia pública mineira, moldando um tipo de visão de mundo que se mostraria suscetível aos reclamos por uma ciência política mais especializada e aplicada: "Parece plausível afirmar que a interação com as referidas disciplinas está na origem do especial interesse dos cientistas políticos mineiros por aspectos político-institucionais da vida social, a partir dos quais se montaria um leque temático de pesquisas" (Miceli, 2001a: 25). Mas este interesse não teria uma origem única. Seria preciso considerar os efeitos do golpe militar na politização das ciências sociais, desde a influência das organizações católicas e comunistas no movimento estudantil até os aspectos institucionais com a reforma universitária de 1968.

Na conjuntura posterior a 1964 os estudantes foram particularmente sensibilizados pelas questões trazidas à tona pelas tensões na Igreja Católica e no Partido Comunista Brasileiro (Veiga, 1987). Como consequência das controvérsias do Concílio Vaticano II, em 1961, voltado à atualização do catolicismo, a Igreja no Brasil apoiará um conjunto de organizações destinadas aos mais jovens, especialmente a *Juventude Estudantil Católica* (JEC), a *Juventude Operária Católica* (JOC) e a *Juventude Universitária Católica* (JUC), todos integrantes da *Ação Católica* no país. No final dos anos 1950, estas organizações iniciam uma autocrítica e se voltam para uma prática mais engajada, como expressa o Congresso Nacional da JUC, em 1961, onde o conflito com a alta hierarquia da Igreja se torna claro. Em 1962, é redigido o *Manifesto aos Universitários do Brasil*, no qual os estudantes católicos reconheciam a natureza opressiva e desigual do desenvolvimento no Brasil. A *Ação Popular* é então fundada, como movimento que procuraria afrouxar os vínculos com a hierarquia religiosa, passando a incorporar não-católicos e não-universitários com base no ideário de um "socialismo humanista".

O PCB, por sua vez, era o principal representante da esquerda brasileira e compunha a base de apoio ao governo João Goulart (1961-1964). De acordo com linha marxista hegemônica à época, a revolução seria concebida em etapas: em um primeiro momento a burguesia nacional, aliada ao proletariado, exerceria o protagonismo da mudança contra as forças conservadoras

ligadas ao latifúndio ou ao sistema feudal; em seguida, uma revolução dirigida pelo proletariado, alcançada por uma “via pacífica” e com um caráter “nacional-democrático-burguês”. Diante do golpe, o PCB enfrentou uma forte crise interna, dirigida à linha política adotada pelo partido, que não teria percebido a falta de coesão e organização entre os próprios movimentos e os limites da aliança com a burguesia nacional. A crise incidiu na crítica ao ISEB, expressão intelectual da aliança política entre burguesia nacional e proletariado, e na revisão das interpretações sobre a formação da sociedade brasileira e as características da burguesia, levada a cabo inicialmente por Caio Prado Jr. em sua tese sobre o caráter capitalista e não feudal do empreendimento colonizador (Prado Jr., [1942]1994).

Nesse período, a UNE, liderada por uma coalização composta pela Ação Popular e PCB, terá como principal luta o combate aos moldes da Reforma Universitária, em especial dos Acordos MEC-USAID e da Lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda). Os primeiros objetivavam formatar o ensino superior brasileiro nos moldes norte-americanos, pautado pelo caráter secundário do humanismo e ênfase no tecnicismo na formação de profissionais para a indústria e governo. A segunda era vista como ameaça à autonomia do movimento estudantil, ao pretender reorganizar o seu sistema de representação, extinguindo os *Diretórios Centrais de Estudantes* (DCE) e a própria UNE, substituindo-os por um *Diretório Nacional de Estudantes* (DNE) (Martins, 2005).

É com esse contexto de politização estudantil que a montagem do curso de Sociologia e Política da FACE irá interagir, no qual a Fundação Ford será central nas estratégias elaboradas para a sua consolidação. Uma delas é a implementação de um sistema de bolsas, com a seleção anual de dois ou três alunos das turmas dos cursos, que receberiam uma subvenção para permanecer em tempo integral. Inovador para a época, o sistema teria estreitado os laços entre professores e estudantes e introduzia, via bolsistas, a concepção de que a liderança política passava necessariamente pela capacidade intelectual. As bolsas teriam impactando na adesão dos mais reticentes à compatibilidade entre participação política e vida acadêmica e reforçaria, ao longo do tempo, o tipo de liderança exercido por estudantes que aderissem à perfis de carreira que procuravam uma separação clara entre o fazer ciência e o fazer política:

O sistema de bolsas engendrou a constituição de dois segmentos entre os alunos, que se distinguiam justamente pelo tipo de envolvimento que mantinham com a faculdade: de um lado, os chamados alunos “regulares” e, de outro, a “elite”. No primeiro, estavam aqueles que, uma vez diplomados, se lançariam a ocupar os postos abertos no mercado profissional. Já no segundo, figuravam os alunos bolsistas, potenciais candidatos a integrar o quadro permanente da instituição (Keinert & Silva, 2010)

Outra estratégia foi o apoio à internacionalização, sobretudo através de mestrado na *Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais* (FLACSO-Chile)²⁵¹ e em universidades norte-americanas no início dos anos 60. Experiência que ofereceu a oportunidade de conviver com outras concepções teóricas, incorporar técnicas e métodos de investigação de sistemas universitários mais profissionalizados, vivenciar outras experiências acadêmicas, enfrentar diferentes padrões de concorrência, internacionalizar o intercâmbio cultural e acadêmico. Desse modo, os estudantes que priorizavam o treinamento profissional, colocando o envolvimento político como algo secundário, aderiram às perspectivas que foram introduzidas no curso de Sociologia e Política da FACE por Fábio Wanderley Reis²⁵² e Antônio Octávio Cintra, os primeiros formados no interior das estratégias supracitadas e que passam a liderar a modernização das ciências sociais em Belo Horizonte²⁵³.

O ano de 1965 é simbólico por ser a data em que Antonio Octávio Cintra e Fabio Wanderley Reis publicam trabalhos seminiais²⁵⁴, em que reivindicam a autonomia da política como objeto científico em polêmica com os sociólogos uspianos José Arthur Gianotti, Octávio Ianni, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, em torno do caráter subalterno dado à análise empírica e da aversão aos esforços de mensuração e quantificação dos fenômenos sociais realizados pela sociologia norte-americana. 1965 é também o ano do *Seminário de Desenvolvimento Político*, que trouxera importantes cientistas políticos norte-americanos - Samuel Huntington, Gabriel Almond, Talcot Parsons, entre outros -, colocando a ciência política mineira em evidência, favorecendo os contatos para estudos no exterior (Veiga, 1987).

Mas a promoção destas perspectivas se dará em um ambiente conturbado: em 1967 a reforma universitária funde o curso de Sociologia e Política da FACE ao de Ciências Sociais da FAFI, dando origem ao curso de Ciências Sociais da *Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*

²⁵¹ Criada no Chile em 1957, seu objetivo era constituir uma instituição regional de alto nível para a formação de cientistas sociais, com o patrocínio da UNESCO, OEA e CEPAL.

²⁵² "Fábio Wanderley Reis é mineiro e graduado no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais em 1959. Fez a pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no início dos anos 60 e o curso da CEPAL/BNDE em 1964. Bolsista do convênio Ford-Minas, doutorou-se na Universidade de Harvard em 1974, com o trabalho *Political development and social class: Brazilian authoritarianism in perspective*. Leciona desde meados dos anos 60 no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual tornou-se professor titular em 1981, apresentando a tese *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia "crítica"* da política, publicada em 1984 pela UFMG/PROED/RBEP e vencedora do Prêmio Anpocs 1985 de melhor obra científica. Chefiou durante muitos anos o Departamento de Ciência Política da UFMG, foi presidente da Anpocs e fellow do Helen Kellog Institute for International Studies, University of Notre Dame, em 1983. Fábio é um dos poucos mineiros que não "emigrou" para outros centros intelectuais" (Forjaz, 1997: 08)

²⁵³ Fabio Wanderley Reis forma-se na FACE em 1959, exercendo dois anos de docência, quando fora professor de Antonio Octávio Cintra e Simon Schwartzman, graduados em 1961. No mesmo ano os três foram cursar a pós na FLACSO-Chile. Ao retornarem a BH assumem como professores da FACE.

²⁵⁴ O primeiro publica *Sociologia: ciência fática*, na Revista de Estudos Sociais, n.1, 1965 e posteriormente *Sociologia e ciência: para uma revisão da Sociologia no Brasil*, na Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4, n.17, junho/1966, FACE/UFMG; mesma número em que o segundo publica *A propósito de ciência e dialética*.

(FAFICH). Isto ocasionou tensões internas entre ideais de ciência e modelos de profissionalização (Paixão, 1991; Mourão, 2008). Com a fusão dos cursos, a estrutura curricular ficou aquém do desejável no entendimento dos estudantes de ciências sociais, motivando a organização de um curso paralelo, promovido pelas lideranças do *Centros de Estudos de Ciências Sociais*, atual *Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS)*, que se desenvolveu ao longo do ano de 1968, esvaziando o curso oficial:

O curso de ciências sociais da FAFICH começou mal em termos muito claros. O curso carecia de seriedade (Veiga, 1987) e, em 1968, a coalização de estudantes "simpáticos, inteligentes, maduros e de esquerda" e professores despreocupados quanto à política, mas indignados diante do quadro lastimável do ensino e da organização acadêmica do departamento, produziu – através do chamado "curso paralelo" – reforma radical do currículo, que vai marcar fortemente a trajetória posterior do ensino de graduação em ciências sociais da UFMG (Paixão, 1991: 203).

O curso foi um modo pelo qual líderes do movimento estudantil e parte dos professores puderam reagir contra uma situação insatisfatória, que suscitou uma série de tensões, tendo em vista que parte dos professores da FAFICH teriam sido “alijados” de seus postos (Mourão, 2008). Mas o curso teria favorecido as discussões sobre a reforma curricular na congregação da FAFICH, que resultaram em acordo sobre o fim do "curso paralelo" e a integração dos alunos ao curso de ciências sociais, garantido o aproveitamento do ano acadêmico paralelo. Porém, com o endurecimento da ditadura militar

A escalada autoritária varreu a eferescência coletiva, e durante dois ou três anos o curso de ciências sociais da UFMG voltou ao que era antes [...] O "espírito" do "curso paralelo" é reinterpretado: a vivência do "sufoco" autoritário (ou a eliminação repressiva dos canais especializados de socialização política) inviabilizava a crença otimista na possibilidade de compatibilização de objetivos revolucionários e métodos de ciência empírica. A universidade torna-se o *locus* da resistência ideológica à perspectiva tecnocrática da dominação autoritária – daí a convergência, na reforma curricular de 1974, dos elementos racionais e cognitivos (referidos à "realidade brasileira") do "curso paralelo" e da crítica marxista (ou neomarxista) à ciência como ideologia. A reforma de 1974, no plano da teoria sociológica, combinava análise temática (ação social, estratificação e mudança) e estudo dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim); no plano metodológico, investia fundo na crítica epistemológica ao positivismo e na exploração de métodos dialéticos de explicação; ampliava o espaço curricular do estudo antropológico, econômico, político e sociológico da realidade brasileira e abria espaço para algumas "sociologias especiais" – urbana, organizacional e educacional

(Paixão, 1991: 203-4).

Em meio a esse contexto começam a surtir efeito as estratégias de conciliação entre politização estudantil e demandas por profissionalização promovidas pela Fundação Ford e seus primeiros beneficiários oriundos do curso de Sociologia e Política da FACE. A consolidação de um Departamento de Ciência Política e de um Mestrado na mesma área, criado em 1966, é favorecida em parte pela migração da maioria dos estudantes do antigo curso de *Sociologia e Política* (Keinert & Silva, 2010), parte dos quais se tornam professores do "curso paralelo". Anos depois, uma parte dos formados em ciências sociais que haviam participado da experiência será aprovada em concursos docentes para o *Departamento de Sociologia e Antropologia*, em 1967, e, nessa nova posição, promovem a já mencionada reforma curricular 1974, que realizou as concepções da estruturação curricular do "curso paralelo" (Mourão, 2008).

Vários traços comuns caracterizariam, portanto, a trajetória intelectual do grupo mineiro-carioca de pesquisadores:

[...] a graduação no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a pós-graduação na FLACSO e nas grandes universidades americanas, o pertencimento a instituições patrocinadas pela Fundação Ford, a rejeição do marxismo como paradigma teórico, a militância política dos anos 60, a incorporação de modelos teóricos norte-americanos, mas acima de tudo o que unifica o grupo é a construção teórica da autonomia disciplinar da Ciência Política. Conceber a política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, foi a grande contribuição dos mineiros e cariocas (Forjaz, 1997: 09).

Na esteira da constituição da ciência política como disciplina autônoma há um intenso intercâmbio de intelectuais e de ideias no sentido Minas – Rio entre os anos 60 e 70. Um contingente considerável de cientistas sociais mineiros emigra para o IUPERJ, dentre os quais Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Júnior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho. A inclinação mineira para a política encontraria "eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro, marcada pela experiência isebiana" (Forjaz, 1997: 11). Júlio Barbosa, um dos mentores do Curso de Sociologia e Política e principais idealizadores da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* foi um dos responsáveis pelos contatos com a instituição carioca, onde lecionou depois do "cisma" que determinou a saída de Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos. Por sua vez, a trajetória do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, principal liderança do IUPERJ, é expressiva

da aliança entre os herdeiros do ISEB e os modernizadores da ciência política brasileira²⁵⁵.

Mas esta convergência precisaria ser matizada. Apesar das influências isebianas na fase inicial, o grupo mineiro/carioca tentou se afirmar e construir uma identidade intelectual rejeitando o caráter ideológico da produção isebiana. Ao mesmo tempo, ao incorporar as metodologias e técnicas de pesquisa da ciência política anglo-saxã, o grupo confrontou também a tradição jurídicista da geração mineira mais antiga, liderada por Orlando de Carvalho, e a ausência da política da sociologia paulista (Keinert & Silva, 2010). Se no passado a escola paulista invocou para si padrões de análise científica para se diferenciar do estilo ensaísta e "ideológico" do ISEB, a partir dos anos 60 são os mineiros e cariocas que invocam novos padrões científicos para se distanciar do estilo uspiano e seus ensaios histórico-conceituais, vistos como carentes de embasamento empírico, que os novos cientistas políticos tentam introduzir (Forjaz, 1997).

Esta disputa por hegemonia intelectual se traduziu tanto no controle de espaços institucionais e melhores condições materiais de realização do trabalho científico segundo padrões de inovação, como na reivindicação de uma *tradição* que vinculasse as novas propostas com as referências mais antigas do pensamento político brasileiro. O texto *Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*, de Wanderley Guilherme dos Santos (1967) é exemplar desta reivindicação, que se lança contra a perspectiva de Florestan Fernandes ([1958]1977), vista como legitimadora do descrédito dos ensaios do início do século, não pelo conteúdo substantivo das interpretações, mas por não estarem associados ao padrão de ciência do modelo universitário francês inaugurado nos anos 1930.

O elogio feito pelos cientistas políticos a certos autores do passado se explicaria em função do contexto político e intelectual de fins da década de 1970. Com a criação e

²⁵⁵ "Natural do Rio de Janeiro, Santos graduou-se em filosofia pela antiga Universidade do Brasil em 1958, época em que passou a integrar os quadros do Iseb. Ainda que tenha estabelecido uma relação crítica com a perspectiva ideológica sustentada pelo Instituto, o cientista político não passaria incólume sob o clima intelectual do início da década de 1960, centrado no debate sobre o desenvolvimento e que não excluía a influência marxista. O período do doutoramento realizado na Universidade de Stanford, que se encerraria em 1969 com a defesa da tese *Impass and crisis in Brazilian politics*, foi o ponto de virada de sua trajetória em direção ao novo *mainstream* da ciência política. A orientação anterior – fortemente impregnada pelo marxismo – foi descartada, dando lugar à recusa radical do que era, segundo seu diagnóstico, uma presença excessiva do paradigma marxista nas ciências sociais praticadas durante os anos de 1970. O argumento da tese é especialmente revelador das apostas teóricas que sustentavam a afirmação dos novos paradigmas da disciplina. O postulado da autonomia relativa do sistema político servia como justificativa à introdução de um repertório específico de técnicas de análise que superasse a tendência então dominante de interpretar a vida política como subproduto das constrições ligadas à estrutura socioeconômica. Seguindo a trilha desse raciocínio, Santos propõe uma interpretação bastante *sui generis* para o golpe de 1964, destacando causas ligadas à dinâmica interna do sistema representativo. A ruptura autoritária seria vista, assim, como resultante de uma crise institucional de "paralisia decisória", que teria marcado o mandato de João Goulart. Santos desempenhou um papel destacado tanto na criação do Iuperj, em 1964, como do programa de pós-graduação aberto pela instituição em 1969, viabilizado pelo primeiro convênio com a Fundação Ford e sob o empuxo da reforma universitária. A centralidade de sua atuação revela-se de modo especialmente significativo no exame de alguns textos de caráter programático, nos quais procura definir os cânones da disciplina ainda em vias de se constituir e se consolidar no país" (Keinert & Silva, 2010: 87-88).

amadurecimento do MDB, a aposta na via eleitoral como caminho da transição para a democracia se rebateria no âmbito das pesquisas acadêmicas. A ênfase no sistema representativo revelaria a perspectiva teórica subjacente a essa área de estudos, explicitando o caráter normativo de sua visão sobre a política:

É possível afirmar que a reação do grupo de cientistas políticos aos problemas postos pela conjuntura adversa se expressava em duas linhas básicas de reflexão: de um lado, a de compreender as razões ligadas à emergência do autoritarismo e, de outro, a de delinear uma plataforma política que pudesse orientar a recomposição do regime democrático no Brasil. A realização de estudos direcionados ao sistema político retirava fôlego da expectativa de intervenção ligada ao horizonte das reformas previstas para o momento de transição. Num contexto em que a intelectualidade brasileira estava especialmente sensível à dimensão política, a nova modalidade disciplinar conquistaria legitimidade por sua potencial contribuição prática às diversas ações voltadas à redemocratização do país [...] a obsessão pelos mecanismos formais do arranjo democrático explica-se em função da correspondência valorativa que se estabelecia entre “estabilidade” e “institucionalização política”. Foi justamente no registro da “fragilidade” das instituições de representação que os problemas políticos do país foram formulados, o que se constituiria como fator explicativo predominante acerca dos acidentes da vida pública brasileira. É nesse registro, por exemplo, que Bolívar Lamounier rejeitou as perspectivas historiográficas excessivamente “pessimistas” sobre a sociedade brasileira, justamente no momento em que a transição política em curso exigia, segundo ele, uma disposição favorável no sentido de viabilizar o sistema democrático-liberal. O interesse pela história do país pode ser interpretado em função da dinâmica própria ao mundo intelectual brasileiro, em que a formação das elites de pensamento estava ligada, em geral, ao exercício de construir representações sobre a nação. Em outros termos, as disputas intelectuais podem ser lidas na chave de um conflito por certo ideal de Brasil, o que, amiúde, conduziu os intelectuais à construção de um projeto político para a nação (Keinert & Silva, 2010: 92-93).

Um dos efeitos do cenário pós-golpe foi a busca de novos modelos explicativos que permitissem a compreensão das especificidades de um tempo histórico em que a política assumia relevância central. Nesse contexto, o elogio aos autores do pensamento político-social seria feito no sentido de originar uma versão menos pessimista sobre a história política do que as difundidas pelo PCB e fornecer o argumento teórico e político em favor do processo de reforma institucional, como expresso nas análises de Victor Nunes Leal sobre a viabilidade das instituições liberal-democráticas apesar do histórico clientelismo (Leal, [1948]2012). As novas abordagens procuravam superar, ao mesmo tempo, as leituras dos intelectuais ligados tanto à USP como ao

ISEB sobre as causas do golpe militar, o seu significado e suas condições de perpetuação ou dissolução. São criticadas as explicações que dão demasiada ênfase ao atrelamento das Forças Armadas ao Estado, como instrumento do "comitê executivo da burguesia" ou do capital internacional, e também as insuficiências do nacionalismo como plataforma para análise da relação entre desenvolvimento, política e democracia. Os estudos de Gláucio Ary Dillon Soares a respeito da experiência democrática de 1946 a 1964 (Dillon Soares, 1973) e do papel das Forças Armadas no golpe (Dillon Soares, 2001) e os trabalhos de Edmundo Campos Coelho sobre a identidade do Exército (Coelho, [1976]2000) são representativos desse debate.

Uma análise mais detida sobre os argumentos defendidos de parte a parte entre os herdeiros da USP, do ISEB e a geração mineiro-carioca situada no IUPERJ, ainda está por ser feito. Mas, para o presente momento, vale indicar que o diagnóstico daquela conjuntura passava a frisar que as explicações predominantemente "economicistas" ou "sociologizantes" não dariam mais conta da nova realidade da falência da democracia na periferia capitalista da emergência do "Estado Burocrático-Autoritário" na América Latina. Aos poucos, a "preeminência do Estado" passa a ser a tônica dos estudos nas ciências sociais, onde autores como Gramsci e Poulantzas tornam-se obrigatórios para evidenciar a "autonomia da política" (Forjaz, 1997). Referências que dialogavam também com a problemática da institucionalização como fator de "desenvolvimento político" - sugerida por cientistas políticos norte-americanos ou radicados nos Estados Unidos, como Samuel Huntington e Juan Linz -, e que enfatizavam sobretudo à consolidação do poder público central e dos mecanismos de democracia representativa.

Associado a este posicionamento, os cientistas políticos desta geração buscavam atuar politicamente através da linguagem científica da intervenção técnica, como exemplificam a atuação de Bolívar Lamounier que, em 1985, integra a Comissão Afonso Arinos, encarregada de elaborar o anteprojeto da constituição brasileira, época em que também se candidata a deputado; e a trajetória de Simon Schwartzman, que volta-se para a direção de pesquisas e projetos de políticas públicas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. Estas também são características encontradas na geração de economistas formadas na FACE e apoiados pela Fundação Ford, como Edmar Lisboa Bacha, um dos responsáveis pela elaboração dos planos Cruzado (1985-1990) e Real (1992-1995) e diretor do BNDES a partir de 1995; ou Cláudio Moura e Castro, diretor geral da CAPES entre 1979 e 1982 e assessor do Ministério do Planejamento de 1982 a 1985 (Keinert & Silva, 2010). Assim como a ciência política inaugurava uma nova linguagem para tratar a política, a partir de modelos formais com forte destaque à estatística e à pesquisa empírica, a economia afastava-se da tradição da economia política, em especial das proposições keynesianas, aproximando-se da econometria e incorporando uma linguagem mais formal. Em ambas as

perspectivas se assume a intenção de que os trabalhos científicos de políticas públicas servissem aos governantes como instrumento de aperfeiçoamento de suas decisões (Andrews, 2005; Moreira, 2012). Trata-se, portanto, de um momento de "transição geracional intrínseco à estrutura dos processos de desenvolvimento das ciências sociais, em que as clivagens entre gerações respondem a desacordos que apontam para sentidos conflitantes acerca do grau de especialização e de engajamento público do intelectual" (Keinert & Silva, 2010). Um movimento duplo de afirmação de autonomia disciplinar aliada à criação de um novo discurso sobre a política, por meio do qual se constitui uma "comunidade epistêmica", com "identidade, recursos próprios, hábitos institucionais e linguagens próprias e compartilhadas e formas de expressão e presenças públicas" (Lessa, 2011: 29).

Se na ciência política norte-americana a tendência hegemônica induz a uma radicalização de uma visão técnica e neutra da política, não se replicou totalmente no país o discurso de separação entre o cientista e o militante. Grande parte dos cientistas políticos brasileiros participaram dos debates e movimentos públicos, buscando dar continuidade, em alguma medida, à tradição prévia de pensamento político. Também não há, nesse sentido, uma grande marginalização da teoria política frente a outras vertentes da *rational choice* (em diálogo com a economia), do neo-institucionalismo e da *policy science* (em diálogo com o direito e a sociologia), embora haja tendência à crescente autonomização, como se percebe na diferenciação da área do "pensamento social e político brasileiro" frente aos pressupostos positivistas e utilitários dominantes na disciplina (Schwarcz, 2011). Em convergência com a centralidade da ciência política estadunidense, rejeita-se outras tradições mais próximas à história e à filosofia (França e Inglaterra) e afirma-se a preeminência das teorias que operam com a noção de interesses e de racionalidade instrumental. Uma abordagem que expressa exemplarmente esta última perspectiva, foi defendida por Adam Przeworski, José Cheibub e Fernando Limongi, de que a democracia pode funcionar bem independentemente da cultura: sua sobrevivência e sucesso dependeriam de arranjos institucionais que garantam a rotatividade de chefes de governo e a prosperidade econômica do país (Moreira, 2012).

Mas, em se tratando dos trabalhos sobre a transição democrática são constituídas relações entre institucionalidade e cultura por parte daqueles que investiram na discussão sobre a continuidade do autoritarismo e suas implicações para a efetiva consolidação da democracia. Assim, em estudos que terão profundo impacto na área de estudos sobre crime, violência e punição, Wanderley Guilherme dos Santos e Paulo Sérgio Pinheiro produziram, cada um a seu modo, interpretações que retomam o "pessimismo" dos impasses da sociedade e da política no país. O primeiro, na esteira de suas reflexões sobre a "cidadania regulada" no Brasil (Santos,

1998), interpelando as pesquisas de vitimização realizadas no fim dos anos 1980, interpretou os dados a respeito da pouca notificação à polícia e a baixa procura da justiça para a resolução de conflitos como uma manifestação de "hobbesianismo social":

O quadro resultante seria de 'uma pequena mancha institucional circunscrita por gigantesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar'. São simultâneos e concatenados o institucional, que regulamenta muito, e o cultural, que cria o 'vazio de controle democrático', o 'vazio de respeito cívico'. Ao contrário dos pensadores sociais brasileiros que, na Primeira República, falavam de um Leviatã benevolente e uma sociedade amorfa, porém cordial, benevolente e não-violenta (Lamounier, 1977), Santos descreve o cenário, neste fim de milênio, de um Estado despótico e uma sociedade inorgânica, porém malévola, negadora do conflito e violenta. Suas teses sobre o hobbesianismo social atingem como um rastilho o pensamento brasileiro (Zaluar, 1999: 247).

Esta perspectiva se coadunaria com a reflexão de Alba Zaluar (1999) sobre a “decepção com o popular”, espécie de inversão das expectativas criadas em torno dos novos movimentos sociais em função das dificuldades de organização das classes populares, diante do crescimento da criminalidade urbana violenta e de sua relação com a violência policial. Uma das bases para superar associação entre violência do Estado e cultura política brasileira foi o investimento na expansão dos ideais de direitos humanos ao criminoso comum, a exemplo dos estudos do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro. Como já tivemos ocasião de demonstrar, ele elabora uma reflexão a respeito do "caráter gelatinoso" da sociedade civil brasileira e das ligações entre a persistência do autoritarismo político pela existência de um autoritarismo socialmente implantado (Pinheiro, 1979; 1982). Ambas as interpretações, apesar das diferenças, repercutirão em um conjunto de outras reflexões, seja em continuidade, como nas teses da "cultura do medo" e da "transição democrática incompleta" (Soares *et al*, 1996; Muniz *et al*, 1998), seja em contraste, como no antagonismo com as interpretações do cientista político Antonio Luiz Paixão sobre o caráter e funcionamento das polícias no Brasil. Nas páginas seguintes vamos explorar este contraste, uma vez que ele expressa uma importante vertente de pensamento e atuação sobre a segurança pública que se origina da ciência política implementada pelo grupo geracional mineiro/carioca.

Violência do Estado x Cultura Organizacional: o debate sobre a polícia e a segurança pública na ciência política mineira

Tomando a produção de Paulo Sérgio Pinheiro [“Violência do Estado e Classes

Populares” (1979)] como exemplar de uma perspectiva que chama de “instrumental”, fundada na visão da polícia como instrumento político (legítimo ou ilegítimo) do Estado para neutralizar ou eliminar dissidentes políticos e domesticar as classes subalternas, Paixão pretendeu enfatizar uma abordagem *organizacional*, dando atenção à capacidade da polícia em formular objetivos próprios, dialogar com grupos sociais e instituições e impor suas premissas. Mesmo que a polícia possa se orientar para a vigilância e o controle das “classes perigosas”, os mecanismos desta orientação não estariam explicados pela simples menção aos níveis de repressão incentivados pelo sistema político. Este viés informaria pouco a respeito da agência da polícia e a mediação que ela exerce entre a lei impessoal e o conjunto de cidadãos. A questão central refere-se ao contraste entre o poder policial de “linha” diante da sua “clientela” e a baixa capacidade da polícia em moldar a estrutura institucional da sociedade a suas definições de missão e objetivos (aspecto analisado geralmente em termos de “isolamento” ou “desconfiança” em relação a instituições e grupos centrais na sociedade).

Se não constitui o primeiro estudo sobre polícia, *A organização policial numa área metropolitana* (Paixão, 1982) é pioneiro em questionar os problemas que levam a polícia a ser mais temida que conhecida pelos cientistas sociais brasileiros. O estudo pode ser lido ainda como um programa de investigação sobre a polícia, diante da quantidade de direções apontadas: a relação entre estrutura formal e a micropolítica interna da organização; os problemas da construção de uma carreira policial; o uso privado da função pública (o popular “bico”); o uso legitimador dos órgãos de fiscalização; a diferença entre o policial de carreira e o da linha de frente; a estrutura e funcionamento do distrito policial; a inversão dos formalismos legais de processamento dos criminosos; a questão da “lógica em uso” (estoque de conhecimento utilizado rotineiramente para a identificação, tipificação e seleção da delinquência) e a resistência desta cultura organizacional ao ensino acadêmico; as técnicas de investigação; e as representações do policial sobre si e os outros.

Seguindo este “roteiro”, Paixão aborda a organização policial como “debilmente integrada”, diante da coexistência entre a rigidez de controles burocráticos (centralização, hierarquia, disciplina, princípio de carreira, universalismo e profissionalismo) e autonomia de funcionários de nível hierárquico inferior, que, por exercerem sua atividade fora da observação de superiores, opõem resistência a estratégias formais de controle organizacional, configurando um modelo discricionário, que se desloca da estrutura formal para a realidade prática e de senso comum do policial em suas tomadas de posição rotineiras. Portanto, a integração desta organização não ocorreria segundo o desenho institucional, mas sim por uma “imagem estrutural de características quase feudais”, cuja unidade é constituída por “pirâmides paralelas” ou

“microgrupos” liderados por delegados gerais – com assento no Conselho Superior de Polícia Civil –, que barganham e competem por vantagens pessoais na alocação e promoção de pessoal. Embora os entrevistados façam referência a clivagens ideológicas, definidores de modelos de policial legitimados para posição de liderança, a organização policial seria movida principalmente por constantes “guerras internas” que direcionam tanto as carreiras – a mobilidade ocupacional ocorrendo mais por investimentos políticos bem-sucedidos e menos pela rígida determinação burocrática – como a limitação do poder da autoridade central, que necessita se afirmar perante a composição com estes microgrupos, resultando, geralmente, na mudança constante de secretários.

A estrutura formal burocrática teria, contudo, sua função: o discurso racional permite a polícia apresentar-se como agência de implementação de justiça igualitária, demonstrando que a organização não será capturada por interesses privados da sociedade, ao mesmo tempo em que, com seus códigos disciplinares e órgãos de correição, asseguraria o controle de seus membros segundo o sistema legal. Mas esta imagem da organização diria muito pouco sobre o que efetivamente se passa nos distritos policiais. O “delegado de cúpula” envolvido nas “pirâmides paralelas” deu lugar ao “delegado de ação” e o policial envolvido em desvio de função deu lugar ao policial da “linha de frente”. Nos distritos, é por meio da atividade judiciária que o policial legitima seu lugar na aplicação da processualística penal. Os códigos legais não descreveriam adequadamente a prática do inquérito policial, que seria produzido de trás para frente, antes pela seleção da clientela marginal do que pela identificação do crime a ser investigado. O encaixe e desencaixe entre a lei e a prática policial efetiva emerge, então, como principal problema do funcionamento do distrito policial. A esta questão está associada a necessidade do envolvimento do policial com uma rede de informantes confiáveis do “submundo” da cidade – bicheiros, cafetinas, mendigos, prostitutas. –, personagens que dão surgimento à prática da coerção psicológica e física sobre o “cagoete” ou o criminoso, no sentido da confissão e revelação de novos crimes. Este modelo prático de socialização contrastaria fortemente com o conhecimento adquirido nos cursos formais da Academia de Polícia, logo transformados em cerimoniais de legitimação da organização quando o novo policial começa sua atividade no distrito e incorpora a sua “lógica em uso”.

Esse estado de coisas acabaria por interferir nas representações do policial sobre si e os outros. Uma primeira autoconcepção presente entre os policiais estaria associada ao papel “quase militar” do policial, inserido em uma “guerra contra o crime”. Desse modo, o policial justificaria o uso da violência excessiva como meio de implementação da segurança pública. Uma segunda imagem refere-se à incompreensão da sociedade em relação à missão policial, definida como “função intestinal”: a polícia eliminaria do organismo social aquilo que deve ser rejeitado. Nesse

sentido, o policial seria um “lixeiro da sociedade”. É na comparação com uma justiça lenta, ritualista ou preconceituosa em relação à atividade policial que há espaço para a justificação da perversão da função judiciária por meio da violência policial. Uma terceira imagem é a do policial como “marginal oficializado”. Ela tenta dar conta das reações hostis da população, considerada “masoquista” ao se identificar com o agressor, ou em “decadência moral”, que ganha contorno mais nítido quando se trata do comportamento criminoso das classes médias. Nesse sentido, o próprio policial reconheceria que vários constrangimentos o direcionariam ao exercício de um papel de “mãe e madrasta da pobreza urbana”. Seja pela legislação, pela população mais pobre, pelo poder dos grupos mais abastados da sociedade, ou pelo descrédito do Estado e da política, a polícia estaria impedida de cumprir sua função de universalizar a justiça. A absorção pelo policial, em sua autoimagem, da marginalidade social e política da organização fecha o circuito, constituindo o entrave justificador da ineficiência, do isolamento em relação ao Estado e à sociedade e do trabalho fora da legalidade.

A abordagem de Paixão é ao mesmo tempo herdeira e contemporânea da incorporação da literatura norte-americana para o estudo das organizações e profissões feita por Edmundo Campos Coelho, em especial em sua pesquisa sobre o Exército (Coelho, [1976]2000), onde ele indica os principais elementos definidores das perspectivas instrumental e organizacional através dos problemas envolvidos no estudo das organizações militares no Brasil, não somente por serem estas marcadas por uma relativa inacessibilidade à observadores externos, mas também pela hostilidade de cientistas sociais em relação a uma organização que encarnaria a negação dos valores liberais próprios da profissão:

[...] parece suceder com os sociólogos brasileiros algo semelhante ao observado por Janowitz com relação ao desenvolvimento da chamada 'sociologia militar' nos Estados Unidos. Ali, por longo tempo, os sociólogos julgavam incompatível com suas posturas políticas liberais a análise de instituições ou organizações com caracteres ou tendências autoritários, tal como julgavam ser as militares. Mas há também, no caso brasileiro, uma razão de caráter mais teórico, pelo menos no que diz respeito à produção sociológica mais recente. Refiro-me ao prestígio que desfruta entre os cientistas sociais o paradigma do conflito de classes, em suas inúmeras vertentes interpretativas. Além de conduzir sempre à percepção polarizada do conflito, este paradigma supõe uma concepção instrumental do papel da organização militar: o Exército – e, por extensão, a Marinha e a Aeronáutica – só pode ser o instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais ou, quando muito, o 'extra' num drama político do qual as 'estrelas' não vestem farda nem manejam o fuzil mas que, por isso mesmo, necessitam do soldado para solucionar eventuais impasses de um complicado enredo [...] Em síntese, e de acordo com a concepção instrumental, se deseja prever ou simplesmente

interpretar o sentido do comportamento do Exército, é necessário e suficiente que a investigação se concentre no jogo dos interesses antagônicos das classes sociais. Por aí fica dispensado o estudo da organização militar tomada como objeto de análise em si mesma (Coelho, [1976] 2000: 32-34).

Através desta perspectiva, Coelho se contrapõe às interpretações de intelectuais ligados tanto ao ISEB (Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré) como à USP (Octávio Ianni e Gabriel Cohn) sobre a relação entre correntes no interior das Forças Armadas e a estrutura de classes sociais. A sua crítica incide na suposição de elevado grau de "abertura" do Exército aos influxos da sociedade, como instrumento do poder político ou em correspondência da sua composição interna e os interesses de classe. Em todas as interpretações faltariam às Forças Armadas interesses e objetivos próprios. Em resposta, Coelho propõe que o "instrumentalismo" seria menos um estado natural ou de um determinismo histórico e mais uma estratégia ditada por posições relativas de poder. Diante do peso dos interesses próprios e aquisição de graus elevados de autonomia, o Exército reuniria condições para o fechamento frente aos influxos da sociedade civil, recorrendo a estratégias de compromisso e de cooperação com os segmentos do ambiente externo que controlem os recursos escassos necessários à viabilização dos seus objetivos próprios. Seria necessário, nesse sentido, abandonar esquemas conceituais que tomam como referência da avaliação da eficácia de uma organização o grau em que ela satisfaz demandas externas: "Organizações não servem a objetivos, mas são servidas por eles [...] os objetivos são frequentemente redefinidos, eliminados, adicionados ou simplesmente abandonados como estratégias de implementação da capacidade competitiva das organizações" (*Ibidem*: 43-44). Com o desenvolvimento e o aumento em complexidade da divisão social do trabalho, as organizações teriam se tornado as unidades básicas de estratificação. A sua sobrevivência e expansão seriam fatores fundamentais para a explicação dos processos políticos.

Com base nestes elementos, Coelho formula uma interpretação sobre a implementação da ditadura de 64 a partir da busca cada vez maior de espaços de poder por parte do Exército como alternativa de ação em um quadro de alienação e de crise de identidade militares que teria se produzido no contexto político no início dos anos 60:

[...] em vez de afirmarem seus compromissos com a sociedade que os marginaliza, ou com o regime que agrava seus problemas com a breve transitoriedade de governantes demagógicos e com as crises políticas sucessivas, os militares se voltam para entidades abstratas e permanentes tais como a Nação [...] estas doutrinas de nacionalismo militante

permitem a coexistência dos aspectos seculares da profissão militar com os critérios absolutistas tradicionais da profissão. Oferecem, por outro lado, as condições estruturais para a integração dos militares na sociedade [...] os militares encontram as condições de participação, sem o risco de incorrerem [...] nos custos da participação numa sociedade secular onde o nível de conflito, real ou potencial, é relativamente alto. Para os militares, estes custos podem ser os de indisciplina interna, ameaças à hierarquia ou decadência profissional, todos eles produzidos pela injunção às regras do jogo político da sociedade civil [...] o potencial conflitivo dos processos competitivos significa uma ameaça de transformações estruturais na organização militar demasiadamente profundas para serem bem aceitas. No caso de organizações fechadas e com elevado poder coercitivo, tais como o Exército, a tendência predominante será a de estender o controle da organização a setores cada vez mais amplos do ambiente externo, como alternativa mais viável às transformações internas de estrutura. Não é de surpreender, pois, que o estabelecimento de um regime autoritário para a redução do nível de conflito, tal como o que foi implantado no Brasil em 1964, penetre naturalmente, e em posição privilegiada, na ordem das alternativas disponíveis para uma organização militar poderosa (*Ibidem*: 153-154).

Percebe-se no texto a crítica ao ideário nacionalista dos anos 50 que incide ao mesmo tempo em uma problematização das apostas de democratização do regime feitas por intelectuais e nos limites das abordagens por eles veiculadas:

Certamente, a análise organizacional não é terreno fértil para o discurso moral, provavelmente porque toda uma volumosa literatura não tem podido produzir a evidência de que a eficácia organizacional seja compatível com processos democráticos – intra ou interorganizacionais – pelo menos no contexto de uma política de escassez. Estas últimas observações vêm a propósito de argumentos correntes que tratam do atual regime político brasileiro e de seu provável desdobramento. Ao nível abstrato dos princípios, onde o consenso é facilmente obtido, formas mais democráticas de vida política têm sido postuladas como anseio nacional, apesar da ambiguidade básica que cerca o conceito de democracia (*Ibidem*: 44).

Esta última citação parece anteciper uma questão central para os estudiosos das políticas públicas de segurança nas décadas seguintes: a da definição da democracia como regime político no nível da cultura política e especialmente no da governança dos procedimentos burocráticos e operacionais que cercam o mandato das organizações da área. Esta será a ênfase dos estudos que Paixão e Coelho desenvolverão a respeito da criminalidade, da polícia e do sistema penitenciário, no Rio de Janeiro e em Minas. A partir da contestação da causalidade entre crime e pobreza em *A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade* (Coelho, 1978a) são

lançadas as bases para descolar a violência criminal dos determinantes comumente postos, investindo na crítica da construção os dados oficiais da criminalidade pelas organizações de segurança pública e justiça criminal, tanto no sentido dos recortes culturais de seleção dos comportamentos criminalizáveis, como do aperfeiçoamento dos dados estatísticos como forma de mensuração objetiva dos fenômenos. Como hipótese subjacente estava a ideia de que todas as classes sociais praticariam delitos, mas apenas os crimes dos pobres acabavam sendo contabilizados nas estatísticas oficiais. De forma não desprovida de ambiguidade, os dados oficiais seriam, ao mesmo tempo, expressão do *modus operandi* de uma instituição e parâmetro da realidade objetiva, quando se alcançasse a depuração de seus vieses.

Dessa maneira, em *Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978* (1983), Paixão pretendeu dar uma resposta mais fundamentada à percepção generalizada de medo e insegurança através do exame dos dados estatísticos. Haveria correspondência entre essa percepção e o crescimento real da criminalidade? Que peso tipos específicos de crime teriam nessa equação? Quem são os criminosos? Quais os problemas envolvidos no uso de estatísticas oficiais para o estudo da criminalidade? Dialogando com um modelo de explicação baseado nas relações entre urbanização e criminalidade - envolvendo a desorganização promovida pela urbanização, a frustração e opressão advinda da situação de pobreza frente aos altos níveis de aspiração surgidas da modernização da sociedade -, o autor afirma a existência de correlação positiva entre marginalidade urbana e comportamento criminoso, ao mesmo tempo em que contesta as próprias estatísticas nas quais se baseia, indicando a contaminação dos dados pela “lógica em uso” das organizações policiais. A ideia de que para acabar com a criminalidade seria preciso antes acabar com a pobreza recebeu como resposta que o problema não estava na pobreza ou na privação social e econômica, mas na criminalização da marginalidade efetuada pelas instituições.

Este argumento será utilizado por Coelho (1987) em pesquisa sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Realizada durante o primeiro governo Brizola, a pesquisa proporcionou uma oportunidade de análise das suas políticas de democratização do sistema prisional, percebidas pela opinião pública da época como causas da crise no setor: as comissões de presos, criadas para dialogar com a administração prisional, ao mesmo tempo em que fomentava o descontentamento entre funcionários e diretores frente à tentativa de regulamentação das práticas de gestão internas, acabaram sendo ocupadas por lideranças de quadrilhas e capturadas pela dinâmica de suas disputas no interior das prisões cariocas. Como resultante do processo, os setores políticos mais conservadores conseguiram apoiar a revogação dos processos em marcha. Para Coelho, este quadro sinalizava para o caráter inócuo das tentativas de humanização da instituição prisional, sistema baseado na violência, agravada pela situação de insuficiência da administração

brasileira no provimento das necessidades básicas de sobrevivência na prisão por parte do Estado. Esta situação fomentaria uma economia ilegal que acabaria por enfraquecer a autoridade e a legitimidade do poder público na aplicação de medidas de ressocialização e fortalecer o recurso à força para evitar os cenários mais graves de crise. A prisão seria marcada pela contradição entre os objetivos da recuperação e da punição e o seu funcionamento pela imposição de poder em constante possibilidade de erosão pela necessidade de negociar com lideranças da população carcerária na manutenção da ordem interna. Coelho (2005) é também responsável por um dos primeiros trabalhos sobre a trajetória das organizações de presos e sua conversão em organização criminosa no Rio de Janeiro. A formação do Comando Vermelho é abordada tendo em vista as mudanças decorrentes da substituição das lideranças fundadores, ligadas ao assalto a bancos, por traficantes. O poder exercido pelos assaltantes, baseado na necessidade de união dos presos contra a violência institucional, foi sobrepujado por um padrão clientelístico (melhoria nas instalações, promoção de jogos, festas, favores) garantido pelo poder dos recursos financeiros mobilizados pelo tráfico, que então surgia como promessa de ascensão e lucro para o preso comum.

Segundo os mesmos princípios, Paixão também investe no estudo sistema prisional e do desenvolvimento das organizações criminosas em seu interior, estendendo as comparações entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e também para São Paulo. Em *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso* (1987), em especial no capítulo *Falanges vermelhas, serpentes negras e a ordem prisional*, Paixão argumenta que as organizações criminosas de presos não decorriam das políticas de humanização dos presídios, mas da modernização da criminalidade urbana, que impunham níveis elevados de organização, inclusive reivindicatória, e eficiência. Formas mais rigorosas de manutenção da ordem na prisão por parte das autoridades públicas não evitariam a formação destas organizações. Imanente à prisão estão as condições para a constituição de grupos e de lideranças que disputam o controle sobre os recursos e as oportunidades para o domínio da população prisional.

Mas será em *Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania* (1988) que Paixão, dialogando com o acúmulo de estudos na área, ensaiará uma síntese de sua interpretação sobre as relações entre a construção do problema público do crime, o funcionamento do sistema de justiça criminal e a questão política da democracia no Brasil. No debate dos anos 1980, a evidência do problema da criminalidade contrastaria com a marginalidade do tema na agenda dos cientistas políticos, que se voltaram para as relações entre capitalismo, Estado e regime político e para a avaliação das interações de partidos, empresários, militares e sindicatos na arena política. Esperava-se que do embate entre estes atores resulte a emergência de modelos políticos e sociais mais igualitários e menos repressivos, capazes de eliminar os custos da

criminalidade e o arbítrio das instituições de controle social. Contribuiria ainda para o divórcio entre a análise política e o estudo do controle da criminalidade

[...] a emergência, no campo da criminologia, de uma 'ciência normal' derivada das pressuposições positivistas. Decorreu desta perspectiva uma nítida disjunção da teoria do crime e da teoria do estado: as preocupações de natureza etiológica da sociedade criminal e o privilegiamento, que as acompanhou, dos mecanismos 'naturais', 'emergentes' de controle social eclipsaram o papel da autoridade politicamente organizada na produção e imposição da ordem social. Resulta daí uma clara despolitização do estudo do crime e sua punição. Por outro lado, as abordagens teoricamente mais sensíveis ao papel das organizações públicas de controle social na rotulação e no processamento de atores criminais elegeram o estudo de microeventos e interações como o nível preferencial de análise da realização prática da ordem social, distanciando-se, assim, consideravelmente das preocupações de natureza estrutural e histórica da teoria política (Paixão, 1988: 168-169)

É no sentido de romper o descompasso entre a análise macropolítica e o estudo do crime e das políticas de segurança pública que Paixão examina três temas: as relações entre a criminalidade e a constituição de regimes democráticos com base nos casos "clássicos", especialmente o da Inglaterra; a institucionalização da ordem legal como representação da ordem social; e o modo de execução das atividades práticas de controle social. Assim, definindo a consolidação da ordem democrática como a coexistência do controle institucional do uso privado da violência na resolução de conflitos e da contenção do uso de violência pelo Estado através de normas explícitas e efetivas, o autor se indaga: "Em que sentido o crime e a violência urbana afetam a construção e a consolidação da democracia?" (*Ibidem*: 170). Para responder a questão ele propõe distinguir, de início, duas formas de violência: as modalidades de violência coletiva, como as revoltas e motins, e o "crime das ruas", cujo exemplo típico é o assalto. Com isto, a pretensão é esclarecer dinâmicas que aparecem de modo sobreposto na representação de violência urbana.

Paixão chega a considerar as potencialidades dos cursos de ação violentos expressarem repertórios de ação coletiva, mobilizações que reivindicam da autoridade pública a defesa de direitos tradicionais ameaçados pela expansão do mercado e pela penetração do estado nas comunidades, ou a demanda de direitos ainda não experimentados mas moralmente justificados. Mas em países de democracia consolidada a extensão dos direitos civis, sociais e políticos às classes baixas e a institucionalização dos canais de participação política teriam transformado esta estratégia em um anacronismo, contrastando com a situação brasileira onde as revoltas e tumultos populares não resultaram na elaboração de organizações políticas capazes de garantir algum espaço institucional para as classes populares negociarem com as elites a extensão dos direitos de

cidadania. Historicamente, as reivindicações populares foram tratadas através de medidas de controle repressivo das "classes perigosas".

Esta herança, por sua vez, repercute um tema clássico da sociologia urbana, o da relação entre criminalidade e desordem, cuja lógica seria bastante conhecida: os processos rápidos de industrialização e urbanização concentrariam, nas grandes cidades, uma aglomeração crescente de migrantes pobres sem experiência urbana, que experimentariam a dissolução de vínculos sociais e o colapso de controles normativos tradicionais. Dentro desse contexto, ao se depararem com a contradição entre suas aspirações e as poucas alternativas legítimas de realização, eles estariam mais expostos ou dispostos ao "ócio, ao vício e ao crime". Uma interpretação alternativa define a entrada em carreiras criminosas como uma estratégia de sobrevivência dos pobres urbanos no interior das contradições do desenvolvimento capitalista em países periféricos. A produção de tendências criminógenas nos extratos inferiores do exército industrial de reserva, dramatizadas publicamente, funcionariam como reforço da dominação ideológica. Em ambas as explicações, haveria uma relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade – especialmente contra o patrimônio. Desse modo, de acordo com Paixão

Os estudos quantitativos de autores de crimes e populações prisionais no Brasil reafirmam, empiricamente, a crença generalizada dos cientistas sociais e do homem comum na associação entre desigualdade e injustiça na distribuição dos recursos sociais e comportamento criminoso. As consequências políticas desse sistema de crença são evidentes: a ameaça representada pelas ondas de crime resulta de desigualdades estruturais e da internalização, pelos pobres urbanos, das pautas culturais da sociedade de consumo de massas e, portanto, deve ser conjurada por mudanças substantivas na distribuição dos recursos sociais. Enquanto as condições existenciais da pobreza não forem afetadas pelas políticas distributivas do estado, cabe a este vigiar atentamente os nichos ecológicos da recalcitrância à lei e à ordem e dissuadir, pela punição certa e severa, a incorporação de novos contingentes às classes perigosas (*Ibidem*: 171).

Mas, apesar de seu apelo ideológico e aparente verificabilidade, estas teses não explicariam a "banalidade do comportamento criminoso em todos os estratos sociais", nem as razões da escolha da conformidade aos padrões convencionais de comportamento pela ampla maioria dos pobres urbanos. Por fim, a crítica ao uso das estatísticas oficiais de criminalidade, como resultante de atividades e decisões práticas de atores diferentemente situados no sistema de justiça criminal revelaria o "caráter mitológico" da afinidade entre pobreza e crime. Reiterando o argumento dos estudos anteriores, na medida em que a atividade prática da política se orienta por um estoque de conhecimento de senso comum, ideologias e estereótipos sobre o delinquente que

reforçam o lugar da marginalidade urbana como objeto preferencial de vigilância e inspeção, a correlação entre pobreza e criminalidade assumiria os contornos de uma "profecia autocumprida". Em suma, a vulnerabilidade dos pobres a práticas organizacionais discriminatórias do sistema de justiça criminal e não a tendência ou motivação de pobres à prática de crimes seria a chave do argumento. Com base nas abordagens microssociológicas da rotulagem (*labelling theory*) seria possível discernir as interações entre indivíduos, grupos que atuam como "empresários morais" em "cruzadas" que conduzem à cristalização de atos rotulados como criminosos e desviantes pelas agências de controle social.

Entretanto, por mais que tenham um significado político, como escolha prévia de bens jurídicos a serem protegidos, nem todo crime teria um sentido político, a exemplo dos crimes que atingem os pobres, cuja reivindicação por proteção policial sinaliza para o papel da lei também como garantidora de direitos e não apenas como tradução de interesses de classe. A polícia é uma invenção política que surge como meio racional de controle social e implementação de uma imagem dominante, cultural e politicamente, de ordem pública em meio à dupla ameaça da criminalidade difusa e da violência coletiva. É nesta interseção que se situam os dilemas da polícia em sociedades democráticas:

Gostaria de chamar a atenção para o dilema da polícia na ordem democrática numa sociedade marcada por hiatos sociais pronunciados. O papel político mais significativo da polícia talvez seja o da socialização política da 'periferia' – no caso brasileiro, o domínio organizacional da polícia abrange até assistência médica e social aos pobres urbanos e sua presença, ainda que temida, é percebida como necessária. O dilema da polícia pode ser traduzido em duas dimensões: como transformar a polícia em instrumento politicamente neutro (a dimensão do controle sobre a organização) de produção de ordem pública, quando esta, em sua definição mesma, estigmatiza grupos particulares na sociedade (a dimensão do acesso e dos vieses culturais e políticos)? Implícito nesta formulação está o problema mais geral dos direitos civis como restrição ao mandato policial – ou de demarcação das fronteiras entre o estado policial e a democracia. Este é um sistema de legalidade, da qual a polícia é (ou deveria ser) um instrumento. Mas deve resultar da atividade policial a implementação de alguma ordem pública – que pode, potencialmente, se descolar dos critérios legais (*Ibidem*: 178).

O caso da polícia inglesa – criada como uma burocracia de profissionais cujas atividades se voltaram tanto para a repressão da violência coletiva das "classes perigosas", como para a prevenção da criminalidade rotineira através da vigilância sistemática das interações sociais "locais" através de uma abertura maior à negociação sobre as características da ordem pública a ser construída -, é o principal exemplo mobilizado por Paixão para o contraste com modelos de

polícia que se configuraram como instrumentos de autoridade centralizada e absolutista ou como variantes pré-modernas deste modelo. Este seria o caso das polícias no Brasil: emergiria da pesquisa qualitativa de departamentos policiais e delegacias, um modelo "discricionário" de organização. O "pessoal de linha" tem ampla margem de autonomia decisória e flexibilidade de comportamentos, contrastando com as características do modelo burocrático, que evoca a imagem de uma organização orientada pela aplicação de regras impessoais a casos concretos, através de procedimentos formais controlados por autoridades profissionais e audiências externas. No Brasil, as atividades práticas de vigilância e investigação se deslocariam de controles formais e a estrutura burocrática se tornaria um "mito legitimador"; um relato, para públicos externos, da conformidade institucional a regras racionais. Sendo a atividade policial, em qualquer parte do mundo, uma constante negociação circunstancial do significado da lei e da ordem nos encontros cotidianos entre policias e seus clientes, a característica apresentada pelas polícias brasileiras seria bastante problemática. Diante do caráter altamente discricionário, a polícia, "armada de um sistema de crenças que confunde legalidade com valores morais de classe média" (*Ibidem*: 188), volta-se para a vigilância de populações definidas socialmente como focos potenciais de criminalidade.

Os estudos empíricos evidenciaram ainda outro dilema mais profundo para a garantia dos direitos civis no Brasil: as características das práticas policiais deveriam menos ao arbítrio de policiais despreparados, brutais e corruptos e mais à cultura jurídica assumida pelo sistema processual penal, que conceberia a estrutura social brasileira de forma hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população. Enquanto a Constituição define formalmente a igualdade de direitos, à polícia caberia "a difícil tarefa de selecionar quais indivíduos têm 'direito' aos seus direitos constitucionais enquanto 'pessoas civilizadas', e quais não têm" (*Ibidem*: 179). Mas, apesar desta coerência às avessas, as pesquisas na área demonstrariam que o sistema de justiça criminal seria melhor descrito como uma arena de conflito e negociação de segmentos organizados pouco articulados, ao contrário dos modelos macrossociológicos, que pressupõem um alto grau de coerência e integração de estrutura e funcionamento.

Não temos a pretensão de estabelecer uma completa identidade entre os trabalhos de Paixão e Coelho. As diferenças entre suas contribuições precisariam de um trabalho à parte. Mas tornam-se evidentes a comunhão de referências, perspectivas e interesses entre os dois, que ganham um sentido tanto teórico-metodológico, com a incorporação da literatura norte-americana sobre organizações, criminalidade e prisão, como político, uma vez que se dirigem a temas candentes para o debate público. Uma visão localizada da produção destes cientistas sociais não seria viável diante da intensificação dos intercâmbios entre Minas e Rio, como sinalizado desde o

início do capítulo e também no capítulo anterior, quando destacamos a aliança entre Paixão e Zaluar na discussão sobre a evolução da criminalidade no Rio de Janeiro. Uma referência que nos faz retomar que o sentido do combate intelectual em nome de maior rigor metodológico e profissionalização envolve a crítica simultânea dos posicionamentos de intelectuais de origem isebiana, como Hélio Jaguaribe e seus diagnósticos sobre a violência urbana, vistos como reiteração de medidas duras e autoritárias no contexto carioca; e Wanderley Guilherme dos Santos e sua tese "culturalista" a respeito do "hobbesianismo social" no Brasil; e dos limites das perspectivas associadas à militância em direitos humanos promovidas por cientistas políticos como Paulo Sérgio Pinheiro.

Uma síntese destas três críticas foi desenvolvida por Paixão e Cláudio Beato Filho em *Crimes, vítimas e policiais* (1997). Em diálogo com a literatura sobre a constituição de uma "cultura cívica" como requisito para a consolidação democrática (Almond & Verba, 1965), os autores analisaram dados de vitimização para interpretar as conexões entre comportamento e atitudes de populações afetadas diretamente pelo crime e suas avaliações da polícia. Os dados sugeririam a existência de um padrão de conflitos que raramente chega ao conhecimento da polícia: os que se desenrolam no âmbito das relações privadas, no ambiente doméstico ou entre pessoas conhecidas. Uma das teses mobilizadas para interpretar estes dados afirmaria que a sociedade brasileira é avessa ao conflito institucionalmente canalizado. Teríamos um grau de participação política e social que não ultrapassaria os limites de uma pequena parcela da população. As camadas mais pobres do país viveriam em um estado de "hobbesianismo social", em uma bolha de indiferença em relação a um Estado excessivamente legislador e regulatório, diagnóstico que lançaria avaliações pessimistas diante do cenário de construção da democracia no país.

Em contraposição, os autores afirmam que a recusa do amparo do Estado para a resolução de conflitos não invalida a hipótese de que existem motivações racionais para se acionar a polícia para a resolução de conflitos. Não estaríamos, portanto, diante de um "estado de natureza", mas de uma ordem estruturada a partir de fatores culturais, que pode ser traduzida no dilema brasileiro da igualdade e legalidade no plano político institucional e da desigualdade, hierarquização e violência no plano das relações entre classes.

Em um quadro de admissão da violência no âmbito das relações privadas e familiares, a ocorrência da desordem no âmbito público geraria demandas que admitem a atuação discricionária e arbitrária da polícia. Esta dupla lógica, excludente e particularista, legitimaria a prática de "justiçamentos", "polícias mineiras" e terminaria por contaminar a atuação policial sob a demanda de justiça e ordem apesar da lei. O que é geralmente tomado como indicador de ineficiência do

trabalho policial seria resultado desta ambiguidade: as pessoas não recorreriam à polícia apenas por temor ou descrença, mas por se recusarem a admitir a interferência do Estado em sua vida privada, o que não se diferenciaria muito das reações observadas em democracias consolidadas:

[...] nossa discussão sugere a possibilidade de manutenção de sistemas de ordem sem referência estatal. Mecanismos de controle operam em vários níveis, nos quais a estrutura legal convive ao lado de regras organizacionais, das normas advindas de forças sociais, dos contratos controlados pelas partes interessadas e da dimensão ético-pessoal (cf. Ellickson, 1991). Qual desses níveis será evocado é resultado de contextos específicos e matéria de deliberação empírica por parte dos atores envolvidos numa situação de conflito. Dito em outras palavras, trata-se de um cálculo racional em que as partes envolvidas ponderam os custos de uma decisão de envolver o nível formal e legal quando podem recorrer a outras esferas privadas, paroquiais e locais de resolução de conflitos. Na avaliação desses custos, elementos de ordem cultural parecem emergir na implementação das regras legais e normas sociais em contextos específicos de ação. Isto coloca-nos diante de alguns paradoxos cruciais do ponto de vista da análise de processos de controle social: o primeiro deles tem a ver com a emergência de sistemas informais, nativos de controle como resposta à percepção de populações das instituições do sistema de justiça criminal como preconceituoso, enviesado e arbitrário na provisão de justiça e paz (cf. Santos, 1982); outro refere-se à desconfiança, quando não ao medo das populações, especialmente de baixa renda, em relação a certos atributos do trabalho policial. Este ponto tem sido excessivamente explorado na vasta "literatura de acusação" produzida pela sociologia do crime no Brasil que passa ao largo de uma inquietante descoberta empírica: o arbítrio e a violência podem ser resposta do policial a demandas da população especialmente de baixa renda (Paixão & Beato Filho, 1997: 12-13)

Os valores conservadores e tradicionais expressos nessa lógica cultural delimitariam o âmbito de atuação do sistema de justiça criminal, de modo que a polícia e a justiça afetariam minimamente as taxas de criminalidade e tampouco se orientariam pelas regras que conteriam a irregularidade da força na produção de ordem. A longa tradição de uma "polícia de gente", dócil em relação aos privilégios de classe e status, e de uma "polícia de moleque", utilizada na domesticação das rebeldias individuais e coletivas das classes baixas teria traduzido o problema do controle social coercitivo nos termos da redução do poder da polícia como condição de construção da democracia. Porém, mais do que o dilema da domesticação da polícia e de abertura do judiciário às classes populares, o problema público da criminalidade no Brasil incidiria para um cenário de privatização da segurança, expresso nas práticas de justiça, extermínio e no "modelo de controle implementado pelo crime organizado na periferia social". Frente a este cenário, a indignação moral diante da brutalidade da polícia não seria suficiente: "A crítica

humanitária aos métodos violentos de trabalho da polícia não poderia negligenciar os efeitos devastadores da baixa efetividade das organizações do sistema de justiça criminal" (*Ibidem*: 02). Seria necessário reforçar as "articulações positivas entre polícia e cidadania" a partir da "consideração realista do Estado e suas organizações como 'instrumentalidade institucional' de provisão de justiça e paz" (*Ibidem*:13).

Este retrospecto teórico parece suficiente para indicar as afinidades flagrantes entre a abordagem organizacional da ciência política e a valorização das instituições policiais, especialmente em Minas Gerais, mas também no Rio de Janeiro, cenários que tornaram-se a ponta de lança de uma ênfase particular na articulação entre universidade e políticas públicas e em uma sociologia de tipo aplicado. Analisaremos a história da *Fundação João Pinheiro* e do *Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública* (CRISP/UFMG) como principais herdeiros desse percurso.

Ideologia profissional e reforma gradual na segurança pública mineira: alianças entre universidade e polícias

O processo de redemocratização iniciado nos anos 1980 originou tendências de reforma do aparelho policial por grande parte dos estados brasileiros. Em Minas Gerais elas se voltaram especialmente para a institucionalização do policiamento comunitário como filosofia de ação e da descentralização de poder e comando (Batitucci, 2013). Na virada das décadas de 80 e 90, contudo, estas tendências ainda não teriam sido capazes de modificar profundamente as concepções e modos de agir necessários à uma reforma mais ampla, tornando-se presas das divisões entre as culturas do policial de rua e da administração. O insulamento destes espaços organizacionais seria uma das razões da crise do modelo militar de organização, descortinada pelo movimento grevista de 1997, que conduziu a revisão dos regulamentos disciplinares, princípios doutrinários e premissas operacionais. Como resposta à crise, a elite da PMMG se abriu para referências externas, no sentido de implementar uma maior tecnificação e profissionalização do planejamento operacional, com a utilização de sistemas de informação georeferenciados para o diagnóstico e previsão de metas, em paralelo à maior participação comunitária através dos conselhos comunitários de segurança pública e à descentralização da execução do policiamento na cidade de Belo Horizonte. Os anos 2000 marcaria a renovação da produção doutrinária da PMMG, que teria abandonado grande parte do discurso militar e enfatizado a linguagem técnica associada à valorização da garantia dos direitos humanos no exercício da prática policial:

A análise da doutrina da PMMG evidenciou um grande desenvolvimento nos últimos 40 anos. De uma organização aquartelada, voltada primordialmente para as atividades de infantaria, a PMMG construiu todo um arcabouço doutrinário dirigido à atividade policial, se complexificando, do ponto de vista da sua estrutura, dos mecanismos de coordenação e controle, e das relações com a sociedade. [...] a evolução institucional e doutrinária da PMMG evidencia forte incorporação de princípios e valores desenvolvidos através do amadurecimento do modelo profissional-burocrático de policiamento – que a levaram, de uma concepção essencialmente militar, voltada para o enfrentamento a um inimigo difuso e pouco perceptível, para uma concepção técnica, voltada para as características específicas do policiamento como atividade profissional (*Ibidem*: 15).

A articulação entre universidade e polícia será um dos principais vetores destas mudanças. Desde 1985, a Fundação João Pinheiro promove cursos de especialização em segurança pública para oficiais superiores da PMMG, convertendo-se em canal de implementação das propostas de reforma. Um dos responsáveis por esta aproximação foi Paixão que, na esteira de suas reflexões sobre as mudanças necessárias para que a polícia cumprisse seu papel como instituição fundamental para a democracia:

[...] se juntou ao coronel Klinger, da Polícia Militar de Minas Gerais que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do Klinger com parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia de que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. Há um artigo importante, que conta um pouco dessa história – que é um dos mais bem-sucedidos processos de reforma de polícia na América Latina – e aponta para o fato de que não se reforma a polícia do dia pra noite. Você vê que essa coisa começou em 87/88 e somente 15 anos depois é que você começa a colher esses frutos. É interessante perceber que fui aluno do Paixão e do coronel Severo, um dos principais artífices da transformação da PM em Minas, era ajudante de ordens do coronel Klinger e fez parte da primeira geração de oficiais que foi formada fora das academias. Isso tem um impacto enorme do ponto de vista das reformas das polícias; para mim é uma lição de como mudar as polícias. Você não faz isso por decreto, este tipo de mudança tem que ser feito por dentro (Beato Filho In: Lima & Ratton, 2011: 285).

O depoimento é do cientista político Cláudio Beato, o principal herdeiro do legado de Coelho e Paixão em Minas Gerais. A referência feita aos Coronéis Klinger e Severo, por sua vez, o insere nas redes de reforma interna por parte de policiais, cuja expressão maior em termos intelectuais foi a criação, em 1983, do periódico profissional "O Alferes", editado pela Academia

de Polícia Militar, no qual se buscava uma respostas às "crise de insegurança" (Almeida, 1987) através da associação entre aperfeiçoamento profissional e pesquisa científica (Machado, 1984), tendo como princípio o "triângulo de excelência" : "A ciência leva à eficiência e esta por sua vez, garante a sobrevivência." (Espírito Santo e Meireles, 2003: 210 *apud* Silva, 2009; Rolim, 2008). No ano seguinte à fundação da revista se consubstancia a aproximação com a Fundação João Pinheiro e com a UFMG através de professores que passam a lecionar nos cursos da Academia de Polícia Militar (Batitucci, 2013), quando Beato se insere após seu período de formação na UFMG e no IUPERJ. De acordo com o espírito da época, ele se voltará para a implementação, na universidade, de um modelo de organização da ciência contrastante com a ênfase no "artesanato intelectual" e para a articulação com o universo das políticas públicas:

No começo da década de 1990, participei de projeto de pesquisa inicialmente coordenado pela professora Laura da Veiga, junto com meu colega Antonio Luiz Paixão. Era um estudo organizacional dos grupos de pesquisa científica [...] Nossos resultados indicaram que, menos que questões epistemológicas, os fatores mais importantes para a explicação das diferenças entre pesquisadores da área de humanas e exatas estavam na divisão do trabalho entre pesquisadores e estudantes de graduação e pós, efetuado por equipes, e no grau de tecnologia envolvido nas atividades científicas [...] Ao término da pesquisa sobre a organização da ciência, eu e meu parceiro, professor Antonio Luiz Paixão, começamos a pensar em uma perspectiva mais aplicada nas ciências sociais. Já estávamos trabalhando com o professor Renato Assunção, do Departamento de Estatística, e com o Geraldo Magella, da Fundação João Pinheiro. Das preocupações com a base social do conhecimento científico, nos voltamos para um enfoque mais empírico de estudos de violência e criminalidade. Era importante passarmos de uma discussão mais teórica e distante dos problemas efetivos de segurança pública para uma agenda mais propositiva na área. Sempre me chamou a atenção como preferimos discutir o conceito de justiça a desenvolver algumas maneiras de pô-la em prática [...] Fomos obrigados a sacudir o provincianismo intelectual e iniciar um processo de inserção no debate internacional. Para o bem ou para o mal, o artesanato intelectual foi confinado ao terreno importante, mas estrito, da crítica crescentemente ideológica e muitas vezes partidária. Os tempos exigiam novas formas de conhecimento e de capacidade crítica e transformadora nas ciências sociais. Essa lição foi decisiva quando começamos a estruturar o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) (Beato Filho In: Lima & Ratton, 2011: 283-286).

Assim, a sinergia entre a PM, a Fundação João Pinheiro e a UFMG em torno de cursos de formação e diagnósticos da criminalidade resultou na criação, em 1999, do CRISP, que procura produzir conhecimento com base na criação de indicadores estatísticos e em uma sociologia

urbana de viés aplicado, de importância como modelo representativo de uma tendência de aproximação entre universidade e gestores da área de segurança pública. A atuação do centro se baseia em duas ênfases: por um lado, na crítica às explicações convencionais sobre a criminalidade e promoção de um modelo ecológico de análise de contextos de oportunidade para a prática de determinados crimes; por outro, na adoção de princípios de construção de políticas públicas e reforma institucional na segurança pública relativamente autônomas de uma explicação acerca das causas da criminalidade.

Quanto a primeira ênfase, o foco recai na crítica aos estudos que enfatizam as características sociais dos criminosos como preditores das violências cometidas. O baixo grau de integração moral produziria o crime, creditando-se ao delinquente uma agressão ao consenso normativo da sociedade a exigir o imperativo da punição para o restabelecimento dos valores centrais da moralidade social. Outra concepção similar investe nos grupos economicamente destituídos como origem dos agentes de crimes violentos e de suas vítimas. Além de um argumento moralmente ambíguo, que procura combater a pobreza, a desigualdade e a miséria associando-a a ameaça à tranquilidade das classes média e alta, as análises sobre dados de criminalidade e violência ou sobre a população prisional não demonstrariam associação nem com o crescimento do desemprego nem da migração no Brasil durante a década de 80. "Aparentemente, o que está ocorrendo é um paradoxo: o incremento dos indicadores sociais bem como a estabilidade das instituições políticas encontram incômoda companhia no crescimento das taxas de criminalidade nos grandes centros urbanos [Paixão (1988)]" (Beato Filho & Reis, 2000: 03).

Esse paradoxo conduziria à crítica dos argumentos veiculados pela sociologia do crime, pela criminologia brasileira e por *policy-makers*, em especial os decorrentes da crença que fatores socioestruturais, principalmente de natureza socioeconômica, seriam as causas do fenômeno criminal, a ser combatido seja através de uma ampla reforma social, seja da reforma individual, pela reeducação e ressocialização do criminoso. Associada a esta crença se alinhariam o argumento da relação do crime com a incapacidade do Estado no provimento de serviços públicos essenciais e com a recessão econômica e taxas de desemprego:

Uma parte dessa crença provém de uma questão bastante discutida no Brasil já há duas décadas a respeito da afinidade entre pobreza e crime [Pinheiro (1983)]. Não obstante as inúmeras vezes em que a afinidade entre esses fenômenos foi rechaçada, ora em referência a inconsistências teóricas ora às suas insuficiências empíricas [Coelho (1978), Paixão (1990) e Zaluar (1985)], essa discussão ainda permanece no cenário de nossos formuladores de políticas. Trata-se de argumento de grande apelo

sensitivo, dado o enorme déficit brasileiro na promoção de bem-estar social das populações mais pobres. As evidências empíricas nas quais se assentam tais crenças, entretanto, revelam-se contraditórias. Resultados de diferentes pesquisas dedicadas à demonstração da importância dos fatores econômicos sobre a criminalidade não são consistentes entre si [...] haveria um grande consenso na literatura criminológica de que ela é frequentemente fraca, inconsistente e insignificante. Na melhor das hipóteses, podemos dizer que existe um consenso na dúvida (*Ibidem*: 04).

Em avaliação crítica dos limites dos modelos econômicos neoclássicos da escolha racional, neomarxistas ou das teorias criminológicas funcionalistas, utilizando-se os ganhos analíticos das correntes interacionistas e da teoria dos rótulos, aponta-se a possibilidade de corroboração destas teses para a criminalização da marginalidade diante da cultura organizacional das instituições policiais e do sistema penitenciário, que tomariam como clientela preferencial as camadas mais pobres da população. A adesão a uma carreira criminosa não se daria como resultado de uma escolha inevitável no sentido da realização de ideais e valores discrepantes em relação aos meios legítimos disponíveis para a realização dessas metas. Como alternativa a estas abordagens, recorre-se a um modelo de análise que não parte das características dos delinquentes, mas das condições contextuais que favoreceriam a incidência de crimes violentos com base em uma hipótese, a do contexto de oportunidades que o desenvolvimento socioeconômico propiciaria para o crescimento das taxas de crimes:

O primeiro passo a ser dado nessa direção consiste em separar analiticamente a incidência de crimes das características sociais dos criminosos... Em termos teóricos, isto implica um reconhecimento de que delinquentes não são diferentes dos não-delinquentes: ambos estão igualmente predispostos ao crime [...] Note-se que não se está negando a importância dos fatores de *background* socioeconômicos como elementos que podem predispor alguns indivíduos ao crime. O que ocorre é que eles se tornam apenas um dos elementos na definição do contexto da atividade criminosa. Os outros elementos têm a ver com a disponibilidade de alvos para a ação criminosa e com a ausência de mecanismos de controle e vigilância [Cohen e Felson (1979)]. Daí a literatura sobre *situational crime prevention* estabelecer uma clara distinção entre *motivos*, que são orientados para alvos específicos, e *motivações*, que se relacionam com necessidades generalizadas ou impulsos que não estão orientados para objetos específicos (*Ibidem*: 10-11).

Não é necessário, para se controlar a criminalidade, reformar a personalidade das pessoas. Não acreditamos que a mudança de valores das pessoas deva ser objeto de políticas governamentais. O que deve ser oferecido às pessoas são orientações acerca das consequências de suas ações, tanto em direção ao crime como em relação ao não-crime (Beato

Filho, 1999: 26).

Nesse sentido, seriam dois os determinantes do crime: a racionalidade da atividade criminosa e os contextos ambientais. O primeiro se baseia na pressuposição de um indivíduo racional, que, tendo em vista um cálculo comparativo entre a atividade legal (trabalho) e a atividade ilegal (crime), pondera os custos (aprisionamento e punição) e os benefícios (rentabilidade) de sua ação criminosa. Com a ressalva de que se precisaria trabalhar com o conceito de "racionalidade limitada", em reconhecimento ao fato de que delinquentes são atores que nem sempre teriam completo domínio de informações ou estariam plenamente conscientes das situações com as quais estão lidando.

O segundo se relaciona à tentativa de explicação das razões pelas quais algumas regiões de uma cidade mantêm altas taxas de criminalidade ao longo do tempo, cuja explicação não se daria pelas características de suas populações. Existiria "alguma coisa a mais" nas "características ambientais" que favoreceriam a incidência de atividades criminosas. As explicações ecológicas se dividiram então em duas vertentes: as *teorias da desordem física*, que relacionam o crime às características físicas das localidades (como prédios e logradouros públicos degradados, lotes vagos, terrenos baldios, falta de iluminação) baseando suas considerações no problema das "janelas quebradas"²⁵⁶; e as *teorias da desorganização social*, que relacionam o crime à incapacidade de se estabelecer um controle social comunitário, através da criação de laços de confiança e integração em valores comuns, baseando suas considerações na ideia de "capital social" ou "eficácia coletiva"²⁵⁷ (Beato Filho & Peixoto, 2005).

Esse seria o esboço de um modelo de explicação das relações entre cidade e violência que, embora resumido, dá indicativos importantes para o entendimento da perspectiva dos pesquisadores do CRISP a respeito da autonomia relativa da orientação de políticas públicas de segurança frente às "causas" da criminalidade:

Certamente, não é surpresa para muitos que o debate acerca das causas do crime não é consensual na comunidade acadêmica. Não obstante, a formulação de políticas públicas pode perfeitamente prescindir da identificação dessas "causas" (Wilson, 1983). Políticas devem pautar-se por metas claras e definidas a serem alcançadas através de medidas confiáveis para a avaliação desses objetivos e pelos meios disponíveis

²⁵⁶ Segundo essa concepção, locais degradados tendem a apresentar taxas de criminalidade mais altas, pois os criminosos pressuporiam que os moradores seriam indiferentes ao que ocorre em sua vizinhança. Dessa forma, entende-se que crimes menos graves conduziram a crimes mais graves. Pequenos delitos não seriam tolerados.

²⁵⁷ A eficácia coletiva refere-se à coesão social e confiança mútuos articulados em torno de expectativas para a ação coletiva. Uma combinação de confiança mútua com aspirações voluntárias para criar mecanismos de controle social e alcançar o bem comum (Beato & Peixoto, 2005).

para sua realização de forma democrática. A condição desejável a ser perseguida pode consistir na redução de alguns tipos de crimes específicos a um custo razoável para sua implementação. É possível pensarmos numa redução não de todos os tipos de crime mas, por exemplo, em uma redução das taxas de roubo de veículos à mão armada, ou de assaltos a caminhões de carga. Quem sabe pensarmos num decréscimo significativo das escandalosas taxas de violência no trânsito em Minas Gerais. Portanto, uma análise de políticas públicas em segurança envolveria necessariamente a formulação de componentes informacionais a respeito dos programas a serem implementados, bem como métodos analíticos de monitoramento e avaliação de sua performance (Dunn, 1981). A formulação de problemas, alternativas, ações e resultados é essencialmente uma questão de natureza teórica, ao passo que a avaliação, monitoramento, recomendações e estruturações são questões de ordem técnica, envolvendo a utilização de modelos de custo/benefício, de efetividade, eficiência e de equidade (Beato Filho, 1999: 15-16).

Quanto aos problemas de natureza teórica, a perspectiva depende, de um lado, da restrição do conceito amplo de violência ou de crime, que encobre uma grande heterogeneidade de fenômenos, em especial na direção dos crimes violentos contra a propriedade. De outro, ela depende de um diagnóstico das relações inter-organizacionais entre polícia, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional, que sofreria de um desconhecimento no Brasil decorrente do desprestígio do tema da Justiça Criminal nos meios acadêmicos e do certo insulamento das próprias organizações do sistema. O ponto de partida para a elaboração de uma estratégia neste cenário foi a crítica a ignorância a respeito do tema por parte dos proponentes de reforma na segurança pública, com base no diagnóstico inicial a respeito do "caráter frouxamente articulado" das organizações componentes do sistema, em especial a disjunção entre o aparelho policial e a administração da polícia.

Algumas propostas foram questionadas frente a esse cenário. A primeira diria respeito à existência de uma estrutura ideal de organização policial que poderia suplantiar a atual estrutura definida pelo art. 144 da Constituição de 1988. Este modelo ideal, contudo, não estaria claro nas propostas, que se direcionaram para a implementação de modelos descentralizados e "orientado comunitariamente" contrapostos ao modelo vigente "orientado profissionalmente". Mas estas propostas genéricas não dialogariam com os objetivos das organizações policiais na definição de métodos de policiamento e em sua relação com o público. O principal obstáculo, na visão dos proponentes, seria a existência de uma Polícia Militar, que não se coadunaria com a realidade democrática das sociedades modernas, argumento de veracidade relativa:

Exposto dessa forma crua e sem qualificações, o argumento não tem

respaldo empírico: a Itália ainda dispõe dos *Carabinieri*, a Espanha da *Guardia Civil*, a França da *Gendarmerie*, e a Holanda da *Rijkspolitie*. É verdade que o surgimento da polícia moderna se deu com a retirada dos exércitos no combate ao crime, dado que o combate à criminalidade exigia uma força repressiva mais especializada. Combater o crime não é o mesmo que ir à guerra. Contudo, isto não significou a emergência de forças civis de manutenção da ordem pública que, aliás, já existiam, e eram extremamente permeáveis ao mandonismo local. O que ocorreu foi uma engenharia institucional de construção de um modelo quase-militar de policiamento, ainda prevalente em muitos países do mundo (Monkkonen, 1992; Lane, 1992), segundo o qual o controle social coercitivo passa a ser exercido por especialistas em conflitos e desvios da ordem industrial e urbana (Silver, 1967). O que poderia estar em jogo é a oposição entre modelos distintos de policiamento: o anglo-saxão, que seria uma polícia descentralizada, apartidária, não militar e que exerce a coerção por consenso; e o modelo francês, que seria uma polícia de Estado, centralizada, politizada, militarizada e com baixa aprovação pública. Permanece, entretanto, a evidência empírica de que esses modelos raramente são encontrados em estado puro (*Ibidem*: 18).

No mesmo sentido, acreditar-se-ia na existência de formas ideais e descontextualizadas de controle das atividades policiais. No combate à forma atual da Justiça Militar, a complexidade dos mecanismos de controle da ação policial seria vista como administrável através de controle exclusivamente externo, através da abertura institucional ao escrutínio de governantes, políticos, mídia e movimentos de defesa de direitos humanos. Mas os mecanismos internos (enquadramentos disciplinares, utilização de tecnologias de comunicação, treinamento e socialização em valores da corporação) cumpriram uma função fundamental no tratamento dos variados tipos de má conduta policial, menos visíveis e dramáticas, porém corrosivas do ponto de vista da manutenção do funcionamento da organização. Estaríamos diante de questões empíricas, a estimular a experimentação e avaliação de variados tipos de arranjos, e não de uma padronização imediata e geral.

Ainda no que se refere aos modelos ideais de policiamento, outro ponto enfatizado seria a unificação das polícias e fim da divisão entre polícias militares e polícias civis, que menosprezariam as dificuldades na unificação de organizações com profissional e regras práticas distintas: "Em qualquer organização policial do mundo, havendo ou não comando unificado, essas funções são separadas e redundam em culturas intraorganizacionais distintas (em nosso caso, isto introduz um elemento de tensão inter-organizacional)" (*Ibidem*:17). Não obstante, o ponto de vista defendido incide no reconhecimento dos "atritos jurisdicionais" entre policiamento ostensivo e atividade de investigação e, especialmente, um problema menos enfatizado nos planos de reforma,

da "advogadização" da polícia civil, que contribui para

[...] uma série de acusações entre as organizações que compõem o sistema, e talvez explique em parte por que a Justiça brasileira é tão tardia, freqüentemente incerta, e às vezes injusta, ao selecionar discriminatoriamente sua clientela. Na verdade, a polícia brasileira executa, através do inquérito policial, um ritual semelhante ao que é exercido pela Justiça através das varas criminais, com o delegado ocupando a posição de juiz de instrução. Talvez daí a suposta necessidade de um policial mais versado em direito do que em investigação policial. Dado este enorme poder de que dispõe o policial, é ele, e não o juiz, quem julga se alguém ingressa ou não no sistema – que alguns identificam como a origem de alguns dos males endêmicos de nossas organizações policiais, como a corrupção e a tortura. Estes seriam decorrentes da deformação da atividade da polícia, que passa a exercer funções típicas da instrução criminal (*Ibidem*: 20).

Da forma como estão articuladas, as diferentes culturas organizacionais das polícias brasileiras incidiriam na redundância das atividades das organizações policiais, na dualidade de seus comandos, na dispersão de recursos e de estratégias de controle interno e externos (Paixão, 1982).

Frente a este diagnóstico, o CRISP investiu na construção de projetos graduais e pactuados como estratégia de transformação institucional da segurança pública, estruturados na parceria entre polícia e universidade e com base no conhecimento aplicado. Estes projetos adquiriram status de "boas práticas", sendo recomendados por agências públicas, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, como a promoção de metodologias de integração das agências de segurança pública através do projeto *Integração e Gestão da Segurança Pública* (IGESP), ou a utilização de novos padrões para gestão de informações policiais e de mapas para estratégias de prevenção à criminalidade através do *Programa de Controle de Homicídios, o Fica Vivo!*, visto como referência pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD). O CRISP tem, assim, alargado suas parcerias nos últimos anos com projetos com prefeituras municipais, governos estaduais, governo federal e com agências públicas de outros países. A qualificação de profissionais da área de segurança também tem sido uma frente de atuação. Dessa maneira, parcerias com institutos internacionais, como o Instituto Vera e o Wilson Center, dos EUA, localizam o CRISP como importante disseminador de políticas de modernização em segurança cidadã para a América Latina. (Souza, s/d).

Grande parte destes projetos foram institucionalizados pelo governo através de parceria com a *Secretaria de Estado de Defesa Social* (SEDS) a partir de 2003, em substituição às extintas *Secretarias de Estado de Segurança Pública* e de *Justiça e Direitos Humanos*, inserida em política

governamental mais abrangente, que contemplava ações relativas à reforma do sistema prisional, do sistema socioeducativo e a prevenção da criminalidade (Sapori & Andrade, 2008). A engenharia institucional envolvida na criação da SEDS e seus projetos foram a demonstração das pontes criadas entre círculos administrativos, polícias e universidades em torno de um Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) como política de segurança pública voltada à integração das organizações policiais. Um dos seus instrumentos centrais foi o já mencionado IGESP, adaptação de modelos de gerenciamento do trabalho policial utilizados em Nova York (EUA) e Bogotá (Colômbia), calcados na gestão do conhecimento e no policiamento orientado para problemas. Em outras palavras, baseado na interação entre policiamento ostensivo e policiamento investigativo através de constrangimentos institucionais que forjassem novos parâmetros de rotina, paulatinamente legitimados pelos resultados práticos e pela aproximação das academias de polícia.

Neste arranjo, a SEDS concentraria a autoridade para coordenar ações operacionais das polícias, mas sem poder determinar modificações no âmbito das organizações. Tal característica marcaria a peculiaridade da experiência, uma vez que ela se concretizaria através de experimentações no sentido da institucionalização de mecanismos de governança na formulação e implementação da política:

É certo que não há ineditismo no conteúdo dessa política de integração policial. Outros estados brasileiros, desde a segunda metade da década de 1990, já haviam adotado iniciativas similares. A implantação de centros integrados de atendimento e despacho de ocorrências policiais, por exemplo, esteve presente nas políticas de integração nos estados do Pará e do Ceará. O próprio estado do Pará adotou o modelo de academias únicas de polícia, como também de corregedorias gerais do sistema de defesa social. A delimitação de áreas comuns de atuação para as polícias, por sua vez, compôs o escopo da política de segurança do governo Garotinho, no Rio de Janeiro, como também do segundo governo Covas, em São Paulo, ambas no início do novo milênio. O projeto Igesp também teve precedentes em São Paulo, na gestão do secretário Antônio A. Petrelluzzi, entre 1999 e 2002. Contudo, há uma singularidade da política pública de integração das polícias em Minas Gerais não observada em nenhuma outra experiência nacional. Ela foi baseada inteiramente em mecanismos gerenciais de governança. Não houve uma atuação verticalizada da secretaria de estado de defesa social sobre as polícias, impondo-lhes um modelo de integração elaborado a priori. Todo o processo da política pública contou com participação direta e intensiva das polícias, desde a formulação dos projetos até a implementação dos mesmos (*Ibidem*: 450).

Os projetos de integração não apresentaram o mesmo ritmo e abrangência, com maior avanço nos setores de informações, planejamento operacional e corregedorias, em contraste com

as áreas de ensino e de inteligência policial. Mas, na opinião de seus avaliadores e implementadores, a lentidão no alcance de objetivos seria compensada pela maior "consistência no rearranjo institucional empreendido" (*Ibidem*). Tal consistência, é importante ressaltar, é produto da história de um ponto de vista específico, construído na interação entre cientistas sociais e policiais, sobre os fatores que dificultaram a definição de uma agenda consistente de reformas institucionais e de avanços na gestão operacional do setor de segurança pública após a transição democrática no Brasil, como expressa Luis Flávio Saporì, ex-pesquisador da Fundação João Pinheiro e ex-Secretário Adjunto de Segurança Pública de Minas Gerais (2003 a 2007):

Fatores diversos podem explicar tal omissão ou incompetência dos governos democráticos. A prioridade dada na agenda política nacional ao retorno das Forças Armadas aos limites de sua competência constitucional é um aspecto a ser considerado, ou mesmo a inexistência de um paradigma alternativo que pudesse instrumentalizar os *decision makers* para além da subordinação das agências de justiça criminal às exigências do ideário dos direitos humanos cristalizados na Constituição (Saporì, 2007:108).

Ao lado destes fatores, Saporì acrescenta a preponderância de abordagens de cunho mais ideológico que científico sobre a segurança pública por parte das ciências sociais brasileiras durante os anos 1980. O predomínio da visão do aparato repressivo do Estado como instrumento de dominação de classe teria impedido o estudo destas instituições, configurando um atraso que começou a ser recuperado nos anos 1990. Assim, a "relativa disjunção" entre o conhecimento científico produzido nas faculdades de ciências sociais e a exigência de um *know-how* para executar os planos governamentais ajudaria a explicar, em parte, a prevalência de policiais, juízes, advogados, promotores e militares das Forças Armadas no seio das elites decisórias nesse campo de atuação (*Ibidem*: 110). Ainda de acordo com Saporì, as parcerias entre polícia, universidade e sociedade civil colaborariam para uma desmilitarização em curso no interior das práticas da polícia militar, mesmo sem uma grande mudança de suas condições estruturais de organização. Seria o sucesso dessa parceria, junto à uma menor politização da violência urbana em Minas durante a transição democrática, comparativamente a outros contextos, o que seria uma hipótese para a explicação da legitimidade da polícia militar no estado. A ideia de extinção das PMs, nesse sentido, não teria obtido repercussão na opinião pública e elites políticas e intelectuais de Minas, diferentemente do contexto Rio-São Paulo.

Em contrapartida, se eventos dramáticos são oportunidades que costumam desencadear processos importantes de reforma, eles também poderiam reforçar as resistências institucionais diante de enfoques que partem de referências pouco fundamentadas acerca do funcionamento do

sistema de justiça criminal e que ensejam prescrições irrealizáveis de reforma. Retomam-se, dessa maneira, as primeiras indicações da sociologia organizacional introduzida por Coelho e Paixão, na qual o estudo de aspectos como identidade profissional, condições de carreira, recursos materiais, incertezas da atividade policial e suas redes internas, no sentido de um escalonamento de possibilidades de reforma policial segundo níveis de dificuldade política e impacto de transformação (Beato Filho (org.), 2008):

IMPORTÂNCIA DIFICULDADE POLÍTICA	ALTO IMPACTO	MÉDIO IMPACTO	BAIXO IMPACTO
Politicamente factível em curto prazo	Implantação da gestão modelo Compstat Sistemas integrados de informação Formação de equipes integradas por problemas	Investimento em formação de analistas de crime Controle externo de polícias por meio da imprensa Direitos Humanos – Cruz Vermelha Participação de civis – Atividades administrativas	Curso de Direitos Humanos convencional Aumento de treinamento nas academias Blitz conjuntas Conselhos de Defesa Social Conselhos comunitários Criação da Guarda Nacional
Politicamente factível em médio e longo prazo	Policiamento comunitário Incremento da capacidade investigativa Investimento na polícia técnica Aumento da participação de universidades e entidades civis na formação policial	Cursos de formação continuada Criação de unidades integradas de policiamento Planos e projetos de segurança pública Incremento – Controle através de corregedorias Criação de Ouvidorias com poder de investigação Municipalização da segurança	Formação integrada Guardas municipais Gabinetes de Gestão Integrada – SUSP

		pública	
Politicamente difícil	Desconstitucionalização da questão policial	Compartilhamento de recursos materiais (delegacias, quartéis viaturas etc.)	Extinção da Polícia Militar ou da Polícia Civil
	Unificação	Extinção do inquérito policial Controle judicial da investigação	Exército assume papel de Polícia

Tabela extraída de Beato Filho (org.), 2008: 205-206.

Frente ao novo cenário de acúmulo de projetos implementados pelos governos federais e estaduais nos últimos anos, este quadro procura oferecer um esquema analítico de projeções para os investimentos futuros em pesquisa e intervenção, em torno do qual o CRISP procura se colocar na liderança dos processos através da disciplinarização da criminologia com base na experiência norte-americana:

Qualquer resposta que seja dada a essas questões, partirá necessariamente de um enfoque mais científico dos problemas nessa área. A ciência da segurança pública no Brasil ainda é bastante incipiente e desproporcional em relação aos desafios existentes. Políticas e programas são implementados sem muita base empírica, e as sucessivas frustrações terminam atestando a necessidade de desenvolvermos um novo enfoque. Durante os anos 1960, quando os EUA enfrentaram uma emergente onda de violência, montou-se uma comissão presidencial com o objetivo de delinear estratégias que pudessem fazer frente ao problema. Foram sugeridas mais de 200 recomendações específicas, agrupadas em sete eixos, sugerindo o esforço dos governos federal, estadual e municipal, organizações civis, religiosas, empresários e cidadãos. O primeiro eixo enfatizava a supremacia que deveria ser conferida à prevenção [...] O segundo propunha formas inovadoras para lidar com ofensores, a fim de diminuir a reincidência. Injustiça e impunidade também mereceram atenção como fatores sobre os quais se deveria intervir no sentido de reforçar os ideais e valores de uma sociedade democrática e justa, evitando, assim, a erosão do centro normativo da sociedade americana [...] Dois eixos propostos pela comissão são particularmente relevantes em nosso contexto: a necessidade crucial de a) qualificação de quadros para as organizações do sistema de Justiça Criminal e; b) as pesquisas como elementos centrais para a compreensão do fenômeno criminal, contribuindo, assim, para subsidiar políticas e programas mais efetivos. A situação do ensino da criminologia era desorganizada e difusa no interior de disciplinas das ciências sociais, especialmente a sociologia e a ciência política, ou então era marcadamente jurídica. Essa é exatamente nossa situação no Brasil hoje [...] A criminologia propriamente dita ou um programa voltado exclusivamente ao estudo de teorias e conceitos afeitos à segurança pública ou à Justiça Criminal não tem nenhuma produção na

área pelo simples fato de que ela não existe enquanto um campo disciplinar no Brasil (Beato Filho, 2012: 251-253).

Essa ausência contrastaria com o número relativamente grande de cursos de especialização *lato sensu* amparados pelo próprio governo federal e com o volume de dissertações e teses produzidas sobre o tema do crime e da violência nas últimas décadas. Contudo, o cenário seria de dispersão, tanto no que se refere às áreas de conhecimento - cursos de pós-graduação de sociologia, ciência política, saúde pública, antropologia, estatística, geografia e, naturalmente, direito -, como de linhas de pesquisa - educação, segurança pública, políticas públicas, violência e criminalidade, sistema penitenciário, organizações policiais, computação aplicada, estatística aplicada e matemática aplicada. O governo federal não teria investido na instituição de forma mais consequente deste campo, como atestaria a inexistência de suporte acadêmico em cursos de pós-graduação em criminologia e segurança pública. No mesmo sentido, o conteúdo conceitual e teórico presente na área seria "bastante restrito, enviesado e prenhe de enfoques de distintas naturezas" (*Ibidem*:253). Contrastando com a produção em língua inglesa, a produção brasileira (e em língua portuguesa) seria muito rica e criativa em algumas áreas, mas marcado pelo "insulamento" e pela "natureza endógena" do que está sendo produzido (*Ibidem*: 257).

Em grande parte os problemas se originariam da predominância da criminologia de inspiração marxista ou criminologia crítica²⁵⁸, praticada por entidades e centros acadêmicos dedicados aos direitos humanos. Apesar do importante papel desempenhado pela perspectiva na denúncia da violência estatal durante a transição democrática e no fundamento das políticas de segurança nos anos FHC, ela não teria desenvolvido uma "agenda consistente que servisse de base para uma estratégia de segurança pública que partisse de estudos empíricos" (*Ibidem*: 255). Baseados em uma concepção de Estado como instrumento de interesses econômicos, a criminologia crítica rejeitaria a definição do crime tal como estabelecida pelo Estado, inclusive as estatísticas oficiais. Como alternativa seja a uma discussão ampla sobre o tema da violência, como a proposta pela criminologia crítica, seja por uma "segurança de Estado" defendida pelos tradicionalistas da segurança pública, pretende-se erigir uma concepção de pesquisa que parta dos "aspectos mais estritos de criminalidade e violência tal como definido pela lei" (*Ibidem*: 26) e que

²⁵⁸Em sua concepção: "A criminologia crítica cobre uma grande variedade de teorias, cujo denominador comum é o foco em processos sociais de larga escala, sendo o conceito de 'conflito social' central para a compreensão deles. A teoria do conflito social tem raízes clássicas na sociologia, reportando-se a autores como Weber e Simmel, que salientavam como as sociedades dividem-se em torno de alianças e lutas entre grupos que disputam poder político, poder social e prestígio. Mais recentemente, autores como Collins, Dahrendorf, Coser ou Santos discutiram como a assimetria de poder entre grupos numa sociedade resulta em conflitos, por meio dos quais tornam-se mais influentes que outros, e lutam para manter essa posição. A criminologia crítica inglesa, entretanto, tem sua referência mais explícita nos escritos de Marx, que concebia as fontes do poder como resultantes do controle de recursos econômicos" (Beato Filho, 2012: 35).

são objeto de atuação das organizações do sistema de justiça criminal:

No Brasil, ainda estamos iniciando a criação desse campo disciplinar [...] Num sentido prospectivo, é como se estivéssemos diante de duas possibilidades: ou de um fruto do acaso resultante dos incertos rumos do desenvolvimento e da complexidade estrutural que o país trilhou nas últimas décadas, ou então do desconhecimento devido à ausência de um pensamento sistemático e empiricamente orientado, que jamais preocupou-se em tornar o tema um objeto de análise sistemática, talvez por acreditar que ele estaria subsumido a outras dimensões mais relevantes da vida social.

Qualquer que seja a nossa situação, é provável que a necessidade crie sua expertise. Tal como ocorreu na economia nos anos 1960, na qual nossos graves problemas terminaram qualificando gerações de especialistas para lidar com eles, ou na saúde, em que as necessidades da saúde pública terminaram forjando uma concepção hegemônica de política pública, é possível que, ao longo dos próximos anos, a segurança pública siga na mesma direção. *A profissionalização do campo é inevitável* (grifos nossos, *Ibidem*: 27).

Apesar de possíveis diferenças de enfoque ou abrangência, este diagnóstico e projeto dos grupos dos cientistas políticos mineiros que se dedicam ao estudo do crime e da segurança pública em Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, CRISP e mais recentemente na PUC-MG) se estendem às iniciativas de outros estados. Nesta autonomização de novos parâmetros teóricos e práticos em criminologia e pesquisa aplicada em segurança pública, formou-se uma rede nacional de pesquisadores associados circunstancialmente ou permanentemente, como Leandro Piquet Carneiro e Túlio Kahn, em São Paulo; José Luiz Ratton, em Pernambuco; e Ignacio Cano e especialmente Gláucio Ary Dillon Soares, no Rio de Janeiro.

No IUPERJ, seguindo as alianças de institucionalização da ciência política já descritas, Dillon Soares investe na formação de especialistas para tratar das mortes violentas e "acidentes evitáveis" na cidade do Rio de Janeiro como subsídio às políticas públicas. Ele critica o déficit em capacidade de pesquisa na área da segurança pública com base em discussão a respeito do que considera o "calcanhar metodológico" da ciência política brasileira: a predominância de produção ensaística e a aversão ao uso sistemático de métodos quantitativos e qualitativos. Isto traria dois resultados: por um lado, o isolamento da ciência política e da sociologia em relação a disciplinas, como a economia, a demografia e a saúde pública e coletiva, que investem em pesquisas empíricas sobre problemas concretos; por outro, a perda de espaço "temático" e nas agências financiadoras de pesquisas:

Áreas tradicionalmente reservadas às ciências políticas e sociais, como a

criminologia, o estudo da violência, do homicídio, do suicídio, das relações raciais, da desigualdade, da família e outra, talvez sejam, hoje, mais estudadas fora delas do que dentro delas, exatamente devido à perda de competitividade dos mestres e doutores que, infelizmente, recebem seus graus sem estarem capacitados para realizar pesquisas. Não satisfazem a demanda – em alguns casos, o clamor popular – e profissionais de outras áreas são chamados para fazer o que cientistas políticos e sociólogos não fazem (Dillon Soares, 2005: 86).

Este quadro seria consequência da "desvinculação" ou "descompromisso" com o país e com a realidade da América Latina e do Terceiro Mundo por parte da ciência política e da sociologia no Brasil. Os cursos oferecidos nos principais centros de pós-graduação mostrariam a quase ausência de referências a autores latino-americanos e dos demais países do Terceiro Mundo. Os professores de teoria que, "em sua maioria, não fazem pesquisas empíricas", usariam um referencial teórico e conceitual gerado nas "sociedades industriais, ex-potências coloniais e atuais potências imperialistas e subimperialistas". Um sintoma de "colonialismo teórico" expressa na "total incapacidade de pensar o país a partir de sua própria lógica" (Dillon Soares, 2005: 90). Observar-se-ia, então, duas posicionamentos extremos: seja a "importação simples e pura de parâmetros teóricos e metodológicos", seja a "rejeição obscurantista, frequentemente ideológica, de todo conhecimento externo sem que se produza um conhecimento interno" (Dillon Soares *et al*, 2006:197). O desvio de recursos financeiros e intelectuais direcionados ao "*divertissement* intelectual" de uma parte considerável dos cientistas políticos e sociais brasileiros adiaria a dedicação da comunidade científica aos problemas sérios e urgentes da realidade do país (*Ibidem*: 95).

No interior da ciência política nacional, a posição de Dillon Soares não é consensual. A sua posição é rebatida por autores que também o acusam de alienação e colonialismo ao apoiar a extensão dos parâmetros dominantes praticados nos Estados Unidos e, com isso, acentuar a diferenciação entre "estudiosos de teoria" e "estudiosos da empiria" na ciência política brasileira (Lessa, 2010; 2011; Moreira, 2012). Mas, de todo modo, a sua perspectiva parece estar de acordo com o grupo mineiro-carioca que instaurou uma nova hegemonia na ciência política nacional, em uma espécie de nova síntese do debate que opôs Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos a respeito da construção da ciência segundo padrões universais ou específicos à realidade brasileira. Propõe-se a conjugação entre conhecimento científico e solução dos problemas sociais através do treinamento sistemático em métodos quantitativos e qualitativos, no reforço a interdisciplinaridade e na internacionalização da produção brasileira. É o que sintetiza o cientista político Fábio Wanderley Reis, a quem Dillon Soares recorre para definir o cerne do diagnóstico a respeito das deficiências na produção científica nacional, expressa na

tendência a entender a 'contextualização' representada pela referência aos problemas nacionais (ou regionais, locais) como algo que dispensa a sofisticação teórico-metodológica ou mesmo se opõe a ela [...] corremos o risco de ter um amontoado de estudos indigentes sobre problemas sociais relevantes [...] Se cabe esperar alguma contribuição das ciências sociais para o encaminhamento de nossos problemas práticos, tal contribuição terá que decorrer de sua condição de ciências sociais, e não poderá ser uma contribuição na qual os palpites do bem-intencionado cientista social compitam em igualdade de condições com os palpites do leigo [...] Como assinala Antonio Luiz Paixão com referência à área da criminalidade, parte importante das deficiências de determinadas áreas temáticas de grande dramaticidade prática tem a ver justamente com o domínio do leigo sobre elas, com a consequência de que seu tratamento pelas ciências sociais seja condicionado fortemente pelo debate leigo. Isso se poderia talvez dizer de muito do que se faz na área de políticas públicas e do estudo da atuação de agências estatais em diversos campos, tais como o das políticas educacionais ou habitacionais do estado – exemplos de áreas temáticas das ciências sociais para as quais a preocupação de relevância se voltaria naturalmente e que se acham, no entanto, frequentemente caracterizadas pelas denúncias monótonas de certo 'esquerdismo' banal (Reis *apud* Dillon Soares, 2005: 96).

O ganho teórico desta perspectiva na área de estudos sobre criminalidade, entretanto, não é isento de questionamentos, especialmente no que se refere à importação de conceitos aceitos como técnicos e não normativos. Um exemplo ocorre na adesão às teorias que enfatizam o ambiente de oportunidades para a ocorrência de delitos, consideradas uma inovação no contexto brasileiro, sendo cada vez mais utilizada para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional. Se na perspectiva criminológica tradicional a ênfase recai nos fatores psicológicos e sociais que afetam a escolha por parte dos indivíduos (predisposições pessoais, forças socializantes da família, dos pares e da escola, reforços proporcionados pela comunidade), as teorias ecológicas e ambientais do crime se dedicariam à análise das tomadas de decisão racional por parte dos criminosos nas condições imediatas em que o crime ocorre. Herdeira dos estudos da Escola de Chicago sobre as mudanças do padrão de criminalidade surge com o crescimento das cidades, o importante para a perspectiva são os fatores sobre os quais o Estado pode exercer alguma influência: "Não se pode obrigar os pais a amarem os filhos, comunidades a supervisionarem seus adolescentes ou proibir jovens de desenvolverem certas atividades e comportamentos de risco" (Beato Filho *et al*, 2004: 73), mas se poderia investir na revitalização de espaços, na previsão e no controle de comportamentos através de estímulos ou constrangimentos à "interação entre predadores e vítimas no mercado de atividades criminosas" (*Ibidem*: 74).

Em suma, trata-se de um modelo que se concentra não nas características psicológicas ou

sociais dos criminosos, mas na aplicação de modelos econômicos de previsão de comportamento como estratégia de superação do tratamento que vinculou crime e pobreza no debate público e sociológico brasileiro. Contudo, embora se reconheça que estas teorias ainda manteriam "algumas ressonâncias na criminologia mais tradicional" (*Ibidem*: 74), não se problematiza mais profundamente o modelo de indivíduo racional utilizado e das implicações de conceitos tais como "desordem" e "incivilidade", que não parecem isentos de conteúdo normativo e de efeitos práticos e que relativizam a conclusão prévia de completa "despersonalização" e "despsicologização" no estudo do crime. Isto se dá especialmente na adesão à "teoria do estilo de vida", na qual se infere em que medida o comportamento dos indivíduos (exposição em lugares públicos; capacidade de proteção; e seus "atrativos" ou "maior retorno esperado"), os predis põem à vitimização.

Apesar do combate à discriminatória "lógica em uso" das organizações policiais e das bem trabalhadas referências à distinção entre problema social e problema público, aceita-se de antemão a definição estatal e social restrita de crime (furto, roubo e agressão) como guia do conhecimento científico e pouco se desenvolvem os potenciais da "teoria da rotulagem" em que também se referencia (Beato Filho, 2012). Em consequência, são mantidas algumas das pré-condições cognitivas para a funcionalidade do sistema prisional, não mais vinculado aos ideais de ressocialização, mas de incapacitação. Uma opção estratégica em termos da adesão cognitiva e prática de agentes policiais tendo em vista reformas na segurança pública, mas que concede espaço para a implementação de uma "criminologia atuarial", perspectiva que abre mão "da inglória missão de encontrar as raízes do crime" e "concentra-se exclusivamente na gestão de uma realidade que, normalizada, não pode ser resolvida, mas apenas controlada" (Dieter, 2012 :188).

Neste ponto somos conduzidos às zonas de atrito entre as perspectivas das escolas criminológicas anglo-saxãs e às correntes da criminologia crítica e suas apostas em definições das relações entre crime, violência e estrutura social, que serão melhor trabalhadas nos capítulos seguintes. Mas vale ressaltar de antemão que as aproximações entre a produção da ciência política mineira no estudo crime e a criminologia norte-americana se realizam justamente com base nas abordagens que recusam a psicologização do criminoso. Há grande distância frente ao cenário de conjugação entre lógica de policial da repressão dos grupos estatisticamente identificados como perigosos e a lógica penitenciária de sentenciamento calculado com base no exame psicossociológico acerca das probabilidades de reincidência (*Ibidem*). É nesta distância que dá margens para a abertura para visões mais complexas sobre as interações individuais, para modos alternativos de tratamento dos conflitos, que não resultem no recurso indiscriminado ao uso da pena de prisão, e para a redução dos índices de vitimização por crimes violentos através de políticas públicas de segurança associadas à políticas de prevenção social (Beato Filho, 2012).

Em outros termos, se a "criminologia atuarial" anda de par à racionalização do sistema prisional e a intensificação do seu uso, como meio de ressocialização ou incapacitação, a criminologia brasileira partiria da crítica dos limites deste sistema para investir em reformas gerenciais na segurança pública, cuja direção passaria pela autonomização da criminologia como área de saber para a formação de quadros administrativos.

PARTE II

A consolidação do *campo da segurança pública* no Brasil:
arena de política pública e campo intelectual

APRESENTAÇÃO

Na primeira seção vimos que o enfraquecimento da concepção da criminologia como ciência de síntese interdisciplinar e auxiliar do sistema penal no Brasil, ocorreu tanto pela entrada das ciências sociais em uma área até então monopolizada pela medicina e pelo direito penal, como pelas inadequações entre o ideário político da "nova defesa social", baseada na prevenção do crime e na recuperação do preso, e as orientações políticas autoritárias e militaristas desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Mas, após a transição democrática, o desenvolvimento de práticas de violência e extermínio, a continuidade de bloqueios ao acesso à justiça, e as pressões por modernização do aparato estatal ofereceram um novo contexto de circulação de teorias criminológicas, com a adesão a "realismos de esquerda" e de "direita" por parte de cientistas sociais, que favorecerão a formação de um campo de pesquisas e ativismo em direitos humanos e segurança pública.

Observamos, então, como a "violência urbana" foi constituída como problema nacional e os diferentes pontos de vista envolvidos em sua definição no debate entre pesquisadores do Sudeste do país. Contra a explicação baseada em fatores causais estruturais, como a pobreza e a desagregação familiar, convenientemente aceita pelo debate público e autoridades, se erigiram estudos que denunciaram o papel do argumento na justificação de procedimentos policiais arbitrários e anunciaram a sua insuficiência analítica. Sem deixar de lado o estudo da violência policial e dos processos seletivos de criminalização por parte do Estado, a ênfase na *violência estrutural*, condenada em uma identificação entre as teses de senso comum e uma visão muitas vezes simplista e rígida do marxismo, perde espaço para a realidade própria de uma *criminalidade urbana violenta*, para a qual seria conveniente definir indicadores quantitativos e qualitativos. Este é um primeiro *tournant* de ideias e sensibilidades, ligado à recusa dos sentidos políticos da violência e à valorização da democracia como objetivo e princípio de mudança institucional e cultural.

Estará em evidência a busca por explicar o crescimento da criminalidade violenta, assim como para a continuidade de traços autoritários no Estado e na sociedade brasileira, que se expressariam no apoio popular ao uso da violência do extermínio na resolução dos conflitos sociais. Seriam então retomadas as ideias sobre as falhas e faltas da formação cultural da sociedade brasileira (a ausência de concepção de cidadania pela herança ibérica da inquisitorialidade dos procedimentos policiais e da permanência de uma sociedade hierárquica), que se afirmariam diante da frustração das apostas de transformação social. A falta de apoio da população à política de direitos humanos expressaria com bastante força esta "decepção com o 'popular'", interpretada por Zaluar (1999) como concepção idealizada do povo entre os

intelectuais.

Assim, de maneira esquemática se poderia definir que os anos 70 e 80 é o período que marca o surgimento de estudos considerados precursores e a criação dos primeiros fóruns de debate. Nos anos 1990, os principais grupos e linhas de investigação se consolidam e nos anos 2000 se expandem, como atesta a maior diversificação regional e o expressivo aumento de produção de teses e dissertações (Lima, 2011). Hoje é possível destacar o consenso em torno da relevância intelectual e política dos temas do crescimento da área, assim como da importância de certos estudos, aqueles sobre prisão e as etnografias da expansão do tráfico de drogas e armas, e da centralidade de questões antigas, como a incompletude da transição democrática e da construção do monopólio legítimo da violência.

Contudo, os impasses se fazem presentes:

Passados quase vinte anos ficamos, ao reler esses textos, com sentimentos ambíguos e contraditórios. De um lado, poderíamos desenvolver uma certa satisfação intelectual ao verificar que as observações e análises mantiveram, em geral, sua consistência e propriedade. Ainda nessa linha, fica evidente que os cientistas sociais não só perceberam e identificaram a gravidade do problema, que só se avolumou nos anos que se seguiram, como também apresentaram sugestões e propostas concretas em termos de implementação de políticas públicas. Em contrapartida, ficamos com um doloroso sentimento de que nossos trabalhos e denúncias muito pouco efeito tiveram junto às autoridades públicas responsáveis, em diversos níveis, no que toca à questão da violência e da segurança pública. Do mesmo modo, não fomos capazes de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para que atuasse de modo mais vigoroso e consequente em sua própria defesa (Velho, 2006: 01).

A constatação das insuficiências das estratégias de reforma orientadas pela "militância tradicional em direitos humanos", centradas na denúncia e controle da ação violenta do Estado, o conjunto de crises de segurança pública, entre as quais as greves policiais em território nacional, forneceram o terreno para o incentivo à atuação conjunta entre pautas de pesquisa e políticas no sentido da construção de compromissos de viabilização da reforma e modernização do setor.

A reconstrução do contexto Rio-São Paulo indicou alguns dos eixos fundantes da construção deste campo de pesquisas e ativismo em segurança pública no país, através dos quais será possível a compreensão do surgimento paralelo de outros centros de pesquisa e do seu entrelaçamento em redes de colaboração e concorrência pela instituição de uma agenda político-intelectual nacionalmente, responsável pela proposição de uma política de segurança pública federal nos anos 2000. Essa década será central para o rearranjo, expansão e integração destas e

outras redes de alcance não menos importante, a exemplo das parcerias entre centros de pesquisa e polícia em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Pará e no Ceará.

Assim, iniciou-se um processo político de construção de estruturas governamentais, de formulação de planos nacionais e de aproximação entre pesquisadores e setores da justiça criminal, sobretudo a polícia militar. Será especialmente a partir dos anos 2000 que começam a se consolidar os processos políticos que originam novos organismos, planos e propostas de revisão legislativa da arquitetura institucional da segurança pública, direcionadas a um novo pacto federativo (articulação entre União, estados e municípios) e à transparência e modernização institucional visando políticas de segurança integrada, focadas na redução da impunidade através da repressão e na prevenção às raízes socioculturais do crime por meio de programas sociais. Em síntese:

Nesse período, houve várias realizações, em diferentes esferas da segurança pública. Primeiro, as iniciativas referentes à modernização da gestão: Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (2004); Gabinetes de Gestão Integrada nos Estados; criação da Força Nacional de Segurança Pública; Sistema Nacional de Inteligência; Modernização das Polícias Civis; novo padrão para distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Segundo, os programas de pesquisa e de ensino policial: Programa de Pesquisas em convênio com a ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais); Projeto “Arquitetura do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública” (SENASP – PNUD – FIRJAN); elaboração da Matriz Curricular de Ensino Policial; estabelecimento da Rede Nacional de Ensino à Distância; implementação da RENAESP – Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública, em convênios com Universidades. Terceiro, destaca-se o incentivo às práticas de prevenção: Observatório de práticas de prevenção da violência; e os Consórcios metropolitanos de Prevenção à violência e criminalidade. Quarto. O incentivo ao controle externo das organizações de segurança pública, mediante as Ouvidorias nos Estados (Tavares dos Santos, 2008: 88).

Esse conjunto de medidas redundam no aprofundamento da aproximação entre universidade e instituições de segurança pública, que se dá através de assessorias de centros de pesquisa à avaliação e execução de políticas ou na participação de pesquisadores em projetos de governo; em cursos de formação para policiais ou ainda na composição de fóruns e congressos de discussão entre sociedade civil, pesquisadores e profissionais da segurança pública. Um novo quadro então se desenha a partir de uma sequência de acontecimentos, conflitos, acordos e projetos que, ao longo das últimas décadas, visaram suprir as lacunas da Assembleia Nacional Constituinte, que deixara intocadas as funções e os padrões de organização e de atuação da

segurança pública.

Temos como ponto de partida o “mutirão contra a violência” e a recomendação da Conferência de Viena de 1993, que resultou na elaboração do PNDH no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), um dos principais parâmetros de orientação e avaliação para o conjunto de planos e inovações institucionais futuras, a exemplo da criação da SEDH, em 1997, e da SENASP, em 1998. A elaboração do primeiro PNSP, no governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), e as propostas do SUSP e do PRONASCI, dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005; 2006-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014), procuraram desenvolver estes princípios através de uma série de reformas organizacionais.

Nesse contexto as diferenças entre as posições se explicitam. Do ponto de vista das abordagens, as ênfases se colocam em instrumentais voltados a uma perspectiva mais normativa e aplicada na mensuração e redução dos níveis de criminalidade ou em linhas etnográficas da operação do Estado em suas “margens”. Em termos políticos, as diferenças se constroem especialmente entre aqueles que procuram distanciar-se de cargos públicos e da execução de políticas, apoiando-se na ideia de autonomia crítica, e outros que se colocam como executores de políticas, argumentando a favor da maior institucionalização dos trânsitos entre a academia e governos, a exemplo do que ocorre em outras áreas, como a da saúde pública e das políticas sociais. Certamente estas posições não são estanques. Na medida em que as relações entre Estado e sociedade se constituem como parceria ou oposição, os diálogos são construídos, ora na adoção de perspectivas de pesquisa crítica ou aplicada, ora nas oscilações entre posições otimistas e pessimistas. Enquanto isso algumas vias se consolidam apesar de conjunturas desfavoráveis, a exemplo das experiências de formação policial. Mas os avanços e retrocessos são relativos, tendo em vista a constante tensão entre, de um lado, perspectivas centradas no papel das políticas públicas e, de outro, na análise dos fenômenos pouco virtuosos situados às margens de um Estado que incorpora crescentemente a própria linguagem utilizada e veiculada por cientistas sociais. Um cenário que traz novos desafios à atuação e imaginação sociológicas, ao fazer coincidir as fronteiras entre as tarefas de crítica teórica e política.

Como questão que fundamenta as divergências parece estar a ideia da passagem entre dois momentos na história brasileira recente, a *transição democrática* e a *consolidação democrática*, cada um a exigir um posicionamento diferente. *Grosso modo*, no primeiro momento, prepondera um discurso de *denúncia*: crítica à violência de classe praticada pelo Estado, o entendimento do crime como estratégia de sobrevivência e como forma de protesto “pré-consciente” ou “pré-político” das situações de “violência estrutural”. No segundo, prepondera um discurso *propositivo*: o diagnóstico de aumento da “violência urbana” e da mortandade de jovens

pobres redirecionam os discursos para a importância do provimento de garantias e proteção não somente ao preso mas à segurança da população em geral. É a interpretação sobre o grau e a qualidade desta transição que parece fundamentar as posições e portanto, as críticas.

Esse *tournant* também está ligado a um embate entre *comunidades epistêmicas*, sobretudo a uma perda de espaço da *criminologia crítica* brasileira, ligada ao ativismo marxista crítico à extensão do direito penal, frente ao avanço de um *realismo de esquerda* associado a um ideário pragmático em direitos humanos. Embora a incorporação da pauta dos direitos humanos como agenda de desenvolvimento para o país tenha sido acompanhada de uma convivência conflitiva entre, de um lado, a crítica da prisão e, de outro, o reforço à punição às graves violações de direitos humanos e o acolhimento a demandas de vítimas de crimes e violências, a legitimação do regime democrático conduziu progressivamente à defesa da legalidade e ao reconhecimento do crime violento como problema para a sua consolidação. Afirma-se a segurança pública como direito *pari passu* ao diagnóstico da inadequação dos aparelhos do Estado para o enfrentamento das novas formas de criminalidade, em especial a organizada. A convergência entre direitos humanos e controle da criminalidade, nesse sentido, foi fundamental para a futura consolidação da segurança pública como domínio autônomo de política pública e pesquisa.

Visto de maneira positiva, emerge um contexto universitário plural que se recompõe voltado à discussão dos problemas públicos, comparável ao contexto da Escola de Chicago no início do século XX (Machado da Silva In: Lima & Ratton, 2011). Por outro lado, o processo abre também margem a críticas, que giram em torno de acusações de cooptação e *policização da Academia*:

Tenho repetido a acusação que faço à cooptação da sociologia brasileira pelo paradigma da segurança com suas consultorias neutras e técnicas, que vem conduzindo as ciências sociais a um abismo ético-metodológico [...] movimentos sociais, núcleos de violência, cidadanias, sociedade civis e organizadas, sociologias, direitos humanos, tudo agora dirigindo-se para a construção da expansão do poder punitivo em todas as direções [...] A sociologia entrou forte no enfrentamento bélico, nas racionalizações do poder e da mortes [...] O Estado agencia o extermínio cotidiano e a intelligentsia trata de mascarar-lo atrás das sempre boas intenções, políticas de segurança pública com o selo dos direitos humanos (Malaguti Batista, 2009: 9-12).

Para refletir a respeito dessas polarizações, investiremos na análise da formação de redes ligando agências de fomento, em especial a Fundação Ford e o CNPq, centros de pesquisa e associações de pesquisadores, principalmente a ANPOCS, e sua relação com a estruturação das agendas de direitos humanos e de segurança pública através da construção de fóruns específicos, a

ANDHEP e os Encontros Nacionais de Segurança Pública, e a elaboração de planos e estruturas administrativas e gerenciais, como a SEDH e a SENASP. Na próxima seção esboçamos alguns dos momentos da construção institucional de redes e grupos de pesquisa nos quais estas estruturas se fizeram presentes, a partir da diversificação das ciências sociais, a em especial a passagem da regionalização à nacionalização das redes de pesquisa. Em direção ao contexto do Rio de Janeiro e São Paulo se associaram e convergiram novos atores dos processos de institucionalização universitária e produção de conhecimento sobre crime, violência e punição, que constituirão os INCTs.

CAPÍTULO VI

O campo da segurança pública como dispositivo de saber-poder

A estruturação nacional das redes de pesquisa sobre violência, crime e punição: os Seminários e Associações de Pesquisa em Ciências Sociais

A primeira década de reuniões da ANPOCS (1977-1989)²⁵⁹ foi marcada pela diversificação das ciências sociais brasileiras, com destaque para as pesquisas cada vez mais concentradas no mundo urbano e na vida cotidiana sobre temas como: a questões racial e de gênero; as formas de religiosidade; o modo de vida da classe operária, suas formas de organização e reivindicação; os processos de mobilidade social; o direito alternativo; e as políticas públicas, que se associam ao tema da consolidação democrática e da governabilidade. Temáticas que traduzem o envolvimento dos pesquisadores com a agenda de movimentos sociais constituídos nos anos 70 em torno da redemocratização e de reivindicações ligadas à garantia de direitos civis e sociais, o acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades, mas também no mundo rural. A ênfase recai na capacidade de mobilização popular e sua influência em reformas institucionais e políticas necessárias ao funcionamento de uma democracia. Impulsionadas por esses movimentos, as universidades brasileiras tornaram-se um *locus* privilegiado de discussões e do desenvolvimento de conceitos e de práticas, que questionaram as barreiras entre a produção de conhecimento científico e ação coletiva.

A globalização e a fragmentação do social direcionam o olhar das grandes questões para questões tópicas (cultura, relações raciais, gênero, religião), com forte ênfase em políticas públicas. Assim, apesar do progressivo desenvolvimento e expansão das pesquisas, a virada dos anos 80 para os 90 foi marcada por revisões, balanços e avaliações sobre esta diversificação, que procuraram superar o diagnóstico de crise diante da perda de unidade dos antigos referenciais de análise e das formas de politização. Além de Mesas-Redondas voltadas para a formulação de novas perspectivas teórico-metodológicas, institucionais e políticas para a década seguinte - *O*

259 Há uma série de dificuldades e limites para uma sistematização com base nos registros disponíveis. Somente após 1998 a programação de GTs, Mesas Redondas, Conferências são arquivadas e disponibilizadas de modo integral. Até este período, é preciso confiar em uma base de dados pouco sistemática, principalmente em seus primeiros anos. Para os anos 1979 e 1980, por exemplo, há somente o registro de um trabalho no GT Direito e Sociedade. Em alguns outros, não há registro algum. No mesmo sentido, não há garantias de que o trabalho registrado foi devidamente apresentado. No que tange às Mesas Redondas e Conferências há uma grande flutuação no registro. De todo modo, é um recurso confiável para apontar tendências gerais, principalmente quando contrastado com outras bases de dados. Trabalharemos a partir dos registros do III Encontro Anual, de 1979.

ensino pós-graduado no Brasil: diagnóstico e perspectivas, Uma política para as ciências sociais e Ciências sociais: avaliações e perspectivas, em 1989; *Teoria e método e as ciências sociais brasileiras da atualidade, Política científica e as ciências sociais hoje e Cultura e política: repensando suas inter-relações*, em 1990 -, há a presença constante de GTs específicos para revisões sobre a produção científica em áreas temáticas e disciplinas - *Sociologia da cultura brasileira: regaste e impasses*, em 1989; *A construção do trabalho intelectual em história, ciência política, antropologia e sociologia* e *As controvérsias na sociologia contemporânea e no Brasil*, em 1990 -, assim como balanços teórico-metodológicos em número considerável dos GTs, em especial nos que abordaram a sociologia rural, as relações de gênero, os movimentos sociais urbanos, a cultura brasileira e o direito. Os pesquisadores melhor posicionados nesta conjuntura irão liderar as discussões na ANPOCS durante a década seguinte.

Uma das áreas temáticas que mais se desenvolverá a partir deste período é a dos estudos sobre violência, crime, punição e controle social, como já indicara revisão sobre a produção "pouco convencional" na sociologia ainda nos anos 80:

Privilegiando igualmente a linguagem subjacente ao fato mais que o próprio fato – que, como nos ensina Durkheim, é um bom caminho para construir objetos na sociologia – e tomando a violência como tema de fundo, três livros destacam-se, tanto por seus objetivos quanto pelo material com o qual trabalham. Em primeiro lugar, o de Maria Victoria Benevides, *Violência, povo e polícia* (1983); em segundo, o de Edmundo Campos Coelho, *A Oficina do Diabo* (1987); por fim, o de Danielle Ardaillon e Guita Debert, *Quando a vítima é mulher* (1987) (Pena, 1989: 154).

Os livros enumerados antecipam alguns dos principais eixos de distribuição destas pesquisas na ANPOCS, quais sejam: "violência e gênero", "violência e conflito social" e "*sistema de justiça, violência criminal e segurança pública*". Com a dissolução do GT *Direito e Sociedade* (1989) será a partir destes eixos que se distribuirão as pesquisas que, ao longo dos anos 90, irão (re)construir o problema da "violência urbana" em questão científica.

Violência e gênero

O primeiro eixo, "violência e gênero", deriva da história dos movimentos sociais no Brasil, que foi, em grande parte, a história da constituição das mulheres como sujeito coletivo. Na mobilização em torno das questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, as mulheres nos movimentos passaram a levantar questões específicas, como o direito à creche, a atenção à saúde da mulher e violência contra a mulher²⁶⁰. Nessa especificação de temas, haverá uma convergência entre os "movimentos sociais com participação de mulheres", cuja referência maior se ligava à desigualdade de classe, e o movimento feminista, cujo alvo se concentraria na desigualdade das relações entre homens e mulheres. O lugar das crianças, das mulheres idosas, negras, as convenções e intervenções sobre o corpo, o mercado sexual, passaram a ser preocupações interligadas à questão basilar das relações de dominação entre homens e mulheres (Farah, 2004).

Embora em diálogo constante, esta será também matriz de divisões nos posicionamentos desta subárea de pesquisa, cujo desenvolvimento nos últimos trinta anos tem sido sistematizado em uma série de revisões bibliográficas e coletâneas de depoimentos, como a trilogia organizada pelo *Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades* (NIGS) da *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC), com base no projeto *Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violência contra Mulheres*²⁶¹: *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)* (Grossi et al, 2006a); *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência* (Grossi et al, 2006b); e *Violência(s) contra mulheres: pesquisas acadêmicas brasileiras em exame* (Grossi, 2006). Utilizaremos esta produção como base para compreender os cruzamentos possíveis com as redes de pesquisa que mapeamos no presente trabalho.

Torna-se logo evidente o lugar de Miriam Pillar Grossi²⁶² e da Fundação Ford na organização destas revisões. A atuação da antropóloga, que deve ser tomada, então, no interior de uma "política estratégica" de promoção da discussão de gênero no Brasil, que atravessa e articula algumas das clivagens da área e cujo sentido se interliga a constituição de um campo da segurança pública e justiça criminal. É a partir da atuação e das classificações propostas por Grossi, nesse sentido, que procuraremos tornar inteligível o conjunto dos depoimentos e da produção coligidos.

260 Grupos e movimentos como: Luta Contra a Carestia; Custo de Vida; Pannels Vazias; Movimento das Donas de Casa (Taube, 2002).

261 Com suporte de quinze pesquisadoras dedicadas a sistematização de trabalhos de pós-graduação, monografias de final de curso e outras produções acadêmicas entre 1975-2005 em diferentes áreas de conhecimento de todas as regiões do país.

262 Em 1994, quando se preparava o documento brasileiro para a IV Conferência Internacional da Mulher organizada pela ONU em Pequim, tive o privilégio de ser convidada para elaborar o documento relativo às violências contra as mulheres no Brasil (Grossi, 1994).

Desde sua tese de doutorado (Grossi, 1988), e em especial de sua apresentação na ANPOCS, em 1991, a antropóloga vem problematizando a produção da área até então:

No campo acadêmico poucas ainda eram as pesquisas realizadas mas, encontrava pelo menos duas grandes correntes explicativas no bojo de uma pequena dezena de trabalhos, alguns deles ainda de fundamental referência para os estudos atuais, como os de Mariza Côrrea, Maria Amélia Azevedo, Marilena Chauí, Heleieth Saffioti, Maria Filomena Gregori, Paula Montero e Bila Sorj, Danielle Ardaillon, Guita Debert, Maria Luiz Heilborn e Heloisa André Pontes. Estas duas correntes me pareciam estar divididas em dois tipos de interpretação, que caracterizavam as mulheres como *vítimas* ou *cúmplices*. De um lado identificava uma matriz feminista radical que compreendia a violência masculina como um reflexo do patriarcado e da dominação masculina, e de outro, me parecia encontrar uma corrente teórica feminista mais relativista que via a violência como parte de um complexo jogo de dominação/submissão no bojo das relações de gênero. Muitos textos que se seguiram, desconstruindo esta interpretação dualista do campo, como por exemplo, as pesquisas de Mireya Suárez, Lourdes Bandeira, Lia Zanotta Machado e Rita Segato em Brasília e de Bárbara Musumeci Soares, Elaine Brandão, Carrara, Vianna e Enne e Silvia Ramos no Rio de Janeiro (Grossi In: Grossi *et al*, 2006a: 10-11).

A maior parte destes nomes constará na lista de depoimentos coligida, compreendendo uma produção majoritária em ciências sociais na interface com o campo da saúde coletiva²⁶³. Segundo a coletânea de depoimentos, seria possível localizar três ângulos para abordar os caminhos destas pesquisadoras em direção ao campo de estudos "gênero e violência": De um lado, o percorrido por aquelas que foram inicialmente militantes feministas e depois teriam buscado "entender academicamente" aquilo que os discursos militantes não davam conta. De outro, aquelas que iniciaram suas reflexões na academia, em pesquisas ou em cursos universitários, nos quais foram despertadas para o tema por professoras feministas. E, por fim, as pesquisadoras que chegam ao tema por vias mais próximas do Estado, através da atuação profissional em serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência no sistema de saúde, em casas de abrigo, em delegacias ou através do sistema judiciário. "Militância, pesquisa e Estado parecem ser os três eixos que têm problematizado, sustentado e abalado este campo político" (Grossi *et al* 2006b: 13).

Desse modo, o campo de pesquisas sobre gênero e violência no país teria a marca do diálogo entre grupos feministas autônomos, organizações não-governamentais feministas e mais

263 Ciências Sociais: Bárbara Musumeci Soares, Claudia Fonseca, Débora Diniz, Eva Blay, Guita Debert, Heleieth Saffioti, Lia Zanotta Machado, Lucila Scavone, Maria de Lourdes Bandeira, Maria Filomena Gregori, Russel Parry Scott e Silvia Ramos; Saúde coletiva: Ana Flávia d'Oliveira, Lilia Schraiber, Estela Aquino, Normélia Freire Diniz e Simone Diniz

recentemente o Estado, através de estratégias institucionais e políticas elaboradas no sentido de conciliar ações concretas e garantir a visibilidade dos seus temas no campo acadêmico. Um caminho iniciado principalmente por antropólogas nos anos 1980 e que viria a ter cada vez maior protagonismo no campo da saúde coletiva durante os anos 1990. Assim, grupos de mulheres, organizados a partir de disciplinas e departamentos, reuniram-se para discutir o papel feminino, a desigualdade entre os sexos, sexualidade e saúde, discriminações e violência interligando diferentes fóruns - SBS, ABA, ANPOCS, *Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)* – e a criação de núcleos de pesquisa – como o *Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (NEMGE/USP)*, em 1985, e o *Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/UNICAMP*, em 1986. Demonstrando uma orientação mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os gêneros e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas, ao invés de constituírem espaços alternativos como nos Estados Unidos, o movimento feminista brasileiro procurou integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento de suas preocupações.

No caso da ANPOCS, os trabalhos do eixo violência e gênero, compreendendo o intervalo que consideramos de "maturação" da temática, podem ser visualizados no quadro abaixo:

EIXO	GT	AUTORES/PESQUISAS
Violência e Gênero (1978-1994)	A mulher na força de trabalho (1978 – 1985/ 87/ 89)	Barbara Musumeci: <i>Delegacia da Mulher: Espaço de Negociação de Conflitos e Redefinição de Direitos Privados</i> (1994);
	Mulher e política (1981 – 1989)	Eleonora Menicucci de Oliveira: <i>Violência sobre o corpo: a questão dos direitos reprodutivos</i> (1993);
	Família e sociedade no Brasil (1981-1989)	Helleieth Saffioti: <i>Violência contra a mulher – dimensão necessária da dominação</i> (1985); <i>Circuito fechado: abuso sexual incestuoso</i> (1991); <i>A vida por um fio: violência contra crianças e adolescentes no Brasil contemporâneo</i> (1994);
	Família brasileira (1990)	
	A transversalidade do gênero nas ciências sociais (1990)	Heloísa Pontes e Maria Filomena Gregori: <i>A família, a violência e o feminismo</i> (1983);
	Família e Sociedade (1991 – 92/94)	Karin Ellen von Smigay e Maria Lucia Afonso: <i>Enigma do feminino</i> (1993);
	Relações sociais de gênero (1991- 92)	Luiza Margareth Rago: <i>O estigma da prostituição</i> (1993);
Dilemas e perspectivas do estudo de gênero para os	Maria Aparecida de Moraes Silva: <i>As meninas dos descartes: a eficácia do modo de dominação através</i>	

	<p>anos 90 (1993)</p> <p>A construção pública e privada da família (1993)</p> <p>Cultura e Política (1994 -)</p> <p>Relações de gênero (1994-)</p>	<p><i>da violência doce</i> (1993);</p> <p>Maria Elena Cançado, Marilise Silva, Suely Almeida: <i>Violência conjugal: silêncio e repressão</i> (1993);</p> <p>Maria Filomena Gregori: <i>A violência contra a mulher, a atuação feminista e as vítimas</i> (1988); <i>Viração e Circulação: um estudo sobre meninos de rua</i> (1994);</p> <p>Miriam Pillar Grossi: <i>Vítimas ou cúmplices? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil</i> (1991)</p>
--	--	---

Mas parte destas pesquisadoras irá se distinguir também em cargos políticos. É o exemplo de Eva Blay, fundadora do NEMGE/USP²⁶⁴, que se tornou senadora da República, entre 1992 e 1994, assumindo a vaga de Fernando Henrique Cardoso, cujo papel político remonta a recomposição partidária dos anos 1980:

Comecei a trabalhar no movimento feminista desde os anos 60. Particpei do movimento pela redemocratização do país de modo articulado com o feminismo. Por isso, na campanha do Montoro propusemos a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina²⁶⁵, que foi o primeiro criado no Brasil. Daí continuei essa campanha dentro do PMDB, começando a levar essa questão junto com a reorganização partidária. Essa ocasião foi muito ruim para o movimento feminista, porque houve, por exemplo, a divisão entre PMDB e PT. De repente, nós que sentávamos juntos na mesma mesa para discutir os mesmos problemas, começamos a ter confrontos [...] Depois nós conseguimos 25 legendas para mulheres no PMDB; foi um grande salto! E eu não queria ser candidata a nada. Nunca tive muito espírito de buscar votos. Adoro buscar votos para os outros. Mas para mim mesma não [...] E aí falei: "o máximo que eu posso aceitar é ser suplente de alguém". Por isso fui suplente. Foi por isso que acabei senadora [...] Fico sempre balançando entre uma coisa e outra [...] Então observo que a questão acadêmica, não está separada da questão partidária e muito menos da questão política e do feminismo. Para mim essas coisas sobrepõem-se (Eva Blay *apud* Grossi *et al* 2006b: 107).

Não é de se desprezar, portanto, a interlocução entre movimentos feministas e universidades irão impactar na implantação de um subcampo de políticas públicas com recorte de gênero, que tem sua origem nos anos 80, com a criação do primeiro *Conselho Estadual da*

264 Fundado com Ruth Cardoso e Carmem Barroso, com a integração de Lia Fukui, Helena Hirata e parcerias atuais com as Católicas pelo direito de decidir e com grupos de mulheres negras militanes (Eva Blay *apud* Grossi *et al*, 2006b :109).

265 Ocupou a cadeira de Presidente do Conselho.

Condição Feminina, em 1983, e da primeira *Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher*, em 1985, ambos no Estado de São Paulo; do *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM), em 1983, e do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), no Ministério da Justiça, em 1985; e da *Carta das Mulheres Brasileiras*, conjunto de propostas para a Constituinte, em 1988 (Farah, 2004).

O início dessa mobilização, de acordo com os depoimentos, remonta a criação de grupos de atendimento às mulheres vítimas de violência, no caso, os pioneiros SOS-Corpo de Recife (1978) e o SOS-Mulher de Campinas e de São Paulo (1980), que contribuíram para a politização das violências e demandaram uma resposta estatal (Lourdes Bandeira apud Grossi et al, 2006b: 239-240). Será em torno do SOS-Mulher de Campinas e de São Paulo que se originaria um dos grupos acadêmicos com mais expressão na área, ligado a coletivos de militância feministas compostos por professoras (Mariza Corrêa, Jeanne Marie Gagnebin) e estudantes (Heloísa Pontes, Iara Belelli, Ana Fonseca, Ângela Araújo, Lília Guedes e Maria Filomena Gregori), na UNICAMP, entre 1979 e 1981.

É no bojo deste processo que se desenvolve uma parte importante da pesquisa sobre a violência contra a mulher, suas representações sociais e seu tratamento judiciário, que teve como dois dos seus maiores marcos: *Morte em família: Representação Jurídica de Papéis Sociais* (1981), investigação sobre homicídios e tentativas de homicídios cometidos em Campinas, de Mariza Corrêa; e *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (1993), etnografia do SOS-Mulher de São Paulo, de Maria Filomena Gregori. Este último, em especial, será o ponto nevrálgico de uma divisão entre "teorias feministas", mais próximas da militância e do reforço a ideia de patriarcalismo e dominação masculina, cuja maior representante seria Heleith Saffioti²⁶⁶; e o uso das relações de gênero como categoria analítica²⁶⁷. O depoimento de Gregori é esclarecedor:

Quando defendi a dissertação, estava preocupada com o problema da violência e quis fazer um exame crítico das propostas existentes. Eu achava que tinha o que dizer a respeito das relações de violência, naquele momento não havia essa definição de gênero claramente configurada. A reação ao meu trabalho foi enorme, no começo as pessoas estavam fascinadas, então me convidavam para debater...De repente, os convites pararam e ninguém discutiu comigo publicamente [...] Do movimento me afastei totalmente, porque acabei ficando constrangida. Não sofri nenhuma crítica direta, mas sabia por outras pessoas que as referências feitas sobre mim, inclusive em reuniões amplas, eram bem agressivas [...]

266 Autora de *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1976, tese de doutorado; e *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987.

267 Para uma revisão mais recente, nessa perspectiva cf. Izumino, 2004.

É um equívoco reduzir aquela interpretação à noção de que as mulheres são cúmplices da violência. Trata-se de um reducionismo atroz! Só consigo entender essa crítica dentro de uma configuração política. Ou seja: existe claramente uma dimensão política por trás dela porque, em si, ela não se sustenta. Depois de anos, aprendi a defender teoricamente os meus argumentos [...] não é fácil ter um contencioso, por exemplo, com uma pesquisadora como a Heleieth Saffioti. Primeiro, porque tenho muito respeito por ela [...] mas de fato temos uma profunda discordância teórica, que não é uma discordância qualquer. Ela defende e acredita numa série de pressupostos que estou pondo em questão (Gregori *apud* Grossi *et al*, 2006b: 260-262).

O lugar de Heleieth Saffioti, nesse sentido, é visto como de referência e oposição, o que aparece em uma série de depoimentos, em especial de Claudia Fonseca²⁶⁸:

[...] quem foi a primeira pessoa a trabalhar, ou a pensar, de forma legítima e admirável nas Ciências Sociais, a violência contra a mulher? Foi Heleieth Saffioti, eu acho. [...] Considero que nos construímos um pouco em oposição a Heleieth [...] Nunca esquecerei que eu estava apresentando um paper num seminário da FCC²⁶⁹, há uns 10, 15 anos atrás [...] Miriam (Grossi) estava lá, conversando, expondo ideias, e Heleieth, que também apresentou um trabalho um trabalho, disse: "... vocês me desculpem, mas eu não entendo vocês antropólogos, não entendo a maneira como vocês trabalham, com homens e tal..." Ela não entendia por que não entrávamos naquela denúncia total do machismo, do patriarcado, etc. (*apud* Grossi *et al* 2006b: 47-50).

No mesmo sentido, conforme Lia Zanotta (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 184), os trabalhos de Heleieth Saffioti, "a primeira teórica brasileira pioneira que trabalha com a questão das mulheres e que se torna depois uma das especialistas na questão da violência", chamariam a atenção para a explicação da violência como uma questão de poder, denunciando o lugar ativo dos homens como sujeitos da violência: "Violência de gênero e violência patriarcal passam, no entanto, a serem quase sinônimos e o lugar ativo das mulheres na situação de violência não fica claro, no meu entender". Em contrapartida, existiria o estudo de Maria Filomena Gregori, crítico da vitimização das mulheres, indicando "a circulação de poder na relação conjugal e o círculo vicioso da violência". Miriam Grossi, por sua vez, teria analisado o problema primeiramente enfatizando as relações de poder, depois adentrando nesse segundo paradigma. Um contraste é também geracional. Junto a Eva Blay, Saffioti é da turma de 1956 da FFCL/USP, onde foi orientada por Florestan Fernandes, atuara como professora em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FFCLA), da hoje UNESP (Universidade Estadual

268 Antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

269 Fundação Carlos Chagas

Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), desde 1962.

Seguindo essa narrativa, se na década de setenta, "estudos sobre a mulher" ou sobre "violência contra a mulher" foram as denominações mais comuns utilizadas para caracterizar a área de pesquisas que então se constituía, já a partir da década de oitenta há uma gradativa substituição do termo *mulher* pela noção de *gênero*, com objetivo de sofisticar o campo conceitual das teorias sociais. Este seria o principal sentido da produção de Maria Célia Paoli (1984; 1991)²⁷⁰ que, embora não seja rememorada nos depoimentos, refletiu sobre a relação entre gênero e movimentos sociais e teve participação ativa na coordenação de GTs sobre esse tema e também sobre justiça criminal²⁷¹.

Em se tratando de ANPOCS, o rearranjo de perspectivas teria exigido uma série de medidas "diplomáticas" de negociação, conforme relata Lourdes Bandeira:

Ao nível nacional, continuei participando dos Encontros Nacionais da ANPOCS e foi durante os anos de 1989 e 1990, que coordenei o GT *Mulher e Política*, quando no XIII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, se iniciaram os diálogos com o GT *Mulher na Força de Trabalho*, coordenado pela colega Lena Lavinias, objetivando a integração desses dois grupos, em um GT de *Relações de Gênero*. As negociações levaram dois anos, pois havia que se considerar a participação das respectivas fundadoras dos grupos. Do GT *Mulher e Política*, havia sido Fanny Tabak e do outro, a Professora Heleieth Saffioti. Reunidas no Rio de Janeiro, pelo GT *Mulher e Política*, eu e Eleonora Menicucci de Oliveira e pelo GT *Divisão Sexual do Trabalho*, Lena Lavinias e Mary Castro, conseguimos chegar a um entendimento e, então, aqueles dois Grupos de Trabalho foram "transformados" no GT *Relações de Gênero* (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 231).

Mas isto não se faria sem controvérsias, como afirma Lia Zanotta Machado (*apud* Grossi *et al*, 2006: 188-189): "Nesse 'vai e volta' das questões teóricas, Heleieth Saffioti [...] na última reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) [...] afirmou em seu discurso: 'esse negócio de gênero atrapalhou tudo'. Para mim, foi uma surpresa [...] Saffioti parece estar indo para o caminho de reenfatizar a denúncia". Em sentido próximo, outra pesquisadora da área, Guita Debert²⁷², afirmaria:

270 Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná(1967), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo(1972), sendo orientada por José de Souza Martins, e doutorado em História Social pela University of London(1987). Atualmente é professora em Sociologia da USP.

271 Para uma revisão atenta das implicações variadas dos conceitos de violência doméstica, violência de gênero entre as autoras elencadas, cf. Izumino & Santos, 2005

272 Professora da UNICAMP desde 1984. Graduação na USP (1968-1973), onde obteve mestrado (1974-1977) e doutorado (1982-1986) em Ciência Política, sob a orientação de Ruth Cardoso, com tese sobre o ISEB: A política do significado nos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG), 1986. Junto com Danielle Ardaillon, de *Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de*

Considero que houve uma separação extremamente grande entre o feminismo e as teorias de gênero. Foi preciso a criação de uma linguagem extremamente sofisticada teoricamente para mostrar certas dimensões que as feministas tinham dificuldade de ver. Nesse momento, precisamos mostrar que essa relação entre o movimento e a teoria tem um potencial muito grande para ambos os lados e que não pode ser perdido. Creio que num determinado momento, deu-se uma separação entre feministas e militantes, e agora o nosso desafio é juntar essas forças [...] a coisa acadêmica sem o feedback do feminismo perde muito em termos conceituais (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 127).

Através da sua narrativa, entramos em outra cisão dessa área de estudos e ativismo, entre a pauta específica da militância feminista e a pauta mais ampla dos direitos humanos, com diferentes consequências no nível da teorização e da prática, especialmente no que se refere a política penal no tratamento dos conflitos:

O que eu acho que é novo (e que é complicado), é que os trabalhos sobre violência não estão sendo feitos por feministas, eles não têm mais hoje o enfoque e a perspectiva feminista. As pesquisadoras são mais permeáveis ao ideário dos direitos humanos do que ao ideário feminista. Penso que existe uma contradição forte entre esses dois ideários [...] Não quero falar como afirma a direita, que os direitos humanos defendem os bandidos, mas sem dúvida, como a tortura nas prisões foi uma coisa muito forte no Brasil, a luta contra a tortura e o sistema prisional dá uma das tônicas centrais do movimento dos direitos humanos, então considero que a perda do feminismo fez com que se embarcasse nisso de uma maneira muito tolerante com as agressões físicas contra a mulher. Isso é uma coisa que choca nos trabalhos recentes [...] As críticas que fizemos às delegacias da mulher acabam por gerar propostas de alternativas que sugerem a transformação dessas delegacias em instâncias do que venho chamando de judicialização das relações na família [...] Desse ponto de vista a resposta à violência é a psicoterapia dos agressores de modo a adaptá-los à convivência familiar. Eu acho isso um escândalo [...] A postura abolicionista e a conciliação entre as partes estão no interesse de quem é culpado e podem levar a banalização da violência contra os fracos e oprimidos (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 115-129).

Por outro lado, em perspectiva oposta, se encontra a antropóloga Bárbara Musumeci Soares, que parte justamente de um reforço ao valor da posição de não-militante como propulsora de um distanciamento necessário à reflexão científica. Uma trajetória cujo "divisor de águas" é a aproximação com atores da segurança pública, em especial as mulheres no interior das polícias,

crimes de estupro, espancamento e homicídio (1987) "Pesquisa [...] que foi uma encomenda do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1985 quando Jaqueline Pitanguy era a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 112).

advinda de seu vínculo com o ISER e a experiência do grupo assessor da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania no governo Garotinho:

Eu não tenho nenhuma experiência de militância em movimento de mulheres, nunca fui de movimento feminista e considero que este é o meu trunfo de alguma forma, porque estou trabalhando com um tema que é típico do movimento feminista, tendo um distanciamento que me permite ver algumas coisas que acho que os movimentos não conseguem ver [...] a partir de um certo momento, se pensou a violência contra a mulher no âmbito da saúde. De outro lado, pensava-se na criminalização, na denúncia, na punição. Mas nunca se refletiu sobre a violência doméstica como um tema de Segurança Pública [...] Que muita coisa pode e deve ser feita pelas polícias – civil e militar [...] Não é uma agenda do feminismo, tanto que estamos concluindo uma pesquisa agora sobre mulheres policiais e uma de nossas percepções é que o movimento feminista foi muito atento para criminalizar a violência contra a mulher, mas deixou de lado temas muito importantes, como o papel da mulher nos órgãos de segurança. [...] Então é a isso que me refiro, quando falo em estar em um lugar de onde posso ver algumas coisas, pois estou fora da agenda definida pelo feminismo. Tanto que, por exemplo, agora acabou a Conferência da Mulher e eu tive a tristeza de ver que uma das definições da área da violência foi endurecer as penas contra os agressores. A conferência é um processo democrático, muito legal. Mas é pena ver todo o esforço de conferências municipais, estaduais e, finalmente, a conferência nacional, para chegar a uma conclusão de 30 anos atrás (*apud Grossi et al*, 2006b: 316-318).

Torna-se interessante perceber, ao mesmo tempo, a afinidade do discurso da antropóloga, com o da psicóloga e cientista política Silvia Ramos²⁷³, que se construiria no interior de redes que

273 "Fiz a graduação nos anos 70 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em psicologia. Depois fiz o mestrado em psicologia clínica, na mesma instituição, defendendo uma dissertação com um forte viés sociológico, intitulada "A psicologia sobre o morro: psicólogos trabalhando em favelas do Rio de Janeiro". Esse era o período do governo Brizola, surgia a palavra comunidade, a favela era valorizada e havia uma explosão de trabalhos sociais. Isto me levou a fazer o doutorado em ciência política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Fiz o doutorado, mas não defendi a tese nesta ocasião. Estou defendendo a tese agora na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Durante esse período, entre 1985 e 1990, interrompi minha trajetória acadêmica e tive uma militância intensa no campo da AIDS. Fui fundadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), juntamente com Betinho, Herbert Daniel, Walter de Almeida e um time da primeira hora da AIDS no Brasil. A experiência na ABIA com projetos-piloto voltados para grupos específicos influenciou a minha perspectiva e me aproximou da temática da violência. Em 1993, coordenei a realização de um seminário internacional, no Rio de Janeiro, intitulado "Mídia e Violência", como assessora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Nessa ocasião conheci Luiz Eduardo Soares, que liderava o Núcleo de Violência no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). O núcleo reunia, entre outros pesquisadores, Bárbara Musumeci Soares, Leonarda Musumeci, João Trajano Sento-Sé, José Rodrigues, Patrick Larvie e Jaqueline Muniz. Em 1998 fui convidada por Luiz Eduardo para compor a equipe que elaborou o programa de governo sobre violência, segurança e cidadania para a campanha eleitoral. Esse programa seria implementado em parte no governo Anthony Garotinho no Rio de Janeiro. Esta equipe foi a matriz da Sub-Secretaria de Segurança e Cidadania que existiu entre janeiro de 1999 e março de 2000 quando o governador Garotinho demitiu Luiz Eduardo e toda a equipe pediu demissão. Na Secretaria de Segurança, tínhamos formado a Sub-Secretaria de Pesquisa e Cidadania que implantou projetos pilotos e inéditos na história da segurança pública, envolvendo diretamente a sociedade civil. Eu coordenei o desenvolvimento dos programas com minorias – ou seja, com grupos vulneráveis às violências específicas e permanentes: homossexuais, negros, crianças e adolescentes,

interligam o espaço burocrático das instituições de fomento à pesquisa (FAPERJ), a ascensão do tema da violência na área de saúde (IBASE e Fiocruz) e sua interface (diálogos e confrontos) com os movimentos sociais feministas, negro e homossexual e se concretizaria atualmente no CESeC²⁷⁴. Cientista social formada no IFCS/UFRJ, com mestrado em antropologia na área da saúde (tese sobre homeopatia), a entrada de Barbara no tema da violência contra a mulher, nesse sentido, se daria "justamente quando Silvia estava na FAPERJ e solicitou para o núcleo de pesquisa do ISER, onde eu trabalhava na época, um projeto que envolvia vários temas, e entre eles o das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (1993), no Rio de Janeiro". Além disso, contaria a experiência de pesquisa junto a Sérgio Carrara²⁷⁵, outro parceiro de Silvia Ramos²⁷⁶, que a teria aproximado do tema do alcoolismo, cuja conexão com o tema da violência contra a mulher seria enfim concretizada em seu período de mestrado no IUPERJ, durante estágio nos Estados Unidos, onde trabalharia como voluntária em abrigo para vítimas de violência doméstica, onde perceberia vínculos entre o alcoolismo e a violência doméstica: "a tese abordou a forma como a sociedade brasileira e a americana enfrentaram [...] este problema da violência contra a mulher, da violência doméstica – em que a própria definição do problema era alvo de debates, com perspectivas diferentes, de sociólogos, de feministas" (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 313-316).

Nesse sentido, vale fazer referência ao depoimento de Silvia Ramos a respeito da relação entre academia e movimentos sociais:

O movimento homossexual por muito tempo manteve o discurso "as dez razões pelas quais os homossexuais são mais vítimas do que todas as vítimas". Esse movimento, se não tomar cuidado, vai perder o bonde para o mercado. Por que se alguém é homossexual e não é a vítima das vítimas, pode não se sentir representado pelo "movimento". Se uma determinada pessoa é o homossexual das boates, das Paradas GLBTs, do orgulho, da afirmação, então pode não se identificar com aquela figura da vítima indefesa. Avalio que isto foi muito forte entre as mulheres em torno dos anos 70, e que de certa forma fez a formação do movimento de

idosos – e também na área de meio ambiente. Quando saímos da Secretaria quase toda a equipe veio para a Universidade Cândido Mendes, a convite do reitor. Assim foi criado o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), em abril de 2000, um centro de pesquisa e de estudo ligado à essa universidade, mas que tem um forte compromisso com pesquisas aplicadas, ou seja, capazes de informar políticas públicas" (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 311-313).

274 "A vinda para o CESeC teve também um outro aspecto interessante, porque vi a necessidade de sair deste mundo de mulheres apanhando e homens batendo, e pensar mais em outras áreas em que o tema gênero, no âmbito da segurança, poderia ter mais importância. Um exemplo é a pesquisa que fiz com a Iara Ilgenfritz, sobre as mulheres encarceradas no Rio de Janeiro. É claro que a gente acaba voltando para as situações de violência" (*apud* Grossi *et al*: 334). Cf. Soares & Ilgenfritz, 2002b.

275 Antropólogo, professor do Instituto de Medicina Social da UERJ, atualmente coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

276 Juntos escreveriam: *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª; Parada do Orgulho GLBT – Rio (2004b)* e *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas* (2006).

mulheres no Brasil [...] No caso do movimento negro também, quando você considera o discurso militante da anemia falciforme, de novo há uma insistência na ideia de vitimização e não na ideia de afirmação que é um conceito que chega com mais força nos anos 90 e, de certa forma, com um certo atraso em relação a uma boa parcela da comunidade militante [...] Temos uma elite no movimento de mulheres altamente especializada, globalizada e profissionalizada [...] e depois tem as mulheres da base, às vezes muito separadas do pensamento dessas lideranças que pertencem a ONGs muito sofisticadas. Na minha opinião, esse processo de "onguização" também se dá de certa forma no movimento homossexual e, em menor escala, no movimento negro. E tal processo, se por um lado fortalece, cria canais de diálogos poderosos, por outro lado pode ser muito perigoso para a trajetória dos movimentos sociais, porque eles descolam da realidade e das prioridades que estão na base (*apud Grossi et al*, 2006b: 319-321).

O depoimento acentua as clivagens internas dos movimentos sociais, que resultaria na opinião de Barbara Musumeci, em lacunas de pesquisa e atuação: "é surpreendente como o movimento de mulheres tem uma trajetória, uma opinião formada sobre violência e sobre políticas de segurança para mulheres, e não tem nada formulado sobre políticas de segurança em geral" (*apud Grossi et al*, 2006b: 327). Por sua vez, essa perspectiva de atuação se alia a um conjunto de apoios e parcerias - com organizações ativistas, como Grupo Cultural Afro Reggae, no projeto Juventude e Polícia; e com instituição acadêmicas/ONGs de pesquisa, como o CLAM (projeto das Pesquisas nas Paradas GLBT); o IBASE) e a FASE²⁷⁷ -, cuja grande característica é a relação com as Fundações Hewlett (The William and Flora Hewlett Foundation), a Fundação Ford e o Ministério da Justiça, através da SENASP.

A trajetória dessas duas pesquisadoras enuncia ainda três fatores a serem considerados, que interferem no conjunto maior de trajetórias consideradas:

Em primeiro lugar, a relação com a área da saúde, cujas "possibilidades de inserção profissional, representadas basicamente por dois polos: o IMS/UERJ e a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)" (Estela Aquino *apud Grossi et al*, 2006b: 76). No interior da qual se consolidará o *Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde* (CLAVES), da FIOCRUZ, coordenado por Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza, grupo que vem produzindo continuamente pesquisas sobre violência e mortalidade por causas externas²⁷⁸.

Em segundo, a influência das experiências de internacionalização (Estados Unidos e França), definindo diferentes adesões teóricas e ético-políticas, como expressa Estela Aquino,

277 ONG voltada para a promoção dos direitos humanos, da gestão democrática e da economia solidária.

278 cf. *Violência sob o olhar da saúde* – a infrapolítica da contemporaneidade brasileira (Minayo; Souza (orgs), 2003).

citando o papel de Maria André Loyola na introdução da literatura antropologia saúde e história social (Luc Boltanski, Philippe Ariès...): "a minha geração foi muito influenciada pelo retorno das mulheres que tinham ido para o exílio durante a ditadura, especialmente daquelas que viveram na França e em outros país da Europa (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 75). Lucila Scavone fará referência o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, reunindo feministas brasileiras exiladas, estudantes de pós-graduação influenciadas pelo movimento feminista francês e reunido na *Maison du Brésil/Cité Internationale Universitaire de Paris*, em 1976 (*Ibidem*: 252). Maria Filomena Gregori, por sua vez, se refere, já em seu interesse inicial de pesquisa, a "o que caracterizava o relacionamento entre as feministas que eram de classe média, esclarecidas, muitas vindas do exílio, com uma participação política intensa na esquerda e as mulheres, oriundas em sua maioria das camadas populares, e que eram atendidas pelo SOS-Mulher?" (*Ibidem*: 258).

Por fim, o terceiro aspecto é o da expansão das redes no sentido do campo de segurança pública. Uma rede que articula uma série de trajetórias por diferentes entradas, caso Lourdes Bandeira - que transitam entre Rio Grande do Sul, Paraíba até Brasília, atraída pelos projetos de pesquisa sobre Mulheres Policiais (CESeC) e pelos editais de pesquisa da SENASP sobre as DEAMs do Centro-Oeste -, chegando a interligar pesquisadoras cujos trabalhos não seriam comumente lembrados na área:

Tem também um trabalho muito importante, e uma autora que nunca é lembrada, porque não é muito da seara da discussão de gênero, mas tem um livro muito bom, que é Joana Vargas²⁷⁹. Ela foi aluna de Alba Zaluar na Unicamp. Depois ela foi para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Ela tem formação em Antropologia, escreveu o seu livro sobre estupro. Através daquilo que chama de análise de fluxo institucional, ela abordou o estupro desde o instante em que é registrado nas delegacias, até o momento em que é denunciado pelo ministério público. A tese dela de doutorado também vai na mesma linha, a partir de um ângulo mais quantitativo, muito refinado²⁸⁰. Conheci o trabalho de Edmundo Coelho e do Luiz Antonio Paixão [...] que criou esse conceito de "fluxo institucional" que é muito interessante para nós que somos antropólogos e estudamos as esferas institucionais (Gregori *apud* Grossi *et al*, 2006b: 266-267).

Essa articulação resultaria na adesão de pesquisadoras por diferentes entradas, caso de Claudia Fonseca que, ao desenvolver trabalho etnográfico sobre cotidiano popular, e não sobre casas de abrigo ou delegacias, teria uma outra perspectiva para a abordagem de brigas conjugais, enfatizando ' a violência não simplesmente a partir de dois blocos: homens contra mulheres,

279 VARGAS, Joana D. *Fluxo do sistema de justiça criminal para crimes sexuais: a organização policial*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

280 VARGAS, Joana D. *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo, IBCCRIM, 2000.

opressão de mulheres por homens, mas como um processo interativo, envolvendo a negociação de diferentes posições de poder, dentro de um determinado contexto (*Ibidem*: 54). Sobre essa adesão, ela ressaltaria o lugar de Miriam Grossi: "fui sempre contemplada e lucrei com a dimensão institucional, sem ser exatamente militante" (*Ibidem*:54) na "passagem", já mencionada, da violência contra a mulher ao campo de relações de gênero.

Nesse âmbito, uma série de frentes de pesquisa/atuação tem sido elaboradas, com base em múltiplos conceitos, desde o de "violência contra a mulher", compreendendo violência física, violência sexual e violência psicológica (Lourdes Bandeira *apud* Grossi *et al*, 2006b: 241), passando pelos vários cruzamentos e antinomias entre violência doméstica, violência urbana (Gregori *apud* Grossi *et al*, 2006b: 261), violência de gênero e violência interpessoal e homicídios (Eva Blay *apud* Grossi *et al*, 2006b: 104) até uma "violência cínica" (Lia Zanotta *apud* Grossi *et al*, 2006b: 200) "violência estrutural no sentido foucaultiano", em abertura para o campo de estudos sobre masculinidades (Claudia Fonseca *apud* Grossi *et al*, 2006b: 56; 59). Uma série de construções conceituais, mais ou menos integradas, que dialogam em fóruns, com destaque para os GTs sobre violência da ANPOCS, "principalmente através de Sergio Adorno, que convidou Maria Filomena Gregori para coordenar o grupo dele. Essa questão passou a ser central nesses últimos três anos (Debert *apud* Grossi *et al*, 2006b: 122) e nas iniciativas de ensino e atuação entre universidades e Academias de Polícia, favorecidas pela SENASP (Lia Zanotta *apud* Grossi *et al*, 2006b: 178). Vale nesse sentido, localizar um último depoimento, de Guita Debert, que apesar das divergências de interpretação no campo, vem se afirmando através de financiamentos da Ford para o estudo de delegacias da mulher e Juizados Especiais Criminais (JECRIM), enunciando o que talvez seja um sentido geral desta área temática:

Nunca estudei a violência, sempre estudei as instituições encarregadas de exercer o controle sobre ela. Penso que é importante ao estudar a delegacia da mulher, lembrar que ela está inserida num sistema de segurança pública que tem certas especificidades, que precisam ser reconhecidas [...] É preciso ver o que acontece nas outras delegacias, nos distritos policiais, de modo a não considerar próprio das delegacias da mulher e do machismo da sociedade coisas que também estão presentes nos outros distritos policiais. Ou seja, na delegacia da mulher o casal acaba fazendo a conciliação, mas a conciliação entre as partes também acontece em outros distritos policiais e é preciso observar o tipo de conciliação que é feita nas outras delegacias [...] É preciso entender como esse sistema funciona no todo, principalmente nesse contexto em que a tendência tem sido uma diminuição do argumento da legítima defesa da honra, e sua substituição pela "violenta emoção". Essa pesquisa na qual estou trabalhando com Renato Sérgio de Lima e com Maria Patrícia Corrêa Ferreira é em parte financiada pela Fundação Ford e em parte pelo CNPq [...] não podemos nos transformar num gueto que apenas

pesquisa a mulher (*apud* Grossi *et al*, 2006b: 125-131).

O Fórum *Direitos da cidadania, gênero e violência*, coordenado por Miriam Pillar Grossi, em 2002, por seus integrantes e temas discutidos, talvez seja o melhor retrato desse anseio por integração e expansão²⁸¹.

Portanto, sendo uma das primeiras áreas de pesquisa e de políticas setoriais a se consolidar, o eixo temático violência e gênero antecipa algumas das tensões que a agenda mais ampla de reforma do Estado originada dos anos 1970 sofreu com as mudanças das relações entre Estado e Sociedade no Brasil após a transição democrática (Farah, 2004). Mas, se esta é uma evolução que torna possível paralelos com a formação de outros domínios de políticas públicas, a "maturação" do subcampo de políticas de gênero teria seguido um caminho específico. Até os anos 2000 ele não se confunde com o subcampo de segurança pública e justiça criminal, de construção relativamente tardia, e que se apoiou em uma convergência de atores especializados em um conjunto mais amplo de temáticas, como a que resulta da relação entre sociologia urbana e sociologia rural na temática "violência e conflitos sociais"

Violência e conflitos sociais: convergências entre rural e urbano

No que se refere aos estudos urbanos, seguindo a tônica dos trabalhos de cientistas sociais da USP, do CEDEC e do IUPERJ, como Lícia do Prado Valladares, Lúcio Kowarick, Maria da Glória Gohn e José Álvaro Moisés, eles têm origem nas reflexões sobre as contradições do capitalismo na produção da pobreza urbana e as condições de organização de movimentos de reivindicação. Uma ênfase que se prolongará nos estudos sobre os fenômenos considerados violentos, como os "quebra-quebras", ou o cotidiano de categorias marginais, cujo sentido é interpretado na chave das relações de poder ligadas ao acirramento dos conflitos de classe. Será no começo dos anos 1990 que se abrirá espaço para problemáticas como os modos de resolução violenta de conflitos nas relações interpessoais e de trabalho e o crescimento da criminalidade. Nas cidades, o aumento do crime violento como continuidade da violência costumeira do migrante, do pobre inadaptado ou do "malandro" são argumentos contestados por investigações que consideram os impactos das políticas de remoção no cotidiano das classes populares - de suas

281 Expositores: Barbara Musumeci Soares, UCAM, Secretaria Estadual de Defesa da Mulher/Rio de Janeiro: Reflexões sobre a prática de execução de políticas públicas; Denise Dourado Dora, Fundação Ford: O apoio à pesquisa na área da violência: desafios e conquistas Guita Grin Debert, UNICAMP: Tolerância e distribuição da justiça: as delegacias especiais de polícia, a lei 9099 e os juizados especiais criminais; Lyn Welchman, Universidade de Londres: A violência contra a mulher no marco internacional dos direitos humanos.

redes de relações políticas e padrões de sociabilidade – no interior de um processo mais amplo de modernização social e cultural e sua influência nas tensões entre relações vicinais solidárias, clientelismo político, a entrada do comércio de cocaína e armas e a atuação das agências de controle da ordem pública. Este ao menos é o retrato que se constitui a partir de pesquisadores do Rio de Janeiro, em especial Luiz Antonio Machado da Silva e Alba Zaluar. Vale a pena retomar algumas de suas contribuições, que tornam mais inteligível o lugar destes dois pesquisadores na transição da sociologia e antropologia da favela ou da pobreza para uma sociologia e antropologia urbana da criminalidade violenta.

Com relação a Luiz Antonio Machado da Silva, o seu texto *A política na favela* ([1967]2011), embora não pareça ter tido grande repercussão à época, é considerado hoje uma referência por pesquisadores do campo (Machado da Silva, 2010). Os argumentos apresentados por Machado da Silva problematizam algumas das premissas da "sociologia das favelas" produzida nos anos 60 e 70, em especial o tom de descoberta otimista do pluralismo jurídico, ao apontar as redes de clientelismo político e a complexidade da pobreza no Rio de Janeiro. A sua crítica incide sobre dois tipos de análise: a que propõe "soluções" para o "problema social das favelas", baseada na ideia de marginalidade sociopolítica e econômica das favelas e na necessidade de integração dos favelados à "comunidade nacional"; e a que busca linhas de ação político-ideológicas, considerando o favelado como parte do lumpemproletariado. De um lado, embora marginal no sentido da dificuldade de acesso a serviços urbanos e certos bens de consumo, a primeira perspectiva reduziria a importância das vinculações entre a favela a estrutura da sociedade global, além de introduzir um ponto de vista moral, paternalista e assistencialista, sobre uma "comunidade marginal". De outro, se não constitui um sistema autônomo, as formas de organização da favela são específicas e complexas e não condiziriam com a identificação com apenas um grupo ou classe. Em suma, não haveria um tipo único de favelado, mas uma estratificação interna em termos de ocupações profissionais, moralidades, comportamento político e sistema de dominação que necessitaria de maior aprofundamento analítico.

É nesse sentido que Machado da Silva oferece novas perspectivas sobre as características organizacionais das favelas: a transversalidade, ou seja, uma base geográfica definida em torno de atividades e situações; um pequeno grau de burocratização e impessoalidade nas conexões com outras organizações e atividades de espaços mais amplos; e uma forma de organização tipicamente capitalista, com alternativas de investimento e acúmulo de capital, como a especulação imobiliária, a produção de manufaturas, dentre outras atividades. Na relação entre transversalidade e relações pessoais, de um lado, e os recursos internos de capitalização, de outro, seria produzida uma espécie de refração de certos fatores da sociedade global, espaço em que se constitui uma

camada de intermediários – a "burguesia favelada" -, monopolizadora do acesso e do controle tanto de recursos econômicos como das decisões e contatos políticos. A relação destes "estratos superiores" com o mundo das instituições públicas e da política seria a base dos acordos clientelísticos por favores e votos, que sustentaria a situação de desconfiança e visão pragmática por parte dos "estratos inferiores", que explicaria a dificuldade de mobilização e organização política de médio ou longo prazo por parte dos favelados. Por sua vez, a falta de comunicação e prestação de contas entre a "burguesia favelada" e os "estratos inferiores" contribuiria para a própria dominação da camada superior da favela pelos "grupos e políticos supralocais". Uma segmentação como processo de dominação e exploração capitalista interno:

[...] naquela época o horizonte da discussão basicamente era “reforma ou revolução”. E as discussões sobre marginalidade traziam um peso muito grande, embora não mencionado, não explicitado, do Franz Fanon. Escrevi um artigo em um curso nos Estados Unidos de cujo título hoje me envergonho um pouco. Na época, eu gostava muito, mas hoje... Era “O potencial de ruptura dos grupos marginais”, que era uma espécie de *Os condenados da terra* [de Fanon] brasileiro [...] quando eu dizia: “Vamos subir o morro, porque o morro vai descer...”, o que estava dizendo é que esse processo de diferenciação interna ocorreu em um quadro de busca de recursos econômicos. Não era um quadro de tentativa de transformação comunista, de tomar o Estado etc., embora algumas lideranças da época tivessem esse discurso. Aquilo em que eu estava insistindo era que a política e a economia estavam coladas, e por conta da reprodução material. Não era uma questão de vulnerabilidade apenas. Eu não pensava em vulnerabilidade porque estava pensando em uma ação política. Mas me perguntava sobre a diferença das intenções opostas em termos da reprodução material. A burguesia favelada também estava querendo se reproduzir materialmente, assim como a base social. Mas os interesses de ambos não eram idênticos. Porque uma se reproduzia pela monopolização e a outra se reproduzia pelas migalhas oferecidas pela monopolização desse contato (Machado da Silva, 2011: 680-681).

Qualquer tentativa de intervenção sobre o "problema da favela", sob o ponto de vista técnico e político, deveria levar em conta esta complexidade interna. Mas, do ponto de vista do autor, algumas ressalvas precisariam ser feitas por conta das mudanças nas últimas décadas. Se a ideia de "burguesia favelada" poderia iluminar alguns dos processos de mediação entre Estado e moradores em áreas controladas por milícias, por exemplo, a relação entre "burguesia favelada" e sua base social era constituída pela maior instabilidade nas condições de vida e de permanência nas favelas da época. Mas a principal mudança se originaria com a entrada da cocaína e do domínio territorial armado, que não exigiria construção de legitimidade para se constituir como ordem, esvaziando a possibilidade de defesa pelo clientelismo político. Esta constatação é

antevista por Machado da Silva quando apresenta a noção de "sociabilidade violenta" em sua exposição *Crime organizado, violência e ordem social*, no GT *Violência, cidadania e desigualdade social*, em 1993.

Neste mesmo GT, Alba Zaluar expõe *Medo do crime, medo do diabo*, em que dá continuidade à discussão sobre as mudanças advindas com a territorialização do tráfico de drogas no Rio de Janeiro do ponto de vista do imaginário a respeito do diabo na cultura brasileira, cuja simbologia, associada aos movimentos contra a ordem estabelecida e da reação que lhe é contrária, na forma de vigilância e repressão dos que agem em seu nome, nunca teria adquirido um grande peso no imaginário brasileiro. Não obstante esta suposta prova do caráter pacífico, da cordialidade e do comunitarismo brasileiros, o diabo finalmente marcaria presença na forma da guerra clandestina entre policiais e "bandidos" no novo cenário da "violência urbana". Através da "secularização do mal pela representação do bandido", a demonologia da separação absoluta entre o bem e o mal, dos processos acusatórios e das punições violentas e sumárias sobre aqueles identificados como a fonte do mal, teria se encontrado com o determinismo das explicações que associam o crime à pobreza. Um encontro que representaria uma mudança no "significado da pobreza": a sobreposição entre as ideias de carência e de perda do valor espiritual superior da pobreza. Em processo similar à emergência das "classes perigosas" na sociedade europeia, os ricos não mais conseguiriam suporte na teodiceia paternalista de ajuda e proteção dos pobres, agora convertidos em ladrões e bandidos como forma de combate ao perigo que representariam para a ordem social:

A crise econômica e o empobrecimento da população certamente contribuem para favorecer certo tipo de crime, vale dizer, roubos e furtos, mas não teriam tal efeito se não houvesse uma redefinição da pobreza e uma transformação dos meios de controle social que parecem ampliar a criminalidade em vez de contê-la. Simplificando bastante o que vem a ser o penoso parto das sociedades ocidentais modernas, a pobreza deixa de ser vista como o sinal de eleição divina, do povo dileto de Deus e, por isso, protegido pela caridade privada dos mais abastados que assim glorificavam a Deus. A pobreza, nessa visão calvinista ou reformista, passa a ser entendida como uma maldição: parente da indolência e da vagabundagem que levam ao vício. Restou a virtude moral do trabalho como único meio de sair da pobreza e glorificar a Deus [...] O novo significado religioso da pobreza acoplou-se a mecanismos de controle social baseados na disciplinarização dos trabalhadores, seja através de instituições mais voltadas para a assistência social, como no modelo inglês, seja nas instituições repressivas prisionais, como no modelo francês (Zaluar, 1994: 90).

Em diálogo com as correntes críticas de estudos destas tradições de controle social - que

sublinham seja a privação relativa, seja o papel das instituições policiais e judiciais na rotulação do desvio como crime e no reforço à carreira criminal com o aprisionamento, seja a ideia de contágio e subcultura -, a antropóloga procura interpretar as particularidades da versão tupiniquim de emergência das classes perigosas. Nesta, o "reencantamento do mal" promovido pela criminalização das drogas acentuaria as rupturas morais entre gerações: de um lado, a conservação paterna do sentido cristão/católico do trabalho como valor moral do pobre, de outro, a deriva e a carreira criminal de uma juventude mal integrada ao mercado de trabalho e buscando inserir nos padrões da sociedade de consumo. As questões político-institucionais da legalização das drogas, de uma nova estratégia de convivência entre polícia e sociedade pautada por uma política social e educacional de revitalização dos laços sociais de vizinhança seria o desafio a ser enfrentado.

Para tanto, haveria a necessidade de desconstrução das ideias arraigadas que associam a pobreza à criminalidade e ao clientelismo, em suma, ao atraso. Esta empresa aproxima os investimentos de Machado da Silva e Alba Zaluar, ao ressaltarem o caráter complexo das favelas, em que não se recusa a existência do clientelismo, mas que o situa no sentido capitalista das redes de relações e negócios, econômicos e políticos, que atravessam as favelas e as interligam ao conjunto da cidade e da economia mundializada. O encontro da ANPOCS em 1993 pode não ter sido o primeiro entre os dois cientistas sociais, mas ele é representativo da "aproximação contrastiva" das suas perspectivas de análise e interesses de pesquisa, que se prolongará nas décadas seguintes. Neste mesmo ano, a antropóloga investe na contestação da visão que interliga os determinantes do crime à cultura política das classes populares, constituída como desafio para a democracia como sistema político, temas presentes na Mesa Redonda *Pobreza, Violência e Justiça* (1993)²⁸². Machado da Silva, por sua vez, coordenará o GT *Violência, Cidadania e Desigualdade Social*, que ofereceu um espaço mais amplo de relações entre temáticas variadas, como práticas de justiça popular, pistolagem, crime organizado e administração da justiça criminal.

Mas esta abertura para um conjunto mais amplo de temas referentes ao crime e à violência se realiza como continuidade da construção de redes de (re)conhecimento entre pesquisadores, de origens regionais e temáticas variadas, ligados ao "protesto urbano" e a "violência no campo", que se inicia com a sessão conjunta entre o GT *Lutas Urbanas, Estado e Cidadania* e o GT *Estado e Agricultura* em torno do tema *Violência e relações sociais*, no ano de 1992. O quadro a seguir descreve esta convergência:

282 Presidida por Vera Telles, com a participação de Wanderley Guilherme dos Santos (Pobreza, violência e Estado Mínimo); Paulo Sérgio Pinheiro (Democracia, direitos humanos e desenvolvimento: obstáculos e resistências); Alba Zaluar (Pobreza, violência e justiça); e Teresa Caldeira (O ciclo da violência).

GTs	AUTORES/PESQUISAS
Movimentos sociais e urbanos (1978/80-83)	<i>Alba Zaluar</i> : <i>Imagens da Pobreza na Cidade</i> (1990), <i>Quando o malandro dança</i> (1992), <i>Medo do crime, medo do diabo</i> (1993);
Processo de trabalho e reivindicações sociais (1983)	<i>Amélia Cohn</i> : <i>Os acidentes de trabalho e a produção da violência urbana</i> (1983);
Lutas urbanas, Estado e Cidadania (1984-85/ 87-89/91-92)	<i>Ana Maria Quiroga</i> : <i>Os centros urbanos e a internalização da violência</i> (1993);
Estudos urbanos: representação e políticas públicas (84-88/92)	<i>César Barreira</i> : <i>A morte por encomenda: a violência e seus códigos</i> (1992), <i>Pistolagem e relações de poder no Nordeste</i> (1993);
Estado e agricultura (85-89/91-92)	<i>Guaracy Mingardi</i> : <i>Os justiceiros na periferia paulistana</i> (1993);
Planejamento, pobreza urbana e representação política (1990 -)	<i>José Vicente Tavares dos Santos</i> : <i>Violência como conceito sociológico</i> (1992), <i>Estado, desigualdade e violência</i> (1993);
Estudos urbanos (1991 -)	<i>Luiz Antonio Machado da Silva</i> : <i>Urbanização x remoção: uma polarização recente</i> (1981), <i>Política, cotidiano e violência urbana</i> (breve memória) (1989), <i>Violência e Legitimação</i> (1991), <i>Crime organizado, violência e ordem social</i> (1993);
Questão agrária e Democracia (1990)	<i>Maria Salete Machado</i> : <i>Menores e violência em Brasília</i> (1992);
Lutas urbanas, Estado e políticas públicas (1989-).	<i>Maria Stella Grossi Porto</i> : <i>A tecnologia como forma de violência</i> (1992), <i>Transformações do capitalismo brasileiro, inovações tecnológicas e violência</i> (1993);
Violência, cidadania e desigualdade social (1993 -)	<i>Sérgio Adorno</i> , <i>Cidadania e administração da justiça criminal</i> (1993);

Em nosso entender, esta convergência parece se realizar em um possível paralelo entre a crítica da "sociologia da favela", vista anteriormente, e a crítica à sociologia rural, feita pelos pesquisadores que problematizaram a modernização no campo, ressaltando a sua relação com os conflitos de terra entre pequenos e grandes produtores, com domínio sobre as máquinas públicas eleitorais e de repressão. Trata-se, no caso, da crítica a padrão dualista presente na polaridade tradição/modernidade.

Em *A ambiguidade na elaboração do objeto na sociologia rural* (1976), José de Sousa Martins parece antecipar este movimento, ao problematizar no que consiste a crise que teria fundamentado a necessidade de reflexão sociológica sobre o mundo rural e de que modo se constitui uma ambiguidade entre a construção do objeto rural e sua dissolução pela intervenção sociológica. "O conhecimento na sociologia rural é produzido para superar o rural" (*Ibidem*: 354) por um processo intencional de natureza técnica, através do qual a sociologia rural torna-se a

expressão da dominação da cidade sobre o campo. A sociologia rural produziria a crise que lhe dá origem ao mesmo tempo em que se propõe como meio de superá-la. Implícita na avaliação de Martins está uma crítica institucional e política do caráter burocratizado dos centros de produção em sociologia rural.

Tomando o desenvolvimento da sociologia rural no Estados Unidos como parâmetro da evolução do campo brasileiro, observar-se-ia uma tendência de perda de autonomia dos cientistas sobre a formulação de seus problemas de investigação, em geral estabelecidos burocraticamente em escolas de agronomia e departamentos de economia rural, voltados a um compromisso prioritário com a intervenção técnica e com a difusão de inovações. Por esta razão, apesar da sociologia rural ser um dos ramos mais antigos da sociologia norte-americana e com maior volume de produção, o trabalho dos sociólogos rurais neste país seria encarado de modo negativo pelos outros sociólogos, por constituírem, de modo geral, trabalhos descritivos e desprovidos de sustentação e ambições teóricas. A proposta de ligação dos centros de produção da sociologia rural aos centros de produção teórica em sociologia geral não seria suficiente para superar esta situação, apenas induziria ao reforço de um "cientificismo". Caberia rediscutir teórica e politicamente as alianças entre o sociólogo, produtor de conhecimento sobre o rural, e os "'sujeitos' que se escondem por trás das diferentes perspectivas com que trabalha a sociologia": o público que quer conhecer o rural e o público que é objeto do conhecimento da sociologia rural, promovendo uma superação de pontos de vista estreitamente vinculados às posições de interesse.

Uma problematização similar de uma sociologia técnica e a exigência de uma sociologia crítica é feita por José Vicente Tavares dos Santos em *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários*, exposto na ANPOCS em 1990. Assim como em Martins, parte-se da crítica no rural como categoria para construção de objetos científicos. Ele seria ponto de partida, referencial empírico e não teórico, uma vez que o espaço social agrário seria construído no interior de uma formação social mais ampla e do processo histórico de divisão social do trabalho que lhe caracteriza, no caso, do capitalismo dependente e as tensões sociais por ele produzidas. Desse modo, com vistas à identificação dos obstáculos epistemológicos para a superação da sociologia rural e construção de uma sociologia dos processos agrários, Tavares dos Santos revisa quatro décadas de produção dos "estudos rurais" no país, a qual divide em quatro grandes eixos temáticos: 1) a estruturação do rural através da intervenção modernizadora do Estado no setor agropecuário; 2) as relações sociais no campo a partir do modo de vida das classes dominantes, do campesinato e dos trabalhadores rurais; 3) o estudo da violência, inerente às relações de trabalho ou como recurso de dominação (violência política: intimidações, assassinatos), e dos conflitos e lutas sociais (saques e ações coletivas); 4) e a análise dos

"mediadores políticos" (técnicos do Estado, líderes de sindicatos, cooperativas e o papel da igreja). Embora este conjunto de estudos demonstrasse a superação da controvérsia entre feudalismo e capitalismo como matrizes da formação nacional, ele ainda seria marcado por insuficiências analíticas derivadas da "ideologização dos estudos rurais", seja pelo pensamento conservador da sociologia funcionalista, seja da adesão à uma leitura teleológica e evolucionista das teses de Marx. A reiteração da modernização inelutável do campo uniria tanto os sociólogos funcionalistas quanto os marxista-leninistas, partidários de uma visão simplista da superação das sobrevivências pré-capitalistas e da atribuição de ideologias e comportamentos políticos imanentes à grupos, classes e frações de classe.

Como "pano de fundo" das críticas de Martins e Tavares dos Santos estava o processo de institucionalização da sociologia rural no Brasil após o Golpe Militar de 64, que buscou implementar o Acordo MEC-USAID, parte do Programa Aliança Para o Progresso" do governo norte-americano, voltado ao aumento da produção econômica do campo e para a melhoria das condições de vida da população rural com o objetivo de evitar a radicalização política dos conflitos no campo e um possível espelhamento na revolução cubana de 59 (Tavares dos Santos & Brumer, 2006). Como alternativa à reforma agrária procurava-se vencer as resistências às inovações, com a implantação de um sistema de crédito rural e a disseminação de novas técnicas de produção agrícola. A sociologia rural uma ciência auxiliar a esse processo. Através do Acordo MEC-USAID se estabeleceu uma associação entre universidades norte-americanas e brasileiras. Os primeiros cumpririam o papel de formadores e incentivadores de programas de mestrado caracterizados pela forte associação com a economia rural e com orientação "positivista-empiricista" proveniente da sociologia norte-americana. O caráter desigual desta relação, a crise de legitimidade da perspectiva de sociologia rural norte-americana no seu próprio país e a "censura" do tema dos conflitos sociais foram então utilizados como argumento para a implantação de cursos com orientação distinta, de fóruns mais amplos, associados à montagem de um sistema de pós-graduação nacional.

As duas reflexões, nesse sentido, podem ser lidas como tomadas de posição que se dirigiram à recuperação da tradição sociológica brasileira de estudos rurais, em especial a desenvolvida na USP nos anos 60 (Antônio Candido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Octavio Ianni, José César Gnaccarini), marcada pela influência de Marx e Weber, e pela exploração de um conjunto temático (o modo de vida camponês e sua economia de subsistência; a violência entranhada na realidade social dos homens livres e pobres na sociedade escravista; os movimentos messiânicos; as relações de produção no campo; a formação da empresa capitalista no campo e a violência estrutural desse processo) que servirá de base para

as novas direções da sociologia do rural ou dos processos agrários a partir dos anos 80 e 90. Associado a esta renovação, estariam ainda os antropólogos do Museu Nacional, onde se desenvolveria uma linha de estudos comparativos sobre desenvolvimento regional, integrando Roberto Cardoso de Oliveira, Moacir Palmeira, Octavio Velho, Afrânio Garcia e Lygia Sigaud. No conjunto e *grosso modo*, a produção desses autores impulsionou a investigação sobre o rural a partir das "frentes de expansão" agrícola e modernizadoras no interior brasileiro, o que se desdobraria no estudo das populações regionais, no impacto das novas relações capitalistas de trabalho e os conflitos no campo, tendo como pano de fundo a discussão a respeito da natureza do capitalismo no país, em geral questionando a tese do feudalismo defendida por marxistas brasileiros. A reivindicação do caráter acadêmico das pesquisas frente a teses ideológicas não se faria, entretanto, como distância do engajamento. Ao contrário, embora o discurso desses pesquisadores ressalte a separação entre política e academia, a legitimidade das carreiras é permeada pela ideia de luta social como justificativa do interesse. Nesse sentido:

Esse ideal da politização das ciências sociais também se identificaria através do tema da reforma agrária, da discussão relativa ao caráter das relações sociais no meio rural, considerado um elemento importante também em termos dos símbolos da cultura nacional. Os estudos do rural, no Museu Nacional e na USP, se originam desse contexto, em aliança constante com o engajamento em sindicatos rurais [...] no âmbito do debate sobre reforma agrária, sinalizando a exigência de se considerar a questão dos direitos, conforme as relações capitalistas de trabalho eram implantadas no mundo rural. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), fundada em 1964, conquistou, ao longo da década seguinte, um importante espaço no âmbito das discussões da esquerda sobre a redemocratização. Em 1979, o sindicato organiza o III Congresso dos Trabalhadores Rurais, ligado à denúncia das políticas agrárias conduzidas pelo governo, mobilizando a participação de Moacir Palmeira e de Lygia Sigaud, que haviam desenvolvido pesquisas sobre o tema no contexto da zona da mata pernambucana. É interessante ressaltar que a dimensão científica envolvida nas etnografias sobre camponeses era valorizada ao lado do engajamento nas atividades sindicais, redundando na assunção de cargos de assessoria a entidades como a Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) e a Pastoral Operária, casos de Afrânio Garcia e de José Sérgio Leite Lopes, respectivamente. Na primeira metade da década de 1980, a questão dos trabalhadores rurais assume grande importância uma vez que o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) começava a ser discutido nos debates da constituinte (Keinert, 2011: 97-98).

José de Sousa Martins pode ser situado nessa sequência, tendo se engajado nas atividades da CPT como desdobramento das pesquisas de campo que realizou no Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão. Enfatizando a participação do campesinato na política, Martins teria aberto

caminho para o estudo do conflito e da violência no campo, da luta pela terra, das formas de trabalho escravo e também dos linchamentos, temas que, como se observou pela sistematização feita por Tavares dos Santos, crescerão em importância.

Assim, ao mesmo tempo em que nos encontros da ANPOCS a temática rural tem marcado presença em todas as reuniões anuais durante os anos 90. A partir dela começam a se destacar pesquisadores que se voltam ao tema da violência e, posteriormente, da segurança pública. Estes temas serão assumidos, em grande parte, pelo próprio Tavares dos Santos que, por meio de estratégias intra-disciplinares de apoio já anunciadas em *Crítica da sociologia rural* (1990), investirá no tema da violência no campo e da construção da cidadania. A sua produção a partir dos anos 90 convergirá para o estudo da formação policial e da fundamentação de uma "sociologia da conflitualidade" (Tavares dos Santos, 1997; 1999), plataformas de sua atuação na área de segurança pública nos anos 2000.

Este caminho também será trilhado por César Barreira que, dedicando-se inicialmente ao estudo da parceria na cultura do algodão no sertão cearense, investigou a problemática da organização dos sindicatos rurais e a estrutura do poder dos sertões (Barreira, 1992), voltando-se à repressão violenta às contestações dos trabalhadores rurais e o assassinato de líderes camponeses. O uso dos órgãos de segurança pública na defesa da propriedade privada e o universo dos crimes por encomenda, construiriam um campo muito diferente da imaginada "paz agrária", que fizeram com que o pesquisador direcionasse o seu olhar para o tema da pistolagem. Em sua primeira investida, *O pistoleiro e a política: a morte por encomenda* (1992), a pistolagem está situada como recurso da classe dominante nos conflitos envolvidos, ou na questão da luta pela terra ou na disputa pela representação política, em um cenário de confronto entre famílias dominantes. Ela é analisada tendo em vista a hipótese de Hannah Arendt a respeito da violência como expressão da fragilidade do poder e, nesse sentido, utilizada na medida em que se estabelecem fissuras na dominação tradicional, prática recorrente no "tempo da política", período da radicalização das disputas entre as facções. Em *Novas configurações dos pistoleiros: repensando práticas antigas*, o estudo da pistolagem passa a incorporar referenciais que vão para além do cenário da dominação política tradicional (terra e voto), na medida em que as novas manifestações do fenômeno se relacionam também com a sociabilidade no mundo urbano e a "violência difusa" do cotidiano. O pistoleiro deixa de lado o cavalo e adota a moto e o capacete como instrumentos, atuando não só na eliminação de desafetos políticos, mas em conflitos interpessoais, que envolvem um amplo espectro como brigas por dívida, infidelidade, ciúme, vingança. Ao mesmo tempo, as relações pessoais começam a dar espaço para relações impessoais, ligadas à "profissionalização" do "serviço".

As implicações deste cenário para a construção do monopólio legítimo da violência física por parte do Estado, em especial para as instituições de segurança pública são então colocadas como tema de questionamento (Barreira, 1998):

Então, nesse momento, início dos anos 2000, fiz um retorno à questão agrária, para trabalhar o tema da violência e da prática policial no meio rural. Foi quando realizei um estudo sobre Eldorado dos Carajás, aquele movimento em que mataram 19 camponeses. Nesse momento, tentei, realmente, cruzar as minhas duas grandes temáticas, que eram a questão agrária e o movimento violento que houve no campo [...] nesse acontecimento, a participação da polícia, classificada simplesmente como uma prática desastrosa, me inquietou. E pensei: "não posso ficar quieto sem estudar essa temática da polícia em um campo empírico que pesquisei bastante!" (Barreira In Lima & Ratton, 2011: 213).

Um segundo exemplo importante é o de Maria Stela Grossi Porto que, inicialmente voltada ao estudo da modernização do campo, orientará a sua produção para a construção de uma sociologia da violência. Embora extensa, a sua fala a respeito de sua "conversão" ao tema expõe de modo claro porque a migração de pesquisadores "agraristas" pode ser entendida como um "feixe" ou "família de trajetórias":

Minha guinada para a questão da violência ocorreu, fundamentalmente, no início dos anos 1990, talvez final dos 1980, na sequência de uma longa trajetória de trabalho na sociologia rural [...] me dei conta que esse foi o caminho também percorrido por outros pesquisadores, que estão hoje trabalhando com a temática da violência. Percebi isso quando recebi um convite para uma mesa sobre violência, em uma Anpocs regional ocorrida em Recife [...] A certa altura do evento [...] me dei conta que todos que ali estavam eram originalmente da sociologia rural, e estavam, então voltados para o trabalho com violência urbana. Ou seja, não é uma coisa fortuita, algo deve ter acontecido, no sentido de fazer esse tipo de percurso.

Posso dizer como a questão se colocou para mim. Da minha perspectiva, foi fundamentalmente certa insatisfação, eu diria teórica. Acho que o modelo de modernização da agropecuária no Brasil, da forma como foi concretizado [...] concorreu para um processo de exacerbação de tensões no mundo rural. Mortes e violências no campo passaram a ocupar (talvez de uma forma muito similar ao que hoje acontece com a violência urbana) não apenas a mídia, mas também o campo científico. Entretanto [...], a produção sobre esse tema acabou se concentrando numa questão muito ligada à denúncia. Denunciava-se, então, a violência no campo e também havia certa proximidade com movimentos sociais da época [...] Ora, questionava-me, então, já um tanto inconformada com o estado da arte e com a produção de conhecimento na área: se a denúncia é um recurso válido e às vezes único para o cidadão, do sociólogo espera-se

mais. Supõe-se que ele a ultrapasse e crie as condições necessárias para constituir possíveis "problemas sociais" em questões sociológicas [...] Estava convencida de que só essa ultrapassagem propiciaria o aparato teórico-metodológico para que a reflexão, devidamente munida do instrumental que apenas a ciência propicia, pudesse se somar ou se contrapor a outras formas de conhecimento, contribuindo para esclarecer a ação e subsidiar (ou não) a intervenção (Grossi Porto In Lima & Ratton, 2011: 210).

Pode-se definir como hipótese que, a prosseguirem o diagnóstico de Martins sobre a crise da sociologia rural - "a crise atual não é a crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares" (Martins, 1989), este grupo de pesquisadores teria operado uma estratégia de reconversão de capitais. Em posições intermediárias frente àqueles que liderariam a "nova sociologia rural" nos anos 90, através de uma política de alianças intra e inter-disciplinar, que envolve também a revitalização da SBS, colocam-se em posições de liderança no novo campo temático da sociologia da violência e no domínio da segurança pública.

Ao mesmo tempo, terem partido de estudos sobre questões agrárias e conflitos sociais permitiu a estes cientistas sociais uma aproximação diferenciada com o tema da violência, não tanto pela questão criminal e urbana e mais pelo enfoque das relações de poder e das representações sociais, apontando para o que se considera o perigo de um viés "positivista" no estudo da violência. O depoimento de Tavares dos Santos demonstra o início destas alianças:

Quando estávamos passando do estudo sobre o campesinato e a colonização de novas terras para os estudos acerca da violência rural, comecei a dialogar com os pesquisadores do NEV, e eles não tinham nenhuma tradição nessa temática. Eu já vinha de uma experiência de cinco anos fazendo cursos para a Comissão Pastoral da Terra sobre sociologia contemporânea, principalmente na Amazônia. Lembro de que havia muitos relatos de violência rural, morte e sofrimento. Muitos estavam estudando esses fenômenos, portanto, não é por acaso que vários agraristas passaram a ser estudiosos da violência (Tavares dos Santos In Lima & Ratton, 2011: 177).

Tavares dos Santos torna-se, então, um dos vetores de construção de uma nova área temática ao associar-se ao NEV, que no início dos anos 90 despontava como central na promoção de uma agenda nacional de pesquisas sobre "controle social e administração da justiça criminal", associada à consolidação da agenda política de direitos humanos no Brasil. Foi em torno dessa temática que as discussões sobre crime, violência e punição começam a interagir em um outro nível de integração, a partir da iniciativa de cientistas sociais que recuperariam o legado das discussões sobre justiça dos anos 1980.

Direito, Sociedade e Violência

O GT *Direito e Sociedade* (1979-1989) assume um lugar simbólico no cruzamento das perspectivas de sociólogos e juristas na crítica ao Direito (Sadek, 2002). O GT reuniu especialmente pesquisadores de instituições de Pernambuco (UFPE, Fundação Joaquim Barbosa e GAJOP), Rio de Janeiro (PUC-RJ, UFF e OAB-RJ), São Paulo (FFLCH e FD/USP) e Rio Grande do Sul (UFRGS)²⁸³. A iniciativa de sua fundação teria partido de Cláudio Moura Castro, então diretor CAPES, de Aurélio Wander Bastos, de Mário Brockman Machado e de Joaquim Falcão, que incentivava pesquisas sobre a atuação do Judiciário em conflitos de propriedade em Pernambuco. Era a época de afirmação do direito alternativo, da sociologia jurídica e da criminologia crítica no Brasil, sendo hegemônica a presença de pesquisadores com dupla formação em Direito e Ciências Sociais ou com passagens entre uma área e outra através de especializações, pós-graduações, ou colaborações em atividades de pesquisa, de assessoria jurídica e na discussão de temas ligados à crítica e aperfeiçoamento do Direito, dentre os quais: o direito econômico, o pensamento político e jurídico brasileiros, a Constituinte, os direitos humanos, o pluralismo jurídico, o acesso à justiça e o funcionamento da justiça penal, especialmente da polícia e do tribunal do júri. Expressando esta pluralidade, diferentes ênfases foram delineadas, da crítica ideológico-normativa dos códigos legais à etnografia das práticas e rotinas no interior do Estado.

Contudo, como testemunharia Luciano Oliveira, apesar de ter reunido “um grupo de juristas críticos que fez história no direito brasileiro e que depois gerou o direito alternativo [...] continuou um grupo de juristas meio estranho na ANPOCS” (Oliveira In: Lima & Ratton: 104). Há um esvaziamento paulatino da ANPOCS como espaço de interlocução entre juristas e cientistas sociais, que se expressou também por meio de controvérsias, a exemplo das suscitadas pelos trabalhos de Roberto Kant de Lima:

Eu ia à Anpocs desde 1981, mas, naquela época, a Anpocs estava dominada, controlada, possuída, vamos dizer assim, por uma coisa muito complicada que era uma divisão interna num grupo chamado "Direito e Sociedade", entre os juristas e os sociólogos. Os juristas falavam uma coisa e os sociólogos falavam outra. Como eu era formado em Direito e

283 Entre os pesquisadores mais frequentes nos encontros estão: Joaquim Falcão, Felipe Augusto de Miranda Rosa, Luiz Alberto Warat, Roberto Lyra Filho, Luciano Oliveira, Margarida Maria Moura, Edna del Pomo de Araújo, Eliane Junqueira, Maria Victoria Benevides, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira, José Augusto de Souza Rodrigues, Marcos Bretas, Sergio Adorno, Maria Célia Paoli, Cesar Caldeira, Ana Lucia Pastore Schritzmeyer, Roberto Kant de Lima, João Ricardo Dornelles, Wanda Capeller, Giselle Cittadino, Elizabeth Sussekind. Para uma lista completa da produção.

era antropólogo, isso dava uma confusão danada [...] a discussão não evoluía [...] Aquele grupo ficava estacionado numa espécie de surdez recíproca. Todo mundo falava, mas ninguém ouvia. Mas todos saíam felizes com o certificado lá da Anpocs, pois haviam estado no grupo apresentando trabalhos (In: Lima & Ratton, 2011: 125).

Corroborando esta polarização, outros participantes afirmarão o lugar distintivo de Kant de Lima no grupo, seja positivamente, por sua dupla formação em Direito e Antropologia²⁸⁴, ou negativamente, por ter assumido, na opinião de Gisálio Cerqueira Filho, o papel "de porta-voz do conservadorismo da Antropologia. Isso fez com que ele se distanciasse do grupo Direito e Sociedade e dos estudos sobre violência que nós já vínhamos realizando" (Entrevista ao autor, 2011). Esta polarização demonstra as dificuldades de diálogo no GT, que será então dissolvido no ano de 1989. Em uma história ainda pouco estudada, o GT *Direito e Sociedade* demonstra a constituição de duas redes em um jogo de demarcações nem sempre claras entre Sociologia Jurídica, Criminologia Crítica e Sociologia do campo penal, que até a atualidade mantêm certas distâncias, constituídas na definição de "critérios de grupo" de parte a parte.

No que se refere aos pesquisadores-juristas, a demarcação temática do "Fenômeno jurídico dentro de uma visão dialética" se realiza através das publicações do Conselho Federal da OAB que, reunindo os trabalhos de muitos dos ex-participantes desse GT, contribuirá para a constituição da *Associação Brasileira de Ensino do Direito* (ABEDI) como *lôcus* institucional dos pensadores e pesquisadores jurídicos voltados à organização do ensino da sociologia jurídica nas faculdades de Direito (Junqueira, 1994; Vieira, 2011):

Localizada não na área das ciências sociais, mas sim entre bacharéis de direito sociologicamente orientados, a sociologia do direito no Brasil surge, coincidentemente ou não, com as primeiras pesquisas sobre acesso à Justiça [...] De um lado, situam-se as pesquisas sobre o acesso coletivo à Justiça que marcam principalmente a primeira metade dos anos 80. De outro, encontram-se as investigações sobre formas estatais e não-estatais de resolução de conflitos individuais, nas quais ganham espaço os novos mecanismos informais -- tais como os então denominados Juizados Especiais de Pequenas Causas -- introduzidos pelo Estado a partir de meados da década de 80. Em qualquer um dos dois eixos, no entanto, sobressai a profunda influência de Boaventura de Sousa Santos, que se tornou conhecido da comunidade acadêmica a partir da pesquisa realizada nos anos 70 na favela do Jacarezinho (Junqueira, 1996: 1-2).

284 "Nesta trajetória, foi muito importante o papel exercido por profissionais com dupla formação acadêmica, como por exemplo, Roberto Kant de Lima – bacharel em Direito que fez seus estudos de pós-graduação em antropologia. Em seminário realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, com o apoio do CNPq e da OAB em 1982, sobre Métodos e Temas da Pesquisa Jurídica (Falcão, 1983), era o único participante, de certa forma, fora dos quadros estritos do Direito e que apresentou uma comunicação demonstrando o tipo de contribuição que a antropologia poderia dar aos estudos jurídicos" (Sadek, 2002 :256)

Em relação às Ciências Sociais, um dos principais desenvolvimentos se dará em torno de uma Antropologia do Direito voltada ao tema dos direitos humanos, justiça criminal e segurança pública, cujo maior expoente é Roberto Kant de Lima. Esta vertente será favorecida por alguns dos diálogos constituídos no GT *Direito e Sociedade* - "Que eu me lembre, daquele tempo, com quem eu conversei academicamente com proveito foi com o Joaquim Falcão, que me convidou para um seminário em que apresentei meu primeiro artigo sobre o assunto, 'Por uma antropologia do direito no Brasil' " (In: Lima & Ratton, 2011: 126). Esse projeto, contudo, como a expressar o caminho mais longo por parte dos cientistas sociais na descoberta do Direito²⁸⁵, somente ganhará expressão nacional nos anos 2000, e remonta a um longo processo de reivindicação da autonomia da antropologia como campo de conhecimento e profissão, que teve como palco principal a *Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*.

As estratégias de legitimação de Kant de Lima têm como prenúncio a XIII Reunião, em 1982, quando apresenta a primeira versão de *A antropologia da academia: quando os índios somos nós* (1985), balanço de sua experiência no doutorado em Antropologia Social na Harvard University, de 1979 a 1986, que utiliza como recurso comparativo entre os processos de socialização acadêmica da antropologia nacional e norte-americana. No conjunto de sua produção, este ensaio ocupa uma posição chave, como o próprio autor viria a constatar no prefácio da terceira edição: "uma espécie de proposição de um programa de pesquisas, enunciado ensaisticamente" (Kant de Lima, 2011: 11). Ele adquire também significado de uma clara tomada de posição do pesquisador no sentido da transição do Direito para a Antropologia e de sua entrada na discussão sobre o que deve ser a antropologia brasileira no interior da diversidade de formações profissionais existentes:

Minha socialização acadêmica no Brasil constituiu-se em duas graduações (Direito, 1964-1968, e Ciências Sociais, 1971-1974) e uma pós-graduação (mestrado em Antropologia Social, 1974-1978). Essas experiências, além de terem sido obtidas em instituições e cidades diferentes, tiveram também *pesos* diferentes: não há dúvida que para a discussão que pretendo desenvolver foram mais importantes as vivências relacionadas à graduação em Ciências Sociais e à pós-graduação em Antropologia (Kant de Lima, 1985: 16).

285 "O caminho dos cientistas sociais foi diferente e mais longo. Os juristas descobriram a Ciência Política e as demais Ciências Sociais antes que os antropólogos, sociólogos e politicólogos descobrissem e se aproximassem do Direito. Pode-se dizer que no caso dos juristas ocorreu um movimento de expansão da disciplina, ao passo que com os cientistas sociais houve uma imposição da realidade. Isto é, os efeitos da nova ordem constitucional democrática exigiram que os cientistas sociais se voltassem para novos temas. Instituições judiciais e fenômenos relacionados à legalidade passaram a despertar o interesse, transformando-se em problema de investigação" (Sadek, 2002: 253).

Nesse sentido, ao se indagar "Como se faz um antropólogo no Brasil?", o autor procura refletir, em primeiro lugar, sobre a socialização acadêmica no Direito e nas Ciências Sociais. No contraste entre o curso de Direito - que caracterizaria por uma disjunção entre o ensino universitário, marcado pela formalidade e distância entre professor e aluno, e o aprendizado profissional em escritórios de advocacia, obtidos mediante recomendações pessoais -, ele extrai o que seriam as características de sua formação universitária no curso de Ciências Sociais: *atividade pedagógico-didática que alterna situações formais e informais; comunicação e avaliação com ênfase no trabalho de campo, na oralidade* – avaliação por seminários -, *no "escrever bem"* – entendendo com isto uma busca pela "originalidade" ou "criatividade", "uma certa forma literária na apresentação correta da matéria conceitual" (*Ibidem*:19); e *ênfase nas relações pessoais* – "era em geral necessário estabelecer algum tipo de relação pessoal com o professor, que guindava o estudante à categoria de "bom aluno" (*Ibidem*:18), relação especialmente favorável na busca de alternativas a precariedade das bibliotecas – "era através dos livros dos professores, de sua biblioteca privada, que se tinha acesso à matéria" (*Ibidem*: 18). Práticas posteriormente reproduzidas por ele quando se torna professor da graduação no mesmo Instituto, demonstrando a sua adesão aos parâmetros culturais específicos que viriam a reforçar a formação de uma "comunidade acadêmica [...] grupo de pessoas que tem interesses próprios e mecanismos de relativa eficácia para incluir/excluir membros" (*Ibidem*: 16).

Estas serão as características utilizadas por Kant de Lima para a definição e defesa da "produção antropológica nativa" frente ao "colonialismo cultural" da experiência norte-americana, que se realizaria pela "imposição de uma *forma acadêmica* de expressão que orienta e organiza o pensamento e impõe limites à produção intelectual, domesticando-a". Esta "'dominação' estilística" da antropologia "enquanto *disciplina* científica acadêmica" teria três consequências: 1) a padronização dos estilos de escrita, pensamento e narrativa estrangeiros e sua redução a padrões pré-estabelecidos; 2) a facilitação do consumo ou apropriação da produção acadêmica por uma leitura técnica, "onde se lê apenas trechos selecionados do texto, de antemão conhecidos como significativos", o que dificultaria "a realização de *várias leituras de um mesmo texto*" e imporia uma "concepção do conhecimento como um processo cumulativo e linear", que não contestaria os próprios alicerces; 3) a previsibilidade dos efeitos da comunicação acadêmica: "Se eu não tiver a pretensão de construir grandes teorias ou mesmo de contestá-las ou alterar-lhes a estrutura profunda, garanto meu lugar ao sol como mais um produtor intelectual" (*Ibidem*: 37).

As características apresentadas, por sua vez, seriam expressão de uma maneira estruturada de relações sociais que permeariam os encontros entre estudantes, a convivência entre

professor e aluno, os rituais acadêmicos de debate, formas de avaliação. A disciplina como forma de se portar, escrever e discutir típica de uma modo individualista/igualitário de estruturação do espaço público. Padrões contrastantes das sociedades holistas/hierárquicas, como a brasileira, onde os padrões de relação se dariam pela apropriação particularizada do conhecimento, da disponibilidade e do tempo dos demais pelo monopólio da palavra nas reuniões sem hora para acabar ou no aprendizado da discussão por "rodas de conversa" e não do debate pela apresentação de ideias divergentes: "É como se o conhecimento estivesse ordenado em hierarquia absoluta e diante dele eu só tivesse duas atitudes: concordar com tudo ou discordar de tudo, submeter-me ou dominar. Os efeitos repressivos que tal concepção tem na produção intelectual e na expressão pública são fáceis de imaginar..." (*Ibidem*: 51-2).

Seria possível questionar os limites da sua experiência para a generalização de um modo típico de formação universitária no Brasil; ou o que significaria a adesão a estes padrões como legitimação de uma maneira particularizada de apropriação de capital acadêmico por meio de relações pessoais, que concorreria, justamente, para reificar o padrão cultural que fundamenta as relações hierárquicas na socialização acadêmica brasileira. Mas o fato é que, na construção de sua identidade como antropólogo, Kant de Lima se colocará como representante de uma síntese da cultura acadêmica nacional e da filtragem do conteúdo e ritmo da adesão aos padrões internacionais. Para tanto, torna-se necessária uma acomodação entre a legitimação das "linhagens de origem" e, ao mesmo tempo, sua modernização ou atualização. Dessa maneira, pode ser entendida a sua relação com o legado de Roberto da Matta, implícita no esquema analítico de *A Antropologia da Academia*, e explícita nas alusões a respeito de suas influências formadoras:

O convite para integrar esta coletânea comemorativa dos 20 anos de publicação de Carnavais, malandros e heróis, discutindo seus efeitos em meu trabalho de antropólogo, provocou a constatação de que minha trajetória profissional poderia ser resumida, de certa maneira, como uma continuação, ou desdobramento, de algumas questões colocadas nesse livro [...] Nada inusitado, uma vez que o autor foi meu orientador no curso de mestrado (1974-78) e pessoa com quem convivo profissionalmente desde então. Assim, tanto nas reflexões sobre a academia quanto naquelas sobre as organizações policiais e judiciais apliquei (espero que de forma razoavelmente honesta) os ensinamentos desses inspirados ensaios (Kant de Lima, 2000b: 105).

O papel de Roberto DaMatta como "mentor" ou "padrinho" se revelaria importante não apenas do ponto de vista teórico, mas na definição das escolhas da carreira do seu orientando. No ano de 1975, por exemplo, coordenador do PPGAS/MN, Da Matta convida o antropólogo norte-americano Robert Shirley como professor visitante. "Então, o Roberto DaMatta [...] me chamou e

disse: 'Olha Kant, há um problema, porque eu convidei um professor que é muito interessante e inovador e ninguém se matriculou [...] Então, fui o único aluno do Shirley [...] foi nessa época que fiquei sabendo que existia uma coisa chamada antropologia do direito" (*Ibidem*:127). Após o seu retorno do doutorado nos EUA, seguindo o mesmo itinerário acadêmico do seu orientador, Kant de Lima reproduzirá o curso de Shirley na graduação em ciências sociais da UFF, que servirá de base para sua produção futura. Conciliando estas influências e seu estranhamento inicial pelas razões da existência do *tribunal do júri* em um país de *civil law*, como o Brasil, entre 1982 e 1984, Kant de Lima investe na etnografia do sistema de justiça criminal no Rio de Janeiro, comparando-o com as realidades das cidades de Birmingham e São Francisco, nos EUA. O ponto de vista etnográfico e a problematização da cultura do sistema judiciário serão considerados por ele como o marco de sua "entrada no campo" da discussão sobre polícia e segurança pública:

[...] meu doutorado não era sobre a polícia, era sobre o sistema judicial criminal brasileiro e dos EUA [...] nunca pensei que fosse possível pensar polícia no Brasil de forma afastada dessa questão da posição que a polícia judiciária ocupa no Brasil. Essa posição é a de uma instância hierarquicamente inferior no sistema de justiça criminal. Não existe lugar no mundo ocidental em que isso aconteça, de você ter o tal do inquérito policial [...] De alguma forma isso me opôs, muitas vezes a sociólogos e cientistas políticos do campo, porque eles têm uma perspectiva normativa, de como deve ser, ou de como é em outros sistemas de justiça criminal [...] meu ponto de vista é o das instituições estudadas, como antropólogo que sou. Quer dizer, procurei saber o que a polícia pensa do sistema de justiça criminal; o que o sistema de justiça criminal pensa da polícia, no Brasil e nos EUA [...] é uma etnografia com todas as implicações que isso tem, que são implicações inclusive morais, sérias e que, às vezes, me separam de certos movimentos de direitos humanos, que são também normativos, maniqueístas, doutrinários, a respeito de certas coisas...Às vezes me sinto como aquele antropólogo que fez uma etnografia dos racistas da África do Sul [...] Para isso aí não preciso acreditar neles nem gostar deles. Mas isso pode levar a entender o que provocou todo esse regime. A mesma coisa comigo: não sou da polícia, nunca tive nenhuma empatia com a instituição policial, mas quero entender porque a polícia faz o que faz (Kant de Lima In: Lima & Rattton, 2011: 117-120).

Expressão das dificuldades de diálogo com o resultado de suas pesquisas e da construção da ABA como espaço de afirmação se daria na constatação de um longo intervalo entre a defesa de sua tese, em 1986, e o primeiro momento em que teria conseguido apresentar alguma discussão, da tese em 1996, na ABA, em 1996, "num grupo de trabalho chamado *O Ofício da Justiça*, que foi proposto pelo professor Luiz de Castro Faria [...] Lá em Salvador, numa sala de auditório, vazia, vazia" (*Ibidem*:125-126). Desse modo, Kant de Lima consolidará sua posição na ANPOCS durante

os anos 2000, na medida em que conquista postos de direção na ABA, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e vice-presidência, nos biênios 2000-2002; 2006-2008²⁸⁶.

Sistema de Justiça, Violência Criminal e Segurança Pública na ANPOCS após 1989

Este eixo representa, de início, as duas tendências de estudo do Direito nas ciências sociais na virada dos anos 80 e 90, apontadas por Sinhoretto (2011): a que se volta ao "sistema de justiça", com ênfase nas mudanças político-institucionais promovidas por novos atores no contexto pós-redemocratização; e a que aborda o sistema de justiça criminal ressaltando as continuidades do autoritarismo na cultura política e no funcionamento das instituições estatais. A primeira posição é expressa, sobretudo, pela produção do IDESP, que em 1994 organiza a Mesa Redonda *Poder Judiciário, Justiça e Cidadania*²⁸⁷; a segunda é representada por cientistas sociais que integram o NEV, que atuará por dois caminhos articulados.

Em primeiro lugar, através da atuação de Sérgio Adorno na tradução de áreas temáticas do GT *Direito e Sociedade* segundo os horizontes formulados em sua apropriação da obra de Michel Foucault²⁸⁸ e de seu balanço bibliográfico dos estudos sobre criminalidade urbana violenta no Brasil como tomada de posição para definição dos temas de pesquisa (Adorno, 1993). Em parceria com cientistas sociais oriundos do extinto GT *Direito e Sociedade* (em particular paulistas, vinculadas ao CEDEC e/ou a USP, como Maria Célia Paoli e Amélia Cohn, mas também cariocas, como César Caldeira), Sérgio Adorno virá a coordenar dois GTs: *Lei, Direitos, Justiça e Sociedade: Velhas Questões, Novas Abordagens* (1993) e *Direitos, identidades e ordem pública* (1996).

Em segundo, através da discussão específica sobre política de direitos humanos promovida por Paulo Sérgio Pinheiro no momento de promulgação do PNDH em 1996. No ano seguinte o tema estará presente de modo transversal no ST *(Des)regulações da ordem pública* e, em 1998, nas Mesas *Desenvolvimento como apropriação dos direitos humanos*²⁸⁹ e *A violência urbana na América Latina*²⁹⁰, coordenadas por Pinheiro e Nancy Cardia, respectivamente.

286 Quadro da Direção da ABA cf. ANEXO II

287 *A avaliação dos juízes sobre a justiça*, Maria Tereza Sadek; *A discriminação cultural na justiça informal*, Karl Monsma; *Políticas, justiça e cidadania*, José Reinaldo Lima Lopes; *Condicionantes da competição profissional no campo da justiça: a morfologia da magistratura*, Maria da Glória Gohn.

288 *Sujeito, história e poder* (A presença de Michel Foucault na pesquisa brasileira em ciências sociais), GT *As controvérsias na sociologia contemporânea e a sociologia no Brasil* (1990).

289 Composta por Ignacy Sachs, E Claudia Perrone-Moisés, USP, Gilberto Dupas, USP, Paulo Sérgio Pinheiro, USP

290 Composta por Alvaro Camacho, Univ. Nac. De Colombia, Ana Maria Sanjuan, Univ. Central de Venezuela,

Desse modo, incluindo os temas do crime, da violência e da punição, sob a ótica do controle social e de modo conjugado à afirmação dos direitos humanos no plano político, a pauta do NEV conquistará posição de liderança na ANPOCS durante os anos 90. É o que se depreende a partir do quadro abaixo, que elenca os GTs trabalhos do eixo *Direito e Sociedade* na perspectiva do controle social e da justiça criminal:

GT	Autores/Pesquisas
<p>Lei, Direitos, Justiça e Sociedade: Velhas Questões, Novas Abordagens (1993) Maria Célia Paoli (USP) e Sérgio Adorno (USP)</p>	<p>Paradigmas formalistas e Insensibilidade social – José Eduardo Faria (USP) O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática – José Geraldo de Souza Jr. (UnB) Direitos Costumeiros, Leis Locais e Resistência Escrava – João José Reis (UFBA) Práticas Institucionais e Representações Coletivas: A construção social da noção de delinquência feminina – Marina Albuquerque Mendes de Macedo Soares (USP/CEBRAP)</p>
<p>Direitos, Identidades e Ordem Pública (1994) Maria Célia Paoli (USP) e Amélia Cohn (USP)</p>	<p>A política da polícia – Antonio Luiz Paixão (UFMG) Ordem pública, justiça e poder judiciário - José Lopes Reinaldo Lima Lopes (USP) Foucault: por uma genealogia do direito - Juan Félix Marteau (USP)</p>
<p>Direitos, Identidades e Ordem Pública (1995) Maria Célia Paoli (USP) e Amélia Cohn (USP)</p>	<p>A agenda social da ONU contra a desrazão pós-moderna - J.A. Lindgren Alves (Itamarati) Operação Rio e cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem judiciária - Cesar Caldeira (UNIRIO) A justiça de Singapura na Casa de Tobias: reflexões em torno da ressurgência dos Castigos Cruéis no mundo moderno - Luciano Oliveira (UFPE) Direitos e justiça social: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo - Vera Telles (USP) Punições, crimes e denúncias: a dinâmica do campo jurídico - César Barreira (UFC) Implementar novos direitos e novas legalidades – Porque é tão difícil? - Fanny Tabak (UNIRIO) A proposta de contrato coletivo de trabalho enquanto alternativa democrática ao corporativismo sindical - José Francisco Siqueira Neto (UNICAMP) Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo Sérgio Adorno, (USP) A competição profissional no campo da justiça: a dinâmica das profissões do mundo</p>

	<p>do direito, uma comarca do Estado de São Paulo - Maria da Glória Bonelli, (UFSCar)</p> <p>Cidadania, justiça e direito: limites e perspectivas da democratização brasileira - Teresa Caldeira (UNICAMP) e James Holston (University of Califórnia, San Diego)</p>
<p>Direitos, Identidades e Ordem Pública (1996) Sérgio Adorno (USP) e César Caldeira (UNIRIO)</p>	<p>Direitos e Cidadania no mundo do trabalho: qual justiça? - Maria Célia Paoli (USP)</p> <p>O supremo tribunal federal e a judicialização da política - Marcos Faro de Castro (UnB)</p> <p>Juizados especiais de pequenas causas no rio de janeiro: um estudo de caso sobre a democratização da justiça – Maria Celina D'Araújo (FGV-RJ) e Mario Grynszpan (UFF)</p> <p>A defesa pública e a defesa constituída na justiça criminal brasileira - Luis Flávio Saponi (UFMG)</p> <p>Ordem pública e ordem privada: a política e a violência rural – José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)</p> <p>Grupo tortura nunca mais: trajetória e consciência - Luiz Cavalieri Bazílio (UERJ)</p> <p>Relações entre estado e sociedade civil na formulação de políticas públicas: o caso do RJ - Carlos Alberto Messeder Pereira (UFRJ)</p> <p>Agendas sociais, espaços públicos e direitos de cidadania - Ana Amélia da Silva (PUC-SP)</p> <p>Violência e cultura no projeto de René Girard – Theophilos Rifiotis (UFSC)</p> <p>Juvenização da violência e angústia da morte - Angelina Peralva (USP/EHESS Paris)</p> <p>Paradigmas antropológicos da mentalidade jurisprudencial brasileira sobre magia e religião - Ana Lucia Pastore Schritzmeyer (USP)</p> <p>A disputa pela jurisprudência na área da infância: promotores, juízes e adolescentes infratores Cátia Aida Pereira da Silva (USP-Cebrap)</p>
<p>(Des)regulações da ordem pública: direitos humanos e justiça social no brasil dos anos 90 (1997) Maria Célia Paoli (USP) e César Caldeira (UNIRIO)</p>	<p>Programa Nacional dos Direitos Humanos: avaliação e perspectivas Paulo Sérgio Pinheiro (USP)</p> <p>Contradições do Plano Nacional de Direitos Humanos – Emir Sader (USP)</p> <p>Plano Nacional de Direitos Humanos: intenção e implementação – Cecília Coimbra (UFF)</p> <p>A denúncia da violência policial: o caso da polícia militar de São Paulo na Favela Naval e o Leitor-modelo construído pela Mídia – Theophilos Rifiotis(UFSC)</p> <p>O PNDH visto pela perspectiva internacional – James Cavallaro (Human Rights Watch)</p> <p>O poder dos juízes – Dalmo de Abreu Dallari (USP)</p> <p>A implementação dos direitos humanos e o judiciário - Oscar Vilhena Vieira (ILANUD)</p> <p>O mundo do direito e as relações entre profissionalismo e estado - Maria da Gloria Bonelli (UFSCar)</p>

Porém, diante da ênfase na afirmação dos direitos humanos como via de problematização do papel do Estado na garantia de direitos e no controle da ordem pública, a abordagem político-institucional da segurança pública e os estudos sobre violência criminal são sobrepujados em suas especificidades. Até a metade dos anos 90, os estudos político-institucionais sobre segurança pública terão repercussão limitada sobretudo aos GTs de políticas públicas, com destaque para a militância quase solitária de Antônio Luiz Paixão. Se os estudos sobre políticas públicas de segurança e organizações policiais ou mesmo sobre a prisão não tem grande destaque até o momento, a representatividade de estudos sobre aferição de taxas de criminalidade será ainda menor, com apenas a apresentação de Carlos Antonio Costa Ribeiro Filho: *Homicídios dolosos no Rio de Janeiro em 1992: as vítimas negras*, no GT *Relações raciais e etnicidade*, em 1994.

EIXO	GTs	AUTORES/PESQUISAS
Políticas públicas, Segurança e Justiça Criminal (1980-1995)	Organizações e sociedade (1980-1981)	<i>Antonio Luiz Paixão</i> (UFMG): Notas sobre organização policial numa área metropolitana (1980), A distribuição de segurança pública e a organização policial (1981) Criminalidade em Belo Horizonte, 1928-1978 (?); Recuperação ou punir? Notas sobre os dilemas da formulação de políticas públicas penais (1983); Estado e Políticas Públicas no Brasil: um balanço inicial (1986); De Burocratas a Pivetes: a política de atenção ao Menor no Brasil (1988); Organizações institucionalizadas, políticas públicas e teoria social (1991) Moralidade e políticas públicas – o caso dos tóxicos (1992) A política da polícia (1994), Combate ao crime e a polícia (1995); <i>Renan Springer de Freitas</i> (UFMG): Prostitutas, cafetinas e policiais em uma região metropolitana (?); A instituição judiciária como comunidade interpretativa (1987); Reversões hierárquicas e eclosão de conflitos em prisões (1991). <i>Leandro Piquet Carneiro</i> (ISER-UERJ): Cultura política e violência no Rio de Janeiro.
	Estudos urbanos, representação e políticas públicas (84-88/92)	
	Políticas públicas (1982-1988)	
	Estudos Urbanos (1991)	
	Lei, direitos, justiça e sociedade: velhas questões, novas abordagens (1993)	
	Direitos, Identidades e Ordem Pública (1994)	
	Cultura e política (1996)	

Mas, mesmo que ainda subsumida a outras questões, a segurança pública começa a ampliar seu espaço, em grande parte favorecido pela politização da "violência urbana" no Rio de Janeiro, com o envio de tropas militares na "Operação Rio", tema da Mesa Redonda *Os militares na rua contra o crime: ordem pública e democracia* (1994)²⁹¹. Questionam-se os efeitos da

291 Coordenada por Rubem César Fernandes, com as exposições de Alba Zaluar, Efeitos da intervenção: militares e policiais nas favelas do Rio; Domício Proença Jr., Proposta de uma força de ordem pública para o Rio de Janeiro; Hector Luis Saint-Pierre, Os riscos da banalização do uso da força e Rubem César Fernandes, Segurança

intervenção e a necessidade de novas estratégias de controle da ordem pública. Esta Mesa demarca a primeira entrada de maior repercussão do ISER no tema da segurança pública na ANPOCS, já apontando para a emergência de sua proposta de conciliação entre "segurança e cidadania". Ela aponta também para a inclusão progressiva da violência e do crime na ANPOCS, tema das Conferências de abertura da reunião de 1996: a de Gilberto Velho, então presidente da ANPOCS: *Violência e cultura*; e a de Martín Sanchez Jankowski (Univ. Of California/Berkeley), *Gangs and the structure of society*.

Mas sobreposição de perspectivas ainda provoca antinomias. Um exemplo serão os conflitos entre uma visão ampla dos atos de violência como reação de sentido proto-político à uma situação de "violência estrutural", ou como "violência simbólica", e uma visão mais restrita da violência como criminalidade comum (homicídios, latrocínios, roubos e furtos) ou redes estruturadas de crime-negócio. Este contraste será expresso nas discussões na antropologia sobre o significado da sociabilidade juvenil na forma de gangues e galeras, que envolverá *Glória Diógenes* [Cidade, violência e dinâmica dos excluídos (1994), Direitos sociais, exclusão e violência: o caso das gangues (1995), Fragmentação social e grupos identitários: a lógica das redes de solidariedade fechada (1996)], *Theophilos Rifiotis* [Violência e cultura no projeto de René Girard (1996)] e *Alba Zaluar* [Ambiguidades do recíproco, limites da violência: o agônico e o antagonico (1996)].

Nessa discussão, o papel de Alba Zaluar será o mais ressaltado, contando para isso com o seu trabalho de revisão bibliográfica da área de pesquisa (Zaluar, 1999: 233-240), no qual um dos tópicos mais destacados consistiu na crítica às concepções amplas a respeito da violência, a começar das que se apresentavam no Relatório dos Sociólogos no Ministério da Justiça e que sintetiza no conceito de *violência estrutural*, "utilizado até hoje para delimitar melhor o que esse discurso dos anos 1970 deixava confuso", ao propor que os verdadeiros problemas estariam no desemprego, na falta de serviços públicos, na ausência de políticas sociais, entendidos como fatores de violência do Estado. O seu problema "é que a violência torna-se um sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação", não oferecendo "meios para pensar aquelas ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole no uso da força física (ou de seus instrumentos) nas interações sociais, passíveis de controle democrático". Seria um sintoma, ao mesmo tempo, do predomínio de um *tropos* revolucionário, da violência "popular", "violência legítima contra o Estado ilegítimo e ilegal"²⁹².

e Cidadania.

292 Nestas críticas, a antropóloga faz referência de forma direta ou "atenuada" às produções de Luiz Antonio Machado da Silva (1994), Glória Diógenes (1998), Rifiotis (1997), Luiz Eduardo Soares (Soares *et al*, 1996), (Rafael, 1998), (Tavares dos Santos *et al*, 1999) e Misse (1995).

Outro ponto de crítica se refere às correntes da antropologia, influenciadas por Foucault, Guattari e Deleuze, destacariam a *positividade* da violência, considerada fundamento da vida social, cuja expressão instauraria diferenças ao tornar públicas as redes de exclusão social. Para Zaluar, tal perspectiva sugeriria a "recusa a condenar a violência urbana ou a tratá-la como um problema a ser enfrentado":

Em nome, portanto, da existência e da importância do conflito, da desordem e do dissenso, compreendem e justificam as manifestações de violência na sociedade brasileira contemporânea, sem deixar claro se incluiriam nessa positividade também os homicídios cometidos pelos jovens entre si ou contra seus vizinhos e até mesmo os pais. Cria-se assim uma nova diferença radical dos homens jovens e pobres que pode vir a justificar a sua segregação. Nesse caso, não haveria como reconhecer na violência um mal a combater, nem como não estender o conceito de ética particularista a todas as formas de violência existentes no país: a dos policiais militarizados ou corruptos, a dos grupos de extermínio, a dos crimes encomendados por fazendeiros, comerciantes e empresários, a que mata homossexuais, índios, mulheres e crianças. Essa é a principal armadilha do relativismo cultural radical: não há como não admiti-lo para todas as "éticas" ou "etos" existentes, todos "particularistas", inclusive aqueles condenados por serem autoritários, ditatoriais, despóticos ou, ainda militarizados (Zaluar, 1999: 235-236).

Associado ao relativismo, o problema central estaria na associação da violência a um "estado social permanente e excessivo na sociedade como um todo ou entre os excluídos, explorados ou dominados". Como representante de uma das versões mais fundamentadas teoricamente, ela indica a reflexão de José Vicente Tavares dos Santos sobre a violência como "dispositivo de controle, aberto e contínuo" tanto no nível macro do Estado ou no nível micro dos grupos sociais, como força, coerção e dano, um "ato de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro". Novamente, a antropóloga reitera a falta de contornos, a diferenciação entre violência física e simbólica, e os limites normativos legítimos e pactuados em torno do uso autorizado da força física para o controle de conflitos e da violência de particulares.

Por fim, restariam as possibilidades de interpretação da violência como ato racional ou irracional, para o que Zaluar não pretende oferecer uma solução, mas situar as variedades possíveis, sublinhando sobretudo o caráter da violência como instrumento, utilizado com maior ou menor intensidade e, por isso, passível de controle, situado em diferentes configurações culturais e sociais. Nesse âmbito, ela aponta para os seus próprios trabalhos sobre o "etos da masculinidade", da "cultura da honra" (Alvito, 1996; 1998) ou do "etos da virilidade" (Adorno & Cardia, 1997), quadros culturais que estariam, contudo, incompletas se não localizadas na dinâmica transnacional do crime-negócio.

Como variável explicativa subentendida para a interpretação destas diferentes concepções, Zaluar sugere tanto o "*tropos revolucionário*", herança das teses políticas dos anos 1970, como a inversão da posição relativa dos estudos urbanos e rurais sobre a violência e o crime, baseados em uma divisão mais nítida entre clivagens de classe e relação de dominação. Percepção que vai ao encontro da migração dos "agraristas" para a área de estudo, já delineada anteriormente, o que sinaliza para os conflitos pelo domínio da agenda temática, conceitual e ético-política legítima. Não nos cabe nos arvorarmos em árbitro ou juiz do debate, mas destacar tão-somente o lugar simbólico (e concreto, em termos de cristalização e legitimação de posições) das revisões bibliográficas e balanços da área, como instrumentos de disputa, de feitura da ciência, e da busca de sua legitimação pela escrita, através da localização de oponentes e convocação de aliados (Latour, 2000). Nesse sentido, através dessa discussão, a antropóloga marca uma posição em um debate que será lembrado por outros pesquisadores, vista como contribuição que sugeriu um avanço em determinada fase do desenvolvimento científico:

[...] lembro-me de uma mesa na Anpocs e, se não me engano, foi a primeira vez que se juntou rural e urbano, na temática da violência. Uma das pessoas da mesa era a Alba, e ela se incomodou um pouco com uma forma de definição da violência, e eu inclusive fazia parte dos que assim se expressavam, considerando de maneira mais abrangente a ideia de violência, aí incluindo a violência simbólica. Falando disso e pensando com um recuo do tempo, diria que, hoje, compreendo muitíssimo a preocupação de Alba naquele momento, porque justamente era alguém que estava convivendo diariamente com a crueldade da violência física nas favelas, que ela pioneiramente pesquisava, e a incomodavam definições que pudessem ser pouco rigorosas e isso não quer dizer que ela não incluía a dimensão do simbólico em suas preocupações. Mas entendo a preocupação dela, que é algo que também tenho e que é a de tentar restringir o fenômeno da violência a alguns determinantes e características [...] Uma coisa é você situar os problemas relacionados ao desemprego, à fome, etc. E se dar conta do quanto, a partir daí, contextos e situações de violência poderiam ser desencadeados; outra, que certamente deve-se evitar em prol do rigor teórico, é ampliar de uma tal forma a definição a ponto de esta já não ter mais utilidade para pensar o fenômeno, dada sua imprecisão conceitual. (Porto In Lima & Ratton, 2011: 222).

Pelas razões apontadas, Zaluar enfatizará, concomitantemente, o tema das formas de organização do crime e sua relação com a sociabilidade local e juvenil na coordenação de duas Mesas Redondas - *Narcotráfico nas relações internacionais* (1996) e *Violência e Justiça: dilemas contemporâneos da sociedade democrática*²⁹³, em 1996 e 1997, respectivamente. Esta última

293 Claudio Beato: O senso comum da criminalidade e a violência; Sergio Adorno: Violência e direitos

Mesa ganha destaque por duas razões: a primeira, por reunir os principais líderes temáticos dos estudos sobre justiça criminal e segurança pública até o momento na ANPOCS – Sérgio Adorno, José Vicente Tavares dos Santos, César Barreira e Alba Zaluar; em segundo, pela inclusão de Claudio Beato, principal "herdeiro" de Antônio Luiz Paixão, simbolizando a aliança entre a proposta antropológica de Zaluar com os estudos organizacionais e de aferição da criminalidade da "escola mineira de criminologia" como saída para romper a circularidade das explicações sobre a violência policial ou o atraso do sistema político a partir da cultura política das classes populares.

Ainda serão mantidas divergências entre visões amplas e restritas acerca da violência, em especial entre a violência como dispositivo e excesso de poder (Tavares dos Santos, 1995; 2009), e a criminalidade urbana violenta como objeto preferencial de análise (Zaluar, 1999), mas as Mesas Redondas e GTs organizados nos próximos anos demonstrariam pactos de convivência e alianças: José Vicente Tavares dos Santos, Alba Zaluar e Cláudio Beato coordenam o GT *Violência, justiça e direitos* (1998, 1999, 2000); Sérgio Adorno, junto a Maria Filomena Gregori, o GT *Violência, sociedade e cultura* (2002; 2003); César Barreira, junto a José Sérgio Leite Lopes, coordena o GT *Rituais, representações e violência na política* (1998; 1999; 2003), cujas temáticas terão continuidade nos anos seguintes no GT *Violência, conflitos e práticas culturais* (2005, 2006), coordenado por César Barreira, Beatriz A. Heredia (UFRJ) e José Vicente Tavares dos Santos; em 2001, a Mesa *Violência e Segurança Pública*²⁹⁴; em 2004, a Mesa *Modelos de controle social na sociedade brasileira contemporânea*²⁹⁵; em 2007, o ST *Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos*, coordenado por Alba Zaluar e Sérgio Adorno; o ST *Crime, violência e punição*, de 2008 a 2009, por Sérgio Adorno e Michel Misse.

Não se trata, no entanto, de uma univocidade nas perspectivas dos pesquisadores em questão, mas de um consenso maior em torno da reforma da justiça criminal e da segurança pública e das abordagens para a compreensão da violência criminal e de seus fatores de redução. Desse modo, se os anos 90 iniciaram pela discussão da política nacional de direitos humanos e do funcionamento da justiça criminal, há um progressivo diálogo e unificação entre as discussões, expressando uma autonomização do tema da criminalidade e da segurança pública. Em grande parte este processo é resultado da consolidação de redes a partir do PRONEX, como atesta César

humanos:impasses na consolidação democrática no Brasil; José Vicente Tavares dos Santos: violência e injustiça: as dificuldades da democracia no campo brasileiro, César Barreira: abordagens sociológica e abordagens jurídicas: pontos de encontro e desencontro; e Alba Zaluar: Violência, juventude e globalizações: gangues, galeras e quadrilhas.

294 Com Gilberto Velho, Alba Zaluar, Sérgio Adorno e José Vicente Tavares dos Santos

295 Coordenada por José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), exposições de: Jorge Zaverucha (UFPE), Roberto Kant de Lima (UFF) e Eduardo Batitucci, Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Allan Claudius Barbosa (FJP).

Barreira:

Para completar um pouco essa dimensão das construções das redes e que ganhou um aspecto mais consolidado, foi a nossa participação, em 1997, em um Pronex, um programa de núcleos de excelência do CNPq. O Pronex tinha três coordenadores: o Moacir Palmeira, do Rio, a Marisa Peirano, de Brasília, e eu aqui no Ceará. Este Pronex privilegiava também três grandes variáveis: a representação, os rituais e a violência. Este dado é importante porque demonstra a abertura de espaços para discutirmos a temática da violência, cruzando com outros aspectos. Depois disso, aprofundou-se minha inserção nessa temática de violência nos Encontros Anuais da Anpocs. Por exemplo, coordenei por vários anos o grupo sobre Estado e questão agrária, inclusive a minha inserção na Anpocs se deu via questão agrária. A partir de determinado momento, tive que fazer uma ruptura e então comecei a coordenar um grupo na Anpocs sobre a questão de rituais, representações e violência. Logo em seguida, coordenei outro grupo na Anpocs, que tem como temática central a violência e os conflitos sociais (Barreira In: Lima & Rattón, 2011: 203).

Dos 24 projetos do Programa na área de ciências humanas e sociais, três contemplaram os temas do crime e da violência: *A Complexidade da Violência: Determinantes e Conseqüências*, envolvendo UERJ, UFMG, UCAM, CNRS/FR e EHESS/FR, e coordenado por Alba Zaluar; *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência*, envolvendo UFRJ, UNB e UFC, e coordenado por Moacir Palmeira; e *Expressões Culturais da Política: Conflitos, Crenças e relações interpessoais*, envolvendo USP, UFRJ, UFC e UECE, e coordenado por César Barreira.

Mas a consolidação definitiva do tema da segurança pública e do processo de (re)conhecimento desenvolvido até então teve como marco o Simpósio *Experiências inovadoras e políticas de segurança pública*, promovido pela Fundação Ford, em 1998. Nas palavras da então presidente da Fundação no Brasil, Elizabeth Leeds:

Lembro-me bem quando Sérgio Adorno e eu, com o apoio da Fundação Ford, organizamos um Colóquio sobre segurança pública na ANPOCS em 1998. Foi um ato realmente revolucionário – um evento em duas sessões com policiais fardados misturados ao mundo acadêmico. O desconforto certamente foi sentido mais pelos acadêmicos do que pelos policiais. Nos doze anos que sucederam o encontro, os temas da violência, justiça e segurança pública estiveram cada vez mais presentes nos títulos dos GTs da ANPOCS, o que gradualmente legitimava essas questões junto à academia (Leeds In: Lima & Rattón, 2011: 07-08).

O quadro abaixo situa os temas e a origem institucional dos envolvidos no Simpósio:

<p>Experiências inovadoras e políticas de segurança pública, 1998</p> <p>Coordenação: Elizabeth Leeds, Fundação Ford</p>	<p>1ª sessão: Policiamento comunitário: experiências regionais, balanço atual e perspectivas futuras</p> <p>Coordenador e debatedor: Paulo de Mesquita Neto, NEV/USP</p> <p>Expositores: Miguel Libório Cavalcanti, Major PM-SP Luiz Antonio Brenner Guimarães, Tenente Coronel, Brigada Militar RS Alceu Prestes de Matos, Programa de Polícia e Educação, "Cidadania nas Mãos"- DF Jacqueline Muniz – ISER</p>
	<p>2ª sessão: Relações polícia e comunidade: sistema de justiça, policiamento e conselhos de segurança (CONSEGS)</p> <p>Coordenador e debatedor: Cláudio Beato, CRISP/ UFMG</p> <p>Expositores: Belisário dos Santos Jr., Secretário de Estado de Justiça e Cidadania-SP, CIC e Centro de Referência de Apoio à Vítima Lúcio Emílio Espírito Santo, Coronel. PM-MG Alice Yukiko Yamakasi, CONSEG-SP Luiz Ferraz Mulin, CONSEG-RJ</p>
	<p>3ª sessão: Poder público, sociedade civil e segurança pública</p> <p>Coordenador e debatedor: Leandro Piquet Carneiro, USP</p> <p>Expositores: Jaime Benvenuto, GAJOP-PE, Programa de proteção à testemunha Fernando Figueiredo, Instituto São Paulo Contra a Violência Benedito Domingos Mariano, Ouvidoria, PM SP Rosa Marga Rothe, Ouvidoria, PM-PA</p>

Através dos temas e participantes percebe-se a abertura das fronteiras entre campo acadêmico e campo político-burocrático na área de segurança pública. Uma maneira de abordar o processo é entendê-lo como a permeabilidade da ANPOCS às agendas político-intelectuais de cinco centros de pesquisa – NEV/USP, ISER, CEsC/UCAM, CRISP/UFMG e NUFEP/UFF - e dos pesquisadores e agentes sociais que a eles se associaram na criação de novas institucionalidades de governança em nível federal (Neves, 2002; 2004), como a SEDH e principalmente a SENASP, em um ensaio de dispositivo de saber-poder concorrente pelo monopólio do pensamento e da *expertise* em torno da segurança pública.

Ao longo dos anos 2000 esta articulação incluirá progressivamente um conjunto cada vez mais amplo de grupos de pesquisadores, em especial para os que se associaram a RENAESP, em especial o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS), liderado por José Vicente Tavares dos Santos, o Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC), dirigido por César Barreira e, com destaque maior no que se refere a ANPOCS, aqueles ligados ao NUFEP/UFF, de Roberto Kant de Lima, que organizará uma série de GTs/STs, de 2004 em diante, o que ocorre em paralelo ao

crescimento das temáticas de direitos humanos, segurança pública e antropologia do direito nos encontros da ABA:

Antropologia e Direito – ANPOCS e ABA (anos 2000)	
ANPOCS 2004	ST Conflitualidade social, acesso à justiça e reforma do poder judiciário - Rodrigo Ghiringuelli de Azevedo (UFRGS), Roberto Kant de Lima (UFF), Jacqueline Sinhoretto (USP)
ANPOCS 2005	MR Sistema de Justiça Criminal: perspectivas comparadas ²⁹⁶ . Coord.: Roberto Kant de Lima, UFF
ANPOCS 2006	ST Conflitualidade social, acesso à justiça e segurança pública -Rodrigo Ghiringuelli de Azevedo (UFRGS), Roberto Kant de Lima (UFF) e Jorge Zaverucha (UFPE)
ANPOCS 2007	ST Conflitualidade social, acesso à justiça e reformas nas coercitivas do sistema de segurança pública - Rodrigo Ghiringuelli de Azevedo (PUC-RS / UFRGS), Roberto Kant de Lima (UFF)
ANPOCS 2008	ST Conflitualidade social, administração da justiça e segurança pública Rodrigo Ghiringuelli de Azevedo (PUC-RS /UFRGS), Roberto Kant de Lima (UFF)
ANPOCS 2009	ST Conflitualidade social, administração da justiça e segurança pública Rodrigo Ghiringuelli de Azevedo (PUC-RS / UFRGS), Roberto Kant de Lima (UFF)
26 ABA 2008	Simpósio Especial Direitos Humanos ²⁹⁷ Simpósio Especial Violência Policial ²⁹⁸ Fórum de Pesquisa: Políticas Públicas e Antropologia nas Áreas de Direitos Humanos, Segurança Pública e Comunidades Coord: Ana Paula Mendes Miranda e Maria Victoria Pita ²⁹⁹ .
	MR 13 - Direitos, moralidades e violências em uma perspectiva comparada: Brasil, Israel, Angola - Coord: Roberto Kant de Lima (UFF) ³⁰⁰

296 Daniel Schroeter Simião (UCB), Marcus Vinícius Gonçalves Cruz (FJP), Paula Ferreira Poncioni (UCB).

297 Gênero e Sexualidade como Temáticas dos Direitos Humanos -Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ); Reparação, Justiça e Violência Doméstica: Perspectivas para Reflexão e Ação -Daniel Schroeter Simião (UFMG); Direitos Etno-Raciais como Direitos Humanos- Livio Sansone (UFBA); “Direitos Humanos para Humanos Direitos”: Sobre o Sentido de “Direito” e de “Humano” entre Agentes de Segurança Pública - Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFMG).

298 “Policías y Estereotipos” - Elena Azaola Garrido (CIESAS/MEXICO D.F.); Vida de Policías Códigos Morales y Derechos Humanos. A Propósito de Tropa de Elite (José Padhilla, 2007) y el Bonaerense (Do Outro Lado da Lei). (Pablo Traperó, 2002) - Sofia Tiscornia; O que é a Violência Policial? Direito e Sociedade em Tempos Indeterminados - Daniel Santos (UnB); Policiais como Algozes – Vítimas Jorge da Silva (UERJ)

299 Segurança Pública com Cidadania: Retórica e Ação na Formação Profissional de Policiais no Brasil - o Caso do Rio de Janeiro - Paula Ferreira Poncioni (UFRJ); A Dádiva e seu Contrário: sobre as Possibilidades de Sucesso de Projetos de Policiamento Comunitário. - Marcus Andre de Souza Cardoso da Silva (PPGAS/UnB); A Primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro na Visão de suas Delegadas - Lana Lage da Gama Lima (UENF); “Mercadores da Proteção” ? Territorialidades, Soberanias, e Governabilidades em Conflito na Produção de Policiamentos no Rio de Janeiro -Jacqueline de Oliveira Muniz (UCAM); A Experiência dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública: Participação e Sociabilidade Violenta - Jussara Freire (IBMEC/RJ); A Construção de um Sistema de Monitoramento dos Conselhos Comunitários de Segurança - Ana Paula Mendes de Miranda (IPP); Registros Estatísticos do Sistema de Justiça Criminal: Buenos Aires e Rio de Janeiro desde uma Perspectiva Comparativa - Maria Victoria Pita (UBA) - Hernan Olaeta (UBA/DNPC).

300 Debatedor: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF) Daniel dos Santos (U. de Ottawa) - Urbanização,

27ABA 2010	SE Antropologia do Direito no Brasil - Coords:Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) e Roberto Kant de Lima (UFF) ³⁰¹ GT Dinâmicas criminais e dispositivos de controle – Coord: Antonio Carlos Rafael Barbosa (UFF) Ana Cláudia Marques (USP) GT Direitos humanos, práticas de justiça e diversidade cultural – Coord: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP) Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS) GT Sensibilidades jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade: interlocução entre antropologia e direito – Coord: Kátia Sento Sé Mello (ESS/UFRJ) Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)
---------------	---

Em torno de um dispositivo: mapeando as articulações entre campo acadêmico e campo burocrático

Um dos eixos para "desenrolar o novelo" desta articulação entre campos acadêmico e político é acompanhar o trajeto de Luiz Eduardo Soares, desde o seu retorno ao país após a exoneração do governo Garotinho e de seu período como pesquisador visitante no *Vera Institute of Justice* de Nova York e da *Columbia University*. De março a dezembro de 2001, Soares torna-se o consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança em Porto Alegre, junto ao então prefeito Tarso Genro, do PT. Em torno do partido constituiria as alianças que deram margem ao Projeto Segurança Pública para o Brasil, em 2003³⁰², quando ocuparia o cargo de Secretário Nacional de Segurança Pública, de janeiro a outubro (mesmo ano em que apresenta a Conferência *Segurança pública no Brasil: perspectivas e desafios*, na ANPOCS).

A partir destas alianças serão constituídas estratégias para a construção de um *Sistema*

direitos e violência na cidade de Luanda: o encontro entre a pobreza e a moral George Bisharat (U. Califórnia) - *Violence's law* Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) – Violência e reparação moral: dilemas do mundo cívico no Brasil

301 Sessão 1: Debatedora: Adriana Vianna (MN/UFRJ) Componentes e Títulos da Palestra: Ana Lucia Pastore Schritzmeyer (USP) – Antropologia e direito no Brasil: dois grandes encontros, muitos desencontros e atuais desafios Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS) - As novas tecnologias legais na produção da vida familiar: antropologia, direito e subjetividades Theophilos Rifiotis (UFSC) - Lei, direito, justiça e violência: desenhando um quadro para a judicialização das relações sociais.

Sessão 2: Debatedor: Daniel Simião (UnB) George Bisharat (U. Califórnia) - A visão de um pesquisador que milita nos dois campos Joana Domingues Vargas (UFRJ) - Reflexão sobre o caráter burocrático e cartorial do inquérito policial no Brasil Ronaldo Lobão (InEAC/UFF) - Um antropólogo no direito: prolegômenos para o ensino da antropologia no curso de direito da UFF

302 Junto a Luiz Eduardo, compuseram a Equipe do Projeto Segurança Pública para o Brasil: *Antonio Carlos Biscia* (Coordenador Executivo) Professor de Direito Processual Penal da Universidade Cândido Mendes; ex-Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; foi Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Assessor Jurídico da Comissão Justiça e Paz – Rio de Janeiro; *Benedito Domingos Mariano*: Ouvidor Geral do Município de São Paulo; foi Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo e primeiro Coordenador Executivo do Fórum Nacional de Ouvidores; Fundador do Movimento Nacional de Direitos Humanos; *Roberto Armando Ramos de Aguiar*: Ex-Prof. Titular de Filosofia do Direito no Curso de Graduação e no Mestrado em Direito Público do Departamento de Direito da Universidade de Brasília; foi Consultor Jurídico do Governo do Distrito Federal; ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; ex-Coordenador de Extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Único de Segurança Pública (SUSP), cujas diretrizes principais seriam a rearticulação entre as esferas federativas e a aproximação entre políticas sociais e de repressão, princípios dos primeiros planos nacionais de segurança pública (PNSP, 2000; Projeto Segurança Pública para o Brasil, 2003). Para a sua operação, o SUSP se basearia em um sistema de financiamento, o *Fundo Nacional de Segurança Pública* (FNSP); um sistema de gestão de *informações criminais*, o *Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública* (INFOSEG); na articulação com projetos sociais comunitários, incentivados e catalogados pelo *Observatório de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade*; e nos *Gabinetes de Gestão Integrada* (GGIs), supervisionados por comitês gestores nos Estados e na União, base de estrutura de governança modelada como sistema de política pública. Nas palavras de Soares:

O SUSP não implicaria a unificação das polícias, mas a geração de meios que lhes propiciassem trabalhar cooperativamente, segundo matriz integrada de gestão, sempre com transparência, controle externo, avaliações e monitoramento corretivo. Nos termos desse modelo, o trabalho policial seria orientado prioritariamente para a prevenção e buscaria articular-se com políticas sociais de natureza especificamente preventiva [...] Paralelamente à aludida institucionalização do SUSP, o Plano Nacional de Segurança Pública do primeiro mandato do presidente Lula propunha a desconstitucionalização das polícias, o que significa a transferência aos Estados do poder para definirem, em suas respectivas constituições, o modelo de polícia que desejam, precisam e/ou podem ter. Sendo assim, cada estado estaria autorizado a mudar ou manter o *status quo*, conforme julgasse apropriado. Isto é, poderia manter o quadro atual, caso avaliasse que a ruptura do ciclo do trabalho policial, representada na organização dicotômica, Polícia Militar [PM] – Polícia Civil, estivesse funcionando bem. Caso contrário, se a avaliação fosse negativa [...] mudanças poderiam ser feitas e novos modelos seriam experimentados [...] sabendo-se, entretanto, que todas atuariam em regime de ciclo completo, ou seja, investigando e cumprindo o patrulhamento uniformizado (Soares, 2007b: 90).

Vale a pena considerar a composição das pastas e as representações dos atores envolvidos, que configuram a zona de interseção entre uma *comunidade epistêmica* e uma *rede normativa de política pública*, cuja proximidade se liga a atuação no campo das esquerdas (pós-Brizola e no PT), interligando "intelectuais políticos", "políticos intelectuais" e gestores da segurança pública oriundos da base do partido e de movimentos sociais (originados especialmente do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Brasília) e também atores responsáveis pelo protagonismo da Polícia Federal no período recente.

Durante a gestão de Soares na SENASP, o grupo que se reunira no Instituto Cidadania, responsável pela formulação do Plano de 2003 (Antonio Carlos Biscaia e Benedito Domingos

Mariano), junto também a Jacqueline Muniz e Barbara Musumeci Soares, compuseram o staff durante os poucos meses de gestão. No período posterior (de 2003 a 2007) a Polícia Federal teria maior presença nas posições principais, com Luiz Fernando Corrêa como Secretário Nacional 09/2003 a 09/2007. Com a ascensão de Tarso Genro no Ministério da Justiça, (2007 a 2010), sucedendo a Marcio Thomaz Bastos, teriam se aberto novas janelas de oportunidade para implementar as diretrizes do SUSP, com a elaboração do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (PRONASCI): "O Pronasci não foi um programa formulado pela Senasp, e sim pelo ministro Tarso Genro e o grupo de trabalho por ele designado", diria o futuro Secretário da SENASP (09/2007 a 03/2008), Antonio Carlos Biscaia (Biscaia *apud* Ferreira & Britto (orgs.), 2010: 87). Mas a gestão de Luiz Fernando Corrêa não teria se descolado de algumas das linhas do SUSP, como a formação da Força Nacional de Segurança Pública segundo os princípios de formação estabelecidos pela ONU, ou a implementação da RENAESP:

Na segurança, nós não tivemos pensadores, ficamos 20 anos parados, patinando, sem produzir conhecimento. Daí a nossa preocupação em nos reaproximarmos do meio acadêmico. Quando nós fizemos a Rede de Especialização em Segurança Pública, a Renaesp, a ideia era exatamente fazer a reaproximação do meio acadêmico com a polícia, porque não podemos desprezar o acúmulo empírico da polícia, e queremos agregar esse acúmulo às demandas e ao debate acadêmico, para gerar um conhecimento genuinamente brasileiro. Tivemos o período dos experimentos, dos xerifes. Sempre se esperava um secretário de Segurança que fosse a solução enquanto pessoa. Depois passamos para os pacotes: Nova York, a própria Colômbia mais recentemente [...] Depois, quando a presença dos aparatos policiais se tornou demanda, entrou na agenda do povo, veio a partidarização, que é uma das grandes mazelas das polícias estaduais [...] O que estamos fazendo agora – e aí se avançou, esse foi o grande mérito – é o diálogo federativo sobre o tema, que não existia e foi estabelecido (Corrêa *apud* Ferreira & Britto (orgs.), 2010: 106-107).

Destaca-se, nesse sentido, a aproximação entre universidade e policiais em conformidade com uma proposta de segurança pública "de esquerda", em ligação com os grupos articulados em torno de um "modo PT de governar" a partir da Frente Nacional de Prefeitos e da montagem do Orçamento Participativo, dos quais Tarso Genro seria a figura chave. Segundo o seu depoimento:

O Pronasci nasceu com um exame que fiz da política de segurança pública que vinha sendo adotada no país até então. A política de segurança pública originária do Ministério da Justiça tinha tido dois avanços importantes na época do Marcio Thomaz Bastos. Primeiro, o início da instalação do Susp, o Sistema Único de Segurança Pública. E

segundo, um regime de colaboração da Polícia Federal com as polícias estaduais [...] Mas não havia uma visão sistêmica [...] A partir desse exame [...] montei uma equipe que me respondesse às seguintes questões: como ter uma nova polícia, uma polícia que estabeleça uma relação de proximidade com a comunidade? Como integrar os municípios como sujeitos ativos de políticas preventivas? Como renovar a cultura da segurança pública no país? Dei para essa equipe alguns exemplos conhecidos internacionalmente. O que tinha ocorrido na Colômbia, a experiência de Nova Iorque, a experiência de Chicago, alguns programas preventivos que alguns municípios do país – como Diadema, por exemplo – já desenvolviam. Dessa discussão resultou o entendimento de que a questão da segurança pública é uma questão policial, mas, se for tratada exclusivamente como questão policial, não será uma boa política de segurança pública (Genro *apud* Ferreira & Brito (orgs.), 2010: 28-29).

Para tanto, Tarso Genro se cerca de atores da FGV e da Polícia Federal, iniciou um processo de transição no interior da SENASP. Ganha destaque o papel cumprido por Ronaldo Teixeira da Silva, que tornou-se o Secretário-executivo do PRONASCI, de cujo depoimento se observa a constituição do grupo formulador da política, reunido sob a coordenação de Zaqueu Teixeira (ex-chefe de polícia no governo Benedita da Silva, no Rio): Antonio Carlos Biscaia, Luiz Fernando Corrêa, Pedro Abramovay, então Assessor Legislativo, Maurício Kuehne, do Departamento Penitenciário (DEPEN) e Luiz Paulo Teles Barreto, secretário-executivo do Ministério:

Quando nós começamos a observar que tínhamos um grande policial federal, Luiz Fernando Corrêa, um grande promotor, o Dr. Biscaia, ambos advogados, um grande chefe de polícia, o delegado Zaqueu, também advogado, um secretário-executivo, Luiz Paulo, advogado, Pedro Abramovay, advogado, Dr. Maurício Kuehne, também advogado – e o próprio ministro, advogado trabalhista -, dissemos "Quem sabe, no grupo de trabalho, a gente começa a abrir, a buscar uma heterogeneidade, para não fechar a questão só em torno de policiais ou de juristas?" O ministro tinha feito a encomenda: "Quero um programa de segurança com cidadania". Até houve discussão à época, sobre se usaríamos a expressão "segurança cidadã", que é usada pela ONU, mas o ministro disse que não era isso o que ele queria. "Quero um programa de segurança *com* cidadania, articulando ações sociais com ações de segurança" (Teixeira da Silva *apud* Ferreira & Brito (orgs.), 2010: 55-57).

A partir de então, ao "grupo de dirigentes" se aliou um "grupo de trabalho", composto por Francisco Rodrigues (mestre em educação), Celso Paz (professor de história), Glória (técnica de informática), Reinaldo Gomes (advogado), Lélia de Almeida (doutora em literatura), Ivo Motta (diretor de políticas do DEPEN), Wilson Damásio (delegado federal), Robson Robin da Silva,

Cristina Villanova e Juliana Barroso (futuras diretores da SENASP); e Ricardo Balestreli, militante em direitos humanos [Anistia Internacional], que viria a se tornar Secretário de Segurança Pública em 2009, através de uma aproximação com as Academias de Polícia:

Eu era um típico militante de direitos humanos, ligado a uma cultura muito aguerrida e, eu diria, em alguns momentos sectária, porque nós havíamos herdado uma visão bipolar. Na época da ditadura, ou você estava a favor da polícia e contra os direitos humanos, ou a favor dos direitos humanos e contra a polícia [...] Comecei então, no final de 1988, um trabalho com a Polícia Civil. Foi quando, inclusive, ajudei a elaborar uma legislação, que foi a primeira lei brasileira a introduzir formalmente a questão dos direitos humanos no âmbito policial [...] elaborei o texto de uma lei que introduzia a obrigatoriedade do ensino de direitos humanos nas polícias do estado [...] me tornei professor de direitos humanos da Academia de Polícia no Rio Grande do Sul [...] pedi uma reunião com o secretário Luiz Fernando para reclamar do fato de a Secretaria Especial de Direitos Humanos ter abandonado completamente esse trabalho de formação, e de a Senasp, que vinha se transformando no grande órgão de comando moral das polícias, não ter assumido nada a esse respeito. Sentei com Dr. Luiz Fernando, me queixei bastante, disse que num governo do PT, particularmente, isso me parecia inadmissível, e o Dr. Luiz Fernando ao final da conversa me disse: "Você não está lembrado, mas fui seu aluno num curso de direitos humanos. Gostei muito. E acho que você tem razão. Esse trabalho não está ocorrendo. Então, eu queria lhe fazer um desafio: venha para cá, fazer esse trabalho' [...] Quero convidá-lo para ser meu diretor da área de ensino e pesquisa' [...] comecei um forte trabalho já na linha do Pronasci. Criamos no nosso departamento a Renaesp (Balestreli *apud* Ferreira & Britto (orgs.), 2010: 124-131).

A ideia, ainda segundo Balestreli, seria consolidar políticas de Estado na cultura das instituições policiais, "que qualquer governo que venha, seja do mesmo partido, seja de um partido de oposição, terá, no mínimo, muita dificuldade para mudar". Desse modo, através da RENAESP, o projeto era "formar uma nova geração de líderes policiais brasileiros. A repetição desse número por alguns anos, de cinco mil policiais por ano, se especializando em segurança pública com a visão humanística, a par da visão técnica [...] terá um grande impacto sobre a cultura brasileira" (*Ibidem*:141).

Percebe-se, nesse caminho, a concretização de alianças, em alguns casos, não apenas conjunturais, mas que remonta a uma série de experiências geracionais, como exemplifica o depoimento de Zaqueu Teixeira sobre sua história de vida, desde a Paraíba, onde participara da Ação Católica/Juventude Estudantil Católica, e chegando ao Rio de Janeiro, em 1962, onde ingressaria na Escola de Sociologia e Política da PUC:

Vivi, portanto, no Rio de Janeiro, os anos de 1962, 63 e 64, que foram muito criativos e politicamente decisivos [...] Cruzei na PUC com algumas pessoas que foram importantes: Mário Brochman Machado, Paulo Sérgio Pinheiro... Os mais famosos dos meus colegas eram Otávio Velho, Moacir Palmeira, que depois foram constituir o curso de antropologia do Museu Nacional. Miriam Limoeiro... Era minha colega de classe Maria Victória Benevides, que depois foi para São Paulo, tornando-se uma brilhante cientista política. Anos depois nos reencontramos na fundação do Cedec. Havia um padre muito interessante: além do padre Ávila, que era um grande teólogo, um grande ideólogo, havia também o padre Osanam, que trazia a contribuição da sociologia americana em contraponto à sociologia mais de vocação europeia, quer a matriz do padre Ávila [...] Quando veio o AI-5, fui obrigado a sair do país e passei sete anos e meio na França. O exílio foi um momento muito importante, porque toda uma geração de brasileiros se compreendeu melhor, entendeu melhor o mundo (Teixeira *apud* Ferreira & Britto (orgs.), 2010: 190-192).

Em 1976, Zaqueu retorna ao país, onde participa do contexto de fundação do PT em São Paulo e se envolve na "primeira onda de governos municipais do PT", onde teria começado o "conceito do modo petista de governar" (*Ibidem*: 194).

As alianças entre quadros da universidade e da polícia, nesse sentido, se dirige à transformação das corporações a partir de suas clivagens internas, entre base e cúpula, como expresso no diagnóstico de descontentamento dos níveis hierárquicos mais baixos das Polícias no livro-artefato político *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da política no Brasil* (Lemgruber; Musumeci; Cano, 2005). A resultante do processo seria um conjunto de reformas organizacionais, de gestão de conhecimento e de articulações, através de bolsas e formação de profissionais de segurança pública, que dariam contorno a modelos de policiamento inspiradores, por exemplo, das UPPs (embora a estas não possa ser resumida), e a propostas de cursos de especialização em segurança pública implementados em universidades (Silva, 2012). Mas o balanço geral, feito por Soares, com base na experiência do CONSEG, não será otimista:

O tema decisivo, as reformas institucionais, não é sequer mencionado – provavelmente por conta de seu caráter politicamente controvertido, dada a indefinição das lideranças governamentais a respeito do melhor modelo a adotar, e de seu potencial desagregador, derivado das inevitáveis reações corporativas que suscitaria. Assim, com o SUSP anêmico e sem o seu complemento institucional – a desconstitucionalização ou alguma fórmula reformista, no nível das estruturas organizacionais –, o *status quo* policial e, mais amplamente, o quadro fragmentário das instituições da segurança pública acabam sendo assimilados. Desse modo, naturaliza-se o legado da ditadura, chancelando-se a transição incompleta como a

transição possível. O Pronasci resigna-se a ser apenas um bom plano destinado a prover contribuições tópicas (Soares, 2007: 94).

Esse diagnóstico servirá de base para a sua proposta de reformulação constitucional da área de segurança pública, a PEC/51, atualmente em discussão no Congresso (Soares, 2013).

Outra linha de articulação do dispositivo aqui analisado se dá com a criação do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP), em 2006, voltado a circulação da produção acadêmica, a qualificação de dados e a organização de reuniões nacionais entre pesquisadores acadêmicos e atores da justiça criminal e da segurança pública³⁰³. Vale fazer referência ao texto oficial da instituição, que conecta a sua origem ao interesse de especialistas em segurança pública, que já viriam trabalhando em conjunto durante momentos de crise nas décadas anteriores, voltados a criação de um "espaço neutro" de "cooperação técnica" e articulação entre universidades, sociedade civil e polícias:

Em meados dos anos 2000, um grupo de especialistas em segurança pública reuniu-se pela primeira vez para debater a possibilidade de criar um canal permanente de discussão em nível nacional. Sua motivação vinha da certeza de que se fazia necessária e urgente a consolidação de um espaço nacional de referência e cooperação técnica na área da atividade policial e da gestão da segurança pública no Brasil. Compunham a mesa de discussões membros da sociedade civil, de universidades e das forças policiais. Muitos já haviam trabalhado em conjunto em situações anteriores, principalmente durante crises na segurança pública. Quase sempre, no entanto, essa parceria entre especialistas, organizações não-governamentais e policiais não prosseguia para além dos períodos de tensão, impossibilitando uma reflexão contínua e profunda sobre como melhorar a situação da polícia e sua relação com os cidadãos. Era preciso que o diálogo entre esses atores de áreas aparentemente diversas, mas de grande interdependência, se expandisse na forma de uma rede nacional de troca de informações, expertises e experiências positivas³⁰⁴. Com o apoio da Fundação Ford, do Open Society Institute e da Fundação Tinker, entre outras instituições, constituiu-se em março de 2006 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para se manter como um canal

303 Atual Conselho Administrativo: **Presidente:** Sérgio Roberto de Abreu; **Conselho de Administração** Elizabeth Leeds - Presidente de Honra; Arthur Trindade Eduardo Pazinato; Humberto Vianna; Jésus Trindade Barreto Jr.; José Luiz de Amorim Ratton; Luiz Antonio Brenner Guimarães; Luis Flavio Saporì; Marcos Aurelio Veloso e Silva; Renato Sérgio de Lima; Roberto Maurício Genofre; **Conselho Fiscal:** Cássio Rosa; Silvia Ramos.

304 O Fórum vem trabalhando desde então com três projetos principais: o Anuário Estatístico, em sua 7a edição; uma Revista com textos acadêmicos, a Revista Brasileira de Segurança Pública, em sua 14a edição, e Encontros Anuais, em sua 8a edição. **Comitê Editorial da Revista:** Renato Sérgio de Lima, José Vicente Tavares dos Santos, Samira Bueno Juliana Vinuto; **Conselho editorial:** Elizabeth R. Leeds (New York University); Antônio Carlos Carballo (PM do Rio de Janeiro); Christopher Stone (Harvard University); Fiona Macaulay (University of Bradford); Luiz Henrique Proença Soares (Via Pública – São Paulo); Maria Stela Grossi Porto (UnB); Michel Misse (UFRJ); Sérgio Adorno (USP).

ativo de discussões construtivas, o Fórum foi concebido desde o início como um espaço neutro. Nele, divergências políticas são postas de lado para que seu foco nunca se desvie do principal: a melhoria das corporações policiais³⁰⁵.

Em 2007, a Mesa Redonda *Política Públicas de Segurança: um fracasso?*³⁰⁶, coordenada por Renato Sérgio de Lima, então Secretário-Executivo do Fórum, já demonstraria os efeitos do *aggiornamento* da Ford no âmbito da coletividade de pesquisadores, iniciado em 1998. A articulação entre a SENASP, a ANPOCS e o Fórum, nesse sentido, conformariam um ensaio de dispositivo de saber-poder alternativo ao monopólio do saber jurídico e policial tradicionais. O crescimento das redes de pesquisa sobre violência, crime e punição, e sua aproximação propositiva com pautas e programas políticos em aliança com atores da segurança pública, daria origem ao *campo da segurança pública*, arena de políticas públicas e campo intelectual.

A evidência maior deste dispositivo pode ser percebida na montagem da *Arquitetura Institucional do SUSP* (SENASP, 2005), coordenada por uma rede de 60 atores, em especial cientistas sociais e advogados, de organizações de interface entre sociedade civil (Viva Rio, Sou da Paz, Instituto São Paulo Contra a Violência, ILANUD), universidade (NEV/USP, NUFEP/UFF, CESeC, UFRGS, UFPE) e do Estado (em vínculos e passagens diversas entre esses três universos em cargos de assessoria/consultora e gestão), e dividida em sete eixos: 1) Controle de Armas; 2) Controle Externo e Participação Social; 3) Estruturação e Modernização da Perícia; 4) Formação Policial; 5) Gestão da Informação; 6) Gestão Institucional, Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil; e 7) Sistema Penitenciário³⁰⁷

Uma das resultantes das atividades dessa rede foi a realização do 1º *Concurso de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública*, em 2004, realizado por intermédio de parceria entre a ANPOCS e a SENASP, e com recursos do Governo Federal. O intuito seria democratizar a escolha dos consultores para a realização das pesquisas, incentivar a realização de diagnósticos prévios ao planejamento de ações, integrar ao processo de tomada de decisões os atores da sociedade civil e representantes de outros órgãos governamentais, fornecendo assim as bases para a estruturação e institucionalização do SUSP nos anos seguintes³⁰⁸. O Concurso se organizou segundo os sete eixos estratégicos do Plano Nacional de Segurança Pública - 1) gestão do conhecimento; 2) reorganização institucional; 3) formação e valorização profissional; 4) prevenção; 5) estruturação

305 Texto de apresentação em: http://www.forumseguranca.org.br/quem_somos/nossa-historia Acesso: 29.05.2014.

306 Expositores: Alba Zaluar (UERJ), Maria Stela Grossi Porto (UnB), Rodrigo G. de Azevedo (PUC-RS)

307 Cf. no ANEXO IV lista completa com eixos e seus membros, com respectivas áreas de atuação

308 Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal

https://www.infoseg.gov.br/infoseg/html/cont_lat_esq/senasp/Arq_SENASP/relatorio_pesquisa_ANPOCS.pdf

da perícia; 6) controle externo e participação social; e 7) programas de redução da violência – e foi avaliado por uma comissão composta por membros do Ministério da Justiça e pela direção da ANPOCS³⁰⁹.

Os resultados, se contribuíram para uma diversificação regional e também do tipo de organização envolvida na produção de pesquisas (ONGs e movimentos sociais), faz transparecer também a produção dos centros ou pesquisadores já reconhecidos na área, quais sejam: Claudio Beato, Joana Vargas, Guaracy Mingardi, José Vicente Tavares, Michel Misse, dentre outros³¹⁰. Em 2006, a ANPOCS organiza quatro mesas para a discussão dos resultados das pesquisas:

<p>Mesas Redondas organizadas em parceria com a SENASP.</p> <p>Discussão dos resultados das pesquisas dos Concursos de Pesquisas Aplicadas SENASP/ ANPOCS em 2006</p>	<p>MR Segurança pública: humanização e modernidade. Coord.: Juliana Márcia Barroso Senasp</p> <p>Maria Cecília de Souza Minayo, ABRASCO</p> <p>João Batista Moreira Pinto. Escola Superior Dom Hélder Câmara</p> <p>Maria Stela Grossi Porto, UnB, e Arthur Costa, UnB</p> <p>Haydée Caruso, UFF;</p> <p>Luciane Patrícia Braga de Moraes, UFF; Nalayane Mendonça Pinto, UFRJ</p>
	<p>MR Segurança pública: Gestão e reorganização institucional. Coord.: Marcelo Ottoni Durante, Senasp</p> <p>Joana Vargas, UFMG</p> <p>Guaracy Mingardi, ILANUD</p> <p>Marcella Beraldo de Oliveira, ISP</p> <p>José Vicente Tavares dos Santos, UFRGS</p>
	<p>MR Segurança pública: articulação sistêmica das instituições Coord.: Cristina Gross Villanova, Senasp</p> <p>Amália Sonia Batista, UnB, Lourdes Bandeira</p> <p>Jacqueline Sinhoretto, IBCCRIM</p> <p>André Zanetic, USP</p> <p>Jorge Zaverucha, UFPE</p>

309 Presidente da Comissão: Marcelo Ottoni Durante – Ministério da Justiça ; Suplente do Presidente da Comissão: Marcelo Bicalho Behar – Ministério da Justiça Membros da Comissão: Célia Maria da Silva – Ministério da Justiça; Eliana Fátima Aguiar – Ministério da Justiça; Elide Rugai Bastos – ANPOCS; Fabiano Santos – ANPOCS; Gustavo Lins Ribeiro – ANPOCS; James Holston – ANPOCS; Luiz Jorge Werneck Vianna – ANPOCS ; Márcio Ferreira da Silva – ANPOCS; Maria Alice Rezende de Carvalho – ANPOCS; Maria Arminda do Nascimento Arruda – ANPOCS Rubem Murilo Leão Rego – ANPOCS; Sérgio Miceli – ANPOCS

310 Cf. ANEXO III

	<p>MR Estado x crime organizado: desafios e propostas. Coord.: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, USP</p> <p>Benedito Domingos Mariano, Secretário de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Osasco</p> <p>Gláucio Ary Dillon Soares, IUPERJ</p> <p>Jorge Zaverucha, UFPE</p>
--	---

Em seu Relatório de Gestão (2006), a SENASP convida 13 avaliadores externos, representantes das Polícias Cíveis, Policiais Militares, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, intelectuais, membros de Organizações Não Governamentais, de ouvidorias e de representantes de organizações do executivo federal, estadual e municipal relacionadas à área de segurança pública³¹¹. Destacaremos, em primeiro lugar, que a escolha de avaliadores, ao se basear em um "valor geral de reconhecimento", foi realizada em grande parte no interior do universo de atores que se vincularam à própria estruturação da Secretaria ou que viriam a compô-la futuramente, caso de Regina Miki. Em segundo lugar, a presença de dois cientistas sociais entre os avaliadores: Gláucio Soares e César Barreira. Ambos destacam a importância dos vínculos constituídos com a universidade. Seleccionamentos a avaliação de César Barreira por considerar que nela está contida uma possível síntese da expectativa de "retroalimentação" criada a partir desses vínculos:

Nos últimos anos a SENASP tem criado uma vinculação prática e acadêmica com as Universidades, grupos e laboratórios de pesquisa e com pesquisadores brasileiros. Nesta vinculação destaco duas grandes realizações: o edital de um concurso nacional para realização de pesquisas SENASP/ANPOCS e o edital de realização de cursos de especialização em Segurança Pública. Tais realizações atuam de uma maneira direta em dois grandes problemas da Segurança pública no Brasil que são: o desconhecimento de práticas e possíveis soluções para problemas complexos no interior do campo das políticas públicas, ligadas diretamente a violência e a criminalidade, bem como, interfere em uma melhor formação dos órgãos de segurança pública. O edital para realização de pesquisas resultou na elaboração de mais de 60 estudos,

311 José Ananias Duarte Frota, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Ceará e Presidente da Liga Nacional do Corpos de Bombeiros Militares do Brasil-2003-2006; Regina Miki, Secretária de Defesa Social do Município de Diadema; Gláucio Soares, Pesquisador da Área de Segurança Pública; Carlos Moraes Antunes, Superintendente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro; Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita; Eugênio Andrade Vilela dos Santos, Responsável pelo Monitoramento do Projeto do SUSP/Ministério do Planejamento; José Francisco da Silva, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa, Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo – RS; Ademário de Moraes, Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento, Secretaria de Segurança Pública de Tocantins; Amparo Araújo, Presidência do torturanunca.org.br; César Barreira, Professor Titular de Sociologia, Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da UFC; Maria Helena Hoffmann, Coordenadora de Assuntos Pedagógicos, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão / Santa Catarina; Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos – Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

abrangendo um diversificado quadro temático. Tais pesquisas podem servir como um suporte técnico- científico para a elaboração de uma política de segurança pública do Brasil, tendo como base os reais problemas nacionais. A RENAESP, contando com 22 Instituições de Ensino Superior, possibilitará suprir uma grande lacuna na formação dos policiais na área dos direitos humanos, dando um suporte maior das ciências humanas. A vinculação da SENASP com as Universidades e pesquisadores brasileiros deveria ter uma política mais efetiva em todos os Estados, fortalecendo os grupos de pesquisa que trabalham com a temática da violência, dos conflitos sociais e da segurança pública, visando criar uma rede destes pesquisadores (SENASP, 2006: 83).

Em 2010, sinalizando a concretização dessas relações, o 34º Encontro Anual da ANPOCS abriria novamente o seu espaço para o Simpósio *Especial: A Segurança Pública e as Ciências Sociais*, impulsionado pela recente aprovação dos INCTs pelo CNPq; pela abertura, por parte da CAPES, de propostas de criação de mestrados profissionalizantes no campo da segurança pública; e pela expansão da RENAESP no oferecimento de cursos de pós-graduação. Abaixo as sessões propostas:

34º Encontro Anual da ANPOCS <i>Simpósio Especial: A Segurança Pública e as Ciências Sociais</i>
<p>Sessão 1 – Segurança Pública como campo conhecimento: dilemas e desafios</p> <p>Moderador: Luciane Patrício (Coordenadora Geral de Pesquisa e Análise da Informação - SENASP/MJ) Provocador: Dra. Elisabeth Leeds (Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Columbia)</p> <p>Comentadores: Prof. Dr. Luis Antônio Machado da Silva (IESP/UERJ) Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos (UFGRS) Profa. Dra. Alba Zaluar (UERJ) Prof. Dr. Cesar Barreira (UFC) Profa. Dra. Maria Stella Grossi Porto (UnB) Prof. Dr. Jorge Zaverucha (UFPE) Prof. Dr. Gláucio Soares (IESP/UERJ) Profa. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz (UCAM/UCB)</p>
<p>Sessão 2 – Fomento a pesquisas no campo da segurança pública: uma agenda em construção</p> <p>Moderador: Renato Sérgio de Lima (Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública) Provocador: Dr. Ricardo Balestreri (Secretário Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ)</p> <p>Comentadores: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima – Coordenador do INCT/Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos Prof. Dr. Sergio Adorno – Coordenador do INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã Dr. Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC Dr. Jorge Almeida Guimarães – Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho – Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq Dr. Luis Fernandes – Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia - FINEP</p>

Dra. Maria Paula Dallari – Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC
 Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Como talvez ápice da convergência entre campo acadêmico, sociedade civil organizada e campo burocrático-político, no ano de 2010 se realiza também o IV Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, considerada por Humberto Vianna, presidente do Fórum a "maior edição do evento desde sua criação". Percebe-se na reunião os vínculos entre os espaços e processos institucionais, a exemplo da reunião do comitê gestor do INCT *Violência, Democracia e Segurança Cidadã* (CNPq/Fapesp), dos consultores do PRONASCI e dos Coordenadores do CONSEG. Além disso, na grande maioria das Oficinas e Mesas Redondas é possível localizar tanto a convergência entre eixos de discussão nas pesquisas encomendadas pela SENASP, nos temas dos GTs e Mesas da ANPOCS e uma divisão entre pesquisadores, atores da segurança pública e de organizações da sociedade civil.

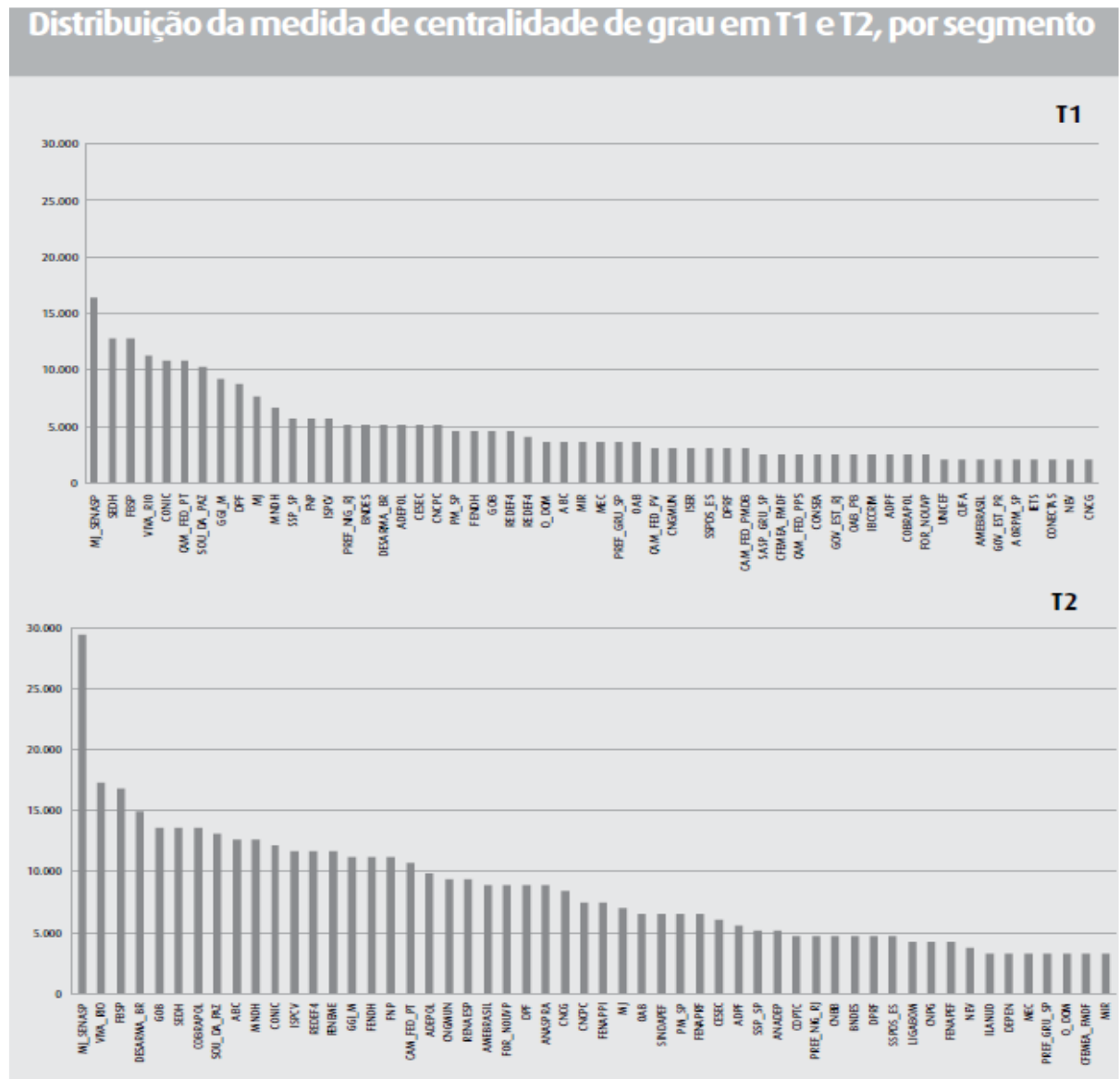
Abaixo elencamos as Mesas e Oficinas que tiveram participação dos cientistas sociais aqui analisados:

IV Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – 2010	
Legitimidade da atuação das forças policiais e a influência dos modelos organizacionais nas formas de ação das polícias	Jacqueline Muniz (UCAM)
Fronteiras estaduais e nacionais: o desafio da integração dos entes federativos no combate aos crimes transfronteiriços	Marcos César Alvarez (NEV/USP) e Fernando Salla (NEV/USP)
Ensino Policial e currículo mínimo	Mediador: Paula Poncioni (UFRJ); participação de José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)
Investigação, inteligência e tecnologia	Mediador: Guaracy Mingardi, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública; Claudio Beato (CRISP/UFGM)
Prevenção e investigação de homicídios: estratégias consolidadas e novos desafios o caso de São Paulo	Mediador: Túlio Kahn, coord. de análise e planejamento da SSP/SP
Comunicação e Segurança	Anabela Paiva, jornalista CESeC
Justiça criminal e sistema penitenciário	Mediador: Julita Lemgruber CESeC, com Roberto Kant de Lima – UFF
Sistemas sócio-educativos: estrutura e eficácia dos modelos de aplicação de medidas a adolescentes.	Mediador: Paula Miraglia (ILANUD – SP)
Ferramentas de gestão policial para execução do policiamento com base no controle e análise de indicadores	Mediador: Marcelo Ottoni Durante, Universidade Federal de Viçosa – MG; Marcelo Nery (NEV/USP) e João José Vasco Peixoto UNIFOR-CE
Drogas: novos debates sobre a superação do modelo vigente de repressão e prevenção ao uso e comércio	Julita Lemgruber (CESeC), Rubem Cesar Fernandes (Viva Rio), Ilona Szabó de Carvalho (Viva Rio)
Gestão de segurança e crime organizado	Jacqueline Sinhoretto
Polícias e grupos vulneráveis	Silvia Ramos (CESeC)
O papel das polícias na aplicação da Lei Maria da Penha	Mediador: Rodrigo Azevedo, PUC-RS, com Wania Pazinato, Unicamp/PAGU
Controle de armas e fortalecimento das ações de desarmamento	Daniel Cerqueira – IPEA; Antonio Rangel, Viva Rio; Heather Sutton, Instituto Sou da Paz

Política de redução de homicídios: cenário nacional	José Luis Ratton Júnior, UFPE
Mecanismos de controle e fiscalização como instrumento de valorização do trabalho policial	Mediador: Cristina Neme (NEV) e Maria Cecília Minayo
Mediação de conflitos	Mediador: Guilherme Assis de Almeida – professor e assessor da USP/FAAP / Sec. Da Justiça de SP, com Pedro Strozemberg, ISER
Política Nacional de Segurança Pública: discussões, consensos e desafios	Mediador: Deniz Mizne – diretor do Instituto Sou da Paz, com Ricardo Balestreli, Secretário da SENASP, Cel. José Vicente, ex-Secretário da SENASP e Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário da SENASP
Inquérito policial e garantia de direitos	Michel Misse (NECVU/UFRJ), Edson Luis Baldan PUC-SP/IBCCRIM
Oficina: O papel do setor privado na segurança pública	André Zanetic, Robson Sávio, Silvia Ramos

Embora estes sejam apenas parte dos espaços de discussão, de apenas um dos encontros, e não se tenha trabalhado com medidas de proporção entre pesquisadores e atores da segurança pública e sociedade civil, com o quadro se pretende demonstrar de forma mais clara a inserção de cientistas sociais nos fóruns de discussão em conjunto com autoridades da segurança pública. Mas a tradução desta inserção, assim como das pesquisas e conhecimentos produzidos em termos de adesão de operadores do sistema de segurança pública a novos valores e práticas, não é linear e tem enfrentado percalços, embora algumas mudanças pareçam discerníveis. É o que pode ser constatado nas discussões da 1ª *Conferência Nacional de Segurança Pública*, em 2009, tida como uma janela de oportunidade para promover e mensurar a adesão a um “novo paradigma na área de segurança pública” (Lima, 2011).

Os estudos sobre a Conferência têm ressaltado, em primeiro lugar, a mudança de composição dos atores envolvidos na discussão, assim como a veiculação de novos "pacotes interpretativos" (Pavez *et al*, 2011; 2012). No contexto anterior ao processo preparatório da Conferência, que se inicia com a discussão sobre o tema na constituinte e se estende até o ano de 2008, o problema da violência seria associado à falta de eficiência das instituições responsáveis pela formulação das políticas de segurança pública, argumentos defendidos por entidades da sociedade civil ligadas aos direitos humanos, temática chave da produção científica e das propostas políticas do período. Com a Conferência, teria havido uma concentração nacional do debate antes disperso em distintas arenas públicas e uma nova reorganização das ações argumentativas e atores em disputa. A estrutura de relação entre os atores que configuraram o campo da segurança pública a partir da CONSEG pode ser visualizada no quadro abaixo e explora as relações entre os atores no período anterior (T1) e posterior (T2) à Conferência:

(Quadro extraído de Pavez *et al.*, 2011: 187)

O quadro demonstraria o adensamento das redes de conhecimento mútuo dos atores envolvidos com a temática de segurança pública em uma nova estrutura que se caracteriza por três fatores de impacto:

- 1) Em consonância com as organizações já mapeadas nos primeiros capítulos desta tese, há o surgimento de novos atores da sociedade civil, principalmente ONGs e institutos acadêmicos - Instituto Sou da Paz, o ILANUD, o Instituto São Paulo Contra a Violência, o IBCCrim, o Fórum em Defesa da Vida e Contra a Violência e o Movimento Viva Rio -, que procuraram desfazer a forte polarização entre os atores tradicionais da área por um lado, as Forças Armadas e as altas patentes da polícia civil e militar e, por outro, organizações de militância em direitos humanos. Entidades que ampliaram seus recursos

argumentativos a partir de atividades de pesquisa, mobilização social e assessoramento à formulação de políticas públicas, ecoando ideias e experiências internacionais de policiamento, em parceria com agências internacionais.

- 2) A integração de atores representantes de entidades de baixa patente do sistema de segurança pública e justiça criminal - polícia militar e civil, agentes penitenciários, peritos criminais, delegados, bombeiros e polícias científicas - no debate mais amplo sobre as políticas para o setor, destacados como protagonistas da Conferência: “suas propostas acabaram por conformar em boa medida os princípios e as diretrizes que compõem o documento final” (Sapori, 2010: 163).
- 3) O fortalecimento do papel do Governo Federal, com a SENASP e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que aumentam a sua centralidade em relação a SEDH.

Em suma, se antes o debate sobre o controle da criminalidade e da violência manifestava-se difuso em arenas locais, ele ganha outra dimensão ao congrega os atores envolvidos com a questão em uma arena pública nacional, em processo que se espelha nos moldes das reformas políticas da saúde e educação (*Ibidem*). Outros “pacotes interpretativos” surgem nesse período, versando sobre o papel das esferas da federação e modelos de políticas públicas. A tensão entre direitos humanos e segurança pública, contudo, não se desfaz totalmente, na medida em que há continuidade das polarizações entre entidades representantes das altas patentes da polícia militar e as entidades de direitos humanos, especialmente no debate a respeito da campanha do desarmamento. Alguns passam a defender o tratamento separado das temáticas, enquanto outros defendem os direitos humanos com tema fundamental da área da segurança. A resultante será a manutenção da transversalidade dos direitos humanos nos temas de segurança, como expressa a ratificação do PNDH-3.

A organização da Conferência revelou as relações internas das corporações policiais, que conheceram nas últimas décadas um grande movimento de politização. Novos discursos e modos de fazer se disseminaram através das organizações informais e redes profissionais de informações e saberes nas polícias. Se a política no interior da polícia pode neutralizar propostas vindas de fora (Mingardi, 1992), é exatamente o mecanismo de disputa entre redes de prestígio que, a longo prazo, permitiria pensar em mudanças. Através dessa “descoberta”, redes entre pesquisadores e policiais foram construídas no sentido de favorecer a democratização da segurança pública por meio da incorporação de agendas por parte de grupos profissionais dentro das polícias, cuja adesão

estaria atrelada a expectativas de ganho de prestígio social e melhores condições de trabalho (Lima, 2011).

A adesão a um “novo paradigma” por parte dos atores que integram o “campo da segurança pública”, portanto, não é automática e nem unívoca. São muitos os modelos de política que se sobrepõem, articulam ou entram em conflito. A esse respeito, Lima (2011) identifica correntes políticas, que se estendem no interior de um gradiente que vai da crença no modelo de organização do sistema de segurança pública, cujos problemas diriam respeito à carência de recursos financeiros e humanos, passando por posições intermediárias, que admitem a necessidade, mais ou menos extensa, de modernização gerencial articulada à participação social, até grupos que apoiam mudanças radicais na arquitetura institucional e funcionamento, como o fim das PMs e unificação das polícias.

Esta pluralidade de perspectivas se estende para outros aspectos. Em relação às formas de controle social e policiamento, por exemplo, seriam vários os modelos na agenda política atual, quais sejam: o da *polícia comunitária*, descentralizada, com trabalho local, desenvolvendo funções de integração social, de mediação e negociação de conflitos interpessoais; o do *novo gerenciamento público*, baseado na transposição, para as polícias, das “teorias do management”, como “satisfação ao cliente” e indicadores de resultados e produtividade, desenvolvidos para as empresas; as propostas de “polícia dura”, orientada para a manutenção da “lei e da ordem” através da utilização instrumental da concepção de “tolerância zero” e do aumento do encarceramento; e a concepção de “segurança cidadã”, orientada pelos valores da dignidade humana, do multiculturalismo e da combinação entre repressão qualificada, investigação dos crimes, uso comedido da força, mediação e negociação dos conflitos e ampliação do acesso à Justiça (Tavares dos Santos, 2008).

A reunião destes esforços de “relegitimação da burocracia” (Lima, 2011) configuraria o atual campo da segurança pública que, fundado em torno da agenda de direitos humanos formulada ao longo das décadas de 1970 e 1980, articula-se em prol da construção de políticas de segurança pública de longo prazo. Para tanto, elaboram-se estratégias para a superação das instabilidades dos tempos da gestão e da política, sobretudo as pressões populares e corporativas em torno da supressão dos direitos e do reforço ao rigor penal.

CAPITULO VII

A Criminologia no Brasil: em torno de uma (im)possibilidade

A Fundação Ford e agenda norte-americana de ativismo e pesquisa em justiça, direitos humanos e segurança pública

Acreditamos que a Fundação Ford é elemento estruturante no incremento da participação de cientistas sociais junto ao campo burocrático-político e que reconstruir sua participação na área de direitos humanos e segurança pública nos fornecerá uma perspectiva útil no acesso às disputas entre visões políticas e teóricas.

A formulação clara de um programa da Ford para os direitos humanos no Brasil se desenvolve inicialmente através do incentivo à participação de cidadãos na articulação de demandas sociais: a expectativa é que seria possível mudar o perfil da desigualdade social no longo prazo por meio da atuação de grupos representativos das minorias desfavorecidas. Ao mesmo tempo, a partir de 1985, a continuidade da oferta de assistência jurídica às populações vulneráveis e no fortalecimento das organizações da sociedade civil se complementará a ênfase no crescimento da violência criminal no meio urbano. Os investimentos se dirigiram à pesquisa e auxílio às ações em dois eixos: as discriminações de raça e gênero e suas relações com a distribuição da justiça e a desigualdade social; e a proteção dos direitos do cidadão frente à violência institucional e criminal (Adorno & Cardia, 2002: 226). Foi segundo essa orientação que se balizaram os investimentos em organizações e centros de pesquisa como o *Instituto da Mulher Negra - Geledés*, o *Núcleo de Estudos do Negro* (NEN) o NEV e o ISER no contexto das crises de segurança pública advindas do *Massacre do Carandiru*, em São Paulo, e da *Chacina da Candelária* e do *Vigário Geral*, no Rio de Janeiro, que trouxeram à tona os problemas da área e reacenderam as polarizações da transição democrática entre militantes em direitos humanos e agentes da segurança pública.

Os investimentos iniciais, nesse sentido, teriam se desenvolvido em um contexto “pouco hospitaleiro”. Mas, em função deste acúmulo de crises, janelas de oportunidade teriam se aberto para a formação de uma nova agenda política por parte desses centros. Será a partir destes contextos que cientistas sociais procuraram qualificar o debate público por meio da elaboração e divulgação de pesquisas, de intervenções junto ONGs de direitos humanos, à imprensa e em consultorias governamentais. Este parece ter sido o cenário de uma mudança de ênfase, reconhecível como movimento geral nos testemunhos dos pesquisadores, de uma posição

denuncista a uma postura *propositiva*, seja pela via mais voltada ao controle da atuação estatal pela adesão às normas internacionais de direitos humanos, seja pela via da conciliação entre eficiência policial e direitos humanos.

Quanto ao primeiro eixo, à vasta produção normativa de direitos humanos no pós-1988, em especial o PNDH, constituiu múltiplas experiências de apropriação do tema no ensino superior, na forma de cursos de extensão ou pós-graduação³¹². De início, a maior parte das iniciativas teriam resultado mais de esforços isolados e solitários de professores comprometidos com a causa dos direitos humanos, que, propriamente, de linhas institucionais desenvolvidas para este fim. Ou seja, os docentes, muitas vezes, careceriam de um espaço institucional coletivo, que lhes permitisse socializar experiências e compartilhar projetos, com algumas poucas exceções, como o NEV/USP, as Comissões de Direitos Humanos das Universidades Federais da Paraíba, do Sergipe, de Pernambuco e do Piauí. Foram estes espaços que promoveram a institucionalização de uma parte importante dos cursos de especialização em Direitos Humanos e das redes de parceria envolvendo ministérios, universidades e agências internacionais. A partir deste conjunto múltiplo de iniciativas ocorreria o fortalecimento de redes de atuação e colaboração; pós-graduações e associações científicas em direitos humanos, como a ANDHEP, criada em 2003.

O segundo eixo começaria a se modificar na segunda metade dos anos 1990, quando o consenso em torno do aumento da criminalidade e as crises internas às polícias ofereceram maiores oportunidades de diálogo em torno da estrutura e direitos dos agentes de segurança pública. Já tivemos ocasião de destacar a sinergia entre centros de pesquisa, sociedade civil organizada e agentes do Estado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cabe destacar que o diagnóstico da Ford para esse novo momento parte de uma consideração sobre os limites das organizações tradicionais de direitos humanos na América Latina (Arias, 2008). Embora estas organizações tenham continuado a desenvolver um importante papel no controle de certas formas de abuso do Estado contra a população, pressionando os governos para a garantia dos direitos básicos da população, elas teriam se mostrado menos efetivas em tratar as crises de segurança pública. Obter as informações necessárias para chamar a atenção para casos de violência policial e forçar a ação do Estado exigiria um grau de penetração local que a maioria das organizações de direitos humanos não teria obtido. Mesmo quando levados à justiça, muitos outros violadores

312 Classificadas em quatro grupos: a) a inclusão da disciplina específica de Direitos Humanos e/ou Direito Internacional dos Direitos Humanos, como matéria obrigatória ou facultativa, nos programas da Graduação e Pós Graduação, em especial nos cursos de Direito e Relações Internacionais; b) a inclusão de disciplinas da área de Direitos Humanos nos programas de cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais e Direito; c) a incorporação da perspectiva de direitos humanos em disciplinas tradicionais ministradas nos cursos jurídicos; d) a criação de cursos de especialização ou extensão universitária em Direitos Humanos, com enfoque multidisciplinar, endereçados a pessoas de diversas áreas (não apenas da área estritamente jurídica)

permaneceriam atuantes, favorecidos pelas redes de corrupção, assim como pela responsabilização dos quadros hierárquicos mais baixos da instituição policial.

A abordagem tradicional dos direitos humanos, nesse sentido, necessitaria ser complementada por uma abordagem de *governança*, entendida como a gestão racional dos recursos públicos com a participação conjunta dos órgãos do governo e das ONGs (Arias, 2008; Adorno & Cardia, 2002). Controlar as violações e garantir direitos humanos na América Latina compreenderia estratégias de controle do crime violento por parte da polícia. Não apenas estimular a participação dos grupos organizados da sociedade civil na articulação das demandas sociais, mas também contribuir para a institucionalização das relações entre a sociedade civil e o governo, visando à reforma das instituições de segurança pública. Um processo de longo prazo que envolveria também a colaboração entre cientistas sociais com habilidades e experiências administrativas necessárias para desenvolver o conhecimento sobre o controle da criminalidade em diálogo com agentes da segurança pública, favorecendo assim a emergência de um novo perfil de profissional.

Em síntese, primeiramente por meio da institucionalização das relações entre a sociedade civil e o governo e o fortalecimento da capacidade do setor público em desempenhar uma gestão, implementação e inovação eficientes, a Ford tem investido mais recentemente na formação de futuros gestores públicos para a área da segurança. Algo que já era de certa forma antevisto desde 1985, quando a previsão era de que, em um futuro próximo, o crescimento da violência levaria a Fundação a investir recursos no treinamento de agentes do governo na prevenção do crime. Para tanto, seria exigida uma maior colaboração entre cientistas sociais estudiosos do crime e da justiça criminal e a polícia (Adorno & Cardia, 2002). Talvez de forma consciente por parte da Ford e menos consciente por parte de seus beneficiários, no fundo estava se investindo na consolidação e construção de um campo de reflexão aplicada (Pastore, Entrevista. 25.11.08).

No mesmo sentido, se pode compreender o incentivo ou demanda por uma sociologia aplicada através dos argumentos de Fiona Macaulay (2002), socióloga política do *Instituto de Estudos Latino Americanos* da Universidade de Oxford. Como avaliadora dos investimentos dirigidos ao NEV, Macaulay argumenta a respeito da sua importância como uma das únicas instituições de pesquisa sobre violência, segurança pública e direitos humanos no Brasil durante vários anos e que se consolidou como um dos centros de referência no mundo. Contudo, a exigência de combinar a militância, academia e o diálogo com o Estado teria levado Macaulay a concluir sobre a impossibilidade de o NEV suprir todas as frentes políticas e temáticas na área das políticas de justiça criminal. Em parte incentivado por seu exemplo, o objetivo seria incentivar o

surgimento de novos “criminology institutes” nas universidades brasileiras, que deveriam fornecer profissionais competentes na área da segurança pública, em uma perspectiva mais aplicada, tal como os departamentos de economia produziram os tecnocratas do país no passado.

Dessa maneira, desde os anos 1980, através do financiamento de uma série de organizações acadêmicas e cívicas, a Ford agiria no incentivo a mudança no padrão de trabalho das ciências sociais brasileiras, que se estendeu também aos estudos sobre crime, violência e punição: a rejeição a um estilo “imbuído de humanismo, academicismo e profundamente desinteressado das pressões mais gerais enfrentadas pela sociedade” que, pouco profissionalizado, “sustentava-se nas vocações intelectuais e na concepção das ciências sociais como atividade artesanal e individualizada por excelência” (Adorno & Cardia, 2002: 226):

Com o crescimento da comunidade científica, em especial dos cientistas sociais, fato que a Fundação Ford teve papel decisivo, a profissionalização de carreiras que antes tinham perfil exclusivamente humanista e acadêmico concorreu para que a universidade e os centros de investigação se acercassem mais e mais dos problemas imediatos e conjunturais da sociedade brasileira. Na competição por recursos, as instituições acadêmicas promoveram adequações nas formas de organização do trabalho intelectual. Houve em todo País uma expansão significativa em grupos de pesquisa, no total de núcleos e de laboratórios, na extensão universitária e, em decorrência, na consolidação de padrões acadêmicos mais formais e burocratizados, inclusive de tipo empresarial. Há, portanto, dois movimentos convergentes: de um lado, o crescimento e fortalecimento das ONGs na disputa de espaço e de recursos; de outro, as mudanças no interior das instituições acadêmicas que continuam na competição. A área de direitos humanos parece, por conseguinte, paradigmática desses processos e tendências (*Ibidem*: 227-229).

A partir de 1997, portanto, a Fundação investe de forma ainda mais contundente na construção de um campo de reflexão aplicada. Embora continue sendo uma questão importante, o problema fundamental deixa de ser o entendimento das causas e da dinâmica da violência, e passa a ser a reforma das instituições de controle social. Em consequência, ocorre uma maior interface entre o portfólio de “Direitos Humanos” e o de “Gestão Pública” (ou “Governo e Políticas Públicas”) do Escritório da Ford.

Em suma, a Fundação Ford cumpriu um papel essencial na promoção de suporte institucional para novas organizações orientadas para a produção de um conhecimento mais efetivo sobre segurança pública, no que se destacam os programas-piloto em controle do crime e mudanças institucionais, fundamentais para o fortalecimento da *advocacy* na reforma política da área. Embora o seu investimento tenha favorecido a entrada de outras agências e fundações internacionais - a *Tinker Foundation*, a *Open Society Institute*, a *Fundação Hewlett*, a *Fundação*

Konrad Adenauer e a *Fundação Fredrich Ebert*, o *United Kingdom's Department for International Development* (DFID), a *Canadian International Development Agency* – nenhuma teria fornecido o mesmo volume de recursos ou a mesma continuidade de ação. Do ponto de vista de seus beneficiários, o investimento da Ford assume lugar estratégico decisivo para as condições de independência do trabalho intelectual frente a pressões políticas e midiáticas que se originam de interesses contrariados por relatórios e posicionamentos críticos. Ou seja, a descontinuidade do seu investimento tende a favorecer a emergência de vozes políticas corporativas e reativas às reformas em segurança pública (Arias, 2008).

Em se tratando de sua atuação no período recente, podemos indicar em duas fases: de início dos programas de construção do campo sob a presidência de Elizabeth Leeds (1997-2003); e de centralização do investimento nas organizações do sudeste, promovida por Ana Toni (2003 -). Nesse período, o investimento concentrou-se em quatro organizações: o CRISP (MG), o CESeC (RJ), o Sou da Paz (SP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que se tornará um dos pontos principais da estruturação do campo da segurança pública através da aproximação entre cientistas sociais e profissionais do sistema de justiça criminal e da disseminação de conhecimento sobre o tema no país:

O Fórum vai nascendo exatamente nesse momento. Primeiro por uma série de discussões capitaneadas pela Fundação Ford pela Elizabeth Leeds que em 2004/2005 se aposenta da Fundação Ford e chama uma discussão, depois de 10 anos de Fundação Ford, pra saber o que significou a ação dela no Brasil e o que significou a ação dela nessa área da segurança pública [...] Nesse momento, 2005/2006 ela convida todos os que receberam financiamentos da Ford. Nesse momento ela chama pra um diálogo. Esse diálogo, que foi intitulado Fórum Executivo de Segurança acaba chegando à conclusão de que... qual foi a grande aposta que ela fez? “Eu não consigo hoje discutir política pública se eu não trouxer a academia, com o enorme acúmulo de dados, com protagonistas extremamente capacitados e se eu não conseguir colocar eles pra dialogar com policiais que fizeram a diferença nos anos 90”. Tem uma série de iniciativas de reforma do modelo de segurança e de políticas da área das instituições policiais que tem tanta ou mais contribuições do que a academia, então o fundamental é você também colocar todos juntos. Mais ainda, a sociedade civil, as várias instituições da sociedade civil que foram se criando e instituindo enquanto espaço político importante - Sou da Paz, ILANUD, Viva Rio, CESeC - enfim, toda essa discussão com relação a esse espaço. O que ela vai fazer? Vai convidar essas lideranças que receberam recursos pra dialogar e acabou gerando o que é o Fórum (Renato Sérgio de Lima, Entrevista. 04.12.08).

A expectativa é que o maior investimento do governo federal, com a criação da SENASP e dos INCTs, em grande parte pelos mesmos atores beneficiados pela Ford, torne o campo menos

dependente de sua atuação. A sua agenda, entretanto, continua a pautar grande parte dos interesses em pesquisa e ativismo. É o que podemos demonstrar através das reuniões mais recentes da Ford junto a seus beneficiários, em 2008 e em 2012, voltadas ao balanço do impacto de sua atuação e à proposição de recomendações para o futuro.

Na primeira reunião (Arias, 2008), os temas destacados como de central importância nos últimos anos foram corrupção policial, violência policial, condições de detenção, a evolução dos homicídios nas grandes cidades e os programas municipais de segurança pública, que necessitariam de continuidade dos investimentos. Seriam três os temas com menor visibilidade, que viriam a constituir o foco dos investimentos nos anos seguintes: 1) a violência rural, com sinalização de maior investimento na formação de condições de trabalho, pesquisa e formação junto a UFPA, no sentido de constituir um polo de reflexão e atuação sobre o problema no Norte do país; 2) a polícia civil, considerada “a grande caixa-preta” da reforma da segurança pública, a exigir incentivos modernizadores através do contato com agências nacionais e internacionais de pesquisadores que possam fomentar estudos comparativos no Brasil, assim como constituir um centro universitário de criminalística, acompanhado de ações de transparência e *accountability* (os modelos da Delegacia Legal e do Instituto de Segurança Pública (ISP) no Rio de Janeiro são citados como orientações possíveis destes investimentos no restante do país); 3) por fim, o sistema prisional, que mereceria uma maior contribuição em três áreas principais: 1) a criação de um campo da penologia, segmento da criminologia focada em prisões, que ainda não existiria no Brasil; 2) o favorecimento ao monitoramento das condições prisionais por grupos de direitos humanos; e 3) investir na *advocacy* na área de reforma prisional em nível nacional.

Na segunda reunião (Ramos, 2013), o propósito teria sido pactuar e conduzir uma agenda em um momento de dificuldades na sustentação dos avanços obtidos diante do refluxo do protagonismo do governo federal nas questões de segurança pública, com a paralisação do PRONASCI e a dissolução da RENAESP. É o momento também de mudança na presidência do Escritório da Ford, agora assumido por Nilcéa Freire, e de possíveis modificações nas prioridades dos portfólios de investimento, segundo prioridades do Escritório central da Fundação. Os pesquisadores reunidos³¹³ se voltam a um “check and balance” das experiências desenvolvidas até então, a começar do aumento e da diversificação dos estudos. Mas a ênfase principal foram as iniciativas políticas, em primeiro lugar no campo das relações entre Universidade e Polícia,

313 Arthur Trindade Neto (UnB), Atila Roque (Anistia Internacional), Barbara Soares (CESeC), Cesar Barreira (LEV/UFCE), Claudio Beato (Crisp/UFMG), Eliana Souza (Redes da Maré), José Luiz Ratton (UFPE), José Vicente Tavares (UFRGS), Julita Lemgruber (CESeC), Leonarda Musumeci (CESeC), Letícia Osório (Fundação Ford), Luiz Eduardo Soares (UERJ), Luiz Flavio Saporì (PUC-MG), Michel Misse (NECVU/UFRJ), Nilcéa Freire (Fundação Ford), Pedro Strozemberg (ISER), Renato Lima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Roberto Kant de Lima (NUPEF/UFF), Sergio Adorno (NEV/USP), Silvia Ramos (CESeC).

principal ênfase da Ford nos últimos anos:

É muito interessante notar que a Fundação Ford acreditou no potencial da relação entre Universidades e Polícia. No documento *Reform for Democratic Policing: Strategies of the Ford Foundation's Brazil Office: 2003*, preparado por Elizabeth Leeds e dando conta dos grants da Fundação entre 1997 e 2003, afirmava-se que a estratégia escolhida foi focalizar em três eixos: treinamento, accountability e oversight, e construção de um campo acadêmico de pesquisa aplicada em segurança pública e criminologia. Nos seis anos anteriores a 2003, nada menos que cinco dos 18 grants concedidos pela Ford foram dedicados a treinamento de polícias e profissionais de segurança (GAJOP, UFF, Universidade Federal do Paraná, CRISP/UFMG, e um consórcio entre Fundação João Pinheiro, Fundação Joaquim Nabuco e Centro de Formação em Recursos Humanos, CEFORH, para a realização de um seminário nacional sobre o tema) (Ramos, 2013: 10).

Nesse âmbito, diversos desses centros passaram a desenvolver parcerias com instituições governamentais e em particular algumas experiências de parceria para a formação de policiais e gestores de segurança e justiça criminal, como os cursos de Especialização da RENAESP, em 62 universidades e faculdades do país. As experiências pioneiras do Crisp/UFMG e do NUFEP/UFF tornaram-se espécies de modelos que foram seguidos em todo o Brasil. Além disso, destacava-se à época a expectativa com a experiência de César Barreira na coordenação de Formação de Policiais da Polícia Militar do Ceará, uma modalidade única: "um coordenador da Universidade dentro de uma Academia de Polícia e não policiais dentro da Universidade" (*Ibidem*:10). O balanço destas experiências, contudo, é permeado por controvérsias. Kant de Lima, por exemplo, relatou os problemas paradoxais verificados nos cursos de especialização, cujos alunos policiais fazem suas monografias perante a universidade, mas não as apresentam perante suas corporações, por temerem constrangimentos. A experiência de César Barreira, por sua vez, apesar das expectativas otimistas, veio a resultar em sua exoneração em 2012.

Um outro grande conjunto de iniciativas destacadas foram as experiências de gestão pública coordenadas ou assessoradas por cientistas sociais ou apoiadas por parcerias com grupos de pesquisas, quais sejam: a gestão coordenada por Luiz Eduardo Soares em 1999 no Rio de Janeiro as experiências no governo de Minas Gerais coordenadas por Luis Flávio Saporì em 2003; a experiência assessorada por José Luiz Rattón em Pernambuco em 2007; e as diversas parcerias entre governos de estado e centros de pesquisa no Rio Grande do Sul, Ceará, Brasília, Pará, Paraná e outros. Foram também lembradas a experiência na SENASP/MJ, em 2003, coordenada por Luiz Eduardo Soares, com a participação de Jaqueline Muniz, Renato Lima, José Marcelo Zacchi, entre outros, além de programas municipais de segurança pública.

A despeito do reconhecimento dos avanços, os temas centrais do encontro focalizaram os impasses, retrocessos e limitações desse campo. O isolamento e a desconexão política contribuiriam para a falta de sustentabilidade das experiências inovadoras de gestão. Foram três as principais ênfases: 1) maior protagonismo político; 2) criação de canais institucionais de disseminação de conhecimento; e 3) investimento na definição do tipo de profissional a ser formado.

Quanto ao protagonismo, Sérgio Adorno afirma a falta de "respaldo político": "a gente pode falar muito bem, mas sem na verdade uma liderança política que assuma pontos de vista, ter a capacidade de executar, isso é muito difícil" (*Ibidem*: 12). No mesmo sentido, Michel Misse afirma: "Nós não temos grupo de pressão, não temos nenhuma presença mais clara, mais visível no Congresso Nacional", expressa por exemplo no Conselho Nacional de Justiça, onde realiza-se uma reforma da estrutura de estatísticas judiciais sem que sociólogos estejam sendo chamados para o debate. José Vicente Tavares, por sua vez, aponta a necessidade de um maior envolvimento na esfera pública para criar uma alternativa democrática para o campo de controle social. Luis Flavio Saporì é ainda mais enfático: "Se é um jogo político, então vamos para o jogo político, vamos brigar. Vamos disputar espaço político, vamos ter uma agenda [...] de reformas institucionais [...] Vamos ter um protagonismo político mais claro" (*Ibidem*: 14-15). Julita Lemgruber reitera que "a nossa fragilidade, a nossa incapacidade, a nossa incompetência ao longo desses anos de exercer pressão política [...] A não ser a PEC 300, parece que ninguém acompanha nada que acontece no Congresso Nacional, na área de segurança pública" (*Ibidem*: 17). Pedro Strozemberg acrescenta ainda um outro elemento na discussão sobre as relações entre academia e a polícia: a falta de confiança da população para com as polícias, o que introduziria um outro aspecto do isolamento dos cientistas sociais, destacado por Eliana Sousa, a falta de interlocução com a sociedade: "seria necessário começar a pensar em experiências que pudessem ir além dos profissionais da segurança pública" (*Ibidem*:16).

Quanto a disseminação de conhecimento, a constatação de Michel Misse serve como princípio: "É como se nós tivéssemos fechados dentro da universidade, fechados dentro da nossa própria produção" (*Ibidem*: 13). Arthur Trindade Neto lembrou que "Dentro das ciências sociais, na Anpocs, nós temos vários GTs, a produção é grande etc., mas não é o campo que mais impacta no meio policial, no sistema de justiça criminal. É o campo jurídico que faz isso, não somos nós" (*Ibidem*:14). Renato Lima, por sua vez, acrescenta que "nas duas últimas Anpocs vimos que esse campo sozinho não se sustenta, ele é na verdade a aglutinação das diferentes áreas temáticas" e que há um volume de pesquisas significativo que não encontra "canais de diálogo e disseminação" que façam com que sejam incorporadas no debate das políticas públicas (*Ibidem*:13). "Em relação

ao campo de estudos policiais militares, afirma Ratton, nós somos internalizados como bibliografias [...] mais para efeito de justificação. E no campo do Direito, o nosso impacto é muito pequeno” (*Ibidem*: 16).

O descompasso entre o conhecimento acumulado e a capacidade de influência nas políticas públicas e a primazia do campo do direito e da perspectiva jurídica para as carreiras de segurança pública e justiça criminal servem de introdução para o terceiro ponto: a definição do tipo de profissional a ser formado. Nesse sentido, Arthur Trindade aponta que "Não se formou no Brasil ainda esse corpo de experts para estar numa secretaria municipal de segurança, para estar numa secretaria estadual” (*Ibidem*: 14). "Em boa medida, acrescenta Luiz Flávio Saporì, a ausência de qualificação técnica é resultado da supremacia de um saber jurídico e policial” (*Ibidem*: 14). A hegemonia da polícia federal nas secretarias estaduais, em especial, representaria, para Kant de Lima, a apropriação, pelo campo jurídico, do esforço que diversas iniciativas do campo as ciências sociais fizeram junto às polícias estaduais: "Obviamente, e isso já foi dito pelos delegados federais, é um projeto da polícia federal, tomar conta das polícias estaduais. E tomar conta com o seu saber" (*Ibidem*:15). Uma formação alternativa à jurídica e de cunho mais pragmático entra então como pauta de formação de um novo tipo de profissional. A fala de Cláudio Beato sintetiza um dos fortes argumentos nesse sentido:

[...] a questão do isolamento se verifica nas dificuldades que temos com o setor público nessa área, essa dificuldade que muitas vezes os cientistas sociais têm para dizer alguma coisa de mais prático e que tenha alguma ressonância nos profissionais nessa área [...] Somos sempre os mesmos, há mais de dez anos, podemos aí agregar mais uma meia dúzia, uma dúzia, mas o fato é que nós não temos, por exemplo, nenhum curso de doutorado nessa área. A gente trabalha aqui pendurado em curso de sociologia, pendurado em pós-graduação de antropologia, pendurado em administração, mas não temos formado aquele nível gerencial principalmente na área de políticas públicas num nível mais alto, que eu acho que é necessário [...] Eu acho que nós enquanto profissionais da área, primeiro, temos que pensar efetivamente em criar esse campo, coisa que não existe, nós não temos a massa crítica, acho que o impacto disso está passando da hora, e temos também que criar um espaço dentro das políticas [...] Então, sou um pouco cético em relação a nossas grandes agendas, que são importantes, mas acho que temos um dever de casa para fazer muito mais básico que é pensar em que tipo de profissional queremos para a realidade que nós pensamos (*Ibidem*: 13-14).

As opiniões, entretanto, também relativizam parcialmente a tese do isolamento, sugerindo o quanto a formação do campo é recente em comparação com as experiências de países desenvolvidos, como o Canadá e os Estados Unidos; e o quanto a experiência brasileira demonstraria um avanço comparativo, em relação a países da América Latina ou mesmo

Europeus, como a França termos de interlocução com as polícias. O campo estaria, na expressão de Renato Lima, em "um momento de encruzilhada, mas não necessariamente de desânimo" (*Ibidem*: 13). Como sinal de uma expectativa positiva, afirma-se um grau superior de concordância com a tese de que sem reformas estruturais no sistema de segurança pública dificilmente inovações implementadas em experiências tornar-se-ão permanentes. Nesse sentido, o momento seria de retomar debates sobre reformas estruturais do sistema de justiça criminal, com um esforço maior de articulação política. Seria possível perceber também que a resistência em aceitar a segurança pública como assunto legítimo no campo acadêmico foi em grande medida superada, mas não a desconfiança mútua entre universidade e polícia.

Em termos de proposição, dois encaminhamentos foram então sugeridos:

- 1) A criação de um "observatório de acompanhamento de projetos e iniciativas Legislativas" na área de segurança e da justiça criminal, que seria responsável pelo mapeamento e monitoramento das atividades políticas e pela identificação de interlocutores.
- 2) A elaboração de uma "agenda mínima" em relação às questões da arquitetura institucional da segurança pública (polícia, da justiça, do sistema penitenciário, dos direitos humanos e da transparência) com o objetivo de contribuir para a retomada das discussões na sociedade, entre os gestores públicos, mídia e Congresso Nacional.

O relativo isolamento do campo em relação a outros campos acadêmicos parece não ter sido alvo de uma proposta mais concreta, embora tenha surgido a ideia de realizar um "levantamento minucioso das redes acadêmicas existentes, dos temas tratados com mais frequência nessas redes e da identificação de assuntos pouco explorados", dando continuidade aprofundamento ao esforço de análise bibliográfica já consolidado. Como se pode constatar, as sugestões se dirigem especialmente às relações políticas dos atores envolvidos, e parecem denotar diferentes visões acerca dos desafios, decorrentes da história e da posição que ocupam no campo. Ensaïaremos avançar na compreensão dessas relações através de dois caminhos: uma reconstituição do quadro geral das controvérsias em torno da identidade da criminologia, recuperando parte dos atores situados mais à periferia ou mesmo no exterior das redes do dispositivo; e por meio da análise das trajetórias de construtores institucionais, no capítulo final da tese.

Disputas acadêmico-políticas sobre a identidade (trans)disciplinar da criminologia

Como já apontado nos capítulos anteriores, a criminologia crítica no Brasil se apoia nas redes de historiadores, cientistas sociais e especialmente juristas e advogados atuantes na resistência e crítica aos regimes repressivos na América Latina que, na década de 1970, recepcionaram e adaptaram as teorias críticas das ciências sociais norte-americana e europeia (sociologia do desvio, *labelling approach*, paradigmas da reação ou do controle social). O "Grupo Latino-Americano de Criminologia Comparada", coordenado pelo Instituto de Criminologia da Universidade de Zulia na Venezuela e o Centro de Criminologia da Universidade de Montreal no Canadá representaram os principais centros irradiadores das ideias dessa corrente por todo o continente, com destaque para Lola Aniyar de Castro, Rosa del Olmo, Eugenio Zaffaroni, Novoa Monreal e especialmente o italiano radicado na Alemanha, Alessandro Baratta, considerado "chef d'école" (Andrade, 2012). No Brasil, Heleno Fragoso, Ester Kosovski, Roberto Lyra Filho, Nilo Batista, Juarez Tavares e Juarez Cirino dos Santos serão as principais lideranças das correntes de criminologia crítica (criminologia da reação social, criminologia radical, criminologia de raízes, criminologia dialética, criminologia da libertação, realismo criminológico marginal...), voltadas à análise e denúncia dos sistemas penais e a superação da "criminologia positivista", patrocinada pela "hegemonia regional do imperialismo americano e europeu":

[...] que impõe à América Latina o consumo de teorias importadas, em todas as ciências sociais, mas, especialmente, nas "ciências" do controle social e do crime, como as criminologias positivistas biológicas, etológicas, psicológicas, psiquiátricas, genéticas, sociológicas e fenomenológicas, e sua condensação em Códigos Penais, com suas políticas criminais literalmente transplantadas dos países imperialistas, como cópias de suas legislações. Esse imperialismo ideológico está na base do conformismo mimetista irresponsável da maioria dos intelectuais e "teóricos" latino-americanos, imersos no descaso pelo funcionamento da justiça criminal (Santos, 1984 *apud* Andrade, 2012: 83).

A busca de um consenso em torno das bases para um pensamento criminológico latino-americano autêntico resultou em um processo concorrente/colaborativo de disciplinarização, de acordo com as diferentes delimitações de objeto e método que cada uma das lideranças buscava impor – criminologia crítica como estudo da totalidade do controle social (Lola Aniyar de Castro); sociologia do controle penal ou sociologia do controle jurídico-penal (Roberto Bergalli); o salvamento de vidas humanas (Eugenio Zaffaroni) – conduzindo ao diagnóstico de "desorientação epistemológica" (Novoa Monreal) e à situação de "projeto criminológico crítico interrompido" na

década de 1990 (*Ibidem*). No Brasil, embora não hegemônica, uma rede de atores pretende retomar este trajeto interrompido:

[...] com efeito, apesar de minoritários, os Institutos de Criminologia crítica desenvolvidos no Brasil são centros de excelência e cito como referências, ademais das universidades, o Instituto Carioca de Criminologia (ICC) do Rio de Janeiro, o Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC) do Paraná, o Instituto de Criminologia e alteridade de Porto Alegre, o Grupo Candango de Criminologia, de Brasília. Há também, outros institutos, grupos, centros ou núcleos na área das Ciências Criminais (como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), de São Paulo, e o Instituto transdisciplinar de estudos criminais, de Porto Alegre) e em outras áreas das ciências humanas e sociais (Sociologia, História, Psicanálise, Antropologia, Filosofia) focados na temática da violência, do crime, da pena e da prisão, da subjetividade (como o Núcleo de sociabilidade libertária de São Paulo) com forte cruzamento com as análises criminológicas evidenciando que o objeto da Criminologia (controle social punitivo e sua constelação de problemas e conceitos) não é e nunca poderá ser monopólio de uma disciplina exclusiva e de seus cultores, ou mesmo da academia, pertencendo democraticamente aos saberes, no plural, sejam teóricos ou empíricos, acadêmicos ou populares (hauridos nas experiências de vida e institucionais), estes inferiorizados pela força do cientificismo secular (*Ibidem*: 34).

A produção dessa rede é representada especialmente pela Revista *Discursos Sediciosos*: crime, direito e sociedade e pela Coleção *Pensamento Criminológico*, veiculadas pelo *Instituto Carioca de Criminologia* (ICC), cujo alvo tem sido as relações de pesquisadores das ciências sociais na formação do campo da segurança pública. Assim, a "ex-socióloga" e atualmente historiadora e diretora do ICC, Vera Malaguti Batista, acusa a sociologia brasileira de cooptação pelo paradigma da segurança, que a estaria conduzindo a um "abismo ético-metodológico". As novas dinâmicas relativas à construção do SUSP indicariam uma "privatização e uma policização da Academia": enquanto o "Estado agencia o extermínio cotidiano", a *intelligentsia* trataria de mascarar-lo através do "discurso politicamente correto do bom-mocismo acadêmico", incentivador das "políticas de segurança pública com o selo dos direitos humanos" (Malaguti Batista, 2009: 10). O trabalho da sociologia no cálculo do custo dos presos, no mapeamento das criminalidades, na "organização das vítimas" e no treinamento dos policiais a tornaria corresponsável do extermínio conduzido pelo Estado. Em suas "pesquisas tautológicas", a sociologia funcionalista forneceria a comprovação científica da relação entre pobreza e criminalidade, argumento para a expansão do poder punitivo através do controle territorial, com prevenção e repressão. No mesmo sentido, de criação de novos dispositivos legais criminalizantes, estariam relacionados não

somente “núcleos de [pesquisa da] violência” e “sociologias”, mas grande parte dos movimentos sociais feministas, afrodescendentes, ecologistas e gays (*Ibidem*: 11-12).

O livro *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição* (Lopes, 2009), análise do processo de construção político-institucional do SUSP e dos Planos Nacionais de Segurança Pública (2000;2003;2007), é exemplar da perspectiva. Apoiando-se nas ideias de Michel Foucault sobre a gestão da vida por novos mecanismos de controle – *biopolítica e governamentalização* (2004a; 2004b; 2008; 2009) e de Loïc Wacquant sobre as tendências americana e europeia de transformação do Estado Social em Estado Penal (2001), o autor procura demonstrar que as novas políticas de segurança pública se direcionam à expansão das práticas punitivas e ao agravamento da criminalização da pobreza, principalmente de sua juventude, reforçando o lugar da prisão e ao mesmo tempo transformando as favelas e periferias em verdadeiros campos de concentração.

O papel de cientistas sociais nesse processo é destacado como fator de submissão da ciência à razão de Estado, pela conversão dos direitos humanos em discurso das instituições de segurança pública, pelo reforço da ligação entre crime e pobreza nas políticas adotadas e pelo destaque dado à impunidade como problema central do funcionamento do sistema de justiça criminal, ao que se soma a demanda por punição no debate público incentivado por movimentos sociais, principalmente no caso daqueles ligados à garantia do direito das vítimas, e pela imprensa. A crítica do autor incide especialmente no discurso de “guerra contra o tráfico” como continuidade ao discurso da “guerra ao inimigo interno” nos tempos da ditadura, quando o problema estaria na naturalização do que é crime, no caso em questão, ao que é possível interpretar, estaria na própria ilegalidade da comercialização de drogas, que incidiria na violência do tráfico, na demanda por punição e na criminalização do usuário. A continuidade da expansão do controle social sistemático das “classes perigosas” com o reforço das práticas de exceção implementadas pelo Estado, cuja razão seria naturalizada por uma "sociologia normativa", acabaria por borrar as linhas que distinguem o regime democrático vigente no país.

Esta concepção interpela diretamente o porquê da produção sociológica não haver levado às últimas consequências o descarte das noções estatais em seus estudos e marca a posição da criminologia crítica no cenário atual. O problema apontado por Lopes diz respeito a quanto esta perspectiva torna-se normativa e conduz a uma redução da violência ao crime - substituição de uma noção de senso comum a uma categoria jurídica e não sociológica - e este a uma questão de socialização problemática ou ainda de desvio ou escolha racional, inscrevendo o crime na história pessoal do criminoso e esvaziando, assim, os conflitos morais e políticos que definem o que é criminalizável por parte do Estado e da consciência pública. Nas palavras do autor:

Não há realidade ontológica do crime e este não é um objeto, mas um produto da política criminal. Trata-se da tarefa, então, de estudar, problematizar as *situações-problema*, expressão que deve substituir as expressões ‘crime’ e ‘criminoso’ etc., e identificar as contradições no interior dos variados sistemas de justiça criminal” (Lopes, 2009: 86).

Sinalizam-se, então, para as bases epistemológicas do projeto da Criminologia crítica no Brasil, fundada na teoria materialista do crime, do desvio e do controle social em ligação à teoria dogmático-crítica do crime e da pena, no interior de uma perspectiva histórico-crítica. O centro do projeto residiria na construção dialética de um sistema aberto à reconstrução epistemológica da criminalidade como criminalização, orientado pela pesquisa de um novo "*referente material* das situações socialmente problemáticas", pela

[...] rediscussão de um *modelo integrado de ciências penais*, incluindo a dogmática penal, o Direito Penal mínimo, o Direito Penal constitucional (garantismo) e alternativas de política criminal como *controle alternativo de problemas/conflitos sociais*. A multiplicidade de adjetivações [...] dessa criminologia materialista-marxista não muda o interesse no processo de criminalização, esclarecido pelo interacionismo simbólico (definição legal e estigmatização judicial) e explicado pelas contradições estruturais da sociedade capitalista: o enfoque se desloca do autor para as condições objetivas, estruturais e institucionais da sociedade, ou seja, do estudo das causas para o estudo dos mecanismos sociais e institucionais da criminalização – que mostra o sistema penal como um sistema dinâmico de funções (não como um sistema estático de normas), que distribui o status de criminoso fundado na *seleção* de bens jurídicos (lei penal) e de indivíduos socialmente vulneráveis (justiça criminal). A integração de uma teoria subjetiva (*labeling*) com uma teoria objetiva (*marxismo*) na formação da Criminologia Crítica aparece nas parcerias entre criminólogos (ainda sem Direito Penal) e penalistas (ainda sem Criminologia), como penalistas críticos e criminólogos críticos empenhados num *garantismo crítico* de proteção de direitos humanos (agora, criminologicamente fundado), mas sem perder de vista o objetivo final de *abolição do cárcere* – sem o qual seria simples *reformismo social* -, somente possível no processo de transformação das estruturas e instituições da sociedade capitalista (Santos In Andrade, 2012: 11-13).

Em suma, frente à "violência estrutural do capitalismo periférico/dependente e o imperialismo ideológico das ciências sociais, criminológicas e penais colaboracionistas", a criminologia crítica se configuraria como um "projeto científico de resistência política ao efficientismo racionalista exterminador da ideologia dominante" (Santos In Andrade, 2012: 13). Para exercer tal influência, os criminólogos críticos tem almejado fortalecer suas redes. Apesar do

"intenso labor criminológico" de pesquisadores, estudantes e profissionais de todos os âmbitos do sistema de justiça penal, haveria no país

[...] um déficit histórico relativo à formação acadêmica e ao apoio institucionalizado da universidade e dos órgãos de fomento na área da Criminologia, que ainda é uma disciplina deficitariamente apropriada e desenvolvida no Brasil, e sua presença na universidade (matriz ideológica direta de formação dos operadores do controle penal), em especial nas Escolas de Direito, ainda não ultrapassou o precário estatuto da residualidade (disciplina opcional). Tampouco sua influência se faz sentir com intensidade nas diversas instâncias de poder e de decisão do circuito muito fechado do controle penal, sejam legislativos, administrativas (policiais, penitenciárias), ministeriais ou judiciais, e os operadores que ousam resistir à cartilha da 'criminalização provedora' e do 'dogma da pena' (Nilo Batista) pagam, não raro, o preço alto da censura e da estigmatização desde o interior de suas corporações profissionais [...] é disso que se trata, em última instância: da importância da construção de diálogos e de redes criminológicas e político-criminais críticas capazes de se solidificar no espaço público democrático com suficiente peso político e trânsito político-institucional, capazes de fazer frente ao megaprojeto punitivo neoliberal, agravado pelas forças do acaso, como reformas legislativas com participações e definições bizarras, o que não tem lógica alguma, senão a forma como o poder e o saber se exercem e distribuem no Estado brasileiro, desde sempre colonial e patrimonialista (Andrade, 2012: 34-35).

Exemplo do engajamento da criminologia crítica na formação de redes político-criminais é a participação de Vera Regina de Andrade na 1ª *Conferência Nacional de Segurança Pública*, ocasião em que a autora percebe a oportunidade de abertura do "modelo hermético de segurança pública para outras parceiragens" em um movimento de democratização e qualificação do processo decisório da segurança pública, "historicamente dominado pelo soberano, pela monodisciplinaridade, pelo isolamento institucional, pela setorialização: segurança pública lá, justiça e cidadania aqui, ação social acolá" (*Ibidem*: 361). Nesse sentido, as matrizes ideológicas para a permanência destas condições são pautadas por Vera Andrade através da problematização do artigo 144 da Constituição, que versa sobre o conceito e as responsabilidades na área de segurança pública. O ponto central da sua crítica incide na ambiguidade da proposição que, embora se defina em termos prevencionistas, acabaria por manter a noção de "ordem pública" (defesa do Estado e controle dos espaços públicos) como núcleo, reduzindo a proteção do direito dos sujeitos à garantia física e patrimonial, reconduzindo ao campo da criminalidade e do sistema de justiça penal. De par com este direcionamento, se prolongaria a vigência do "paradigma etiológico", "modelador da ideologia da defesa social", matriz dos conceitos de criminalidade

como violência individual de uma minoria de sujeitos perigosos e um conceito de pena de prisão com função declarada de tratamento do criminoso-doente e sua ressocialização (*Ibidem*: 363).

Não abordaremos as minúcias das proposições de Vera Andrade à Conferência - ligadas à descriminalização de condutas, revisão de modelos de policiamento, problematização de políticas de prevenção e das funções da prisão, dentre outros pontos -, apenas apontaremos o seu horizonte geral, em torno de um conceito amplo de segurança, proposto por Malaguti Batista (2010: 94) : "a segurança residiria fora de seu próprio paradigma, na gestão coletiva de projetos de vida, incluindo transportes, saúde, educação, saneamento, cultura, lazer, esporte. Não é a segurança pública, no sentido policialesco, que nos fará seguros". Uma concepção que pretende reatualizar os sentidos (proto)políticos das condutas conceituadas como crime, reenviando aos problemas estruturais das desigualdades de recursos e direitos, a outras possibilidades de retradução dos conflitos e problemas sociais, que dialoga com uma definição particular da criminologia:

Em nossa opinião, a Criminologia não é uma ciência, mas o saber – proveniente de múltiplos ramos – necessário para instrumentalizar a decisão política de salvar vidas humanas e diminuir a violência política em nossa região marginal com vistas a se alcançar, um dia, a supressão dos sistemas penais e sua substituição por formas efetivas de solução de conflitos, se estes necessitarem ser resolvidos, já que, por um lado, nem todos os conflitos necessitam resolver-se e, por outro, não existe sociedade com capacidade para resolver todos eles (Zaffaroni, 1991: 171-172).

A implementação deste conceito se daria, por um lado, a partir da construção de relações entre criticismo como princípio, garantismo como tática e abolicionismo como meta, em redes de política criminal; por outro, no desenvolvimento da produção intelectual com base em pesquisas, tendo em vista o "déficit empírico" da produção criminológica-crítica (Anitua, 2008). Este diagnóstico parece ser também compartilhado por outros atores do campo da criminologia crítica no Brasil, que apontam o perfil doutrinário-escolástico da produção:

As monografias, dissertações e teses nacionais autointituladas criminológicas, perpassam objetos de discussão eminentemente jurídicos (normativos) [...] em nossa cultura pós-criminologia crítica de produção de ciências criminais do final do século XX, a criminologia invariavelmente é associada à política criminal e à crítica do direito penal (Carvalho, 2013: 19).

Faz-se referência a pesquisas internacionais, mas há pouca produção e diálogo com as pesquisas nacionais, marca da divisão entre juristas/criminólogos críticos e os sociológicos que constituíram o campo de pesquisas e ativismo em segurança pública. A criação da *Associação Latinoamericana de Direito Penal e Criminologia* (ALPEC), na Guatemala, apontaria para a superação desse quadro, mas parece ser insuficiente, incitando outras mobilizações, como a articulação com o IBCCRIM, editor da *Revista Brasileira de Ciências Criminais* e das *Monografias IBCCrim*, na realização de fóruns de debate, concursos e publicações em torno do fortalecimento das *Ciências Criminais*. Outro exemplo se constitui na iniciativa do *Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais* (PPGCCrim) da PUC/RGS:

Neste mesmo período de consolidação do Instituto Carioca de Criminologia e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, e de desenvolvimento dos estudos sobre violência, conflitualidade e segurança pública no âmbito das Ciências Sociais, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul lançou o projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Sob a coordenação da incansável Ruth Gauer, desde a sua fundação em 1996, o PPGCCrim destacou-se como o primeiro programa nacional de pós-graduação com área de concentração específica nas Ciências Criminais e linhas de pesquisa que contemplam, de um lado, o campo da Criminologia e do Controle Social e, de outro, com perfil normativo, a Dogmática Jurídico-penal (sistemas penais contemporâneos) (Azevedo & Carvalho, 2010: s/p).

No PPGCCrim, o *Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais* (ITEC), editor da *Revista de Estudos Criminais*, e o *Instituto de Criminologia e Alteridade* (ICA), articulam-se junto ao *Departamento de Direito Penal e Direito Processual Penal* da PUCRS e ao *Departamento de Ciências Penais* da UFRGS. Anunciando a crítica "da limitada análise normativa fornecida pelas Dogmáticas Penais, mesmo as autodenominadas críticas" (*Ibidem*) esta rede institucional procura a aproximação entre criminologia crítica, sociologia jurídica e sociologia criminal através de iniciativas editoriais como a série *CriminologiaS: Discursos para a Academia* e a *Revista Sociologia Penal e Violência*. Procurando não "cair na tentação de disciplinar a transdisciplinaridade, isto é, criar um novo campo hermético e dogmático a partir da conciliação de dois ou mais discursos científicos", afirma-se a criação de uma *Criminologia cultural* (Carvalho, 2013).

Estas iniciativas são recentes e ainda não se apresentam com força suficiente para se colocar como ponte estável na relação entre comunidades epistêmicas do direito e das ciências sociais marcadas por acusações mútuas de "sectarismo crítico" ou de "rendição da criminologia ao

poder" por parte de uma "sociologia colaboracionista que empresta sua energia ao eficientismo acrítico dos mercados contemporâneos de 'segurança pública' e 'direitos humanos' " (Malaguti Batista, 2011:14). O centro da clivagem se dá no crescimento da influência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e especialmente da SENASP.

O primeiro foi criado a partir de um diagnóstico sobre a grande produção acadêmica e a sua baixa aderência na formulação de políticas públicas no setor (ou seja, um diagnóstico que incide também no isolamento dos pesquisadores), advindo daí a necessidade de um canal de disseminação, que possibilite retratar as polícias de segurança pública no país e, ao mesmo tempo, favorecer o encontro das agendas dos atores institucionais que produzem conhecimento sobre a área (Lima, 2011). O segundo constitui um eixo de incentivo a pesquisas, expresso por exemplo no "Projeto Pensando a Segurança", que buscou qualificar e subsidiar o trabalho de elaboração de políticas públicas através do financiamento a pesquisas aplicadas, dirigidas por grupos interdisciplinares e no quais estejam integrados profissionais das instituições de segurança pública e justiça criminal (SENASP, 2011).

Através destes dois eixos, a continuidade de um processo político de reformulação da segurança pública no país se expressa em uma nova linguagem oriunda das lutas pelos direitos humanos e por participação social nos assuntos de Estado e das tradições de pensamento alternativas na área de policiamento. *Participação, transparência, integração, prevenção, segurança cidadã* começam a fazer parte do vocabulário de iniciativas de consolidação da democracia por meio da criação de mecanismos do controle da atuação policial e da associação entre políticas repressivas e sociais. Malgrado as diferenças possíveis entre os sentidos políticos dos projetos recentes para a área de segurança pública, eles expressariam a incorporação desta nova linguagem. Através da influência na formação de uma cultura geral e de quadros atuantes em posições estratégicas na segurança pública organiza-se o combate aos problemas ligados à operacionalização das políticas: as resistências técnicas e organizacionais, que ocasionam a perda de eficácia e de eficiência, reforçando as permanências em detrimento das mudanças (Lima, 2011). Nesse sentido, aumentam os espaços de formação e relação entre profissionais da segurança pública e estudiosos:

A despeito das desconfianças, o diálogo entre acadêmicos e operadores técnicos da lei penal tem se estreitado há pelo menos uma década. Por um lado, os pesquisadores têm sido convidados para participar de seminários, proferir palestras, ministrar aulas e cursos nas acadêmicas corporativas. Na mesma direção, têm atendido apelos para oferecer consultorias e assessorias para programas de gestão da segurança pública, quando não convocados para colaborar na formulação de programas de

ação governamental. De outro, as universidades e os centros de pesquisa têm aberto seus cursos para operadores técnicos do sistema de justiça criminal, desenvolvido projetos de sociologia aplicada em colaboração com os operadores e suas agências, preparado publicações e documentos técnicos capazes de atender expectativas por conhecimentos passíveis de serem incorporados aos *curricula* de formação profissional. O estranhamento entre profissionais e pesquisadores, muito acentuado no passado, parece amenizado no presente (Adorno, 2011: 11).

É possível então constatar uma tendência de aproximação entre os cientistas sociais e a formulação de políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento de alianças entre Estado, centros de pesquisa e organizações não-governamentais, assim como o aumento da participação de cientistas sociais em governos. Esta interação que conduz, hoje, ao interesse de “reunir autores que sejam pesquisadores da área e que tenham (em muitos casos) experiência na gestão pública da segurança no Brasil” para tornar possível, assim, “uma aproximação do universo acadêmico com o da administração pública brasileira” (Lima; Liana (org.), 2006: 7). Nesse contexto, a própria distinção entre acadêmicos e gestores/operadores é, de certo modo, relativizada diante da existência de cientistas sociais/gestores públicos e agentes da segurança pública/pesquisadores. Entramos no jogo de disputas entre percepções plurais dos pesquisadores sobre a necessidade de uma postura propositiva e interventora ou sobre os perigos da perda de autonomia e da sujeição aos poderes constituídos.

A partir de entrevistas com cientistas sociais considerados pioneiros, Lima (2011) aborda as representações sobre o papel da academia frente à produção de conhecimento e a relação com a arena das políticas públicas. Haveria um consenso a respeito do papel da universidade em inovar através da pesquisa, do ensino e da extensão e da necessidade de não confundir o papel do intelectual com o da autoridade política. A partir desse consenso, adviriam duas posições diferentes: uma que teria como meta primordial a construção da violência como objeto de pesquisa; e outra, que assumiria um viés mais normativo, na procura de respostas práticas aos problemas sociais. Apesar das diferenças, ambas compartilham de um consenso basilar sobre o papel da academia em inovar ao produzir pesquisa, ensino e extensão. A contribuição da universidade/dos cientistas sociais se destacaria no auxílio para a formação de quadros do Estado, na análise de dados e organização do debate público, mas não seria a instância responsável pelas tomadas de decisão (*Ibidem*).

Contudo, mesmo compartilhando deste consenso, haveria uma ambiguidade ou dificuldade em traçar limites entre os papéis: se, de um lado, a distância dos postos de direção política é vista como condição para conservar independência, observa-se com "bons olhos" a formação de quadros gestores. Nos últimos anos, este embate ganhou contornos não somente

ideológicos, mas também geracionais:

Nesse processo, nota-se o embate de ao menos duas gerações de cientistas sociais em torno de como enfrentar tal desafio, pelo qual a geração pioneira nos estudos sobre o tema vê com maior distanciamento o engajamento de pesquisadores na execução da política pública e, uma segunda geração, talvez premida pela limitação dos espaços acadêmicos, que foram ocupados pela primeira geração, não só aceita como também legitima a figura do intelectual formulador e executor da política. A primeira geração compreende que o principal papel da Universidade é prover conhecimento e, nessa direção, os cursos financiados pelo Ministério da Justiça seriam um ótimo exemplo de parceria que atende aos interesses de todos e não descaracteriza as identidades institucionais. Já alguns gestores oriundos da academia, e que fazem parte, em sua maioria, da segunda geração de pesquisadores acadêmicos, vêem que, além da oferta de conhecimento qualificado por meio de cursos, o intelectual também reúne as condições para executar a política e, com isso, passaram a ocupar cargos e funções de natureza política e dirigente das instituições da área (Lima, 2009: 41).

Na procura de brechas que permitam modificar procedimentos e realidades, estes cientistas sociais arriscam-se em uma linha tênue entre a tradução do conhecimento em prática e a colonização por interesses de grupos do Estado. Em continuidade com as polarizações elencadas ao longo do capítulo, de um lado, afirma-se o processo como a constatação do lugar de “primeira importância” que a produção acadêmica assumiu “na reprodução dos procedimentos e das práticas burocráticas do sistema de segurança pública do Brasil” (Lima, 2011: 68), sendo necessário superar os obstáculos para um efetivo relacionamento entre universidade e políticas públicas, em um equilíbrio tênue - “nem sedução pelo discurso competente, nem sujeição aos poderes constituídos” (Adorno, 2011). De outro lado, o processo suscita críticas:

Busca-se ocupar estes lugares de poder na suposição de poder assim possuir o poder. Ter poder, vontade de poder, vontade de dominar. Há aí uma ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira. Persiste aí a ideia de representação: vanguardas, salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior, porque oriundos do lugar de dominados. O que fica obliterado por este esquema de entendimento é a ideia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas, e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Experimentando a impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado (Monteiro; Coimbra; Filho, 2006: 11).

Uma crítica à concepção das instituições do Estado como instrumento neutro e técnico, que parece marcada pela oscilação entre janelas de oportunidade, em que o Estado é visto como espaço de lutas políticas e de extensão do espaço público (Neves, 2002; 2012), e contextos de retração, no qual o Estado é visto como "inimigo".

Centros de pesquisa e sistemas de política criminal

As tensões apontadas nos remetem aos processos de reprodução dos grupos de pesquisa, suas orientações teóricas e visões sobre como desempenhar um papel político a partir de sua localização no interior de um *sistema de política criminal*, perspectiva elaborada por Mireille Delmas-Marty no estudo da dinâmica de construção de políticas supranacionais no contexto europeu (2004). De acordo com esta autora, a expressão *política criminal* foi durante muito tempo, e é assim ainda concebida por alguns, como sinônimo de teoria e prática do sistema penal, designando o conjunto dos procedimentos repressivos pelos quais o Estado reage contra o crime. Mas esta definição não daria conta de sua configuração contemporânea. Embora o direito penal continue muito presente, como o núcleo rígido ou o ponto de maior tensão e igualmente de maior visibilidade, as práticas penais não estariam sozinhas no campo da política criminal. Elas se relacionariam a outras práticas de controle social, não-penais (sanções administrativas), não-repressivas (prevenção, reparação, mediação, por exemplo) e mesmo não-estatais. Um *sistema de política criminal* se refere, portanto, ao conjunto dos procedimentos pelos quais o "corpo social" organiza as respostas contra as atividades delituosas, desviantes ou antissociais, compreendendo as demais formas de controle social e seu lugar em relação ao direito penal (*Ibidem*).

Nesse sentido, as políticas de segurança pública, incluindo os centros de pesquisa (considerados como atores políticos), se articulam ao funcionamento mais geral do sistema de justiça criminal e, portanto, à *política criminal* implementada pelo Estado brasileiro. Calcada nesse pressuposto, mais recentemente, Miriam Guindani (2005) avança um modelo de análise destas disputas político-ideológicas e intelectuais a partir das relações entre *regras, atores e ações*, no cruzamento entre sistema de justiça criminal e sistema de justiça social. As iniciativas de mudança na política criminal envolveriam um quadro complexo de inter-relações entre atores, não somente do ponto de vista de suas relações funcionais, mas enquanto agentes políticos, cujas ações

exercem impacto e podem mudar a própria moldura institucional e os marcos legais. Ou seja, em primeiro lugar, não importaria a relação entre polícia militar e "comunidades pobres" na prática das operações policiais, mas as disputas político-ideológicas dos seus representantes em torno da política de segurança ou, mais amplamente, da política criminal. As discussões sobre o artigo 144 da Constituição, sobre a desconstitucionalização e unificação das polícias, sobre a mudança do pacto federativo na segurança pública, as mudanças no ECA, nas atribuições e funcionamento do Ministério Público ou da Defensoria Pública, seriam exemplos de pontos focais para o detalhamento da articulação entre regras, atores e ações, de modo a discernir as ambiguidades do debate quando refratado pelas dinâmicas próprias a cada subconjunto ou subcampo político.

Entre as disputas que se travam no campo penal da política criminal, não apenas no Brasil, destacar-se-ia o conflito que opõe os "garantistas" aos seus adversários ideológicos, filosóficos ou políticos, tal como expôs Guindani (2005). O *garantismo penal* tem sido pensado e elaborado como uma crítica forte ao direito penal, em suas formulações tradicionais, demonstrando a sua subordinação aos mecanismos de opressão social. O seu foco é a proteção dos direitos individuais contra as invasões punitivas do Estado e a crítica à legitimação simbólica e instrumental do sistema penal, concebido como sistema desigual de controle social seletivo, dirigido contra favelas e bairros pobres das periferias urbanas, especialmente contra a força de trabalho excluída do mercado, sem função na reprodução do capital e já punida pelas condições de vida. Mudar a "clave" do sistema penal, da tecnologia punitiva em direção ao sistema de garantias do indivíduo contra o poder punitivo do Estado, é a opção ético-política do garantismo penal, que se realiza na busca de alternativas à criminalização.

O garantismo se confrontaria às correntes que valorizam positivamente as funções da pena, seja como instrumento de inibição do crime, como retribuição ao mal cometido, como reparação indireta dos sofrimentos e prejuízos impostos às vítimas, ou como mecanismo de ressocialização dos apenados. Mas, nos últimos anos, os garantistas têm avançado suas críticas e ampliado os seus alvos: eles não se restringiriam à crítica do direito penal, do sentido social da criminalização seletiva e da política criminal em sua dimensão repressiva e punitiva. A sua crítica passa a atingir também a dimensão preventiva da política criminal, denunciando o que poderia ser chamado de "securitização das políticas sociais": a subordinação das políticas sociais à retórica de "lei e ordem" ou, dito de outra maneira, a transformação dos direitos sociais em mecanismos de controle, ou ainda, a conversão de benefícios em estigmas. Segundo essa perspectiva, o "discurso efficientista da prevenção geral" estaria na origem da redução de todas as garantias constitucionais de liberdade, igualdade, presunção de inocência entre outras, relativas ao processo penal, cuja supressão tenderia a converter o Estado Democrático de Direito em "Estado policial repressivo"

Essa expansão do horizonte das críticas às ações sociais preventivas da criminalidade é especialmente reveladora das tensões do campo entre garantistas, de um lado, e os defensores do direito penal como inibidor e reparador simbólico através do controle democrático, de outro. Para estes, as ações de prevenção da criminalidade não poderiam ser facilmente rotuladas e descartadas como "securitização do social". As ações preventivas se apresentariam, ao contrário, como alternativas aos processos de criminalização e teriam o mérito de evitá-los ou de, pelo menos, reduzir os seus danos. Seus críticos, por outro lado, se dizem defensores da primazia da democracia e de sua viabilidade prática, admitindo o controle social apenas em nome da defesa das condições políticas que viabilizem uma institucionalidade que proteja os direitos coletivos e individuais. A questão, para Guindani, seria discutir se as duas correntes estariam falando sobre os mesmos problemas, fenômenos, conceitos e valores. Eis que nos depararíamos com o que nomeia de "quadro babélico" da área de justiça criminal e segurança pública, na qual "todos se sentem conhecedores e para a qual todos têm propostas, sem que ninguém se entenda e sem que nada seja acumulado". As divergências se multiplicariam "sem que haja um mínimo consenso sobre as razões do dissenso, sobre os motivos das discordâncias ou mesmo sobre os temas que são objetos dos conflitos de ideias" (*Ibidem*: 02).

Nesse ponto a perspectiva do analista do campo se constitui, ao mesmo tempo, no ponto de vista do ator. Desse modo, em sintonia com a perspectiva apontada, Soares aponta que a "confusão" aconteceria em todas as esferas, nos debates mais diversos, em todas as regiões do país, inclusive entre especialistas, e seria, em parte, uma das razões para a inconsistência dos discursos e das práticas de políticos, autoridades e gestores, para as alternâncias das políticas de segurança, para as interrupções das reformas e para a constituição de um campo político:

Onde há um campo, há sentidos compartilhados, linguagens comuns, identidades reconhecidas, alinhamentos, coalizões e conflitos organizados, mobilização social, definição de interesses e de projetos, disputas e regras [...] Quando há acordo quanto aos focos de divergência, organiza-se o debate público, ordena-se a agenda política, estrutura-se o repertório temático para o desenvolvimento de pesquisas, estudos, avaliações, investimentos acadêmicos, investigações jornalísticas. O resultado agregado e coletivo termina sendo a identificação de eixos valorativos, propositivos, programáticos, ideológicos e doutrinários, em torno dos quais formam-se posições [...], agrupam-se atores sociais (instituições, movimentos sociais, entidades da sociedade civil, partidos políticos, lideranças comunitárias, segmentos intelectuais, núcleos corporativos), compõem-se coalizões. Desse modo, as divergências são mapeadas no plano mais profundo [...] Sujeitos e projetos começam a deixar claras as silhuetas que desenham suas respectivas identidades políticas. Constituem-se, assim, polos gravitacionais, a partir dos quais

indivíduos, opiniões e blocos sociais são atraídos e estabelecem linhas de filiação [...] Rompe-se, desse modo, o círculo vicioso que passa do corporativismo socialmente insulado à interação despolitizada entre as manifestações de indignação (tópicas e privadas que a mídia nacionaliza e universaliza) e as reações retóricas e demagógicas –vazias de conteúdo prático-- de congressistas e governantes (que se limitam a reiterar bordões a ecoar o rumor emocional das ruas) (Soares, 2009b: 02)

No Brasil, entretanto, em matéria de debate público e de posicionamentos políticos, a problemática da segurança pública teria sido mais das vezes ignorada pelos mais importantes portadores e formadores de opinião (agentes coletivos e individuais, líderes e gestores públicos, parlamentares e editorialistas, universidades, partidos, igrejas, sindicatos e associações) ou quando muito tratada na chave genérica da denúncia ou de reivindicações pelo aumento das penas. Por esta razão, teríamos herdado um “semi-deserto” de debate e proposições que, em seus momentos de expressão, assumiria um “caráter babélico”. Cada polo, a partir de um vocabulário fortemente ideologizado e/ou estigmatizante, reproduziria um maniqueísmo simplificador. Seja por clivagens de classe nas mobilizações, seja por resistências ideológicas e corporativas, haveria constante disputa pelo sentido das mudanças:

A esquerda especializou-se na denúncia, e com bons motivos; a direita, na justificação do status quo institucional e na ameaça aos riscos envolvidos em qualquer projeto de mudança. A esquerda concentrava energias nos debates sobre as “causas” sociais e econômicas das diversas modalidades de violência e negligenciava as políticas especificamente dirigida à área da segurança e, sobretudo, desprezava as polícias, considerava-as fadadas a trair a democracia e os direitos humanos, e as desqualificava enquanto atores indispensáveis ao Estado Democrático de Direito [...] Cada realidade construída e cada vocabulário aplicado gira em torno de pressupostos não enunciados, sendo que um deles, em cada território discursivo, representa a negação do objeto que dá sentido à voz e à visão do outro. Isto é: pela esquerda, não existe (quer dizer: não é relevante, dotado de significado ou pertinente ao campo de sua percepção e de sua elaboração retórica e política) violência criminal praticada por cidadãos não-policiais, oriundos de camadas populares e comunidades pobres, contra outros cidadãos ou contra cidadãos-trabalhadores-policiais. Por isso [...] nada se diz a respeito ou, quando se o faz, faz-se-o apenas tangencialmente e no sentido de desconstituir sua positividade enquanto fenômeno social, humano ou político, de modo a que se reduzam os “fatos” incômodos [...] a mera manipulação midiática destinada a ampliar o medo e justificar, tacitamente, a “política do confronto”. Tudo isso é verdade. Como também são verdadeiros os acontecimentos que não cabem no radar seletivo dos críticos sectários. E atenção: denominamo-los sectários não porque exagerem quando denunciam, mas porque se recusam a reconhecer que não se esgotam aí (no conteúdo das denúncias) os problemas dignos de respostas políticas,

no sentido mais nobre e substantivo da expressão. São sectários porque renunciam, in limine, à disputa pela hegemonia (*Ibidem*: 04).

O contraste com outras experiências, na assistência social, na educação e na saúde evidenciaria esta conclusão. Nestas áreas, ao longo de um processo histórico, todos os elementos pertinentes a realidade de um campo - novo vocabulário; identificação dos valores matriciais; definição da problemática e hierarquia dos seus fatores causais; emergência dos atores e interesses, seus jogos de sociabilidade, suas linhagens identitárias e filiações programáticas - se constituíram através de ajustes progressivos na direção de pactos em torno da superação de divergências e definição de alternativas. O campo da saúde é especialmente ressaltado. Os seus protagonistas profissionais e institucionais, na “etapa madura” do seu processo de constituição, lograram se reunir em torno de um “partido da saúde” - “realidade política supra-partidária e, até certo ponto, trans-ideológica: a melhor tradução de um ‘consenso de resultados’”. Em contraste, os principais protagonistas da segurança pública estariam impedidos por regras restritivas de livre organização, sindicalização e manifestação, principal empecilho à formação de um campo. Desta conclusão se depreende a militância do autor em prol da abertura das instituições de segurança pública à sociedade, de sua tradução em novos princípios de ação e mecanismos de controle externo e interno, e seu investimento na disputa pelo monopólio do saber em segurança pública através da inserção nos aparelhos do Estado e na busca de parceria com o protagonismo interno às polícias.

Esse exemplo nos fornece elementos para presumir que as dissonâncias e polarizações no pensamento sobre crime, violência e punição se associa às disputas pela direção de políticas públicas e na formação de agentes da área segundo diferentes modelos e estratégias de “reforma do Estado”.

Quanto aos modelos destacam-se, de um lado, as experiências de outras áreas do serviço público no país: a dos economistas no controle da inflação, quando “as universidades abriram as comportas e vazaram economistas para todos os cantos da administração pública brasileira [...] dispostos a experimentar na prática as soluções propostas ao país pelos laboratórios acadêmicos” (p.) a da saúde, quando da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), articulando a verticalização federal com descentralização municipal; e a da educação, com suas conferências nacionais. De outro, as propostas de modelos específicos de gestão da segurança pública, em especial das polícias, a exemplo dos projetos anglo-saxões de polícia comunitária, da política de “tolerância zero” de Nova York, com sua proposta de controle da ordem pública mas também de reforma gerencial e de integração policial, dos contratos locais de segurança pública na França e das políticas de redução da violência implementadas na Colômbia.

Com base nestes modelos, a partir dos anos 2000, foram anunciadas 1) propostas de

revisão da arquitetura institucional, como o SUSP; 2) políticas eleitas “casos de sucesso”, como o Fica Vivo, centrado na redução dos homicídios na região metropolitana de Belo Horizonte; as iniciativas municipais na segurança pública, constituídas através do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, especialmente em Diadema; e as ainda controversas UPPs; 3) promovidas campanhas de mobilização, como a do Desarmamento e 4) promovidas as articulações políticas entre agentes do sistema de justiça criminal e sociedade civil na CONSEG; e 5) instituídas novas pontes entre universidade e polícias através de cursos de especialização, através da RENAESP e, mais recentemente, de graduação em segurança pública, em Niterói - RJ.

Estes modelos, por sua vez, foram incorporados de acordo com diferentes estratégias políticas. Em primeiro lugar, as iniciativas de reforma por "ruptura", ou seja, por mudança da estrutura organizacional da segurança pública em curto espaço de tempo, pela imposição de uma concepção doutrinária e normativa. Em segundo lugar, as propostas de reforma "gradual", ou seja, através da implementação de novos procedimentos técnicos e mudança na cultura das organizações. Em terceiro, a concepção tradicional de segurança pública, baseada na promoção de melhorias nas condições de trabalho (mais equipamentos e maiores salários) em reação a contextos de crise. Entre conjunturas “quentes” de politização, com o predomínio de janelas de oportunidade para propostas mais radicais, ou “frias” de despolitização, de maior abertura para implementação continuada de políticas, estas estratégias e modelos associados configuraram diferentes agendas políticas – a da “polícia democrática”, do “controle do crime” e da “reação corporativa”, respectivamente –, estruturantes dos repertórios e disputas entre os atores no campo da segurança pública (Carneiro, 2010).

No terreno nas ideias, por exemplo, alguns paralelos podem ser traçados entre *estratégias políticas e concepções sobre o crime*. As estratégias de ruptura convergiriam para concepções mais próximas à "desnaturalização" da criminalidade como fenômeno objetivo. Relativiza-se a ideia de crime e se ressalta o seu caráter de constructo derivado de escolhas de política criminal. O caráter violento dos comportamentos sociais tende a ser retraduzido em termos de expressão de alteridade, de subculturas, de reação à opressão, de conflitos interpessoais, convertidos em crime nas condições de negociação desigual e seletiva entre agências de segurança pública e sua "clientela". As estratégias graduais, por sua vez, conduziriam a uma tendência de maior "naturalização" da criminalidade como dado objetivo, concebida como atentados à ordem pública, à consciência coletiva e aos direitos civis, e convertida em índices criminais a serem reduzidos através de mudanças operacionais e medidas práticas. A pauta corporativa, por sua vez, alia-se em geral à ideia reativa e militarizada de “guerra ao inimigo”. Cada uma destas tendências, por sua vez, parecem expressar concepções a respeito da natureza ou motivação do indivíduo criminoso e

das formas de sua punição – estratégia de sobrevivência e revolta dos excluídos; “bárbaro” a ser excluído do convívio social (pela prisão ou pelo extermínio) ou a ser civilizado através da disciplina do trabalho; indivíduo que orienta racionalmente suas escolhas de acordo com os riscos e oportunidades contextuais - constituindo diferentes orientações de política criminal.

Estas clivagens demonstrariam a necessidade de requalificar o mapeamento do debate sobre política criminal penal e não penal no país. Com base nas controvérsias sobre o sentido da prevenção, Guindani ensaia uma interpretação possível:

[...] o discurso garantista tem como foco as regras (os direitos individuais consagrados na Constituição); o discurso do controle democrático tem como foco os atores, seja os grupos sociais mais vulneráveis aos processos de criminalização, seja as instituições –que também são atores - democráticas (guardiães políticas das próprias regras, especialmente da Constituição). Não estariam, portanto, falando sobre a mesma “coisa”. Em certa medida, ambos estão preocupados com a preservação dos direitos, mas as mediações são diferentes. Para os garantistas, o Estado não pode violar direitos individuais, qualquer que seja a justificativa. Do ponto de vista dos críticos, para que os direitos individuais e coletivos não sejam violados, o Estado tem de ser preservado (as instituições e as regras) e tem de ser preservado através da aplicação de uma política criminal, em que o controle só implica violação se a leitura das regras for estreita, unilateral, descontextualizada e formalista. Os críticos do garantismo diriam que o garantismo politiza a dimensão das regras, mas despolitiza o sistema criminal (porque não o considera, como realidade social e política, historicamente construída e sujeita a abalos e mudanças) (Guindani, 2005: 19)

O problema, nessa perspectiva, residiria no jogo de relações entre diferentes horizontes ideológicos e normativos e os universos de referência e atuação dos a(u)tores no interior do sistema de política criminal. Estas relações ocorreriam de modo sobreposto, ocasionando desencontros ao aparentemente se referirem aos mesmos universos de referência. Assim, a adesão às filosofias penais e teorias do controle social/administração de conflitos não aconteceria de forma sempre exclusiva, conforme os atores estejam, por exemplo, em uma ou outra atividade ou setor do sistema de justiça criminal. Ela ocorreria em um contínuo entre posições polares: a crítica radical da pena elaborada pelo *abolicionismo penal* ou pelo *direito penal mínimo*, de um lado; e a ênfase na punição como castigo e ressocialização por parte da *nova defesa social*, de outro.

Por sua vez, a incorporação dessas correntes doutrinárias na prática da justiça criminal se realizaria através da articulação com outras teorias ou escolas de pensamento ligadas às dimensões do processo penal e das políticas de contenção da criminalidade, como o *garantismo* e os

movimentos *lei e ordem* e *tolerância zero*, que poderiam então ser concebidos, respectivamente, como programas de ação das teorias não-punitivas e punitivas (Azevedo, 2002; Lima, 2011; Carvalho, 2013). Ao mesmo tempo, a incapacidade das correntes extremas do espectro ideológico da política criminal em darem respostas satisfatórias aos problemas concretos refletiria o sucesso da penetração de teorias penais funcionalistas no debate acadêmico e na prática dos operadores do direito, no que se configuraria como uma posição de “centro político-criminal” (Lima, 2011).

Por tudo o que já fora elencado, torna-se evidente que a estruturação de redes de pesquisa não foge a estas polarizações político-intelectuais. As teorias, linhas e projetos de pesquisa trazem consigo, explícita ou implicitamente, visões de sociedade subentendidas, princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. Articuladas a redes de ativismo, elas se estruturam a partir de posições de influência no sistema de justiça criminal brasileiro e, ao mesmo tempo em que mapeiam a desarticulação própria a este sistema, espelham suas divisões, refletindo a situação de frouxa articulação entre justiça criminal e instituições de segurança pública, que permanecem definidas e separadas, em seus saberes e em suas práticas, como propriedades de suas corporações profissionais (Paixão, 1982; Saporì, 2007; Kant, Pires e Eilbaum, 2008)³¹⁴. Observa-se uma divisão central: de um lado, os principais pensadores do garantismo penal ou do direito penal mínimo, oriundos da criminologia crítica, cujo universo de referência e de atuação (em postos executivos, como operadores do direito e no ensino universitário) é o poder judiciário e a (des)construção de normas penais; de outro, cientistas sociais em centros de pesquisa, abordando temas ligados ao crime e à violência, conformam correntes políticas de reforma dos setores de aplicação ou execução da justiça criminal e, em interface com a sociedade e operadores, tornam-se progressivamente mais afinados à uma concepção de ciência aplicada na área de segurança pública.

Por sua vez, esta divisão, que não é absoluta, reenvia à fragmentação do modelo integrado de relações entre criminologia, política criminal e direito penal, no qual a criminologia

314 "o que acho grave do ponto de vista sociológico, é que muitas vezes trata-se isso naturalizando a representação que o sistema de justiça criminal faz dele mesmo. Quer dizer que a justiça criminal é uma coisa e a segurança pública é outra. Também é uma coisa muito interessante, no Brasil, essa ideia que você não diz que é um sistema de justiça criminal. Você diz que a segurança pública é do Executivo e a justiça criminal é do Judiciário. Ora, isso também é uma coisa muito estranha porque, em qualquer lugar, pela própria denominação que se dá às instituições, falar de sistema judicial e da segurança pública inclui, necessariamente, as prisões. Nos EUA, quando você fala em *criminal justice system* você começa na polícia e termina lá na liberdade condicional. Assim, geralmente, todas essas instituições estão pensadas, orientadas por um mesmo princípio sistêmico e precisam estar dessa forma articuladas, embora aqui não estejam, evidentemente. Mas, aqui, essa desarticulação é considerada normal, porque a justiça é uma coisa, mas o poder judiciário são os juízes, a magistratura, mais os promotores e os advogados, reunidos, todos, em corporações distintas que frequentemente se opõem e competem por privilégios e posições de poder. E ninguém quer ser avaliado" (Kant de Lima In: Lima & Ratton, 2011: 119).

forneceria o substrato analítico do fenômeno criminal aos operadores do sistema penal, a política criminal se responsabilizaria por transformar as análises criminológicas em opções e estratégias de controle da criminalidade e, por último, o direito penal encarregar-se-ia de converter estas orientações em proposições jurídicas, gerais e obrigatórias (Guindani, 2005). Esta fragmentação teria se realizado a partir dos anos 1970, auge dos movimentos críticos dos sistemas punitivos, que contestaram os fundamentos epistemológicos e políticos da funcionalidade perversa deste modelo, baseado na relação de auxiliaridade entre uma criminologia positivista-etiológica - colonizada pelos saberes psiquiátrico e psicológico comportamental e realizada em laboratórios ou clínicas penitenciárias voltadas à determinação do grau de periculosidade dos réus e condenados, assim como à pedagogia da reforma e adaptação do preso à sociedade - e uma concepção dogmática e formal do direito penal (Carvalho, 2013).

Esta é a crítica de uma longa história, que remonta às diversas configurações entre estas disciplinas, especialmente em três períodos: 1) o final do século XIX, auge da criminologia como projeto englobante; 2) o pós-guerra, com a veiculação, de um lado, das teorias da *defesa social* (Gramatica, 1963) e *nova defesa social* (Ancel, 1966) no plano internacional como programas de política criminal endereçados à humanização do sistema penal e combate às concepções retributivistas do direito penal, mas não incompatíveis com a funcionalidade da criminologia positivista-etiológica; e, de outro, a contestação destes modelos por correntes críticas surgidas dos estudos em sociologia do desvio e do conflito e das teorias foucaultianas do controle social a partir dos anos 1960 e 1970, que vieram a constituir sociologias do campo penal e criminologias críticas ou radicais (Taylor, Walton e Young, 1980; 2013; Robert, 1984; 2007); 3) e o cenário constituído após a queda do muro de Berlim e a ascensão de governos de democracia neoliberal, que favorecem a circulação das correntes de criminologia aplicada ou administrativa, baseadas nos estudos da "Escola de Chicago" e focadas nos estudos de economia e ecologia criminal (Wilson & Kelling, 1982; Kelling, 1996), cujo confronto com as correntes críticas virão a configurar os "realismos" de direita e de esquerda.

Não é possível, portanto, traçar uma história pacífica e linear do desenvolvimento disciplinar da criminologia, uma vez que seus fundamentos enquanto ciência (objeto e método), são alvos de disputa e contestação. A unidade do pensamento criminológico nunca existiu e a sua circulação e institucionalização sempre despertou questões controversas, expressas em configurações disciplinares as mais diversas ao sabor de projetos institucionais e disputas políticas (Oliveira Júnior, 2005; Carvalho, 2013). Exemplificação do diagnóstico seria o não desaparecimento, no século XX, do modelo da criminologia como ciência independente, de síntese

interdisciplinar e auxiliar do sistema penal, embora à sua hegemonia se erigiram resistências constantes.

Considerando o cenário internacional na atualidade, por exemplo, são muitas as visões que competem para a definição do que a criminologia deve ser, tanto do ponto de vista epistemológico, como de sua posição no campo acadêmico. O cenário divide-se entre duas possibilidades principais: a sua dissolução em campo de saber próprio às ciências sociais ou sua reconfiguração no interior de um modelo integrado de ciência criminal, seja em sua formulação crítica, seja em termos de ciência social e/ou experimental aplicada (Garland, 2009). Esta dupla alternativa parece corresponder à divisão entre países de tradição jurídica da *civil law*, onde a criminologia é tradicionalmente disciplina auxiliar do direito penal, e da *common law*, onde predominaria o discurso das ciências sociais (Carvalho, 2013).

Se em países como Inglaterra e Estados Unidos, a criminologia nomeia um amplo campo de pesquisas dominado pelas ciências sociais, especialmente em sua feição aplicada, em países como a França a formação de um campo de pesquisas empíricas em ciências sociais conduziu à desconstrução da identidade disciplinar da criminologia, confinada aos estudos jurídico-normativos. Contudo, esta é uma situação garantida por um equilíbrio de forças que enfrenta momentos de contestação por correntes que apoiam um modelo de ciência com formação independente, de interdisciplinaridade integrada, ciência experimental e social aplicadas (Garland, 2009), cujo maior exemplo seria a escola de Montreal, no Canadá (Szabó, 1978). As discussões francesa e inglesa (Loader e Sparks, 2010; Mucchielli, 2014) recentes exemplificam bem a concorrência entre modelos, que remontam às divisões entre o paradigma da criminologia etiológica e da sociologia da reação social ou do campo penal e que repercutem os antagonismos entre diferentes identidades disciplinares.

Nesse sentido, um dos eixos centrais a considerar é a problematização das relações entre o campo disciplinar do Direito e das Ciências Sociais no que se refere ao estudo do crime. Entre a franca aceitação ou completa rejeição da Criminologia como nomenclatura para o campo de estudos e ativismo, se jogam questões complexas em torno de identidades epistemológicas e políticas de grupos envolvidos com a produção de conhecimento e com o ensino para operadores do direito na área do sistema de justiça criminal: "todas as definições de criminologia são atos discursivos, atos de poder com efeitos concretos, não são neutros: dos objetivos aos métodos, dos paradigmas às políticas criminais. Aqui reside o enigma central da questão criminal" (Malaguti Batista, 2011: 19).

No bojo da iniciativa da Ford, por exemplo, destaca-se com cada vez maior nitidez o

propósito de constituir um tipo de formação profissional que espelhe o campo da criminologia anglo-saxã e canadense, pautados pela ênfase na ciência social aplicada em colaboração com entidades de sociedade civil e especialmente agências estatais. O curso de graduação em segurança pública dirigido por Kant de Lima, os projetos de formação de gestores em segurança pública de Cláudio Beato e a recente criação da Revista de Criminologia (Fundação João Pinheiro/MG) demonstram estas tendências. Mas, mesmo nesse conjunto, deve-se apontar diferenças.

Há posições, como a de Cláudio Beato ou de Tulio Kahn, que apostam na formação de um criminólogo profissional, cuja formação seja independente das ciências sociais, o que se coaduna com os seus vínculos ou espaços de atuação (como quadro técnico/pesquisa na administração estatal): "No Brasil nós não temos criminólogos. Não existe curso de graduação de criminologia. Todo mundo que trabalha com criminologia aqui veio das ciências sociais". (Tulio Kahn, Entrevista 2008). Kant de Lima, por sua vez, apesar de incentivar a formação de novos quadros profissionais da segurança pública, não parece coadunar com a ideia de independência: "Não acho, por exemplo, que deva existir uma comunidade específica que estude segurança pública. Sou um antropólogo e minha tribo são os antropólogos (Kant de Lima In: Lima & Ratton, 2011: 120). Com relativa diferença, talvez intermediário entre as duas posições, está Gláucio Soares, que critica a concepção de segurança pública partilhada por advogados e policiais, baseada na referência a ideia estrita/legalista de crime, e postula um alargamento conceitual, de onde se originariam múltiplas entradas profissionais:

Várias áreas que deveriam ser objeto das preocupações dessa disciplina que ainda está se formando no Brasil, chamada segurança pública, têm, de fato, ficado de fora. É a concepção feita por e para policiais e advogados, mas que não tem muito a ver com as concepções de criminólogos, sociólogos, nem de cientistas políticos. Quando foi apresentado o 1º Plano Nacional de Segurança Pública, só se tratava de crimes. No reduzido espaço onde foram mencionadas outras mortes violentas, abordaram-se os homicídios dolosos no trânsito, mas não se falava de afogamentos, suicídios, quedas, eletrocuções, etc. [...] me defino como um pesquisador de segurança pública [...] Poderíamos, a médio prazo, pensar numa pós-graduação em criminologia, longe das faculdades de Direito (Dillon Soares In: Lima & Ratton, 2011: 266 -279).

As concepções desse grupo, em geral, partem do diagnóstico de relativo "colonialismo teórico" que teria marcado a incorporação de escolas de pensamento sobretudo francesas, em detrimento de um diálogo maior com a produção anglo-saxã e latino-americana. O caso lembrado de forma recorrente é o lugar assumido por Foucault, ou de uma certa leitura deste autor, como

pressuposto das análises e das críticas. De maneira similar a crítica ao "marxismo vulgar" da geração anterior, parece se reeditar uma crítica a leituras vistas como radicais ou simplificadas dos argumentos foucaultianos. Vale destacar o comentário de Kant de Lima a respeito dos debates ocorridos por ocasião da institucionalização do seu projeto de graduação em segurança pública no ICHF/UFF:

Afirmavam que fazer curso de segurança pública é formar repressores, formar gente que vai ser especialista na repressão. Leram Foucault, mas não leram Foucault. O saber das ciências humanas é todo normativo, não é isso? Não tem jeito. Mas eles acham que não. Só o curso de segurança pública é normativo; mas a sociologia também é normativa, a ciência política é normativa. Nós antropólogos achamos que isso tudo é normativo. Tem que ser, não é? Não tem jeito. Mas trata-se de saberes não-jurídicos, normalizadores, não têm caráter repressor. É difícil imaginar um estado democrático de direito sem polícia, sem segurança pública, sem direitos humanos. Como é que você vai garantir os direitos humanos se você não tem uma segurança pública democrática? (Kant de Lima In: Lima & Ratton, 2011: 134-135).

A explicação para o quadro de "absorção" de teorias estrangeiras no contexto formativo da criminologia à brasileira, é sintetizado por Misse:

[...] no Brasil, não se desenvolveu uma criminologia como nos países anglo-saxões e mesmo na França, no continente, na Espanha, etc. No Brasil, a criminologia esteve sempre vinculada ao direito penal. Então, ela não se desenvolveu como uma área interdisciplinar em que havia sociólogos, antropólogos e a figura interdisciplinar do criminólogo. Isso no Brasil não existiu. Então, as referências teóricas eram jurídicas, e nesse sentido você tem uma criminologia crítica de orientação jurídica no Brasil, com Roberto Lira Filho, Roberto Aguiar, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista... Todos os estudos clássicos norte-americanos eram citados, mas jamais lidos ou absorvidos em pesquisas. Então, quando chega o Foucault, as ciências sociais se entregam à sua crítica da criminologia como parte do dispositivo da biopolítica (Misse In: Lima & Ratton, 2011: 22).

Ao que se pode supor, implícito no posicionamento dos que apostam na importação da criminologia anglo-saxã, especialmente norte-americana, está a percepção da "pré-modernidade" do contexto brasileiro (ao menos no que se refere aos procedimentos, práticas e valores implícitos na cultura jurídica não-republicana e no modelo de funcionamento das corporações policiais) e de "subdesenvolvimento" do campo científico aplicado na área de segurança pública em relação a outros contextos nacionais e que se faria mais urgente face ao drama característico da "violência

urbana" no país. Nesse sentido, a resposta de Luiz Eduardo Soares à provocação de Otávio Velho parece elucidativa:

Otávio: A temática da segurança vem se impondo, hoje, para as ciências sociais. De certa forma isso foi uma vitória para quem, como você, tem insistido na necessidade de nosso trabalho ser relevante política e socialmente. Agora, numa nova volta do parafuso, pergunto-lhe se não teme que a linguagem da segurança possa dominar de tal maneira nossos estudos, como engendradora de questões e, mesmo, fonte de metáforas, que corram o risco de perder outras maneiras de olhar para a sociedade, empobrecendo- se e mesmo produzindo um perigoso viés.

Luiz Eduardo: Concordo inteiramente com sua preocupação e a considero da maior relevância. Ela deve nos acompanhar como um guia, ajudando-nos, em cada passo, a evitar reificações, reducionismos, focos unilaterais e a absolutização empobrecedora. No entanto, ainda estamos muito longe do momento em que essa preocupação corresponderá a um risco concreto, tangível e imediato – o que, insisto, não deve ser motivo para a negligenciarmos. Hoje e, suponho, por muitos anos ainda, o problema me parece ser exatamente o contrário: a falta de reconhecimento, no campo das ciências sociais, da segurança pública como problemática específica. A despeito de se destacar, há décadas, entre as principais questões da agenda pública brasileira, a segurança ainda é tema desprezado e desconhecido, em nossa área. Um sintoma de que apenas merece atenção como objeto vicário e marginal, é o fato de que a bibliografia brasileira sobre o assunto é quase exclusivamente dedicada às causas da violência e da criminalidade [...] Como nos acostumamos a pensar que o crime é um epifenômeno [...] polícia é ainda um tema considerado menor, quase abstruso: “coisa de baixo clero” [...] É absolutamente extraordinário que a reforma da polícia ainda seja uma questão estranha às nossas teses [...] E justamente no Brasil, cujos destinos democráticos talvez dependam (entre outras coisas) do que pudermos fazer nessa área [...] Dialeticamente, pretendo dar minha contribuição para que criemos um novo quadro acadêmico, no qual, um dia, ganhe plausibilidade imediata sua preocupação com o risco de que exageremos no foco sobre a segurança. Prometo estar a seu lado, cerrando fileiras para criticar o exclusivismo, a reificação e a absolutização em que a temática, nesse momento futuro, correria o risco de degradar-se (Soares, 2001: 248-249).

Dessa maneira se tornaria compreensível a adoção do pressuposto foucaultiano do dispositivo estratégico baseado na relação determinismo-objeto-cadeia penal³¹⁵ como recurso

315 Fazemos referência a seguinte formulação de Michel Misse: "a própria explicação determinista participa do objeto, constitui-se num saber que não se dissocia das esferas de domínio que o constituem, produzindo o que Foucault denominou de "dispositivos estratégicos", num círculo que envolve desde o recorte que "inventa o problema", até a descoberta das causas e a normalização de seus efeitos. Assim, por exemplo, se certo tipo de comportamento é recortado socialmente como "crime", logo um saber se constituirá sobre suas causas. A descoberta das causas fica intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do controle de seus efeitos, logo à

analítico, enquanto se investe em alianças conjunturais e estratégicas por reformas que reconstruam o sistema de justiça criminal e de segurança pública por meio de mudanças progressivas.

Questão semelhante parece se colocar no caso de Sérgio Adorno, para o qual a configuração da criminologia como espaço científico e universitário nos Estados Unidos se relacionaria a sua proximidade com os "aparelhos de contenção da violência", fornecendo elementos como "perfis de criminosos", mas que

[...] não interessa para um pesquisador que quer entender a sociedade, quer entender a natureza da democracia que se instaura. Não me interessa. Mas, por exemplo, para a criminologia, interessa... Agora, o problema é que, no Brasil, a criminologia é uma criminologia muito tradicional e ainda com muitos resquícios lombrosianos. Quer dizer, uma ideia de uma criminologia mais moderna, que estuda redes [...] praticamente não tem [...] o meu problema – eu, como sociólogo – é mais uma sociologia da violência [...] pensar [...] a violência como um fenômeno contemporâneo que está associado com as instituições, com a democracia, com a crença nas instituições sociais, com a crença na justiça etc. [...] Não me interessa a violência em si. Só me interessa a violência, na sua forma, nas suas modalidades, quando elas me permitem flagrar a sociedade nas suas zonas de tensão e conflito e nas suas formas de resolução desses conflitos. É isso que me interessa. Para isso, quando eu penso em violência, eu penso não só os fatos, mas eu penso também a significação dessa violência e as representações. Porque não dá para eu achar que é só ter mortos. Os mortos acontecem num contexto e no simbólico [...] uma questão criminológica, no meu entender, é mais restrita, ainda que tenha até muitos... Por exemplo, tem um... ele é criminólogo, é um sociólogo muito importante hoje, que é o David Garland, e que o que você lê dele é de outra natureza [...] Ele não está tão preocupado só com o crime em si, mas ele está preocupado mais, na verdade, com a produção dos mecanismos de controle do crime [...] Me interessa mais (Adorno apud CPDOC, 2013: 44-45).

Próximo a essa posição está José Vicente Tavares dos Santos, quando se refere às diferenças entre a produção brasileira e latino-americana, ligada à uma sociologia da violência,

constituição de dispositivos de controle, cujos resultados necessariamente reforçarão o saber sobre as causas, e assim por diante. Digamos que uma das causas encontradas para o crime seja a miséria, a pobreza. Como não se pode acabar imediatamente com a pobreza, controla-se os pobres. Disso decorre um maior aprisionamento de pobres, que reforçarão a correlação entre pobreza e crime, e o encadeamento recomeça. Constituem-se discursos especialistas e um sistema perito de práticas e de políticas públicas, isto é, dispositivos que alimentam e se alimentam de objetos de domínio e de controle social, ou seja, daquilo mesmo que a explicação determinista pretendia supostamente apenas elucidar mas que acaba por constituir. Explicações que se multiplicam sobre sujeitos que são socialmente acusados por cursos de ação ilegais, ou desviantes, ou simplesmente problemáticos. A genealogia dessas explicações não pode ser separada da própria constituição do objeto: acusados e acusadores formam os pólos de seu conteúdo moral e a cadeia penal apenas concentra institucionalmente as forças de normalização dos comportamentos que se espalham microfisicamente por toda a sociedade" (Misse, 2006: 116-117).

frente à produção em fóruns internacionais³¹⁶:

Quando quisemos construir o objeto de pesquisa "violência", tivemos que estudar o saber sobre o crime [...] Por outro lado, nós brasileiros, ao ler Durkheim, percebemos que havia uma diferença entre violência e crime. Lembro-me de uma conversa com Sérgio Adorno, no Congresso Mundial de Sociologia, no Canadá em 1998, em que ele dizia sobre o Grupo de Controle Social e Desvio: "isso não tem nada a ver conosco!". Porque a violência era outra história. Interessante, essa distinção entre violência e crime e como fomos construindo no Brasil e na América Latina, uma sociologia da violência (Tavares dos Santos In: Lima & Ratton, 2011: 178).

Por outro lado, como se viu ao longo da tese, em oposição ao conjunto de proposições que classificamos na chave maior de "realismo de esquerda", constituiu-se uma criminologia crítica no Brasil, herdeira da conjunção entre uma "escola marxista-foucaultiana" e a militância em direitos humanos no combate às formas de controle social dos governos autoritários na América Latina. Embora partam de um ponto em comum - a negação às relações presentes na institucionalização da criminologia como saber auxiliar ao direito penal na Europa de fins do século XIX e no Brasil do começo do século XX, no Brasil esta será uma área que se institucionalizará principalmente nas Faculdades de Direito, unindo cientistas sociais, advogados e juristas na análise do sistema penal a partir da crítica às funções da prisão e do crime como, antes de tudo, uma escolha seletiva em matéria de política criminal. O *Instituto Carioca de Criminologia* (ICC), que mantém uma produção editorial importante com a *Revista Discursos Sediciosos*, é um dos principais elos de uma rede que inclui ainda outros fóruns/centros de pesquisa como o *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais* (IBCCRIM), em São Paulo.

A conjunção entre a escola marxista-foucaultiana e a militância em direitos humanos, entretanto, tenderá a distanciamentos na medida em que esta última se aproxima de posicionamentos mais pragmáticos e também de uma ênfase no uso da produção contínua de pesquisa empírica como ferramenta de intervenção social, ao contrário da incorporação histórica e teórico-doutrinária do criminólogos associados ao meio jurídico. Contudo, ela parece ainda garantida tanto pela formação de agendas político-intelectuais transversais, como a que será representada pelo NEV/USP, cuja atuação, centrada ao mesmo tempo na crítica à prisão e na reforma da segurança pública, a depender da posição do ator no espectro do campo, será enquadrada seja como parte da criminologia crítica (Beato, 2012) ou como sociologia funcionalista do controle social (Malaguti Batista, 2010).

316 No mesmo sentido cf. Tavares dos Santos (2006)

Dessa maneira, na construção do campo da segurança pública no Brasil se encontram redes que configuram projetos de estatização e de disciplinarização, com diferentes apropriações das teorias e métodos estrangeiros sobre o crime a pena e diferentes maneiras de construir a história do campo de estudos e ativismo, a exemplo do modelo de criminologia crítica, pautado pelo ordenamento das teorias "inferiores" às "superiores" (Malaguti Batista, 2010); seja da criminologia aplicada, em seu viés ativista-político ou administrativo, interessado na conversão das teorias em reformulações institucionais ou práticas efetivas de governo. De maneira mais radical, as divisões entre as redes se percebem seja no reconhecimento através da crítica, ou mais das vezes no não-reconhecimento que se realiza pela ausência de citações mútuas como estratégia de ocupação de *locus* de influência no debate público e na formação de pesquisadores e operadores do Direito.

O contexto mais recente, entretanto, parece ter favorecido alianças estratégicas entre centros de produção associados tanto a um polo quanto ao outro, principalmente por um conjunto de novos pesquisadores. É o que se observa em coletânea recente do primeiro *handbook* da área, *Crime, polícia e justiça no Brasil* (Lima, Ratton, Azevedo (orgs.), 2014)³¹⁷. Seria o caso de acompanhar, em investimento futuro, as matrizes de formação, linhagens acadêmicas e origem institucional dos envolvidos. No próximo capítulo temos objetivo mais restrito: o de retomar a trajetória de alguns dos construtores institucionais do campo, no sentido de fundamentar os nexos entre histórias de vida, experiência geracional, origem institucional, concepção disciplinar e os processos políticos recentes.

317 Organizado por Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, com a participação de todos os *pioneiros* no livro anterior (com a exclusão de Luiz Eduardo Soares, Gláucio Soares, Paulo Sérgio Pinheiro e Julita Lemgruber) e com a inclusão dos seguintes pesquisadores: Marcos César Alvarez, Braulio Silva, Frederico Couto Marinho, Luis Felipe Zilli, Daniel Hirata, Alexandre Werneck, Clarissa Galvão, Salo de Carvalho, Francis Moraes de Almeida, Ana Paula Portella, Patricia Bandeira de Melo, Silvia Ramos, Camila Caldeira Nunes, Dorian Borges, Marcelle Gomes Figueira, Francisco Jatobá de Andrade, Rayane Andrade, Melissa de Mattos Pimenta, Wânia Pasinato Izumino, Barbara Musumeci Mourão, Fernanda Bestetti de Vasconcellos, Gabriel de Santis Feltran, Guaracy Mingardi, Ignácio Cano, Thais Duarte, Sérgio Salomão Shecaira, Luis Flavio Saporì, Ilana Pinsky, Luciana Boiteux, Marcos Luiz Bretas, Marilene Antunes Sant'Anna, Ney Fayet Junior, Helder Ferreira, Jacqueline Sinhoretto, Joana Domingues Vargas, Ana Pastore Schritzmeyer, Daniel Achutti, Rafaella da Porciuncula de Parllamolla, Liana de Paula, Arthur Trindade Costa, Jacqueline Muniz, Domício Proença Júnior, Paula Poncioni, Samira Bueno, Maria Cecília de Souza Minayo, Ludmila Ribeiro, Andréa Maria Silveira, Letícia Godinho, Miriam Krezinger Guindani, Robert Muggah, Iona Szabó de Carvalho, Florencia Fontán Balestra, Alessandra Fontana Oberling, Monica Viceconti, Mário Jorge Mendonça, Daniel Cerqueira, José Luiz Ratton, Adriana Loche, Flavia Carbonari, Joan Serra Hoffman e Rodrigo Serrano-Berthet .

CAPÍTULO VIII

Trajetórias comparadas de cientistas sociais no *campo da segurança pública: campo universitário, intelectuais públicos e policy makers*

Vimos ao longo da tese como a condução de espaços de articulação, debates, ensino e produção de conhecimento sobre crime, violência e punição configurou o alargamento do campo político da segurança pública para além dos quadros do setor. Enfatiza-se o funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal, no sentido do seu aperfeiçoamento, controle e reforma, articulando estudos com a intervenção no debate público e a consultoria a redes políticas a partir de centros de pesquisa. Processo que se traduziu em uma nova gramática em torno da participação e *accountability*, da integração setorial e federal, e da conjugação entre prevenção social e repressão qualificada. Para retratar a constituição desse cenário consideramos os grupos e redes que formularam as agendas de pesquisa hegemônicas - o que merece ser pesquisado e como deve ser pesquisado - e que, atrelando-se a posições de dominância no campo científico e no campo político, garantiram suas condições de continuidade na forma de um sistema institucional voltado para a formação do *habitus* correspondente à sua posição.

No presente capítulo, *experimentamos* o esforço analítico das trajetórias de alguns pesquisadores que, ao conciliarem o acúmulo de capitais temporais e de reconhecimento científico com a circulação em arenas externas à universidade, desempenharam o papel de construtores institucionais em diferentes modelos de atuação entre o campo acadêmico e arenas de políticas públicas. Um processo que repercute também os efeitos dos diferentes circuitos de internacionalização, sobretudo entre Estados Unidos, ciência política de perfil mais aplicado, e França, afeito a preferências de filosofias e sociologias críticas, mas também o Reino Unido, no horizonte das teorias do realismo de esquerda, e América Latina, no que se refere à uma criminologia crítica. Embora passível de reparos quanto a ligações diretas entre depoimentos retrospectivos, acreditamos que possamos construir um retrato representativo de percursos mais ou menos compartilhado e expresso em outras trajetórias.

Tendo como ponto de partida a recomposição do campo universitário pós-68, as trajetórias de Antonio Luiz Paixão e Edmundo Campos Coelho teriam muito a contribuir para iluminar as clivagens do processo de institucionalização e os projetos disciplinares no âmbito da ciência e sociologia política. Cremos ter dado elementos para refletir sobre o papel de ambos mas, diante dos limites das fontes biográficas que dispomos que, à exceção de obituários e homenagens (Zaluar *et al*, 1996; Coelho, 2011), optamos por não prosseguir, ao menos por ora. No que se refere ao cenário carioca e fluminense, por sua vez, os percursos de Luiz Antonio Machado da

Silva, Alba Zaluar, Michel Misse, Roberto Kant de Lima, Luiz Eduardo Soares, Gláucio Ary Dillon Soares, cada um a seu modo, espelham um cenário complexo de mobilização, solidariedade geracional, fragmentação de postos universitários e circulação regional e internacional, cuja estabilização de posições institucionais parece ter se realizado somente a partir dos anos 1990. Neste capítulo apontaremos mais alguns aspectos desse cenário, mas iniciaremos do contexto paulista de reconstrução universitária, por mais sólido em termos de fontes. Retomaremos este último a partir do depoimento de Sérgio Adorno sobre a USP no contexto ditatorial, após as cassações de professores, os conflitos da Rua Maria Antônia e a instalação da FFCL em barracões no atual campus do Butantã. Uma situação, similar a de outras instituições, como a UFRJ, de restrições na transmissão de conteúdos na sala de aula e de desconfiança frente a colegas de turma, possíveis informantes dos sistemas de informação do regime militar, na Faculdade considerada reduto da esquerda comunista. O contexto seria caracterizado também pela presença de professores muito jovens que vieram a assumir o lugar dos antigos professores:

[...] vários professores meus que são meus colegas hoje, eles foram meus professores, mas a diferença de idade era pequena. Eles tinham entrado lá muito cedo, eram auxiliares de ensino e de repente viraram condutores de disciplina: a Maria Helena Oliva, a Maria Célia Paoli, a Irene Cardoso. Esses professores são todos meus professores. Eles tinham uma formação muito boa, porque eles trabalharam com o Octavio Ianni, trabalharam com o Luís Pereira, trabalharam com o Florestan, com o Fernando Henrique, pertenceram a este universo [...] E, claro, haviam permanecido alguns professores, e esses professores mantiveram um padrão muito bom: o Gabriel Cohn tinha permanecido, o José de Souza Martins, a Heloísa Martins, a Heloísa Fernandes [...] O Ruy Coelho estava lá, o Aziz Simão estava – quer dizer, o Aziz era uma figura histórica –, a Maria Isaura Pereira de Queiroz estava [...] Quer dizer, apesar das cassações, se manteve um [...] padrão de estudos [...] eu diria que a ditadura, as cassações, de fato, tiveram um efeito devastador, sobretudo na área de pesquisa e pós-graduação, agora, quem permaneceu seguiu [...] muitos eram muito jovens, então, meio que tinham que sacrificar no começo a sua carreira docente (Adorno apud CPDOC, 2013: 12).

Destaca-se que, apesar da sua presença em discussões mais amplas sobre o cenário político e universitário, ele não se vinculava a nenhum partido ou militância estudantil³¹⁸ e,

318 De acordo com seu depoimento, em parte por raízes familiares, em parte por conta da divisão entre estudo e trabalho: “A gente conviveu com momentos muito difíceis, inclusive na sala de aula. Era muito difícil. Salvo um pequeno grupinho de amigos etc., você nunca sabia se o colega do lado era informante ou não era [...] Vez ou outra, a policia entrava dentro de sala para retirar aluno. Então, era uma coisa... Era um clima de insegurança. A gente andava com livros com muito medo. Você não sabia. De repente, alguém te pega com um livro e acha que você estava na luta armada. Então, era uma coisa muito... E na sala de aula, eu me lembro, não se falava em marxismo; falava-se em teoria histórico-estrutural. [...] Quando você falava teoria histórico-estrutural, todo mundo

mesmo trabalhando em instituições "peri-acadêmicas" (IMESC, CEDEC e NEV) com forte ligação com o debate público, Adorno se volta mais a tarefas próximas à construção metodológica e institucional do sistema universitário-científico³¹⁹:

Eu e meus colegas de mesma geração nem bem alcançamos relativa maturidade intelectual e tivemos que assumir responsabilidades no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Hoje, tenho clareza, que eu e vários outros colegas ajudamos a construir, a institucionalizar esse campo. A geração que nos sucede já encontrou o espaço pronto, institucionalizado. Quer dizer, essas atribuições que temos na CAPES, no CNPq e em outras agências, a despeito de sua inegável importância, são atribuição de construção de políticas. Por exemplo, ninguém tem que discutir se deva ou não publicar resultados de suas pesquisas em veículos qualificados. Vai publicar porque sabe que essa exigência faz parte das regras do jogo na vida acadêmica. A minha geração teve que pensar como construir diretrizes e mais, como convencer os resistentes na comunidade acadêmica (Adorno apud Lima & Ratton, 2011: 95).

Outro ponto a destacar, e que se vincula a um padrão comum da geração de cientistas sociais analisados, diz respeito ao afastamento do Direito, ao mesmo tempo em que este se torna, de expectativa de projeção profissional, universo problematizado e investigado. É o que se observa na tese de Adorno, sobre a formação dos bacharéis na Faculdade de Direito de São Paulo (Adorno, 1988):

[...] quando eu fiz a minha tese lá sobre os bacharéis, era porque... uma coisa é o seguinte: eu precisava entender melhor a história do país [...] O que acontecia? Eu tinha, na minha casa, uma família que tinha, vamos dizer, uma admiração quase litúrgica pelo direito. Quer dizer, o direito tinha uma força de juntar as famílias à mesa no domingo. Então, para mim, aquilo era muito curioso, como é que o direito juntava as pessoas. Era uma coisa assim. Por outro lado, era uma época em que se estava discutindo muito o papel dos intelectuais – qual tinha sido o papel dos intelectuais, os intelectuais orgânicos, os intelectuais tradicionais, o papel dos intelectuais na revolução burguesa –, e eu disse o seguinte: “Não, mas a gente precisa entender um pouco a formação desses intelectuais no país”. E aí comecei a fazer um estudo exploratório. Esse estudo exploratório mostrou que os intelectuais brasileiros, no início da sociedade [...], eram os bacharéis. Eram eles. Aí, bom, onde os bacharéis estavam? Na Faculdade de Direito. Fui estudar a Faculdade de Direito.

entendia, mas falar abertamente em marxismo, não se podia. Então, era um período de muita repressão, muito medo, muita insegurança [...] No entanto, eu nunca fui ligado a partido e nem ao movimento estudantil; eu sempre tive uma posição mais... Talvez, um pouco do conservadorismo que tinha em casa, também. Eu não me identificava muito com essa... Ah! E tinha que trabalhar, não é? Tinha esse detalhe. Eu sabia disso. Desde muito cedo, eu sabia que eu... Eles dependiam do meu trabalho” (Adorno apud CPDOC, 2013: 11).

319 O que não significa exclusivamente, vide sua participação junto ao debate de formulação do ECA.

Então, foi uma coisa... Quer dizer, alguns móveis inconscientes, e alguns, plenamente conscientes, porque eu sabia que eu queria era construir esta história, um pouco da Faculdade de Direito do ponto de vista de uma história dos intelectuais e da relação dos intelectuais com o poder (Adorno apud CPDOC, 2013: 15-16).

A entrada pelo universo do estudo do papel das instituições de ensino e da ideologia política se combinaria com a adesão à construção teórico-metodológica da pesquisa empírica sistemática. Com base em sua trajetória poderíamos discutir as teses sobre afinidades entre o valor do conhecimento científico e a ascensão das classes médias³²⁰ ou ainda a ocupação de postos na condução da política acadêmica como estratégia para a manutenção da USP em posição dominante, mas vale destacar sobretudo que a somatória desses fatores conduziu a um posicionamento a respeito do lugar da universidade na produção de conhecimento, fundado na distinção entre o acadêmico-consultor-crítico e o agente do Estado/operador do direito, formulador e executor de políticas públicas.

Não se trata de erigir esta concepção em modelo exemplar de atuação, mas apontar para suas possibilidades de conciliação ou tensão com outros estilos de atuação ou exercício profissional. Vale retomar, mais uma vez, a parceria mantida com Paulo Sérgio Pinheiro na conciliação entre pesquisa e intervenção, cujos percursos posteriores de Adorno como diretor da FFLCH e Pinheiro como membro da Comissão Nacional da Verdade, indicam as diferentes modulações de engajamento no campo político e (des)conforto com a dinâmica do campo universitário. Ao mesmo tempo, como já deixamos entender anteriormente, há que se apontar para a forte ênfase, por parte de Pinheiro, na ligação entre direitos humanos e controle da violência do Estado, e na relação entre direitos humanos e segurança pública, por Adorno. Ambos, por sua vez, se diferenciam de um padrão mais afeito à formulação e gestão na segurança pública, promovido

³²⁰ Na literatura da sociologia do conhecimento e da ciência se fazem presentes teses que afirmam a afinidade entre classes médias em ascensão social, a aposta no capital cultural, no título escolar e no valor do conhecimento científico, o que, em algumas das interpretações se coadunaria com os princípios dos regimes democráticos. Em *Sociologia da Cultura* (1974), por exemplo, no capítulo *O problema da 'intelligentsia': um estudo do seu papel no passado e no presente*, Mannheim destacaria as similitudes entre o ponto de vista epistemológico e a "mentalidade democrática" das classes médias em ascensão: ambos envolveriam princípios universalistas, niveladores/igualitários e anti-aristocráticos. Merton (1942), em sentido similar, associa os valores normativos do universo científico aos princípios do regime político. Bourdieu, por sua vez, em outro recorte, as classes médias tenderiam a investir na escolarização dos filhos, pelas chances objetivamente superiores (na forma de volume de capitais econômicos e culturais) dos seus filhos alcançarem o sucesso escolar, em segundo lugar, pelas expectativas quanto ao futuro. Originárias, em geral, das camadas populares e tendo ascendido às classes médias por meio da escolarização, as famílias de classe média nutririam esperanças de continuidade de sua ascensão social em direção às elites (Bourdieu, 1964; 1998). A tese da afinidade ciência-democracia é discutível diante dos casos nacionais de desenvolvimento científico-tecnológico em contextos políticos ou de regime de trabalho autoritários e hierárquicos, mas, no seu conjunto, ele costuma ser reiterado nos estudos sobre carreiras intelectuais. Na história das ciências sociais brasileiras, o caso mais típico e próximo, e com alguns traços míticos, é associado à biografia de Florestan Fernandes, na qual convivem diferentes divisões a respeito dos momentos de afirmação da ciência autônoma e independente, e da ciência engajada na vida pública (Garcia, 2002; Arruda, 2010).

principalmente por pesquisadores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Para discutir as passagens entre *intelectuais públicos* e *policy makers*, tomaremos como ponto de partida a Mesa Redonda *O intelectual público no século XXI*, na ANPOCS, em 1999, que contou com a presença de cientistas sociais que se destacaram como lideranças políticas após a redemocratização: Cristovam Buarque, Rubem César Fernandes, Paulo Sérgio Pinheiro e Luiz Eduardo Soares. Uma análise dos percursos dos três últimos nos permitirá perceber alguns dos fatores que tornam compreensível o lugar que assumiram como construtores institucionais de espaços de interseção entre universidade e mundo político, no domínio dos direitos humanos e da segurança pública, respectivamente.

Paulo Sérgio Pinheiro, ingressa no curso de Direito na PUC-RJ, em 1964, com a pretensão, alimentada pelo incentivo familiar, de tornar-se diplomata, em conformidade com o "roteiro típico" dos estudantes universitários dessa instituição à época³²¹. Sua opção pelo Direito, nesse sentido, seria um ponto de passagem. As influências definidoras em seu momento inicial de formação foram exteriores ao curso: as conferências, as aulas e a convivência com o Padre Fernando Bastos de Ávila e Cândido Mendes na sociologia, e com Alceu Amoroso Lima, na Faculdade de Letras. "Foram esses três primeiros que ouvi falar de pobreza, violência, injustiça e direitos humanos". Forma-se em Direito em 1966. Com o intuito de aperfeiçoar sua formação e evitar constrangimentos políticos, opta pela França (Pinheiro In: Weiss, 2002). Para tanto foi fundamental a sua aproximação com a intelectualidade católica e um simpósio sobre ciência política na Faculdade Cândido Mendes, que contou com a participação de norte-americanos, Dankwart Rustow, Alex Inkeles, e de um francês, Jean Marie Domenach:

[...] Cândido Mendes marcou uma entrevista minha com Domenach, que me sugeriu ir para Paris para o *Institut d'Études Politiques*, a *Science Po*. Não estava dando aulas aqui, mas ofereceu-se para apresentar-me ao Padre Jean Yves-Calvez (do qual já havia lido o seu *La pensée de Karl Marx*) que quem sabe poderia aceitar-me como seu orientando, necessário para eu solicitar uma bolsa do governo francês. Na busca

321 "Um dos indícios mais significativos da extração elevada dos alunos de Sociologia e Política diz respeito às razões que os levaram a tal escolha no vestibular. Conforme já foi mencionado, não são poucos os que almejavam a profissão diplomática, uma vez com o título graduado em mãos. Trata-se de um ramo profissional rentável visto pelas classes médias e altas como signo de distinção que exigia desembaraço no manejo da cultura geral, adquirida por incentivo das famílias, ao valorizarem o aprendizado de línguas estrangeiras. Como se sabe, a carreira pública constituía no Rio de Janeiro o alvo principal da ambição dos jovens bem nascidos na cidade, que, na condição de capital federal abrigava o curso do Itamaraty. Ao longo dos primeiros anos de universidade, muitos abandonam as pretensões diplomáticas em favor do investimento acadêmico⁴⁴. No entanto, é preciso registrar que não foram poucos os que trilharam a carreira nas embaixadas, o que é revelador das características sociais do alunato de Sociologia e Política, em muitos casos descendentes de profissionais da diplomacia [...] Entre os que optaram por Sociologia e Política movidos pelo desejo de ingressar no Itamaraty, mas que aderiram à profissão de cientistas social: Moacir Palmeira, Afrânio Garcia, Lícia do Prado Valladares, Luis Fernando Duarte. A diplomacia também se colocava como umas das possibilidades de carreira no caso de Sergio Miceli" (Keinert, 2011: 132).

pelos rumos a seguir na França, falei também com Alceu Amoroso Lima na sua pequena sala no Centro Dom Vital. Alceu lembrou que um sobrinho do Arcebispo de Botucatu, um franciscano, Frei Henrique Bolland Trindade, estava estudando na Science Po. Passei-me a corresponder com esse sobrinho dele. Era o Héglio Trindade, hoje Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que mais tarde defenderia na *Sciences Po*, logo depois de mim, sua tese sobre integralismo que viria a ser o livro clássico sobre o tema. Com todo esse acumulado de graças católicas começo a corrida de cartas de recomendação. Reencontrei agora aquela escrita por Dr. Alceu: "Conheço esse moço há muito tempo e posso assegurar que se trata de um jovem inteligente e aplicado, estudioso há muito dos problemas sociais e das ciências sociais em geral e que pretende dedicar-se a trabalhos de magistério e de pesquisa, profissionalmente". Às vezes penso que fiz tudo por estar atado às esperanças generosas dessa carta [...] Embarquei para Paris em setembro de 1967 (Pinheiro, 1996: II).

O período em Paris foi a principal influência de sua formação. Em primeiro lugar, pela transição definitiva do direito para a ciência política e a sociologia. "A minha preocupação maior era dissimular situação de bacharel em direito e virar sociólogo". Prosseguindo nessa direção, Pinheiro investe, primeiramente, no campo da história das ideias políticas, através da análise dos discursos de Getúlio Vargas, através da qual ganhará acesso ao programa de doutorado, o *Cycle Supérieur d'Études Politiques*, o 3ème cycle.

Em segundo lugar, pelo contato com os intelectuais brasileiros em exílio:

Eram os tempos do exílio e, graças ao governo francês, tomávamos contato com o que contava nas ciências humanas no Brasil. Um verdadeiro departamento de ciências sociais da Universidade brasileira (e de São Paulo) funcionava em Paris. Era o seminário do *Laboratoire des mouvements sociaux* de Alain Touraine, na realidade coordenado pelo mineiro Roberto de las Casas, na rue de Varene, na então École pratique hautes études, hoje École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS. Professores e pesquisadores que estavam na França ou simplesmente passavam por Paris faziam um seminário como Celso Furtado, Octavio Ianni, Fernando Cardoso, Francisco Weffort, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Luciano Martins, Maria do Carmo Campelo de Souza e muitos outros relatavam ali suas pesquisas e trabalhos recentes (*Ibidem*: V).

Através desta rede, ele alcança o "privilegio dos privilégios: um escritório para trabalhar", cedido pelo José Albertino Rodrigues, no *Centre Universitaire International*, que lhe garantiu as condições de pesquisa bibliográfica e interação constante com um grupo de pesquisadores e professores, no qual se incluiria Luciano Martins e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Mas esta tranquilidade inicial seria quebrada pela experiência de maio de 1968, o terceiro evento marcante de sua estadia em Paris. Em meio à movimentação política, barricadas, confrontos com a polícia e

embates entre grupos fascistas e de esquerda, o sistema universitário francês é posto em causa, e com isso os próprios cânones do pensamento, em especial na área de filosofia e ciências humanas. No processo de renovação da ciência política, o governo francês criará o Centre Universitaire de Vincennes, para onde "os brasileiros desceram em massa [...] Foi ali que descobrimos ao vivo a maioria dos pais fundadores de nossas melhores esperanças", Michel Foucault, André Glucksman e principalmente Nicos Poulantzas. A experiência parisiense foi, portanto, marcante em sua concepção de intelectual e vida pública: "foi o evento sísmico da minha vida – a crítica da universidade e a possibilidade de revolta e de envolvimento ativo em vida política" (*Ibidem*:VI).

Em 1970, Pinheiro forma-se em Sociologia pela Universidade de Vincennes e, em 1971, apresenta sua tese³²² de *3ème cycle* no *Institute de Hautes Études Politiques* na *Universidade de Paris I*. "Dali uma semana estava num canavial em Campinas [...] que começava a ser transformado na Universidade Estadual de Campinas. O convite fora feito por André Villalobos, ainda em Paris, que lhe indicara o interesse de diretores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP e do chefe da cadeira de ciência política, Michel Debrun, em criar um arquivo de documentação em contraponto ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, com base no acervo de periódicos, panfletos, cartões postais, manuscritos, livros, folhetos e recortes de jornais do líder sindical e anarquista Edgar Leuenroth. O *Arquivo Edgard Leuenroth* (AEL), criado em 1974, será o maior projeto de coleta e preservação de documentos sobre a história social do trabalho no Brasil³²³. A sua construção demonstra características importantes da construção institucional por parte de intelectuais e políticos que, no contexto do regime militar, foram capazes de estabelecer alianças e driblar adversidades. No caso, Severo Gomes, então ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel, cumprirá um papel central:

Nesse tempo, com a participação de Vladimir Murtinho e de Aloísio Magalhães, Severo criou o Centro Nacional de Referência Cultural. O general Geisel sinceramente parecia gostar de Severo [...] Mas o general Geisel achava estranho que a Secretaria de Tecnologia Industrial daquele ministério amparasse um projeto mais para o design, as artes plásticas e o patrimônio, coisas do Severo. Mais estranho ainda quando o Centro apoia um projeto de Imagens e História da Industrialização em S. Paulo na UNICAMP. Aí o general quis saber de mais detalhes. E o SNI resolveu trancar a ficha logo do professor da Universidade de Brasília, que seria o coordenador-executivo do projeto. O General Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI passa uma cópia do dossiê ao ministro. Uma denúncia de que o professor teria um livro russo traduzido na sua gaveta. O ministro propõe que outro professor (no caso eu mesmo) assumo, sem despedir o

322 A banca fora composta por Paul Arbousse Bastide, Celso Furtado e Serge Hurtig, seu orientador.

323 Cf. http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2004/ju269pag05.html

suspeito, a coordenação do projeto. Foi graças a essa iniciativa do Severo que se consolidou o Arquivo de História Edgard Leuenroth, que já fez 20 anos em 1994. "E como estudar a industrialização sem entender os operários?", sorria o Severo, com ar cúmplice, maroto [...] Em plena ditadura um ministro do Estado protegia a história social e das lutas operárias, arrostando censuras, inabalável. Nessa vez como em outras mais pela frente minhas ligações com Severo vão redefinir minha vida (*Ibidem*: XII).

Pinheiro assume, então, o cargo de professor de Ciência Política no IFCH, onde se reunirá a um conjunto importante de cientistas sociais, como Carlos Guilherme Motta, Luis Orlandi, Fernando Novaes, Carlos Vogt, Peter Eisenberg, Peter Fry, Roberto Da Matta e Michael Hall. Este último, historiador da classe operária, colocaria Pinheiro no "circuito norte-americano e inglês de história social". "Antes somente havia estudado nos EUA em 1964 num programa de visita e curso de verão em Harvard para líderes estudantis (onde conheci Cristovam Buarque)" (*Ibidem*: XVII). Em Yale, Columbia, Notre Dame e Oxford, onde Pinheiro teria aprimorado suas práticas de pesquisa na área e entrado em contato com intelectuais "americanistas" e teóricos das transições políticas, como Thomas Skidmore, Guillermo O'Donnell, Juan Linz e Alfred Stepan, este último "mais que um colega [...] um mentor" (Pinheiro In: Weiss, 2002: 14)³²⁴.

Cercando-se destas influências, em um diálogo entre a história social e a ciência política, no período em que trabalha na UNICAMP, de 1971 a 1983, Pinheiro dá continuidade aos temas de sua pesquisa de doutorado e dedica-se a reconstituir a história do movimento operário brasileiro nas primeiras décadas da República. Ele voltou-se primeiramente para a organização política da classe trabalhadora, a história da sua repressão, paulatinamente avançando da Primeira República para o Estado Novo e o período posterior, problematizando as transições de regime político. Além de um tema da agenda intelectual da época, outra influência importante, como vimos, foi a sua formação católica. O debate sobre justiça social e solidarismo cristão o teria atraído para a PUC e para um posicionamento, embora menos radical que muitos dos seus colegas de geração, mais próximo do que seria a agenda de direitos humanos. Seria preciso ainda indicar experiências familiares e particulares, como a participação do pai em uniões de trabalhadores, ou a observação pessoal da violência policial no cotidiano da cidade (*Ibidem*). Por estes caminhos, em meio ao contexto latino-americano de repressão política, o compromisso com os direitos humanos tomou forma mais concreta. O seu interesse pelo tema, portanto, não foi imediato, embora, retrospectivamente, possa ser entendido como um envolvimento progressivo: percorrendo seus interesses percebe-se a inscrição progressiva das temáticas acadêmicas no âmbito das lutas

324 É diretor do Centro de Estudos da Democracia, Tolerância e Religião da Columbia University, brasileiro com importante reflexão sobre a transição democrática.

políticas e sociais que se envolvia. A partir do fim dos anos 1970 Pinheiro inicia um trabalho importante para a organização da sociedade civil e do campo intelectual durante a redemocratização. "Político da sociedade civil", na expressão de Padre Agostinho (Pinheiro, 1984), envolve-se em veículos de comunicação, foi uma das figuras centrais da CTV, filia-se à corrente política da democracia cristã e participa do governo Montoro.

Ao refletir sobre as ambiguidades da participação do intelectual na vida pública e no mundo político apoia-se em Jean-Paul Sartre para defender a ética do engajamento: "assumi na prática o que Sartre dizia em maio de 1968: 'A nossa esperança não pode vir senão daqueles que não tem nenhuma esperança'" (Pinheiro, 1996: XXVII). O intelectual deve trabalhar para produzir acontecimentos concretos que combatam o racismo ou mostrem a violência dos privilegiados em toda sua clareza. Nesse sentido, mesmo que trabalhar diretamente em governos seja problemático, trabalhar para fortalecer os direitos humanos seria algo que se poderia fazer sem renunciar aos princípios de independência, uma vez que a construção dos direitos humanos diria respeito à essência mesma do Estado democrático de direito e independência de governo ou de oposição. Dessa maneira, Pinheiro justificaria sua participação tanto no governo Montoro, em 1983, quanto no governo FHC, de 2001 a 2003, quando assume a Secretaria de Direitos Humanos. Uma participação comum a grande parte dos militantes em direitos humanos da base de apoio do governo Montoro, como José Carlos Dias (Secretário Estadual da Justiça, de 1983 a 1987; Ministro da Justiça, de 1999 a 2000) e José Gregori (Secretário Nacional de Direitos Humanos, de 1997 a 2000; Ministro da Justiça, de 2000 a 2001), que virão também a compor, os dois primeiros, a Comissão Nacional da Verdade, em 2012.

Essa inserção no aparelho estatal, por sua vez, é produto de um percurso marcado pela articulação entre militância internacional em prol dos direitos humanos, onde Pinheiro vem desempenhando funções na ONU desde 1995³²⁵, e a universidade:

Não vejo nenhuma fronteira entre o trabalho na Universidade e a intervenção na sociedade. A Universidade, especialmente aquela paga pelos contribuintes, cuja maioria jamais poderá entrar nela, somente tem sentido numa sociedade racista, hierarquizada, autoritária e tremendamente desigual como a nossa, se ela conseguir desempenhar um papel de "intelectual orgânico coletivo" [...] além da produção específica em cada área dos universitários, intelectuais, "técnicos do saber prático", a Universidade no seu conjunto tem de fazer as vezes de um "intelectual orgânico coletivo" capaz de enfrentar e propor contribuições para problemáticas de nível médio, como a violência, a poluição, a destruição

325 Relator dos Direitos das Crianças da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, membro da Comissão Internacional de Investigação para a Síria, Relator de Direitos Humanos em Mianmar, dentre outros cargos.

do meio ambiente, o próprio sistema de educação, a pobreza, por exemplo (*Ibidem*: XXVII e XXVIII).

Estes aspectos da biografia e das concepções de Pinheiro são suficientes para demonstrar as relações entre o campo científico e o campo político dos direitos humanos e sugerir alguns paralelos com a trajetória de Luiz Eduardo Soares que, nos anos 2000, será a principal liderança política das ciências sociais no âmbito da segurança pública. Os paralelos dizem respeito tanto a referências geracionais comuns, a maneira como compatibilizam seus capitais de relação social nos universos que circulam, como a concepções sobre a relação entre universidade e campo político-burocrático, que os tornariam construtores institucionais em suas respectivas áreas de atuação.

Um ponto de partida para a comparação é o contraste entre os dilemas que cada um encontrou na conciliação entre filiações políticas e intelectuais e o contexto em que atuaram no período ditatorial. Ambos se inspiraram no 68 francês, por meio do qual puseram em questão as interpretações do marxismo ortodoxo acerca da realidade brasileira e o apoio ao "socialismo real", à ditadura proletária e ao imperialismo soviético. Mas, enquanto Pinheiro, mais ligado a uma postura católica moderada, seguiria o "trajeto tradicional" do intelectual brasileiro rumo à França, Soares fará opções de construção de carreira e atuação política em solo nacional, na conjuntura pós-64:

Em 1972, no Brasil, no Rio de Janeiro, entrar para a universidade significava mudar a qualidade da luta contra a ditadura. As escolhas não se resumiam às carreiras. Nós abominávamos essa palavra e o que ela continha de ideologia individualista. Ter uma carreira seria capitular, render-se ao domínio do capitalismo, integrar-se ao "sistema" [...] Estudávamos para orientarmo-nos melhor nas escolhas partidárias. Partido não era o estuário do voto; era um modo de vida — ou de morte —, um compromisso integral, um instrumento para a revolução socialista (Soares, 2000b, s/p).

Nesse contexto, a adesão a teses políticas corresponderia a diferentes posturas comportamentais entre gerações, "as posturas conservadoras, misóginas, autoritárias, às vezes racistas e sempre homofóbicas dos militantes comunistas inspirados na velha tradição" contrastavam seja com a onda libertária dos anos 60, seja com a adesão radical à luta armada. O contraste entre estes posicionamentos colocava em questão a capacidade das esquerdas brasileiras construírem uma unidade em meio a nova pluralidade. Mas, enquanto "a questão leninista continuava ecoando" entre as gerações de militantes que então se indagavam sobre a distância que

os separavam das "massas oprimidas", uma paulatina aceitação da carreira universitária fora sendo construída:

Estudamos muito, enquanto a revolução era adiada e, em seguida, suprimida de nosso vocabulário. A necessidade de sobreviver nos levou à academia e aos imperativos competitivos e individualistas da carreira que desprezávamos" [...] Críticos da pasmaceira conservadora, tornamo-nos cultores das tradições e das instituições. Mas percorremos a trajetória atribuindo-lhe um sentido original, que vale registrar: descobrimos o valor da democracia, isto é, das instituições políticas da democracia liberal, mesmo para a realização de valores como igualdade e justiça. Aprendemos que o procedimento é essencial, se rejeitamos convicções dogmáticas, em todas as esferas da vida, sobretudo na aplicação da justiça e nas escolhas coletivas [...] Rendemo-nos às instituições, à rotina e às tradições, mas por bons motivos, éticos e racionais. O fato é que reencontramos nossos pais, ainda que continuemos a nos sentir superiores a eles e às suas razões [...] Aí está o lapso, o salto e o silêncio: como foi possível transformar em estilo legítimo de vida e de engajamento ético-político o que outrora significara rendição? (*Ibidem*, s/p).

Soares explicaria essa mudança através de dois fatores. O primeiro, pela transição da "crença na revolução" à adesão ao "reformismo gradualista". Entre as diferentes adesões e possibilidades de diálogo nos grupos de militância, uma nova geração se reelaboraria ensaiando a síntese entre o "realismo do velho partidão" e as novas tendências, em negação à luta armada e abrindo o marxismo "à psicanálise e à autonomia do simbólico, à experimentação científica e à independência do intelectual e do artista". A incorporação dos novos ganhos teóricos do eurocomunismo, em especial do Partido Comunista Italiano, seria favorecida pelo retorno dos exilados, que "tornou os grupos mais permeáveis a influências recíprocas". As referências principais seriam Fernando Gabeira, e sua defesa da associação das micropolíticas libertárias com a valorização da socialdemocracia europeia, e Leonel Brizola, que vinculou o movimento negro à sua proposta socialdemocrata.

Vale a pena "abrir um parêntese" para retrazar algumas das circunstâncias do exílio, desta feita nos Estados Unidos, que tornam inteligíveis estas mudanças e futuras aproximações, em especial entre Soares e Rubem César Fernandes. Entre 1969 e 1974, um pequeno grupo de ativistas da Igreja Católica e de igrejas evangélicas tradicionais, brasileiros exilados nos Estados Unidos, acadêmicos norte-americanos que pesquisavam a América Latina e militantes de esquerda introduziriam a questão dos direitos humanos no discurso público daquela sociedade, criticando duramente a política internacional do governo norte-americano. Somado ao número crescente de

estudantes de pós-graduação brasileiros, esse pequeno grupo de "exilados políticos não oficiais" 'ajudariam a isolar o regime militar brasileiro ao lançarem as bases para um movimento mais amplo de solidariedade nos Estados Unidos para com as lutas populares latino-americanas no final das décadas de 70 e 80.

Um ponto de concentração dessa rede se deu através da atuação de Clóvis Brigagão³²⁶, cujo percurso é apoiado pela Fundação Ford, fundador da *Liberation Brazil* (Libertação Brasil – LIBRA) para denunciar a repressão em vigor no Brasil. Assim como outros grupos espalhados pelos EUA, a LIBRA organizará, entre 1973 e 1977, uma série de eventos em estabelecimentos de ensino superior que reuniriam nomes como Paulo Freire, Hélder Câmara, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Maria Helena Moreira Alves, Abdias do Nascimento, Rubem César Fernandes, dentre outros. A partir de sugestão de Rubem César, que havia iniciado seu exílio na Polônia e completava seu doutorado na Columbia, originou-se a ideia de produzir um livro que documentasse a experiência dos exilados brasileiros no mundo. Novamente com o apoio da Fundação Ford, a iniciativa dá origem ao livro *Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: Obra coletiva* (Cavalcanti & Uchôa (orgs.), 1976), que serviria de instrumento da campanha pela Anistia no país.

Aproximadamente no mesmo período, o grupo conseguiria articular um contingente maior de pesquisadores e professores, a exemplo do historiador Ralph Della Cava, da antropóloga Bela Feldman-Bianco, dos cientistas políticos Kenneth Erickson, Joan Dassin e Alfred Stepan. Nesse processo, o grupo manterá contatos com Brizola que, após ter seu visto revogado no Uruguai, residirá em Nova York, "uma encruzilhada internacional que facilitava os contatos de Brizola com adversários norte-americanos do regime militar, assim como com os que viviam no exílio na Europa" (Green, 2009: 149). Assim, a partir de Nova York, e mais tarde de Lisboa, Brizola trabalharia para forjar, sob sua liderança, uma coalizão de ativistas políticos de todas as convicções que se preparavam para a esperada anistia, para o seu retorno ao Brasil e para a retomada do governo democrático. Será nesse contexto que Clóvis Brigagão apresentará Brizola a Abdias do Nascimento, então professor em Buffalo, e outros militantes do movimento negro brasileiro, como Lélia Gonzalez. Dessa maneira, "embora Brizola pudesse ser uma *bête noire* para o regime militar, ele havia passado por uma transformação ao longo dos anos, o que o levou a uma aliança com social-democratas europeus" (*Ibidem*: 149), que incluiria a pauta dos movimentos de

326 Detido no Brasil em 1971 sob alegação de atividades subversivas, Brigagão irá para o México, onde estudou no Colégio do México com uma bolsa da Fundação Ford. Depois de terminar seus estudos neste país candidata-se ao programa de doutorado em ciência política da Universidade de Chicago, mais uma vez com apoio da Ford. Em Chicago, tendo contato com a organização do Chicago Group for the Liberation of the Americas, forma a Liberation Brazil (Green, 2009).

direitos civis norte-americanos. Os anos 80, nesse sentido, tornariam obsoletas as posturas conservadoras no juízo sobre comportamentos e nas propostas insurrecionais e conduziram a visão da democracia como princípio político fundamental.

Mas, no Brasil, embora relacionadas, a aceitação do valor legítimo da profissionalização na academia ocorreria em momento posterior ao da mudança político-ideológica. Para explicá-la, de acordo com Soares, seria preciso acrescentar um segundo fator, a "racionalização do *status quo*" por "conveniência adaptativa" diante da exaustão da luta e da falta de projeto a partir da segunda metade dos anos 80. Se o início da década fora marcado pela transformação das multidões em protagonistas nas manifestações pela anistia e nas eleições, desde aqueles anos "cheios de ingênua esperança, as praças se esvaziaram, crescentemente substituídas pelo xadrez mercadológico dos debates na TV". Nos anos 90, apesar de algumas importantes mobilizações, como a campanha pelo *impeachment* de Collor, "a política, que reconquistara dignidade na transição [...] degradou-se, no imaginário social, em função do acúmulo de exemplos insólitos de corrupção, demagogia, oportunismo e incompetência". Com o refluxo participativo e o predomínio da lógica do mercado, a vocação científica se degradaria nos imperativos individualistas de construção de carreira. Haveria uma "triste complementaridade" entre a institucionalização das ciências sociais sob um viés "neopositivista", pautada pelo reforço à especialização, isenção valorativa e objetividade descritiva, e a consolidação de um mercado eleitoral marcado pela sinonímia do "oportunistismo individualista" e o realismo político. Em suma, "institucionalização especializante" e "expurgo do discurso crítico radical":

Vê-se, facilmente, a extensão das implicações desse movimento político-existencial coletivo: não há tanta distância assim entre, por um lado, contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas, fazendo avançar as lutas populares e, por outro, pesando na balança conservadora, para equilibrar a correlação de forças, evitando rupturas perigosas para o curso histórico do processo, em seu conjunto [...] Por que negar-se a colaborar com os conservadores, nesse contexto? Sobretudo se somos profissionais atuando no mercado de consultorias, vendendo pesquisas e assessorias. Podemos dizer, sem pejo, afinal de contas: somos profissionais. Sem pejo, repito, e sem repugnância. O cientista social pode, nesse fim de século, colaborar com os políticos da direita, sob o argumento convincente de que deve prestar seus serviços sem preconceitos, em benefício da democracia e do conveniente equilíbrio institucional, assim como os advogados servem a todos, culpados e inocentes, em benefício da justiça. Sair-se-á ainda melhor, mostrar-se-á ainda mais sofisticado se questionar a própria qualificação ideológica "direita-esquerda" (Soares, 2000b, s/p).

Procurando contornar este cenário de ceticismo, entre a recusa do dogmatismo e do relativismo radical, Soares construiria um caminho interdisciplinar³²⁷, que convergiu para a filosofia pragmatista norte-americana como forma de articular discussão científica/teórica e ação política e responder a questões existenciais. Segundo os principais teóricos dessa corrente (James, 1948; Peirce, 1977), o método pragmático é, antes de tudo, "um método de terminar discussões metafísicas que, de outro modo, seriam intermináveis". Interpreta-se cada noção a partir de suas consequências práticas. Se nenhuma diferença prática puder ser identificada, a continuidade da disputa teórica seria inútil. Desse modo, ela se contrapõe às reflexões filosóficas mais abstratas, concebendo a sua legitimidade e validade na medida em que ela converte-se em instrumento para intervenção prática. Nesse sentido, a saída encontrada por Soares seria aceitar "todos os jogos de linguagem de pretensões cognitivas" que possam produzir resultados compatíveis com exigências práticas específicas, cuja legitimidade seria delimitada através de um "cálculo sobre vantagens comparativas" a partir de critérios aceitos pela comunidade científica. "Daí a segunda face da *persona* intelectual com que me identifico: o pesquisador empírico dos temas de interesse público, sobretudo daqueles que conjugam condicionantes sociais diversos e vetores subjetivos, como a religião e a violência" (*Ibidem*).

A opção pelo estudo desses temas remonta, de modo menos evidente, a sua tese de doutorado em filosofia política sobre Hobbes (Soares, 1991) e, de modo mais claro, em suas pesquisas no ISER. Mas teria sido através do pós-doutorado nos Estados Unidos e do contato com o principal filósofo pragmático do momento, Richard Rorty, que a sua opção intelectual ganha forma de projeto ético-político:

Tive o privilégio de estudar com Richard Rorty por aproximadamente dois anos, em 1995/6, na Universidade da Virgínia, cumprindo meu pós-doutorado em filosofia política. Eu havia encontrado sua obra em um momento de profunda crise pessoal, de natureza política e intelectual. Como compatibilizar o ceticismo cognitivo com compromissos éticos e políticos, sem mergulhar em um subjetivismo arbitrário? Como recusar a metafísica positivista dominante, sem render-se ao irracionalismo, sem renunciar à crítica? Como manter-se fiel ao espírito libertário, herança de minha geração pós-1968, assumindo plenamente as virtudes da democracia, com suas limitações institucionais? Como articular liberdade e justiça? A obra de Rorty abriu para mim, como para tantos, em todo o mundo, um horizonte extraordinário [...] Para minha vida pessoal e profissional, foi também decisiva sua aposta na literatura, no cinema, no jornalismo literário, na etnografia como as formas mais potentes na construção de um consenso global mínimo em torno dos valores da paz,

327 Graduação em Literatura (PUC/RJ); Mestrado em Antropologia (Museu Nacional), Doutorado em Ciência Política (IUPERJ) e Pós-doutorado em Filosofia Política.

da justiça e da liberdade. Nesse contexto, os “Tratados Filosóficos”, que marcaram os últimos três séculos, tenderiam a dar lugar à produção de histórias de vida, capazes de sensibilizar a opinião pública para o sofrimento alheio e mobilizar as sociedades para a única finalidade que vale a pena: reduzir o sofrimento humano. Voltei ao Brasil, em 1997, disposto a retomar o tema da violência, ao qual vinha me dedicando havia cerca de dez anos, mas não mais apenas pela via de pesquisas acadêmicas (Soares, 2007).

Com o retorno ao Brasil, Soares se direciona então para a formulação de um projeto de esquerda na área de segurança pública, cuja sustentação dependeria não apenas de arranjos entre grupos políticos, mas de mecanismos de comunicação capazes de reverter o refluxo participativo e provocarem ou se associarem às mobilizações da sociedade civil, considerando a necessidade de retirá-las do confinamento ao tempo da política eleitoral ou das pautas corporativas. Tratar-se-ia de "retomar a dinâmica simbólico-ética do processo de transição democrática [...] — até porque nossa democracia é incompleta, em vários níveis —, contagiando a sociedade com valores e bandeiras instituintes". O movimento Viva Rio, como vimos anteriormente, foi a experimentação social que serviria de base para a construção de alianças e de novos repertórios. Embora ele não tenha se espalhado na vida social com o necessário enraizamento, as mobilizações do Viva Rio teriam servido para demonstrar alguns dos caminhos para superar as distâncias culturais e de classe que separariam os grupos sociais dos seus representantes no campo da esquerda. Se a luta contra a tortura foi decisiva no combate à ditadura, a luta contra o arbítrio policial seria a questão do momento, a demandar não apenas a denúncia e de posturas simplesmente negativas, mas a proposição e implementação de políticas alternativas que demonstrassem a compatibilidade entre eficiência policial e respeito aos direitos humanos. Em suma, a disputa pela hegemonia política no campo das ideias para a segurança pública seria fator decisivo para a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Nessa direção, prosseguindo uma primeira produção no gênero narrativo-etnográfico sobre a "violência urbana" em *O Herói Serial* (Soares *et al*, 1996), Soares investirá em uma série de trabalhos que procuraram dissolver algumas das fronteiras entre o mundo acadêmico, o mundo literário e o mundo do ativismo e do debate público, como *O Experimento de Avelar*, em 1997; *Meu casaco de general*, em 2000; *Cabeça de Porco*, em 2005; *Elite da Tropa 1* e *Elite da Tropa 2*, em 2006 e 2010, respectivamente; *Espírito Santo*, em 2009; *Justiça e Tudo ou Nada*, em 2011. Dentre estes, *Meu casaco de general* foi, sem dúvida, o marco de uma integração entre propósitos acadêmicos e políticos, tanto pela aproximação entre a antropologia e a ciência política em torno de uma etnografia do poder, como da relação entre intelectuais e cargos de gestão e execução de

políticas. A esse respeito, indagado quanto as dificuldades de coexistência entre acadêmicos e policiais que teriam se demonstrado no transcorrer de sua experiência no governo do Rio, Soares as interpreta como "o preço pela abertura de um espaço e pelo estabelecimento de uma relação que, no futuro próximo, se tornaria frequente e natural [...] Em breve, vamos rir dessas resistências todas" (Soares, 2001: 246). Ultrapassar esse momento exigiria a superação de um preconceito duplo, associado a um maior engajamento da universidade:

[...] nós olhamos os policiais com desconfiança, desdém e superioridade, e eles (ou elas) retribuem na mesma moeda. Por que há poucos intelectuais na área de segurança dos governos? Por conta das consequências desse nosso preconceito e pela negligência que eu acho que é, a um só tempo, ético política e intelectual: nós lavamos as mãos e não queremos nos conspurcar com esse campo minado – física e moralmente (conta)minado. Não queremos nos sujar com esses temas que parecem menores [...] A despeito de se destacar, há décadas, entre as principais questões da agenda pública brasileira, a segurança ainda é tema desprezado e desconhecido, em nossa área [...] O que falta é a academia inteiramente engajada, apaixonadamente engajada na identificação de nossos problemas e na criação de soluções factíveis, sustentáveis, consistentes e eficazes. Não advogo a necessidade da participação dos intelectuais em governos, ONGs ou partidos, mas a necessidade de sua contribuição via concepção, análise e avaliação de políticas públicas ou de projetos aplicados. Entretanto, sonho com uma academia que viva essa imersão, que ultrapasse sua alienação experimentando total liberdade de escolha, de crítica, de posicionamento, de pesquisa, de estudo, mantendo, portanto, forte autonomia (*Ibidem*: 246-247).

Nesse ponto, torna-se evidente o paralelo entre as concepções de Soares e Pinheiro a respeito dos problemas da organização universitária, desfavorável a aproximação entre o acadêmico e as demandas sociais, e curioso o fato de a opinião de Pinheiro ser mobilizada para um contraste crítico com Soares a respeito da necessidade de não se ultrapassar "os muros do claustro universitário e combinar a produção de conhecimento com a participação na administração, a posição de quem sugere soluções com a de quem executa medidas" (*Ibidem*: 260). Recolocam-se as diferenças entre a ênfase na crítica, na polêmica com o poder público, própria da agenda de direitos humanos, e o compromisso pragmático dos que investiram na agenda de segurança pública. Não há, entretanto, uma barreira intransponível entre os posicionamentos.

Quando contrastados os discursos, considerando cada contexto de enunciação, emerge a evidência da comunhão de princípios de atuação que conjuguem independência do intelectual e transformação social; crítica a organização universitária e associação com a autonomia do campo científico; princípios de controle da atuação do Estado e de sua eficácia. Comunhão que reverbera,

por sua vez, pontos comuns em termos de referências geracionais e percursos de internacionalização. Embora Soares se relacione com o grupo político retornado do exílio nos Estados Unidos, na interação entre ativismo protestante, mobilizações por direitos civis das "minorias" e pragmatismo, e Pinheiro se baseie sobretudo nas redes católicas e na intelectualidade brasileira exilada na França, ambos participam de uma mesma frente ampla de direitos humanos construída de um lado e outro do Atlântico, cujos modelos de atuação são promovidos, em grande parte, por redes ligadas a ONU, pela Fundação Ford e por modelos de pensamento e atuação oriundos de universidades norte-americanas, como a Universidade de Columbia. A partir desta frente de reconstrução democrática na América Latina, eles não se tornam políticos profissionais, mas fundamentam programas de governo como assessores ou consultores gabaritados pela legitimidade conferida pela conjugação da academia e do ativismo na CTV e no ISER - Pinheiro, associado ao governo Fernando Henrique Cardoso, como articulador do PNDH e Ministro dos Direitos Humanos e Soares ao governo Lula, através da formulação do Plano Nacional de Segurança Pública pelo *Instituto Cidadania* e no cargo de Secretário nacional de segurança pública.

O paralelo entre as duas trajetórias serve de parâmetro, por contraste e aproximação, para a identificação de algumas das experiências comuns ao grupo de pesquisadores que irão liderar a formação do campo de estudos. Experiências que unificam mas que também tornam compreensíveis alguns dos conflitos, como entre Soares e Alba Zaluar. Membros da mesma geração, suas trajetórias convergem quanto a experiências políticas e escolhas temáticas. É o que se depreende do depoimento de ambos sobre suas respectivas trajetórias:

[...] Fui membro do Partido Comunista Brasileiro, o partidão, e o grupo com o qual me identificava tinha uma posição fortemente contrária à violência. Nossa ala se autodenominava eurocomunista. Éramos, na verdade, reformistas social-democratas [...] o enfrentamento se deslocava da arena da violência direta para a esfera da negociação e da reinstitucionalização, pela intervenção de atores que se conformavam institucionalmente e que progressivamente acumulavam forças e atuavam na redefinição do campo da disputa (Soares In: Lima & Ratton, 2011: 238)

Fiz meu curso de ciências sociais na Faculdade Nacional de Filosofia que hoje é o IFCS da UFRJ. [...] Sei que fui uma das melhores alunas ali, mas o Eremildo Viana (ex- diretor da FNFi que denunciou alunos e professores em 1964) me conhecia, pois eu era membro do PCB, fazia parte do movimento estudantil juntamente com meu ex-marido, Alberto Passos Guimarães Filho, com o Rubem César Fernandes, o Élio Gaspari e muitos outros. Era um grupo contra a guerrilha, contra a luta armada. Tivemos essa postura de que a coisa tinha de ser feita pela democracia.

Éramos eurocomunistas, em conflito com os da linha chinesa e cubana. Acho que foi isso que me permitiu voltar em 1971 do exílio "auto-imposto". Quer dizer, eu e meu ex-marido estávamos em dois inquéritos policiais militares e tivemos que deixar o país em 1965. Já voltei pra década de 1960! Mas isso é importante dizer, porque é indicador da postura que sempre tive em relação à violência dos traficantes. Uma parte da esquerda achava que isso poderia ser libertador; que isso era uma coisa, se não completamente boa, com grandes aspectos positivos, pois era o povo armado que poderia fazer a revolução. Nunca me enganei sobre esse potencial revolucionário, porque as armas não mudam nada se os corações e mentes das pessoas não estiverem engajados. O que fiz, primeiramente, foi justamente desconstruir essa ideia, pois eu sabia o que estava acontecendo de horror nas favelas dominadas por traficantes (Zaluar In: Lima & Ratton, 2011: 62).

Embora se deva ressaltar a maior carga de dramaticidade por conta da perseguição política sofrida nos tempos de estudante e de outros referenciais advindos do seu percurso de internacionalização na Inglaterra, Zaluar situa-se no interior do mesmo processo de "conversão" da esquerda brasileira à democracia. Esta similaridade se deu também em termos de afirmação profissional, concretizada na UNICAMP como ponto de passagem e no ISER como um dos *locus* de produção de conhecimento³²⁸. Esta convergência resulta, em um primeiro momento, na colaboração, a exemplo do compartilhamento do material da pesquisa de opinião *O Rio contra o crime*. Mas, na medida mesma desta convergência, eles viriam a entrar, paulatinamente, em concorrência na ocupação dos espaços de liderança intelectual e política no Rio de Janeiro. O evento sísmico ocorre com o apoio de Soares a Garotinho, em um enredo marcado por acusações:

Aí, aconteceu aquela experiência até certo ponto desastrosa do Luiz Eduardo Soares no governo Garotinho. Primeiro, ele escreveu um livro com vários colegas meus da UERJ e deixou para o Garotinho. Isso já achei um horror e deixei claro que fui inteiramente contra. Eu já não confiava no Garotinho desde sempre e não deu outro. Um ano depois, o Luiz Eduardo foi demitido de uma forma humilhante, pelos órgãos de imprensa. Rompi com Luiz Eduardo Soares por causa do livro. Eu era

328 Depoimento de Soares (In: Lima & Ratton, 2011:236-237): "Eu e os colegas fórmavamos em ciências sociais e íamos trabalhar em faculdades privadas [...] Vivíamos eventualmente com pesquisas [...] Dependíamos muito da Fundação Ford, da Finep, e por aí íamos tocando. Uma universidade pública era nosso objeto de desejo [...] Estendi demais o doutorado proque a tese se sobrepôs às novas funções profissionais e responsabilidades como professor da Unicamp, graças à professora Alba Zaluar, que foi fundamental e muito generosa neste momento fazendo a intermediação [...] Foi em 1983. Até então, eu dava aulas em faculdades privadas no Rio de Janeiro, porque não tinha havido concursos públicos dos quais eu tivesse notícia durante esse período [...] Alba foi uma mediadora importantíssima. Houve um concurso, mas ela me apresentou e acho que isso foi muito importante para que eu fosse o escolhido. Não era um concurso público, eles faziam de uma maneira mais à americana, com entrevista e análise de currículo. Acabei ocupando a vaga aberta com a saída de Peter Fry, que foi para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional "

colega dele na UERJ, no mesmo departamento, no mesmo instituto e eles não me disseram que estavam fazendo isso. Pediram para eu montar um projeto da área da violência, da criminalidade; fiz o projeto para o doutorado que foi aprovado pela Capes. Mas não me contaram que estavam escrevendo esse livro para o Garotinho. Daí ele vira secretário de segurança e eu saí do departamento porque fiquei indignada com essa maneira de me tratar. Me senti uma otária. Resolvi ficar no Instituto de Medicina Social, do qual na verdade eu já participava, pois tinha feito concurso para os dois institutos da UERJ (Zaluar In: Lima & Ratton, 2010: 69-70).

Em contraste evidente com a perspectiva de Soares a respeito da própria experiência, para Zaluar, as controvérsias originadas no decorrer do governo Garotinho teriam prejudicado a necessária colaboração entre universidades e segurança pública. Embora a vinculação de pesquisadores com os governos seja uma área tradicionalmente instável na área, a experiência de Soares teria feito "com que se desenvolvesse entre policiais militares e civis um horror aos sociólogos, chamados de 'policiólogos' desde então [...] Foram estratégias mal pensadas de ocupação de um espaço absolutamente necessário. O que teria, inclusive, afetado a sua participação junto a máquina pública municipal no governo de César Maia no ano de 2001. A crítica incide no grau de exposição pública e de protagonismo do cientista social na política. "Caso os sociólogos tivessem permanecido no local que é mais apropriado para eles, o de assessor, aquele que dá as ideias e fica no máximo como eminência parda, acho que o avanço teria sido maior" (Zaluar In: Lima & Ratton, 2010: 70). Na sugestão de um posicionamento que sirva de ponte entre a universidade e o governo ou a polícia, Zaluar se apoia principalmente no exemplo de Antonio Luiz Paixão junto a PM de Minas Gerais para contornar as dificuldades da participação direta do intelectual em governos e da ligação com o debate público, habitado pela opinião pouco especializada e pouco fundamentada em pesquisa.

Encontra-se ainda implícita a crítica ao papel desempenhado por ONGs, assim como da imprensa e da indústria cultural, na construção de uma representação violenta do Rio de Janeiro. Crítica que remonta a controvérsia com Paulo Lins por ocasião do livro *Cidade de Deus* (2002)³²⁹. Continuando o paralelo, face a este desarranjo entre produção de pesquisa e construção de representações, poderíamos também situar os investimentos de Zaluar e Soares como diferentes experimentos narrativo-etnográficos de intervenção pública. Mas, atravessado o primeiro momento, ao longo dos anos seguintes a controvérsia entre os dois pesquisadores parece arrefecer, na medida em que se cerram as fileiras pela constituição de alianças supra-regionais em torno das condições para a autonomia e impacto da intervenção das ciências sociais na segurança pública.

329 cf. Entrevista de Alba Zaluar (2005).

"Eu me manifestei, de modo um pouco, digamos assim, sincero demais. Mas hoje eu sou uma das poucas pessoas que defendem o Luiz Eduardo [...] porque achei um absurdo ele ser obrigado a se demitir porque chamou para trabalhar a ex-mulher, que é uma profissional muito competente da área (Zaluar, 2004: 159). As disputas por posições no debate público e nas instâncias de poder, nesse sentido, não desconstroem os laços mais gerais de solidariedade que aqui focalizamos, sobretudo em fóruns nacionais³³⁰.

Utilizando classificação da própria Zaluar (1999), esses laços gerais de solidariedade parece corresponder à interação entre três grupos de autores com diferentes padrões de relação com a intervenção na sociedade. O primeiro, composto por autores que se dedicaram à denúncia dos crimes cometidos pelo "crime organizado de fazendeiros e grileiros de terra" contra os trabalhadores rurais. Seria o "cientista perito", intelectual orgânico e específico, capaz de detectar problemas concretos e localizados em uma área de saber aproximada de lutas reais e cotidianas (Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Jr., Moacir Palmeira, José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira). O segundo, integrado por aqueles que teriam enfrentado a violência no mundo urbano pela via jurídica, na denúncia ao Ministério Público de violações cometidas por policiais e grupos de extermínio, participando em CPIs e elaborando o PNDH (Sérgio Adorno, Nancy Cardia, Paulo de Mesquita Neto e Paulo Sérgio Pinheiro, em São Paulo, e Alba Zaluar, Gilberto Velho e Julita Lemgruber, no Rio de Janeiro). Já o terceiro grupo seria composto pelos poucos cientistas sociais que, trabalhando a violência urbana, abordaram de forma mais pragmática a relação entre Ciências Sociais e políticas públicas, com o uso de indicadores sociais como instrumento (Edmundo Campos Coelho, Antonio Luiz Paixão e Cláudio Beato, em Minas Gerais e Rio de Janeiro).

Considerando a diversificação do cenário atual, seria necessário ampliar esta lista, acrescentando tanto os desdobramentos das trajetórias dos pesquisadores elencados, a começar do próprio Luiz Eduardo Soares, como uma série pesquisadores de uma nova geração, que iniciam, principalmente a partir dos anos 2000, uma relação de maior proximidade com o universo burocrático e político, em cargos de assessoria, articulação, formulação e gestão de políticas públicas.

Novos aprendizes do poder? Variações do *policy maker* - entre o *expert* e o *ativista*

Os principais exemplos dessa tendência já se anunciariam entre os membros da geração

330 cf. Participação em CPI Violência Urbana (Câmara dos Deputados, 2009).

anterior. Caso de Julita Lemgruber, com um perfil de interseção entre a gestão pública e as redes internacionais de ativismo sobre a questão carcerária; de Roberto Kant de Lima, que investirá na etnografia como intervenção dialógico-crítica no meio jurídico (Kant de Lima & Baptista, 2010; Kant de Lima, 2013), ao mesmo tempo em que se converte em consultor/avaliador de planos de segurança pública municipais e formulador da primeira proposta de ensino graduado na área; César Barreira, que se torna Diretor da Academia de Polícia do Ceará; e José Vicente Tavares dos Santos, atuante na mesma esfera, o ensino policial. Vale fazer referência ao seu depoimento a respeito das tensões do novo cenário, característico também do seu tournant entre áreas de atuação:

O que percebi na história da sociologia da violência é que reencontramos algo que tínhamos encontrado nas décadas de nossos estudos agrários, o que Comte chamava de "engenheiros sociais". Quando fazíamos estudos agrários, sempre entrávamos em debate com engenheiros agrônomos, veterinários, as pessoas que detinham um saber prático. E os agentes do saber prático não legitimavam o saber sociológico. Essa tensão permanece até hoje, na sociologia rural, na extensão rural, nos estudos ambientais, etc. No caso da sociologia da violência e do crime, nos encontramos novamente com os "engenheiros sociais", ou seja, os penalistas, os criminalistas e os policiais civis, militares, bombeiros e os policiais federais. Porque a área da segurança era uma espécie de feudo desse setor de conhecimento, do que podemos chamar, em termos foucaultianos, de um dispositivo de poder-saber, o qual o próprio CNPq e a Capes reconheceram como o setor da segurança pública. Essa tensão permanece, uma tensão essencial e produtiva para a ciência, porque nos obriga a não sermos servos do poder e, ao mesmo tempo, nos obriga a não fazermos uma ciência instrumental (Tavares dos Santos In: Lima & Ratton, 2011: 182).

Alguns dos casos mais ilustrativos parecem derivar da herança dos cientistas políticos Edmundo Campos Coelho e Antonio Luiz Paixão, os mais referendados como pioneiros dentre os fundadores (Lima & Ratton, 2011). Parte dos seus colegas de geração e orientandos, em especial Claudio Beato e José Luiz Ratton, despontaram na organização de parcerias ou na gestão direta de programas governamentais, constituídos em "boas práticas" a serem consideradas na implementação de políticas públicas no Brasil e na América Latina.

Não se poderia deixar de citar também o papel de Ana Paula Miranda na coordenação de pesquisas e direção de órgãos públicos, como o ISP, no Rio de Janeiro. O mesmo pode ser dito de Jacqueline Muniz, cuja produção envereda por temas "clássicos", como a etnografia prisional e formação policial, e que ocupa um dos "nós" centrais de integração *Rede de Policiais e Sociedade*

*Civil da América Latina*³³¹; de Leandro Piquet Carneiro, que coordena pesquisas no Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs), no departamento de ciência política da USP; de Luis Antonio Francisco de Souza, que dirige *Observatório de Segurança Pública*, na UNESP, em São Paulo; de Ignácio Cano e João Trajano Sento-Sé, no LAV/UERJ; ou ainda de institutos como a Conectas, o IBCCRIM, o ILANUD, o IPEA, a FGV e a FLACSO, que promove os Mapas da Violência, organizados por Julio Jacobo Waiselfisz.

Contudo, a tarefa de retrair em detalhe cada uma dessas trajetórias seria por demais exaustivo e fugiria dos critérios da presente pesquisa. Talvez já estejamos em momento de transição para um momento em que "os centros sejam instituições e não centros ao redor de uma pessoa" (Dillon Soares In: Lima & Ratton, 2011: 274). Consideramos que estratégia metodológica útil, que não conseguimos realizar no presente trabalho, seria retrair as "linhagens" dos pesquisadores considerados pioneiros e assim considerar as diversas redes, discernindo perfis intelectuais e temáticos, sua distribuição nos grupos do CNPq, sua relação com projetos políticos, assim como com ciclos de reprodução em cargos públicos e universitários, através de técnicas de organização de dados em fluxos e redes.

Por ora, mesmo com o risco de algum viés de concentração nos cientistas sociais de São Paulo, investiremos na reconstrução do perfil de trajetória de dois pesquisadores que, em contexto mais recente, despontaram como elos de reorganização acadêmico-política no campo da segurança pública, interligando pesquisadores dos centros enumerados. A escolha também se realiza tendo em vista possíveis relações de continuidade no desenvolvimento do conceito de "segurança cidadã", em continuidade com estímulos de agências internacionais, onde esses mesmos pesquisadores se encontram de alguma forma posicionados.

O primeiro é Paulo de Mesquita Neto(1961-2008)³³², cuja posição é produto de uma trajetória de 15 anos junto ao NEV e na CTV, na qual foi secretário-executivo. Ele esteve presente nas várias iniciativas que se abriram na área dos direitos humanos e da segurança pública nas últimas décadas: foi relator do PNDH I em 1996 e do PNDH II, em 2002, quando percorreu o

331 cf. *Polícia, Estado e Sociedade: práticas e saberes latino-americanos* (Caruso; Muniz; Blanco (orgs.), 2007) http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_02.pdf

332 Ph.D. em Ciência Política - Columbia University (1995), M.Phil. em Ciência Política - Columbia University (1990), Bacharel em Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1984). Coordenador da área de Monitoramento de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, e do programa de bolsas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Membro do Conselho da Cátedra Unesco de Direitos Humanos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (2007-2009), do conselho consultivo do Centro Santo Dias de Direitos Humanos (2006-presente) e do conselho consultivo da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo (2007-presente). Co-editor da Revista Brasileira de Segurança Pública e membro do Conselho Editorial da Revista Última Ratio. Pesquisas em Ciência Política, Política Comparada, com ênfase em Estado, Governo, Políticas Públicas, focalizando principalmente os seguintes temas: Brasil, democracia, direitos humanos, segurança pública, polícia, violência e crime.

Brasil para encontros com ONGs e governos estaduais para aprofundamento das propostas relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais, que deram o tom deste último Plano; foi também relator do Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo e assessor na preparação do Programa Nacional de Direitos Humanos em Cabo Verde; preparou ainda o 3º Relatório Nacional de Direitos Humanos e, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, trabalhava na preparação do relatório sobre segurança cidadã nas Américas. Com inserção em várias organizações da sociedade civil e aberto ao diálogo com o Estado, no Fórum Metropolitano de Segurança Pública e no Instituto São Paulo Contra a Violência. O seu perfil parecia sintetizar um posicionamento mais propositivo em segurança pública no interior do NEV. A apresentação do livro em sua homenagem (Mesquita Neto, 2011), escrita por Luiz Eduardo Soares, talvez expresse com maior poder de síntese o lugar que construíra entre pesquisadores do campo da segurança pública:

Conheci Paulo de Mesquita Neto em meados dos anos 1980, em Nova York, na Universidade de Columbia, onde ele fazia seu doutorado e eu cumpria um semestre de pesquisas. O encantamento da primeira impressão perdura até hoje. Perdê-lo, tão prematuramente, ainda me custa compreender e aceitar. A combinação única de suave delicadeza, inteligência rigorosa e coragem (pessoal, política, cívica e intelectual) fez de Paulo um interlocutor precioso, uma referência constante, um pesquisador fecundo e uma liderança acadêmica e cívica, nos foros sensíveis à nossa crença comum na necessidade de inscrever a segurança pública no campo democrático e humanista dos direitos humanos. Quase toda sua vida profissional esteve ligada ao mais importante centro de estudos, pesquisas e formação em Direitos Humanos do Brasil, o NEV-USP, gerando uma sinergia produtiva e inspiradora. Quando fui Secretário Nacional de Segurança, convidei-o para coordenar a equipe que aprofundaria e detalharia nosso plano nacional para as políticas preventivas. Ele fez um belo trabalho. Além do interesse pela prevenção, unia-nos o apreço pelos municípios enquanto palcos de problemas complexos mas também espaços privilegiados para implementar soluções intersetoriais. O presente livro está, sem nenhuma dúvida, entre as mais importantes contribuições para o entendimento e a superação de alguns dos mais graves e urgentes desafios nacionais: a violência, a insegurança. Lê-lo, estudá-lo, aplicá-lo e dar-lhe continuidade em novas pesquisas será, talvez, o melhor modo de homenagear a memória de seu admirável – e saudosos – autor (Apresentação/Capa In: Mesquita Neto, 2011).

O segundo exemplo é o de Renato Sérgio de Lima³³³, cuja atuação como pesquisador na

333 Possui graduação em Ciências Sociais (USP) em 1995; mestrado em Sociologia (USP), em 2000 – tema: Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo (2002); doutorado em Sociologia (USP), 2005 – tema: Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000 (2005).

Fundação SEADE e em diálogo com o NEV/USP, se dedicou a pesquisas sobre mensuração de dados criminais e o uso de estatísticas públicas pelo sistema de justiça criminal e os dilemas do seu funcionamento, tendo em vista dois planos: o das transformações da sociedade contemporânea, marcada pela expansão dos sistemas de informação; e o das características patrimonialistas do Estado brasileiro, que dificultariam o trabalho de pacificação social e mediação de conflitos segundo um modelo sistêmico, uma vez que cada instituição da área da justiça criminal operaria segundo lógicas autônomas e fragmentadoras da ação. A questão chave diria respeito ao paradoxo entre a tese do segredo como lógica de funcionamento do Estado patrimonial e o considerável estoque de dados disponíveis e dos discursos valorizadores de sua existência. A ênfase na legitimação do Estado pela via da modernização tecnológica teria favorecido a proliferação de dados, mas diluiria os efeitos positivos da discussão sobre controle público e transparência da informação que, de algo secreto, torna-se "opaco", tendo em vista a dificuldade da leitura e utilização dos dados. Com isso, haveria a reprodução de verdades profissionais e institucionais, reforçando as rotinas em detrimento das mudanças.

A partir dessa questão, Lima procura constituir um programa de pesquisas, expresso no livro *Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil* (2011) em torno do papel das agências públicas de estatísticas da área criminal, voltado à investigação dos “microprocessos burocráticos” e às “redes de poder” que orientam o trabalho destas agências. Entender os processos de deliberação intra-governamentais traria como meta política traduzir o princípio da transparência em desenho institucional, a partir da supressão do descompasso entre produtores e usuários de estatísticas, trabalhando a publicização dos dados não só de acordo com as demandas de públicos da sociedade e outros grupos profissionais, mas também transformando cada instituição estatal em usuária das estatísticas produzidas por outras. Em outras palavras, construir um modelo de governança baseada em uma gestão política e aberta do conhecimento produzido. Assim, para a superação de entraves à democratização, a governança teria a obrigação de ser pensada de acordo com a existência de redes profissionais ou corporativas de informação e saberes, uma vez que estas organizam a política no interior das instituições estatais e neutralizam as mudanças propostas. As mudanças só ganhariam espaço na medida em que redes internas as incorporem como pauta nas disputas por prestígio no âmbito interno à organização.

Essa perspectiva se constrói em paralelo a seu papel na direção do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na qual se tornou um dos elos articuladores do campo da segurança pública, que tem investido, em aliança com pesquisadores em rede, na condução de discussões sobre o funcionamento do Estado em comissões do Legislativo (Câmara dos Deputados, 2011) e entre operadores do direito e da segurança pública. Nos últimos anos, sua atenção tem se dirigido a

problematização do binômio segurança e desenvolvimento, herdeira da matriz ideológica da *Escola Superior de Guerra* (ESG), segurança nacional e desenvolvimento econômico, e na transformação dos marcos legais e práticos sobre o tema da segurança pública no país, da defesa do Estado a defesa da Cidadania (Lima & Brito, 2011). Por fim, à sua atuação no debate nacional³³⁴ e em fóruns internacionais sobre política de "segurança cidadã" tem agregado pesquisadores em torno de consensos de reforma e de síntese das experiências nacionais (Lima; Godinho; Paula, 2014)³³⁵.

Por fim, de modo provocativo, ensaiando uma hipótese a respeito da relação de não-subordinação mas de convergência de interesses e compartilhamento de visões de mundo entre diretores da Fundação Ford e seus associados no país, através da "nativização" de uma geração de *brazilianists*, como Peter Fry e principalmente de Elizabeth Leeds, cuja trajetória se confunde com alguns dos marcos dos estudos sobre "violência urbana" e segurança pública no país:

Minha trajetória começou há muitos anos. Eu, ainda muito jovem, depois de terminar a faculdade, fui “voluntária da paz” – aquele programa do governo norte-americano chamado *Peace corps*. Isso, em meados dos anos de 1960. Eu fui para o Rio de Janeiro, trabalhei e morei numa favela – o Morro do Tuiuti, em São Cristóvão. Como era formada em Ciência Política, o que me interessava era compreender a relação existente entre a favela e o Estado. Ou seja, como se dava a articulação entre a organização comunitária e o Estado. Na época, desenvolvi minha pesquisa de mestrado sobre essa temática. Infelizmente, tive que me ausentar do Brasil e adiar minhas pesquisas em função do regime militar e das dificuldades em realizar o trabalho que me propus. Nos anos 1980, retornei ao Rio de Janeiro para dar continuidade às minhas pesquisas e melhor compreender as mudanças na relação favela- Estado, após o fim do regime militar. Nessa época, descobri que o grande problema – entre 1986 e 1989 – era a presença do tráfico. Então, achei importante entender a atuação da polícia diante dessas questões (Leeds In: Leal *et al.*, 2010: 85).

334 cf. *Um pacto pela reforma da segurança pública* (2013) artigo assinado por Renato Sérgio de Lima, Claudio Beato, José Luiz Rattton, Luiz Eduardo Soares e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/11/1365771-renato-sergio-de-lima-e-claudio-beato-um-pacto-pela-reforma-da-seguranca-publica.shtml>

335 *Documento de discussão do* Diálogo Sub-Regional de Política de Segurança Cidadã 2013, ocorrido em Porto Alegre em novembro de 2013, com organização do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. O encontro reuniu autoridades e delegações de 17 "governos subnacionais" da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Paraguai e Panamá. A exposição de Lima et al. Tratou das experiências ou modelos de política local no país: o modelo Koba de policiamento comunitário de São Paulo, o programa Fica Vivo de Minas Gerais, o programa Pacto Pela Vida de Pernambuco, as Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, o programa Paraná Seguro do Paraná as experiências de atuação municipal de Diadema (SP) e Canoas (RS).

Desde a sua experiência inicial, que resultou em produção conjunta com Anthony Leeds (Leeds & Leeds, 1978), a pesquisadora constituiu vínculos que atravessaram polarizações entre "criminologia crítica", "realismo de esquerda" e policiais no país e que resultaram no investimento em produção sobre "violência urbana" no Rio de Janeiro. Em um plano de investigação dos circuitos de troca e circulação entre cientistas sociais e *brazilianists*, seria, ao menos desde os projetos da UNESCO nos anos 1950 e principalmente da Universidade de Columbia, seria o caso de considerar os diálogos traçados entre produção "nativa" e estrangeira, considerando também suas influências possíveis no direcionamento de recursos para institucionalização das ciências sociais e da criminologia como campo de estudos e sociologia aplicada no Brasil.

CONCLUSÕES

Sabe-se que os grupos não gostam muito dos que “traem um segredo”, sobretudo quando a transgressão ou a traição se protege sob seus valores mais altos. Os mesmos que não deixariam de saudar como “corajoso” ou “lúcido” o trabalho de objetivação quando aplicado a grupos estrangeiros e adversos serão instigados a atirar a suspeita sobre os determinantes da lucidez especial que reivindica o analista de seu próprio grupo. O aprendiz de feiticeiro que corre o risco de se interessar pela bruxaria indígena e por seus fetiches, em vez de ir procurar nos trópicos longínquos os charmes tranquilizadores de uma magia exótica, deve esperar ver voltar-se contra si a violência que desencadeou (Bourdieu, 2011:25).

A presente tese demonstrou que a produção das ideias sobre crime, violência e punição no Brasil se relaciona com a maneira como um contingente específico de produtores simbólicos vivenciou e interpretou o processo de transição para a democracia e sua confluência com a construção da "violência urbana" como *problema público* através da tradução de correntes teóricas internacionais e da construção simultânea de padrões de pesquisa e de intervenção. Embora essa discussão tenha envolvido intelectuais e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, como a Saúde Pública, a Psicologia e a Educação, a pesquisa se desenvolveu com a pretensão de observar tais questões sobretudo do ângulo das Ciências Sociais em sua interface com o Direito, visando problematizar as diferentes concepções sobre a identidade da Criminologia como ciência e campo de estudos.

Destacou-se, em primeiro lugar, a ruptura com a "Criminologia tradicional", a partir da desconstrução de espaços voltados à legitimação da Criminologia como ciência e profissão no âmbito do Direito penal, e da produção de uma antropologia e sociologia política da justiça criminal- com a ocupação de espaços institucionais em conjunto com juristas críticos. Estas iniciativas caminharam em paralelo com uma série de processos ligados à reforma do Código Penal de 1940. Destacamos a atuação do Ministério da Justiça na organização de uma Política Penitenciária Nacional e na convocação de dois Grupos de Trabalho, em 1979, formados por juristas e cientistas sociais, para o estudo da Violência e da Criminalidade, marco inicial da discussão do tema pelo Estado. Conforme a “violência urbana” foi sendo incorporada às preocupações da sociedade e do Estado, debatia-se a associação entre pobreza e crime, contida nas primeiras respostas às inquietações com a violência criminal, relacionadas à sensação de impunidade e de insegurança das camadas médias urbanas. Nessa visão, o crime violento seria uma reação às carências sociais. O Estado, não sendo capaz de lidar com o problema, se abriria

para as demandas de maior rigor punitivo e da reforma moral dos indivíduos “desajustados” em instituições disciplinares.

Em segundo lugar, destacamos a crítica simultânea das ideias conservadoras e das teses da esquerda tradicional a respeito das raízes do crime e da punição - visão estrutural da "violência urbana" como efeito ou epifenômeno de causas e fatores como o desemprego e a deficiência dos serviços públicos. Uma crítica traduzida pela adoção da democracia como valor e pelo reconhecimento do papel central das instituições de segurança pública (e de seu controle) na construção de uma nova ordem social. Será a partir da recusa destas explicações de senso comum [conservadoras ou críticas] que a criminalidade e os sistemas de segurança pública e justiça criminal passam a ser investigados sob a influência de escolas sociológicas internacionais, como a ecologia criminal, o interacionismo simbólico, os estudos organizacionais e a sociologia crítica de inspiração foucaultiana (Sinhoretto, 2011). Os estudos sobre prisão nos anos 1970 são considerados, pelos pesquisadores, o marco inaugural deste campo, seguidos das pesquisas sobre polícia, criminalidade e direitos humanos, que concentrarão os principais esforços nos anos 1980 e 1990 (Lima, 2011). Uma sequência temática que responde às ambiguidades da passagem entre a constatação da violência do Estado e a preocupação com a insegurança ocasionada pelo crescimento da criminalidade violenta.

Em terceiro, abordamos a criação de estratégias de intervenção na realidade, seja na forma de assessoria à militância e aos órgãos públicos, seja na ocupação de espaços no Estado com vistas à imposição de novos modos de pensar e agir (no âmbito da segurança pública e da justiça criminal). Para compreender esse processo, partimos da articulação de centros de pesquisa com organizações não-governamentais e órgãos estatais em cenários de "crise de segurança pública". Buscamos entender o lugar da ciência nos processos políticos em que grupos sociais se organizam no espaço público para chamar atenção daquilo que consideram problema, entrando em conflito, negociação e/ou colaboração para definir os seus contornos e os atores autorizados e responsáveis pela adoção de medidas para sua solução. Abordamos então a atuação pública de cientistas sociais e sua relação com agendas de reforma em três contextos: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

No **Rio de Janeiro**, tomamos o governo Brizola como fio condutor para o entendimento das questões sociais ligadas aos fenômenos da violência e da introdução dos direitos humanos nas políticas de segurança pública. A partir deste governo, cristaliza-se uma polarização entre correntes ideológicas que remete a dois aspectos: a alternância entre governos “leves” e “duros” na segurança pública, e eventos como as chacinas de Acari, da Igreja da Candelária e de Vigário

Geral, que repercutiram em demandas por maior repressão e punição, mas também em mobilizações da sociedade civil. Concentramo-nos nas articulações entre a ONG *Viva Rio* e o *Instituto de Estudos da Religião* (ISER), que originaram uma plataforma política no sentido de compatibilizar eficiência policial e direitos humanos e criar uma “terceira via” entre a “truculência” dos governos de direita e o “denuncismo” dos governos de esquerda.

Em **São Paulo**, abordamos as alianças entre atividades de pesquisa e redes nacionais e internacionais de ativismo em direitos humanos. Como ponto de partida apreciamos a articulação, após o governo Montoro, entre a *Comissão Teotônio Vilela* (CTV), voltada a situação dos direitos humanos em prisões e instituições fechadas, e o *Núcleo de Estudos da Violência* (NEV/USP), que desde a sua criação vem problematizando a continuidade autoritária na democracia brasileira. O NEV investiu no monitoramento do campo penal, em especial nos períodos de crise, como o “Massacre do Carandiru”, em 1992, e os ataques do *Primeiro Comando da Capital* (PCC), nos anos 2000. A repercussão desses casos teria aberto espaço para pesquisadores junto ao Estado na elaboração dos Programas Nacionais de Direitos Humanos e na inclusão dos direitos humanos no Ensino Superior.

Em **Minas Gerais**, analisamos as ligações entre o *Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública* (CRISP/UFMG), a *Fundação João Pinheiro* e a Polícia Militar. Recuperamos o projeto universitário mineiro que interliga pesquisa e administração pública e a sua atualização com o investimento na ciência política a partir de 1968, que influenciará um perfil de pesquisador mais pragmático. Criado em 1999, o CRISP promove a interlocução entre universidade e gestores da segurança pública. Seus projetos adquiriram *status* de “boas práticas”, recomendados por agências nacionais e internacionais, e foram também institucionalizadas pelo governo de Minas, sendo considerados por seus promotores como proposta de uma reforma gradual da segurança pública no Brasil.

Como maneira de englobar as dinâmicas presentes nestes três contextos - sempre alertando para o fato de que estes não resumem os embates em outras regiões do país-, mapeamos os esforços para a construção de autonomia no âmbito científico e as alianças que se estabeleceram entre legitimidade acadêmica e legitimidade política.

Reforçamos então que, ao longo das últimas décadas, houve uma mobilização constante visando suprir as lacunas da Constituição, a começar pela elaboração do *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH) em 1996. Este documento, consolidado em outras cinco atualizações, ofereceu uma das principais orientações dos planos e inovações institucionais futuras, a exemplo da criação da *Secretaria Nacional de Direitos Humanos* (SEDH), em 1997. Em paralelo, as mobilizações em segurança pública, nascidas da denúncia de casos de violência policial ou do

descontentamento dos atores da área, no caso de greves nacionais, forneceram a ocasião para ativistas, pesquisadores e *policy-makers* buscarem a canalização do descontentamento interno e externo com relação à segurança pública, através da formulação de novas agendas, como pudemos observar nos capítulos que trataram do *Seminário São Paulo Sem Medo* ou das mobilizações do Viva Rio.

Estas serão as mobilizações que darão origem aos quadros gestores da *Secretaria Nacional de Segurança Pública* (SENASP), em 1998, e dos *Planos Nacionais de Segurança Pública*, promulgados a partir de 2000. Estes planos visaram articular a eficácia e eficiência da segurança pública com a garantia dos direitos humanos e processos de controle democrático. Através de reformas organizacionais direcionadas a um novo pacto federativo e à transparência e modernização institucional, estes planos visaram políticas focadas na redução da impunidade e na integração entre repressão ao crime e prevenção às suas raízes socioculturais por meio de programas sociais. Dessa maneira, os discursos construídos em torno da agenda de direitos humanos, formulada ao longo das décadas de 1970 e 1980, transformariam o cenário político-ideológico do momento histórico, favorecendo a entrada em cena dos pressupostos democráticos de transparência e controle público do poder (Lima, 2011).

Embora aparentem compor um todo coerente, as tentativas de reforma são marcadas por conflitos e discontinuidades, pois constituem fatores de crise para grupos políticos e seus projetos de governança. Como mencionamos, o processo político nessa área é caracterizado por um movimento pendular de iniciativas progressistas e conservadoras, que dificultariam a consolidação de pactos que viabilizem processos de longo prazo (Soares & Sento-Sé, 1999). O debate seria marcado por um “quadro babélico”, no qual “todos se sentem conhecedores e para a qual todos têm propostas, sem que ninguém se entenda e sem que nada seja acumulado” (Guindani, 2005: 02). Para superar este quadro, teria ocorrido a rearticulação de alianças entre centros de pesquisa em torno de redes de colaboração para o refinamento conceitual e criação de novas estratégias de diálogo entre pesquisadores e grupos estudados. É esse cenário que vem ampliando os debates sobre as práticas dos intelectuais neste campo, em especial pela atuação de cientistas sociais na gestão pública, em cargos de formulação e execução de políticas.

Por esta razão, buscamos recuperar os esforços pela criação de legitimidade de objetos e questões em fóruns de discussão acadêmicos. Privilegiamos os encontros da ANPOCS, situando as discussões em três eixos: "violência e gênero", "violência e conflito social" e "sistema de justiça, violência criminal e segurança pública". Foi a partir destes eixos que se distribuíram as pesquisas que, ao longo dos anos 90, construíram o problema da "violência urbana" como questão científica. Em cada eixo, buscamos pontuar as questões que envolveram violência, cultura e poder. *Grosso*

modo, partimos do GT *Direito e Sociedade*, pontuando as transições de pesquisadores entre áreas temáticas - em especial de estudiosos da “questão agrária” para o tema da segurança pública, navegando pelo curso das questões ligadas ao conflito social -, e apontando para a maior unificação das redes nacionais de pesquisa com os projetos PRONEX, expresso na composição das lideranças dos GTs sobre os temas. Destacamos sobretudo o encontro de 1997, organizado em colaboração com a Fundação Ford, no qual se pretendeu congregar pesquisadores e operadores do direito e da segurança pública. Desse modo, através de reconstituição histórica dos debates constitutivos de um campo de estudos e pesquisas relativas aos fenômenos sócio-antropológicos da violência e da criminalidade, chegamos à consideração da especificidade e da densidade das políticas públicas de segurança e as reivindicações em erigi-las como campo intelectual ou disciplina em constituição.

Com o adensamento do campo acadêmico, foram criados novos espaços e interlocuções, a exemplo do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* e dos *Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia* (INCTs) que, acompanhando a diversificação dos centros de pesquisa no país, viriam a constituir o *campo da segurança pública*, como convergência entre campo científico e arenas de políticas públicas. Parte dos agentes se voltam à estabilização de um novo paradigma de segurança pública, com destaque para o ideário da Segurança Cidadã, incentivado por organizações supranacionais, que toma como base modelos de políticas públicas aplicadas em cidades latino-americanas. O contexto é visto como oportunidade de uma reforma das organizações da segurança pública, de modo semelhante ao ocorrido na Saúde Pública, onde a passagem entre academia e gestão é rotineira, e na Economia, quando se tem em vista a *expertise* técnica necessária à superação dos dilemas do desenvolvimento (Ramos, 2007). Há também investimento na criação de cursos superiores para a formação de agentes de segurança pública, que incentivam a institucionalização de uma Criminologia como sociologia aplicada, inspirada no modelo anglo-saxão (UFF, 2008; Beato Filho, 2008; 2012).

Esse contexto, é importante ressaltar, fortalece também um ponto de vista específico sobre os fatores que dificultaram a definição de uma agenda consistente de reformas institucionais e de avanços na gestão operacional do setor de segurança pública após a transição democrática (Sapori, 2007). Ao lado da omissão ou incompetência de governos democráticos, ou da prioridade do combate ao poder das Forças Armadas após a transição política, ou ainda da ausência de um paradigma alternativo que instrumentalizasse os *decision makers*, estariam abordagens consideradas de cunho mais ideológico que científico por parte das ciências sociais brasileiras durante os anos 1980, sobretudo o predomínio da visão do aparato repressivo do Estado como instrumento de dominação de classe. Assim, a "relativa disjunção" entre o conhecimento científico

produzido nas faculdades de ciências sociais e a exigência de um *know-how* para executar os planos governamentais, ajudaria a explicar a prevalência de policiais, juízes, advogados, promotores e militares das Forças Armadas no seio das elites decisórias nesse campo de atuação (*ibidem*: 110).

Ousamos enquadrar esse processo no interior da (re)construção de um *dispositivo de saber-poder* (Foucault, 2000;2005), no interior do qual se ensaiam projetos alternativos que visam modificar a racionalidade governamental das áreas de segurança pública e justiça criminal a partir da criação de arranjos institucionais que permitam a elaboração de novos princípios e rotinas, a começar pelo conceito de segurança pública e por propostas de reforma estrutural ou gradual desse setor. O caráter “alternativo” se refere a superação da vigência de racionalidades governamentais patrimonialistas, militaristas, inquisitoriais e punitivistas presentes na atuação das agências. A noção principal, nesse sentido, é a de *prevenção* do crime e da violência - que oscila entre uma abordagem social e uma abordagem situacional -, princípio reestruturador de um sistema de governança da segurança pública. Em certa medida, a questão pode ser enquadrada em correspondência com a supremacia de um ponto de vista “estatal” (Machado da Silva In: Lima & Ratton, 2011) e como um investimento de recusa das “criminologias do outro”, em que se colocam em circulação “criminologias do eu” (Garland, 1999) no interior de projetos de modernização das organizações policiais³³⁶.

Nessa relação mais ampla entre discursos criminológicos e círculos governamentais, institucionalizam-se diferentes modelos de relação entre saber e poder, que abordamos através das disputas ligadas à ocupação de espaços políticos e sua influência na definição da história e da identidade de um campo de estudos e dos recortes disciplinares em jogo. Procuramos demonstrar como as disputas em um campo são também disputas por sua própria definição, a partir das quais se instituem visões hegemônicas a respeito dos objetos e métodos privilegiados, que conformarão o debate científico, dando origem a disciplinas e especialidades. Ao mesmo tempo, como no caso de um campo heterônomo, esta disputa pode abrir margem a estratégias de conversão de capitais, em uma comunicação constante com estratégias "extra científicas" e com o espaço político. Criam-se vínculos entre temáticas, o reconhecimento científico e a legitimação política dos agentes, onde as disciplinas podem ser consideradas como fonte de recursos, de legitimação ou de crítica, em um quadro de disputas entre diferentes orientações de política criminal.

Situamo-nos, então, entre duas narrativas, que pouco dialogam, sobre a produção e

³³⁶ Uma “criminologia do eu” diz respeito à percepção do criminoso como “agente racional à nossa imagem e semelhança, e aponta para uma “administração” desse fato social normal”; por outro lado, “a negação histórica dessa realidade” resultaria em uma ““criminologia do outro”, do criminoso como monstro, e que aponta para um recuo a estratégias de combate ao crime mais primitivas e de eficácia meramente simbólica” (Garland, 1999:59).

recepção de ideias a respeito do crime, da violência e da punição por parte do campo científico brasileiro. De um lado, temos a narrativa proveniente da Criminologia Crítica, onde são eleitas personagens e teorias fundadoras de uma discussão envolvendo o pensamento jurídico-crítico latino-americano (Eugenio Raul Zaffaroni, Rosa del Olmo, Lola Anyiar de Castro, Nilo Batista) e europeu (Alessandro Baratta, Nils Christie), em diálogo com teorias sociológicas do desvio norte-americanas. De outro, temos a narrativa de cientistas sociais a partir dos estudos empíricos, de variados matizes teóricas, sobre prisão, polícia e criminalidade organizada, que se consolida na eleição definitiva de fundadores e de uma coerência a respeito das personagens, temas e trabalhos a conformarem um cânone, cuja matriz principal estaria na produção de Antônio Luiz Paixão e Edmundo Campos Coelho³³⁷.

Talvez confrontar estas narrativas de fundação não fizesse sentido se elas não traduzissem uma disputa pela participação legítima em um mesmo debate e a busca por espaços de influência na formação de atores na universidade e no sistema de justiça criminal. No confronto entre as duas narrativas elencadas, é possível discernir, da parte da Criminologia Crítica, uma busca de legitimidade nas Faculdades de Direito e junto aos espaços de crítica e de formulação de leis penais e políticas criminais³³⁸. Por parte dos cientistas sociais, uma busca de legitimidade na orientação de políticas que conjuguem direitos humanos e segurança pública. Ambas acabam por convergir ou colidir na formação de quadros de produtores e reprodutores de conhecimento na universidade e na formação de operadores do direito no sistema de justiça criminal. Nesse ponto, faria sentido retomar a ideia de *sistema de política criminal* (Delmas-Marty, 1983) para situar estas redes de pesquisa e ativismo em sua estruturação a partir de posições de influência no sistema de justiça criminal brasileiro. Ao mesmo tempo em que mapeariam a desarticulação própria a este sistema, espelhariam suas divisões.

Vale destacar que, enquanto a Criminologia Crítica busca aumentar seu espaço, já minoritário, nas Faculdades de Direito contra versões teóricas que qualificamos como Criminologia tradicional, de base etiológica e aliada ao estoque de conhecimentos policial de senso comum, ela em grande parte recusa olhar para o problema do *déficit empírico* da disciplina no âmbito do Direito (Anítua, 2008). Ao incorporar, no discurso, a necessidade de pesquisas, não adota um padrão sistemático de pesquisas empíricas e sim uma aceitação do conhecimento como escolas dogmático-teóricas, provenientes do âmbito internacional. Por sua vez, a pesquisa

³³⁷ Podemos constatar a consolidação dessa narrativa através de investimentos, como o livro *Os Pioneiros* (Ratton & Lima, 2011), utilizado e problematizado como fonte, e as mais recentes publicações de Renan Springer de Freitas e Ludmila Ribeiro: *Balanço e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa* (2013); *Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?* (2014).

³³⁸ A propósito da Criminologia Crítica nas Faculdades de Direito cf. GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. *A criminologia no ensino jurídico no Brasil* (2014).

empírica sistemática, realizada pelas ciências sociais é taxada como investimento positivista (Malaguti Batista, 2009; 2011), o que ocasiona uma disjunção e dificulta o reforço ao papel da Criminologia Crítica como síntese das contribuições mais recentes do campo de estudos tendo em vista mudanças na legislação e na formação dos profissionais do sistema de justiça criminal. Tal questão talvez explique parte dos esforços de fundamentação e articulação de subdisciplinas como a *Antropologia do Direito*, com pretensões a erigir o método etnográfico em ferramenta de formação, relativização e mudança das práticas dos operadores do Direito (Kant de Lima, 2013).

As clivagens entre “criminologias” críticas e aplicadas se demonstram na adoção de diferentes referenciais teóricos (Foucault x Durkheim; França x EUA) e em diferentes concepções sobre o papel a desempenhar na concorrência pelo monopólio do saber sobre segurança pública. Esta disputa repercutiu em especial na construção de alianças entre universidade e organizações policiais ao menos em duas dimensões: na forma de parcerias na formulação e execução de políticas, com destaque para a participação de pesquisadores em cargos de direção em governos; e também em cursos que problematizam o “saber policial não escolarizado”, próprio das rotinas e práticas costumeiras da organização. Um projeto de “refundação” das polícias (Lemgruber, Musumeci, Cano, 2003; Soares, 2009) que enfrenta resistências externas e também críticas internas aos seus limites (Machado da Silva, 2009), mas também adesões, como atesta a aceitação de policiais por alternativas de formação.

Por sua vez, a adoção das ciências sociais como criminologia aplicada, se contribui para ganhos incrementais na eficiência e eficácia de políticas de segurança pública e para uma reforma gradual das organizações policiais (Beato Filho, 2008; 2012), arrisca-se à contribuir para a exclusão de perspectivas outras que, por serem consideradas pouco produtiva no diálogo com atores da segurança pública, são deslocadas para o âmbito de uma criminologia crítica taxada de ideológica por se fundamentar na aliança entre defesa dos direitos humanos e crítica à violência do Estado. Com isto, se há uma superação da busca de uma suposta diferença de natureza entre o indivíduo normal e o criminoso, deixa-se em segundo plano a indagação sobre a construção prévia da política penal e sobre um sentido mais amplo de violência, que busque sua significação nas mutações da questão social. Deixa-se, em suma, a questão prisional em segundo plano nas análises sobre a gênese e as mutações da dinâmica criminal, em nome de uma abordagem que, embora também se concilie com medidas de prevenção e mediação de conflitos, busca afirmar a eficácia da repressão e da prisão como estratégias de controle do crime.

Desse modo, se o campo de estudos tem na análise crítica à prisão um dos seus marcos de fundação, especialmente em sua abordagem foucaultiana, mas também sob a ótica de pesquisadores como Paixão e Coelho, originam-se tendências afins à uma *criminologia*

administrativa, contra a qual se armam críticas por seus efeitos não declarados ou não intencionais (Tavares dos Santos *et al*, 2010; Dieter, 2012). Talvez por isto algumas propostas disciplinares se orientem para reafirmar o lugar de sociologia da punição ou de uma sociologia da violência (Alvarez *et al*, 2006; Alvarez & Moraes, 2013; Tavares dos Santos *et al*, 2010), na esteira das quais se realinham estudos sobre políticas criminais e penitenciárias e sua relação com as mudanças na relação entre Estado e mercado nas dinâmicas criminais e na sociabilidade (Minhoto, 2000; Campos, 2010; Telles, 2011; Feltran, 2011; Dias, 2013).

Tendo, de um lado, a aproximação ou o distanciamento em relação ao Estado - na forma de espaços de consultoria, formulação e gestão de políticas públicas - e, de outro, a consagração acadêmica - ocupação de espaços no campo universitário e de produção científica como eixos estruturadores das posições-, seria possível indicar a seguinte divisão: o *polo dominante* das redes de pesquisa adota a linguagem da participação, dos direitos e da cidadania herdados da redemocratização na reforma das instituições de segurança pública, ao mesmo tempo em que, nesse processo, aproxima-se de um ponto de vista mais restrito e negativo da violência, considerada a partir da noção de “criminalidade urbana violenta” e vinculada ao diagnóstico da impunidade; o *polo dominado*, por sua vez, associa-se a um ponto de vista politizado a respeito das violências, entendidas como manifestações de descontentamentos "proto-políticos" por parte da sociedade, resistências à violência estatal, ilegalismos e conflitos constituídos em crime dentro de um projeto de dominação vinculada à crítica da demanda por punição

Mas este quadro é recente e está em pleno desenvolvimento, sendo difícil discernir oposições definitivas em suas variações em contextos ou temporalidades de maior ou menor politização. Um ponto de continuidade seria abordá-lo considerando os processos de profissionalização, no sentido weberiano, como processo de especialização no qual atores se apropriam do controle de um setor social e da alocação de bens e serviços produzidos nesse segmento, no caso, os ligados aos direitos humanos, à justiça penal e à segurança pública (Enguéléguélé, 2010). Cabe apenas reforçar, por ora, a relação entre o campo de estudos, a ocupação de postos nas universidades, a criação de disciplinas e a formação de novos perfis profissionais. Podemos ter como hipótese que a formação de um cânone se estabelece no momento de maior estabilização institucional e de mudança geracional na ocupação de postos. Mas, para a sua devida comprovação seria necessário suprir lacunas da pesquisa, em primeiro lugar, dos Editais de pesquisa da SENASP e, através de uma “árvore genealógica” de orientadores e orientandos, da posição dos novos pesquisadores com a expansão das redes de pesquisa e da formação de novas disciplinas. Também não se poderia prosseguir sem enumerar os espaços de produção de saberes policiais, os artigos publicados em Revistas diretamente dedicadas à

segurança pública, as monografias, dissertações e teses ou ainda no conteúdo de sua formação nas Academias de Polícia ou, no caso da Polícia Civil, em Faculdades de Direito. Cabe indicar, por exemplo, a recente tentativa de fundamentação da área de *Defesa e Segurança* no CNPq, investimento que aproxima o campo da segurança pública do pensamento da e sobre as Forças Armadas (Domingos, 2006).

Por fim, ensaiando a análise do cruzamento entre texto e contexto, um dos pontos centrais desta tese foi a ambiguidade entre a suposta despolitização das ciências sociais pós-85 e seu contraste com os movimentos de exposição pública e de mobilização política destes pesquisadores, nos quais reverberariam a tradicional relação entre intelectuais, política e Estado no Brasil (Keinert, 2011). Mesmo que não realizada a contento, caminhamos na direção de uma sociologia política com recurso a análise de trajetórias como pilar estruturante de uma visada teórico-metodológica. Como ponto fundamental, destacamos as sucessões e disputas geracionais, que permitem desenhar um quadro de recomposição da vida universitária a partir dos anos 1968 e que tem como marcos geracionais a experiência militante na juventude católica e em dissidências do PCB; a internacionalização, sobretudo nos Estados Unidos e na França, com forte influência da Fundação Ford; e a utilização desses trunfos como fatores da construção institucional no interior de disputas que conformaram áreas temáticas. No caso, a referência parece a virada dos anos 1980/90, marcada por revisões por parte da geração que assumiu cargos universitários logo após a Anistia. As trajetórias conformariam, nesse sentido, possibilidades de refração de uma pluralidade de caminhos possíveis na ocupação de postos na estrutura universitária e na burocracia estatal, marcadas por conflitos e solidariedades geracionais.

Com o propósito de uma busca mais ampla das personagens que escreveram sobre o tema, ensaiamos atravessar as disputas por pioneirismo presentes nas revisões sobre o tema, nas quais seria possível perceber eleições de agendas para o momento. Mas os tipos e perfis de atuação delineados no último capítulo podem, certamente, ser criticados e questionados em seu alcance como dimensão analítica que escape a categorias de consagração ou acusação³³⁹. Houve limites para uma análise de trajetórias, tendo em vista tanto as fontes como a seleção dos agentes considerados. Em um momento onde antigos e novos colaboradores/contendores se associam no sentido de construir e avaliar o legado a ser lembrado pela posteridade, como promotores de

³³⁹ Vale a pena destacar todos os casos em que os conceitos-injúrias e os estereótipos semieruditos – como o de *jet sociologist* – se transformaram em ‘tipos’ semicientíficos – *consultant, outsider* – e todos os indícios sutis em que se trai a posição do analista no espaço analisado. De fato, essas tipologias só têm alguma credibilidade na medida em que, sendo o produto de esquemas classificatórios em uso no universo considerado, elas procedem por *partições reais*, análogas às quais exerce a intuição ordinária, de um universo de relações objetivas reduzido assim a uma *população* de professores universitários, e impedem de pensar o campo universitário como tal, e nas relações que os unem, nos diferentes momentos de sua história e nas diferentes sociedades nacionais, de um lado ao campo do poder e de outro ao campo intelectual e científico (Bourdieu, 2011: 34-35).

"leituras interessadas" sobre o próprio lugar na história das discussões ou em nome da defesa de uma memória coletiva, sensíveis quanto ao uso de um qualificativo ou outro, é grande o risco de enxergarem neste trabalho também uma "leitura interessada". Sobretudo quando a introdução de nomes próprios faz parte da estratégia de exposição, em um universo em que uma das apostas principais é "fazer um nome" (Bourdieu, 2011).

Nesse ponto, não se poderia deixar de apontar para os riscos de minha própria situação de "liminaridade", envolvendo minhas escolhas anteriores e minha atual posição. Entre um olhar interno e externo ao campo, beirando às armadilhas da falta de distância histórica e das tensões entre filiação e contestação, do que é lícito e de "bom tom" no olhar que vasculha histórias de vida em busca de descobertas, o objeto e os objetivos da pesquisa nem sempre foram claros e variaram, com inconstâncias e "atropelos"³⁴⁰. Por isto, parafraseando a *Carta a um jovem criminólogo*, talvez, em meio à luz que lançamos a personagens (consideradas) secundárias, "em lugar de acertares as porretadas nos adversários tu desancas os companheiros", o que sinalizaria para o fato de que a hora atual "não seria a de tentar o grande recorte epistemológico e o largo painel da ciência criminológica, pois eles exigem uma visão e uma experiência que não aparecem no início da carreira" (Lyra Filho, 1982b: 5-11) A esse respeito, o que talvez seja possível almejar seja a expectativa das tarefas a serem cumpridas por uma nova geração de pesquisadores e atores no campo da segurança pública que, se não faço parte integralmente, por meu lugar dúbio entre analista e agente, busco acompanhar com atenção. Espera-se que se consiga desarmar o que há de pouco construtivo nas armadilhas entre as gerações e equilibrar a sabedoria do antigo e o movimento do novo.

Há necessidade, portanto, de aprimoramento analítico e de maior investimento em pesquisa. Como sinaliza o "Esboço" colocado de início, a presente tese foi elaborada sob um duplo registro: o da modéstia do trabalho, com suas incompletudes e falhas, e o da ambição de um projeto em desenvolvimento. Nossa pretensão atual é elencar questões de um futuro programa de pesquisa em que se pretende o devido teste de conceitos e hipóteses, a partir da releitura dos próprios dados apresentados na presente tese. Embora não tenhamos avançado o suficiente nos dados de grupos de pesquisa e de produção científica, ou em um método de análise através das ligações em rede, esperamos ter delineado os contornos mínimos das relações entre *estatização* e *disciplinarização*, suficientes para a continuidade de um investimento em pesquisa que se volte ao

³⁴⁰ Entre estes atropelos, vale ressaltar que a ansiedade do "publish or perish" como maneira de encontrar interlocutores talvez tenha favorecido a uma leitura falsa de meus propósitos a partir de artigo (Vasconcelos, 2011b), no qual, a partir de passagem ambígua de um texto analisado (Fischer 1985), acabo por induzir uma imagem conservadora de Antonio Luiz Paixão, justo no cerne do seu propósito político-intelectual: a crítica à violência como "estratégia de sobrevivência" (Paixão, 1983). Para uma visão a respeito do lugar deste pesquisador cf. Freitas & Ribeiro, 2014.

processo formativo das disciplinas que compõem esse campo de estudos e sua alocação em cursos e universidades; as concepções de ciência em concorrência, e suas condições de autonomia; e a elaboração de novos padrões de formação profissional.

Para tanto, nossa primeira meta será traçar um caminho para a análise dos problemas de tradução que o confinamento a tradições nacionais legou à identidade de pesquisadores e profissionais que trabalham na área de Criminologia. Diferentes contextos nacionais, respondendo a diferentes temporalidades, construíram um debate particular sobre este assunto, o que por vezes cria dificuldades nas relações e diálogos. Como atravessar estas fronteiras se a falta de consenso sobre a existência desta disciplina é o cerne do problema em consideração? Não há entendimento quanto ao seu *status* como uma ciência autônoma. O consenso sobre seus objetos e métodos tem sido sempre parcial e efêmero, e até mesmo a determinação da sua data de nascimento e nome é objeto de discussões intermináveis. A esse respeito, três esforços analíticos recentes merecem nossa atenção.

O **primeiro** é a problematização de David Garland (2009) sobre as muitas definições contemporâneas da Criminologia, seja do ponto de vista epistemológico, seja a partir de sua posição no campo acadêmico. Seu pensamento está dirigido à luta contra as tendências de independência institucional e teórica da Criminologia, que teriam ganho poder em conferências internacionais, e em prol de uma perspectiva mais aberta de campo de estudo. O **segundo** é produzido por Ian Loader e Richard Sparks (2011), que abordaram o paradoxo entre a expansão da Criminologia como campo de estudo e a pouca visibilidade e aceitação na implementação de políticas não punitivistas. Os autores estabelecem uma estrutura dos diferentes tipos de engajamento intelectual a partir dos quais interpretam as virtudes dos modelos de Criminologia em contextos de politização ou despolitização³⁴¹. O **terceiro** diz respeito às controvérsias do contexto francês com o projeto de institucionalização da Criminologia no campo universitário, mobilizado por um conjunto de atores que propõem sair da "exceção francesa" de não-institucionalização da Criminologia (Tournier, 2009; Cario e Villerbu, 1994). De outro lado, os pesquisadores hegemônicos na sociologia do campo penal rejeitam o estatuto autônomo da Criminologia, contestando o projeto como abertura para a manipulação política da ciência (Mucchielli, 2004; 2008; 2010a; 2010b). A respeito desta controvérsia, problematiza-se a "esquizofrenia criminológica" francesa (Body-Gendrot, 2010): as dificuldades de tradução entre o mundo francês e o mundo anglo-saxão (Levy, 2002) e as suas consequências para a distância entre a pesquisa e as oportunidades de diálogo com o governo (Colson, 2013).

Embora estas sejam discussões situadas em contextos e posições variadas, podemos sugerir

³⁴¹ O livro, contudo, não foi sempre bem acolhido pela crítica pares . cf. Wacquant, 2011.

como hipótese o diagnóstico de uma mudança nas redes de formulação da política penal como um processo que atravessa os anos 1980-2010 (Éngueléguelé, 1998), modificando as linhas de força nas relações entre a comunidade científica e o Estado, a partir de disputas na condução de políticas criminais e no treinamento de agentes do sistema de justiça criminal.

Nesse contexto, tomaremos as reflexões de Pires (1995) como uma primeira aproximação de uma ferramenta analítica sobre o duplo *status* da Criminologia, como "um campo de estudos [...] e uma atividade complexa de conhecimento interdisciplinar, de natureza ao mesmo tempo científica e ética, visando elucidar e compreender a questão criminal, compreendida de modo amplo" (Pires, 1995: 16). Como *campo de estudo*, seria possível avaliar as práticas de investigação, as formas de pensar e as negociações entre membros da comunidade científica. Mas esta noção não daria conta de características não "puramente disciplinares", que se demonstrariam na articulação de quatro pretensões: (i) ser uma atividade científica; (ii) ser interdisciplinar (incluindo o conhecimento jurídico); (iii) estar diretamente envolvida no campo dos juízos de valor e de normas jurídicas; (iv) religar a teoria à prática e ser socialmente útil. A combinação dessas quatro características faria da Criminologia uma *atividade complexa de conhecimento*. O sentido principal dessa atividade seria o de ter a visão mais abrangente possível, em um dado momento, das questões que dizem respeito ao problema do crime e levá-los em conta na produção de novos conhecimentos.

Pires utiliza este duplo *status*, com base em uma tentativa de síntese de diferentes visões sobre a Criminologia³⁴², a partir da qual ele investe na análise e na crítica à idéia de "ciência autônoma". A Criminologia responderia mal a essa condição por não ter nem um objeto, nem uma teoria ou um método próprios, que são tomados de empréstimo das áreas de conhecimento que busca integrar (Direito, Psiquiatria, Ciências Sociais). Mas a insistência desta representação é

³⁴² De acordo com este autor, existiriam pelo menos três grandes representações da Criminologia: A **primeira** é aquela que vê a Criminologia como um ramo de uma outra ciência. A escolha de "ciência - mãe" vai depender das preferências teóricas de cada autor em particular. Desta forma, ter-se-ia originado o conceito de "antropologia criminal" ou de "sociologia criminal". Esta representação, provavelmente a mais antiga, não teria um lugar importante agora. A **segunda** seria a de uma ciência autônoma equiparável à condição das outras ciências humanas. Essa autonomia seria apoiada de duas maneiras : a) para uns, a Criminologia teria teorias, conceitos, métodos e domínio próprios; b) para outros, a autonomia científica da Criminologia seria baseada em um tipo de atividade síntese e integração de conhecimento. Para a primeira concepção, a criminologia manteria laços estreitos com outras ciências, mas não se confundiria com elas, ao passo que para a segunda a investigação criminológica seria completamente interdisciplinar. Mas para ambas a Criminologia teria uma natureza interdisciplinar e ao mesmo tempo ciência fundamental e aplicada, sendo a tarefa do criminólogo a de elaborar sínteses. Esta representação parece ter sido particularmente dominante na Europa continental e no Quebec, entre o final da Primeira Guerra Mundial e a década de 1960, e ainda é apoiada por alguns criminólogos contemporâneos. A **terceira** representação da Criminologia a concebe não como uma ciência autônoma, mas uma espécie de "campo de estudo", definição dominante entre os criminólogos de orientação sociológica nos Estados Unidos do final dos anos 1960 e difundido internacionalmente após a década de 1970. A Criminologia seria "o corpo de conhecimento" sobre o crime como fenômeno social, incluindo em seu escopo o processo de produção da lei, de violação de leis e de reação contra as transgressões da lei.

constante, embora não esteja claro como ela se articularia com a afirmação da interdisciplinaridade, forma de “des-disciplinarizar” o conhecimento e desconstruir sua autonomia. De acordo com Pires, esta ênfase refletiria a intenção de valorizar o conhecimento e criar para ele um lugar próprio e conveniente nas instituições educacionais existentes. Mas a independência científica e autonomia institucional seriam duas questões diferentes. Uma atividade de conhecimento que não é uma ciência autônoma poderia conhecer, eventualmente, um processo autônomo de institucionalização como disciplina acadêmica ou profissional e como local de trocas ou de produção de resultados científicos. Portanto, não seria porque a institucionalização é independente que a ciência seria autônoma. As razões para a institucionalização seriam de uma ordem diferente. Isso explicaria porque a Criminologia atravessou um processo de institucionalização em diferentes graus em diversos países ocidentais, por causa da incapacidade de uma única disciplina criar as condições exigidas para o desenvolvimento de uma atividade de conhecimento ao mesmo tempo científica e ética.

Nesse sentido, podemos indicar que a questão se encontra nas maneiras de conceber as relações de integração, auxiliaridade ou contraposição entre direito penal e processo criminal; criminologia e política criminal. A variação destas relações ao longo da história nos daria mais elementos para compreender qual é o problema que se coloca no cenário contemporâneo e como abordá-lo no Brasil. Com isto, retornaremos à discussão sobre a identidade da Criminologia entre o Direito e as Ciências Sociais, como campo de estudos e disciplinas associadas a tipos específicos de competência profissional, privilegiando dois momentos: 1) a história da Criminologia no Brasil entre 1947 e 1984, a partir do debate sobre a reforma do Código Penal de 1940; e 2) a relação entre redes de ativismo e pesquisa - como a *Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública* (RENAESP)³⁴³, a *Rede Justiça Criminal*³⁴⁴ e a *Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina*³⁴⁵ -, e os projetos de cursos em Criminologia e segurança pública no cenário contemporâneo (1985-2014). Trata-se de averiguar a influência destas linhas de força nos modelos de relação entre saber e poder, em uma sociologia política do conhecimento científico voltada à discussão das relações entre universidade e interdisciplinaridade, como base para intervenções alternativas ao monopólio do saber jurídico e policial.

³⁴³ Projeto de educação (pós-graduação) voltado aos profissionais de segurança pública, constituída a partir da parceria com Instituições de Ensino Superior.

³⁴⁴ A Rede Justiça Criminal é formada por oito organizações: Associação pela Reforma Prisional (ARP), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), Justiça Global, e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP).

³⁴⁵ Iniciativa que foi realizada pela ONG Viva Rio, com o apoio da Fundação Open Society Institute e do Banco Mundial, envolvendo pesquisadores e atores da segurança pública da Argentina, do Chile da Colômbia), de El Salvador), da Guatemala, do México, de Nicarágua, do Peru e da Venezuela.

BIBLIOGRAFIA

- ADLER, Emanuel et HAAS, Peter M. Conclusion: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program. *International Organization*, vol.46, n.1: 367-390, 1992.
- ADORNO, Sérgio. Doença mental como objeto de conhecimento sociológico. In: *Revista do IMESC*, ano IV, n.1, pp.21-24, 1981a.
- _____. Justiça Penal e Psiquiatria em torno do "Caso Rivieri". In: *Revista do IMESC*, ano IV, n.1, pp. 29-31, 1981b.
- _____. Instituições Totais: elementos para um modelo de análise. In: *Revista do IMESC*, ano IV, n.1, pp. 69-74, 1981c.
- _____. A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico. In: *Revista do IMESC*. Ano IV, n.2, pp.55-59, 1981d.
- _____. Escola de Criminologia de São Paulo: fundamentos de sua criação e implantação. In: *Revista do IMESC*. Ano V, n.3, pp.17-19, 1982.
- _____. e outros. Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário. *Temas IMESC*, São Paulo, 1(2): 101-07, 1984.
- _____. & BORDINI, E. B.T. Estimativa de reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais. *Temas IMESC*, São Paulo 2(1), 1985.
- _____. & BORDINI, E. B.T. Homens persistentes, instituições obstinadas: a reincidência penitenciária de São Paulo. *Temas IMESC*. São Paulo, 3(1), 1986.
- _____. & FISCHER, Rosa Maria. *Análise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social*. São Paulo, CEDEC, mimeo, 1986.
- _____. & CASTRO, M.M.P. A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. In: TRONCA, I. *Foucault vivo*. pp.101-109, Campinas: Pontes, 1987.
- _____. & FISCHER, Rosa Maria. Políticas Penitenciárias, um fracasso? *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, p. 70-86, 1987.
- _____. *Os Aprendizes do Poder (O Bacharelismo Liberal Na Política Brasileira)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 266p., 1988.
- _____. & BORDINI, E. B.T. Reincidência e reincidentes em São Paulo, 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(3): 70-96, fev. 1989.
- _____. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.4, n.2, p.8-17, abr./jun. 1990.
- _____. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. Em: *Revista da USP*, março-maio, pp. 65-78, 1991a.
- _____. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP 3(1-2), 1991b.
- _____. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 35, 1 semestre, 1993, pp. 3-24;
- _____. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. Os crimes que se contam no Tribunal do Júri. *Revista USP*, vol. 21, 1994, pp. 132-151.
- _____. *Criminalidade violenta, Estado de Direito e controle social*. Relatório de pesquisa. Programa de Pós-Doutorado, Paris/França, 1994-1995. mimeo. 72p. São Paulo, 1995.
- _____. *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese de Livre-Docência, FFLCH-USP, 1996.
- _____. & CARDIA, N. *Dilemas do controle democrático da violência: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo*. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência — USP,

mimeo, 1997.

_____; BORDINI, E.B.T. e LIMA, R. S. *O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana* [online]. vol.13, n.4, pp. 62-74. 1999, <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400007>.

_____. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n.2, p. 129-153, 1999.

_____ & CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002.

_____, *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.54, n.1, June 2002. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252002000100031&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Sept. 2014.

_____; SALLA, F. A. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, v. 61, p. 7-29, 2007.

_____ e BARREIRA, César. A violência na sociedade brasileira. In: *Horizontes das Ciências Sociais – Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

_____ Nem sedução pelo discurso competente, nem sujeição aos poderes constituídos (Prefácio) In: Lima, Renato Sérgio de. *Entre Palavras e Números. Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

ALMEIDA. Klinger Sobreira de. A crise de Insegurança e a resposta das polícias militares. *O Alferes*. Belo Horizonte, n. 04, p. 61-83, Set./Out./Nov./Dez., 1987.

_____. *Pelas Trilhas da Liderança*. Salvador: J.J. Randam, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas de Institucionalização das Ciências Sociais No Rio de Janeiro. In: Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP/FINEP, pp.188-216, 1989.

ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. USA/Canadá: Little, Brown and Company, 1965.

ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 1989.

_____. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n.4, p. 677-704, 2002.

_____. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, v.1, 267p., 2003.

_____. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n.1, p. 168-176, 2004.

_____; SOUZA, Luís Antônio F.; SALLA, F. A. Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 04, p. 173-196, 2004.

_____. Apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil*. Pesquisas e análises. São Paulo: Ibccrim, 2006.

_____; SALLA, Fernando ; GAUTO, Maitê. A contribuição de David Garland: a Sociologia da Punição. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n.1, p. 329-350, 2006.

_____. *O debate acerca da punição na teoria social: algumas reflexões teóricas e metodológicas no âmbito da sociologia histórica*. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

- _____. *Violência, punição e controle na perspectiva da sociologia histórica*, 2012.
- _____; SALLA F, ALVES KL. Medicina legal, criminologia e punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flaminio Fávero (1895-1982). *Saúde, Ética & Justiça*. 2012, 17(2):57-65.
- _____; SALLA, F. A. ; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 21, p. 61-82, 2013.
- _____ & MORAES, P.R.B. Dossiê 'Sociologia da Punição e das Prisões'. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 25, p. 9-175, 2013.
- ALVITO DE SOUZA, M. "A honra de Acari". In: Velho, G. e Alvito, M. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1996.
- _____. *As cores de Acari*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1998.
- AMERICAS WATCH. *Violência policial no Brasil: execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*, Relatório, 1987.
- ANCEL, Marc. *La défense sociale nouvelle*, 2e éd., Paris, Cujas, 1966.
- ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.
- ANITUA, Gabriel Ignácio. *História dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia (Pensamento Criminológico n.15), 2008.
- ARANTES, Rogério Bastos e CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Polícia Civil e Segurança Pública – Problemas de Funcionamento e Perspectivas de Reforma. pp.195-140. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Sumaré, 2003.
- ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita. *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- ARIAS, Enrique Desmond. *Report on the public security initiative*. Representative Office. Mimeo. Rio de Janeiro, 2008.
- ARIEL DOTTI, René. *Heleno Fragoso e a reforma penal*. Disponível em http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/artigoshomenagem/arquivo5.pdf, s/d.
- ARRUDA, Maria Arminda de Nascimento. Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, pp. 234-315. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- _____ & GARCIA, Sylvia G. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15, 2003.
- _____. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. In: *Tempo Social* – revista de sociologia da USP. São Paulo, v.16, n.1, pp.107-118, junho, 2004.
- _____. A sociologia de Florestan Fernandes. In: *Tempo Social* – Revista de sociologia da USP. São Paulo, vol.22, n.1, junho, pp. 09-27, 2010.
- AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R.S.; MENEGUELLO, Rachel. *Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos*. Projeto apresentado pela ABCP à Fundação Ford e ao Institute For International Education (IIE), 2013.

AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas/violência denunciada: repensando a problemática. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.3, n.2, pp.129-149, dez.1986b.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CARVALHO, Salo de. *CriminologiaS: discursos para a Academia*, 2010. Disponível em <http://antiblogdecriminologia.blogspot.com.br/2010/07/criminologias-discursos-para-academia.html>

_____. & Azevedo, T.P. de. *Política Criminal e Direito Penal–Histórico e Tendências Contemporâneas*. On-line: proppi.uff.br, 2008.

BARBOSA, Leonardo Martins. História e crise na redemocratização brasileira: o conceito de crise na Revista de Cultura Contemporânea (1978-1982). In: *Tempos Históricos*. Vol.13, semestre 1, 2009, pp.71-86.

BARBOSA, R.M. Uma instituição modelar: o Hospício do Juquery. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.6, n.4, p.92-103, out./dez. 1992.

BARNES, B. (org.) *Estudios sobre sociologia de la ciencia*. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
_____. *Interests and the growth of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1977.

BARREIRA, César, *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

_____. *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro*. Coleção Antropologia da Política, Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1998.

_____. *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 185p .

_____. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, Irllys. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.25, n.72, 2010.

BASTIDE, Roger, *Arte e Sociedade*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1945]1979.

BASTOS, Elide Rugai et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. [entrevistados por:] BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. São Paulo: Ed.34, 2006.

BASTOS, Elide Rugai & BOTELHO, André. Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito & MARTINS, Heloísa Helena T. de (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

BATISTA, Nilo. “Todo crime é político”. *Revista Caros Amigos*, n.77, Agosto de 2003.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *O Militar e o cientista: trajetória profissional e cultura policial dos oficiais de uma polícia militar brasileira*. Paper apresentado na 37a ANPOCS, 2013.

BAUMGARTEN, Maíra. Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação.

Revista Política & Sociedade, n.4, abril de 2004.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial: Eficiência, equidade e accountability. In: Marcus André Melo. (Org.). *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangano, 1999, v. 1, p. 335-365.

_____. & REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, p. 385-405, 2000.

_____; VIEGAS, M.; PEIXOTO, B. T. *Crime, oportunidade e vitimização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n.55, p. 73-89, 2004.

_____; ALVES, Bráulio Figueiredo; TAVARES, Ricardo. *Crime, police and urban space*. Working Paper. University of Oxford, 2005

_____. *Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública*. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Crime e Cidades*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012

BEN-DAVID, J. *The scientific role: conditions of its establishments in Europe*, Minerva, 4, 1, p. 15-54, 1965.

_____. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

BENEVIDES, Maria Victoria. Linchamentos: violência e “justiça” popular. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. e FISCHER, Rosa Maria. Respostas populares e violência urbana: o caso do linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1, n.2, dez., 1984b, pp.71-76.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 2ª edição. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BLOOR, D. *Knowledge and the social imagery*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

_____. *Sociologie de la logique ou les limites de l'épistemologie*. Paris: Pandore, 1982.

_____. *Anti-Latour. Studies in History and Philosophy of Science*. 30, 1, p.81-112, 1999.

BODY-GENDROT, Sophie. How to become Schizophrenic? Try french criminology. *Newsletter of the European Society of Criminology*, 2010, 9:2, 10-11.

BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ UERJ, 307p., 1991

BONELLI, Maria da Glória. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Sumaré, 2003, pp.31-68.

BOSCHI, Renato Raul (org.), *Violência e Cidade*. Série Debates Urbanos. Zahar Editores, 1982.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. *Ascensão e hierarquização "profissional" nas ciências sociais:*

um estudo a partir do caso da Escola Sociológica Paulista. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Origens sociais, ascensão "profissional" e concepções de ciência social: Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Tomo – *Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe*. N.22, pp.181-220, 2013.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 7, 1, p.91-118, 1979.

_____. Critique de la raison théorique. In:_____. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Pierre Bourdieu*. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: 1996.

_____. *O poder simbólico*. 2ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998a.

_____. *Science de la science et reflexivité*. Cours du Collège de France 2000-2001. Paris: Raison d'Agir, 2001.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loïc (org.). *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

_____. Método científico e hierarquia social dos objetos. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007a, pp.33-38 e 65-69.

_____. O espaço social e suas transformações. Cultura e Política. In: BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk, 2007b.

_____. *Meditações Pascalianas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, [1997] 2007c.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

BRAGA, Kátia Soares; NASCIMENTO, Elise e DINIZ, Debora (orgs.). *Bibliografia Estudos sobre Violência Sexual contra a Mulher – 1984-2003*. Brasília: LetrasLivres, Editora UnB, 2004.

BRAGA, Ruy. & BURAWOY, Michael. (org.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRANT, Vinícius Caldeira. *O trabalhador preso no estado de São Paulo (passado, presente e expectativas)*. São Paulo: Cebrap, manuscrito, 1986

_____. (org.). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O trabalho encarcerado*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 32, 1991.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas

favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Orgs.), *Um Século de Favela* 5a. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 370 p., 2006.

CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2000.

CALLON, M. & LATOUR, B. (orgs.) *La science telle qu'elle se fait*. Une anthologie de la sociologie des sciences de la langue anglaise. Paris: La Découverte, 1991.

CAMARA DOS DEPUTADOS. *Segurança Pública e Democracia*. Brasília: Edições Câmara, 2011

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira (org.) *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, [1976], 1982.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

CANDELÁRIA, Nelson T. Escola de Criminologia de São Paulo. In: *Revista do IMESC*. Ano V, n.1, 1982a, 17-22.

_____. Classificação e triagem de criminosos. In: *Revista do IMESC*. ano V, n.3, 1982c, pp.5-9.

CAPELLER Wanda de Lemos. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1, n.2, dez., 1984b, pp. 127-134.

_____. *L'engrenage de la répression*. Stratégies sécuritaires et politiques criminelles, Paris, LGDJ, 1995.

CARDIA, Nancy das Graças. *Direitos Humanos e Exclusão Moral*. Os Direitos Humanos no Brasil, pp. 19-44, 1995.

_____. *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1999.

_____. The role of the Núcleo de Estudos da Violência in the Struggle for Universal Access to Human Rights in Brazil. *Human Rights and Health*, p.193-204, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1973.

_____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista* (o projeto da criação da Universidade de São Paulo). São Paulo: Ed. Autores Associados / Cortez Editora, 1982.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, Bernardo e Almeida, Maria Hermínia Tavares (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARIO, R et VILLERBU, LM. *Profession criminologue*. Toulouse: Érès, 1994.

CARLOTTO, Maria Caraméz. *Veredas da mudança na ciência brasileira – discurso*,

institucionalização e práticas no cenário contemporâneo. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 4, p. 48-70, 2010.

CARRARA, Sergio & FRY, Peter. *As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal brasileiro*. Trabalho apresentado originalmente no 9º Encontro Anual da ANPOCS no Grupo de Trabalho "Direito e Sociedade", de São Pedro, 22-25 de outubro de 1985. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_05.htm Acesso em 28 maio de 2014.

_____ & VIANNA, Adriana R. B. *Homossexualidade, violência e justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford, 2001. 90 p.

_____, RAMOS, Silvia; CAETANO, Marcio (Coords.). *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2003*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. 118 p.

_____ & RAMOS, Silvia. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª; Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005. 115 p.

_____ et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo – 2005*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006. 79 p.

_____ & RAMOS, Silvia. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312006000200004&lng=en&nrm=iso . Acesso em 28 de maio de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004> .

_____ & AGUIÃO, Silvia. Entrevista com Peter Henry Fry. Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/entrevista%20peter%20final_trajetorias%20intelectuais.pdf . Acesso em 28 de maio de 2014.

CARVALHO, Glauber Silva de. *Abordagens teóricas da violência criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.

CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5a. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvania. (1961), Reflexões sobre o treinamento de pesquisadores em Sociologia. *Sociologia*. São Paulo: 23(2), pp.140-149.

CARUSO, Haydee (Org.); MUNIZ, Jacqueline de Oliveira (Org.); BLANCO, Antonio Carlos Carballo (Org.). *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit Seleções Editoriais, 2007. v. 1. 609p.

CASTRO, Conrado Pires de. (2010), Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. In: *Tempo Social – revista de sociologia da USP*. vol.22, n.1, junho, pp.211-276.

_____. (2009), *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*. Campinas: Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa & RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio, Brasil*

1964-19???: Obra coletiva. Editora e Livraria Livramento, 1976.

CEBRAP. *A criança, o adolescente e a cidade: estudo sociológico sobre a marginalidade e a integração social do menor na cidade de São Paulo*. São Paulo: CBDEAE/CEBRAP/FAPESP, 1972.

CEDEC/MJ [Ministério da Justiça]. *O que é risco afinal? Mapa de Risco da Violência: cidade de São Paulo*. São Paulo, CEDEC, 1996.

CÊPEDA, Alejandro Hugo. *Política e Mercado acadêmico: a história do “SOCII” e as Ciências Sociais no Rio de Janeiro – 1977/1987*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – IFCS/UFRJ, 1995.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro: Achiamé/Textos Paralelos, 1979.

_____. & NEDER, Gizlene. A teoria política no Brasil e o Brasil na teoria política, *IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP*, PUC-RIO, Rio de Janeiro: 2004.

_____. Violência. Entrevista. *Revista Práxis*, Serviço Social, 2005.

_____. Sobre Nilo & Verinha Batista. *Um Pensamento Crítico para a América Latina*, s/d.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 249p, 1986.

CHESNAIS, J.-C. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris, Robert Laffont, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. & ABU-EL-HAJ, Jawdat. Intellectuals, Social Theory, and Political Practice in Brazil. *Latin American Perspectives*, Issue 178, Vol.38, n. 03, pp. 05-39, Maio, 2011.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. *The Journal of Politics*, Vol. 33, No. 4. (Nov., 1971), pp. 892-915.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2) 139-161, 1978a.

_____. A ecologia do crime. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978b.

_____. Sobre sociólogos, pobreza e crime. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 23, n.3, pp. 377-380, 1980.

_____. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 1986.

_____. Criminalidade urbana violenta. Rio de Janeiro: IUPERJ, *Série Estudos*, n. 60, 1987.

_____. Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas prisões. *Presença*, n.8, 1988.

_____. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Ed. Record, [1976]2000.

_____. *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. Antônio Luis Paixão (1947-1996). In: LIMA, Renato Sérgio & RATTON, José Luiz (orgs.). *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ANPOCS/Urbania, pp. 302-303, 2011.

COHN, Amélia e VIGEVANI, Túlio. A produção do conhecimento e os centros de pesquisa: a trajetória do Cedec. In: *São Paulo em perspectiva*, 16(3):42-47, 2002.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

_____. *Crítica e resignação: Max Weber e a Teoria Social*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio - o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COLSON, Renaud. *Criminology à la française*. Brit. J. Criminol., 53, 552-567, 2 May, 2013.

CORADINI, Odaci L. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a 'crise da medicina' no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* IV (2), Rio de Janeiro, 1997

_____; FELIX, L. O. *Panteões, iconoclastas e as ciências sociais*. Mitos e Heróis: construção de imaginários, 1998.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. *As ilusões da liberdade*. A escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

CPDOC. ABREU, Sérgio França Adorno de. *Sérgio França Adorno de Abreu (depoimento, 2012)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 53pp., 2013.

CUNHA, M.C.P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DA MATTA, Roberto. Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DANIGNO, Evelina. *Anos 90*. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DAHRENDORF, Ralf. *A lei e a ordem*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987.

_____. *O conflito social moderno*. Um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Edusp; Jorge Zahar Editor, 1992.

DEBERT, Guita. *A política do significado nos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*, Tese de Doutorado, Ciência Política USP, 1986.

_____ & ARDAILLON, Danielle. *Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio Brasília*, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça, 1987.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Modèles et mouvements en politique criminelle*. Economica, Paris, 1983.

- DEZALAY, Yves; GARTH, Brian. *The internationalization of palace wars – Lawyers, Economists, and the Contest to Transform*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DÍAZ, Esther. *Investigación básica, tecnología y sociedad*. Kuhn y Foucault. La posciencia. El conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad. Editado por E. Díaz. Buenos Aires: Biblios, 2000.
- DIETER, Maurício Stegemann. *Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFPR, 2012.
- DILLON SOARES, Gláucio Ary. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- _____. *A democracia interrompida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In C. Martins (org), *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, p. 73-104, 2005.
- _____; MIRANDA, D; BORGES, D. *As Vítimas Ocultas da Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira e CESeC, v. 1. 238 p, 2006.
- _____. *Não Matarás*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 1. 197 p., 2008.
- DIÓGENES, Glória M. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo, AnnaBlume Ed./Governo do Estado do Ceará, 1998.
- DOMINGOS, Manuel. “Defesa e Segurança” como área do conhecimento científico. *Tensões Mund* 3, p. 51-64, 2006.
- DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Tendências: Violência urbana, criminalidade e controle social no Brasil. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.3, n.2, dez., pp. 207-213, 1986.
- _____. *Conflito de Segurança: Entre Pombos e Falcões*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- DUARTE, André Macedo. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Para uma vida não fascista*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, v. 1, p. 35-50.
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Oxford, Blackwell, 1993.
- ENGUÉLÉGUÉLÉ, S. *Les politiques pénales (1958-1995)*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- _____. *Justice, politique pénale et tolérance zero*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. Entrevista com Sérgio Adorno. *Oralidades – Revista de História Oral*. São Paulo, 2011, pp. 173-186.
- EWALD, F. *L'Etat providence*. Paris: Payot, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estado e sociedade: parcerias e práticas contra a violência sexual*. 1. ed. Brasília: Universa, v.1, 183p., 2010.

FAPESP, *Pólos de Agressão na sociedade urbana: análise sociológica da criminalidade e de suas formas de contenção*. Relatório de Pesquisa 1976.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1994)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011

FERES JÚNIOR, João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba – PR, v. 15, p. 97-110, 2000.

FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida. A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

FERNANDES, Florestan, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Nacional, ([1959]1967).

_____, *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, [1957]1977.

_____. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, [1958] 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes & BRITTO, Ângela. (orgs.). *Segurança e Cidadania: Memórias do Pronasci*. Depoimentos ao Cpdoc/FGV. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FIGUEIREDO, Marcus Faria & CHEIBUB, José Antônio Borges. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o que e quando – inventário de um debate. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n.14, pp. 29-61, 2º semestre, 1982.

FISCHER, Rosa Maria. *Meninos da rua: Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Editora da Comissão de Justiça e Paz/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1980. 170 p.

_____. *O Direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, 1985.

FONSECA, Cláudia. O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.4, n.1, jul., 1987, pp.21-39.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. De como a 'autonomia do político' aprisionou os cientistas sociais

brasileiros. *Cadernos de Opinião*, 14, 1979.

_____. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 28, 1989a.

_____. As Ciências Sociais na FAPESP. *Textos IDESP*, Série História das Ciências Sociais, 10, 1989b.

_____. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, n.35, 1997.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

_____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

_____. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze". In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979c.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996

_____. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Vol.1, 13ª. Edição. RJ: Graal, 1999b.

_____. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1999c.

_____. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Vigiar e Punir*: Nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. 26 ed. Petrópolis, Vozes, [1979]2002.

_____. *Sécurité, territoire et population*. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.

_____. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.

FRAGOSO, Heleno. *Direito Penal e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

_____. Aspectos jurídicos da marginalidade social. Relatório oficial do IX Congresso Internacional de Defesa Social. In: _____. *Direito Penal e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

_____. *Perda da liberdade* (Os direitos dos presos). Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Direitos Humanos e Justiça Criminal*, 1980. Artigo Publicado no boletim do IBCCRIM, 2005.

FRASER, Nancy, Foucault on Modern Power: Empirical Insights and Normative Confusions. *PRAXIS International*, issue: 3 / 1981, pages: 272-287. Acesso em 11/01/2014 www.ceeol.com.

FREITAS, Renan Springer & RIBEIRO, Ludmila M. Balanço e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 69-113, 2013.

_____. Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 3, p. 175-185, 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, jun.2000.

FREIRE, Jussara & ROCHA, Lia de Mattos. Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antonio Machado da Silva. In: *Antropolítica*, Niterói, n.28, p.69-91, 1 sem, 2010.

FUKS, M. Definição da Agenda, debate político e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v.49, pp.79-94, 2000.

GALVÃO Jr., João Carlos. *Da auto-crítica para poder criticar - qual criminologia?* <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13174-13175-1-PB.pdf>, 2007.

GARCIA Jr. Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso ea sociologia no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n1, p. 285-300, 2004.

GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. A criminologia no ensino jurídico no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Pós-Graduação em Direito, 2014.

GARCIA, Sylvia G. *Destino ímpar*. Sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo, Editora 34, 2002.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*. n.13, 59-80, nov, 1999.

_____. Disciplining criminology? In: *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.114-125, jul/dez, 2009.

GAROTINHO, Anthony & SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*. Rio de Janeiro, Ed. Hama, 1998.

GIANNOTTI, José Arthur e COHN, Gabriel. As instituições de pesquisa independentes e a questão democrática. *Revista: Lua Nova*, 71, 2007.

GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge*. The dynamics of science and research in contemporary society. London: Sage Publications, 1994.

GRAMATICA, Filippo. *Principes de défense sociale*. Cujas, 1963.

GRAND, M.H. Reflexões sobre a criminologia. In: *Revista do IMESC*. Ano IV, n.1, 1981a, pp.51-56.

GREEN, James N. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. In: SILVA, Haike R. Kleber. *A luta pela Anistia*. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público de São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

GREGORI, José. Direitos humanos no Brasil: esclarecimentos iniciais. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.2, n.1, jul., 1985a, pp. 31-36

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. *Sobre representações de violências contra mulheres na mídia e na visão de frequentadoras da ONG SOS Mulheres de Porto Alegre (feministas e vítimas de violência) / Discours sur les femmes battues: représentations de la violence contre les femmes au Rio Grande*

do Sul. Tese de Doutorado. Université de Paris V, 1988.

_____. *Vítimas ou cúmplices?* Dos diferentes caminhos da violência contra a mulher no Brasil. Trabalho apresentado na XV Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 15 a 18 de outubro de 1991

_____. Levantamento da violência contra a mulher no Brasil. Relatório elaborado para a IV Conferência Internacional da Mulher. *Cadernos Themis*, 1994.

_____. (org.). *Violência(s) contra mulheres: pesquisas acadêmicas brasileiras em exame*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

_____; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli Maria (orgs.). *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006a

_____; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli Maria (orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006b.

GUIMARÃES, Reinaldo. Política científica: três fragmentos de conjuntura. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumará, 1991.

GUINDANI, Miriam. Sistemas de política criminal no Brasil: retórica garantista, intervenções simbólicas e controle social punitivo. In: *Cadernos CEDES/IUPERJ*, n.2, 2005.

GUSFIELD, J.R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 1981.

HAAS, P. M. Epistemic Communities and International Policy Coordination, *International Organization*, n.46, 1-35, 1992.

HECLO, H. Issue Networks and the Executive Establishment. In A. King, Ed., *The New American Political System*. Washington, DC: AEI, 87-124, 1978.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico*. A educação superior no Brasil. 1. ed. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2008. v. 1. 177p .

HIRANO, Sedi. (1974), *Castas, estamentos e classes sociais: Introdução ao pensamento de Marx e Weber*. São Paulo, Alfa-Ômega.

_____. (1988), *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo, Hucitec.

HOCHSTETLER, Kathryn. Democratizing pressures from below? Social Movements in new brazilian democracy. *Latin American Studies Association XX International Congress*, Guadalajara, Mexico, April 17-19, 1997.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e direitos humanos: Política de segurança pública no primeiro governo Brizola (1983-1986)*. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

IMESC Ilustrado. *I Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária e III Seminário Paulista de Administração Penitenciária*. Ano 1, vol.1, n.4, 1978.

_____. *Um Projeto para o Brasil*. Ano 2, Volume 2, nº 2, 1979.

IMESC, Revista do. *Resumo do Relatório da Comissão de Juristas – Tóxicos, álcool e violência*. Ano 3, n.1, 1980.

_____. Ano IV, n.1, 1981a.

_____. *Anais do II Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária*. São Paulo, de 10 a 14 de novembro de 1980. Ano IV, n.2, 1981b.

- _____. Ano V, n.1, 1982a.
 _____. Ano V, n.2, 1982b.
 _____. Ano V, n.3, 1982c.
 _____. Ano VI, n.1, 1983.

IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde. v.1 n.1, p.1-79, jul.,1984a.
 _____. v.1, p.81-150, n.2, dez.,1984b.
 _____. v.2, n.1, p.1-68, jul., 1985a.
 _____. v.2, n.2, p.69-172, dez,1985b.
 _____. v.3, n.1, p.1-123, jul., 1986a.
 _____. v.3, n.2, dez., p.125-215, dez.,1986b.
 _____. v.4, n.1, p.1-117, jul., 1987.

INCT. *Instituto Nacional de Estudos sobre Violência, Democracia e Segurança Pública*. mimeo, 2009.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.
 _____ & SANTOS, Cecília MacDowell. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. E.I.A.L., Vol. 16 – N. 1, 2005.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940– 1965). *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.1, p. 263-283, 2004.
 _____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22 n. 65, p. 33-49, 2007a.

JACOBINA, Ronaldo R.: O paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(3): 609-630, nov. 1999-fev. 2000.

JAMES, William. What pragmatism means. *Pragmatism - a reader*, 1948.

JOSSÉLIN, Daphné. *Économie politique internationale: de l'usage multiforme des réseaux de politique publique*. Le Galès and Thatcher (eds.). 1995. 193-210.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho & José Augusto de Souza Rodrigues. Pasárgada Revisitada. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n. 12, pp. 9-17, 1992.
 _____. *A sociologia do direito no Brasil*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1994.
 _____. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. *Revista Estudos Históricos*, n. 18, 1996.
 Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25477-25479-1-PB.pdf>

KALUSZYNSKI, Martine et WAHNICH, Sophie (ed.). *L'État contre la politique ? Les expressions historiques de l'Etatisation*, Actes des journées d'études sur l'Etatisation, Paris, l'Harmattan, Logiques de la politique, 1998.
 _____. *La République à l'Épreuve du Crime - La construction du crime comme objet politique 1880-1920*. Paris, L.G.D.J, 2002, 251p

KANT DE LIMA, Roberto. *Legal Theory and Judicial Practice: Paradoxes of Police Work in Rio de Janeiro City*. Tese de Doutorado. University of Harvard, EUA, 1986.
 _____. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
 _____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1ªed.. 1ª. ed. Rio e

Janeiro: PMERJ, 1994.

_____. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social. Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 9(1): 169-183, maio, 1997.

_____. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política* n. 13, Nov, 1999.

_____; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n.50, pp.45-123, 2000a.

_____. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto (orgs.). *O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000b.

_____. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, SP, v.11, n.41, pp. 241-256, 2003.

_____. Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? *São Paulo Perspec*, vol.18, n.1, pp. 49-59, 2004a.

_____. Igualdade, desigualdade e métodos de produção da verdade jurídica: uma discussão antropológica. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal, 2004b.

_____; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin. Constituição e Segurança Pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.

_____; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (Org.). *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*. v.1. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010a.

_____; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (Org.). *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*. v. 2, 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b.

_____ & BAPTISTA, Barbara Gomes Lupetti. *O desafio de realizar pesquisa empírica no Direito: uma contribuição antropológica*. 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 4 a 7 de agosto, 2010

_____. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. 3ª edição revista e ampliada. Editora da UFF, 2011.

_____. *Antropologia, Direito e Segurança Pública: uma combinação heterodoxa Cuadernos de Antropología Social*, nº 37, pp 43–57, 2013.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Julio Assis (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: Anos de formação 1933-1953, Depoimentos*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, número 1, pp. 79-92, 1º semestre de 1996.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell University Press (Ithaca), 1998.

KEINERT, Fabio Cardoso. *Ciências sociais entre ciência e política (1968-1985)*, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

_____ e SILVA, Dimitri Pinheiro, A gênese da ciência política brasileira. In: *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*. vol. 22, n. 1, junho, p. 79-98, 2010.

KELLING, George. *Fixing Broken Windows*. Touchstone. Simon and Shusters Inc. NY., 1996.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston: Little, Brown, 1984.

KNOKE, D. *The sociopolitical construction of national policy domains*. Acessado no site <http://www.soc.umn.edu/~knoke/>, 2003.

KNORR-CETINA, K. *The manufacture of knowledg*. An essay on the constructivist and contextual nature of science. London: Pergamon Press, 1981.

_____. The couch, the cathedral and the laboratoy: on the relationships between experiment and laboratory in science. In: PICKERING, A. (org.) *Science as practice and culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p.113-138.

KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil*. Pesquisas e análises. São Paulo: Ibccrim, 2006, p. 59-82

KOSOVSKI, E.; SÜSSEKIND, E.; JUNQUEIRA, E. *Criminalidade Feminina Comparada*. Pesquisa Coordenada pelo ILAND, Rio de Janeiro, 1972.

KOWARICK, Lucio. *A Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. & ANT, Clara. Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982

_____. Direitos humanos no Brasil: declaração vs. degradação. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.2, n.1, jul., 1985a, 49-60.

KRISCHKE, Paulo J. Direitos humanos no Brasil: evolução e perspectivas. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.2, n.1, jul., 1985a, pp.37-48.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 1999.

_____. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos IFCH*, Unicamp, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. São Paulo, Difel, vol.9, 1977.

LANDIM, Leilah & SIQUEIRA, Raíza. *Trajetos da Violência, da Segurança Pública e da Sociedade Civil na Cidade do Rio de Janeiro*. IPEA. Brasília, março de 2013.

LATOUR, Bruno. & WOOLGAR, S. *La vie de laboratoire*. La production des faits scientifiques. Paris: La Découverte, 1996.

_____. *Le métier de chercheur: regard d'un anthropologue*. Paris:INRA, 1995

_____. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil 4a.ed*. São Paulo: Companhia das Letras, [1948]2012.

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Silva; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira*. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In.: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 5a ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. In: *Revist. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n.37, p.149-182, out., 2010.

LEITE, Márcia Pereira, Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 4, outubro, pp.73-90, 2000.

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v.6, n.2, 374-389 Ago/Set, 2012.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 1.^a ed., Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

_____; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____& PAIVA, Anabela. *A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões no Rio de Janeiro*: Record, 2010.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis-RJ, Vozes: 1996

LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. (org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt/ M., Suhrkamp, vol.1, 1981.

LESSA, Renato. O campo da Ciência Política no Brasil: u a aproximação construtivista. In: C. B. Martins (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, p. 13-49, 2010.

_____. *Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil*. Lua Nova, São Paulo, 82: 17-60, 2011.

LÉVY, René. *The Centre de recherches sociologiques sur le droit et les institutions pénales in the context of modern French criminology*. Paper to be given at the Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Brasília, Brasil, July 2002.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.14, p.376-437, jul/dez 2005.

LIMA, Renato Sérgio. *Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Sicurezza, 2002. v. 1. 126p

_____; PAULA, Liana de. (orgs.), *Segurança Pública e Violência – o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

_____ e outros. *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as*

políticas públicas da área adotadas nas últimas duas décadas (1990-2000). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/FAPESP, 2009.

_____. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____ & RATTON, José Luiz. (Orgs.). *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

_____. & BRITO, Daniel Chaves de. *Segurança e Desenvolvimento: da defesa do Estado à defesa da Cidadania*. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de (orgs.). *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011.

_____; GODINHO, Letícia; PAULA, Liana de. *Os governos subnacionais na gestão da segurança cidadã. A experiência brasileira, 2014*
In: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38578683>

_____; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989a. p. 111-187.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989b. p. 217-233.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus: romance*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

LOADER, Ian & SPARKS, Richard. *Public Criminology?* London : Routledge 2010.

LONDOÑO, F.T. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: um testemunho com alguma análise. In: MICELI, Sergio (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993.

LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LYRA, Roberto. Apresentação. *Revista Brasileira de Criminologia, Direito Penal e Medicina Legal*. RJ, ano I, vol.2, p. 4-10, jul.-dez., 1970.

_____, *Novo Direito Penal*, Editor Borsoi, Rio de Janeiro, 1971, vol. I, p. 30.

LYRA FILHO, Roberto. *Criminologia Dialética*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972

_____. A Criminologia Radical. *Revista de Direito Penal*, n.º 31, Rio de Janeiro, 1982a

_____. *Carta aberta a um jovem criminólogo: teoria, práxis e táticas atuais*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1982b.

MACHADO, Marcos Aurélio. A pesquisa na PM. *Revista "O Alferes"*, n. 4, set/out/nov/dez, pp. 22-42, 1984.

MACAULAY, Fiona. NEV is no longer alone. In. *Human rights dialogue – an international forum for debating human rights*. n.8, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A vida política na favela. *Cadernos Brasileiros*, n. 41, p.

35-47, 1967.

_____; CHINELLI, Fellipa. O Vazio da Ordem: Relações Políticas e Organizacionais Entre As Escolas de Samba e O Jogo do Bicho. *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, p. 42-52, 1993a.

_____. Violência Urbana: Representação de Uma Ordem Social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, p. 145-155, 1993b.

_____. Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana no Brasil. In: Queiroz Ribeiro, L.C. e Santos Jr, O.A. (orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1994.

_____. Um Problema Na Interpretação da Criminalidade Urbana Violenta. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 493-511, 1995.

_____. Criminalidade Violenta: Por uma Nova Perspectiva de Análise. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR - Curitiba, n. 13, p. 45-58, 1999.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p. 53-84, jan/jun, 2004.

_____. Introdução. In.: *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____; LEITE, Marcia Pereira e Milton Fridman. *Matar, Morrer, "civilizar": O Problema da Segurança Pública*. IBASE/Action Aind-Brazil/ Fundação Ford, 2005.

_____(Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 316 p, 2008.

_____. *Refundar a polícia ou a sociedade?* Observatório da Cidadania (Rio de Janeiro), p. 18-21, 2009.

_____. *Entrevista aos editores (Revista Eletrônica Habitus)*. *Revista Habitus*, v. VII, p. 142-147, 2010.

_____. *Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais - Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 4 - pp. 663-698, out/nov/dez 2011*

MACRAE, Edward. A antropologia e o uso de drogas: a questão da maconha. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.3, n.2, dez., p.125-215, dez.,1986b, pp. 195-202.

MAGGIE, Yvonne, A Experiência do LPS. In: Eliana Pessanha; Glauca Villas Bôas. (Org.). *Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J.C. Editora, 1995.

MAIO, Marcos Chor, Estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese de Doutorado. IUPERJ, 1997.

_____, O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 141- 158, 1999.

MALAGUTI BATISTA, Vera. *Difíceis ganhos fáceis*. Rio de Janeiro. Revan, 2003.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. Prefácio. In: LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011

_____. O alemão é muito mais complexo. In: MALAGUTI BATISTA, Vera (org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2012.

MANNHEIM, Karl, O problema da "Intelligentsia": um estudo de seu papel no passado e no presente. In._____. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, pp.69-139, 1974.

_____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*: Bauru, SP: Edusc, 2005.

MARTINS, José de Souza. A ambiguidade na elaboração do objeto na sociologia rural. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 38, No. 2 (Apr. - Jun.), pp. 339-358, 1976.

_____. *Linchamentos: A Vida Por Um Fio. Travessia*, v. II, n. 4, p. 21-27, 1989.

_____. (org.). *Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, 1987.

MCGANN, James. *E-NotesThink Tanks and the Search Transnationalization of Foreign Policy*. December 16, 2002.

_____. 2013 Global Go To Think Tank. Index Report, 2014. Cf. <http://gotothinktank.com/dev1/wp-content/uploads/2014/01/GoToReport2013.pdf>

MEDVETZ Thomas, « Les think tanks aux États-Unis » L'émergence d'un sous-espace de production des savoirs, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2009/1 n° 176-177, p. 82-93. DOI : 10.3917/arss.176.0082

MELLO PRANDO, Camila Cardoso de. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação Direito UFSC, 2012.

_____. *A Cultura jurídica das revistas: a revista de direito penal (1933-1936) como fonte de interpretação*. http://www.iuscommune.ufsc.br/congresso2010/Corpo_Anais.pdf#page=106 Acesso em 23.08.2013.

MERTON, Robert K. *Science, technology and society in seventeenth-century England*. New York: Fertig, 1970.

_____. Los imperativos institucionales de la ciencia. In: BARNES, B. (org.) *Estudios sobre la sociología de la ciencia*. Madrid: Allianza Editorial, 1972, p.64-78.

_____. *Science and technology in a democratic order. Journal of Legal and Political Sociology*, 1, p. 115-26, 1942. Reeditado como *The normative structure of science*. In: _____. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973. p. 267-78.

MESQUITA NETO, Paulo de *et al. II Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo, Comissão Teotônio Vilela (CTV), 2002.

_____. & RICARDO, Carolina de Mattos. O Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a ampliação do debate sobre violência em São Paulo. *Revista Lusotopie*, pp.365-382, 2003.

_____. Medindo progresso em segurança pública. *Boletim IBCCRIM*. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano 14, n. 165, 2006.

_____. & ALVES, Renato. *III Relatório Nacional de Direitos Humanos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

_____. *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: Quartier latin, 2011.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana*. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São

Paulo, Sumaré/Idesp, 1990.

_____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/FAPESP, vol.2, 1995.

_____. *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Sumaré/FAPESP, vol. 1, 2001a.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001b.

_____. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1977]2001, pp. 13-68.

_____. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1979]2001b, pp.69-292.

_____. O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado (1931-7). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1983]2001b, pp. 293-344.

_____. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1980]2001b. pp.345-356.

_____. SPHAN: refrigério da cultura nacional. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1987]2001b, pp.357-368.

_____. Intelectuais brasileiros. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1999]2001b, pp. 369-402.

_____. A construção do trabalho intelectual. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1992]2001b, pp.403-416.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro*. n.10, 1994.

_____. & SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.). *Violência sob o olhar da saúde – a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Editora Scritta, 1992. v. 01

_____. *O Estado e o crime organizado*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, v. 01. 239p.,1998.

_____. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. *Estudos Avançados* (USP. Impresso), v. 21, p. 51-69, 2007.

MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de Presídios e Criminalidade*. A Gestão da Violência no Capitalismo Global. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT), *Programa Institutos Nacionais de C&T*. Documento de Orientação Aprovado pelo Comitê de Coordenação, Edital n. 015/2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Criminalidade e Violência*: Relatório dos Grupos de Trabalho de Juristas e Cientistas Sociais, vol.1 1980a.

_____. *Criminalidade e Violência*: Relatório e Conclusões da CPI sobre o Sistema Penitenciário, vol. 2, 1980b.

_____. *Criminalidade e Violência*: Relatório e Conclusões da CPI sobre o Sistema Penitenciário, vol. 3, 1980c.

MIRALLES, T, SÜSSEKIND, E., PIERECK DE SÁ, MH., CARDOSO, RM. *O Sistema Penal na Cidade do Rio de Janeiro*: Fator Criminógeno. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Penais da Faculdade de Direito Cândido Mendes, Editora Liber Juris, 1976.

MIRANDA, Ana Paula. Depoimento da ex-presidente do ISP, Ana Paula Miranda à CE da

Segurança, 2009a In: <http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=8327675&canal=258&total=66&indice=0>
 _____. Entrevista. Por uma segurança pública mais inteligente. Lowndes Report. A revista do condomínio, 2009b In: <http://www.lowndes.com.br/report/58/mater5.htm>

MISSE, Michel e outros. *Delinquência Juvenil Na Guanabara - Uma Introdução Sociológica*. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 1973.

_____. *O Estigma do Passivo Sexual* (Análise de Um Símbolo de Estigma No Discurso Cotidiano). Rio de Janeiro: Achiamé-Socii, 1979a.

_____. & MOTTA, Dilson. *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro, Achiamé-Socii, 1979b.

_____. *O conceito de classes sociais em Marx e Weber*. Introdução a uma divergência problemática. Mestrado em Sociologia. IUPERJ, 1979c.

_____. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, n.91, Agosto de 1995, 23:39.

_____. *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*, 1993. In: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

_____. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas, 1995. In: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

_____. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

_____. Explicando a violência urbana e a criminalidade no Brasil: um mapa das posições teóricas e metodológicas em disputa. in Claudio L. Zanutelli, Eugênia C. Raizer e Vanda de A. Valadão, orgs., *Violência e contemporaneidade*. Dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória, NEVI-UFES/Grafita, 2007, PP. 17-30

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro In: *Revista Civitas*, vol.8, n.3, set-dez. Porto Alegre, 2008a

_____. *A construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação in MISSE, Michel (org), Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: REVA/ FAPERJ, 2008b

_____. et alii (2011), Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 663-698*.

MOISÉS, José Álvaro e outros. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

_____. e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. *Revista de Cultura & Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 13-65.

_____. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. *Cidade, povo e poder*. *Revista de Cultura & Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 14-30.

MONTERO, Paula. O normal e o patológico. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.3, n.2, dez., 1986b, pp.151-158.

_____. e MOURA, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo - 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac

Naify, 2009.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; FILHO, Manoel Mendonça. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 7-12; mai./ago. 2006.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro. *Teoria & Pesquisa – Revista de Ciência Política*. Vol. 21, n. 1, p. 73-89, jan./jun., 2012.

MOTT, Luiz & ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.4, n.1, jul., pp.41-56, 1987.

MOURA, Margarida Maria & BARBOSA, Marco Antonio. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.3, n.2, p.159-182 dez.1986b.

MOURÃO, Victor Luiz Alves. *O curso paralelo de ciências sociais da UFMG*, 2008.

MUCCHIELLI, Laurent (dir.). *Histoire de la criminologie française*, L'Harmattan, 1994.

_____. Une sociologie militante du contrôle social. Naissance du projet et formation de l'équipe francophone. *Déviance et société*, des origines au milieu des années quatre-vingt, *Déviance et société*, 21 (1), p. 7-45, 1997.

_____. *La découverte du social : naissance de la sociologie en France, 1870-1914*, Paris, La Découverte, coll. « Textes à l'appui », 1998, 571 p.

_____. Les champs de la sociologie pénale. Vingt ans de recherches et de débats dans *Déviance et Société*, *Déviance et Société*, 1999, 23 (1), pp. 3-40.

_____. *Violences et insécurité : fantasmes et réalités dans le débat français*, Paris, La Découverte, 2001.

_____. L'impossible constitution d'une discipline criminologique en France. Cadres institutionnels, enjeux normatifs et développements de la recherche des années 1880 à nos jours, *Criminologie*, 2004, 37 (1), p. 13-42.

_____. (dir.). *La Frénésie sécuritaire : retour à l'ordre et nouveau contrôle social*, Paris, La Découverte, 2008a.

_____. Une « nouvelle criminologie » française. Pour quoi et pour qui ?, *Revue de sciences criminelles et de droit pénal comparé*, 2008b, 4, p. 795-803.

_____. De la criminologie comme science appliquée et des discours mythiques sur la « multidisciplinarité » et « l'exception française », *Champ pénal / Penal field, nouvelle revue internationale de criminologie*, 2010a.

_____. Vers une criminologie d'Etat en France ? Institutions, acteurs et doctrines d'une nouvelle science policière », *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, 2010b, 23 (1), 195-214.

_____. *L'Invention de la violence. Fayard (maison d'édition)*, 2011, 344 p.

_____. *Criminologie et lobby sécuritaire : une controverse française*. La dispute, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1 n.1, jul.,1984a, pp.39-47.

MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, S. P.; MUSUMECI, L. Imagem da desordem e modelo de policiamento. *Cidade em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 17, n.49, 1998.

_____. e ZACCHI, José Marcelo. *Avanços, Frustrações e Desafios para uma Política Progressista, Democrática e Efetiva de Segurança Pública no Brasil*, 2004.

MUSUMECI SOARES, Barbara. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Antropologia do executivo: limites e perspectivas. In Correa, Mariza (org.), *Gênero e Cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, pág: 31-45, 2002a.

_____. & ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002b.

NAVES, Rubens. Direitos fundamentais. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.2, n.2, dez,1985b, pp.135-149

NAZARETH CERQUEIRA, Carlos Magno. “As Políticas de segurança pública do Governo Leonel Brizola”. *Revista Arché*, Rio de Janeiro: Faculdade de Direito Cândido Mendes – ano VII, nº9, maio de 1998.

NEDER, Gizlene & CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Conciliação e violência na história do Brasil: uma interpretação dos aspectos ideológicos da literatura didática de primeiro grau. *Encontros Com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 189-227, 1978.

_____. *Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

_____. *A violência na boca do povo*. In: *Direito e Avesso*, v. 3, p. 167-187, 1983.

NEV. *O sistema de administração da justiça criminal: fragmentação e conflito no caso paulista*. Relatório. mimeo, 1991.

_____. *São Paulo Sem Medo*. mimeo, 1997.

_____. *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*. Relatório Final. Projeto integrado de pesquisa. mimeo, 1999.

NEVES, Paulo S.C.; Fábio F. B. Freitas; Célia D. G. Rique. (Org.). *Polícia e Democracia: Desafios à Educação em Direitos Humanos*. 1ed.Recife: Edições Bagaço, 2002.

_____.; Manoel Mendonça Filho; Maria Cristina Martins; Maria Tereza Nobre. Polícia, Direitos Humanos e Educação para a Cidadania. In: Paulo S. C. Neves; Fábio F. B. Freitas; Célia D. G. Rique. (Org.). *Polícia e Democracia: Desafios à Educação em Direitos Humanos*. 1ed.Recife: Edições Bagaço, 2002, p. 85-110.

_____. Espaço Público, Polícia e Cidadania: Em Busca de Novas Formas de Sociabilidades. In: Paulo S. C. Neves; Fábio F. B. Freitas; Célia D. G. Rique. (Org.). *Polícia e Democracia: Desafios à Educação em Direitos Humanos*. 1ed.Recife: Edições Bagaço, 2002, p. 145-170.

_____. Universidades, direitos humanos e democracia: a experiência das comissões universitárias de direitos humanos. In: Manoel Mendonça Filho (Org.). *Educação, violência e polícia: direitos humanos?* 1ed.Aracaju/Salvador: EDUFS/EDUFBA, 2004, v. 1, p. 39-73.

_____. *Espaços Públicos Auto-Centrados e Democracia: O Exemplo da Polícia Comunitária*. In: Eliano Sérgio Azevedo Lopes. (Org.). *A Aventura do Conhecimento e a Pesquisa Social em Sergipe*. 1ed.Aracaju: Criação, 2012, v. 1, p. 269-274.

O'DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo: Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A institucionalização do ensino de Ciências Sociais. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumará, 1991.

_____. *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro*. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995. v.2.

_____. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs; Capes, 1999. v.2., p.147-181.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro*, 2012. http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340668954_ARQUIVO_OLIVEIRA,Samuel.ACruzadaSaoSebastiaoEnviado.pdf

OLIVEIRA JUNIOR, Alcides de. *“Penas especiais para homens especiais”*: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ, 2005.

_____. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História. As teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940: resultado de pesquisa., 2007 <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0502.pdf>

OLIVEN, Rubem George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.23, n.3, pp. 371-376, 1980.

_____. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua Criminologia*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 25, n.1, pp.63 a 85, 1982.

_____. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. Em: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ & COELHO, Edmundo Campos. *Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, mimeo, 1984.

_____. Uma saga carcerária. In: IMESC, *Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1, n.2, pp.97-110, dez.1984b.

_____. *Recuperar ou punir?* Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A violência urbana e a Sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens e... In: *Religião e sociedade*, v. 15, n. 1, p. 68-81, 1990.

_____. Notas sobre o ensino de ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais ontem e hoje. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia. *As assim chamadas ciências sociais:*

- formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ: Relumé Dumará, 1991.
- _____. & BEATO F., Claudio C. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 233-248, maio de 1997.
- PALMISCIANO, Ana Luísa S. Correia de Melo. *Lições de cidadania: a experiência do balcão de direitos no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, 2005.
- PAOLI, Maria Célia. Violência e espaço civil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. Mulheres, imagens e movimento. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Sobre mulher e violência, n.4. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- _____. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Novos Estudos Cebrap*, n.31, outubro, 1991, p. 107-20.
- _____. Movimentos sociais, cidadania e espaço público – perspectivas brasileiras para os anos 90. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.33, out. 1991, pp. 115-133.
- PASSETTI, Edson. *O mundo do menor infrator*. Ed. Cortez, São Paulo, 1984
- PAVEZ, Thais Regina; GONÇALVES, Renata da Rocha; TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne de; CARDOSO, Sara Azevedo. Redes sociais e segurança pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 5, edição 9, São Paulo, 2011.
- _____; TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne; GONÇALVES, Renata Rocha. *Atores no debate sobre segurança pública no país à luz da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública*. II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2012.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.
- PEIRCE, C.S. O que é Pragmatismo. In Peirce, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PENA, Maria Valéria J. *O uso de fontes não-convencionais na sociologia brasileira: uma avaliação recente*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1989
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PEREIRA, Hilda Maria Gaspar. *The Viva Rio Movement: the struggle for peace*. Institute of Latin American Studies, University of London, 1996.
- PERES, Maria Fernanda Tourinho. Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência? *Revista ciência e Cultura*, São Paulo, ano 54, n.1, p. 54-55, jul./ Ago./ Set. 2002.
- _____. Violência: um problema de Saúde Pública. In: Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula. (Org.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Editora Contexto, p. 101-112, 2006.
- PERLMAN, Janice. *O Mito da Marginalidade*. Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERLONGHER, Néstor. Vicissitudes do michê. In: *Revista Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*. v.4, n.1, jul., 1987, pp.57-71.

PERRUSO, Marco Antonio. Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro. *Sociedade e Cultura*, Goiânia/GO, PPGS/UFG, v.7, n.2, p. 139-150, 2004.

_____. *Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.

PIMENTEL, Manoel Pedro. Breves notas para a história da Criminologia no Brasil. *Rev. Fac. Dir. UFG* (4)2 jul/dez 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. Em: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: n. 22, 1979.

_____. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. *Escritos Indignados*. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

_____. & SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1, n.2, dez., 1984b, pp.77-95.

_____. & BRAUN, Eric (org.). *Democracia x violência - reflexões para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

_____. & SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. Em: *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*. São Paulo, 2(2): 77-95, 1985.

_____. *Memorial apresentado para provimento de um cargo de professor titular junto ao Departamento de Ciência Política. FFLCH-USP, São Paulo, 1996*.

_____.; GUNN, Phillip, FILHO, Candido Malta et al. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. *Violência Urbana e Crime no Brasil: o caso de São Paulo*, 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos no Ensino Superior*. Em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_ensino_superior.pdf. 2003.

PIRES, Álvaro. Le debat inachevé sur le crime: le cas du congrès de 1950. *Deviance et Société*, n. 3-1, vol.3, 1979, pp.23-46

_____. “La criminologie d'hier et d'aujourd'hui” In: Christian Debuyst, Françoise Digneffe, Jean-Michel Labadie et Alvaro P. Pires, *Histoire des savoirs sur le crime et la peine*. Tome I. Des savoirs diffus à la notion de criminel-né. Chapitre 1, pp. 13-67. Les Presses de l'Université de Montréal, Les Presses de l'Université d'Ottawa et De Boeck Université, 1995.

PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34, 1997.

PORTO, Maria Stella Grossi. Panorama recente da pesquisa em sociologia no país. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2005 pp. 199-230.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1994. 390 p.

PRATES COELHO, Magda. Crime organizado e pobreza: uma nova associação. *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da modernidade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro – PMEMG, 1992.

PULICI, Carolina. De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia na USP de 1954 a 1969. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p. 97-120, 2007.

_____. *Entre sociólogos: versões e conflitos da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP/ FAPESP, 2008.

QUEIROLO, Sylvia. *O espaço conceitual da periculosidade*. Direito penal e criminologia. Tese de Mestrado, 1984.

QUEIROZ, José J. (org.). *As prisões, os jovens e o povo*. EDUC – Edições Paulinas. São Paulo, 1985.

RAFAEL, A. *Um abraço para todos os amigos*. Niterói, Eduff, 1998.

RAGO, L.M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* - Em formato eletrônico. 4. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 165p., [1976] 2008.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. (2010), De Carolina Pulici, Entre Sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 1, Janeiro / Abril.

RAMOS, Silvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a AIDS, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n.No. 4, p. 1067-1078, 2004a.

_____ & CARRARA, Sergio. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª; Parada do Orgulho GLBT* – Rio, 2004b.

_____. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural Afro Reggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1303-1311, 2006a.

_____ & CARRARA, Sergio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, p. 185-205, 2006b.

_____. *Respostas brasileiras à violência no campo da segurança pública - os movimentos sociais e as organizações não-governamentais*. Tese em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

_____. *O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas*. On-line: <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/02/O-campo-de-estudos-sobre-violencia-e-seguranca.pdf>, 2013.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. *As Ciências Sociais nos últimos*

20 anos: três perspectivas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n.65, pp. 17-31, 2007.

RIBEIRO, Leonídio. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Liv. Freitas Bastos, 1957. 2 vol.

RICPT - Revue Internationale de Criminologie et Police Technique, n.1, vol. 2, janvier-mars 1948, pp. 158-15

_____, n.4, vol.3, octobre-décembre, 1949, pp.302-303

_____, n.4, octobre-décembre 1957, pp. 311-313

_____, vol 12, n.1.avril-juin 1958, pp. 149-152

_____, vol.17, n.1, janvier-mars, 1963, pp. 5-12

_____, RICPT, 9 1964

_____, vol.20, n. 2 avril-juin, 1966, pp.87-88

_____, v.22, n. 2, avril-juin 1968, pp. 117-128

_____, vol.22, n.1, janvier-mars, 1979, pp. 11-20

RIDENTI, Marcelo *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

_____, Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 17, pp. 81-110, 2005.

_____, Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: Ridenti, M. & Reis, D. A. (orgs.) *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas, Unicamp, 2007.

_____, *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 188p

RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis, v.19, p.1-19, 1997.

_____. Dilemas éticos no campo da violência. *Comunicação e Educação (USP)*, São Paulo, v.13, p.26-32, 1998.

_____. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. *São Paulo em Perspectiva (Impresso)*, São Paulo, v. 13, n.4, p. 28-41, 1999.

ROBERT, Philippe. *La question pénale*. Genève: Droz, 1984.

_____. *Sociologia do crime*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [1894]1934.

ROLIM, Vanderlan Hudson. O presente volta-se para o passado: velhos hábitos ou um novo tipo de policiamento? *Revista O Alferes*, Belo Horizonte, Vol. 23, nº 63, jan./jun. 2008.

ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

SABATIER, P. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learnig therein. *Policy Sciences*, v.21, 1988, p.129-168.

SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o Sistema de Justiça. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. v.4. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília, DF: Capes, pp.233-266, 2002.

_____. Violência e Segurança Cidadã. *Revista Mediações*, Londrina, v.8, n.1, pp.117-128, jan./jun, 2003a.

_____. (org.). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Sumaré, 2003b.

_____. Judiciário: mudanças e reformas. *Estudos Avançados* (18) 51, pp.79-101, 2004.

_____. (org.). *Justiça e Cidadania no Brasil*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2009.

_____. (org.). *O Ministério Público e a Justiça no Brasil*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

_____. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo. 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: Andrei Koerner. (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises*. 1ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2006, v. 40, p. 107-127.

_____.; Alvarez, M.C.; GAUTO, M. A Contribuição de David Garland: a sociologia da punição. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, p. 329-350, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada. *Law and Society Review*, Denver, 12(1), 5-126, Fall, 1977

_____. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, Claudio & FALCÃO, Joaquim (orgs.), *Sociologia e direito: textos básicos de sociologia jurídica*, 1.ed. São Paulo: Pioneira, p.109-117, 1980

_____. *O discurso e o poder*. Porto Alegre, Sergio Fabris, 1988.

_____. *Toward a new common sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. *Um governo, três agendas? Política de Segurança Pública no Estado de São Paulo (1995-2006)*. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2008.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *As raízes do crime*. Um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, 3: 133-149, 1967.

_____. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, 7: 137-161, 1970.

_____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, [1978] 2002.

SAPORI, Luis Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____ & ANDRADE, Scheilla Cardoso P. Integração policial em Minas Gerais: Desafios da governança da política de segurança pública. *Civitas*, Porto Alegre v. 8 n. 3 p. 428-453 set.-dez. 2008.

_____ & MEDEIROS, Regina (orgs.). *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte. Ed. PUC-Minas, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 35-50, maio-agosto/2004.

SCHINDLER, A.C. *O Estado e o Social: o papel das instituições de assistência social em São Paulo, 1880-1910*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SCHOLLHAMER, Karl Erik. Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo. In: DALCASTAGNÈ, R.(Org.) *Ver e imaginar o outro – alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. Vinhedo (SP): Horizonte, 2008.

SCHWARCZ, LÍlian Katri Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil*. 3a. edição. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Cia. Editora Nacional/Finep, 1979.

_____. *Da violência dos nossos dias*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.23, n.3, pp. 365-369,1980.

_____. O lugar das ciências sociais no Brasil dos anos 90. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ: Relumé Dumará, 1991.pp. 79-100.

_____. Os Paradigmas e o espaço das ciências sociais. In: _____. *A Redescoberta da Cultura*, EDUSP, 1996.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Implantação do Sistema Único de Segurança Pública*. Relatório de Atividades, 2005.

_____. *Relatório de Gestão*, 2006.

_____. *Projeto “Pensando a Segurança Pública”*, 2011.

SENTO-SÉ, João Trajano. Imagens da Ordem, Vertigens do Caos. O Debate Sobre as Políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro, nos Anos 80 e 90. *Arché Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 19, p. 41-73, 1998.

_____. O discurso público sobre violência e juventude no Rio de Janeiro. *Lusotopie*, Paris-França, v. 2, 2003.

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SHINN, Terry. Regimes de produção e difusão da ciência: rumo a uma organização transversal do

conhecimento. *Scientiae Studia*, 6, 1, p.11-42, 2008.

_____. & RAGOUET, P. *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008.

SIKKINK, Kathryn. The Power of Principled Ideas: Human Rights Policies in the United States and Western Europe. Chapter 6 in Judith Goldstein and Robert O. Keohane, eds., *Ideas & Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

_____. The Emergence, Evolution, and Effectiveness of the Latin American Human Rights Network. In Elizabeth Jelin and Eric Hershberg, eds. *Constructing Democracy in Latin America: Human Rights, Citizenship, and Society in Latin America*, Westview Press (Boulder), 1996.

SILVA, Fabio de Sá e. “Nem isto, nem aquilo”: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 6, n. 2, pp. 412-433, Ago/Set 2012.

SILVA, Sérgio Luiz Felix da. *A parceria entre a polícia militar de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro: uma busca de legitimidade em ambientes altamente institucionalizados?* Dissertação. Mestrado em Administração Pública - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho / Fundação João Pinheiro, 2009.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Ed. Vozes/CEBRAP, [1980] 1982.

SINHORETTO, Jacqueline. *A justiça perto do povo*. Reforma e gestão de conflitos. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2011. v. 1. 438p.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

_____. Faça a coisa certa: o rigor da indisciplina. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*, pp. 265-278, Rio de Janeiro: UERJ: Relumê Dumará, 1991.

_____; Sento-Sé, J.T.; Rodrigues, J., A.S. e Piquet Carneiro, L. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: ISER, 1996

_____. Herói Serial. In: SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: ISER, 1996.

_____. A campanha contra a fome como experimento radical. In: *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo: ABONG: 1998

_____ & SENTO-SÉ, João Trajano, *Dilemas de um aprendizado difícil: Estado e segurança pública no Rio de Janeiro*, 1999.

_____. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

_____. A ética e o intelectual no século XXI. In: *Gramsci e o Brasil*. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=58>, 2000.

_____. Espaço Aberto - Entrevista. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, p. 237-270, 2001.

_____ & ATHAYDE, Celso; BILL, MV. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. *Legalidade Libertária*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2006.

_____; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006.

_____. *O Pensamento de Richard Rorty e seu exemplo de vida*. In:

- http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8775&cod_canal=55 , 2007a.
- _____. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 21, n. 61, Dez. 2007b.
- _____. *Refundar as polícias*. Le Monde Diplomatique Brasil. 04 de Janeiro, 2009a.
- _____. O regime de representação feminino e as implicações recíprocas entre processos de subjetivação e violência. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). *Segurança Pública: outros olhares, novas possibilidades*. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Brasília, 2009b.
- _____; LEMOS, Carlos Eduardo Ribeiro; MIRANDA, Rodney Rocha. *Espírito Santo*. Editora Objetiva, 2009c.
- _____; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo; FERRAZ, Cláudio. *Elite da Tropa 2*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- _____. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. *Tudo ou Nada*. Ediouro, 2011.
- _____. *PEC-51: revolução na arquitetura institucional da segurança pública*. In: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=1185>
- SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995. v. 2.
- _____. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito como liberdade: o direito achado na rua – experiências populares emancipatórias de criação do direito*. Tese de doutorado Faculdade de Direito UNB 2008 http://www.dhnet.org.br/dados/teses/a_pdf/tese_jose_geraldo_direito_achado_rua.pdf Acesso 20.08.2013.
- SOUZA, Herbert. A cidadania faz história. Opinião. *Folha de São Paulo*. 25 de dezembro, 1994.
- SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Luís Antonio Francisco. *Poder de Polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese em Sociologia. FFLCH-USP, 1998.
- _____. Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 59, p. 81-108, 2005.
- _____. Ordem social, Polícia Civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). *Revista de História (USP)*, v. 162, p. 179-204, 2010.
- SOUZA, Robson Sávio Reis. *Apresentando o CRISP*, s/d.
- SPRANDEL, Marcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical*. Interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- SUSSEKIND, Elizabeth. *A justiça dos homens*. Tese de mestrado em Direito e Desenvolvimento. PUC- Rio de Janeiro, 1984.

SYKES, G. M. *The society of captives*. Princeton: Princeton University Press, 1958.

SZABO, Denis. *Criminologie et politique criminelle*. Vrin, 1978.

TAUBE, Maria José. Quebrando silêncios, construindo mudanças: SOS / Ação Mulher. In: Mariza Corrêa (org.), *Gênero & Cidadania*. Campinas-SP, Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários*. XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 1990

_____. *Matuchos: exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *A violência como dispositivo de excesso de poder*. In: *Revista Sociedade & Estado. Brasília UnB*, v.10, n.2, jul./dez, pp.281-298, 1995.

_____; DIDONET, B. e SIMON, C. "A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola". XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. Publicado em *Violência Não Está Com Nada*. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.). Porto Alegre, abril 1999.

_____. *Violências e Dilemas do Controle Social nas Sociedades da "Modernidade Tardia"*. In: *Revista São Paulo em Perspectiva – Controle Social, segurança e cidadania* vol. 18 n.1, 2004.

_____ & BRUMER, Anita. *Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)*. *Revista Nera*, ano 9, n. 9, pp.49-72, Julho/Dezembro, 2006a.

_____. *Segurança pública e violência no Brasil. Cadernos Adenauer IX*, n.4, pp.83-95, 2008.

_____. *Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial*, 2009.

_____; Dwyer, Tom; Burawoy, Michael. *The Dialogue between Criminology and the South s Sociology of Violence: The Policing Crisis and Alternatives*. In: Michael Burawoy; Mau-kuei Chang; Michelle Fei-yu Hsieh. (Org.). *Facing an unequal world: challenges for a global sociology*. Taipei, Taiwan: International Sociological Association; Academia Sinica., v.1, p.105-125, 2010.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul e YOUNG, Jock. *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *The new criminology*. Routledge, 2013.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão de ilegalismos na cidade de São Paulo*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – FFLCH USP, 2012.

TELLES, Vera Silva. *Sociedade Civil e Construção de Espaços Públicos*. In: Dagnino, Evelina. (Org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. 1. ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2011.

THOMPSON, Augusto F. G. *A Questão Penitenciária*. Petrópolis: Vozes, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading M. A., Addison-Wesley, 1978

_____. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v. 17, n.2, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOSI, Giuseppe. *Algumas observações a respeito do texto da profa. Flávia Piovesan Direitos Humanos no Ensino Superior*. Em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_ensino_superior.pdf, 2003.

TOURNIER, P.V (ed.). *La Babel criminologique*. Formation et recherche sur le phénomène criminel: sortir de l'exception française? Actes du colloque du 3 février 2009. Paris, L'Harmattan, 2009.

TRINDADE, Hélió. Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, Hélió (org.). *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada*. 1930-2005. 2e. Editora UFRGS; Anpocs, 2007.

TSUNODA, Fábio Silva. *Violência, participação social e direitos humanos: estudo com a Comissão Teotônio Vilela*. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita (Campus de Marília), 2009.

_____. *Comissão Teotônio Vilela (CTV): direitos humanos e vocação militante*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FFLCH- USP, 2013.

UFF. *Projeto de curso superior de bacharelado em segurança pública e social*, 2008.

VALLA, Vincent (org.), *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, 2005.

VARGAS, Joana D. *Fluxo do sistema de justiça criminal para crimes sexuais: a organização policial*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo, IBCCRIM, 2000.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. *A municipalização da segurança pública em Maracanaú-CE*. Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, 2007.

_____. *Violência e Academia: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2009.

_____. A construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP). (2010), In: BURITY, Joanildo; RODRIGUES, Cibele Maria; SECUNDINO, Marcondes (orgs.). *Desigualdade e Justiça Social: Dinâmica Estado-Sociedade*. Fundação Joaquim Nabuco/Argumentvm Editora.

_____. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio a

fragmentação de uma *intelligentsia* na transição democrática. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 1, p. 147-178, 2011a.

_____. A polícia à luz da sociologia da violência: “policiólogos” entre a crítica e a intervenção. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 5, ed.9, 2011b.

_____. Violência, crime e punição nas ciências sociais do Brasil: memórias de um campo em formação. *Estudos de Sociologia* (São Paulo), v. 17, p. 571-576, 2012.

_____. As ciências sociais e a violência urbana no Rio de Janeiro: notas para a análise de um campo em construção. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, p. 127-165, 2013.

VEIGA, Laura. *A trajetória de uma geração de cientistas sociais em Belo Horizonte: imagens de anos nem sempre dourados*. Trabalho apresentado no III Congresso Nacional de Sociologia, 1987.

_____. Ciências sociais: dilemas, vocações e contextos de trabalho. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia. *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ: Relumé Dumará, pp.169-194, 1991.

VEIGA JÚNIOR, Maurício Hoelz. *Violência e pessoalização numa sequência sociológica*. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011. www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, v. 1. 115 p., 1973

_____. “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social”. In: Gilberto Velho (org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974a.

_____. “Estigma e comportamento desviante em Copacabana”. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974b.

_____. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974c.

_____. Violência e Cidadania. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.23, n.3, pp. 361-364, 1980.

_____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

_____. “A experiência do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ”. In: Sérgio Miceli (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Saraiva/FAPESP 1993.

_____. Autoritarismo e Violência no Brasil Contemporâneo. SCHWARTZ, Jorge & SOSNOWSKI, Saúl (orgs.) *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (Org.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFRJ, p. 10-24, 1996.

_____ & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas e Editora da UFRJ. v. 1, 1996.

_____. *Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV. v. 1, 1998.

_____. (Org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. v.1, p.144 p, 1999.

_____. *Mudança, Crise e Violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Violência: uma perspectiva antropológica*, 2006 In: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/gilbertovelho.htm Acesso: 24.05.2014

_____. Homenagem a Gilberto Velho. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, abril de 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100007&lng=en&nrm=iso

VELHO, Otávio. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa, em *A Revolução Passiva - Iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Revan/IUPERJ, 1997.

VICARI JÚNIOR, Carlos. Criminologia e ciências afins: perspectivas e abordagens do crime e do criminoso. In: *Revista do IMESC*. Ano V, n.3, 1982c, pp.20-22.

VIEIRA, José Ribas. *O papel da ABEDI no Brasil*, 2011 <http://www.educacaojuridica.net/news/o-papel-da-abedi-no-brasil-vieira-jose-ribas/>

VIEIRA, Oscar Vilhena. *A Constituição brasileira: os tratados internacionais e os mecanismos de defesa dos direitos humanos. Os direitos humanos no Brasil Núcleo de Estudos da Violência da Usp*, SÃO PAULO, 1993.

_____. *Direitos Fundamentais: uma Leitura da Jurisprudência do STF*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. v. 1.

_____; ALMEIDA, E. M. . Strategic Advocacy in Human Rights: Conectas' Experience. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos (Impresso)*, v. 8, p. 181-206, 2011.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas., 1997

VILLAS BÔAS, Gláucia K. *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 1. 179p, 2006.

VIOLANTE, Maria Lucia V. Para além da humanização. In: *IMESC, Revista Temas - Sociedade, Direito e Saúde*. v.1, n.2, dez.,1984b, pp.111-126.

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *A Nova Escola Penal*. Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1894.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *From 'public criminology' to the reflexive sociology of criminological production and consumption. A review of Public Criminology?* by Ian Loader and Richard Sparks. London: Routledge, 2010. *British Journal of Criminology*, 51, 438-448, 2011.

WAIZBORT, Leopoldo. (1998), Para uma sociologia do memorial acadêmico: um fragmento. In:

Literatura e Sociedade. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, n.3.

WEBER, Max. (2000), *Sociologia da Religião (Tipos de Relações Comunitárias Religiosas)*. In _____. *Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva*. 3 ed. Brasília: UnB.

WEISS, Thomas G. *Transcript of interview of Paulo Sérgio Pinheiro*. New York, 8 May 2002 and Brasília, 18 July 2002.

WHITLEY, R. D. Specialty, marginality and types of competition in the sciences. In: GLEICHMAN, P.R.; GOUDSBLOM, J. & KORTE, H. (Ed.). *Human figurations: essays for Norbert Elias*. Amsterdam: Stichting Amsterdams Sociologisch Tijdschrift, 1977.

WILSON, James Q. & KELLING, George. "Broken Windows: The police and neighborhood safety". *Atlantic*. March. 29, 1982.

YOUNG, Jock; MATTHEWS, Roger. *Rethinking criminology: The realist debate*. Sage Publications, 1992.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Tradução por Vânia Romano Pedrosa e Almir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZALUAR, Alba Maria. *Os Homens de Deus: Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1974.

_____. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do "ferro" e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. O Rio contra o crime. *Revista Presença*, n.5, 1985a.

_____. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

_____. (org.). *Violência*. *Revista Religião e Sociedade*, 15/1. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Religião (CER) / Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), 1990.

_____. (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora Revan, 1996a.

_____. *Da Revolta ao Crime S.A.* Rio de Janeiro: Moderna, 1996b.

_____; PRATES, Antonio Augusto; BEATO FILHO, Cláudio; NORONHA, Ronaldo. Antônio Luis Paixão, intelectual e amigo. *BIB*, Rio de Janeiro, n.42, pp. 3-6, 2 semestre de 1996.

_____. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L.M. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 4 v., 1998.

_____. Violência e Crime. In: MICELI, Sergio (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

_____. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. *Entrevista concedida a Michel Misse, César Caldeira, Emilio Dellasoppa*. *Revista Rio de Janeiro*, v. 12, p. 5-35, 2005.

_____ & ALVITO, Marcos. (Orgs.). *Um Século de Favela* 5a. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 370 p., 2006.

_____ e RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência. *Novos Estudos*

Cebrap, 84, junho, pp. 175-196, 2009.

_____. *Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, pp. 327 a 365, 2012.

Documentos mencionados:

Plano Nacional de Segurança Pública. Brasília (DF): Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2000.

Projeto Segurança Pública para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília (DF): Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

Notícias:

Graduação em segurança incita protesto na UFF, 2008
<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,graduacao-em-seguranca-publica-incita-protesto-na-uff,197088,0.htm>

UFF cria primeiro bacharelado em segurança pública do Brasil, 2012
<http://oglobo.globo.com/educacao/vestibular/uff-cria-primeiro-bacharelado-em-seguranca-publica-do-brasil-3629851>

Segurança Pública e Direitos Humanos. Blog de Jorge da Silva. Graduação em Segurança na UFF, 2011 <http://estudosdeseguranca.blogspot.com.br/>

UFF cria primeiro bacharelado em segurança pública do Brasil, 2012
<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/uff-cria-primeiro-bacharelado-em-seguranca-publica-do-brasil-3629878.html>

WERNECK, Felipe. Há 50 anos, 'Estado' publicava a 1ª grande pesquisa sobre favela. *Jornal O Estado de São Paulo*, 2010. <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ha-50-anos-estado-publicava-1-grande-pesquisa-sobre-favela-imp-,552397>

ZEPEDA, Vinicius. Uma nova maneira de pensar a segurança pública. Entrevista com Roberto Kant de Lima e Lênin Pires, 2012 http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=78

ANEXO I

Maiores dotações da Fundação Ford em favor dos cientistas sociais no Brasil (1970-1988)

Anos de encerramento convênios	início e dos	Posição	Instituições	Disciplinas prioritárias	Montante das dotações em US\$	
1969-1987		1°	Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – São Paulo (única instituição Política a receber <i>endowment</i> de US\$ 750.000 em 1975	Economia, Sociologia e Política	Demografia, e Ciência	1.721.200
1967-1989		2°	Iuperj – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	Ciência e Sociologia	Política e	1.671.323
1968-1989		3°	Museu Nacional / UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antropologia		1.283.496
1979-1989		4°	Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	Ciência e Sociologia	Política e	1.097.079
1978-1989		5°	Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais	Antropologia, Política e Sociologia	Ciência	922.032
1966-1984		6°	UFMG/DCP – Universidade Federal de Minas Gerais / Departamento de Ciência Política	Ciência Política		860.477
1982-1990		7°	Fundação Carlos Chagas/São Paulo	Estudos sobre mulheres		585.200
1970-1981		8°	UFP/Pimes – Universidade Federal de Pernambuco/Programa Integrado, Mestrado em Economia e Sociologia	Mestrado em Economia e Sociologia		538.782
1972-1988		9°	UnB / Universidade Nacional de Brasília	Antropologia		436.315
1967-1975		10°	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciência Política		422.311
1973-1983			Total			9.538.215 (71%)
			Fundação Ford			1.558.145 (12%)
			Demais dotações			2.296.749 (17%)
			Total geral / dotações Ford			13.393.109 (100%)

Fonte: Fundação Ford, Nova York, 1988. Reproduzido de Miceli (1990) e Forjaz (1997).

ANEXO II

O quadro abaixo registra todas as Reuniões Brasileiras de Antropologia – com o local e a data de sua realização - e as diretorias da ABA eleitas na ocasião - seus presidentes, vice-presidentes, secretários gerais, tesoureiros e diretores - com os respectivos períodos para os quais foram eleitos, desde a fundação até os dias atuais. O cargo de vice-presidente só veio a existir em 1996, em decorrência de uma mudança de Estatuto realizada naquele ano.

Reunião	Local	Data	Diretoria Eleita	Exercício
I	Rio de Janeiro	11/1953	Roquete Pinto (Presidente de Honra)	
II	Salvador	03 a 08/07/1955	Luiz de Castro Faria, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira.	1955- 1957
III	Recife	10 a 13/02/1958	Loureiro Fernandes, Manuel Diégues Jr. e José Bonifácio Rodrigues.	1957- 1959
IV	Curitiba	14 a 18/07/1959	Darcy Ribeiro, Manoel Diégues Jr. e Maria Júlia Pourchet.	1959- 1961
V	Belo Horizonte	26 a 30/06/1961	Herbert Baldus, Joaquim Mattoso Camara Jr. e Luiz de Castro Faria.	1961- 1963
VI	São Paulo	07 a 13/07/1963	Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto Augusto da Matta.	1963- 1966
VII	Belém	1966	Manuel Diegues Jr, Aryon Dall'Igna Rodrigues e Roberto Augusto da Matta.	1966- 1974
VIII	São Paulo	1971	Não houve eleição de uma nova diretoria, por falta de quorum adequado.	
IX	Florianópolis	12 a 14/12/1974	Thales de Azevedo, Yonne de Freitas Leite e Wagner Neves da Rocha.	1974- 1976
X	Salvador	22 a 25/02/1976	René Ribeiro, Yonne de Freitas Leite e Wagner Neves da Rocha.	1976- 1978
XI	Recife	07 a 09/05/1978	Luiz de Castro Faria, Yonne de Freitas Leite e Alba Zaluar.	1978- 1980
XII	Rio de Janeiro	14 a 17/07/1980	Eunice Ribeiro Durham, Antônio Augusto Arantes e Peter Fry.	1980- 1982
XIII	São Paulo	04/1982	Gilberto Cardoso Alves Velho, Roque de Barros Laraia e Rosilene B. Alvim.	1982- 1984
XIV	Brasília	15 a 18/04/1984	Roberto Cardoso de Oliveira, Pedro Agostinho e Marisa Veloso.	1984- 1986
XV	Curitiba	03/1986	Maria Manuela Carneiro da Cunha, Ruben George Oliven, Carmem Cinira de Macedo.	1986- 1988
XVI	Campinas	27 a 30/03/1988	Antônio Augusto Arantes, Guita Grin Debert, Márcia Regina da Costa, Luiz Fernando Dias Duarte, Roque de Barros Laraia, Silvio Coelho dos Santos e Olympio Serra.	1988- 1990
XVII	Florianópolis	08 a 11/04/1990	Roque Laraia, Lia Zanotta Machado, Luis Roberto Cardoso de Oliveira, Yvonne Maggie, Russell Parry Scott, Cecília Vieira Helm e Sérgio Teixeira.	1990- 1992
XVIII	Belo Horizonte	12 a 15/04/1992	Silvio Coelho dos Santos, Cláudia Fonseca, Cecília Vieira Helm, Gustavo Lins Ribeiro, João Baptista Borges Pereira, João Pacheco de Oliveira Filho e Raimundo Heraldo Maués.	1992- 1994
XIX	Niterói	20 a 27/03/1994	João Pacheco de Oliveira, Mariza Peirano, Rosilene B. Alvim, Eliane Cantarino O'Dwyer, Mariza Corrêa, Carlos Alberto Caroso, Ilka Boaventura Leite e Lucia H. Van Velthem.	1994- 1996
XX	Salvador	14 18/04/1996	Mariza Correa, Yonne de Freitas Leite, Marcio Ferreira da Silva, Fernanda Arêas Peixoto, Cornélia Eckert, José A. Laranjeiras Sampaio, Ricardo B. de Araújo e Roque Laraia.	1996- 1998
XXI	Vitória	05 a 09/04/1998	Yonne de Freitas Leite, Ruben George Oliven, Regina Celia Reyes Novaes, Sandra Maria Correa de Sá Carneiro, Ellen Woortman, Paula Montero, Judith Hoffnagel e Roberto Cortez.	1998- 2000
XXII	Brasília	16 a 19/07/2000	Ruben George Oliven, Guita Grin Debert, Maria Eunice Maciel, Ceres Victora, Ari Pedro Oro, Ilka Boaventura Leite, Carlos Alberto Caroso, Eneida Corrêa de Assis, Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto Kant de Lima.	2000- 2002
XXIII	Gramado	16 a 19/06/2002	Gustavo Lins Ribeiro, Antonio Carlos de Souza Lima, Henyo Trindade Barretto Filho, Carla Coelho Andrade, Carla Costa Teixeira e Manuel Ferreira Lima Filho.	2002- 2004
XXIV	Recife	12 a 15/06/2004	Miriam Pillar Grossi, Peter Henry Fry, Cornélia Eckert, Antonella Tassinari, Esther Jean Langdon, Flavio Braune Wiik, Lia Zanotta Machado, Jane Beltrão, Elisete Schwade e Emília Pietrafesa de Godoi.	2004- 2006
XXV	Goiânia	13 a 16/06/2006	Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Kant de Lima, Carla Costa Teixeira, Kelly Cristiane da Silva, Crísthian Teófilo da Silva, Marco Antônio Lazarin, Maria Eunice de Souza Maciel, Maria Filomena Gregori, Carlos Alberto Caroso Soares e Maria Luiza Garnelo Pereira.	2006- 2008
XXVI	Porto Seguro	01 a 04/06/2008	Carlos Caroso, Lia Zanotta Machado, Jane Felipe Beltrão, Ordep Serra, Cristina Patriota Moura, Jeferson Bacelar, Antônio Motta, Antônio Carlos de Souza Lima, Júlio Simões e Ari Pedro Oro	2008- 2010
XXVII	Belém	01 a 04/08/2010	Bela Felman-Bianco, Luiz Fernando Dias Duarte, Marina D. Cardoso, Daniel Schroeter Simião, Cynthia Andersen Sarti, Guilherme José da Silva e Sá, Carmen Silvia Rial, Gilton Mendes dos Santos, Henyo Trindade Barretto Filho e Andrea Zhouiri.	2011- 2012
XXVIII	São Paulo	02 a 05/07/2012	Carmen Rial, Ellen Woortmann, Renato Athias, Manuel Ferreira Lima Filho, Maria Amélia S. Dickie, Andrea Lobo, Antonio Carlos de Souza Lima, Marcia Calderipe Farias, Heloisa Buarque de Almeida e Carlos Steil.	2013- 2014

ANEXO III

Concurso de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública - Trabalhos selecionados

Título	Autor / Instituição
	Autor: Prof. Dr. Roberto Menezes de Oliveira Estruturação – Grupo homossexual de Brasília.
Presídio sem Facção Criminosa no Rio de Janeiro? Estudo Sobre o Experimento Ocorrido no Presídio Hélio Gomes	Antonio Cesar Pimentel Caldeira
Uso do Território e Sistema Penitenciário Brasileiro	Maria Adélia Aparecida de Souza Territorial - Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento
Programas de Policiamento Comunitário e Programas de Capacitação Voltados para as Comunidades	Orlando Pinto de Miranda APROCOM – Associação Pró-comunidade
Estratégia Organizacional de Policiamento Comunitário nas Cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória	Cláudio Beato e Karina Rabelo Leite Marinho CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
O Papel dos Municípios na Segurança Pública	Túlio Kahn e André Zanetic
Experiência de Adoção do Novo Modelo de Boletim de Ocorrências Criminais da Polícia Militar de Minas Gerais: Impactos e Avaliação	Rodrigo Alisson Fernandes
Estudos que visam identificar, descrever e analisar os limites e alcances do arcabouços jurídico institucional atual relativo às organizações criminosas e suas atividades	Roberto Araújo Oliveira Santos Junior <i>MPEG-MCT</i>
<i>O CIBERCRIME NO BRASIL</i>	<i>Henrique Luiz Cukierman</i> Programa de Engenharia de Sistemas e Computação COPPE/UFRJ
A sedução das Drogas. Consumismo e Identidade	<i>Pedro Paulo de Oliveira</i>
<i>A IMPUNIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO -</i>	<i>CESEC</i>
TerraCrime e potencial de uso da análise espacial no estudo da criminalidade	<i>Aurílio Sérgio Costa Caiado</i>
Avaliação da Formação e da Capacitação Profissional dos Peritos Criminais no Brasil	<i>NECVU/IFCS/UFRJ</i> Michel Misse
<i>Centros Integrados de Cidadania</i>	<i>IBCCRIM</i>
Estudos comparados que visam descrever a avaliar o funcionamento dos mecanismos institucionais de controle do porte, do registro e das apreensões de armas de fogo	<i>Fundação Getúlio Vargas</i> Autor (s) Francisco Cesar Pinto da Fonseca
Avaliação dos Impactos da Criminalidade sobre o Bem-Estar Individual e Social: uma Aplicação do Método de Avaliação Contingente para o Caso de João Pessoa	<i>Adriano Nascimento Paixão e Adriano Firmino V. de Araújo</i>
Avaliação da demanda de peritos em Antropologia Forense para aprimoramento e modernização das instituições periciais	<i>Andrea Lessa</i>
Arquiteturas Organizacionais, Modelos de Gestão e Indicadores de Eficiência das Corregedorias e Ouvidorias de Polícia	Movimento Nacional de Direitos Humanos Autor (s) Raquel Willadino Braga
Indicadores de Avaliação da Segurança Pública –	José Vicente Tavares
A Investigação de Homicídios - Construção de Um Modelo	Guaracy Mingardi
Metodologia de Tratamento do Tempo e da Morosidade Processual na Justiça Criminal	Joana Domingues Vargas

ANEXO IV

Equipe da Arquitetura Institucional do SUSP

Coordenação Geral

Coordenador Técnico:

Renato Lessa, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense; Mestre e Doutor em Ciência Política, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); Professor Titular de Teoria Política do Iuperj e da Universidade Federal Fluminense; Pesquisador 1 A do CNPq na Área de Ciência Política; Presidente do Instituto Ciência Hoje; Representante da Área de Ciência Política na CAPES; Secretário-Executivo da Associação Brasileira de Ciência Política, de 1996 a 2000.

Representante da SENASP no projeto (até dezembro de 2003):

Tenente-Coronel PM-RJ Antonio Carlos Carballo Blanco

Assistente da Coordenação: **Cristina Buarque de Hollanda**

Mestre e Doutoranda em Ciência Política pelo Iuperj.

- Controle de Armas de Fogo** **Antonio Rangel Torres Bandeira** (coordenador) é bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, concluiu o mestrado em ciência política na York University, no Canadá, e está em fase de conclusão do doutorado em sociologia política da Brandeis University, em Boston, Estados Unidos. Dentre outros trabalhos, foi chefe de Gabinete do Ministro da Previdência e Assistência Social, diretor do Depto. De Sociologia e Política da PUC/RJ, e diretor do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Atualmente, é coordenador do programa de Controle de Armas da ONG Viva Rio.
- Adriana Aloé Botafogo** (assistente de pesquisa) é bacharel em direito pela Universidade Cândido Mendes e é coordenadora do projeto Balcão de Direitos, da ONG Viva Rio. Atualmente, e também do programa de assistência prisional, que é uma parceria do Viva Rio com o Ministério da Justiça.
- Carolina Looty de Paiva Dias** (consultora) é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e advogada do Programa de Controle de Armas do Viva Rio, havendo sido anteriormente coordenadora do Projeto de Balcão de Direitos desta ONG.
- Denis Fernando Mizne** (consultor) é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, especialista em direito internacional na área dos direitos humanos pela Universidade de Columbia e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Denis foi pesquisador do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, foi chefe do Gabinete de Justiça do Ministério da Justiça, além de Assessor Especial do Ministro da Justiça. Atualmente, é diretor executivo do Instituto Sou da Paz.
- Maria Eduarda Lyrio** (consultora) é bacharel em direito pela USP e especialista em direitos humanos pela London School of Economics e pela University College London. Dentre outros trabalhos, foi advogada da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, pesquisadora em direitos humanos na Interights, Inglaterra, e na Bill Shipsey, SC, na Irlanda do Norte. Atualmente é coordenadora da área de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz.
- Júlio César Purcena Antonio** (estagiário) é economista formado pela Faculdade Moraes Jr., trabalhou na Sereno Consultoria em RH Ltda. e na Credicard S/A; atualmente é assistente de pesquisa do Programa de Controle de Armas do Viva Rio.
- Controle Externo e Participação Social** **Fermino Fecho** (Coordenador) é advogado formado pela USP. Foi Secretário Municipal em São Paulo, assessor jurídico da Ouvidoria da Polícia de São Paulo e Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo.
- Karyna Sposato** (assistente de pesquisa) é advogada formada pela USP, onde também concluiu seu mestrado em Direito Penal. Foi pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e é diretora executiva do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente).
- Kathleen Scholten** (assistente de pesquisa) é advogada formada pela PUC/SP além de ser graduada em Propaganda e Marketing pela ESPM. Foi assistente jurídica da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e está concluindo seu mestrado na ITE.
- Isabel Figueiredo** (assistente de pesquisa) é advogada formada pela PUC/SP, onde também concluiu seu mestrado em Direito Constitucional. Foi assessora jurídica da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e é professora de Direito Constitucional na UNIP.
- Cláudia Arie** (assistente de pesquisa) é advogada formada pela PUC/SP. Foi assistente jurídica da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e é professora de Direito Constitucional na UNIP e mestranda em Filosofia do Direito na UNIMES.

Estruturação e Modernização da Perícia	<p>Marília Rezende Mota (coordenadora) é perita Criminal Federal Classe Especial do Departamento de Polícia Federal e Chefe da Seção de Criminalística na Superintendência da Polícia Federal da Bahia. Além disso, é também professora da Academia Nacional de Polícia.</p>
	<p>Talita Zagalo Collodoro (colaboradora) é engenheira formada pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. Trabalha como consultora na Sutale Tecnologia Ltda.</p>
	<p>Domingos Tocchetto (consultor) é bacharel em Biologia e Direito. Foi Diretor Substituto, Chefe do Serviço de Perícias Criminalísticas e Chefe da Seção de Balística Forense do Instituto de Criminalística de Porto Alegre. Desde 1975 é Perito Judicial das áreas de Documentoscopia, Grafoscopia e Balística.</p>
	<p>Wanira Oliveira de Albuquerque (consultora) é formada em Letras, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e em Direito, pela Faculdade de Direito Milton Campos. É perita Criminal aposentada. Foi chefe da Seção Técnica de Documentoscopia do Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais. Atualmente, é professora da Academia de Polícia do Estado de Minas Gerais e do Estado do Amazonas.</p>
	<p>Anelino José de Resende (consultor) é formado em Medicina, tem especialidade em Ortopedia e Traumatologia, Medicina Legal, Medicina do Tráfego, além do Curso Superior de Polícia para Médicos Legistas. Foi chefe da Divisão de perícias no morto do Instituto de Medicina Legal, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas do IML-DF, dentre outros. Atualmente, é professor da Academia de Polícia do Distrito Federal e da Academia Nacional da Polícia Federal.</p>
<p>Carlos Alberto Collodoro (consultor) desenvolveu diversos projetos junto ao Departamento de Polícia Federal e junto à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, além de consultorias para o governo da Bolívia.</p>	
<p>Paulo Roberto Noronha da Silva Jr, Perito Criminal Federal, com especialidade em crimes cibernéticos. Encontra-se atualmente lotado no Setor Técnico do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.</p>	
<p>Evandina Lago, Perita Criminalística lotada no Departamento de Polícia Técnica no Estado da Bahia, pós-graduada em gestão pública e em estratégias para segurança pública, com larga experiência em perícias documentoscópicas.</p>	
<p>Alberi Espíndula, Perito Criminalístico aposentado, com diversas publicações sobre temas variados de perícia.</p>	
Formação Policial	<p>José Vicente Tavares dos Santos (coordenador) é bacharel em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo e Doutor de Estado pela Université de Paris - Nanterre. Atualmente, é Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do CNPq, membro do Conselho Nacional da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Vice-Presidente da ALAS – Associação Latino-americana de Sociologia e membro do Conselho de Segurança Urbana de Porto Alegre.</p>
	<p>Jorge Zaverucha (consultor) é economista formado pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre na área de teoria política pela Hebrew University Of Jerusalem, doutor em Ciência Política pela University of Chicago e pós-doutor pela University of Texas System, em Austin. Atualmente, é professor da Universidade Federal de Pernambuco e líder de grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas, vinculado à UFPE.</p>
	<p>Ricardo Balestreri (consultor) é educador e psicólogo clínico, coordenador do Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania (CAPEC) e membro do Comitê Nacional de Educação para Direitos Humanos do Governo Federal.</p>
	<p>Roberto Kant de Lima (consultor) é bacharel em Direito pela UFRGS e doutor em Antropologia pela Harvard University. Atualmente, é Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, onde está vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia e é coordenador do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, em seu quinto ano de realização. É coordenador de vários convênios internacionais com a França, Canadá e Argentina e autor de vários livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras sobre o tema da segurança pública.</p>
	<p>Júlio Alejandro Quejada Jelves (consultor) tem Bacharelado e Licenciatura Plena em Filosofia (PUCRS), é mestre em Psicologia Social e Educação(PUCRS). Foi diretor da Escola de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul e atualmente é professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação, e do Curso de Especialização em Psicopedagogia Social da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS/RS). Também é Consultor da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e da CAPEC (Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania).</p>
<p>Rita de Cássia Lima Andréa (consultora) é socióloga com especialização na Universidade de Sorbone Paris I. Trabalha desde 1990 com formação de Recursos Humanos e atualmente é diretora de ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça.</p>	
Gestão da Informação	<p>Cláudio Beato (coordenador) é doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e dos programas de mestrado e doutorado em Sociologia da UFMG. É ainda coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, da UFMG, e coordenador da Rede Brasileira de Análise em Políticas Públicas, com o Woodrow Wilson Center, de Washington, D.C.</p>
	<p>James P. Lynch é doutor em Sociologia pela University of Chicago. Tem dois livros publicados sobre os temas da criminalidade e da imigração. Atualmente, dentre outras atividades, é professor do Department of Justice, Law and Society, da American University, em Washington, D.C., e membro do corpo executivo da American Society of Criminology.</p>
	<p>Clodoveu Augusto Davis Junior é bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutor em Ciência da Computação também pela UFMG. Atualmente, está vinculado ao Centro de Desenvolvimento e Estudos da PRODABEL, empresa de informática e informação do município de Belo Horizonte. É também professor da PUC/MG e da pós graduação da UFMG.</p>
<p>João José Peixoto Furtado é graduado em tecnologia de processamento de dados pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Informática pela Universidade Federal da Paraíba e doutor também em Informática pela Université d'Aix-</p>	

Marseille III, Aix-Em-Provence, França. Atualmente, trabalha como diretor da área de Tecnologia da Informação na Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, SSPDC. Trabalha também em consultorias para o serviço Técnico Especializado da Universidade de Fortaleza, UNIFOR, bem como na graduação e pós-graduação desta mesma universidade.

Andréa Maria Silveira é graduada em Medicina, tem especialidade em residência Médica em Medicina Preventiva e Social pela UFMG, é mestre em Sociologia e doutora em Sociologia e Política também pela UFMG. Atualmente, é professora assistente da UFMG, além de estar envolvida em pesquisa de reabilitação profissional. Gestão da Segurança Municipal e Guardas Civis

Miriam Guindani (Coordenadora), Doutora, Mestre e Bacharel em Serviço Social; especialista em Segurança do Trabalho; formação básica em Dinâmica dos Grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupos (SBDG); Professora-adjunta da graduação e pós-graduação em Serviço Social e do programa de pós-graduação em Ciências Criminais da PUC-RS; Coordenadora dos Projetos de Inclusão Social do IAJ - Instituto de Acesso à Justiça; Pesquisadora do projeto Políticas de Segurança Municipal & Poder Local - CESEC/UCAM - desde outubro de 2002; Membro do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul - de 2000 a 2003; Diretora do Centro de Observação Criminológica da SUSEP, Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, de janeiro a outubro de 2001; Aprovada em concurso público para docência no Departamento Nacional Penitenciário do Ministério da Justiça, em 2002.

João Trajano Sento Sé, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e Professor-Adjunto de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

Camila Barros (consultora eventual); Doutora em Economia e especialista em municipalização da saúde no Brasil; Professora e Pesquisadora da Faculdade de Economia da UNICAMP.

Inês Amaro; Mestre em Serviço Social, especialista em dinâmica de grupos; Professora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS; Consultora na área de gestão de projetos sociais e responsabilidade social da ABRH; Coordenadora do projeto Pescar na Fundação Springer.

Reinaldo Fonseca; Doutor em Economia, coordena o Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP; Especialista em políticas municipais e metropolitanas; Professor da Faculdade de Economia da UNICAMP.

Gestão Institucional

Heitor Mansur Caulliriaux (coordenador); Bacharel e Mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ; Doutor em Engenharia Elétrica pela PUC do Rio de Janeiro; cursou e estagiou na Itália e na Alemanha nas áreas de CAD, Robótica, estratégias de automação e implementação de Centros CIM; Professor do Departamento de Engenharia Industrial da Escola de Engenharia da UFRJ; Professor do Programa de Engenharia de Produção da Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia - COPPE - da UFRJ.

Adriano Proença, Engenheiro de Produção pela UFRJ; Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ; Especialização em Produção Automatizada pela École Nationale d'Ingenieurs de Tarbes (França); Visiting Scholar na Universidade de Warwick (Reino Unido) durante seu doutoramento. Sua área de trabalho é Estratégia e Modelos de Gestão, na qual vem desenvolvendo pesquisas e projetos tanto em organizações privadas com e sem fins lucrativos, quanto em órgãos especializados da administração pública; Chefe do Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica da UFRJ; Professor-Associado do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ.

Erica Mathias Leite é graduanda em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu projetos de Análise de Risco Financeiro e atualmente trabalha no grupo de Produção Integrada, da COPPE/UFRJ, onde desenvolve projetos na área de Gestão Organizacional.

Luiz Eduardo Gonçalves Tiecher (assistente de pesquisa) é graduando em Engenharia Eletrônica e de Computação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu projetos como consultor e, posteriormente, como Diretor Administrativo na Fluxo Consultoria. Quando Presidente da Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio de Janeiro, atuou como conselheiro da Rede Brasil Junior. Trabalhou na Reforma Administrativa da Prefeitura de Florianópolis pelo GPI - Grupo de Produção Integrada (em parceria Nortia Consultoria), onde atualmente desenvolve projetos na área de Gestão Organizacional.

Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil

Paulo de Mesquita Neto (coordenador), Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Secretário-executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência; Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

Simone Gonçalves de Assis, Doutora em Ciências, Área de Saúde Pública; Pesquisadora Titular do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde e do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz.

Ana Carolina da Matta Chasin, Bacharel em Ciências Sociais e Direito; Advogada; Integrante da equipe executiva da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Marcelo Daher, Bacharel em Ciências Sociais; Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP; Coordenador do Projeto Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos.

Carolina de Mattos Ricardo, Bacharel em Ciências Sociais; Mestranda em Direito; Integrante da equipe executiva do Instituto São Paulo Contra a Violência e da Secretaria executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo.

Kathie Njaine, Doutora em Ciências, na área de Saúde Pública; Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz.

**Sistema
Penitenciário**

Julita Lemgruber (coordenadora) é Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Foi Diretora Geral do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro entre os anos de 1991 e 1994. Dentre outras atividades, foi Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça (1995-1998), e Ouvidora de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes e presta consultoria ao governo britânico em projeto que pretende adequar a gestão penitenciária no Estado de São Paulo aos instrumentos internacionais de Direitos Humanos.

Milton Júlio de Carvalho Filho é graduado em Economia pela UFBA, especialista em Pesquisa Sociológica pela UFPE, mestre em Educação pela UFBA e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Atualmente, é diretor do Núcleo Anti Violência, NAVE, e vinculado a projetos de pesquisa na pós-graduação da PUC-SP.

Mafalda Moretto Pacheco é psicóloga formada pela Universidade Gama Filho e fez diversos cursos de extensão universitária ligados à área de psiquiatria e criminologia. Dentre outras atividades, já foi diretora do Presídio Feminino Nelson Hungria e psicóloga do Hospital Penal de Niterói. Atualmente, é diretora da divisão de Psicologia da Coordenação de Saúde do Departamento do Sistema Penal, DESIPE, além de coordenadora técnica de todos os psicólogos desta instituição. É também coordenadora da Sub-Comissão de Reestruturação das Comissões Técnicas de Classificação, CTC, e membro da Sub-Comissão de Reestruturação da área de Saúde, SEJ.

Guilma Olga Espinoza Mavila é formada pela Universidade San Martin de Porres, no Peru e tem mestrado concluído na Universidade de São Paulo. Dentre outras atividades desenvolvidas, foi coordenadora da Oficina de Direitos Humanos e execução penal na penitenciária Feminina da Capital e diretora adjunta de Relações Internacionais do IBCCRIM. Atualmente, é advogada e coordenadora do Instituto Latino-Americano de Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - ILANUD. É também coordenadora do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM.

Cláudia Stella é graduada em Psicologia pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e doutoranda em Educação pela PUC-SP. Dentre outras atividades foi diretora do sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Doriam Luis Borges de Melo é graduado em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ENCE, e mestrando em Pesquisa Social e Amostragem também pelo ENCE. Como pesquisador, já trabalhou no Instituto de Estudos da Religião, ISER. Atualmente, é estatístico do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), vinculado à Universidade Cândido Mendes.

Julio César de Freitas Ribeiro é historiador formado pela Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, e mestre em Ciências em Engenharia de produção pela COPPEUFRJ. Suas atividades profissionais incluem o magistério na área de História e Artes, experiências como agente e produtor cultural, além de trabalhos como Artista Plástico.

Marcelo Ribeiro Freixo é bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. Foi coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, coordenador do projeto de educação popular no Presídio Edgar Costa, presidente do Conselho da Comunidade de Comarca do Rio de Janeiro, dentre outros. Atualmente, é pesquisador da ONG Centro de Justiça Global, sediada no Rio de Janeiro.

Tania Maria Dahmer Pereira é graduada em Serviço Social pela PUC-RS, mestre em Serviço Social pela PUC-RJ e doutoranda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Ocupou cargos de direção técnica e Administrativa no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro e foi assistente social do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho, no Conjunto Penal Frei Caneca. Atualmente, é conselheira da direção do Conselho Regional de Serviço Social.

Maria Márcia Badaró Bandeira é psicóloga formada pela Universidade Gama Filho, com especialização em Psicologia Jurídica e Escolar. É psicóloga da Superintendência de Saúde da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, CESeC, da Universidade Cândido Mendes.